



"Velhos Amigos", Helena Coelho, 2011 (uso de imagem gentilmente cedido pela autora)

Marcia Regina Medeiros Veiga

## VELHICES E TERRITÓRIOS

Um estudo interdisciplinar no concelho de Coimbra, Portugal

Tese de Doutoramento em Estudos Contemporâneos,  
orientada por Professor Doutor António Manuel Rochette Cordeiro, por Professora Doutora Sónia Cristina Mairos Ferreira  
e por Professora Doutora Monalisa Dias de Siqueira e apresentada ao Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra

Agosto 2017



UNIVERSIDADE DE COIMBRA





• U • C • IIIUC INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO  
INTERDISCIPLINAR  
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Marcia Regina Medeiros Veiga

## Velhices e Territórios

Um estudo interdisciplinar no concelho de Coimbra, Portugal

Tese de Doutoramento em Estudos Contemporâneos, orientada pelo Professor Doutor António Manuel Rochette Cordeiro, pela Professora Doutora Sónia Cristina Mairos Ferreira e pela Professora Doutora Monalisa Dias de Siqueira, apresentada ao Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra

Coimbra, 2017





*um tempo*  
*de espaço em espaço*  
*um tempo*  
*um espaço*  
*de tempo em tempo*  
*um espaço*  
*um tempo*  
*um espaço de tempo*  
*um espaço*  
*um espaço de espaço*  
*em tempo um tempo.*

*("tempoespaço" - Augusto de Campos, 1986 [1958])*



*O Céu é muito para o Sol  
Alcança só o que gravita  
O tempo é longo pra quem fica  
O tempo é longo pra quem fica.*

*("O Céu é muito", Lenine, 2008)*

Para minha irmã Ana, que não experimentou a velhice.  
Para meu pai, Clovis, e minha mãe, Iria, que souberam vivê-la de forma madura, serena e plena.  
Muito mais que uma lembrança; muito mais que uma saudade.



## AGRADECIMENTOS

*Estrela de cinco pontas  
cinco estrelas no cruzeiro  
trilhões de estrelas no céu  
três pontas, mil corações.*

...

*E somos estrelas rosas  
três, quatro, cinco mil pontas.*

*(“As várias pontas de uma estrela”, Caetano Veloso e Milton Nascimento, 1982)*

*Somos o resultado de tanta gente, de tanta história, tão grandes sonhos que vão passando de pessoa a pessoa, que nunca estaremos sós.*

*(Valter Hugo Mãe, 2012)*

Sempre ouvi dizer que o trabalho de doutoramento se constitui em um exercício solitário. Em sua escrita, talvez. Mesmo assim, sou capaz de duvidar desta assertiva, colocando-a, mesmo, em causa.

O trabalho que ora se apresenta não foi, de nenhuma maneira, produzido de forma solitária. Este é um trabalho plural; uma espécie de mosaico construído por múltiplas mãos, vozes, olhares. Por isso, os plurais têm uma posição cativa aqui.

Se opto por escrever através de uma linguagem simples, na primeira pessoa do singular, na maioria das vezes, é por pretender que o alcance deste trabalho também seja o mais plural possível. A academia e a vida cotidiana estão histórica e demasiadamente distanciadas uma da outra; desequilibradas entre si por uma hierarquia, no mínimo, improdutivo e desprovida de sentido – pelo menos para um dos pratos dessa balança desnivelada. E a linguagem tem reproduzido e perpetuado este distanciamento. Acredito que o diálogo e a cumplicidade possibilitados na articulação entre o “eu” e o “tu/você”; entre o “eu” e o “vós/vocês”, possam, de fato, construir o “nós”.

Também não pretendo me eximir às responsabilidades intrínsecas a esta tarefa – a de produzir uma tese –, sempre muito mais louvada enquanto exercício autônomo e independente do que enquanto construção coletiva, ainda que submetida a um “filtro autoral”, por assim dizer. Assim, assumo os equívocos e enganos aqui cometidos como minhas próprias dificuldades e limitações – limitações próprias de um ser pluralmente constituído mas, ainda assim, singular – e, por isso mesmo, limitado – em seus gostos, suas escolhas, interpretações e reflexões.

Este não foi um trabalho solitário, insisto. Sua realização só foi possível porque pude contar com diferentes contribuições, todas elas muito valiosas, as quais agradeço veementemente.

Aos meus pais, Clovis e Iria (cujas presenças permanecem para além da memória), agradeço pelo amor incondicional, traduzido, até suas dolorosas partidas – ele, em novembro de 2014; ela, em abril de 2016 – em suporte afetivo, emocional e financeiro.

À nossa filha, Clara, agradeço pela compreensão e respeito por nossa decisão de estudar a um oceano de distância. Ao nosso genro, Paulo Márcio – nosso estimado PM –, pelo amor e dedicação a ela, ferramentas que, tenho certeza, ajudaram-nos a

enfrentar a saudade. E ao nosso pequeno neto, Francisco, pela lufada de ar e de vida que trouxe com sua chegada, aos seis dias do mês de fevereiro do ano de 2016, em pleno sábado de Carnaval, sacudindo-nos a todos, não com o ritmo do samba, propício aos fevereiros brasileiros, mas com o vento fresco e agradável de um amor puro, envolto em esperança e em vontade de seguir vivendo.

Ao meu companheiro, Elias, e ao nosso filho, Pedro, por aceitarem o desafio de uma nova experiência longe da família e dos/as velhos/as colegas e amigos/as.

Às minhas irmãs, Ana (apenas fisicamente ausente), Vera, Rita e Angela; às irmãs e aos irmãos do Elias: Eluza, Ada, José Pedro e Clóvis; à minha sogra, Eunice; às nossas cunhadas e aos nossos cunhados; às nossas sobrinhas e aos nossos sobrinhos; à nossa sobrinha-neta e ao nosso sobrinho-neto; aos nossos compadres e amigos Luciane Caldeira Vilanova e Sergio André Alves da Silva e à sua filha Alice, nossa afilhada, agradeço pelos pensamentos carinhosos e confiantes de nossas capacidades.

Aos amigos e compadres, Rosemeri Henn e Roberto Gerhardt, por abrirem os caminhos e compartilharem, bem de perto, esta experiência.

Aos amigos, amigas e colegas brasileiros/as, pela torcida carinhosa.

À Universidade Federal de Santa Maria e à Secretaria de Município da Educação de Santa Maria, por possibilitarem, através de minha liberação de funções, a realização deste doutoramento. Nestes últimos dias de produção desta tese, devo agradecer a compreensão e a cumplicidade dos/as colegas da Pró-Reitoria de Graduação – PROGRAD/UFSM – em especial à Professora Doutora Martha Bohrer Adaime e aos Professores Doutores Paulo Roberto Magnago e Jerônimo Tybusch, e da Escola Municipal de Ensino Fundamental Dom Antônio Reis, especialmente às Professoras Sylvia Therezinha Dornelles da Cruz, Loiva Teresinha Passos Marques e Dulce Helena Pozzobon.

À Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal de Ensino Superior – CAPES/Brasil –, pelo financiamento que, além de garantir que este trabalho fosse realizado com mais tranquilidade, deu-me a segurança de estar percorrendo um caminho legítimo e necessário.

Às professoras e aos professores do curso de doutoramento em Estudos Contemporâneos, especialmente às Professoras Doutoras Maria Manuela Tavares Ribeiro e Isabel Maria Freitas Valente, e ao Professor Doutor João Rui Pita, pelo acolhimento e estímulos constantes.

À Professora Doutora Sandra Isabel de Oliveira Xavier Pereira e aos Professores Doutores Claudino Cristóvão Ferreira e Pedro Manuel Teixeira Botelho Hespanha, responsáveis pelas disciplinas isoladas frequentadas por mim, durante o doutoramento, agradeço a disponibilidade, o incentivo e a contribuição para o aprofundamento das discussões antropológicas e sociológicas aqui suscitadas.

Um especial e reconhecido agradecimento ao meu orientador, Professor Doutor Antônio Manuel Rochette Cordeiro, e às minhas orientadoras, Professoras Doutoras Sônia Cristina Mairos Ferreira e Monalisa Dias de Siqueira, por acreditarem na relevância deste trabalho; pelo carinho, paciência e perseverança demonstrados em todos os momentos desta investigação, cujos caminhos ajudaram-me a traçar e a percorrer, sempre respeitando meus ritmos, minhas escolhas e meus tantos limites.



Às funcionárias do Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX – CEIS20, Marlene Taveira e Ângela Lopes, pela atenção carinhosa, pela disponibilidade e competência.

Às/aos demais servidoras e servidores da Universidade de Coimbra, especialmente as/os da Biblioteca Geral e dos Serviços Acadêmicos, pelo atendimento sempre prestativo e profissional.

Às e aos colegas das turmas 2012/2016 e 2013/2017 do curso de doutoramento, das quais tive o privilégio de fazer parte, pelo coleguismo e pela partilha de conhecimentos, sentimentos e afetos. Agradeço, de maneira especial, às colegas Danieli Tavares e Jacqueline Nunes da Cunha e ao colega Humberto Pinheiro Lopes, pela proximidade e amizade; e à colega Fátima Patrícia Amaral Figueiredo, por ter estabelecido uma “ponte” entre mim e meus orientadores portugueses (orientador e orientadora).

À Marta Sofia Gomes e ao Nuno Miguel Cardoso Pires, nossos amigos e senhorios em Coimbra, por transformarem, por quase quatro anos, em nossa a sua própria casa e por atenderem sempre aos nossos “pedidos de socorro”.

Aos amigos portugueses Miguel Falcão, Marco Matos e Rui Poço Ferreira, pela atenção e acolhida dispensadas à nossa família, especialmente ao Pedro.

À minha querida amiga Maria Teresa Gonçalves Saraiva e à sua amorosa família, por me proporcionarem a oportunidade de desenvolver, na prática, alguns dos preceitos éticos aqui levantados.

Ao Professor Doutor João Maria André que, sem sequer me conhecer, despertou-me para a necessidade e a urgência de uma mudança social paradigmática a partir de uma “Ética do Cuidado”.

À Câmara Municipal de Coimbra; ao Gabinete para o Centro Histórico, especialmente ao Doutor Engenheiro Sidónio Simões; à União das Freguesias de Coimbra; às Juntas de Freguesia de Santo António dos Olivais, através de seu Presidente, Dr. Manuel Correia de Oliveira, e de sua Assistente Social, Dr<sup>a</sup> Catarina Simões; de Torres do Mondego, através de seu Presidente, Dr. Paulo Cardoso; e de Souselas e Botão, representada pelo seu Presidente, Senhor Rui Soares; ao Ateneu de Coimbra, nas figuras do Doutor Augusto Monteiro e da Assistente Social Dr<sup>a</sup> Ana Isabel Pinto; ao Centro Social, Cultural e Recreativo do Botão, especialmente ao Senhor Julio Retroz e às Assistentes Sociais; ao Centro Social de São José, representado pela Dr<sup>a</sup> Helena Barreiros e pela Dr<sup>a</sup> Rita Mendonça; à Associação Social, Cultural e Recreativa de São Paulo de Frades – ASCRSPF, na figura da Dr<sup>a</sup> Assistente Social Marina Neves; à Associação Cultural, Recreativa e Desportiva do Casal do Lobo - ACRDCL, na pessoa do Dr. Sérgio Simões Pereira; ao Dr. Assistente Social Gonçalo Marques Simões Martins e à Dr<sup>a</sup> Educadora Social Sofia Madureira, do Centro de Apoio Social de Pais e Amigos da Escola N<sup>o</sup> 10 – CASPAE10, agradeço a ajuda preciosa às minhas inserções em campo.

Ao Luís Conceição, à Ana Anacleto (em memória) e ao Jorge Cunha pelo apoio técnico na construção dos cartogramas; à Maria Teresa Caires Vila Nova Cruz, pelo suporte nas versões do português para outras línguas; e ao José Pedro Machado, pelo auxílio fundamental nas transcrições das entrevistas.

Às idosas e aos idosos que participaram desta investigação, pela generosidade em partilhar comigo (conosco) um pouco de suas vivências.



## RESUMO

Olhar as velhices a partir dos territórios; olhar os territórios a partir das velhices. Esta pode ser a frase que sintetiza, em parte, este estudo. Assim, partindo dos eixos das *mobilidades*, *acessibilidades* e *sociabilidades*, esta investigação tem por objetivo identificar as interdependências das relações estabelecidas entre as pessoas idosas e os territórios onde vivem e onde constroem seus laços, seus cotidianos, suas identidades, ou seja, identificar as influências mútuas que ambos os sujeitos trazidos ao estudo – velhices e territórios – exercem para a gestão e vivência tanto das velhices, quanto dos próprios territórios, a partir das relações por e entre eles estabelecidas e experienciadas.

Para alcançar o objetivo, foi traçado um plano metodológico e conceptual interdisciplinar, no qual as disciplinas das ciências sociais e humanas (antropologia, sociologia, geografia, história, filosofia, educação e psicologia), bem como as áreas da arquitetura e do urbanismo, foram convocadas para que, cada uma delas, dentro de suas próprias especificidades, desse seu contributo para a compreensão e a interpretação das realidades observadas.

Este estudo foi desenvolvido em quatro diferentes tipologias territoriais do concelho de Coimbra, duas delas tipicamente urbanas – a zona “Alta” do centro histórico, com uma história milenar, e a área da “Solum”, construída e desenvolvida a partir de planeamento urbano que teve início na segunda metade do século XX –, e as outras duas com características rurais, ainda que geograficamente próximas ao centro urbano da cidade: as localidades do “Botão” e do “Casal do Lobo”.

A cartografia territorial, a partir de critérios geográficos, demográficos, arquitetónicos e urbanísticos, foi o instrumento escolhido para operacionalizar todo o trabalho, possibilitando uma melhor e mais ampla visualização e leitura das realidades estudadas. Para a elaboração dos cartogramas, optou-se pela recolha e análise de dados estatísticos e documentais. Também foram realizadas observações e descrições de cada um dos territórios do estudo – cujo registo fotográfico é aqui usado como recurso ilustrativo para a apresentação e caracterização dos territórios –, e, ainda, inquéritos, através de entrevistas semiestruturadas e não estruturadas com o intuito de caracterizar, nas suas dimensões estruturantes, a população idosa por território e, sobretudo, conhecer e compreender as relações das pessoas idosas com os territórios.

O olhar interdisciplinar sobre a multiplicidade de relações que se estabelecem entre velhices e territórios permitiu detectar, por um lado, as dificuldades, vulnerabilidades, necessidades, medos, e, por outro, as facilidades vivenciadas pelos sujeitos idosos, assim como as estratégias desenvolvidas e utilizadas por estes sujeitos nas suas relações com os territórios. Assim, foi possível perceber que os territórios podem representar um risco às pessoas idosas, no que tange às dificuldades de acesso e de mobilidade, podendo interferir, negativamente, em seus processos sociais, isolando-as e vulnerabilizando-as. Ao mesmo tempo, laços sociais fortes e horizontais podem minimizar as dificuldades de acessibilidade e mobilidade encontradas nos territórios.

Nesse sentido, verificou-se a necessidade imperiosa de uma mudança social paradigmática a partir da proposta do desenvolvimento e da vivência de uma Ética do Cuidado, uma filosofia política que deve ser construída cotidianamente nas relações entre os vários sujeitos e agentes sociais, com o entendimento de que somos *seres de cuidado*: ao mesmo tempo cuidadores/as e suscetíveis de cuidado.

A compreensão das lógicas estabelecidas nas diversas relações vivenciadas e significadas pelas próprias pessoas idosas a partir de como cada um dos territórios estudados se estrutura histórica, geográfica, sociológica e culturalmente, possibilitou a elaboração de sugestões de estratégias facilitadoras das relações entre velhices e territórios, envolvendo as várias instâncias e os vários atores sociais, no intuito de potencializar a qualidade de vida para todas as pessoas, particularmente as pessoas idosas.

Palavras-chave: Velhices; Territórios; Interdisciplinaridade; Ética do Cuidado.

## ABSTRACT

Dealing with old age based on territories; dealing with territories based on old age. This sentence might well summarise, in part, this study. So, having *mobilities*, *accessibilities* and *sociabilities* as starting points, the aim of this research is to identify the interdependencies of the relationships between the elderly and the territories in which they live and build their ties, their daily life, and their identities. In other words, to identify the mutual influences that both old age and territories act on the management and experience of both old age and territories, based on the relationships established and lived by and between them.

To achieve this objective, an interdisciplinary methodological and conceptual plan was delineated, in which social and humans sciences (anthropology, sociology, geography, history, philosophy, education and psychology) and the areas of architecture and urban planning, each with its own specificities, were all invited to give their contribution to understand and interpret the observed realities.

This study covers four different types of territories within the municipality of Coimbra, two of which typically urban – the “Upper” part of the historical centre, with a century-old history, and the “Solum” area, built and developed in the early second half of the 20<sup>th</sup> century –, and the other two with rural characteristics, although geographically close to the city’s urban centre: the areas of “Botão” and “Casal do Lobo”.

To make the work easier and to obtain a better and broader view and reading of the studied realities, territorial maps were used based on geographical, demographic, architectural and urban planning criteria. To prepare the maps, statistical and documentary data were collected and analysed, observations and descriptions were provided for each of the territories under study – the photos of which are used here to illustrate the presentation and characterisation of the territories –, and surveys in the form of semi-structured and structure interviews were also used to characterise the various structural dimensions of the elderly population in each territory, to be aware of and understand the relationships between the elderly and the territories.

The interdisciplinary approach to the multiple relationships established between old age and territories enabled the identification of difficulties, vulnerabilities, needs and fears, on the one hand, and the conveniences experience by the elderly and the strategies they develop and use in their relationships with the territories. It was therefore easy to realise that territories can be a risk to the elderly in terms of their difficulty in access and mobility, and can adversely interfere with their social processes, isolating and making them more vulnerable. At the same time, having strong social horizontal ties can minimize the accessibility and mobility constraints within the territories.

In that sense, there is a pressing need for a social change of paradigm based on the proposal for the development and implementation of an Ethics of Care, an attitude that should be developed on a daily basis in the relationships between the various subjects and social agents, based on the understanding that we are *humans of care*, caregivers and receivers at the same time.

Having understood the logics in the various relationships experience and described by the elderly themselves enabled us to put forward strategy suggestions to facilitate the relationships between old age and territories, involving the various institutions and social actors, aiming to increase the quality of life for all people alike, and in particular the elderly.

Keywords: Old ages; Territories; Interdisciplinarity; Ethics of Care.



## RESUMÉ

Regarder les vieilleses à partir des territoires ; regarder les territoires à partir des vieilleses. C'est peut-être la phrase qui synthétise, en partie, cette étude. Ainsi, en partant des axes des *mobilités*, des *accessibilités* et des *sociabilités*, cette recherche a pour objectif d'identifier les interdépendances des rapports établis entre les personnes âgées et les territoires où elles vivent et construisent leurs liens, leurs quotidiens, leurs identités, en d'autres termes, d'identifier les influences mutuelles que les deux sujets abordés dans l'étude – vieilleses et territoires – exercent sur la gestion et le vécu aussi bien des vieilleses que des territoires eux-mêmes, à partir des rapports établis et vécus par et entre eux.

Un plan méthodologique et conceptuel interdisciplinaire, dans lequel les disciplines des sciences sociales et humaines (anthropologie, sociologie, géographie, histoire, philosophie, éducation et psychologie) ainsi que les domaines de l'architecture et de l'urbanisme ont été convoqués pour que, chacun d'entre eux, au sein de ses propres spécificités, donne sa contribution à la compréhension et à l'interprétation des réalités observées, a été tracé pour atteindre cet objectif.

Cette étude a été développée en quatre typologies territoriales différentes de la municipalité de Coimbra, deux typiquement urbaines – la zone "Haute" du centre historique, avec une histoire millénaire, et la zone de la "Solum", construite et développée à partir de la planification urbaine commencée au cours de la deuxième moitié du XXe siècle – et les deux autres avec des caractéristiques rurales, bien que géographiquement proches du centre urbain de la ville : la zone de "Botão" et la zone de "Casal do Lobo".

La cartographie territoriale, à partir de critères géographiques, démographiques, architectoniques et urbanistiques, a été l'instrument choisi pour opérationnaliser tout le travail, permettant une meilleure et plus ample visualisation et lecture des réalités étudiées. Pour l'élaboration des cartogrammes, nous avons opté pour le recueil et l'analyse des données statistiques et documentaires. Des observations et des descriptions de chacun des territoires de l'étude – dont le registre photographique est utilisé ici comme moyen illustratif pour la présentation et la caractérisation des territoires – ont également été réalisées de même que des enquêtes, par le biais d'entretiens semi-structurés et non structurés en vue de caractériser dans ses dimensions structurantes, la population âgée par territoire et, surtout, de connaître et de comprendre les rapports entre les personnes âgées et les territoires.

Le regard interdisciplinaire sur la multiplicité des rapports qui s'établissent entre vieilleses et territoires a permis de détecter, d'une part, les difficultés, les vulnérabilités, les besoins, les peurs, et de l'autre, les facilités vécues par les personnes âgées ainsi que les stratégies développées et utilisées par ces personnes dans leurs rapports avec les territoires. Il a ainsi été possible de comprendre que les territoires peuvent représenter un risque pour les personnes âgées, pour ce qui est des difficultés d'accès et de mobilité, en pouvant interférer, négativement, sur les processus sociaux, en les isolant et les vulnérabilisant. En même temps, des liens sociaux forts et horizontaux peuvent minimiser les difficultés d'accessibilité et de mobilité rencontrées dans les territoires.

Pour cela, nous avons vérifié le besoin impérieux d'un changement social paradigmatique à partir de la proposition du développement et du vécu d'une Éthique du Soins, une politique qui doit être construite au quotidien dans les rapports entre les

différents sujets et agents sociaux, avec la compréhension que nous sommes des *êtres de soin*, à la fois soigneurs et susceptibles d'être soignés.

La compréhension des logiques établies dans les différents rapports vécus et signifiés par les personnes âgées elles-mêmes a permis l'élaboration de suggestions de stratégies facilitant les rapports entre vieillesse et territoires, impliquant les différentes instances et les divers acteurs sociaux afin de renforcer la qualité de vie de toutes les personnes et, en particulier, celle des personnes âgées.

Mots clés : Vieillesse ; Territoires ; Interdisciplinarité ; Éthique du Soins.

## RESUMEN

Contemplar la vejez desde el territorio, y contemplar el territorio desde la vejez. Esta puede ser la frase que sintetiza en buena medida este estudio. A partir de los ejes de *movilidad*, *accesibilidad* y *sociabilidad*, este estudio tiene como objetivo identificar las interdependencias en las relaciones que se establecen entre las personas mayores y el territorio en el que viven y construyen sus lazos, su vida cotidiana y su identidad, es decir, identificar las influencias mutuas que ambos sujetos del estudio —vejez y territorio— ejercen en la gestión y la vivencia tanto de la vejez como del propio territorio a partir de las relaciones por y entre ellos establecidas y vividas.

Para alcanzar este objetivo, se diseñó un plan metodológico y conceptual interdisciplinar en el que se convocaron a las ciencias sociales y humanas —antropología, sociología, geografía, historia, filosofía, educación y psicología— y a la arquitectura y el urbanismo para que cada una de ellas, en sus propias especificidades, pudiera hacer su aportación a la comprensión y la interpretación de las realidades observadas.

Este estudio se desarrolla en cuatro tipos de territorio del municipio de Coimbra, dos de ellos típicamente urbanos —la zona Alta del centro histórico milenario, y la zona del Solum construido y desarrollado a partir de la planificación urbana iniciada en la segunda mitad del siglo XX— y los otros dos con características rurales, aunque geográficamente próximos al centro urbano: la zona de “Botão” y la zona de “Casal do Lobo”.

La cartografía territorial —diseñada siguiendo criterios geográficos, demográficos, arquitectónicos y urbanísticos— fue el instrumento elegido para realizar el trabajo, ya que permitió una mejor y más amplia visualización y lectura de las realidades estudiadas. Para la elaboración de los cartogramas se optó por recoger y analizar datos estadísticos y documentales. También se realizaron observaciones y descripciones de cada uno de los territorios del estudio —cuyo registro fotográfico se utiliza aquí para ilustrar su presentación y caracterización—, y encuestas mediante entrevistas semiestructuradas y no estructuradas que permitieron caracterizar las dimensiones estructurantes de la población de la tercera edad y, sobre todo, conocer y comprender las relaciones de los ancianos con su propio territorio.

La mirada interdisciplinar sobre la multiplicidad de relaciones que se establecen entre la vejez y los territorios sirvió para detectar, por una parte, las dificultades, vulnerabilidades, necesidades y temores y, por la otra, los servicios a disposición de las personas mayores, y las estrategias desarrolladas y utilizadas por estos sujetos en sus relaciones con los territorios. De este modo, se pudo observar que los territorios pueden suponer un riesgo para las personas mayores por lo que respecta a las dificultades de acceso y de movilidad, y pueden interferir negativamente en sus relaciones sociales, aislándolas y volviéndolas vulnerables. Pero los fuertes lazos sociales horizontales pueden minimizar estas dificultades de acceso y movilidad encontradas en los territorios.

En este sentido, se observó la imperiosa necesidad de introducir un cambio social paradigmático basado en el desarrollo y la vivencia de una ética del cuidado: una política que se debe construir día a día en las relaciones entre los diferentes sujetos y agentes sociales para permitirnos comprender que somos cuidadores y, a la vez, estamos necesitados de cuidado.

La comprensión de la lógica de las diferentes relaciones entabladas por las personas mayores permitió sugerir estrategias facilitadoras de las relaciones entre vejez y territorio que implican a las diferentes instancias y actores sociales en la mejora de la calidad de vida de todos y, en especial, de los ancianos.

Palabras clave: vejez, territorio, interdisciplinariedad, ética del cuidado.

## ÍNDICE

NOTAS INICIAIS.....	1
1. CAPÍTULO 1: Palavras Cruzadas .....	11
1.1.    Notas Introdutórias ao Capítulo 1 .....	11
1.2.    Recortes .....	12
1.2.1.    Disciplinas.....	12
1.2.2.    Categorias e Eixos .....	25
1.2.3.    Conceitos .....	38
1.2.4.    Metodologia .....	58
1.2.4.1.    O Paradigma Metodológico .....	60
1.2.4.2.    O Plano Metodológico .....	60
1.2.4.3.    A Coleta de Informações e Dados .....	62
1.2.4.4.    Os Sujeitos da Pesquisa .....	68
1.2.4.5.    A Sistematização e a Análise dos Dados e Informações.....	70
2. CAPÍTULO 2: Espaços e Tempos .....	75
2.1.    Notas Introdutórias ao Capítulo 2 .....	75
2.2.    Territórios .....	76
2.2.1.    O Concelho de Coimbra.....	84
2.2.1.1.    Enquadramento Geográfico e Paisagístico.....	86
2.2.1.2.    As Questões da Demografia no Contexto da Geografia Humana.....	98
2.2.1.3.    O Contexto Histórico.....	106
2.2.2.    O Urbano.....	116
2.2.2.1.    A “Alta” .....	117
2.2.2.2.    A “Solum” .....	141
2.2.3.    O Rural .....	156
2.2.3.1.    O “Botão” .....	157
2.2.3.2.    O “Casal do Lobo” .....	174
3. CAPÍTULO 3: Territorialidades, Vidas Cotidianas .....	191
3.1.    Notas Introdutórias ao Capítulo 3 .....	191
3.2.    Gentes.....	192
3.3.    Encontros .....	220
3.4.    Vozes.....	226

4.	CAPÍTULO 4: Projeções .....	263
4.1.	Notas Introdutórias ao Capítulo 4 .....	263
4.2.	Territórios de Cuidado.....	268
	NOTAS FINAIS .....	283
	REFERÊNCIAS.....	293



## ÍNDICE DOS CARTOGRAMAS

Cartograma 1: Enquadramento Geográfico de Coimbra - Mundo, Europa, País e Região.....	87
Cartograma 2: Enquadramento Geográfico de Coimbra - País e Região.....	89
Cartograma 3: Funções do Edificado na "Alta"......	91
Cartograma 4: Enquadramento da Área de Estudo: "Alta". .....	118
Cartograma 5: Delimitação da Área de Estudo: "Alta"......	119
Cartograma 6: Hipsometria das Áreas de Estudo. ....	121
Cartograma 7: Concentração territorial dos edifícios com 3 ou mais pisos. ....	124
Cartograma 8: Tipologia de Acessibilidades das Ruas da "Alta"......	134
Cartograma 9: Acessibilidades e Mobilidades da "Alta"......	136
Cartograma 10: Escolaridade da População com 65 ou mais anos da "Alta"......	140
Cartograma 11: Enquadramento da Área de Estudo: "Solum". .....	142
Cartograma 12: Delimitação da Área de Estudo: "Solum"......	143
Cartograma 13: Funções do Edificado na "Solum". .....	149
Cartograma 14: Tipologia de Acessibilidades das Ruas da "Solum"......	150
Cartograma 15: Acessibilidades e Mobilidades da "Solum"......	151
Cartograma 16: Escolaridade da População com 65 ou mais anos da "Solum"......	155
Cartograma 17: Enquadramento da Área de Estudo: "Botão"......	158
Cartograma 18: Delimitação da Área de Estudo: "Botão"......	159
Cartograma 19: Edificado não residencial do "Botão". .....	164
Cartograma 20: Tipologia funcional das habitações do "Botão". .....	166
Cartograma 21: Acessibilidades e Mobilidades do "Botão". .....	168
Cartograma 22: Tipologia de Acessibilidades das Ruas do "Botão"......	169
Cartograma 23: Enquadramento da Área de Estudo: "Casal do Lobo". .....	175
Cartograma 24: Delimitação da área de Estudo: "Casal do Lobo"......	176
Cartograma 25: Tipologia das habitações do "Casal do Lobo"......	180

## ÍNDICE DAS IMAGENS

Imagem 1: Zona Histórica: "Alta" de Coimbra.....	91
Imagem 2: Zona Histórica: "Baixa" de Coimbra. ....	92
Imagem 3: Novas centralidades: "Solum", "Celas" e "Vale das Flores". ....	94
Imagem 4: Bairros residenciais populares: "Fonte do Castanheiro", "Loreto" e "Alto de Santa Clara". ....	95
Imagem 5: Áreas urbanas verdes: Parque Verde do Mondego, Parque da Cidade, Mata Nacional do Choupal, Jardim Botânico, Jardim da Sereia e Praça da Canção. ....	97
Imagem 6: Zonas periféricas rurais: "Botão", "Casal do Lobo" e "São Paulo de Frades". ....	98
Imagem 7: Visões da "Alta": Da Ponte Pedonal Pedro e Inês; do Parque Verde do Mondego (margem direita); da Baixa; do Paço das Escolas; do Cemitério da Conchada; e da Ponte de Santa Clara. ....	119
Imagem 8: Edifícios da Universidade de Coimbra, na "Alta". ....	122
Imagem 9: Edifícios Residenciais da "Alta". ....	123
Imagem 10: Turismo recente na "Alta". ....	125
Imagem 11: "Repúblicas estudantis" da "Alta". ....	127
Imagem 12: Escadarias. ....	128
Imagem 13: Tipos de calçamento na "Alta". ....	129
Imagem 14: Ruas com muito declive. ....	130
Imagem 15: Déficit de calçadas e estacionamento. ....	131
Imagem 16: Sujeira e má conservação. ....	132
Imagem 17: Acessibilidades na "Alta". ....	133
Imagem 18: Mobilidades da "Alta". ....	135
Imagem 19: Edifícios residenciais e equipamentos da "Solum". ....	147
Imagem 20: Equipamentos e comércio da "Solum". ....	147
Imagem 21: Instituições educativas da "Solum". ....	148
Imagem 22: Ruas, calçadas e acessos da "Solum". ....	150
Imagem 23: Produção agrícola no "Botão". ....	160
Imagem 24: Centro de produção cimenteira CIMPOR, em Souselas. ....	160
Imagem 25: Vias e Balneário Fluvial do "Botão". ....	161
Imagem 26: Principais estruturas do "Botão" 1. ....	162
Imagem 27: Principais estruturas do "Botão" 2. ....	163
Imagem 28: Casas do "Botão". ....	165
Imagem 29: Casas de luxo do "Botão". ....	167
Imagem 30: Valas e desníveis para escoamento de águas pluviais no "Botão". ....	170
Imagem 31: Vias do "Casal do Lobo". ....	177
Imagem 32: Equipamentos sociais do "Casal do Lobo". ....	178
Imagem 33: Casas do "Casal do Lobo". ....	179

## ÍNDICE DOS QUADROS

Quadro 1: Densidade populacional (nº/km <sup>2</sup> ) e população residente (nº) por unidade territorial.....	99
Quadro 2: População residente por unidade territorial. Censos 2001 e 2011.....	100
Quadro 3: População residente por escalão etário (nº) e Índice de Envelhecimento em Portugal e Coimbra (nº). Censos 2001 e 2011.....	101
Quadro 4: População residente por escalão etário (nº) e Índice de Envelhecimento (nº) por freguesia de Coimbra. Censos 2011.....	101
Quadro 5: População idosa (65+) por subescalão etário e unidade territorial (nº). Censos 2011.....	102
Quadro 6: População de Portugal e Coimbra por sexo e escalão etário (nº). .....	103
Quadro 7: População desempregada por unidade territorial e sexo (nº).....	103
Quadro 8: Proporção do nível de escolaridade da população residente com idade igual ou superior aos 15 anos em Portugal e Coimbra (%). .....	104
Quadro 9: Proporção do nível de escolaridade da população residente com 15 ou mais anos, em Portugal e Coimbra, por sexo (%). .....	104
Quadro 10: Proporção dos níveis de escolaridade da população com 15 ou mais anos por unidade territorial e escalão etário (%). .....	105
Quadro 11: Proporção da população com 15 anos ou mais em Portugal e em Coimbra por nível de escolaridade, escalão etário e sexo (%). .....	105
Quadro 12: População da "Alta" por escalão etário. ....	137
Quadro 13: Escolaridade da população da "Alta" - Percentuais sobre o total da população. ....	138
Quadro 14: Escolaridade população da "Alta" - Percentuais sobre escalão etário. ....	138
Quadro 15: Escolaridade da população da "Alta" com 65 ou mais anos por subescalão etário - Percentuais sobre total geral. ....	139
Quadro 16: População da "Alta" por sexo e escalão etário. ....	141
Quadro 17: População da "Solum" por escalão etário. ....	152
Quadro 18: População da "Solum" por sexo e escalão etário. ....	152
Quadro 19: Escolaridade da população da "Solum" - Percentuais sobre o total da população. ....	153
Quadro 20: Escolaridade da população da "Solum" - Percentuais por escalão etário. ....	154
Quadro 21: Escolaridade da população da "Solum" com 65 ou mais anos por subescalão etário - percentuais sobre total população idosa. ....	154
Quadro 22: Ensino Superior 65 ou mais anos - "Solum". .....	155
Quadro 23: População do "Botão" por escalão etário. ....	171
Quadro 24: População do "Botão" por sexo e escalão etário. ....	171
Quadro 25: Escolaridade da população do "Botão" - Percentuais sobre o total da população. ....	172
Quadro 26: Escolaridade da população do "Botão" - Percentuais por escalão etário. ....	172
Quadro 27: Escolaridade população do "Botão" com 65 ou mais anos. ....	173
Quadro 28: Escolaridade da população do "Botão" com 65 ou mais anos por subescalão etário. ....	173
Quadro 29: Data de construção do edificado do "Casal do Lobo". .....	178
Quadro 30: População do "Casal do Lobo" por escalão etário. ....	180
Quadro 31: População do "Casal do Lobo" por sexo e escalão etário. ....	181
Quadro 32: Escolaridade da população do "Casal do Lobo" - Percentuais sobre total da população. ....	181
Quadro 33: Escolaridade população do "Casal do Lobo" com 65 ou mais anos. ....	182

Quadro 34: Escolaridade população idosa do "Casal do Lobo" por subescala etária.....	183
Quadro 35: População geral dos territórios do estudo por escala etária.....	183
Quadro 36: População idosa por subescala etária nos territórios do estudo.....	184
Quadro 37: Escolaridade geral das populações dos territórios do estudo.....	185
Quadro 38: Escolaridade da população idosa nos territórios do estudo por subescala etária.....	186
Quadro 39: Quadro geral dos/as participantes da pesquisa.....	193
Quadro 40: Perfil dos/as participantes da "Alta".....	194
Quadro 41: Perfil dos/as participantes do "Botão".....	201
Quadro 42: Perfil dos/as participantes da "Solum".....	208
Quadro 43: Perfil dos/as participantes do "Casal do Lobo".....	214

## ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Estrutura das Categorias Analítico-Interpretativas.....	68
Figura 2: Acessibilidades e Mobilidades - Quadro comparativo entre os territórios do estudo.....	262
Figura 3: Sociabilidades - Quadro comparativo entre os territórios do estudo.....	265
Figura 4: Territórios de Cuidado – Responsabilidades.....	280
Figura 5: Territórios de Cuidado: Acessibilidade/Mobilidade e Sociabilidade. ....	280

## LISTA DE APÊNDICES

APÊNDICE 1 – Imagens do rural no Rio Grande do Sul, Brasil;

APÊNDICE 2 – Roteiro das entrevistas 1 – “Inquérito de caracterização dos/as participantes, agregado familiar (se houver), moradia e entorno”;

APÊNDICE 3 – Roteiro das entrevistas 2 – “Entrevista sobre a relação de pessoas com 65 anos ou mais e os territórios onde vivem”.

## LISTA DE ACRÔNIMOS E SIGLAS

AAC – Associação Académica de Coimbra;

ACIC – Associação Comercial e Industrial de Coimbra;

ACRDCL – Associação Cultural, Recreativa e Desportiva do Casal do Lobo;

APAV – Associação Portuguesa de Apoio à Vítima;

ASCRSPF – Associação Social, Cultural e Recreativa de São Paulo de Frades;

ATL – Atividades de Tempos Livres;

AVC – Acidente Vascular Cerebral;

BGRI – Base Geográfica de Referenciação da Informação;

CAPEs – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior;

CASPAE10 – Centro de Apoio Social de Pais e Amigos da Escola N.º 10;

CD – Centro de Dia;

CEE – Comunidade Económica Europeia;

CEIS20 – Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX;

CEU – Conselho Europeu de Urbanistas;

CIAM – Congresso Internacional de Arquitetura Moderna;

CIM/RC – Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra;

CIRPAC – Comitê Internacional para Resolução de Problemas Arquitetónicos Contemporâneos;

CLAS – Conselho Local de Acção Social de Coimbra;

CMC – Câmara Municipal de Coimbra;

CSOP – Conselho Superior de Obras Públicas;

EN – Entrevista Narrativa;

EVU – Espaços Verdes Urbanos;

GCH – Gabinete para o Centro Histórico;

GIS – Sistema de Informação Geográfica;

ICNB – Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade;

IE – Índice de Envelhecimento;

IERU – Instituto de Estudos Regionais e Urbanos da Universidade de Coimbra;

iii – Instituto de Investigação Interdisciplinar;

INE – Instituto Nacional de Estatística;

INEM – Instituto Nacional de Emergência Médica de Portugal;

IPO – Instituto Português de Oncologia;

IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social;

EUROSTAT – Gabinete de Estatística da União Europeia;

NUTS – Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos;

OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico;

ONU – Organização das Nações Unidas;

PDR – Plano de Desenvolvimento Rural;

PNPA – Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade;

PRAUD – Programa de Reabilitação de Áreas Urbanas Degradadas;

PROGRAD – Pró-Reitoria de Graduação;

PROHABITA – Programa de Financiamento para Acesso à Habitação;

RECRIA – Regime Especial de Comparticipação na Recuperação de Imóveis Arrendados;

RECRIPH – Regime Especial de Comparticipação e Financiamento na Recuperação de Prédios Urbanos em Regime de Propriedade Horizontal;

REHABITA – Regime de Apoio à Recuperação Habitacional em Áreas Urbanas Antigas;

RU – Residências Universitárias;

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário;

SASUC – Serviços de Ação Social da Universidade de Coimbra;

SMTUC – Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra;

SOLARH – Programa de Apoio Financeiro Especial para a Realização de Obras de Conservação e Beneficiação em Habitações;

UC – Universidade de Coimbra;



UE – União Europeia;

UFSC – Universidade Federal de Santa Catarina;

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura;

UNICEF – Fundo das Nações Unidas para a Infância.



*Tive um chão (mas já faz tempo)*

*todo feito de certezas*

*tão duras como lajedos.*

*Agora (o tempo é que fez)*

*tenho um caminho de barro*

*umedecido de dúvidas.*

*Mas nele (devagar vou)*

*me cresce funda a certeza*

*de que vale a pena o amor.*

*(“As ensinanças da dúvida”, Thiago de Mello, 1981)*



**- NOTAS INICIAIS -**



## NOTAS INICIAIS<sup>1</sup>

*Assim nesse clima quente  
No espaço e tempo presente  
Meu canto eu lanço, não meço  
Minha rima eu arremesso  
Pra que nada fique intacto  
E tudo sinta o impacto  
Da ação de cada canção  
Preparem-se irmã, irmão  
Que isso é só o começo  
É só o começo  
Isso é só o começo  
É só o começo*

*(“Isso é só o começo”, Lenine, 2011)*

Dia 26 de janeiro de 2013. Num sábado chuvoso, desembarcamos, eu, meu marido e nosso filho, na Estação de Comboios<sup>2</sup> de Coimbra B. Conosco, três malas grandes e três mochilas: somente o essencial para o começo de uma estadia de quase quatro anos em terras lusitanas. Desembarcava conosco, de uma forma ou de outra, mesmo com “léguas a nos separar; tanto mar, tanto mar”<sup>3</sup>, uma vida inteira, deixada, de certa forma, em suspenso: família (incluindo nossa filha, meus pais – que, muito infelizmente, vieram a falecer durante este período – e minha sogra, já bastante idosa), colegas, amigos/as, casa, cidade, país... Com quase 50 anos, preparava-me para uma experiência nova, até então, para mim: estudar e viver em um outro país. Em meio aos receios, naturais, frente às novas perspectivas e aos novos desafios, apenas uma certeza: dar continuidade e aprofundamento aos estudos sobre velhice e envelhecimento que vêm me acompanhando desde minha graduação, “tardia”, para os padrões acadêmicos, em Ciências Sociais<sup>4</sup>.

Talvez por ser um dos representantes do aparente paradoxo entre natureza e cultura, ainda, por incrível que possa parecer, tão presente nas ciências sociais, a temática da velhice e do envelhecimento sempre me fascinou. Meu foco até então, entretanto, havia sido direcionado às mulheres e às questões relativas às modificações corporais, involuntárias e voluntárias (estas,

---

<sup>1</sup> Esta tese foi produzida, em sua quase totalidade, em forma de narrativa na primeira pessoa do singular. Algumas partes são mais descritivas, como a apresentação dos territórios, no Capítulo 2. As justificativas para esta escolha estão fundamentadas nas páginas que se seguem, neste capítulo.

<sup>2</sup> Embora esta tese seja escrita em português brasileiro, tomo a liberdade de utilizar alguns termos e expressões do português europeu – como é o caso de *comboio* –, sempre buscando defini-los/as e caracterizá-los/as comparativamente aos termos e expressões semanticamente semelhantes usados/as no Brasil. E vice-versa. Quero dizer que, ao longo do texto, alguns termos utilizados pelo português brasileiro serão “traduzidos” para o português europeu e alguns termos utilizados pelo português europeu terão sua “tradução” para o português brasileiro, conforme sinta a necessidade de fazê-lo. A ideia é estabelecer um diálogo entre ambas as formas do português: europeu e brasileiro, ainda que o teor da tese, por minha própria origem, seja grafado neste último. Assim, voltando para este caso específico, os *comboios* aqui referidos são chamados de *trens*, no Brasil.

<sup>3</sup> “Tanto mar”, música de Chico Buarque dedicada à Revolução dos Cravos, desencadeada em 25 de abril de 1974, marco da democratização de Portugal, período em que o Brasil ainda vivenciava uma forte ditadura militar.

<sup>4</sup> Com a monografia intitulada “Modelos Seniores: Corpo e Envelhecimento – Um Estudo Antropológico”, como trabalho final do curso de graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), em 2010, e a dissertação intitulada “Mulheres na Meia-Idade: Corpos, Envelhecimentos e Feminilidades”, como trabalho de conclusão do mestrado, também em Ciências Sociais, na mesma instituição, em 2012. Refiro-me, de forma provocativa, à minha graduação e posterior estudo de mestrado como “tardios”, pois, ao tê-los concluído com 43 e 45 anos, respectivamente, pude confirmar o quanto a vida acadêmica é estruturada em torno da juventude.

normalmente, na tentativa de “mascarar” os traços de envelhecimento) provocadas pelo envelhecimento e pela velhice, e seus reflexos, significados e implicações sociais e culturais.

Ao chegar a Portugal e, especialmente, a Coimbra, fiquei admirada com o envelhecimento de sua população — mais tarde confirmado por mim em consultas às bases estatísticas<sup>5</sup>. Seria a visibilidade numérica desses homens e mulheres idosos/as refletida em reconhecimento, respeito e dignidade, em convivência intergeracional solidária, harmônica e horizontal? Surpreendeu-me, também, a geografia de Coimbra, tão inóspita — ao menos nas minhas primeiras impressões — em suas ruas estreitas e íngremes, suas escadinhas a cortarem caminhos por entre as edificações, seu calçamento assimétrico e desregular, me parecendo imprópria aos pedestres, especialmente às pessoas com a mobilidade reduzida, como é o caso de algumas pessoas idosas. A causar-me ainda mais estranhamento, a cidade de Coimbra foi reconhecida pela União Europeia, em seguida à nossa chegada, como a única cidade portuguesa de referência para o envelhecimento ativo e saudável, a partir da constituição de um consórcio de instituições e pessoas organizado para este fim<sup>6</sup>.

Ratificando, cada vez mais, a velhice como um importante fenômeno contemporâneo universal, duas notícias: a primeira chegou-me ainda no hotel (mais especificamente um residencial antigo, no centro da cidade) onde estivemos hospedados em nossa primeira semana em Coimbra, antes de tomarmos por nosso o apartamento da Marta e do Nuno, nossos senhorios nestes quase quatro anos. Deparei-me, através de uma notícia veiculada em um telejornal nacional, com uma triste realidade: a solidão e o isolamento de centenas de idosos e idosas pelo país, notadamente em aldeias rurais de difícil acesso, mas, surpreendentemente, também em centros urbanos. A segunda, irônica, se não fosse trágica, desumana e até imoral: as declarações, no início de 2013, do ministro japonês das Finanças, Taro Aso, que, entendendo que os investimentos com a saúde dos sujeitos idosos em seu país representavam um custo muito elevado para o Governo japonês, sugeria que melhor seria que os mesmos “morressem rapidamente”<sup>7</sup>. Diante disso, a decisão estava tomada: minha investigação se debruçaria sobre a/s velhice/s, enquanto problemática social e cultural contemporânea.

A segunda temática — o/s território/s —, percebo agora, começou a se impor já na nossa chegada, para além de minhas primeiras impressões sobre a paisagem da cidade. Coimbra (e Portugal, como um todo), embora tivesse sempre se mostrado uma boa anfitriã, cujo acolhimento ainda que não propriamente efusivo, como, talvez, alguns brasileiros expectem e desejem (digo “alguns” por duvidar que as dimensões continentais do Brasil possibilitem uma “identidade brasileira”, tão frequentemente enaltecida, mas, com igual frequência, pouco reconhecida por grande parte de sua população, tão grande quanto diversa em seus pontos cardeais e colaterais), como havíamos percebido desde o início, não era território ao qual pertencíamos. A cultura, a

---

<sup>5</sup> Estatísticas que confirmaram, também, ser este — o envelhecimento — um fenômeno contemporâneo global, ainda que diferenciado nos vários países.

<sup>6</sup> Este consórcio é chamado de Ageing@Coimbra. Para mais informações, [www.ageingcoimbra.pt](http://www.ageingcoimbra.pt).

<sup>7</sup> As declarações do ministro Aso foram reportadas pela imprensa mundial. Ver, por exemplo: <http://www.publico.pt/mundo/noticia/ministro-japones-diz-que-idosos-doentes-devem-morrer-rapidamente-para-o-bem-da-economia-1581680>, ou <http://oglobo.globo.com/mundo/ministro-japones-de-72-anos-diz-que-idosos-devem-se-apressar-morrer-7365724>, ambas as notícias publicadas em 22 de janeiro de 2013. O fato de ele mesmo se encontrar, à época, com 72 anos de idade não minimiza os efeitos de suas declarações. Em vez disso, mostra que, não raramente, a velhice é associada somente aos sujeitos mais vulneráveis, principalmente em termos de saúde, financeiros e sociais.



língua<sup>8</sup>, os costumes, mesmo que semelhantes, não eram iguais aos de Santa Maria, Rio Grande do Sul, Brasil, para dizer o mínimo, nos quais fomos educados e criados e que fazem parte de nossa identidade<sup>9</sup>. O estranhamento foi inevitável e a sensação de que nós éramos os estranhos – invasores, quase – pairou, também inevitavelmente, sobre nossa temporada em Portugal, refletindo-se, certamente, no desenvolvimento desta investigação. Compreendi que a temática dos territórios extrapola as questões espaciais, geográficas e paisagísticas. Os territórios são elementos muito importantes na elaboração e (re)significação dos contextos sociais, culturais e psicológicos, constituindo-se, muitas vezes, como definidores das próprias identidades, individuais e coletivas.

É difícil dizer qual dos dois surgiu primeiro: as questões investigativas ou os sujeitos da pesquisa. Muito provavelmente, os dois elementos foram se constituindo simultaneamente. O fato é que os contornos desta investigação foram sendo traçados, pouco a pouco, a partir da definição, também processual, de ambos. A questão principal que se colocou diante de mim foi a seguinte: em que medida os territórios influenciam – ou não – na(s) gestão(gestões) das velhices? Em outras palavras: pode-se dizer que as diferentes maneiras de envelhecer são, de certa forma, fruto das vivências das pessoas idosas nos/com os territórios?

Disposta a desenvolver uma investigação interdisciplinar, já que sempre entendi ser esta a exigência de sujeitos<sup>10</sup> tão multifacetados como a/s velhice/s e as pessoas idosas (exigência ampliada, agora, com a introdução da temática do/s território/s, outro sujeito complexo e pluridimensional), encontrei em meu orientador e minhas orientadoras (respectivamente das áreas da geografia, ciências da educação/psicologia e antropologia) a possibilidade de construir e amadurecer o projeto de investigação que culminou nesta tese. Assim, partindo do pressuposto de que os territórios são elementos essenciais na construção, constituição e vivência das velhices – e vice-versa – lancei-me, juntamente com meu orientador e minhas orientadoras, à tentativa de desvendar as lógicas e mecanismos desenvolvidos nessas relações: velhices/territórios.

Ciente da necessidade de direcionar o olhar, escolhi três eixos principais como base central dessas relações: as *mobilidades* e as *acessibilidades* dos territórios escolhidos para o estudo e as *sociabilidades* desenvolvidas pelos sujeitos idosos com/nestes territórios, onde vivem e onde constroem seus cotidianos, suas relações e suas identidades. Estes três eixos são, não por coincidência, também relacionais. Assim, se é exagerado afirmar uma interdependência e uma interdeterminância entre os três, considero adequado pensá-los como interinfluentes, coparticipantes, de certa forma, dos maiores ou menores sucessos e até dos insucessos nas relações velhices/territórios. Justifico a escolha destes eixos por entendê-los como imprescindíveis nessas relações, além de passíveis de serem observados e analisados tanto em sua presença quanto em sua ausência.

Também consciente das diversidades existentes em um mesmo território, optei pelo aumento na gradação da escala de observação, escolhendo, dentro de um mesmo concelho<sup>11</sup> – Coimbra –, quatro territórios – dois urbanos, dois rurais – com

---

<sup>8</sup> “Falar-se a mesma língua não só não exclui que existam grandes diferenças no vocabulário, mas que significados e interpretações diferentes podem ser dados a palavras, categorias ou expressões aparentemente idênticas” (Velho, 1978: 38).

<sup>9</sup> Curiosamente, as diferenças nos referenciais geográficos, incluindo aí a posição dos astros no céu, foram muito marcantes à nossa experiência europeia, principalmente quando de nossa chegada ao hemisfério norte.

<sup>10</sup> Por entender a pesquisa em ciências sociais e humanas como um processo relacional, construído coletivamente por todas as pessoas que dela fazem parte, investigadores/as e investigados/as, e, ainda, dos contextos em que ela se realiza, recuso a nomenclatura “objeto” ao me referir aos “sujeitos” da pesquisa: as pessoas idosas, os territórios onde vivem e suas relações.

<sup>11</sup> A palavra *concelho*, usada no português europeu, é sinônimo de *município*, palavra usada no português brasileiro, mas também no europeu, com o mesmo sentido.

características próprias, por vezes semelhantes, por vezes diversas entre si, o que possibilitou análises pormenorizadas por território e múltiplas comparações entre eles.

A opção por investigar territórios urbanos e rurais em um mesmo concelho deu-se, basicamente, por um motivo. Minhas impressões iniciais, principalmente a partir dos dois territórios urbanos e centrais escolhidos para este estudo – a zona “Alta” do centro histórico e a nova centralidade urbana da “Solum” –, indicavam realidades muito diversas. Esta diversidade de realidades territoriais, ainda que cada território estudado faça parte de um mesmo território maior, foi o que me levou, aliás, a considerar a possibilidade de que diferentes estruturas e dinâmicas territoriais sejam capazes de influenciar as vivências produzidas em cada território, especialmente para as pessoas idosas, cujas mobilidades são, muitas vezes, reduzidas e/ou condicionadas. Às motivações iniciais, seguiu-se, então, meu interesse investigativo em ampliar o estudo com mais dois territórios – estes, com características rurais: a zona do “Botão” e a zona do “Casal do Lobo”<sup>12</sup>, buscando também na caracterização urbano/rural um meio de diferenciação e comparação. Assim, pretendo, com este estudo, transformar um único concelho – Coimbra – em um laboratório/observatório social. Com isso quero dizer que as especificidades desse concelho, como o envelhecimento populacional, as características geográficas, paisagísticas, históricas e arquitetônicas, ou a aspiração de se transformar em uma “Cidade Amiga do Idoso”, pautando experiências europeias e mesmo mundiais, por exemplo, permitem que o mesmo possa ser tomado como referência para futuros trabalhos, possibilitando novas análises e reflexões com base em comparações de semelhanças e diferenças. Dessa forma, pretendo que o alargamento dos quadros de conhecimento aqui construídos seja capaz de fornecer alguns modelos de análise e comparação que possam ser aplicados e verificados em outros contextos territoriais (Lopes, 2000), inclusive brasileiros, desde que resguardadas e levadas em conta as devidas proporções entre os diferentes territórios.

Na tentativa de tornar a leitura acessível e fluente, buscando uma interação direta com quaisquer manifestos/as leitores/as, opto, deliberadamente, por uma linguagem mais clara e objetiva, dentro de uma proposta de narrativa que pode ser considerada *pós-moderna*<sup>13</sup>, na primeira pessoa do singular<sup>14</sup>, assumindo o português brasileiro e, assim, minha posição enquanto observadora/pesquisadora. Por outras palavras, as descrições, análises, ponderações, sugestões/proposições aqui expressas foram realizadas por uma mulher, branca, brasileira, de meia idade, para aludir a alguns traços mínimos de minha identidade<sup>15</sup>. São,

---

<sup>12</sup> A apresentação e a contextualização territorial serão feitas no segundo capítulo deste trabalho.

<sup>13</sup> Busco o que Derrida, em diálogo com Roudinesco (2004: 206), propõe: uma “leitura assinada”. Seguindo a linha de pensamento de Fischer (2005: 118), também “[r]eivindico que todo o tempo, todo o esforço intelectual, todo o afeto que pomos nessa jornada – que inclui filiação a uma certa linha de pensamento, escolha de orientadores e de referenciais, definição de temas e objetos de pesquisa, realização de estudos, levantamento de dados, escritas diversas – isso talvez pudesse resultar em textos mais vibrantes, mais vivos, mais mobilizadores de nós mesmos e daqueles que nos leem”. Segundo Lewgoy (1998: 89) a presença do autor no texto é uma das reivindicações da antropologia pós-moderna.

<sup>14</sup> Nesse sentido, contraponho-me a Eco (2005) e Coutinho (2014: 260), dentre outros, que defendem, na escrita denominada *acadêmica*, o uso da primeira pessoa do plural – o *nós* – que chamam de “plural majestático” (ou “*not majestatis*”, como referenciado por Eco (2005: 122)) sob o argumento de que “escrever é um ato social”. Embora concorde com a concepção da escrita enquanto um ato social, acredito, tal como Veiga-Neto (2014) e Becker (2015), que o “eu”, por sua pessoalização e personificação, possibilite um contato mais horizontal e, por isso, uma maior integração e socialização entre as partes envolvidas no processo de escrita-leitura, ainda que esse processo seja *acadêmico*. Situar a academia em seu devido lugar, como um importante, porém não único, elemento dos que coabitam os espaços da *vida cotidiana*, é, sem dúvida, um dos objetivos transversais deste trabalho, a partir de seu enquadramento na linha de pesquisa em Comunicação e Educação. Por outro lado, com o uso da primeira pessoa do singular procuro seguir a tradição narrativa da antropologia, e mesmo da sociologia, onde é aconselhável – se não imprescindível – que a pessoa do/a investigador/a seja reconhecida no diálogo que trava com os demais sujeitos.

<sup>15</sup> Sobre este aspecto, Burgess (1997: 96) destaca a necessidade de “considerar em que medida é que a experiência, a idade, o sexo, a etnia influenciam esse papel [desempenhado pelo/a investigador/a], as relações estabelecidas e o próprio processo da pesquisa”.

portanto, assumidamente limitadas e condicionadas. Assim, na expectativa de atender aos princípios da acessibilidade, clareza e fluidez, a presente tese foi estruturada em quatro capítulos interdependentes.

No primeiro capítulo, “Palavras Cruzadas”, apresento a metodologia empregada para o desenvolvimento do estudo, a partir de recortes disciplinares, conceituais e metodológicos, além das categorias sociais, de análise e analítico-interpretativas e os eixos, que embasam este trabalho e seus necessários cruzamentos, tanto analíticos quanto interpretativos.

O segundo capítulo, “Espaços e Tempos”, é dedicado, em primeiro lugar, a uma reflexão teórica sobre as questões dos territórios. Em seguida, os territórios estudados são apresentados, com recurso à cartografia territorial, imagens fotográficas e tabelas, através de enquadramentos e caracterizações históricos/as, geográficos/as, demográficos, paisagísticos/as e arquitetônicos/as.

No capítulo terceiro, “Territorialidades: Vidas Cotidianas”, descrevo as experiências etnográficas desenvolvidas em cada um dos territórios, tendo como elementos-chave as pessoas idosas, suas dinâmicas, dificuldades, estratégias, necessidades, a partir das relações territoriais estabelecidas, levando-se em consideração os eixos das *mobilidades*, das *acessibilidades* e das *sociabilidades* vivenciadas por essas pessoas em cada um dos territórios, na tentativa de responder à seguinte questão: “Como se dão as diversas experiências de velhices nos diferentes territórios?”. Também neste capítulo, apresento a análise e a interpretação das entrevistas, realizadas a partir das orientações metodológicas, epistemológicas e conceituais da etnografia, mas tomando de empréstimo algumas orientações do método/técnica da análise de conteúdo, tendo sempre em conta as observações e as interações estabelecidas durante todo o processo.

Finalmente, o quarto e último capítulo, “Projeções”, é dedicado às ponderações e considerações sumárias, no intuito de oferecer sugestões de ações e políticas estratégicas, envolvendo os vários atores e instâncias sociais, para qualificar as relações entre as velhices e os territórios, a partir do entendimento da necessidade (e da urgência) de mudanças paradigmáticas, políticas, comportamentais/relacionais e estruturais nas vivências sociais contemporâneas.

Seguem-se “Notas Finais”, sobre as quais, embora à guisa de conclusão, não tenho pretensão de que sejam herméticas, estáticas. Mesmo assim, no final deste percurso investigativo foi-me possível tecer algumas importantes considerações. A principal delas é a confirmação da importância dos territórios, e das relações neles e com eles estabelecidas, para as múltiplas vivências de velhice. Nesse sentido, o estudo aponta para uma responsabilidade coletiva na qualificação dessas experiências — e, em contrapartida, para uma responsabilização também coletiva pelas experiências negativas que muitas pessoas vivenciam quando chegam à velhice. Em outras palavras, para que haja maior qualidade de vida na velhice — e, por extensão, em todas as etapas e fases do curso de vida — é necessário o envolvimento responsável de todos/as: indivíduos, coletividades, organizações, instituições públicas e privadas.

Reitero, finalmente, que este, embora construído de forma coletiva, a partir de pluralidades de sujeitos, de conceitos, de disciplinas, de pontos de vista, de análises e de interpretações, é um trabalho limitado. Limitado pelos seus recortes, enquadramentos, filtros; limitado pelas circunstâncias e contextos (os “imponderáveis da vida real”, diria Malinowski (1978: 29)); pela minha própria trajetória e formação pessoal, profissional e acadêmica, além de meus próprios sentimentos, gostos, preferências, prioridades, espaços e tempos. Esta tese é fruto de reflexões situadas e, por isso, necessariamente incompletas. É

nesta incompletude que os seres humanos, as realidades e os conhecimentos se constroem, se desconstroem e se reconstroem, num movimento que é permanente e dialético, que é um *vir a ser*, não um *ser* em si mesmo; que é um processo, não um estado (Bocchi; Ceruti, 1999: 152). Assumo as limitações e incompletudes deste trabalho. Este é *um* estudo que, humilde e respeitosa, mas, também, legitimamente, espera fazer parte de uma pluralidade de outros, provocando novas reflexões, interpretações e interesses investigativos.

**- CAPÍTULO I -**  
**Palavras Cruzadas**



*Não tenho o sol escondido  
no meu bolso de palavras.  
Sou simplesmente um homem  
para quem já a primeira  
e desolada pessoa  
do singular – foi deixando,  
devagar, sofredamente  
de ser, para transformar-se  
- muito mais sofredamente -  
na primeira e profunda pessoa  
do plural.*

*(“Para os que virão”, Thiago de Mello, 1991 [1975])*





# I. CAPÍTULO I: Palavras Cruzadas

*As palavras esvoaçam  
cruzam o apogeu dos céus  
e os limites do solo fértil,  
acordam em cada enlaço  
e enlaçam-se em cada regaço...  
Tecem amores e alienações  
esgotam o mel e o fel  
em cada gota vertida no asilo do olhar!  
Arranham a pele e acariciam o árido véu!  
As palavras são só palavras  
cruzam-se em cruzadas  
pintadas na solidão em meras poesias  
ou prosas provadas de exímios instantes  
desalinhados na folha virgem  
de um papel com vida!*

*(“Palavras Cruzadas”, Ana Coelho, 2010)*

## I.1. Notas Introdutórias ao Capítulo I

Como anunciei anteriormente, este trabalho nasceu a partir de pluralidades: de atores, de interpretações, de categorias – sociais, de análise e analítico-interpretativas –, de disciplinas, de conceitos, de procedimentos metodológicos. Estas pluralidades pouco ou nada diriam se não possibilitassem cruzamentos entre si. Por outras palavras, importam, para este trabalho, as relações estabelecidas dentro desse *universo/diverso* tão múltiplo. É nas relações de complementaridades, convergências, aproximações, contradições, divergências e oposições que reside a riqueza da vida humana, vivida cotidianamente.

Os caminhos percorridos neste trabalho indicam esta direção: a interdisciplinaridade, que, necessariamente, requer um esforço acrescido, pois pressupõe o confronto constante, através do debate, da busca por consensos e dissensos entre as disciplinas convocadas na compreensão de determinado fenómeno ou situação; os conceitos e concepções, por vezes também interdisciplinares e, por outras, fundantes de cada uma das disciplinas; as categorias aqui estudadas, por excelência intra e inter-relacionais, entre si e com outras categorias; os procedimentos metodológicos escolhidos para dar conta dos questionamentos levantados durante o percurso da investigação.

Neste capítulo, proponho uma visão recortada dos elementos que compõem este estudo, destacando, separadamente, cada um deles para, mais adiante, estabelecer as colagens e cruzamentos necessários ao diálogo aqui sugerido.

## 1.2. Recortes

*As partes só são partes quando participam de um todo.*

*(“A questão da participação: fragmento, parte e todo”, Natalia Velloso, 2008)*

*O conhecimento das partes depende do conhecimento do todo e o conhecimento do todo depende do conhecimento das partes.*

*(Edgar Morin, 2003)*

Os recortes aqui apontados têm como objetivo explicitar os elementos-base que compõem este trabalho, justificando sua escolha e necessidade nesta composição, a partir de suas definições e significados para este contexto específico. Assim, “recortar”, aqui, não tem a intenção de desconectar ou descontextualizar os elementos, mas trazê-los à superfície através de uma espécie de “zoom”, mostrando, em suas especificidades e características próprias, as escolhas disciplinares, categoriais, conceituais e metodológicas aqui realizadas.

### 1.2.1. Disciplinas

*É preciso substituir um pensamento que isola e separa por um pensamento que distingue e une. É preciso substituir um pensamento disjuntivo e redutor por um pensamento do complexo, no sentido originário do termo “complexus”: o que é tecido junto.*

*(Edgar Morin, 2003)*

*De fato, a hiperespecialização impede de ver o global (que ela fragmenta em parcelas), bem como o essencial (que ela dilui). Ora, os problemas essenciais nunca são parceláveis, e os problemas globais são cada vez mais essenciais. Além disso, todos os problemas particulares só podem ser posicionados e pensados corretamente em seus contextos; e o próprio contexto desses problemas deve ser posicionado, cada vez mais, no contexto planetário.*

*(Edgar Morin, 2003)*

Buscando atender ao apelo interdisciplinar, promovido, em minha percepção, pelas próprias características multidimensionais e relacionais das categorias aqui tomadas como sujeitos da investigação – velhices e territórios –, optei pelo olhar das ciências sociais e humanas em suas várias disciplinas.

Em primeiro lugar, pela compreensão de velhices e territórios como categorias construídas social e culturalmente. Tais construções, embora alicerçadas também sobre bases naturais, tanto no caso das velhices, quanto no dos territórios, imprescindem das representações, imaginários e significados, contextualizados no tempo e no espaço, próprios das dimensões sociais e culturais.

Em segundo, por entender a necessidade, a relevância e a urgência, reforçadas pelo contexto sociocultural contemporâneo, de se estudar as velhices, os territórios e suas relações sob a ótica das ciências sociais e humanas, tantas vezes relegadas a um plano de subalternidade frente às ciências naturais e exatas e às inovações tecnológicas<sup>16</sup>. Com isso, não intenciono advogar por um afastamento entre as ciências sociais e humanas e as ciências naturais e exatas. Ao contrário, entendo que ambos os campos fazem sentido quando se verifica, entre os dois, um objetivo comum: revestir as vidas humanas e suas relações de sentidos, qualificando as experiências e vivências. Defendo, dessa forma, um equilíbrio entre estes campos científicos, pois, nas palavras de Geertz (2001: 141), “[p]or mais diferentes que sejam, as ciências naturais e as ciências humanas talvez não sejam tão radicalmente outras, e seu congresso intelectual pode não ser tão inevitavelmente estéril”. Morin (2005) ratifica a argumentação de Geertz (2001): “Trata-se, doravante, de procurar a comunicação entre a esfera dos objetos e a dos sujeitos que concebem esses objetos. Trata-se de estabelecer a relação entre ciências naturais e ciências humanas, sem as reduzir umas às outras (pois nem o humano se reduz ao biofísico, nem a ciência biofísica se reduz às suas condições antropossociais de elaboração” (Morin, 2005: 31).

Assim, para este estudo, foram convocados os contributos da antropologia, da sociologia, da psicologia, da filosofia, da geografia, da história e da educação. Também foram chamadas as áreas da arquitetura e do urbanismo<sup>17</sup>, entendidas, neste momento, como importantes para a compreensão das relações velhices/territórios, principalmente se levarmos em conta os eixos de análise escolhidos (acessibilidades, mobilidades e sociabilidades).

Ressalto, ainda, a compreensão de interdisciplinaridade que perpassa este trabalho. A interdisciplinaridade é aqui compreendida a partir da convergência, complementaridade e cruzamento entre as disciplinas. O prefixo “inter” anuncia uma compreensão para além da pluralidade disciplinar, significando, também, uma intersecção entre os diferentes saberes. Assim, na busca de responder a um problema complexo ou atender às multidimensionalidades de um determinado sujeito de pesquisa, apelam-se a várias disciplinas que – cada uma a partir de seus próprios fundamentos conceituais, epistemológicos e metodológicos – podem, através de um movimento de abertura a cada uma delas, dar seu contributo, unindo conhecimentos, linguagens e estratégias, possibilitando, também, novos níveis de compreensão das realidades investigadas (Pombo, 2013: 38).

Embora a interdisciplinaridade venha ganhando terreno, surgindo como uma importante área institucional de investigação, esta pode ser considerada uma área incipiente, ainda em desenvolvimento, que dá seus primeiros passos rumo à sua consolidação. Em termos históricos, as noções construídas em torno do conceito de interdisciplinaridade remontam os limiares dos

---

<sup>16</sup> Apenas a título de exemplo, muitas respostas sociais enfatizam soluções baseadas em inovações tecnológicas (como é o caso dos aparelhos usados para o monitoramento da saúde ou para o controle de quedas de pessoas idosas, por exemplo), em detrimento a soluções com apelo mais humano e social. Como bem analisa Nussbaum (2015: 8): “O incentivo ao lucro sugere a muitos líderes ansiosos que a ciência e a tecnologia têm uma importância decisiva para o futuro bem-estar de seus países. Não devemos ser contra a ciência de qualidade e a educação técnica, e não estou sugerindo que os países devam parar de tentar progredir nessa área. Minha preocupação é que outras competências, igualmente decisivas, correm o risco de se perder no alvoroço competitivo; competências decisivas para o bem-estar interno de qualquer democracia e para a criação de uma cultura mundial generosa, capaz de tratar de maneira construtiva, dos problemas mais prementes do mundo”.

<sup>17</sup> Guiducci (1980: 25) defende que o urbanismo deva ser considerado uma ciência: “a ciência da programação democrática espacial”.

anos 1970, na França (Paviani, 2008: 09). Segundo Paviani (2008), os movimentos políticos – sobretudo o Maio de 1968<sup>18</sup> – foram decisivos na reivindicação por atividades interdisciplinares no seio das instituições de ensino, reivindicação esta liderada pela filosofia. As transformações nos modos de produção da ciência e na percepção da realidade, bem como de uma nova ordem política e organizacional das instituições de ensino e pesquisa foram os impulsionadores do processo interdisciplinar (Paviani, 2008: 14).

Seguindo uma base científica positivista que, a partir do século XIX – mas com ênfase no século seguinte, em que grandes avanços científicos e tecnológicos foram presenciados<sup>19</sup> –, provocou uma ruptura entre ciência e filosofia (Pombo, 1993b; 2005), ainda é bastante frequente o privilégio que algumas esferas do conhecimento dão ao saber especializado (Schimanski, 2013)<sup>20</sup>. Por outras palavras, a especialização, a separação do conhecimento em disciplinas mais ou menos autônomas revela a opção metodológica e analítica feita pela ciência moderna: a adoção da proposta elaborada por Galileu e Descartes de “esquartejar’ cada totalidade, cindir o todo em pequenas partes por intermédio de uma análise cada vez mais fina” (Pombo, 2005: 06).

Descartes havia fundado os progressos do conhecimento na capacidade de separar as dificuldades umas das outras, resolvê-las sucessivamente, de maneira a bem resolver um problema. Este princípio de separação estava de alguma forma confirmado, no desenvolvimento das ciências, pela separação das disciplinas umas em relação às outras. Era inteiramente legítimo circunscrever um domínio disciplinar para fazer progredir o conhecimento sem levar em conta as interferências. De resto, a própria ideia de experimentação significa separar. Tiro um corpo do seu meio natural, separo-o, coloco-o num meio artificial que controlo e sobre o qual faço variar um certo número de determinações, e que me permitem conhecê-lo... (Morin, 1999: 22).

Se a especialização científica trouxe inegáveis benefícios, relacionados, sobretudo, aos grandes avanços da ciência – com o aprofundamento de cada disciplina à sua própria especialidade e com o desenvolvimento de epistemologias, metodologias, conceitos e estratégias próprias –, trouxe, entretanto, elevados custos: sabe-se cada vez mais acerca de um único objeto, sem se conseguir, no entanto, estabelecer conexões com os demais; cria-se uma incomunicabilidade entre as chamadas ciências da natureza e as ciências do espírito; estabelece-se uma danosa hierarquização entre as disciplinas, que acabam por competir, de forma cada vez mais desigual, por financiamentos e, conseqüentemente, por visibilidade e poder (Pombo, 2005). Ou seja, essa especialização acabou por gerar uma série de conflitos entre disciplinas, que buscam, cada uma delas, proteger seus próprios domínios e espaços, suas fronteiras disciplinares.

Morin (2003) resume bem o paradoxo da especialização disciplinar: “Assim, os desenvolvimentos disciplinares das ciências não só trouxeram as vantagens da divisão do trabalho, mas também os inconvenientes da superespecialização, do

---

<sup>18</sup> Movimento que começou como uma reivindicação por reformas no setor educacional. Sendo violentamente reprimido pela polícia, o movimento estudantil inicial acabou por desencadear uma greve geral, liderada por estudantes e operários, unidos pelos direitos humanos, pela liberdade e pela democracia. A onda de protestos foi tão grande que culminou com a renúncia, um ano mais tarde, de Charles De Gaulle, então presidente francês (Thiolent, 1998).

<sup>19</sup> Como os avanços nos meios de comunicação e de transporte e as grandes descobertas nas áreas da saúde – como as vacinas e o antibiótico, por exemplo –, e no saneamento básico.

<sup>20</sup> Quando buscamos a história de cada uma das disciplinas, entretanto, podemos perceber uma origem comum, prova de que, antes dessa ruptura, ciência e filosofia eram uma coisa só.

confinamento e do despedaçamento do saber. Não só produziram o conhecimento e a elucidação, mas também a ignorância e a cegueira” (Morin, 2003: 15).

Velho (1980: 15) compreende este processo na direção inversa: não seria a especialização que criaria conflitos entre as disciplinas, mas a necessidade de constituição de uma identidade própria a partir da demarcação de fronteiras institucionais e departamentais e a permanente luta por recursos e reconhecimento é que levariam o mundo acadêmico a “uma tendência à especialização e à diferenciação que não pode *apenas* ser explicada pela crescente complexificação do conhecimento” (grifo do autor), ou seja, a complexificação do mundo contemporâneo não seria, segundo Velho (1980), a principal responsável pela divisão disciplinar do conhecimento.

A propósito dessa especialização científica e disciplinar, Schopenhauer (2009) elabora uma crítica bastante ácida e irônica, comparando o especialista a um operário no modelo de produção capitalista:

Em geral, um erudito tão exclusivo em uma área é análogo ao operário que, ao longo de sua vida, não faz nada além de mover determinada alavanca, ou gancho, ou manivela, em determinado instrumento ou máquina, de modo a conquistar um inacreditável virtuosismo nessa atividade. Também é possível comparar o especialista com um homem que mora em sua casa própria, mas nunca sai dela. Na casa, ele conhece tudo com exatidão, cada degrau, cada canto e cada viga, como, por exemplo, o Quasimodo [personagem que dá título ao romance “O Corcunda de Notre-Dame”] de Victor Hugo conhece a catedral de Notre-Dame, mas fora desse lugar tudo lhe é estranho e desconhecido (Schopenhauer, 2009: 30-31).

A complexidade das sociedades e dos fenômenos contemporâneos, entretanto, também pode ser compreendida como propulsora de uma aproximação entre as disciplinas, já que a especialização não consegue responder às questões e equacionar os problemas que tais fenômenos suscitam, acabando por complexificá-los cada vez mais.

Essa complexidade diz respeito, “simultaneamente a ‘atribuição espontânea de uma certa característica à coisa-em-si’ e [a]o reconhecimento de que ‘não possuímos uma explicação satisfatória para o que observamos, não temos um modelo que nos permita interligar todos os aspectos’” (Pimenta, 2005: 08). “Vista como uma teoria epistemológica ou como uma proposta metodológica” (Paviani, 2008: 14), a interdisciplinaridade seria, então, uma solução para os impasses gerados pela especialização disciplinar, como “as fragilidades reveladas pela prática científica no confronto com algumas problemáticas [...], as preocupações com uma ‘humanização’ das ciências e da cultura e ainda as transformações institucionais associadas ao trabalho em rede” (Pimenta, 2005: 08).

A reforçar a argumentação pela necessidade do esforço interdisciplinar para responder às várias questões que se colocam na contemporaneidade, Pombo (2005) apela às razões culturais próprias desta fase histórica:

É que, paradoxalmente, no estado de enorme avanço em que a nossa ciência se encontra, o progresso da investigação faz-se, cada vez mais, não tanto no interior dos adquiridos de uma disciplina especializada, mas no cruzamento das suas hipóteses e resultados com as hipóteses e os resultados de outras disciplinas.

Ou seja, num número cada vez maior de casos, o progresso da ciência, a partir, sobretudo, da segunda metade do século XX, deixou de poder ser pensado como linear, resultante de uma especialização cada vez mais funda mas, ao contrário e cada vez mais, depende da fecundação recíproca, da fertilização heurística de umas disciplinas por outras, da transferência de conceitos, problemas e métodos – numa palavra, do cruzamento interdisciplinar. Trata-se de reconhecer que determinadas investigações reclamam a sua própria abertura para conhecimentos que pertencem, tradicionalmente, ao domínio de outras disciplinas e que só essa abertura permite aceder a camadas mais profundas da realidade que se quer estudar. Estamos perante transformações epistemológicas muito profundas. É como se o próprio mundo resistisse ao seu retalhamento disciplinar (Pombo, 2005: 09).

Essa mesma autora aponta, ainda, cinco argumentos em favor da interdisciplinaridade: (i) o argumento metafísico refere que os sujeitos e fenômenos investigados “existem realmente, como horizonte único e comum para o qual convergem todas as ciências”; (ii) o argumento transcendental, para o qual “a razão humana está construída com base num princípio de coerência e unidade”; (iii) o argumento antropológico, que leva em conta “a natureza essencialmente comunicativa da razão humana”, que permite a ultrapassagem das “barreiras linguísticas e conceptuais que existem entre as diferentes ciências”; (iv) o argumento cultural e histórico, que apela às necessidades de se responder à “parcelização da cultura” na contemporaneidade, à “complexidade constitutiva da civilização contemporânea” e, ainda, à entrada da humanidade em uma nova fase histórica, marcada “pela crescente velocidade da informação e pela multiplicidade e complexidade dos meios técnicos de seu processamento”; e, por fim, (v) o argumento pela sobrevivência da escola, enquanto instituição que pode “promover o desenvolvimento de atitudes, hábitos e formas de trabalho interdisciplinar” (Pombo, 1993: 05-08).

Dessa forma, o esforço interdisciplinar a partir da integração entre os vários saberes disciplinares deve possibilitar uma compreensão recíproca a respeito do fenômeno que se pretende estudar, exprimindo, assim, através de uma linguagem única e consensual, os “conceitos, as preocupações e os contributos de um número maior ou menor de disciplinas que, de outro modo, permaneceriam fechadas em suas linguagens especializadas” (Delattre, 2006: 280).

De fato, o empreendimento interdisciplinar se constitui mesmo em um esforço. A unidisciplinaridade, na qual a maioria de nós, investigadores/as, cientistas e profissionais, de um modo geral, fomos formados/as, dificulta a apropriação conceitual, epistemológica e metodológica de uma (ou umas) outra/s disciplina/s. Assim,

[a]dentrar pelos meandros de uma disciplina ‘estranha’, da qual estamos, na grande maioria das vezes, completamente alheios, não é tarefa fácil, sendo necessária uma abertura de mão dupla: de um lado, por quem se envereda por esses novos caminhos; de outro, a quem cumpre o papel de guia nessa aventura, lembrando que, para um verdadeiro diálogo entre as disciplinas, os papéis devem, vez por outra, se inverter (Veiga *et al*, 2016: 564).

A escolha, na realização deste estudo, de determinadas disciplinas das ciências sociais e humanas se deve pelo entendimento das contribuições que cada uma delas e todas, em sua complementaridade e integração, pode/podem dar na compreensão das relações entre velhices e territórios a partir dos eixos das mobilidades, acessibilidades e sociabilidades. Assim,

embora sinta a necessidade de justificar cada uma das disciplinas e/ou áreas chamadas a esta discussão, explicitando-as e especificando-as, reafirmo meu compromisso com o desafio de construir uma investigação interdisciplinar, na qual as fronteiras entre cada uma das disciplinas sejam de tal forma tênues que se tornem quase imperceptíveis. Entretanto, cumpre lembrar que:

Não há interdisciplinaridade sem disciplinaridade e em várias situações a disciplinaridade resulta de uma interdisciplinaridade. Dividir e juntar é um processo dialético cuja síntese representa frequentemente um progresso científico. Em certas fases históricas a especialização é mais importante que a combinação de saberes. Foi ela que permitiu a grande aventura intelectual que foi o nascimento da ciência moderna e o desenvolvimento cultural e ainda no passado século grandes epistemólogos defendiam que a especialização era condição essencial para a continuação desse crescimento científico (Pimenta, 2005: 08).

Embora as colocações de Pimenta (2005) pareçam, à primeira vista, contradizer o argumento favorável à interdisciplinaridade, trago-as no intuito de fortalecer este argumento. Acredito na interdisciplinaridade como um processo capaz de responder às complexidades das problemáticas contemporâneas. Entretanto, a própria palavra – interdisciplinaridade – pressupõe a existência de disciplinas que, em um processo dialógico, se dão as mãos em busca de respostas para as problemáticas demandadas. Ou seja, são elas – as disciplinas – que em um conjugar de esforços constroem a interdisciplinaridade. Nesse sentido, Santos (2004: 148) aponta como grande mérito da interdisciplinaridade a possibilidade de um disciplinamento do trabalho em cada campo científico em particular e, ao mesmo tempo, a abertura de “novos caminhos, graças ao contato fecundo dos outros compartimentos do saber”.

No entanto, é importante ressaltar que a própria natureza das ciências sociais e humanas, por assim dizer, é, por excelência, interdisciplinar, não devendo haver razões para as (ainda) frequentes disputas entre as disciplinas e seus/suas especialistas. Da mesma forma, as constantes mudanças pelas quais passam as sociedades e as pessoas que delas fazem parte, num processo relacional, dinâmico e dialético de construção/desconstrução/reconstrução, conferem aos seus estudos uma natureza inacabada e incompleta, que requer desprendimento e desapego a um egocentrismo disciplinar.

Em se tratando das Ciências Sociais, enquanto área de formação que compreende, em seu interior, as disciplinas/áreas da antropologia, da sociologia e das ciências políticas, a interdisciplinaridade é ainda mais patente, cabendo, muitas vezes, às especialidades disciplinares apontarem o tom, o rumo e mesmo o alcance de determinada investigação, numa mostra óbvia da inevitabilidade da interação disciplinar, ao menos nas ciências humanas e sociais. Tem-se, então, não raro, a nomenclatura da disciplina seguida da especialização: Antropologia Política, Sociologia Econômica e assim por diante, o mesmo acontecendo com outras disciplinas das ciências sociais e humanas: Psicologia Social ou Geografia Cultural.

Nesse sentido, a *antropologia*, como a “mais indisciplinada das ciências humanas, porque não temos fronteiras temáticas, metodológicas ou geográficas” (Debert, 2008: 41), aparece como uma das primeiras disciplinas (não no sentido hierárquico, mas em razão dos fundamentos que embasam este trabalho) chamadas a esta reflexão.

Consistindo na tarefa de “examinar dragões, não domesticá-los ou abominá-los, nem afogá-los em barris de teoria” (Geertz, 2001: 65), a antropologia – e seu pendor ao relativismo, ao reconhecimento e mesmo valorização das diferenças e das

polifonias, às discussões éticas sobre “nós” e os “outros” (e o apelo à não invisibilidade do/a investigador/a, tomado/a como um/a importante integrante da pesquisa e, por consequência, de seus resultados), sua desconfiança às grandes generalizações e teorizações – torna-se, em minha concepção, imprescindível a este projeto que ora se concretiza.

O enfoque antropológico é dado aqui a partir de uma fundamentação metodológica etnográfica<sup>21</sup>, que parte de uma pesquisa de campo que tem como tônica a interação entre pesquisador/a e pesquisados/as (Burgess, 1997).

A gênese – ou a pré-história – da antropologia é atribuída aos primeiros escritos filosóficos-sociais, ainda na Grécia antiga, e aos relatos de viagem, que tiveram considerável ascensão à época dos descobrimentos (Eriksen; Nielsen, 2012)<sup>22</sup>. A Europa é, por assim dizer, berço dessa ciência.

Sabe-se que a antropologia, em seus primeiros passos enquanto disciplina científica, no século XVIII e, com mais legitimidade, no século XIX e começo do XX, com o final da Iª Guerra Mundial, tinha como objeto<sup>23</sup> empírico os “desconhecidos”, os “distantes”, os “exóticos”, os “outros”, frequentemente representados por povos nativos de continentes como a África, a Ásia, a América e a Oceania, o que culminou em severas críticas à disciplina, considerada, nesse enfoque inicial, como eurocêntrica e etnocêntrica (e mesmo racista) e estando a serviço do poder colonialista, cujos governos, de fato, eram quase sempre os financiadores das grandes empreitadas antropológicas (Eriksen; Nielsen, 2012). As críticas e as (auto)reflexões proporcionaram significativas transformações nos quadros referenciais da disciplina, que hoje assume a busca por “um entendimento generoso, comparativo, não obstante crítico, do ser humano e do conhecimento em um mesmo mundo no qual todos nós habitamos” (Ingold, 2011: 229).

A escolha da antropologia como uma das disciplinas que compõem este trabalho é duplamente intencional. De um lado, a antropologia possibilita o protagonismo de todos os sujeitos que fazem parte da investigação. No caso específico deste estudo, que tem pessoas idosas como um de seus sujeitos, este é um ponto – assim me parece – bastante significativo. De outro, permite uma análise reflexiva que, sem deixar de ser científica, é multifacetada e, ao mesmo tempo, contextualizada, situada e aberta a novas reflexões e análises, o que garante a produção de um conhecimento não-estático, que se renova e se refaz a partir do encontro dialógico com diferentes pontos de vista.

A *sociologia* é outra disciplina convidada a este diálogo. Apesar de concordar com a já mencionada desconfiança em relação às generalizações, impossibilitadas, justamente, pela diversidade humana cada vez mais acentuada pelas complexidades dos contextos contemporâneos, acredito na possibilidade de existirem algumas regularidades importantes, principalmente quando se pretende fornecer algumas respostas propositivas em relação a determinada problemática social.

---

<sup>21</sup> A etnografia pode ser caracterizada, ao mesmo tempo, enquanto uma metodologia e um método que permite acompanhar e descrever os cotidianos e as vivências entre as pessoas, permitindo, também, refletir sobre estas experiências, interpretando-as em um diálogo constante entre o/a investigador/a e as pessoas investigadas a partir dos sentidos e lógicas construídos e atribuídos pelas próprias pessoas em seus contextos e referenciais. Por outras palavras, etnografar consiste em “descrever as vidas das pessoas que não nós mesmos, com uma precisão e uma afiada sensibilidade através da observação detalhada e da experiência de primeira mão” (Ingold, 2011: 229).

<sup>22</sup> As pesquisas antropológicas, em seu início, raramente eram produzidas através do contato direto entre investigadores e investigados, sendo comuns os “relatos de segunda mão” realizados pelos viajantes e aventureiros, que narravam suas experiências aos antropólogos, estes protegidos no interior de seus gabinetes (Castro, 2005; Gomes, 2009).

<sup>23</sup> O termo “objeto”, diferente do termo “sujeitos”, usado neste trabalho, reflete à perfeição como se davam as relações entre investigadores (quase sempre no masculino) e seus investigados nos primórdios das ciências sociais e humanas.



Considerada uma “irmã” da antropologia, a sociologia tem como base investigativa o social, representado pelas instituições (famílias, vizinhanças, escolas e fábricas, por exemplo), seus fundamentos, funcionamentos, suas relações, lógicas, organizações, estruturas e estruturações. Por outros termos, a disciplina busca o conhecimento da sociedade, suas instituições e fenômenos, a partir de uma base científica (Seifert, 2012).

Esta preocupação com a cientificidade da disciplina levou-a, em seus primórdios, a associar seus fundamentos e métodos aos das ciências naturais e exatas, buscando a precisão científica a partir de leis e fundamentos gerais que deveriam perpassar todas as sociedades, ou, ao menos, certos “tipos” de sociedades.

Obviamente, este objetivo mostrou-se inatingível, mais ainda quanto mais complexas as sociedades foram se tornando. A complexidade social, alavancada com as transformações nos processos de produção e, conseqüentemente, das próprias relações sociais, foi, aliás, a mola propulsora do surgimento desta disciplina.

Dessa forma, pode-se dizer que a sociologia foi a primeira disciplina a se preocupar com as então chamadas “sociedades complexas” – em um contraponto às denominadas “sociedades simples”<sup>24</sup> ou “primitivas”, então objetos, por assim dizer, da antropologia. Esta preocupação tinha um cunho eminentemente “curativo”: a sociologia tinha como tarefa identificar os problemas – ou as “anomias”, para usar um termo clássico (Durkheim, 1999) – que impediam o bom funcionamento da sociedade, entendida como um grande corpo – o “corpo social” – composto por uma série de órgãos (as instituições), e prescrever o melhor “remédio” para saná-los. Tal como o que se sucedeu com a antropologia, os questionamentos produzidos tanto no exterior quanto no interior da própria disciplina provocaram importantes transformações epistemológicas e metodológicas.

Em resumo, tanto a antropologia quanto a sociologia analisam os fenômenos sociais a partir das vivências cotidianas que se estabelecem dentro e fora das instituições, dando especial ênfase às lógicas estabelecidas e aos significados atribuídos pelas próprias pessoas que as vivenciam.

As comparações entre uma sociedade e outra só são passíveis de serem realizadas se os referenciais que orientam as lógicas de uma e de outra forem levados em conta (Debert, 2004b; Duarte, 2004; Oliveira, 2004; Velho, 2009; Strathern, 2014). Por outras palavras, é impossível compreender um determinado fenômeno social se desconhecermos os contextos, as referências e lógicas que o desencadeiam e como as pessoas que o vivenciam indentificam-no, compreendem-no e relacionam-se com ele e, igualmente importante, sem o exercício de “reflexividade”, apontado por Strathern (2014: 115), através do qual os/as pesquisadores/as devem se situar para, a partir daí, estabelecerem as devidas comparações – se e quando estas forem possíveis.

Uma das principais contribuições das duas disciplinas, como um todo e, especificamente, para este trabalho, é o destaque que ambas dão à investigação enquanto um processo contextual e relacional entre investigador/a investigados/as, processo este que fará diferença nos resultados da pesquisa, não podendo, de forma alguma, ser negligenciado ou encoberto. Importam os caminhos, as escolhas – deliberadas ou condicionadas. Tudo isso construído a partir de estratégias, acordos e possibilidades (Malinowski, 1978; Velho, 1978; 1980; 2003; 2009). Esta relevância desmistifica o/a investigador/a como o/a

---

<sup>24</sup> Esta hierarquização das sociedades foi perdendo a força e o sentido a partir dos próprios estudos antropológicos e sociológicos, que, saindo da esfera do evolucionismo social, compreenderam que a complexidade, assim como a simplicidade, está presente em todas as sociedades através da construção de lógicas, racionalidades, moralidades e *ethos* próprios. *Complexidade e simplicidade*, dessa maneira, não devem ser tomadas como opostas e antagônicas ou, ainda, como qualificadoras positivas – no caso da complexidade – ou negativas – no caso da simplicidade.

detentor/a “da” verdade, uma única, invariável e incontestável verdade<sup>25</sup>. A concepção processual valoriza todos os saberes, os contextos e as condições em que foram e continuam sendo construídos, e as relações que se estabelecem para tal. Não há uma verdade absoluta, mas várias ponderações, considerações e pontos de vista que, obviamente, podem ser mudados conforme o ângulo *de* e *para onde* o foco se projeta (Strathern, 2014) e, ainda, conforme as próprias ponderações e maturações do/a investigador/a durante o processo investigativo.

Tomo aqui as duas disciplinas em seus fundamentos gerais. Entretanto, para a definição de alguns conceitos ou a compreensão de alguns fenômenos mais específicos, busco o auxílio em algumas das especialidades de ambas as disciplinas. Assim, para este trabalho, recorro aos fundamentos da antropologia e da sociologia rurais e urbanas, cujas análises e discussões dão-se a partir de contextos específicos – o rural e o urbano – e da antropologia e da sociologia do espaço, que tomam o espaço, o lugar e o território como foco central e contextual de suas investigações (Lopes, 2002; Baptista, 2003; Cordeiro, 2003; Guiner, 2004; Rémy; Voyé, 2004; Silvano, 2007; Fortuna, 2009; Silva, 2012).

Pensando na categoria social *velhice* e nos sujeitos que a compõem, parece-me notório que, embora nossa sociedade esteja fortemente estruturada com base em classificações etárias, atribuindo diferentes deveres e interditos, mas também estabelecendo diferenciados direitos e ações políticas e sociais a determinados escalões de idades (Fernandes, 1997), a velhice não é, por assim dizer, uma categoria a ser reivindicada.

Ou seja, dificilmente alguém, em um contexto que converte o envelhecimento em um mercado de consumo, no qual a juventude “se transforma em um bem, um valor que pode ser conquistado em qualquer momento da vida, independentemente da idade cronológica, através da adoção de estilos de vida e formas de consumo adequadas” (Debert, 2004b: 51), quer ou gosta de se identificar – ou ser identificado por outrem – enquanto *velho/a*, até porque esta identificação pode representar uma “ameaça à perpetuação da vida social” (Debert, 2004b: 51) ou, ainda, ser imputada como uma negligência individual àqueles/as que não souberam permanecer jovens (Debert, 2004b: 51).

Da mesma forma, ao pensar nos *territórios* e suas relações, enquanto sujeitos de análise, impõem-se-me, como uma importante questão, os simbolismos que cada território comporta. Surgem, a partir destas constatações, as questões relativas à *identidade*, à *subjetividade*, e às *representações* e aos *imaginários sociais*, trazidas à tona a partir do enfoque da *psicologia*.

Enquanto disciplina científica independente das demais disciplinas, a psicologia é bastante jovem, já que sua origem remonta à segunda metade do século XIX (Caparrós, 1999; Braunstein; Pewzner, 2003).

A palavra *psicologia* tem sua origem na Grécia: *psyché*, alma; *logos*, palavra, razão, discurso sobre algo. Originalmente, a psicologia era considerada uma disciplina do sistema filosófico, representando a “doutrina da alma” (Mora, 2007: 113). Atualmente, tem-se a psicologia como a disciplina que estuda o comportamento humano, ou seja, suas sensações, percepções, emoções, pensamentos e ações (Mesquita; Duarte, 1996: 171). Por outras palavras, são interesses da psicologia “o funcionamento mental em todos os seus aspectos e manifestações”, da gênese ao desenvolvimento, desde a afetividade até às relações sociais, passando pela inteligência (Braunstein; Pewzner, 2003: 09).

---

<sup>25</sup> Nas palavras de Saramago (2009b): “Ao contrário do que geralmente se crê, por muito que se tente convencer-nos do contrário, as verdades únicas não existem: as verdades são múltiplas, só a mentira é global”.

Compreendendo a mente humana como indissociável da cultura, em seus diversos contextos, evoco a *psicologia cultural*, como um dos ramos da disciplina de psicologia, para o debate interdisciplinar aqui proposto. A psicologia cultural parte do pressuposto de que a formação e as características psicológicas de uma pessoa só podem ser compreendidas a partir dos contextos culturais pelos quais, direta ou indiretamente, essa pessoa transita, já transitou ou aspira transitar em sua trajetória de vida. Ao mesmo tempo, para que uma cultura seja compreendida em seus contextos, suas lógicas e relações, é necessário que se conheçam os sentidos e significados atribuídos a essa cultura pelas pessoas que a vivenciam (Guitart, 2008).

Nesse sentido, uma vez que o desenvolvimento mental se dá em contextos diversos, a partir da habilitação de sistemas simbólicos culturais, não é possível, dentro do paradigma da psicologia cultural, que um “indivíduo isolado que atua ‘dentro de si ou de sua própria pele’” (Bruner, 1991: 20) possa ser tomado como unidade de análise externa a esses contextos.

A especial ênfase dada à cultura, às narrativas, às relações, às representações e significações para a construção das identidades (e, também, como uma estratégia metodológica), e sua concepção antiessencialista, antissubstancialista e relativista (Sampson, s/d), capacitam a psicologia cultural como uma das disciplinas aqui presentes. Ademais, essa é uma disciplina que, naturalmente, desenvolve suas argumentações em torno do debate multi e interdisciplinar, incorporando às suas discussões às contribuições da antropologia, da literatura, da psicanálise, da sociologia, da semiótica e da filosofia.

Passando para a disciplina de *filosofia*, talvez esta possa ser considerada a *disciplina-mãe* das demais ciências sociais e humanas, estando na sua origem e compondo seus fundamentos epistemológicos, uma vez que “foi a primeira forma do chamado ‘conhecimento racional’” (Serra, 2008: 04), tendo impulsionado o surgimento das demais ciências<sup>26</sup>, muito embora ciência – em especial as ciências naturais e exatas – e filosofia vejam-se muitas vezes separadas por um campo que opõe a abstração, vista como própria das especulações filosóficas, ao empirismo, por sua vez, entendido como próprio da cultura científica (Morin, 1999: 23).

As controvérsias em torno de sua origem indicam uma provável emergência na Grécia – ao menos em relação à sua maturidade e reconhecimento enquanto disciplina científica (anteriormente, suas bases eram um amálgama entre mitologia e cosmogonia). Embora existam alguns rumores sobre uma suposta origem oriental, fazendo crer que as primeiras especulações filosóficas tenham surgido com os chamados “sábios” do Egito, da China e da Índia, há um certo consenso de que a filosofia tem, realmente, uma origem jônica; grega, portanto (Mora, 2007: 111; Soares, 2007: 67).

Deleuze e Guattari (2010: 09) definem a filosofia como “a arte de formar, de inventar, de fabricar conceitos”, ou, antes, de criá-los<sup>27</sup>. Dessa forma, pode-se dizer que “a filosofia constrói o embasamento conceitual das atividades humanas a partir dos fundamentos do pensamento, no plano das ideias, e do enquadramento abstrato e geral do conhecimento” (Cavalcanti; Viadana, 2010: 11). Assim, a atividade filosófica pode ser definida como analítica, reflexiva e crítica.

---

<sup>26</sup> Antero de Quental (1991: 69 [1890]) discordava da subordinação das demais ciências à filosofia, considerando-as irmãs em sua complementaridade.

<sup>27</sup> Segundo Marilena Chauí (2000), a palavra *filosofia*, de origem grega, é formada pelas palavras *philo* (derivada de *philia*), que tem o significado de “amizade, amor fraterno, respeito entre os iguais” e *sophia*, “que quer dizer sabedoria” (Chauí, 2000: 19). “*Filosofia* significa, portanto, amizade pela sabedoria, amor e respeito pelo saber” (Chauí, 2000: 19 – grifo da autora).

A Filosofia não é ciência: é uma reflexão crítica sobre os procedimentos e conceitos científicos. Não é religião: é uma reflexão crítica sobre as origens e formas das crenças religiosas. Não é arte: é uma interpretação crítica dos conteúdos, das formas, das significações das obras de arte e do trabalho artístico. Não é sociologia nem psicologia, mas a interpretação e avaliação crítica dos conceitos e métodos da sociologia e da psicologia. Não é política, mas interpretação, compreensão e reflexão sobre a origem, a natureza e as formas do poder. Não é história, mas interpretação do sentido dos acontecimentos enquanto inseridos no tempo e compreensão do que seja o próprio tempo (Chauí, 2000: 16).

Nesse sentido, as contribuições que a filosofia pode dar a esta discussão interdisciplinar, dizem respeito não só à sua natureza crítica e curiosa, como, também, às suas discussões sobre moral e ética. Tais questões perpassam ambos os sujeitos – velhices e territórios – e, ainda, suas relações.

Busco, aqui, fundamentação filosófica para o desenvolvimento de uma ética fundada no *cuidado*, na responsabilidade, na solidariedade e na reciprocidade, a partir da noção de *interdependências* (Boff, 1997; 1999; Tronto, 2007; 2009) e tomando o cuidado como um paradigma<sup>28</sup> político-filosófico que deve perpassar as relações sociais<sup>29</sup>.

Em um estudo interdisciplinar que tem os territórios como uma de suas categorias de análise principais, parece evidente o apelo às contribuições da *geografia*, ainda que a abordagem territorial não seja privilégio desta disciplina<sup>30</sup>.

Enquanto disciplina científica “da descrição e da explicação das relações entre a humanidade e o planeta” (Santos, 2002b: 99), a geografia institucionalizou-se no século XIX. Estima-se, entretanto, a existência de um conhecimento geográfico, ainda que inicial e prático, já desde a pré-história<sup>31</sup> (Andrade, 2008). Também é curioso observar a posição desta disciplina entre as ciências exatas e as humanas e sociais, o que a caracteriza como uma ciência conceitual e metodologicamente complexa, que tem as relações dos seres humanos e os meios como sujeitos de estudo (Maia; Ferreira, 2010: 212-13)<sup>32</sup>.

Assim como as demais disciplinas, a geografia também, em seu contexto inicial, prestou-se a uma ideologia imperialista e colonialista.

Nascida tardiamente como ciência oficial, a geografia teve dificuldades para se desligar, desde o berço, dos grandes interesses. Estes acabaram carregando-a consigo. Uma das grandes metas conceituais da geografia

---

<sup>28</sup> Minha compreensão de paradigma encontra-se com a elaboração de Morin (1999: 32-3), para quem “o nível paradigmático é o núcleo forte que comanda todos os pensamentos, todas as ideias, todos os conhecimentos que se produzem sob o seu império”, bem como todas as ações demandadas a partir desse processo. “[N]ão são somente ideias filosóficas – estão inscritos nas práticas cotidianas, como práticas institucionalizadas” (Gonçalves, 2007: 401). Voltando a Morin (2000: 25), é ele quem resume: “Portanto, o paradigma efetua a seleção e a determinação da conceptualização e das operações lógicas. Designa as categorias fundamentais da inteligibilidade e opera o controle de seu emprego. Assim, os indivíduos conhecem, pensam e agem segundo paradigmas inscritos culturalmente neles”. Boaventura de Sousa Santos, por sua vez, alerta que a transição paradigmática “[s]ó pode ser percorrida por um pensamento construído, ele próprio, com economia de pilares e habituado a transformar silêncios, sussurros e ressaltos insignificantes e m preciosos sinais de orientação. Este pensamento é a utopia [...]” (Santos, 2002: 15).

<sup>29</sup> Esta questão será abordada e aprofundada mais adiante, nas definições conceituais e nas discussões analíticas.

<sup>30</sup> As questões relativas ao espaço, por exemplo, têm sido abordadas por outras disciplinas, como a filosofia, que desde seu período pré-socrático vem discutindo e reelaborando suas concepções sobre esse tema (Mora, 2007), e a matemática, associando-o à contagem de tempo ou à geometria (Lefebvre, 1974; Augé, 2010).

<sup>31</sup> “Habitante da superfície da Terra, o homem tem, desde o início dos tempos, procurado saber onde se encontra, conhecer o que existe além do lugar onde mora, inventariar cada elemento da extensão terrestre, identificar e nomear os lugares, descrever e conferir representações” (Dantas; Medeiros, 2011: 10).

<sup>32</sup> Deleuze e Guattari (2010: 125) apontam a geografia como uma ciência que não é somente humana e física, mas também mental.

foi justamente, de um lado, esconder o apelo do Estado bem como o das classes, na organização da sociedade e do espaço. A justificativa da obra colonial foi um outro aspecto do mesmo programa (Santos, 2004: 31).

Mais uma vez, os movimentos sociais e as transformações nas relações políticas e econômicas, nos processos de produção e no mundo do trabalho, externos à academia científica, provocaram uma reflexão no interior da disciplina, principalmente a partir dos anos 50 do século XX, intensificando-se nas décadas seguintes (Saquet, 2013).

As lógicas das relações velhices-territórios na contemporaneidade globalizada, com noções de espaço-tempo cada vez mais indefinidas, embaralhadas e diluídas, não são processadas de forma linear e homogênea. Diante disso, opto, necessariamente, pelas contribuições da geografia em sua abordagem crítica<sup>33</sup>, a partir da compreensão do espaço social como um espaço complexo e dialético, formado por contradições (Saquet, 2011). Nessa abordagem, o espaço geográfico se constitui em uma materialidade animada pela vida social, onde os territórios, por seu turno, desenvolvem um papel de mediadores espaciais do poder a partir de múltiplos processos de dominação e/ou apropriação/desapropriação e, por vezes, reapropriação (e ressignificação) do espaço (Haesbaert, 2004; Foucault, 2008; Souza, 2009).

As contribuições da geografia nesta investigação ultrapassam as reflexões e os enquadramentos teóricos. Além de contribuir para uma necessária compreensão dos processos demográficos, o auxílio da geografia se dá, também, na construção dos cartogramas (ou mapas), usados, aqui, como um recurso metodológico que tem por objetivo propiciar uma melhor visualização dos territórios estudados – em seus contextos e características físicas, geográficas, paisagísticas, arquitetônicas e humanas – facilitando o diagnóstico, a análise e as comparações possíveis das situações encontradas<sup>34</sup>.

A escolha da disciplina *história* como uma das constituintes deste empreendimento interdisciplinar, por sua vez, tem suas razões aqui expressas. Primeiramente, por ser este um trabalho inserido nas ciências sociais e humanas, sua contextualização no tempo – coexistente e histórico<sup>35</sup> – é imprescindível para a apreensão dos sujeitos analisados e a compreensão de suas lógicas.

O estatuto de disciplina da história foi alcançado no século XIX<sup>36</sup>. Enfocando a origem do termo, a palavra *história* provém diretamente da palavra correspondente grega *historiai*, cujo significado pode ser entendido como *pesquisa, conhecimento advindo da investigação* (Joseph; Janda, 2008: 163).

Por, em suas origens, priorizar uma “história oficial”, contada a partir da visão dos “vitoriosos”, a disciplina de história foi muito contestada. Em meados dos anos de 1920, a criação da revista francesa “*Annales d'Histoire Economique et Sociale*”, por Marc Bloch e Lucien Febvre, trouxe uma postura crítica e revolucionária à disciplina, que passou “a abranger todas as temáticas

---

<sup>33</sup> As reflexões sobre território, espaço, lugar e paisagem, a partir dessa abordagem, serão realizadas no Capítulo 2.

<sup>34</sup> As apresentações e caracterizações territoriais serão realizadas no Capítulo 2.

<sup>35</sup> O tempo das coexistências corresponde “às simultaneidades no espaço, isto é, aos fenômenos e processos que ocorrem ao mesmo tempo, no mesmo lugar ou entre lugares diferentes, apreendidos somente por meio de uma abordagem relacional; [...] o tempo histórico [é] compreendido como o fluxo contínuo, no qual a definição de períodos, começos e fins é relativa e aproximada; o tempo é duração e movimento; des-contínuo, com saltos e superações” (Saquet, 2011: 57).

<sup>36</sup> O histórico de cada uma das disciplinas permite perceber que a herança iluminista e o surgimento do liberalismo propiciaram o desenvolvimento e a autonomia de grande parte das ciências.

relativas ao homem [...], a todos os grupos sociais – inclusive os marginais – e aos indivíduos de qualquer condição e estatuto socioprofissional, econômico e cultural” (Mendes, 1994: 09). A história passou a privilegiar a interpretação, em detrimento à mera descrição, libertando-se, também, da soberania das fontes escritas e abrindo-se para todos os tipos de fontes que possam testemunhar as histórias humanas (Mendes, 1994).

A pluralidade do conhecimento histórico, aliás, pretende-se presente neste estudo, que busca trazer à tona as múltiplas histórias construídas e vivenciadas pelos sujeitos idosos, por vezes negligenciados e invisibilizados – ou, inversamente, hipervisibilizados enquanto encargos sociais que, supostamente, afetariam uma sustentabilidade social forjada, unicamente, por uma lógica política e econômica excludente – frente à uma história hegemônica muitas vezes oficiosa.

Dentro dessa abordagem mais crítica e voltada para a história do cotidiano, o diálogo proposto com a história não ocorre apenas pela contextualização histórica de cada um dos territórios, a partir do resgate de seus processos formativos e de suas atuais constituições, mas, também, pelo resgate das memórias das pessoas idosas em relação aos territórios, através de suas histórias de vida, ligadas a contextos maiores e mais abrangentes, do local ao global: a casa, a rua, o bairro, a cidade, o país, o mundo, em um processo dialético de trânsito entre passado, presente e futuro (mesmo que o futuro, para algumas pessoas idosas, circunscreva-se na representação de um pequeno projeto a ser desenvolvido em um curto prazo de tempo).

Embora tenha propositalmente sido incluída, aqui, como uma disciplina científica, a *educação* extrapola esta categorização, reunindo, em seu interior, todas as disciplinas, áreas de conhecimento e campos de saber. Assim, a educação pode ser considerada uma prática social (Brandão, 1988). Sendo este um trabalho que se insere na linha de pesquisa em Comunicação e Educação, a necessidade de refletir sobre questões relacionadas à educação me parece imperativa.

Ninguém escapa da educação. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para aprender-e-ensinar. Para saber, para fazer, para ser ou para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação. Com uma ou com várias: educação? Educações (Brandão, 1988: 07).

Se nossa condição de “seres vivos” marca-nos em nossa eterna “incompletude” – como nossa maior riqueza, já dizia o poeta matogrossense<sup>37</sup> Manoel de Barros (1998) –, se somos, por excelência, seres “aprendentes” e “ensinantes” (Freire, 1997: 55) desde que nascemos – ou mesmo antes – até o segundo que antecede a nossa morte, a aprendizagem deve ser vista como um processo relacional que se desenrola enquanto dura a vida (Gadotti, 1981). Sendo relacional, pressupõe a necessidade do estabelecimento, da continuidade e do fortalecimento de redes relacionais, onde os processos de aprender e de ensinar sejam faces de um mesmo, grande e contínuo processo: a educação. “A educação se apresenta, então, como uma situação de conhecimento e de intervenção do ser humano no mundo e uma forma de comunicação humana” (Oliveira, 2009: 15).

---

<sup>37</sup> Nascido no estado do Mato Grosso, na região centro-oeste brasileira.

Partilhando a compreensão de Amado (2013: 20), para quem o objetivo da educação é a libertação dos seres humanos de quaisquer determinismos, pressões e tiranias a partir de uma dimensão moral, entendo que é somente através dos processos educativos que podemos caminhar rumo ao alcance das mudanças sociais apontadas nesta pesquisa. É a educação, por fim, que possibilita pensarmos em novas estratégias, em novos paradigmas, construídos em novas formas de sociabilidades a partir da informalidade, da não formalidade e/ou da formalidade educativas, abrangendo uma educação contínua, permanente e envolvente, num espectro que abranja desde a educação infantil na mais tenra idade, até a educação de jovens, adultos/as e idosos/as. Importante ressaltar que, nessa concepção, a educação transcende o indivíduo, pois está associada às comunidades e aos territórios como agentes aprendentes, lugares de construção, transformação e reinvenção de identidades a partir de afetos, constrangimentos, vivências e experiências que se sucedem ao longo da vida, num processo coextensivo à vida e, por isso mesmo, direito de todos/as, inclusive dos/as idosos/as (Delors, 1998; Brandão, 2005).

Este breve exercício de “desconstrução interdisciplinar”, realizado a partir do destaque dado a cada uma das disciplinas que compõem este estudo, teve como objetivo fundamentar as escolhas disciplinares feitas aqui. Entretanto, como já referi anteriormente, a interdisciplinaridade não é a mera soma de disciplinas. Nas palavras de Morin (1999: 28), “o todo é mais que a soma das partes, isto é, no nível do todo organizado há emergências e qualidades que não existem no nível das partes quando são isoladas”. Assim, o trabalho interdisciplinar ultrapassa a dimensão disciplinar, através da elaboração de uma leitura distinta e complexificada, consubstanciada a partir do contributo de olhares diversos, porém interdependentes.

### 1.2.2. Categorias e Eixos

*O modo como botânicos classificam plantas não tem nenhum efeito sobre o modo como as plantas “se comportam”; no caso de seres humanos, porém, à medida que inventam novos objetos, classificações e categorias, os cientistas geram tipos de pessoas, e também tipos de ações e sensações.*

*(Johanna Oksala, 2011)*

*Somos o que somos, somos o que somos. Inclassificáveis, inclassificáveis.*

*(“Inclassificáveis”, Arnaldo Antunes, 2008)*

Neste subitem, pretendo, além de iluminar a compreensão – a partir de uma construção conceitual própria, apoiada em referencial teórico – sobre as categorias (sociais, de análise e analítico-interpretativas) e os eixos trazidas/os para este estudo, atentar para a responsabilidade do/a investigador/a na categorização do social.

Como se pode perceber, distingo, aqui, dois tipos de categorias: *categorias sociais* e *categorias de análise* – além das *categorias analítico-interpretativas*<sup>38</sup> (que usarei como facilitadoras nas análises das entrevistas) e dos *eixos* que norteiam o trabalho.

Designo *velhices* como a categoria social desta investigação. As reflexões dialógicas entre as disciplinas das ciências sociais e humanas aqui propostas têm, como categoria de análise, os *territórios* e, como eixos, as *acessibilidades*, as *mobilidades* e as *sociabilidades*. As categorias analítico-interpretativas definidas para este estudo se enquadram, basicamente, nos eixos norteadores e são: *relações familiares, relações vicinais* (ambas ligadas ao eixo das *sociabilidades* e subdivididas nas subcategorias *conflitos, solidariedades e afetos*); *saúde/doença* (subdividida nas subcategorias *idas aos serviços de saúde/internações hospitalares e toma de medicamentos*); *mobilidade* (subdividida nas subcategorias *apoio de bengala/muletas/andador/cadeira de rodas, uso de transportes, e quedas*), *autonomia, e independência/dependência*.

Assim, começo esta reflexão a partir de minha compreensão, construída a partir de referenciais teóricos (Geertz, 2008; Silva, 2008; Felipe; Sousa, 2014) sobre o que seja *categoria social*. Entendo por *categoria social* uma classificação de indivíduos, fenômenos, processos, instituições ou objetos, em torno de uma ou mais características comuns (idade, sexo, etnia, no caso de indivíduos; ou sindicatos, escolas, instituições religiosas, em se tratando de instituições, por exemplo), unificando-os, mediante regras e critérios específicos. Essa é uma construção abstrata, muitas vezes forjada em referenciais estranhos a quem é assim classificado/a, que nem sempre se identifica com essa categorização.

Estas categorias surgem a partir de uma necessidade de organização social, geralmente para fins de estabelecimento de normativas e regramentos comportamentais; para o ordenamento jurídico-legal e político da sociedade, com o estabelecimento de direitos e deveres a uma determinada categoria, por exemplo; e para fins estatísticos de diagnóstico e controle político, econômico e social.

Uma dessas necessidades orientacionais difundidas é certamente a caracterização dos seres humanos individuais. Todos os povos desenvolveram estruturas simbólicas nos termos das quais as pessoas são percebidas exatamente como tais, como simples membros sem adorno da raça humana, mas como representantes de certas categorias distintas de pessoas, tipos específicos de indivíduos. Em cada caso em separado, surge, inevitavelmente, uma pluralidade de tais estruturas. Algumas são centradas no ego, como por exemplo as terminologias do parentesco; isto é, elas definem o *status* de um indivíduo em termos da sua relação com um ator social específico. Outras se concentram em um ou outro subsistema ou aspecto da sociedade, e são invariáveis no que diz respeito às perspectivas dos atores individuais: categorias nobres, *status* de grupos de idade, categorias ocupacionais (Geertz, 2008: 151 – grifos do autor).

---

<sup>38</sup> Utilizo o termo *categorias analítico-interpretativas* para me referir ao que Geertz (1997) denominou de “conceitos da experiência-distante”, em oposição a “conceitos de experiência-próxima”: “Um conceito de ‘experiência-próxima’ é, mais ou menos, aquele que alguém – um paciente, um sujeito, em nosso caso um informante – usaria naturalmente e sem esforço para definir aquilo que seus semelhantes veem, sentem, pensam, imaginam, etc. E que ele próprio entenderia facilmente, se outros o utilizassem da mesma maneira. Um conceito de ‘experiência-distante’ é aquele que especialista de qualquer tipo – um analista, um pesquisador, um etnógrafo, ou até um padre ou um ideologista – utilizam para levar a cabo seus objetivos científicos, filosóficos ou práticos” (Geertz, 1997: 87). Dizendo isso, quero acentuar que tais categorias foram construídas por mim, no contexto desta pesquisa, numa tentativa de um entrelaçamento entre “conceitos da experiência-distante” e “conceitos da experiência-próxima”, buscando uma espécie de *tradução interpretativa* (Asad, 1991).



Em estudos acadêmicos e científicos, as categorias sociais são utilizadas como parâmetros, isto é, os sujeitos das pesquisas são, usualmente, identificados como pertencentes a uma ou mais categorias, construídas com base num conjunto de pressupostos, a partir de determinado ponto de vista sobre a realidade, e destinadas a responder à(s) questão(questões) investigativa(s) colocada(s). Esta categorização acaba por representar uma base importante para o trabalho científico.

Bobbio, Matteucci e Pasquino (1998) elaboram um conceito político para a expressão *categoria*:

O conceito de categoria abrange, pois, um quadro de fenômenos muito vasto, desde as castas indianas às ordens e corporações medievais, desde os grupos e minorias étnicas ao clero, aos militares e aos grandes grupos profissionais das sociedades modernas. Abrange, em geral, todas aquelas situações em que a posição social de um indivíduo não se pode presumir exatamente pela soma de riqueza de que dispõe, isto é, em termos weberianos, pela sua posição de Classe (Bobbio *et al.*, 1998: p. 174).

Ao classificarem-se (a própria academia, os órgãos políticos, a mídia ou a sociedade em geral) indivíduos em uma mesma categoria, há a presunção, algumas vezes velada, de que estes indivíduos tenham comportamentos e opiniões semelhantes. Esta hipótese é, muitas vezes, refutada, pois as complexidades individuais e coletivas, as possibilidades relacionais e contextuais e as multiplicidades identitárias impedem, na vida real e cotidiana, esta suposta padronização. Além disso, como nos diz Geertz (2008: 55), “pode ser que nas particularidades culturais dos povos – nas suas esquisitices – sejam encontradas algumas das revelações mais instrutivas sobre o que é ser genericamente humano”.

Por sua vez, é importante lembrar que os tipos de categorias que são construídas em determinados contextos sociais e para determinados fins refletem as representações que a sociedade pode ter de si própria em um dado momento. Nesse sentido, Geertz (2008: 113) aponta para o papel das ideologias na definição/obscurecimento de categorias sociais, na estabilização/perturbação das expectativas sociais, na manutenção/desmantelamento das normas sociais, no fortalecimento/enfraquecimento do consenso social e no alívio/exacerbação das tensões sociais.

Minha preocupação, neste tópico, diz respeito às responsabilidades que nós, investigadores/as, temos, em nossas pesquisas, ao categorizarmos os sujeitos (Veiga *et al.*, 2014), muito embora, como mencionei anteriormente, esta categorização seja muitas vezes necessária no âmbito de uma pesquisa.

O caso da categoria social *velhice*, utilizada por mim como um atributo de caracterização dos sujeitos que participaram desta pesquisa, é especialmente emblemático – e – peça desculpas pela aliteração – problemático.

Assumida recentemente como categoria social, já que até o início do século XX os sujeitos velhos eram associados aos mendigos, às pessoas deficientes e incapazes, e, até a vagabundos e vadios, a velhice ascendeu de uma condição de invisibilidade a uma identificação social (Ariès, 1978; Fernandes, 1997; Veiga *et al.*, 2014).

Segundo vários autores (Fernandes, 1997; Debert, 1997; 1999; 2004; Paúl, 2005; Simões, 2007; Freitas Silva, 2008; Felipe; Sousa, 2014), essa visibilidade conquistada pelos sujeitos da velhice deu-se, basicamente, em razão de três fatores que vão

além do mero fenômeno do aumento da expectativa de vida em grande parte do mundo: a instituição das aposentadorias como um direito universal de trabalhadores e trabalhadoras após determinado tempo de exercício profissional e/ou contribuição financeira à respectiva instituição de segurança social, e a partir de uma idade previamente determinada<sup>39</sup>; a organização – por homens, principalmente – de movimentos políticos e sindicatos de aposentados; e, por último, a organização – dessa vez marcada pelo movimento das mulheres – de associações artísticas, culturais e recreativas para o que se chamou de “terceira idade”<sup>40</sup>.

Nessa direção, Siqueira (2014) atribui o surgimento e a legitimação da categoria *idoso*<sup>41</sup> à criação e consolidação de políticas públicas para esta população nos diversos países – notadamente nos países ocidentais<sup>42</sup> – a partir de acordos internacionais; políticas e acordos que foram sendo construídas/os em resposta às demandas e pressões da(s) própria(s) população(ões), mas também a partir de uma preocupação global a respeito dos direitos fundamentais e, especialmente, do envelhecimento mundial (Siqueira, 2014: 68), e que, de certa forma, acabaram produzindo “sujeitos e modos de envelhecer” (Siqueira, 2014: 49) que têm como parâmetro o envelhecimento ativo e saudável.

Outro fato a ser observado são as transformações ocorridas nas estruturas familiares (Ariès, 1978) – com as mulheres assumindo, ao lado dos homens e de forma cada vez mais frequente e crescente, o mundo do trabalho externo ao doméstico, fenômeno desencadeado a partir da Revolução Industrial e acentuado com as duas Grandes Guerras (Teixeira, 2009) – e, como consequência, as mudanças em torno das esferas públicas e privadas: nuclearização das famílias, elevação da idade de casamento e nascimento do primeiro filho, redução do número de filhos (Fernandes, 1997: 21), além do fenômeno de “desfamiliarização das relações familiares” (Lenoir, 1985, citado por Fernandes, 1997: 21), com a crescente institucionalização da infância e da velhice, com a criação, difusão e universalização de instituições destinadas ao cuidado, à socialização e à educação, no caso da infância (Ariès, 1978; Chamboredon; Prévot, 1986; Sarmento; Pinto, 1997), e, de forma semelhante, ao cuidado e ao apoio às tarefas básicas e cotidianas, no caso da velhice.

---

<sup>39</sup> Os critérios para aposentadoria (tempo de exercício/contribuição e idade mínima) são determinados por cada país, sendo, aliás, constantemente revistos, tanto em razão de novas configurações e demandas sociais, quanto dos propósitos políticos e econômicos de cada governo.

<sup>40</sup> De acordo com Peixoto (2007: 76), a expressão “terceira idade” foi criada como uma forma de designar os aposentados mais jovens, ainda em condição ativa mesmo após a reforma. “Sinônimo de envelhecimento ativo e independente, a terceira idade converte-se em uma nova etapa da vida, em que a ociosidade simboliza a prática de novas atividades sob o signo do dinamismo. A velhice muda de natureza: ‘integração’ e ‘autogestão’ constituem as palavras-chave desta nova definição”. Segundo Debert (1997: 39), esta expressão não se refere a uma idade cronológica específica e precisa, mas vem sendo utilizada, com frequência, como uma forma de tratamento não depreciativa às pessoas mais velhas, o que permite “a discussão do caráter possivelmente libertário e das lógicas de exclusão que dão uma configuração específica à organização de mercados de consumo e à articulação de demandas políticas” (Debert, 1997: 39). Correa (2009: 94) distingue a velhice da terceira idade a partir do critério *tempo*. Para esta autora, a velhice seria uma forma estratégica de “quebra da ampulheta do tempo” contemporâneo, marcado pela velocidade e aceleração. Já a terceira idade, incorporaria o ritmo contemporâneo ao seu cotidiano através da prioridade do preenchimento do tempo com atividades e exercícios. Nesse sentido, a terminologia “terceira idade” impregna-se de ambiguidade, uma vez que pode representar, de um lado, formas mais autônomas e libertárias de se viver – e, conseqüentemente, de se expressar e de se representar – a velhice, mas, por outro, acentuar as desigualdades nessa fase da vida.

<sup>41</sup> No singular e no masculino, tal como tem figurado na legislação e nas recomendações em vários países.

<sup>42</sup> Esta mesma autora realiza uma espécie de inventário legislativo/normativo sobre a questão dos direitos das pessoas idosas a nível mundial, compreendendo que esta questão teve como alavanca a criação da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1945, e a instituição da Declaração Universal dos Direitos Humanos, em 1948, e, como inspiração, a preocupação com os direitos universais de crianças e adolescentes com a criação, em 1946, do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Os instrumentos que surgiram a partir daí, como os dois Planos de Ação Internacional para o Envelhecimento, resultantes das Assembleias Mundiais sobre o Envelhecimento ocorridas, respectivamente, em Viena, em 1982, e em Madri, em 2002, ou o documento da ONU de 1991 intitulado “Princípios das Nações Unidas em Favor das Pessoas Idosas”, entretanto, não resultaram em uma legislação internacional específica para a população idosa. Quando muito, criou-se uma nova visão sobre os sujeitos idosos – mas apenas aos oriundos dos países desenvolvidos e cuja situação socioeconômica os capacitava como consumidores em potencial – que passaram a ser vistos como novos atores sociais (Siqueira, citando Camarano e Pasinato (2004), 2014: 70).

Decorrente das transformações do campo económico, generaliza-se o trabalho feminino assalariado fora da agricultura. Aumentam também as proporções de mulheres que acedem ao sistema escolar, o meio socialmente considerado de garantia de trabalho em posição privilegiada. Estes dois fatores são os que mais fortemente têm contribuído para o processo de desmantelamento das bases sociais em que assentava o familismo tradicional. Por um lado, porque afetam profundamente a divisão social do trabalho dentro da família. Por outro, porque as funções maternas se encontram assim objetivamente transformadas pelo exercício de uma atividade profissional (Fernandes, 1997: 63)<sup>43</sup>.

Assim, a entrada das mulheres no mercado do trabalho externo ao mundo doméstico não só modificou as funções maternas, mas também as funções filiais, embora não se deva esquecer que o alargamento do espaço das mulheres do doméstico para o público não tenha motivado “a revisão das funções do cuidado familiar no que diz respeito à divisão das tarefas domésticas” (Azeredo, 2010: 582), ou seja, no âmbito doméstico (e, diga-se, nos demais âmbitos, tanto na esfera privada quanto na esfera profissional pública), o cuidado, de uma forma geral, ainda é considerado uma atribuição majoritariamente feminina, representando um acréscimo significativo – mas nem sempre contabilizado financeiramente – na jornada laboral de um número muito representativo de mulheres.

Ainda assim, com as mulheres transitando entre atividades domésticas e públicas, algumas importantes transformações nos arranjos familiares foram inevitáveis: os sujeitos velhos, que eram, normalmente amparados – fundamentalmente pelas mulheres, no trabalho cotidiano, mas com apoio e manutenção financeiros geralmente masculinos – no seio das próprias famílias, mais extensas e multigeracionais, passam a ser responsabilidade de outros grupos e instituições sociais e do próprio Estado (Fernandes, 1997; Peixoto, 2007; Vaz, 2008).

Evidentemente, o envelhecimento demográfico e o aumento da expectativa de vida na grande maioria dos países também colaboraram para que a velhice se tornasse visível. É possível observar um envelhecimento urbano acelerado, principalmente em países considerados desenvolvidos, como os da Europa, com uma concentração de idosos em zonas mais centrais das cidades – acentuadamente nos cascos históricos –, contrastando com periferias com populações mais jovens (Machado, 2007), e, também, a continuidade e o crescimento do envelhecimento rural, iniciado na década de 1960 e acentuado pelos movimentos migratórios da população jovem e ativa em direção aos espaços urbanos, e pela queda, de forma generalizada, nos índices de natalidade, que atingiram, também, a população rural (Jouen, 2001; Martins, 2005).

Embora a identificação da velhice enquanto uma categoria social possa ser traduzida em uma série de benefícios para uma população outrora sem quaisquer direitos civis, minha preocupação diz respeito a uma possível cristalização, por parte das investigações, de representações estigmatizantes sobre a velhice. Para ilustrar minha preocupação, um levantamento de trabalhos

---

<sup>43</sup> Nas citações em português europeu (autores/as e/ou edições portuguesas/as) optei por manter a grafia original. Nas citações em outros idiomas, preferi, para não quebrar o ritmo da leitura, adotar uma tradução livre no corpo da tese, trazendo a grafia original da edição consultada em nota de rodapé. Excepcionalmente, as citações em espanhol trazidas como notas de rodapé também, a exemplo das citações no português europeu, preservam sua grafia original.

acadêmicos tendo a velhice por temática, realizado por Debert (2004), constatou ora uma apresentação extremamente negativa da velhice, apontando apenas suas perdas, vulnerabilidades e incapacidades; ora, em trabalhos mais recentes, uma apresentação completamente inversa, tomando a velhice como a “melhor idade”, uma fase de tempos livres, cheia de novas oportunidades e possibilidades, uma recompensa pela pressão das amarras e compromissos sociais vivenciados em fases anteriores. Esta polaridade extrema acaba por não dar conta da pluralidade e diversidade das experiências de velhice, além de prejudicar os próprios sujeitos, que se veem obrigados a se adequar a um padrão predeterminado (Veiga *et al.*, 2014).

Por outro lado, as categorizações acabam por mascarar a multiplicidade e complexidade das identidades (Paúl, 2005). Esta constatação é bastante perceptível se pensarmos na velhice, por exemplo, enquanto categoria social. A “máscara da velhice” (Featherstone; Hepworth, 1990) é capaz de esconder, para os outros e para si mesmo, os “arquipélagos de subjetividades” (Santos, 1999: 107), com que os sujeitos constroem e reconstróem suas identidades a partir de relações e circunstâncias pessoais e coletivas<sup>44</sup>.

A segregação social, a estigmatização, a despersonalização e a exclusão, a que muitas pessoas idosas estão sujeitas, devem-se, em grande medida, aos limites impostos por este tipo de categorização. “Vistos como uma categoria una, os idosos têm ignoradas suas individualidades e diferenças” (Veiga *et al.*, 2014: 214).

A construção de uma categoria social constituída pelas pessoas idosas, acima de um determinado limiar de idade, induz, de forma não consciente, a uma representação dos idosos como categoria de indivíduos à parte, que transpuseram como que uma barreira e ficaram desligados das sociabilidades construídas ao longo de uma vida, começando pelas sociabilidades familiares. Um idoso é pai, ou é tio, ou ambos, e pode ser avô, até várias vezes, enfim, possui todo um capital de sociabilidade que na maior parte das vezes não é desperdiçado (Fernandes, 1997: 170).

Um dos resultados da homogeneização dos sujeitos na categoria velhice são as próprias respostas sociais e políticas públicas, comumente direcionadas a um determinado padrão, a um tipo específico de velhice. A pluralidade de trajetórias, de experiências de vida, de expectativas, de contextos vividos, de identidades (de gênero, de etnia, de religião, de perfis profissionais e pessoais), no entanto, deixa clara a impossibilidade de uma padronização dos sujeitos que se inserem (ou são involuntariamente inseridos) nesta categoria.

Na tentativa de evitar a cristalização e a legitimação científicas da velhice enquanto categoria social homogênea, encobridora de subjetividades e identidades, penso serem prudentes alguns cuidados.

Em primeiro lugar, entendo que estas questões devam ser levantadas nos trabalhos em ciências sociais e humanas. Os/as pesquisadores/as devem expor suas preocupações e temores, assumindo-se não como portadores/as da verdade, mas como

---

<sup>44</sup> Marques (2011) refere-se a essa discriminação dos sujeitos pela sua idade como *idadismo*, termo adaptado para o português da palavra *ageism*, cunhada, em 1969, pelo gerontólogo norteamericano Robert Butler. Embora o *idadismo* possa vitimar pessoas de qualquer idade (por exemplo, uma pessoa pode ser discriminada, em certos contextos, por ser muito jovem), este preconceito afeta primordialmente os sujeitos idosos.

articuladores/as que buscam, através de uma abertura do olhar e da escuta e de uma sensibilidade atenta a novos olhares e novas vozes — que, a meu ver, só podem ser conquistadas através da experiência, da perseverança e do reconhecimento da necessidade de que as relações estabelecidas no interior da pesquisa sejam horizontais —, sistematizar as análises, conhecimentos e proposições que foram construídos/as coletiva e processualmente.

Assumir meus receios, buscando evitar prejuízos sociais maiores, é o que busco fazer neste subcapítulo.

Por isso, uso, propositalmente, o plural ao me referir à categoria social dos sujeitos desta pesquisa — *velhices e territórios*. Minha insistência no uso do plural na identificação das categorias, inclusive as de análise, e na designação do sexo ao mencionar, por exemplo, *idoso/a, pesquisador/a*, pode ser vista como ingenuidade<sup>45</sup>. Reafirmo esta opção. Embora pareçam óbvias a diversidade de velhices e as diferenças existentes entre os dois sexos — naturais ou construídas —, inclusive nas vivências de velhice, esta é uma categoria vista, pela sociedade em geral e pelos gestores, muito especialmente, quase sempre no singular<sup>46</sup>. E no masculino, ainda que a realidade, demonstrada pela demografia de grande parte dos territórios, em escala local e mesmo mundial, e por vários estudos (Fernandes, 1997; Neri, 2001; Salgado, 2002; Lima; Bueno, 2009; Almeida *et al.*, 2015), aponte que são as mulheres as que chegam com mais frequência a esta etapa da vida, a vivenciem por mais tempo e, em muitas vezes, sejam as responsáveis (e socialmente responsabilizadas) por sua gestão — quer da própria velhice, quer da velhice de seus pares, sejam eles seus companheiros, seus genitores ou seus amigos e/ou vizinhos, não obstante as transformações verificadas no mundo do trabalho e no interior das famílias, conforme já mencionado.

Em segundo lugar, acredito que um projeto metodológico adequado, flexível, aberto a novas decisões e conduções também possa garantir o respeito às multiplicidades, singularidades e diferenças que, de uma forma ou de outra, devem emergir na trajetória da investigação.

Nesse sentido, aponto a *categoria de análise*<sup>47</sup> e os eixos norteadores escolhidas/os para este estudo: *territórios* (como categoria de análise); e *acessibilidades, mobilidades e sociabilidades* (como eixos norteadores). Esta categoria e estes eixos foram escolhidos com base na problemática e nos objetivos da pesquisa.

---

<sup>45</sup> Já fui advertida sobre ser desnecessária a identificação do sexo quando se menciona a categoria *idoso*, pois a mesma, supostamente, abrangeria, naturalmente, ambos os sexos. Refuto, respeitosamente, esta advertência, pois entendo que muitas invisibilidades e muitos preconceitos, principalmente relacionadas/os às questões relativas a sexo e/ou gênero, acabam por ser legitimadas/os por este tipo de prática discursiva e argumentativa, da qual discordo.

<sup>46</sup> O próprio clássico e precursor dos estudos sobre velhices, escrito em 1970 pela filósofa existencialista francesa Simone de Beauvoir, embora tenha justamente o objetivo de trazer à luz as diversas experiências de velhice em vários contextos históricos, geográficos e culturais, traz o singular em seu título português: “A Velhice: Realidade Incômoda”. É evidente que esta constatação deve ser contemporizada. A palavra *velhice*, em francês — *veillesse* — não possui plural. Além disso, o contexto histórico-temporal em que o livro foi escrito era bem diverso de nossos dias atuais, onde existe uma maior preocupação com as posturas ideológicas que podem estar por trás da linguagem — embora se deva reconhecer que Beauvoir sempre foi uma mulher atenta aos vários estratagemas dos quais as ideologias se prestam, vide “O Segundo Sexo”, por exemplo, em seus dois volumes: “Fatos e Mitos” e “A Experiência Vivida”, ambos de 1949 (cujas edições consultadas por mim são de 1970, 1967, respectivamente). Mesmo assim, não deixa de ser curioso observar como, ainda na atualidade, o singular (e o masculino) está (estão) presente (presentes) em títulos de publicações que abordam as temáticas das velhices e dos envelhecimentos, como, por exemplo: “Qualidade de Vida do Idoso: A assistência domiciliar faz a diferença?” (Albuquerque, 2003), “Avaliação do Idoso — Física e Funcional” (Matsudo, 2005), “Velhice — Aspectos Biopsicossociais” (Zimmerman, 2000), e nos próprios instrumentos normativos e/ou orientadores, como a Lei Federal brasileira denominada de “Estatuto do Idoso” (2003), ou o “Guia Global Cidade Amiga do Idoso” (2008), da Organização Mundial da Saúde.

<sup>47</sup> Mais uma vez, reforço, a título de esclarecimento: muito embora este estudo recorra a alguns princípios da técnica da análise de conteúdo para uma melhor sistematização do conteúdo expresso nas entrevistas, faço, aqui, uma distinção entre as categorias que chamo “de análise” e as categorias “analítico-interpretativas”, próprias desse método, e que se constituem como fragmentos dos discursos recortados dos conteúdos a partir de um quadro de referência

Dessa maneira, tendo como principal objetivo a identificação das interdependências das relações entre velhices e territórios, busco pontos referenciais de análise. Estes pontos referenciais ajudam-me a conduzir meu olhar durante toda a pesquisa, embora, no decorrer da investigação, outras categorias de análise possam aflorar.

Especificamente em relação aos três eixos condutores desta pesquisa – acessibilidades, mobilidades e sociabilidades –, estes são elementos que têm vindo a balizar as agendas e discussões políticas no âmbito da inclusão e das políticas de cidades<sup>48</sup>, muito embora muitas dessas discussões estejam mais centradas na competitividade econômica dos territórios do que nas expectativas e melhoria da qualidade de vida das pessoas que deles participam. Em um estudo de abordagem humanística que tem as pessoas idosas e os territórios como sujeitos, como o aqui proposto, estes três eixos se impõem naturalmente como fundamentais.

A sociedade vive em um meio projetado para pessoas jovens e que não apresentam nenhuma dificuldade de locomoção ou mobilidade reduzida. É comum encontrar em diversas cidades calçadas irregulares ou mesmo com buracos, praças com barreiras físicas e técnicas, sem falar da dificuldade de acesso a bancos, farmácias, supermercados, hospitais e áreas de lazer. Todas essas barreiras podem prejudicar ou mesmo impedir que um cidadão utilize de forma plena o ambiente onde vive. Dentre os sujeitos em desvantagens, os idosos se apresentam como um público representativo e muitas vezes se veem confinados em suas casas, privando-se de sua participação no convívio social (Freire Júnior *et al.*, 2013: 542)<sup>49</sup>.

Dessa forma, acessibilidades, mobilidades e sociabilidades mostram-se como uma tríade relacional, onde cada elemento colabora para a existência e o bom funcionamento dos demais, compensando, de certa forma, as limitações de uns e de outros, principalmente no que tange às sociabilidades, enquanto redes de solidariedades e ajudas mútuas tecidas nos campos sociais do parentesco, da amizade, dos grupos de trabalho e lazer e da vizinhança (Dias, 2005; Arroyo, 2006; Moraes *et al.*, 2010).

Tomando, agora, a categoria de análise – *territórios*<sup>50</sup> –, importa explicitar que estes são aqui entendidos a partir de uma abordagem crítica, política e transformadora, que compreende a temática territorial como central para a construção de uma sociedade mais justa, um lugar de convivência e liberdade baseado em princípios ecológicos, identitários e solidários (Saquet, 2013: 176). Dentro desta abordagem, os territórios são histórica e socialmente construídos. Esta construção “envolve necessariamente o poder, as contradições, as desigualdades, as redes de circulação e comunicação (transescalaridade), as demarcações, as identidades, as apropriações e dominações” (Saquet, 2014: 177-178).

---

teórico: palavras, expressões, frases, ideias (Laville; Dionne, 1999: 216; Amado *et al.*, 2013: 312). Para este trabalho, tomo de empréstimo à técnica da análise de conteúdo a expressão “categorias analítico-interpretativas” meramente com a intenção de facilitar a análise e a comparação entre pontos recorrentes entre uma(s) e outra(s) entrevista(s).

<sup>48</sup> São exemplos dessas agendas o Conceito Europeu de Acessibilidade (“European Concept for Accessibility”, 1996, atualizado em 2003); o programa Políticas de Cidade Polis XXI, do Governo Português (2007); o Guia Global Cidade Amiga do Idoso, da Organização Mundial da Saúde – OMS (2008); a Estratégia Europa 2020 (2010); o Acordo Portugal 2020 (2014), dentre outros.

<sup>49</sup> A constatação de Freire Júnior *et al.* (2013) é legítima e reflete muitos contextos territoriais da atualidade. É necessário, entretanto, reconhecer que esta realidade vem, ainda que muito lentamente e com algumas resistências, se transformando a partir de demandas e reivindicações sociais.

<sup>50</sup> Recordo que as discussões sobre território serão retomadas e aprofundadas no Capítulo 2.

As relações sociais, dessa forma, são constituidoras dos territórios, que não tomam forma “só por meio da sua inscrição no espaço físico, mas nas narrativas, pois ele[s] também [...] [são] organizado[s] discursivamente” (Godoi, 2014: 444).

Nesse enfoque, os territórios são vistos, ao mesmo tempo, como cenários e atores, produzindo e sendo, eles próprios, produtos dos movimentos que ali se estabelecem: de ideias, de mercados, de capitais, de pessoas (Saquet, 2011) e, ainda, de símbolos, imagens e representações. Nas palavras de Santos (2002b), os territórios são

[...] arenas da oposição entre o mercado – que singulariza, com as técnicas de produção, a organização da produção, a “geografia da produção” – e a sociedade civil – que generaliza e, desse modo, envolve, sem distinção, todas as pessoas. Com a presente democracia de Mercado, o território é suporte das redes que transportam as verticalidades, isto é, regras e normas egoísticas e utilitárias (do ponto de vista dos atores hegemônicos), enquanto as horizontalidades levam em conta a totalidade dos atores e das ações (Santos, 2002c: 259).

Assim sendo, direcionando meu olhar para os territórios, enquanto categoria de análise deste estudo, busco perceber a gama de elementos que o constituem, em suas relações e em sua multidimensionalidade geográfica, paisagística, histórica, cultural, social, econômica, política, religiosa, afetiva, simbólica. No âmbito desta investigação, interessam-me todos estes movimentos e, em especial, as *territorialidades*, aqui compreendidas tanto em uma vertente fenomenológica, representando “as relações sociais centradas nas percepções, sentimentos, memórias, identidades, símbolos e representações” (Saquet, 2014: 176), quanto em sua concepção histórica, como “relações políticas de governança, sem deixar de envolver processos econômicos, culturais e diferentes formas de apropriação e uso do ambiente” (Saquet, 2014: 176).

O mesmo se processa em relação aos eixos escolhidos como orientadores deste estudo. Ao optar pelas relações velhices-territórios como sujeitos desta pesquisa, uma pergunta se impôs: que aspectos privilegiar nessas relações? As primeiras incursões pela cidade de Coimbra, as dificuldades no deslocamento em alguns territórios e a importância que estes três eixos têm para as vivências de velhice, fizeram-me optar pelos eixos de acessibilidades, mobilidades e sociabilidades.

*Acessibilidade e mobilidade* são conceitos bastante recentes, construídos a partir das transformações sociais que vêm ocorrendo na contemporaneidade.

Para Bauman (2005: 20), a mobilidade e a aceleração das mudanças, principalmente no cenário urbano, são características da modernidade líquida, sendo que a facilidade de movimento é “o fator primordial de estratificação na atual hierarquia de dominação” (Bauman, 2010: 85).

Assim, nos contextos urbanos, como integrante da própria urbanização, a mobilidade – de pessoas, de bens, de produtos, de mensagens e ideias – surge como condicionante da participação nos territórios (Rémy; Voyé, 1994: 11; 74). Isso é especialmente visível em cidades onde há a tendência a uma *especialização espacial* (Silvano, 2007), com serviços concentrados em setores mais ou menos específicos da cidade (por exemplo, setor bancário, setor hospitalar ou de saúde, setor educacional, etc.),

herança do período fordista<sup>51</sup>, ou, para ser menos radical, em cidades onde há uma dispersão dos serviços, obrigando as pessoas a deslocamentos frequentes. Ainda que na maioria das cidades esta setorização não seja de todo explícita – como o é, por exemplo, na capital brasileira – Brasília – verifica-se, ainda, em algumas cidades, alguns resquícios desta organização espacial urbana.

Marandola Jr. (2011: 98) compreende a mobilidade – traduzida, na era contemporânea, por *hipermobilidade* – como um “fenômeno fundante da trama socioespacial das aglomerações urbanas contemporâneas, revelando dinâmicas globais, regionais e locais num mesmo plano”, sendo, ao mesmo tempo, causa e consequência das formas espraiadas e dispersas que caracterizam as metrópoles, e influenciando a reprodução social do cotidiano e os estilos de vida.

A mobilidade, na contemporaneidade, também é assumida como uma dimensão individual e subjetiva, associada à autonomia e ao domínio espaço-temporal, “o momento em que transcendemos as geografias do cotidiano reinventando e projetando novos tempos e imaginários” (Teles, 2014: 10). Vista sob esse ângulo, a mobilidade acaba por repercutir nos diversos sistemas: sociais, culturais e psicológicos, implicando até mesmo na construção da personalidade e da identidade dos indivíduos (Silvano, 2007)<sup>52</sup>.

Sendo a autonomia e a independência preceitos supervalorizados nas sociedades urbanas contemporâneas, cria-se um paradoxo a respeito da mobilidade:

Põe-se um problema na medida em que esta capacidade [a mobilidade] não pertence a toda a gente de forma igual: ao lado das diferenças ligadas à idade e à saúde, a capacidade de mobilidade está, com efeito, estreitamente ligada à capacidade financeira dos indivíduos, quer, e talvez ainda mais, a uma certa capacidade cultural que desenvolve ou limita as exigências de um enraizamento espacial concreto e estável (Rémy; Voyé, 1994: 74-5).

É importante referir que as experiências de mobilidade de cada faixa etária são diferenciadas em “necessidades, padrões e significados para crianças, jovens, adultos e idosos” (Marandola Jr. 2011: 109), distinguindo-se, também, em razão das diferenciações de gênero e das composições familiares.

Bauman (2009: 53) também refere “o grau de imobilização” como “a principal medida de privação social e a principal dimensão da falta de liberdade”, e reflete sobre a imobilidade, o isolamento e a segregação espaciais “como forma[s] de lidar com os indesejáveis”, ou seja, uma forma intencional, ainda que muitas vezes subliminar, de exclusão.

---

<sup>51</sup> Este período pode ser caracterizado a partir das transformações dos sistemas de produção capitalistas ocorridas com as inovações tecnológicas que possibilitaram a racionalização da produção e a reprodução ampliada do capital (Botelho, 2008).

<sup>52</sup> Silvano (2007: 24) recorda que Simmel (2006) e Benjamin (1982) também trabalham a ideia da mobilidade como fator de organização da cultura e do espaço urbano, o primeiro destacando a figura do estrangeiro, na articulação entre a proximidade e a distância e na oposição mobilidade/liberdade e imobilidade/fixação, onde as relações espaciais são condição e símbolo das relações humanas (Simmel, 2006: 182); o segundo ressaltando a figura do passeante, aquele que “busca seu asilo na multidão”, que “ora é passagem, ora é ninho acolhedor” (Benjamin, 1982: 54).



O conceito de acessibilidade surge, então, como uma maneira de minimizar os problemas relacionados à mobilidade, a partir da compreensão de que a inacessibilidade resulta de incapacidades e constrangimentos do próprio meio, não dos indivíduos que dele fazem parte e/ou que se relacionam com ele (Simões *et al.*, 2010). Estes problemas aparecem como novos desafios sociais, trazidos à superfície com as transformações das sociedades contemporâneas.

A expansão urbana; a verticalização das habitações, com edifícios cada vez mais altos; o aumento considerável do número de automóveis a circular nas médias e grandes cidades; o desenvolvimento das redes e tecnologias de transporte e de comunicação; além, é claro, dos movimentos em prol da inclusão social<sup>53</sup>, são exemplos dessas transformações, que incluem, de forma muito relevante, as transformações nos paradigmas temporais e espaciais, com a intensa compressão espaço-tempo (Lopes, 2002: 73), onde o espaço se flexibiliza, ao mesmo tempo se expandindo e se retraindo, e onde a velocidade, a aceleração nos ritmos e nos tempos, parecem fundamentar os movimentos humanos (Frezza *et al.*, 2009).

A maior visibilidade dos sujeitos idosos e das pessoas com deficiência, resultado do aumento da longevidade e das transformações das relações público/privado, também pode ser vista como desencadeadora de reflexões que culminaram no desenvolvimento do conceito de acessibilidade.

Este último ponto, entretanto, precisa ser problematizado.

A compreensão da diversidade<sup>54</sup> como condição própria dos seres humanos, a partir do reconhecimento político das diferenças, retira dos sujeitos a responsabilidade pelos défices em termos de mobilidade que, na realidade, têm origem nas próprias organizações das instâncias públicas e sociais, suas instituições e seus métodos (Fernandes, 2002; 2003; 2012; Fernandes; Lippo, 2013).

“Existem inúmeras barreiras arquitetônicas e de preconceito nas instâncias da sociedade que se constituem como interdição social, tornando difícil o acesso das diferenças singulares aos bens sociais” (Fernandes; Lippo, 2013: 281). Nesse contexto, a acessibilidade é entendida como um direito humano universal<sup>55</sup>.

Propõe-se aqui, neste conceito de acessibilidade universal, que não seja o sujeito unicamente pela sua diferença que precisa de um lugar especial marcado no social. É a sociedade que precisa, por meio de suas diferentes instituições e instâncias, adequar-se às diferenças singulares dos sujeitos que a compõem. Uma sociedade só poderá se desenvolver democraticamente e propiciar o espaço de humanidade para seus cidadãos quando estiver capacitada a atender às diferentes necessidades e peculiaridades dos seres sociais que vivem suas vidas cotidianamente em seus contextos (Fernandes; Lippo, 2013: 287).

---

<sup>53</sup> Os movimentos pela inclusão social começaram a ganhar visibilidade, principalmente em países como os Estados Unidos e alguns países da Europa, na segunda metade dos anos 1980, tomando impulso na década de 1990 (Sasaki, 1999: 16) e vindo a crescer fortemente, já nos primeiros anos deste século, na quase totalidade dos países, notadamente nos países ocidentais.

<sup>54</sup> “Entende-se por diversidade o conjunto das diferenças e peculiaridades individuais. Diversidade é esse conjunto de peculiaridades individuais que não se iguala, que é impossível padronizar, por mais que a sociedade deseje unificar. É peculiar a cada ser uma série de diferenciações que fazem parte de suas características enquanto ser; nessas diferenciações estão contidas todas as singularidades próprias dos seres humanos. Portanto, se considera como condição daquilo que caracteriza o ser humano, enquanto tal, uma vez que a partir da multiplicidade dos aspectos pessoais se forma o conjunto social dos seres” (Fernandes, 2002: 54)

<sup>55</sup> Também nesse sentido, “o *direito à cidade* [Lefebvre, 2001] não é mais apenas o direito a aceder e a instalar-se nela, mas a garantia de poder usufruir dos equipamentos, serviços e direitos que a cidade oferece, designadamente a condição de cidadania política e cultural” (Fortuna, 2009: 86, grifo do autor).

O princípio da acessibilidade universal requer que os territórios sejam pensados e planejados a partir de um *design* universal<sup>56</sup>, isto é, a partir de um desenho que conceba “espaços e produtos que possam ser usados por todas as pessoas, na maior abrangência possível, sem a necessidade de adaptações específicas no projeto” (Alvarez; Camisão, 2007: 02).

Assim, se a mobilidade pode ser entendida como a capacidade de movimentação dos sujeitos pelos territórios, tornando-se agentes destes e nestes territórios, então a acessibilidade pode ser definida como os meios para facilitar e possibilitar esta movimentação, através da capacitação dos territórios para a oferta de segurança e autonomia a quem deles fizer uso (Araújo, 2002).

Nessa direção, a acessibilidade – ou sua falta – pode condicionar a mobilidade.

Os *meios* e *capacitação* para tornar os territórios mais acessíveis compreendem desde a proximidade aos locais para onde se deseja, ou se necessita, deslocar (neste caso, a oferta de produtos e serviços próximos às zonas residenciais), até a eliminação de barreiras naturais e/ou arquitetônicas, passando pelo acesso, frequência e área de cobertura dos transportes urbanos, nomeadamente os de uso coletivo, e as possibilidades de contatos e participação social de todos os sujeitos.

Avançando para o último eixo, entendo por *sociabilidade* as interações sociais desenvolvidas pelos/entre os indivíduos nos vários contextos de suas vidas.

Resgato, aqui, o conceito de sociabilidade de Simmel (2006: 168), para quem a sociabilidade seria “uma forma autônoma ou lúdica de socição”.

A *socição*, por sua vez, pode ser compreendida como uma interação social entre os indivíduos motivada por recompensas, benefícios ou trocas materiais – interesses profissionais, por exemplo.

Nesse sentido, a sociabilidade extrapola a socição, sendo motivada por interesses mais subjetivos, existindo “por si mesma e pelo fascínio que difunde pela própria liberação destes laços” (Simmel, 2006: 168). Isso quer dizer que, ainda que a sociabilidade também pressuponha trocas, estas se estabelecem, geralmente, mais a nível subjetivo e afetivo e de forma mais espontânea<sup>57</sup>.

---

<sup>56</sup> O conceito de *universal design* (desenho universal) foi elaborado, na década de 1990, pelo arquiteto estadunidense Ron Mace, como forma de responder às transformações sociais ocorridas, de maneira geral, no século XX: alterações nas estruturas demográficas; mudanças legislativas, movimentos por igualdade, movimento pela eliminação de barreiras – *barrier-free design* –, evolução tecnológica, principalmente no que tange à engenharia de reabilitação e tecnologias assistidas (Story, 2011). A partir daí, foram definidos sete princípios básicos para sua execução: (i) uso equitativo; (ii) flexibilidade no uso; (iii) uso simples e intuitivo; (iv) informação perceptível; (v) tolerância ao erro; (vi) baixo esforço físico; e (vii) tamanho e espaço para aproximação e uso (Story *et al.*, 1998: 31-79). Este conceito representa um avanço sobre o conceito de “desenho acessível”, isto é, o desenho de produtos e ambientes voltados exclusivamente para as pessoas com deficiência ou necessidades especiais (Sasaki, 1999: 140). Ostroff (2011: 15) vê o *design* universal como um paradigma emergente, ou seja, um sistema abrangente de crenças e valores no sentido de não apenas promover a remoção de barreiras, mas também de mudar as políticas excludentes da globalização.

<sup>57</sup> Semelhante ao conceito de sociabilidade aqui referido, mas imbuído do componente político, expresso em uma “confrontação com o contexto excessivo da metrópole enquanto macroestrutura urbana”, Fortuna (2012: 201) traz à reflexão o conceito de *(micro)territorialidades*, entendidas como associações coletivas estruturadas sobre a “partilha de afetos, sentimentos e emoções e não na tradição e na racionalidade”. “Neste sentido, as *(micro)territorialidades* que desejo trazer à discussão podem ser as teias de relações consistentes que se desenrolam nas praças ou esquinas da cidade ou no recato da domesticidade de proximidade que o ‘pedaço’ representa. Podem igualmente ser as comunidades afetivas, muitas delas concretizadas tanto nas subjetividades ou na imaginação dos sujeitos como nos territórios ausentes que tipificam as comunidades virtuais ou alguns movimentos diaspóricos” (Fortuna, 2012: 201).

Giddens (1991: 108) observa, no entanto, que, na contemporaneidade – à qual se refere como “modernidade”, as formas de sociabilidade “informadas pela lealdade e a autenticidade” constituem-se apenas como uma parte das relações sociais, concorrendo com novas formas de interação mediadas pelo distanciamento tempo-espaço. É o caso das redes de comunicação e informação, que permitem a criação de relações virtuais que se processam de forma rápida e simultânea em qualquer parte do Globo, transgredindo tempo e espaço. Essas novas formas de interação, entretanto, possuem laços frágeis, alerta-nos Bauman (2009: 56), para quem as mediações tempo-espaço possuem escalas distintas dentro de uma hierarquia de poder:

A pragmática variada das relações interpessoais (o novo estilo de “política de vida”, como foi descrito com grande convicção por Anthony Giddens), agora permeada pelo espírito do consumismo e colocando o Outro como fonte potencial de experiências prazerosas, deve ser parcialmente culpada. Sem importar para o que a nova pragmática é boa, ela não pode gerar laços duradouros, o que dirá laços que *se presume* serem duradouros e *tratados* como tal. Os laços que ela gera contêm cláusulas de “até novo aviso” e retiradas “à vontade” e não prometem a cessão nem a aquisição de direitos e obrigações (Bauman, 2009: 114 – grifos do autor).

Buscando uma mediação entre ambos os pontos de vista – o de Giddens e o de Bauman –, a existência de novas formas de interações sociais, constituídas sobre a flexibilidade contemporânea do binômio tempo-espaço, é inegável, tal como analisa Giddens (1991). Ainda que estabelecidas a partir de laços frágeis, como aponta Bauman (2009), estas novas sociabilidades podem representar um ganho, desde que não sejam substitutas de relações mais substanciais, baseadas em comprometimentos e responsabilidades mútuos/as, e cujos laços sejam mais fortes e duradouros.

Estas novas sociabilidades, construídas a partir de redes de informação e comunicação, requerem, ao mesmo tempo, o acesso das pessoas aos instrumentos – aos computadores, à *internet* e às redes sociais – e seu aprendizado técnico.

Segundo Correa (2009: 91), a “demanda por uma vida computadorizada requer conhecimentos específicos de manuseio que nem sempre estão plenamente acessíveis à população idosa, além da necessidade de se adaptar ao ritmo acelerado para o manejo desses produtos”.

Assim, embora este acesso venha se tornando cada vez mais popular e democrático, sabe-se que ainda há um grande número de pessoas que podem ser consideradas *analfabetas digitais*, por não possuírem, ainda, nem o acesso aos meios, nem as competências necessárias para o estabelecimento das interações sociais mencionadas<sup>58</sup>.

---

<sup>58</sup> Sabe-se que as desigualdades em relação à literacia digital são bastante marcadas em termos etários – sendo as pessoas com 65 ou mais anos as que menos possuem tais competências – e nível de escolaridade – quanto maior o nível de escolaridade, maiores são as probabilidades do uso de computadores. Fonte: PORDATA – Base de Dados Portugal Contemporâneo – [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt). Segundo o relatório “A Internet em Portugal – Sociedade em Rede 2014”, elaborado por Cardoso *et al.*, (2014: 09), apenas 11,8% das pessoas portuguesas com 65 ou mais anos utilizaram a *internet* em 2013. Este número é bastante diferente em escalões etários mais jovens, diminuindo na proporção que a idade aumenta: 94,1% entre os 15 e os 24 anos; 85,8% entre os 25 e os 34 anos; 71,6% entre os 35 e os 44 anos; 58,2% entre os 45 e os 54 anos; e 31% entre os 55 e os 64 anos. Na mesma proporção, em relação ao nível de escolaridade, somente 7,2% das pessoas portuguesas com a instrução primária completa haviam utilizado a *internet* em 2013, contra 92,7% das pessoas com nível universitário.

Dessa maneira, uma das principais intenções deste estudo é conhecer até que ponto as relações entre as pessoas idosas e os territórios onde vivem – relações estas virtuais e/ou presenciais – são qualificadoras – ou não – de suas experiências de velhice.

Os eixos de acessibilidades, mobilidades e sociabilidades foram escolhidos como *lentes* que direcionam minha observação para estes aspectos dessas relações.

Entretanto, para que as relações velhices-territórios sejam olhadas a partir dos eixos de acessibilidades, mobilidades e sociabilidades, são necessários alguns cuidados.

Conhecer os territórios, suas redes de acesso, seus serviços, suas estruturas, seus movimentos, a partir de padrões de acessibilidade atuais, são procedimentos necessários. Este trabalho, no entanto, procura conhecer as dinâmicas estabelecidas nessas relações. Compreender estas dinâmicas requer, além de observações analíticas dos territórios, em si, o conhecimento das percepções que os próprios sujeitos têm dessas relações. Assim, os eixos escolhidos também servem como elementos motivadores para as falas desses sujeitos.

A seguir, passo à definição de alguns conceitos que perpassam este trabalho e que foram surgindo ao longo das diversas etapas deste estudo, como exigências de seus próprios sujeitos: as pessoas idosas, os territórios e suas relações.

### 1.2.3. Conceitos

*Os conceitos que aparecem em nosso pensamento e em nossas expressões lingüísticas são – do ponto de vista lógico – puras criações do espírito e não podem provir indutivamente de experiências sensíveis.*

*(Albert Einstein, 1981 [1953])*

*É necessário tornar sensíveis os conceitos [...], bem como tornar inteligíveis as intuições [...].*

*(Immanuel Kant, 2009 [1781])*

*Um conceito só vale pela vida que lhe é dada. Ele tem menos por função criar a representação e a ação do que catalisar os universos de referência que configuram um campo pragmático.*

*(Félix Guattari, 1992)*

Como já foi antecipado, este subcapítulo tem o objetivo de apresentar alguns conceitos que perpassam este trabalho, embasando-o e referenciando-o.

De acordo com Japiassú e Marcondes (2001: 48), a filosofia define *conceito* como “uma ideia abstrata e geral sob a qual podemos unir diversos elementos”.

Enquanto ideia abstrata construída pelo espírito, o conceito comporta, como elementos de sua construção: a) a compreensão ou o conjunto dos caracteres que constituem a definição do conceito (o homem: animal, mamífero, bípede etc.); b) a extensão ou o conjunto dos elementos particulares dos seres aos quais se estende esse conceito. A compreensão e a extensão se encontram numa relação inversa: quanto maior for a compreensão, menor será a extensão; quanto menor for a compreensão, maior será a extensão (Japiassú; Marcondes, 2001: 48).

Nesse sentido, os conceitos são elaborados a partir de contextos – históricos, sociais, culturais e, inclusive, disciplinares –, experiências (físicas, morais, psicológicas ou sociais) e referenciais próprios, refletindo as percepções e concepções que se tem em relação a um dado objeto, a partir de um ponto de vista determinado. De forma diferente, as *definições* exprimem a essência do objeto (Japiassú; Marcondes, 2001: 64).

Os elementos/objetos aqui conceituados foram surgindo no decorrer da pesquisa, como elementos significativos nas falas – ou nas suas entrelinhas – dos sujeitos idosos e nas lógicas e dinâmicas percebidas nos territórios estudados. Por se tratarem de palavras e expressões que podem apresentar múltiplas conceituações, de acordo com uma disciplina ou linha interpretativa específica, sinto a necessidade de conceituá-los dentro de um referencial próprio, que venha ao encontro das análises e interpretações que serão feitas em torno dos sujeitos e da problemática do estudo. Obviamente que, ao longo deste trabalho, outros conceitos poderão surgir. Estes, por não se tratarem de conceitos-chave, ainda que sejam importantes às colocações e discussões aqui postas, serão apresentados no momento adequado.

Como já mencionado, além das disciplinas, categorias e eixos que norteiam esta investigação, já definidas/os e conceituadas/os nas seções anteriores, outros elementos – palavras, expressões – considerados, de certa maneira, estruturantes, pois, de uma forma ou de outra, fazem parte do dia-a-dia dos sujeitos aqui evocados, foram surgindo ao longo da pesquisa. Estes elementos, dos quais elaboro brevíssimas conceituações, são: *urbano/rural*, *identidades*, *pertencimento*, *autonomia/independência*, *solidão* e *cuidado*. No decorrer deste trabalho, à medida que vierem à tona, estes conceitos serão retomados e melhor aprofundados, buscando-se um diálogo entre a conceitualização teórica e as vivências práticas cotidianas. É importante perceber que a grande maioria dos elementos aqui conceituados relaciona-se entre si, sendo, em muitas das vezes, interdependentes e interinfluentes. Também é importante esclarecer que, embora recorra a construções conceituais já existentes, trabalhadas por vários pensadores das ciências sociais e humanas (dentre eles, clássicos como Lévi-Strauss (1990) e Bauman (2004), por exemplo), os conceitos aqui apresentados refletem os referenciais teóricos que pontuam este trabalho.

Assim, começo pela conceitualização de *urbano/rural*. Este binômio surge, no contexto deste trabalho, a partir da escolha dos territórios da pesquisa. Na intenção de envolver diferentes tipologias territoriais do município de Coimbra, apostando em uma maior diversidade nas relações entre velhices e territórios e, assim, na possibilidade de um estudo comparativo mais rico, optei por dois territórios tipicamente urbanos, localizados, inclusive, em zonas espacialmente centrais da cidade, e outros dois territórios com características próximas ao rural. Dito isto, uma dúvida permanece: o que estou considerando como *território urbano* e como *território rural* (ou próximo do rural)?

Historicamente, o mundo rural estruturava-se sobre quatro pilares bem delimitados, que o contrastavam com o território urbano: a produção de alimentos como função principal; a agricultura como principal atividade econômica; a família camponesa como grupo social de referência; e uma paisagem que refletia o equilíbrio entre natureza e cultura (Ferrão, 2000: 46).

O mundo urbano, por sua vez, começou a se desenvolver a partir do surgimento das cidades, em uma clara oposição ao campo, ainda que bastante dependente em relação a ele<sup>59</sup>.

As cidades, como entidades socioespaciais heterogêneas, são socialmente produzidas, estruturando-se a partir das relações entre os grupos sociais e as classes (Silva, 2012).

Assim, em um percurso histórico de formação das cidades, é possível identificar algumas configurações típicas: (i) a cidade aristocrática, representada pela Grécia e por Roma, agrocidades estruturadas a partir de um suporte administrativo, político e militar bem delineado, com a vida pública racionalizada e centralizada na *ágora*, a praça destinada ao debate público e democrático<sup>60</sup>; (ii) a cidade medieval, construída, na sequência das invasões bárbaras e da consequente queda do império romano, com a criação de feudos dominados por senhores nobres e pela Igreja, com a subjugação de servos, tudo sob a tutela real; (iii) a cidade burguesa, organizada a partir da emergência de novas classes e grupos sociais que, com a força mercantil, conseguem minar e destituir o poder dos senhores feudais, criando, assim, uma nova e poderosa elite; e (iv) a cidade moderna, impulsionada pelo surgimento e desenvolvimento do sistema capitalista e pela Revolução Industrial, no século XVIII, que, além de alterar profundamente os modos de produção, alterando, com isso, as relações sociais, promoveu uma grande expansão demográfica e uma urbanização rápida e acelerada (Silva, 2012: 207-209).

“Este tipo de cidade [...] deixará de representar os interesses da burguesia local para ser veículo de interesses duma burguesia (inter)nacional, industrial, financeira e especulativa” (Silva, 2012: 209).

As transformações sociais desencadeadas a partir desse novo contexto social extrapolaram o território citadino, pulverizando, também, o campo e, por conseguinte, modificando as relações entre as duas esferas.

Dessa forma, a chegada da industrialização em territórios camponeses, intensificada após a Segunda Guerra Mundial, criou, por assim dizer, dois modelos de mundo rural: um moderno, outro tradicional.

Neste novo contexto, a *relação rural-urbano bifurca-se, dando origem a uma partição das áreas rurais em função da sua proximidade (física mas também funcional e socioeconômica) aos principais centros urbanos*. A diferenciação entre áreas rurais “centrais”, “periféricas” e “marginais” ou ainda a designação de “áreas rurais profundas” evidenciam, com clareza, esta nova situação (Ferrão, 2000: 47 – grifos do autor).

---

<sup>59</sup> É interessante observar a independência e a autossustentabilidade do mundo rural como origem da organização social e coletiva territorializada; passando para uma relação subordinada em relação à cidade; e, na atualidade, para uma interdependência entre ambos: campo e cidade (Rémy; Voyé, 1994; Silva, 2012).

<sup>60</sup> É importante lembrar que o espaço “democrático” da *ágora* restringia-se aos homens livres e à aristocracia, excluindo, assim, os plebeus, os estrangeiros e os escravos e, obviamente, as mulheres.

Seguindo esta sequência, é possível identificar uma quinta cidade: a cidade contemporânea, marcada por uma organização econômica e social pós-industrial, centrada não mais na produção, mas no consumo, e caracterizada pelo desenvolvimento de altas tecnologias, por transformações nas noções espaço-temporais, pela obsolescência de lugares, coisas, comportamentos e estilos de vida e por processos de globalização<sup>61</sup> (Bauman, 1998; 1999; Anderson, 1999; Hall, 2006; Esperandio, 2007; Harvey, 2007; Moura, 2009).

É importante levar em consideração as reflexões produzidas em torno dos conceitos de urbano/rural e os de outro binômio: *cidade/campo*, cuja relação representada pela associação cidade/urbano; campo/rural nem sempre é direta e óbvia, sendo, muitas vezes, problemática (Lopes, 2002).

Maia e Ferreira (2010: 225-6) evidenciam a distinção entre os dois binômios conceituais a partir da noção de campo/cidade enquanto “formas concretas, materializadas e compostas de paisagens produzidas pelo homem” e de urbano/rural “como representações sociais, conteúdos das práticas de cada sujeito, cada instituição, cada agente na sociedade”.

Nesse sentido, urbano e rural são categorias sociológicas, atributos que expressam comportamentos e que podem se manifestar tanto nos espaços dos campos, quanto nos espaços das cidades. Por outras palavras, são conceitos revestidos de significados que extrapolam uma mera diferenciação espacial, espraiando-se para outros âmbitos, como formas de organização social, econômica e cultural (Rodrigues, 2014: 433), contemplando, assim, modos de vida, hábitos e costumes.

Para reforçar essa busca por uma nova visão, sustenta-se que não há espaços rurais ou espaços urbanos. Há urbanidades e ruralidades que, combinadas, ensejam as territorialidades particulares de cada localidade, município ou recorte regional. Trata-se de não encarar rural e urbano como substantivos, pois desta forma nada especificam e seu significado se esvazia (Biazzo, 2007: 19).

Saquet (2006) aponta complexidades e heterogeneidades territoriais, de temporalidades e de territorialidades entre os espaços rurais e os espaços urbanos. Estas complexidades e heterogeneidades variam em arranjos, intensidades, formas, conteúdos e velocidades. “Um [espaço] só pode ser compreendido em suas relações com o outro, pois um está no outro, só vem a ser pelo outro. O fundamental é mostrar e explicar as relações territoriais sem eliminar as peculiaridades de cada espaço” (Saquet, 2006: 67).

Reflexão semelhante é a elaborada por Rua (2006), que percebe as transformações sociais provocadas pelas mudanças no modelo produtivo e organizacional do campo a partir de uma lógica capitalista, requalificando as relações urbano/rural e cidade/campo e remetendo para novas conceituações de urbano, rural e de agrícola: “Rural torna-se cada vez mais diferente de agrícola. Ao mesmo tempo, distingue-se cidade e urbano explicitando a crescente complexidade que marca tais relações. Rural e urbano fundem-se mas sem se tornarem a mesma coisa, já que preservam suas especificidades” (Rua, 2006: 85-86).

---

<sup>61</sup> Bauman (1999) vê os processos de globalização como unificadores e dividores, ao mesmo tempo, uma vez que “[u]ma parte integrante dos processos de globalização é a progressiva segregação espacial, a progressiva separação e exclusão” (Bauman, 1999: 9)

No entanto, se é verdadeira a concepção de urbano/rural; urbanidade/ruralidade, enquanto categorias sociológicas e antropológicas, e não meramente geográficas, também é verdadeira a constatação de que estas categorias, ainda que de um modo redutor, são representações que remetem à materialidade cidade/campo, sendo o urbano e a urbanidade representações da cidade e, na mesma proporção, o rural e a ruralidade representações do campo, muito embora estas representações possam, muitas vezes, mesclarem-se, interpenetrarem-se e manifestarem-se em distintos espaços, ao ponto de se poder supor uma superação da dicotomia *rural/urbano* (Bógus, 2009: 116). Esta constatação permite, assim, o uso das expressões *espaço urbano* e *espaço rural*, não como espaços necessariamente geográficos, mas como espaços sociais.

Relativamente a esse ponto, Lefebvre (2001: 18) diferencia a cidade do urbano, entendendo o urbano como um núcleo maior e mais abstrato (ainda que composto por materialidades), que não só engloba a cidade, mas a transcende, sendo um espaço de desenvolvimento para a modernidade e para a cotidianidade do mundo moderno, ou seja, um espaço para um modo de viver urbano que penetra, por vezes no campo.

O fenômeno urbano, para Lefebvre (2001: 18-19), advém de um processo de “implosão-explosão” das cidades, com grandes concentrações urbanas e, ao mesmo tempo, deterioração de núcleos urbanos antigos, provocando deslocamentos dos centros para as periferias<sup>62</sup>.

Dessa maneira, o espaço urbano pode ser caracterizado como um espaço de contradições: fragmentado, mas, ao mesmo tempo articulado; reflexo e condicionante da vida social; simbólico e material. “É assim a própria sociedade em uma de suas dimensões, aquela mais aparente, materializada nas formas espaciais” (Corrêa, 2000: 09).

Nessa direção, Fortuna (2009) reconhece o desaparecimento do modelo histórico de cidade, substituído, agora, por “modalidades novas de expansão e reinvenção do urbano” (Fortuna, 2009: 84), com novas tipologias de espaços urbanos “que não se compaginam com a morfologia, a arquitetura ou o sentido político e social típico-ideal da cidade da antiguidade, da era medieval, ou da era industrial, em torno da qual se construiu e se desenvolveu aquele léxico [teórico e analítico das cidades ocidentais]” (Fortuna, 2009: 84).

Por sua vez, Rémy e Voyé (1994) elaboram conceitos de cidade e de campo, recorrendo a dimensões descritivas, funcionais e interpretativas destes espaços.

Assim, em sua forma descritiva, o conceito de cidade evoca um espaço essencialmente construído, com expansão marcadamente vertical – mas não só –, cuja estrutura não se dá, predominantemente, a partir de elementos da natureza. Outra característica descritiva refere-se à articulação dos espaços citadinos, elaborada a partir de oposições: interior e exterior; centro e periferia; público e privado (Rémy; Voyé, 1994: 14).

Por outro lado, o conceito de cidade, em uma dimensão interpretativa, é construído a partir de um tipo de apropriação espacial e de dinâmica coletiva próprias, que envolvem, também, uma dimensão sócio-afetiva:

---

<sup>62</sup> Segundo Lefebvre (2001: 18), estes deslocamentos podem ocorrer de duas formas: algumas vezes os centros acabam sendo destinados às populações mais pobres, enquanto as populações mais abastadas ocupam regiões mais periféricas, porém mais tranquilas, organizadas e com maior qualidade de vida; em outras, o processo se inverte, com as classes mais favoráveis economicamente permanecendo nos centros e as classes mais populares habitando as periferias e vilas.



A cidade surge desde logo como sendo uma unidade social que, por convergência de produtos e de informações, desempenha um papel privilegiado nas trocas – materiais ou não –, em todas as atividades de direção e de gestão e no processo de inovação. É, por excelência, o lugar onde grupos vários, embora permanecendo distintos um dos outros, encontram entre si possibilidades múltiplas de coexistência e de trocas mediante a partilha legítima de um mesmo território, o que não somente facilita os contatos programados, mas principalmente multiplica as hipóteses de encontros aleatórios e favorece o jogo das estimulações recíprocas. Lugar a partir do qual se estrutura o campo das atividades sociais, a cidade também confere uma dimensão sistemática à cultura regional circundante; pode também, pelo contrário, ser, em certos momentos, um lugar de ruptura e de inovação (Rémy; Voyé, 1994: 14-5).

A diversidade e a perspectiva humana, como características da cidade, dão a este espaço uma dimensão antropológica, fazendo da urbanidade uma condição própria da humanidade (Pereira, 2011)<sup>63</sup>.

Por outro lado, os limites da vivência e da expressão desta diversidade, marcados pela exclusão e segregação espacial e social, fazem da cidade um espaço ideal para a reflexão filosófica acerca da fragilidade e deficiência dos direitos humanos enquanto direitos universais fundados em bases individuais e desprovidos de elementos culturais, próprios à diversidade humana (Pereira, 2011; Fernandes, 2002; 2003; 2012; Fernandes; Lippo, 2013).

Já o conceito de campo, a partir da dimensão descritiva proposta por Rémy e Voyé (1994), relaciona-se a uma descontinuidade dos elementos construídos – na sua maioria – horizontalmente, distribuídos, de forma mais compacta ou mais dispersa, tendo como pano de fundo a natureza (campos, florestas, plantações). No que tange às dimensões dos aglomerados, geralmente os do campo, distribuídos em núcleos aldeares e povoados, tendem a ter menores dimensões em relação aos aglomerados citadinos (Rémy; Voyé, 1994: 15)<sup>64</sup>.

Em âmbito mais funcional, o campo estrutura-se em torno da produção agropecuária, sendo dependente de outras funções, produtos e serviços produzidos/desenvolvidos essencialmente pela/na cidade<sup>65</sup>.

Nesse sentido, Rua (2006: 82-3), compreendendo o rural como parte do capitalismo contemporâneo, aponta as interações entre cidade/campo a partir de suas relações de poder. Nesse contexto, o campo pode ser considerado como “mercadoria (terra-mercadoria), capaz de gerar, graças ao trabalho, outras mercadorias, além das rendas obtidas pela especulação”. Assim, o campo, enquanto mercadoria, tem extrapolada sua função básica produtora (de produtos agrícolas e pastoris), atuando, também, na reprodução do capitalismo.

Em um contexto simbólico, Silva (2012: 24) refere a “uma identidade e uma representação específicas predominantemente camponesas”, presentes, por vezes, mais nos imaginários que se constroem a respeito da vida campesina, do

---

<sup>63</sup> Esta autora enfatiza o imperativo da urbanidade no espaço urbano, que deve ser pensado à escala humana, em uma dimensão antropológica, “para que os espaços e lugares não sejam apenas espaços de produção e não-lugares mas espaços de vida. Não apenas urbanizados mas de urbanidade” (Pereira, 2011: 50).

<sup>64</sup> Esta tendência dá-se em sentido inverso quando tomamos como núcleo de análise as propriedades (principalmente as habitacionais) rurais e citadinas. Assim, geralmente as propriedades rurais possuem maiores dimensões em relação às propriedades urbanas, sendo, inclusive, medidas em hectares. Esta é uma tendência, mas não uma regra. Há propriedades rurais de pequenas dimensões e, na mesma proporção, propriedades urbanas de grandes dimensões.

<sup>65</sup> As interdependências das relações cidade/campo, embora sejam, na atualidade, normalmente, “desiguais em favor da cidade e, mais concretamente, das classes dominantes” (Silva, 2012: 25), existem e não podem ser desconsideradas nem menosprezadas.

que propriamente correspondente à atual realidade contemporânea. Este mesmo autor distingue, ainda, quatro tipologias do espaço rural: o espaço *periurbano*<sup>66</sup>, que tem sua produção agrícola ameaçada pela urbanização e especulação fundiária; o espaço *produtivo*, com intensa produção agrícola e pecuária; o espaço *profundo, mas empobrecido*, cuja baixa produtividade favorece o reflorestamento e o turismo; e, por fim, o espaço *urbanizado*, caracterizado pela construção imobiliária voltada ao lazer e ao turismo de alta qualidade (Silva, 2012: 25). Sobre estas tipologias, surge, então, outro binômio: *urbanizado/não-urbanizado*.

Os conceitos de urbanizado e, por conseguinte, não-urbanizado têm a mobilidade como um parâmetro comparativo, afetando, dessa maneira, tanto a cidade quanto o campo.

Sendo assim, os espaços urbanizados são aqueles cuja vida cotidiana é organizada a partir de uma grande mobilidade espacial; em oposição, os espaços não-urbanizados estruturam-se fora – ou quase fora – de qualquer possibilidade técnica de deslocamento, apelando à caminhada e ao uso de animais – especialmente os equinos – (ou, em uma versão mais tecnificada mas, ainda, considerada não-urbana, de carroças ou charretes) como formas de transporte.

Em proporção inversa, a mobilidade é um bem valoroso nos espaços urbanizados, ao passo que a mesma é desvalorizada, inclusive no sentido moral, em espaços não-urbanizados (Rémy; Voyé, 1994: 16; 65).

Estes parâmetros, entretanto, tornam-se cada vez mais relativos.

Os estudos dos ritmos das cidades, por exemplo, apontam uma poliritmia – e até uma a-ritmia – nos espaços urbanos (Fortuna, 2009: 89) que nem sempre pode ser interpretada como dicotômica em relação aos espaços não-urbanizados<sup>67</sup>. Estes, por sua vez, veem introduzidos em seu interior, elementos do urbano que transformam seus ritmos, por vezes, acelerando-os. Um exemplo disso são os transportes coletivos – como os ônibus (ou *autocarros*, no português europeu) – e os próprios automóveis particulares, cada vez mais frequentes nos meios rurais que, aos poucos, vão se urbanizando<sup>68 69</sup>.

Não obstante as diferenças entre os dois conceitos, parece haver, na contemporaneidade, uma tendência crescente para os processos de hibridismo nas relações urbano/rural. As interdependências entre o campo e a cidade (como materialidades do rural e do urbano) não são novas, tendo, no mínimo, sido iniciadas já no período dos grandes impérios e das civilizações clássicas (romana, grega, egípcia, mesopotâmica). Os contrastes entre estes espaços, entretanto, eram acentuados, quer nas dinâmicas cotidianas, quer nas representações construídas sobre elas – estas últimas, um tanto exageradas e romantizadas, sendo a cidade

---

<sup>66</sup> Compreendido por Baptista (2014: 28) como um espaço de transição entre o rural e o urbano. De acordo com esta tipologia, aliás, penso que os dois territórios rurais presentes neste estudo possam ser caracterizados como *periurbanos*. Em relação ao entorno do centro de Coimbra, propriamente dito, Mateus (2009: s/p) distingue “três dinâmicas territoriais: suburbanização, espaço próximo do centro urbano, dominado por um espaço construído com algum grau de degradação urbanística, por vezes socialmente segregado, onde a distância ao centro é mais sociológica do que física. Periurbanização, espaço morfologicamente heterogêneo, com claros processos de mutação social e econômica. Rururbanização, campos urbanizados, com áreas construídas, segundo modelos de arquitetura urbana, intercalados com espaços agrícolas e naturais, estando seu desenvolvimento estreitamente relacionado com o centro urbano próximo”.

<sup>67</sup> “Ora, a cidade e a metrópole revelam cadências intermitentes e erráticas. [...] Com a ideia de cidade intermitente pretendo significar a existência de ‘intervalos’ no decurso da normalidade espacial e temporal da cidade” (Fortuna, 2012: 210).

<sup>68</sup> Os acessos aos espaços rurais também tendem a se ampliar, com a pavimentação de estradas, além do aumento da abrangência e da frequência de transportes públicos coletivos a estes locais.

<sup>69</sup> Embora os movimentos de urbanização do rural sejam mais frequentes, alguns estudos (Truninger, 2010; 2014) apontam para uma certa ruralização do espaço urbano, presente, por exemplo, em algumas formas de consumo alimentar que priorizam os alimentos orgânicos, produzidos no campo, em detrimento aos industrializados, típicos dos modos de vida urbano.

representada quase como um “demônio” (poluição, ruídos, violência, vícios, maus costumes) e o campo como um “anjo” (pureza, natureza, sossego, liberdade) (Truninger, 2013: 61).

Nestas representações nostálgicas e romantizadas do campo, a vida suada dos pequenos agricultores é camuflada. Nem tão pouco [sic] os impactos drásticos das mudanças sociodemográficas nos territórios rurais — os quais começaram a emergir em finais do século XIX nas grandes potências europeias e, em Portugal, sobretudo a partir dos anos 50 do século passado —, tiveram a força suficiente para tingir estas percepções românticas da vida do campo, que persistem ainda hoje nas representações urbanas do rural (Truninger, 2013: 61).

Analisando os processos de urbanização em Portugal, Baptista (2014) observa a “solidificação de uma lógica que vai se estendendo a todo o território nacional [notadamente após a tomada da democracia no país<sup>70</sup>], com mudanças evidentes nos modos de vida das populações e das dinâmicas quotidianas” (Baptista, 2014: 22), a partir de “uma progressiva integração nos padrões urbanos dominantes” (Baptista, 2014: 28), verificada pela oferta de novos serviços, nomeadamente os turísticos, mas também por novas formas de comunicação e mobilidade em espaços ditos rurais.

A simbiose rural/urbano parece ser uma evidência que atravessa os tempos na produção dos territórios (Raffestin, 2009: 19). Esta evidência tende a surgir com ainda mais força com o fenômeno de contração do tempo e do espaço trazido pela contemporaneidade, modificando, dentre outros parâmetros, as escalas e a própria compreensão a respeito de mobilidade. Rémy e Voyé (1994: 147) veem este fenômeno como resultado da própria urbanização, que operou transformações não só no âmbito da cidade, mas, também, no campo, que passa a ter a cidade como sua referência primordial, um modelo a ser imitado. Sobre a cidade enquanto referência para a vida campestre, os autores alertam:

[...] a leitura da cidade enquanto modelo de referência supõe a desconstrução, pelo menos parcial, da imagem anterior, a qual via o campo provavelmente enquanto tecnicamente inferior à cidade, mas sobretudo enquanto moralmente superior a ela. Além disso, a tal mudança não intervém nem ao mesmo ritmo, nem do mesmo modo em todo o campo: sequências diferentes podem ser observadas (Rémy e Voyé, 1994: 149).

---

<sup>70</sup> Até a década de 1960, Portugal era considerado um país predominantemente rural, com a maioria da população vivendo no campo e tendo a agricultura como principal atividade econômica. O regime democrático, que teve como marco a revolução de 25 de abril de 1974, e, posteriormente, a adesão de Portugal à Comunidade Europeia, em 1986, marcaram “uma crescente urbanização e intensificação dos fluxos de pessoas e alimentos nas décadas seguintes” (Truninger, 2014: 62).

De qualquer forma, a dicotomia urbano/rural em tempos de globalização econômica, política e cultural revela-se frágil<sup>71</sup>. Se, por exemplo, levarmos em conta o desenvolvimento de políticas de bem-estar social, quer, de uma forma mais positiva, as que abrangem também os espaços rurais; quer, ao contrário, a sua ausência também no âmbito urbano (Mingione; Pugliese, 1987; Wanderley, 1996; 2004; Silva, 2012), esta dicotomia acaba, muitas vezes, por se diluir.

Um último ponto de reflexão importante, de meu ponto de vista, diz respeito ao fato de que as percepções em torno dos conceitos de rural/urbano, cidade/campo também são elaboradas a partir de referenciais e representações próprios/as de cada pessoa e de cada contexto em particular.

Obviamente, estes referenciais e estas representações nem sempre coincidem com as definições e conceitos mais gerais, elaboradas/os por especialistas, em contextos acadêmicos e/ou técnicos.

Trago aqui esta reflexão por considerá-la importante num trabalho que busca priorizar as representações, as percepções, os sentidos, os significados e os imaginários das pessoas que dele participam, incluindo-me a mim mesma neste rol, já que, reitero, vejo a figura do/a pesquisador/a, seus posicionamentos e referenciais, como imprescindíveis em um processo de pesquisa em ciências humanas e sociais que se pretende relacional.

Apenas para exemplificar, sou oriunda da região sul do Brasil, mais especificamente do Rio Grande do Sul, o estado mais ao sul do Brasil, que divide fronteiras com o Uruguai e a Argentina. Este estado possui grandes áreas rurais, destinadas à produção agrícola e à criação de gado, sendo considerado um dos “celeiros brasileiros”, pois é um dos grandes abastecedores de alimentos do país – e mesmo de outros países.

Minhas referências de rural, portanto, ligam-se a esta imagem: grandes extensões de campo (o *pampa gaúcho*), cortadas por estradas quase sempre de terra, sem asfaltos, com habitações distantes umas das outras. Viajar pelas estradas rurais gaúchas é, em grande parte, contemplar paisagens com plantações e gado – especialmente bovino, ovino e suíno – alimentando-se das pastagens<sup>72</sup>. Mesmo as pequenas propriedades rurais do Rio Grande do Sul que tive a oportunidade de conhecer são muito diferentes da realidade rural que encontrei em Coimbra (vias asfaltadas, fáceis acessos à zona urbana da cidade, casas próximas umas das outras).

Evidentemente, as imagens que construí do rural, a partir de minhas experiências no Rio Grande do Sul, não estão imunes a uma visão romântica e nostálgica, tal como bem alertou Truninger (2013). Entretanto, confrontar estas duas realidades – mesmo que no âmbito imagético e representacional – foi extremamente importante para mim na condução deste trabalho, pois, mais uma vez, a dicotomia *estranhamento/familiaridade* veio à tona, tornando-se, pouco a pouco, menos dicotômica e mais complementar entre si, da mesma forma que a própria dicotomia *urbano/rural*, como já observei.

---

<sup>71</sup> “Com efeito, as sociedades em transição e sobretudo as sociedades tradicionais apresentavam uma maior ou menor relativa autonomia e descontinuidade na economia, nos modos e nos estilos de vida, bem como nos diversos tipos de representações sociais, à medida que as sociedades e as economias tradicionais vão sendo absorvidas e incorporadas no modo de produção capitalista, sediado predominantemente em meio urbano, as descontinuidades vão-se diluindo e cada vez menos sentido faz analisar-se o rural e o urbano em termos dicotômicos” (Silva, 2012: 221).

<sup>72</sup> Conforme ilustra o Apêndice I, no final deste trabalho. Ressalto que no Brasil, e mesmo no Rio Grande do Sul – tal como o que acontece em Portugal –, os territórios rurais (assim como os urbanos) diferem muito entre si. Considero importante no contexto deste trabalho, entretanto, revelar minhas próprias referências, assumindo, com isso, minhas dificuldades iniciais em perceber os territórios do “Botão” e do “Casal do Lobo” como rurais, dificuldades estas que foram se dissipando ao longo da investigação, com minhas interações nos terrenos e reflexões.

Dessa forma, ao tomar dois dos territórios de estudo como eminentemente urbanos, e dois como *próximos* ao rural – ou, para usar a tipologia trazida por Mateus (2009) e Silva (2012), *periurbanos* –, além de ter presente minhas próprias indagações, reflexões, estranhamentos e familiaridades, procurei levar em conta as configurações aqui levantadas, considerando a fragilidade da dicotomia urbano/rural observada nos contextos de estudo, mas, principalmente, apontando para elementos diferenciais de ambas as tipologias territoriais.

Assim, com base nas dimensões descritivas, funcionais, interpretativas e simbólicas, caracterizei como urbanos os espaços do centro histórico – a “Alta” – e da zona da “Solum”; e como rurais os espaços do “Botão” e do “Casal do Lobo”. No capítulo seguinte, abordarei com mais atenção este tópico.

Outro elemento que emerge deste trabalho é *identidade*, uma vez que esta é uma temática bastante recorrente em estudos que enfocam as relações sociais e, especialmente, aqueles que têm pessoas idosas como seus sujeitos (Motta, 1998; Peixoto, 2000; Bosi, 2004; Viegas; Gomes, 2007; Vaz, 2008).

Em se tratando de um estudo que, como este, focaliza as relações entre pessoas idosas com os territórios onde vivem, esta temática torna-se realmente evidente e relevante, envolvendo as questões de reconhecimento, identificação e pertencimento/pertença a determinado território.

Não é fácil conceituar identidade, como não é fácil conceituar a grande maioria dos elementos que surgem no âmbito das ciências sociais e humanas. Estes elementos envolvem contextos e subjetividades que os complexificam, tornando impossível conceituá-los com a tranquilidade e a objetividade muitas vezes desejadas em um empreendimento acadêmico.

O conceito de identidade é elaborado, aqui, à luz das disciplinas de psicologia, sociologia e antropologia.

A psicologia compreende a identidade como a consciência que os indivíduos têm de si próprios, do “lugar” que ocupam no mundo (Mesquita; Duarte, 1996: 117). Esta consciência tem sua construção nas representações, sentimentos e significados que os indivíduos elaboram a partir de suas vivências e relações. Como as situações e relações sociais e as próprias histórias de vida não são estáticas, a construção identitária também é um processo permanente, dialético, dinâmico e plural (Bock *et al.*, 2001: 145), isto é, as identidades são múltiplas e, por vezes, contraditórias, descontínuas e não lineares, aflorando, muitas vezes, em contextos aos quais se sentem convocadas ou, por outro lado, invisibilizando-se em contextos hostis e/ou constrangedores.

Nessa direção, a psicologia cultural vê na identidade um espaço de construção do sujeito, construção esta que se dá a partir de uma mediação de significados entre a biografia e o próprio sujeito. Por outras palavras, “a história contada por uma pessoa acerca de sua vida pode ser tomada como um retrato de sua[s] identidade[s]” (Vieira; Henriques, 2014: 163). A construção identitária, dessa forma, pode ser traduzida como um processo relacional e contínuo, que abrange tanto aspectos subjetivos quanto objetivos, constituídos em termos individuais e coletivos, a partir de trajetórias e contextos e de suas interações.

O antropólogo francês Claude Lévi-Strauss, em diálogo com seu compatriota, o filósofo Didier Eribon, problematiza a identidade pessoal enquanto imposição do social: “Se não houvesse essa pressão social, não estou certo de que o sentimento de identidade pessoal fosse tão forte como o que a maior parte das pessoas pensa experimentar” (Lévi-Strauss; Eribon, 1990: 216).

De certa forma, Bauman (2004: 77) ratifica o pensamento reflexivo de Lévi-Strauss em sua interlocução com Eribon (1990), quando analisa a “indeterminação e plasticidade das identidades” e sua “transitoriedade”, como sendo imposições de uma “fase ‘líquida’ da modernidade”.

A multiplicidade identitária, entretanto, nem sempre pode ser vista como resultado da “liquidez contemporânea” apontada por Bauman (1998; 1999; 2004; 2005b; 2009; 2011), onde as identidades são fluidas, interpenetrando-se umas às outras, mas como um reflexo da complexidade relacional e contextual desta mesma contemporaneidade.

Nesse sentido, Viegas e Gomes (2007: 11-12) comparam a dimensão relacional do processo de construção de identidades a um “jogo de espelhos”, “onde a imagem de si próprio está constantemente a remeter-se para os outros e a integrar os outros no contexto relacional onde se efetiva o processo de identificação”.

Dessa maneira, parece-me evidente a existência de pressões e constrangimentos sociais na construção identitária dos sujeitos, principalmente quando padrões identitários são criados, legitimados e reproduzidos socialmente nos mais variados contextos. Neste caso, especificamente, penso nas “boas/más; belas/feias” velhices (Goldenberg, 2013<sup>73</sup>, 2016) ou, no mesmo caminho, nas “velhices ativas e bem-sucedidas<sup>74</sup>”.

Por outro lado, a maleabilidade, “indeterminação”, “plasticidade” e “transitoriedade” identitárias, referidas por Bauman (2004) como traços impositivos da liquidez de nossa contemporaneidade, como já visto, parecem, muitas vezes, interdidas a algumas pessoas idosas, que têm sua multiplicidade identitária reduzida a apenas uma: a de sujeitos velhos.

Mesmo assim, no caso específico da construção das identidades na velhice, creio que as preocupações evidenciadas no diálogo entre Lévi-Strauss e Eribon (1990) e, da mesma forma, por Bauman (2004), embora sejam procedentes, conforme já observado nos parágrafos anteriores, não representam o maior entrave na construção e manifestação das identidades. Talvez a problemática maior, nesta fase do curso da vida, diga respeito às perdas de vários referenciais identitários – e às dificuldades de (re)construção de novos referenciais –, fazendo com que o processo de envelhecimento configure-se como um “estado limiar”, em que os sujeitos tendem a sentir-se diante de “encruzilhadas”, sendo necessárias “reorientações da identidade a partir de cadeias de relações [...] significativas ao longo da vida” (Viegas; Gomes, 2007: 12) e, de forma frequente, emergentes de um tempo passado.

Assim, não é raro vermos uma pessoa idosa evocar acontecimentos ou relações de um passado muitas vezes longínquo para definir-se identitariamente na atualidade<sup>75</sup>.

---

<sup>73</sup> Embora a própria autora ressalte que é “óbvio que não existe um modelo de ‘bela velhice’ a ser imitado” (Goldenberg, 2013: 8), parece-me que o livro evidencia que viver uma “bela” velhice é uma opção estritamente pessoal. Os que não a vivem, optaram por uma velhice “feia” e devem ser responsabilizados por esta opção.

<sup>74</sup> A crítica que faço, a este propósito, diz respeito à insistência por um modelo de envelhecimento bem-sucedido e ativo baseado, prioritariamente, na atividade física e desportiva. A padronização, quer seja estética, de atitudes e ou de comportamentos, tende a ser prejudicial em um contexto tão diverso, como é o humano, acabando, muitas vezes, por ser excludente e por responsabilizar individualmente as pessoas que não conseguem – ou não querem – atingir determinado padrão. A esta responsabilização individual pelo seu próprio destino na velhice, Debert (1997; 1999; 2004) chama de “reprivatização do envelhecimento”. Alguns pesquisadores, como Neri (2008: 08), por outro lado, veem utilidade nestes padrões, pois entendem que estes podem inspirar indivíduos e sociedade na busca de experiências mais qualitativas de velhice, além de sinalizar a velhice como mais uma fase de desenvolvimento no curso vital. De toda maneira, sigo desconfiando da rigidez de certos modelos e padrões.

<sup>75</sup> A personagem principal do romance “A máquina de fazer espanhóis”, de Valter Hugo Mãe (2010: 137), um senhor de 84 anos, explica-nos o apego ao passado ao qual muitas pessoas idosas sucumbem: “[...] quando dizemos que antigamente é que era bom, estamos só a ter saudades, queremos na verdade dizer que antigamente éramos novos, reconhecíamos o mundo como nosso e não tínhamos dores de costas nem reumatismo. É uma saudade de nós próprios [...]”.

Esta estratégia é mais facilmente percebida quando a pessoa idosa em questão se encontra em uma fase de vida socialmente pouco ativa: a construção identitária dá-se, então, através do recurso à memória, trazendo à tona identidades outrora vividas e socialmente reconhecidas e valorizadas.

O apelo a uma configuração identitária do passado minimiza, de certa forma, as dificuldades de construção de identidades no presente. Uma análise minimamente aprofundada leva à compreensão de que muitas destas dificuldades são criadas a partir de uma percepção coletiva, baseada em um senso comum, a respeito do que sejam a velhice e seus sujeitos. Em outras palavras, muitas das representações e imaginários sociais construídos sobre a velhice e as pessoas velhas fazem com que as identificações com esta fase da vida sejam evitadas ou, ao menos, mascaradas com o uso de alguns recursos. Um destes recursos é, justamente, a memória e sua capacidade de imersão e, posteriormente, emersão para o presente, de imagens e identidades passadas, numa tentativa de compor as imagens e identidades de agora.

Nesse sentido, Bosi (2004: 49) distingue as “memórias-lembrança”, dos sujeitos velhos, das “memórias-hábito”, necessárias a qualquer contexto de socialização e aprendizagem cultural. Dessa forma, as lembranças, para as pessoas idosas, têm um peso muito grande, pois constituem e substanciam a vida presente, sendo uma parte importante desse momento do curso da vida<sup>76</sup>.

O conceito de *pertencimento* – ou *sentimento de pertença* –, por sua vez, segue direção semelhante, uma vez que está diretamente relacionado ao conceito de identidade, principalmente ao conceito de *identidade social*, definida como “a parcela do autoconceito dum indivíduo que deriva do seu conhecimento da sua pertença a um grupo (ou grupos) social, juntamente com o significado emocional e de valor associado àquela pertença” (Tajfel, 1981: 291). Segundo o mesmo autor, este processo ocorre nas esferas intra e interindividual e intra e intergrupais, ou seja, enquanto processo interno e subjetivo do próprio indivíduo, entre indivíduos de um mesmo grupo e entre indivíduos de grupos diferentes.

Da mesma forma, sentir-se pertencente a uma comunidade ou a um território pressupõe uma identificação com esta comunidade ou este território. Identificação esta, que, sendo relacional, requer certa aceitação, legitimação e reciprocidade da comunidade ou do território em questão.

Nessa direção, Koury (2010: 31) aponta para a importância da confiança e da confiabilidade para a construção do sentimento de pertença.

Por confiança, pode-se entender uma atitude de segurança em relação aos demais membros da comunidade ou do território, que se constitui – comunidade e/ou território – em um espaço de familiaridade e de intensificação e fortalecimento dos laços (afetivos, emocionais, de dependência).

De forma semelhante, a confiabilidade implica uma concessão de confiança, uma vez que pressupõe a aceitação de regras e códigos de conduta que fazem dessa comunidade ou desse território um espaço mais ou menos único, singular (Koury,

---

<sup>76</sup> Embora muitas das questões feitas às pessoas idosas durante este estudo exigissem, realmente, um retorno ao passado, é notável o uso deste recurso durante grande parte das entrevistas, principalmente, como já mencionado, por pessoas que tiveram uma limitação muito grande em suas atividades e interações sociais com a chegada à velhice. Isto parece evidenciar que, para muitos sujeitos, situar-se no presente enquanto indivíduos, com identidades próprias, requer um necessário resgate do que se foi no passado.

2010: 32). Dito de outra forma, o pertencimento requer uma relação de confiança recíproca, e permanentemente negociada e (re)ativada, entre todos os membros do grupo ou território de pertença.

O conceito de pertencimento também se relaciona diretamente com a dialética exclusão/inclusão<sup>77</sup>, no sentido de que pertencer a um território ou comunidade é um direito humano, que, como tal, deve ser institucionalmente garantido e protegido.

Seguindo este raciocínio, o conceito de pertencimento remete, também, aos conceitos de cidadania e participação, uma vez que estes parecem legitimar o sentimento de pertença a um território ou comunidade (Amaral, 2006; Tavares, 2014)<sup>78</sup>. Dito de outro modo, pertencer a um grupo, a um território, pressupõe participação (ou, ao menos, a sua possibilidade), no sentido de um pensar e de um agir que, de alguma forma, possam influenciar as práticas e dinâmicas cotidianas e relacionais, e mesmo as próprias estruturas, do território e/ou do grupo em questão.

Relacionado aos conceitos de participação e cidadania, trago à superfície os conceitos de *autonomia* e de *independência*.

A *autonomia* pode ser conceituada como um direito de escolha, de decisão, tanto a nível individual, ou seja, referente a escolhas e decisões pessoais, tanto a nível individual quanto coletivo, ou seja, como resultados de processos de interação (Simões *et al.*, 2010). Em ambos os níveis, a autonomia requer comprometimento e responsabilidade. Por isso mesmo, Freire (1997: 67) a compreende como um processo, um “vir a ser”, que deve ser trabalhado e amadurecido no âmbito de seu exercício.

Nunes (2016: 14-15) trabalha o conceito de autonomia como um exercício diretamente atrelado ao poder: “Porque a vontade pessoal tem a ver com potência. Uma das capacidades de uma pessoa adulta e na posse de suas faculdades mentais é a de decidir sobre si mesma – e aos outros, quaisquer outros, mesmo que os tenhamos ouvido e incluído no processo, cabe respeitar a decisão que tomamos”.

Assim, o exercício autônomo é, de uma certa forma, um exercício impositivo entre o individual e o social, onde está em jogo a manifestação – e imposição – de uma vontade individual que deve receber como resposta o respeito dos demais membros do grupo social.

É ainda Nunes (2016) que discute as questões da liberdade e do esclarecimento que comumente são associadas à autonomia enquanto “exercício de uma ‘vontade livre e esclarecida’” (Nunes, 2016: 15).

Considerando a liberdade como um princípio circunstancial, ou seja, dependente de circunstâncias e contextos próprios, quer sejam individuais, quer sejam sociais, as escolhas são livres na medida das possibilidades destes contextos e destas circunstâncias.

---

<sup>77</sup> Sawaia (2001: 08) compreende a exclusão como “um processo sócio-histórico, que se configura pelos recalques em todas as esferas da vida social, mas é vivido como necessidade do eu, como sentimentos, significados e ações”. A concepção da exclusão como um processo contraditório, que só existe em oposição a uma inclusão, em que “se exclui para incluir”, através de uma “inclusão ilusória e perversa”, indecente e indigna, transforma-o em um processo dialético: exclusão-inclusão-exclusão. Vasconcelos (2013: 22) argumenta que a noção de exclusão-inclusão tem origem no século XIX, na França, estando ligada à organização do espaço social a partir do binômio “dentro/fora”.

<sup>78</sup> Neste sentido, Tavares (2014) promove um diálogo entre a Psicologia Social Crítica e a Teoria das Necessidades Humanas, desenvolvida pelos autores Len Doyal e Ian Gough (1994). Ambas – a Psicologia Social Crítica e a Teoria das Necessidades Humanas – reconhecem a participação social e a inclusão em grupos/comunidades como necessidades e direitos básicos dos seres humanos.



Da mesma forma, só há esclarecimento quando se conhece, prévia e minimamente, as implicações às quais cada opção de escolha pode conduzir, “[p]ois nem sempre aos atos se seguem as consequências previsíveis, possíveis, prováveis. Também acontecem consequências improváveis, imprevistas e, até, adversas” (Nunes, 2016: 16).

Estas observações e ponderações reforçam a necessidade de se tomar a autonomia, tal como Freire (1997) já havia apontado anteriormente, como um processo entre indivíduos e comunidades que deve ser constantemente exercitado, praticado e (re)elaborado.

O respeito às decisões pessoais que não afetam negativamente a comunidade, de um modo geral, e as pessoas que dela participam, em particular, é um preceito que, necessariamente, deve ser seguido, até porque, como já foi abordado, a autonomia deve ser considerada como um direito.

Outro ponto importante e que vem ao encontro das considerações anteriormente tecidas diz respeito à acessibilidade como condicionante da autonomia:

Se os ambientes são concebidos só para “alguns”, grande parte sentirá a hostilidade dos espaços ou mesmo a impossibilidade de os utilizar. Privar a pessoa de agir livremente consoante as suas motivações, escolhas e ações é agir em desacordo com o princípio do respeito pelo outro, pela vida individual e pela vida social (Simões *et al.*, 2010: 05).

Por seu turno, a palavra *independência* é usualmente tomada como sinônimo de autonomia. Entretanto, se analisarmos o seu antônimo — *dependência* — em termos de reciprocidade, horizontalidade e condição própria dos seres humanos e sociais como interdependentes — dependentes entre si —, o peso negativo desta palavra se esvazia, perdendo grande parte de seu sentido usual. “A interdependência reforça a sobrevivência de todos, pois todos se entreeajudam. Essa sinergia e essa cooperação constituem a chave para compreender a sobrevivência e a biodiversidade, e não simplesmente a força do indivíduo que se impõe aos demais” (Boff, 2006: 47).

Tronto (2009: 212) analisa o imperativo da independência como uma imposição do pensamento político e moral de inspiração liberal, que, em sua origem, buscou quebrar as formas de dependência descritas nas sociedades medievais e em outras organizações sociais pré-liberais. As concepções liberais de autonomia rejeitam a dependência, compreendendo-a como uma destruição da personalidade. Entretanto, a interdependência, como um princípio humano e político, vê esta imposição como um princípio egocêntrico e, como tal, prejudicial a uma vivência social harmônica, equilibrada e humana.

Esta nova concepção de (inter)dependência equaliza e desierarquiza as relações, uma vez que todos/as, de uma forma ou de outra, dependemos uns/umas dos/as outros/as.

Nesse sentido, autonomia e dependência não se opõem ou se contradizem, necessariamente. Pode-se ser autônomo/a, senhor/a de escolhas próprias e, ao mesmo tempo, dependente. O que quero — e vejo como extremamente importante, principalmente ao se discutirem relações que têm pessoas idosas como um de seus sujeitos — é dissociar a dependência da autonomia, desmistificando e desnaturalizando a noção de dependência e desconstruindo, por esta via, as relações de poder

alicerçadas no binômio independência-dependência. Nesse caso, o oposto à autonomia não é a dependência, mas a *heteronomia* (Zatti, 2007), a sujeição “passiva”<sup>79</sup> a decisões, escolhas e normas de outrem.

O conceito de *solidão* é outro que aflora no decorrer deste trabalho, surgindo em análises baseadas em estatísticas sobre o isolamento de pessoas idosas e, de forma mais viva e contundente ainda, aparecendo, mesmo que veladamente, em muitas das falas aqui colhidas.

Definida por Bauman (2008: 62) como “a experiência sinistra, misteriosa, do vazio do mundo”, a solidão, embora, em algumas vezes, apresente causas bastante objetivas, é uma manifestação subjetiva, cuja representação se dá em termos de sofrimento e dor emocional (Carvalho, 2011: 18; 22).

Nesse sentido, o próprio Bauman (2011: 17) elabora uma distinção entre solidão e *solitude*, esta última definida como “a sublime condição na qual a pessoa pode ‘juntar pensamentos’, ponderar, refletir sobre eles, criar – e assim dar substância à comunicação”.

O escritor José Saramago (1986, em Aguilera, 2010: 21) aponta que: “Costuma-se dizer que a solidão é enriquecedora, mas isso depende directamente da possibilidade de se deixar ficar sozinho”. Em outras palavras, estar-se sozinho por opção, como uma forma produtiva de fomento à criatividade, de concentração ou mesmo de tranquilidade e apaziguamento do corpo, da mente e da alma, não pode, nem de longe, ser comparado ao sentimento de solidão, de abandono, de perda e de esquecimento, ao qual algumas pessoas sentem-se, algumas ou muitas vezes, expostas.

A solidão não é um sentimento novo, embora a fragilidade das redes sociais da contemporaneidade, a “tecnificação das relações” (Boff, 2006: 97) e o individualismo exacerbado<sup>80</sup>, alimentado por uma economia centrada no consumo e no descarte<sup>81</sup>, possam acentuar e potencializar quanti e qualitativamente este sentimento.

Sendo comumente associada aos sujeitos idosos, a solidão, no entanto, não é privilégio – e nem condição essencial – da velhice.

Algumas situações, constrangimentos e sofrimentos experimentados por pessoas idosas, como perdas e/ou afastamentos de familiares e amigos; imobilidade espacial e social; impotência e insegurança frente à contração do futuro e do campo de possibilidades; consciência da finitude, própria e de pessoas próximas; e incapacidade de gerir, de forma minimamente autônoma, o seu cotidiano, entretanto, acabam mesmo por vulnerabilizá-las, tornando-as presas fáceis deste sentimento. Frente a esta vulnerabilidade, “[a] solidão pode instalar-se, então, não apenas como um acidente existencial, mas como uma fatalidade incontornável e terminal, como uma falta de ser, como um déficit ontológico” (Carvalho, 2011: 22).

---

<sup>79</sup> O emprego das aspas, aqui, tem a intenção de alertar para uma provável – por total destituição de autonomia, quer por falta de opções, pelo sofrimento de violência (tácita ou não), abuso de poder, negligência ou invisibilidade/inaudição – incapacidade de reação de alguns sujeitos que acabam, assim, por se tornarem “passivos”.

<sup>80</sup> A este individualismo exacerbado, Pitasilgo (2012: 137) chama de “perversão da autonomia”.

<sup>81</sup> “[...] [S]omos consumidores numa sociedade de consumo. A sociedade de consumo é a sociedade do mercado. Todos estamos *dentro* e *no* mercado, ao mesmo tempo clientes e mercadorias. Não admira que o uso/consumo das relações humanas, e assim, por procuração, também de nossas identidades (nós nos identificamos em relação a pessoas com as quais nos relacionamos), se emparelhe e rapidamente, com o padrão de uso/consumo de carros, imitando o ciclo que se inicia na aquisição e termina no depósito de supérfluos” (Bauman, 2005: 98 – grifos do autor).

O sentimento de solidão abala nossos alicerces enquanto seres singulares e, ao mesmo tempo, relacionais por excelência, provocando fraturas profundas em nossa essência como pessoas, em nossa identidade e em nossa capacidade de projeção futura. Sentir-se só é perder esperanças: em si próprio, no/s outro/s e no futuro.

Nem sempre quem vive só se sente solitário. Da mesma forma, viver acompanhado, ou mesmo rodeado por outras pessoas, não é, por si só, garantia contra a solidão. Talvez por isso mesmo, Elias (2001: 86) tenha chegado à contundente conclusão de que muitos asilos constituem-se em verdadeiros “desertos de solidão”.

“Podemos notar a existência de uma relação complexa entre solidão, isolamento e o viver sozinho. A solidão pode persistir, ainda que exista uma rede social alargada; uma pessoa idosa pode viver sozinha sem sentir, necessariamente, solidão” (Pocinho *et al.*, 2013: 53).

O que, de fato, esta constatação demonstra é que a solidão nem sempre apresenta fundamentos objetivos, de fácil mensuração e, por isso mesmo, de enfrentamento mais preciso e eficaz. As subjetividades, então, devem ser atentadas. Em outras palavras, se uma pessoa sente-se solitária, a busca por causas ou justificativas objetivas pode ser infrutífera e, mesmo, causar ainda mais constrangimentos, desconfortos e conflitos. O que não se pode é desconsiderar ou menosprezar este sentimento.

Proponho, aqui, uma breve reflexão acerca da solidão, enquanto sentimento e sensação de abandono, e da negligência ou falta de cuidado e atenção.

Muitas pessoas não estão, de fato, abandonadas por suas famílias ou outro círculo relacional. Entretanto, manifestam, mesmo evitando, de todas as formas, fazê-lo de forma objetiva e declarada<sup>82</sup>, o sentimento de abandono, de solidão.

Por outro lado, muitas famílias e demais redes sociais, inclusive redes de apoio, como os Centros de Dia, ou os Serviços de Apoio Domiciliário, ou mesmo os Lares para idosos/as<sup>83</sup>, não se dão conta da tenuidade entre abandono, negligência e falta de cuidado e atenção. O que se percebe, em muitas das vezes, é a prestação, às pessoas idosas, de serviços básicos, como higiene e alimentação. Estes são serviços essenciais e necessários que, realmente, não podem ser negligenciados. Entretanto, estão longe de se configurarem como núcleo primordial da atenção e do cuidado<sup>84</sup>.

Algumas pessoas idosas têm ignorados seus direitos, sentimentos e vontades. São tratadas como verdadeiros fardos, desqualificadas enquanto pessoas, tomadas por seres estranhos, inferiores, cujas ideias são ultrapassadas e antiquadas, ou

---

<sup>82</sup> Algumas narrativas chegam mesmo a negar este tipo de sentimento, perceptível, entretanto, nas suas entrelinhas. Esta negação nada mais é do que uma estratégia de proteção: ao mesmo tempo autoproteção, no sentido de salvaguarda de sua própria dignidade enquanto pessoa e ser que desperta a atenção e o envolvimento de outras pessoas, e proteção aos que lhe causam este sentimento de abandono, muitas vezes membros da própria família.

<sup>83</sup> Os Centros de Dia (CD) são definidos pelo Instituto da Segurança Social português como equipamentos sociais de funcionamento diurno que prestam vários serviços (higiene, alimentação, recreação, atividades de tempos livres) que ajudam a manter as pessoas idosas em seu meio social e familiar, uma vez que os/as usuários/as deslocam-se, geralmente pela parte da manhã, a estes Centros, retornando às suas casas ao final da tarde. Já nos Serviços de Apoio Domiciliário (SAD), uma equipe realiza a prestação de serviços (basicamente serviços de higiene pessoal e residencial e alimentação) no próprio domicílio do/a usuário/a em situação de dependência física e/ou psíquica temporária ou permanente. Os Lares para idosos/as, por sua vez, são estruturas residenciais de alojamento coletivo, temporário ou permanente, para pessoas idosas, onde são desenvolvidas atividades de apoio social e prestados cuidados de enfermagem (Instituto da Segurança Social, IP, 2015).

<sup>84</sup> Em conferência intitulada “De uma antropologia da solidão a uma ética do cuidado”, ministrada em Coimbra, em julho de 2014, no âmbito do Ciclo de Conferências “Para uma Cultura Integral do Indivíduo”, promovido pelo Ateneu de Coimbra, o Professor Doutor João Maria André compara o sentimento de solidão ao sentimento de desabrigo. Assim, o combate à solidão só pode ocorrer através da oferta de abrigo: do olhar, da escuta, da palavra, dos gestos, do corpo, da compreensão, da confiança, da estima, do afeto, da atenção.

comparadas a crianças<sup>85</sup>, sem quaisquer condições de decidirem por si próprias e que, portanto, não devem ser levadas em consideração. Este tratamento hostil, ainda que, em algumas vezes, não seja explícito e mesmo intencional, e seja acompanhado da prestação de atendimentos básicos, é o oposto de um tratamento atencioso e cuidadoso e constitui-se em um tipo de violência que pode, em grande parte das vezes, vulnerabilizar os sujeitos aos sentimentos de rejeição, abandono e solidão.

Assim, finalizando esta seção dedicada a uma explicitação breve dos principais conceitos que emergem neste estudo, trago à discussão o conceito de *cuidado*, como um dos elementos essenciais deste trabalho que tem como proposição a construção de políticas – institucionais e cotidianas – assentes em uma Ética do Cuidado como um paradigma moral e político.

O conceito de *cuidado* que procuro desenvolver neste estudo opõe-se ao descuido, ao descaso, ao individualismo e ao egocentrismo. “Representa uma atitude de ocupação, preocupação, de responsabilização e de envolvimento afetivo [e efetivo] com o outro” (Boff, 1999: 12)<sup>86</sup>. Nessa direção, cuidar, mais do que uma atitude meramente social, corresponde a uma atitude comunitária<sup>87</sup>.

Enquanto um paradigma moral e ético, o cuidado é uma forma de estar no mundo, um “*modo-de-ser* essencial” (Boff, 1999: 13 – grifos do autor), que pressupõe que todos somos, na medida de nossa interdependência natural e saudável, seres de cuidado: necessitamos de cuidado e, ao mesmo tempo, somos cuidadores, provedores de cuidado; damos e recebemos cuidado, em um movimento contínuo e recíproco, que implica reconhecimento, aceitação e respeito pelas diferenças, pelas escolhas, pelas singularidades e pelas subjetividades de cada ser humano.

Esta é uma dimensão importante do cuidado, pois exige um esforço em pensarmos-nos a partir de nossa igualdade e horizontalidade, sem, no entanto, ignorarmos nossas diferenças, transgredindo e superando padrões e preconceitos que tendem a direcionar de forma desigual e hierárquica os vetores do cuidado a partir de uma verticalização de cima para baixo: dos menos aos mais vulneráveis; dos ricos aos pobres; dos saudáveis aos doentes; dos jovens aos velhos<sup>88</sup>; e, ainda, como uma prática eminentemente feminina, o que, historicamente, tem sobrecarregado as mulheres e cristalizado discriminações, preconceitos e intolerâncias em relação aos sexos e gêneros<sup>89</sup>.

---

<sup>85</sup> Nesta comparação, quase sempre as pessoas idosas saem perdendo, pois as crianças são vistas como seres aprendentes, em evolução, com toda uma vida e um futuro pela frente, pelos quais vale a pena o investimento. A manifestação de desejos e vontades pelas crianças é, muitas vezes, estimulada, sendo vista de forma positiva como a afirmação de uma personalidade forte e autônoma, essencial a uma vida futura promissora. Manifestação semelhante, por parte de pessoas idosas, é, muitas vezes, interpretado, negativamente, como falta de resiliência. A esta lógica, em que as crianças passam a assumir um papel social hierarquicamente superior ao dos/as idosos/as, Morin (2012: 148) nomeia de “pedocratização”.

<sup>86</sup> Em suas reflexões sobre cuidado, Boff toma como referência o filósofo Martin Heidegger, para quem o cuidado tem uma dimensão ontológica, ou seja, faz parte da constituição humana (Boff, 1999; 2005). É de Heidegger (1989: 265) a seguinte afirmação: “O cuidado subministra preliminarmente o solo em que toda a interpretação do ser humano se move”.

<sup>87</sup> Na mesma conferência, anteriormente referida, o Professor André diferencia a vida social da vida comunitária: a vida em sociedade pode permitir o sentimento de solidão; já na vida em comunidade, este sentimento não tem espaço.

<sup>88</sup> Dessa forma, o cuidado acaba sendo confundido com caridade, prática que, segundo Galeano, é muito diferente da solidariedade e, portanto, do cuidado: “Ao fim e ao cabo, a caridade consola, mas não questiona. [...] Diferente da solidariedade, que é horizontal e se exerce de igual para igual, a caridade se pratica de cima para baixo, humilha quem recebe e jamais altera, nem um pouquinho, as relações de poder: na melhor das hipóteses, em algumas vezes haverá justiça, mas no alto céu. Aqui na terra, a caridade não perturba a injustiça. Somente se propõe a dissimulá-la” (Galeano, 2004: 319-320).

<sup>89</sup> “Cuidar do outro animus-anima [animus – dimensão masculina; anima – dimensão feminina] implica um esforço ingente de superar a dominação dos sexos [...]. Exige inventar relações que propiciem a manifestação das diferenças não mais entendidas como desigualdades, mas como riqueza da única e complexa substância humana” (Boff, 1999: 75).

Nesse sentido, é importante referir o trabalho da filósofa e psicanalista feminista estadunidense Carol Gilligan, uma das primeiras a teorizar sobre o cuidado nos meios acadêmicos.

Contrapondo-se ao também psicanalista Lawrence Kohlberg, para quem o desenvolvimento da moral se daria sobre princípios abstratos, a partir de uma ética da justiça, centrada na igualdade, na imparcialidade, nos direitos individuais e em escolhas racionais, Gilligan desenvolveu uma teoria do desenvolvimento da moral a partir do cuidado, das relações entre os sujeitos baseadas no compromisso, nas emoções, na empatia, na compaixão e no amor.

A crítica de Gilligan dirigia-se, sobretudo, à não existência de meninas nas pesquisas de Kohlberg – “os seis estágios de desenvolvimento do julgamento moral desde a infância até a idade adulta, descritos por Kohlberg, são empiricamente baseados em um estudo com oitenta e quatro meninos, cujo desenvolvimento foi acompanhado por Kohlberg por mais de vinte anos”<sup>90</sup> (Gilligan, 1993: 18 – tradução livre) –, o que acabava por reforçar uma epistemologia hegemônica masculina.

Além disso, a análise de Kohlberg sugeria a superioridade de atributos ditos masculinos – imparcialidade, racionalidade, individualismo, por exemplo – sobre atributos ditos femininos – como bondade e sensibilidade às necessidades de outrem.

Ao questionar as pesquisas e interpretações de Kohlberg – que, em verdade, legitimavam uma ciência e uma sociedade andrógina – Gilligan tocou em um ponto essencial das desigualdades sociais: as diferenças entre os gêneros.

Sua reflexão e o desejo de fazer ouvir uma “voz diferente” (Gilligan, 1993), trazendo à tona uma voz feminina, entretanto, foram entendidos, por parte de algumas/alguns feministas, como essencialistas e a-históricos. Joan Scott (1995), por exemplo, teceu severas críticas a respeito do trabalho de Gilligan:

Gilligan explica os diferentes modos de desenvolvimento moral dos meninos e das meninas, em termos de “experiências” (de realidade vivida). Não é surpreendente que os(as) historiadores(as) das mulheres tenham retomado suas ideias e as tenham utilizado para explicar as “vozes diferentes” que o seu trabalho lhes havia permitido ouvir. Os problemas com esses empréstimos são diversos e logicamente conectados. O primeiro problema que esse tipo de empréstimo coloca é um deslizamento que acontece frequentemente na atribuição de causalidade: a argumentação começa com a afirmação do tipo “a experiência das mulheres levam-nas a fazer escolhas morais que dependem dos contextos e das relações”, para chegar à: “as mulheres pensam e escolhem esse caminho porque elas são mulheres”. Encontramos implicadas nessa abordagem a noção a-histórica, se não essencialista, de mulheres. (Scott, 1995: 86-87)

De fato, por esta interpretação, Gilligan entenderia o cuidado como uma disposição eminentemente feminina e, por isso, naturalmente atribuída às mulheres. Por esta visão, o trabalho de Gilligan só reforçaria os estereótipos a respeito das diferenciações de gênero baseadas unicamente nas diferenças entre os sexos e, ainda, legitimaria uma postura machista e hierárquica em relação ao cuidado.

Uma outra interpretação, no entanto, com a qual prefiro me identificar, também é possível: Gilligan referiu a uma diferença entre os desenvolvimentos morais masculinos e femininos, compreendendo *masculino* e *feminino* como princípios

---

<sup>90</sup> Do original: “Kohlberg’s six stages that describes the development of moral judgment from childhood and adulthood are based empirically on a study of eighty-four boys whose development Kohlberg has followed for a period of over twenty years”.

inerentes a todos os seres humanos e não necessariamente associados, especificamente, aos homens (no caso do masculino) e às mulheres (no caso do feminino)<sup>91</sup>.

As reflexões de Muraro (2007: 19) concordam com este argumento, já que “[t]odos nós temos um feminino e masculino dentro de nós [...]. Eles estão mais dentro do inconsciente que do consciente. No nosso consciente, o que encontramos são muitos preconceitos, padrões, estereótipos, construídos durante milênios pela sociedade inteira para separar o feminino do masculino”. Esta separação entre os dois elementos constitutivos dos seres humanos reflete o patriarcado<sup>92</sup>, sistema de relações sobre o qual a maioria das sociedades está estruturada (Muraro, 2007; Saffioti, 2007; Kuhnen, 2014; 2014b; Palacio, 2015).

Por esta interpretação, o cuidado é uma teoria política, uma proposta paradigmática de compreensão e de vivência igualitária em sociedade. Assim, “[um] olhar igualitário nos permitiria compreender que tanto as dinâmicas geradas pelos meninos, quanto pelas meninas são necessárias ao exercício do ser social que identifica as pessoas” (Pérez, 2011: 04).

Partindo das reflexões e teorizações de Gilligan, porém aprofundando-as, problematizando-as, politizando-as e tornando-as mais abrangentes, Fisher e Tronto formularam um conceito de cuidado como “uma atividade da própria espécie que inclui tudo o que podemos fazer para manter, continuar e reparar nosso ‘mundo’ para que possamos viver nele da melhor maneira possível”<sup>93</sup> (Fisher; Tronto, 1990: 40 – tradução livre).

Quando definimos cuidado dessa forma, nossa visão de mundo se transforma. De repente, nós não apenas vemos que o mundo é constituído de indivíduos autônomos que perseguem fins racionais e projetos de vida, mas vemos também que ele é feito de pessoas emaranhadas em redes de interesse e comprometidas com o atendimento das necessidades de outras pessoas ao seu redor. Isso não significa dizer que cada atividade do mundo refere-se ao cuidado, mas muitas o são. E essas atividades podem estar “aninhadas” no sentido de que elas são perseguidas porque podem contribuir para que outros objetivos sejam alcançados (Tronto, 2007: 289).

Tronto (2009: 17) enfatiza o cuidado como um valor democrático, compreendendo a democracia como a única estrutura capaz de permitir a elaboração de uma teoria do cuidado adequada ao mundo contemporâneo. Entretanto, para que, efetivamente, este valor possa ser exercido como tal, é necessário que haja o reconhecimento consciente da vulnerabilidade e da dependência como intrínsecas a todos os seres humanos. Nesse sentido, os sujeitos são concebidos como seres relacionais, dependentes de vínculos sociais (Pereira, 2011).

Por outro lado, o cuidado deve ser uma ética e uma práxis de fluxo contínuo e circular, não uma dicotomia entre quem cuida e quem é cuidado/a.

---

<sup>91</sup> “O feminino no homem e na mulher é um dos princípios que originam em nós a percepção da totalidade, permitindo-nos ver símbolos nas coisas, e ritos nos atos, fazendo-nos cultivar o espaço do mistério do mundo, inclinando-nos ao enternecimento e ao cuidado, tornando-nos mais cooperadores que competitivos. O regate da *anima* (feminino) é fundamental para colocar a vida no centro de tudo e para fundar uma relação não utilitarista, mas afetiva com a realidade envolvente” (Barbosa, 2009: 117 – grifos do autor).

<sup>92</sup> Saffioti (2007) define patriarcado como uma forma de expressão do poder político a partir da dominação-exploração masculina.

<sup>93</sup> Do original: “*One the most general level, we suggest that caring be viewed as a species activity that includes everything that we do to maintain, continue, and repair our ‘world’ so that we can live in it as well as possible*”.

Além disso, o cuidado deve ser facultado a todas as pessoas como um direito universal sem que, no entanto, as singularidades e diferenças sejam desconsideradas (Mozère, 2009; Tronto, 2009).

Assim, igualdade e reconhecimento, no sentido atribuído por Fraser (2006; 2007), como uma abertura às diferenças a partir da desinstitucionalização de valores que impedem a paridade na participação social, são premissas para uma ética do cuidado (Szpacenkopf, 2009).

A proposta de Tronto avança, buscando a superação da dimensão do cuidado enquanto uma atividade e/ou profissão assimétrica (em sentido duplo: superioridade de quem cuida, a partir de uma relação de caridade e assistencialismo ou, em sentido inverso, superioridade de quem é cuidado/a, no sentido de que quem presta este cuidado está, de alguma forma, subordinado/a àquela pessoa), assumindo uma dimensão política em que a atenção, a responsabilidade, a competência e a capacidade de responder às necessidades de si próprio/a, das outras pessoas e do meio ambiente são disposições inerentes a todos os seres humanos, sendo necessárias a uma convivência social mais equilibrada (Tronto, 2007; 2009; Mozère, 2009).

Reconhecer o valor do cuidado remete à questão da estrutura de valores de nossa sociedade. O cuidado não é uma preocupação localizada das mulheres, um tipo de questão secundária ou o trabalho de membros menos favorecidos da sociedade. O cuidado é um elemento essencial da vida humana. É hora de começar a transformar nossas instituições políticas e sociais de modo que estas passem a refletir esta realidade<sup>94</sup> (Tronto, 2009: 232 – tradução livre).

Dessa forma, o cuidado, como um conceito político, evoca direitos e responsabilidades e deve ser vivenciado cotidianamente nas relações entre homens e mulheres; crianças, jovens, adultos/as e idosos/as; pessoas de todas as etnias, culturas, e extratos sociais.

Sendo um conceito político, o cuidado, enquanto uma ética e uma práxis, não deve – e não pode – desresponsabilizar as instâncias estruturais e institucionais da esfera política. Ao contrário, “[u]ma ética do cuidado pode dar um novo ponto de partida ao papel do Estado em relação às verdadeiras prioridades políticas de sociedades em que a pessoa humana deve ser o centro e o fim último de toda a decisão política” (Pintasilgo, 2012: 138).

Conceber o cuidado como um paradigma ético e como uma atitude política é questionar, por exemplo, a institucionalização da velhice e, da mesma maneira, do próprio cuidado, como uma forma de descompromisso e desresponsabilização social (à qual Tronto (2007: 292) chama de “irresponsabilidade privilegiada”).

Também é acreditar na possibilidade de transformação do social a partir da humanização das relações, em um movimento que busca o estremecimento de estruturas sociais, políticas e econômicas – consolidadas através da imposição e da verticalização do poder (principalmente econômico) –, a partir de uma prática cotidiana comunitária e humana.

---

<sup>94</sup> “Reconnaître la valeur du care remet en question la structure des valeurs de notre société. Le care ne constitue pas une préoccupation localisée des femmes, un type de question morale secondaire, ou le travail des membres les moins favorisés de la société. Le care est un élément essentiel de la vie humaine. Il est temps pour nous de commencer à transformer nos institutions politiques et sociales pour qu’elles reflètent cette réalité” (texto original).

É um movimento lento, que requer perseverança, e onde os territórios, principalmente o envolvimento e a articulação de comunidades mais próximas – a casa, a rua, o bairro, a freguesia –, têm um peso e uma força muito grandes, mas, em grande medida, ainda menosprezados ou desconhecidos.

No capítulo final, dedicado às proposições, tentarei elaborar algumas sugestões para o desenvolvimento prático da ética do cuidado a partir das várias instâncias e sujeitos políticos e sociais.

Por ora, feitas as apresentações conceituais, passo para os aspectos metodológicos que pontuam este trabalho.

#### 1.2.4. Metodologia

*Em meio ao objetivismo científico, às fórmulas numéricas contrastantes e à metodologia sistemática, há meu coração que sustenta uma vida carregada de subjetivismos.*

*(Idda Carolina, 2012<sup>95</sup>)*

As pesquisas, de uma forma geral, podem ser entendidas como um processo de busca por explicações dos fatos e pela compreensão da realidade a partir de um saber historicamente acumulado e da necessidade de aprofundamento analítico com vistas a novas descobertas em favor da vida humana e social (Chizzotti, 2005: 19).

“O processo investigativo é a tentativa de desvelamento de questões desafiadoras que surgem das relações do/[da] pesquisador/[a] com a realidade” (Cabral; Vieira, 2014: 99).

Os caminhos deste processo são traçados pelas metodologias a serem utilizadas.

As escolhas metodológicas, por sua vez, são feitas em acordo com os propósitos e os referenciais epistemológicos e teóricos da investigação.

Nesse sentido, a interdisciplinaridade proposta nesta investigação indica as possibilidades de que a mesma seja desenvolvida a partir de um plano metodológico híbrido, sem que haja a preocupação com uma “invasão metodológica” em um procedimento metodológico próprio dessa ou daquela disciplina.

“Uma metodologia é uma construção estratégica, que articula teoria e fatos para abordar um objeto” (Caria, 2005: 09). Por isso mesmo, a escolha de uma metodologia deve refletir as ponderações – subjetivas e objetivas – do/a investigador/a a respeito do problema que se impõe, do objeto/sujeitos a investigar, do tipo de dados que serão produzidos e dos propósitos da pesquisa (Amado, 2014: 52-53).

Tendo estas orientações em mente, construí um planejamento metodológico de matriz não-positivista, que tem a etnografia como proposta metodológica e epistemológica, dentro de um paradigma interpretativo/compreensivo.

---

<sup>95</sup> Direito de uso, nesta tese, gentilmente cedido pela autora.



As investigações de matriz não-positivista preocupam-se, essencialmente, com a descrição analítica e interpretativa dos fenômenos e a simultânea e/ou posterior construção de teorias, teses ou hipóteses, recusando a preocupação com verificações e testagens rígidas, próprias das investigações quantitativas de teor positivista. A validade e fidelidade de uma investigação qualitativa não-positivista dizem respeito ao desenho do projeto investigativo e à forma como seus dados são produzidos e interpretados (Vieira, 1999: 90-91).

Chizzotti (2001) atenta para a necessidade de articulação entre a investigação e o mundo real, em uma abordagem não-positivista qualitativa:

A abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito. O conhecimento não se reduz a um rol de dados isolados, conectados por uma teoria explicativa; o sujeito-observador é parte integrante do processo de conhecimento e interpreta os fenômenos, atribuindo-lhes um significado. O objeto não é um dado inerte e neutro, está possuído de significados e relações que os sujeitos concretos criam em suas ações (Chizzotti, 2001: 79).

Dessa maneira, as abordagens não-positivistas qualitativas requerem o estabelecimento de relações horizontais, dialéticas, transacionais e subjetivas entre pesquisadores/as e pesquisados/as (Vieira, 1995: 40) e, ainda, uma mudança de perspectiva dos/as investigadores/as acerca do conhecimento, da ciência e da verdade, que “não se define como uma revelação, mas como uma construção; os critérios em que ela assenta já não são universais, mas históricos, contextuais, relativos” (Amado, 2014: 50).

Em relação a esta mudança de perspectiva, é ainda Amado que observa que:

“Conhecer” não significa a exclusão e o “desperdício” da experiência cotidiana (do senso comum, da emoção e do afeto). Esta experiência constitui também uma forma legítima e indispensável de racionalização do mundo, de classificar os fatos, as pessoas e as circunstâncias da vida. “Fazer ciência” é participar num esforço coletivo de compreensão da realidade. Esforço que tem como primeiro objetivo (mas não o único) construir teorias que permitam, antes de tudo, obter a referida compreensão, isto é, a explicação através do estabelecimento empiricamente comprovado de relações de causalidade, ou, a interpretação dos fatos humanos tomando como base os sentidos que os sujeitos conferem às circunstâncias e aos atos que de algum modo vivenciam (Amado, 2010: 128).

Outra característica importante das metodologias de matriz não-positivistas diz respeito ao processo de pesquisa: indutivo e exploratório. Ou seja, as pesquisas construídas dentro de uma abordagem não-positivista são realizadas num contexto de descoberta e em caráter processual, devendo, dessa maneira, ser flexíveis e abertas à possibilidade de construção de novos modelos investigativos e analíticos a partir da própria trajetória da pesquisa.

#### 1.2.4.1. O Paradigma Metodológico

O paradigma interpretativo/compreensivo, escolhido como condutor desta investigação<sup>96</sup>, percebe a realidade social como ontologicamente múltipla, dinâmica, relacional, construída, divergente e (inter)subjetiva (Coutinho, 2014). O que se estuda não é a *realidade em si*, mas as *percepções* que os sujeitos da investigação têm dela. Em outras palavras, o ponto central do paradigma interpretativo/compreensivo “[...] é a compreensão das intenções e significações – crenças, opiniões, percepções, representações, perspectivas, concepções [concepções], etc. – que os seres humanos colocam nas suas próprias ações, em relação com os outros e com os contextos em que e com que interagem” (Amado, 2013: 40).

Este paradigma constrói seu objeto de análise em termos de ação/interação a partir dos comportamentos e significados atribuídos pelos sujeitos que participam deste processo ativo/interativo.

O centro de interesse das problemáticas interpretativas/compreensivas é a criação de significados pelos próprios sujeitos.

Nesse sentido, a dimensão social é fundamental, correspondendo à percepção das relações entre os sujeitos e os contextos ecológicos em que as interações acontecem (Lessard-Hébert *et al.*, 1990: 41).

#### 1.2.4.2. O Plano Metodológico

Como referi anteriormente, optei pela construção de um plano metodológico interdisciplinar, que tem a etnografia como fio condutor, tanto metodológico quanto epistemológico, de toda a investigação. Muito mais do que um método ou um rol de procedimentos e técnicas, a etnografia é um processo metodológico sobre o qual “se apoia o edifício da formação de um(a) antropólogo(a)” (Rocha; Eckert, 2008: s/p).

A pesquisa etnográfica constituindo-se no exercício do olhar (ver) e do escutar (ouvir) impõe ao pesquisador ou a pesquisadora um deslocamento de sua própria cultura para se situar no interior do fenômeno por ele ou por ela observado através de sua participação efetiva nas formas de sociabilidade por meio das quais a realidade observada se lhe apresenta (Rocha; Eckert, 2008: s/p).

---

<sup>96</sup> A escolha do paradigma interpretativo/compreensivo como fundamento epistemológico e metodológico deste estudo – compreendendo os sujeitos da investigação como construtores de significados e lógicas sobre as realidades sociais; considerando os fenômenos sociais enquanto resultados de um sistema de interação social complexo; e tendo como centro investigativo as formas como estas realidades são compreendidas, interpretadas, vivenciadas e produzidas pelos próprios sujeitos (Amado *et al.*, 2013: 73) – não exclui a influência de muitos pressupostos presentes em outros paradigmas investigativos, como o paradigma sócio-crítico e o paradigma pós-moderno.

O processo metodológico etnográfico, assim, diz respeito a uma postura antropológica subordinada “à preocupação de compreender o outro, através da reflexividade do/[a] investigador/[a] para racionalizar a posição social de cientista e para relativizar as suas origens culturais de cidadão/[ã]” (Caria, 2005: 14), e à escolha de procedimentos e saberes operatórios pluritécnicos e epistemologicamente híbridos e ecléticos.

Amado e Campos Silva (2013: 149) destacam como características essenciais a um empreendimento etnográfico a observação naturalista; a entrevista intensiva e/ou análise de documentos; a flexibilidade do/a investigador/a; a ênfase no processo investigativo e não nos seus produtos ou resultados; a apreensão, descrição e análise dos modos como os sujeitos veem a si próprios, às suas experiências e aos contextos em que estas acontecem; a realização do trabalho de campo com a interação direta e dialógica entre pesquisadores/as e pesquisados/as; e a possibilidade de formulação – e não sua mera testagem – de conceitos, hipóteses e teorias.

Segundo Caria (2005: 13), a etnografia pressupõe que o/a investigador/a “viva dentro” do contexto a ser pesquisado, por um tempo relativamente longo, e, ainda que não se transforme em um autóctone, observe e participe ativamente das atividades ali desenvolvidas.

Velho (1980), entretanto, questiona a necessidade de um convívio prolongado em um empreendimento antropológico:

Muitas vezes, quando perguntados sobre a especificidade de nosso trabalho dentro das ciências sociais, acionamos o tema da observação participante, do convívio prolongado com os grupos estudados, com a paciente e perseverante estadia junto aos nativos. Sabemos, no entanto, que Lévi-Strauss passou semanas com os Nambiquaras, Evans-Pritchard não mais de alguns meses com os Nuer e que Marcel Mauss só realizou uma rápida viagem de estudos a Marrocos, o que não impediu que construíssem obras ricas e definitivas. Seriam exceções, figuras ímpares, impossíveis de servirem de modelo devido à sua excepcionalidade? Ou seriam uma demonstração clara de que não há cânones nem regras rígidas em um trabalho que depende muito de sensibilidade e intuição? (Velho, 1980: 14).

Dessa forma, embora sequer tenha tido a pretensão de “viver” nos territórios estudados, tal como propõe Caria (2005: 13), simulando ser eu própria uma nativa, visitei várias vezes os territórios escolhidos para este estudo; realizei uma série significativa de observações dos territórios e das interações neles ocorridas, descrevendo estes territórios e estas interações; realizei um grande número de entrevistas em profundidade, buscando, assim, uma postura etnográfica, por excelência, ou seja, realizando uma etnografia<sup>97</sup>: o/a pesquisador/a faz uso da observação, de entrevistas em profundidade – não e semiestruturadas – e análise documental, com o objetivo de “esclarecer o significado de dadas situações sociais”, a partir do “modo pelo qual diferentes pessoas conhecem, interpretam e estruturam suas vidas” (Burgess, 1997: 03).

---

<sup>97</sup> Magnani (2009: 101) lembra que na antropologia pós-moderna, a etnografia é identificada com o trabalho de campo (ou de terreno, como prefere Burgess), indicando estratégias de inserção junto ao grupo estudado e designando a própria rotina do trabalho.

Assim, a etnografia, de acordo com Burgess (1997: 33), é caracterizada pela flexibilidade: “Aqui não há regras, nem procedimentos rígidos, nem papéis fixados. [...] Muitos destes métodos dependerão do/[a] investigador/[a], dos/[das] que são investigados/[as] e do contexto onde o/[a] investigador/[a] trabalha”.

Apesar de não estar inserida nos territórios de forma mais efetiva (cohabitando os mesmos espaços que as pessoas entrevistadas, por exemplo, ou frequentando formal e oficialmente as instituições visitadas), as observações realizadas por mim durante esta investigação podem ser caracterizadas como participantes, uma vez que, durante as observações (excetuando-se as observações iniciais, realizadas no intuito de reconhecimento e exploração introdutória dos territórios), interagi diretamente – através de diálogos informais, manifestações de afeto, acompanhamento a cafés, assistência a programas de televisão – com os sujeitos da pesquisa<sup>98</sup>.

Dessa maneira, a metodologia escolhida apontou-me os seguintes procedimentos metodológicos: observação para reconhecimento do terreno; coleta de dados estatísticos, bem como consulta às normativas/orientações legais/institucionais e políticas europeias e portuguesas referentes à velhice e ao envelhecimento e à acessibilidade; observação participante; entrevistas semiestruturadas; e entrevistas não-estruturadas.

Também foi usada a cartografia – construção de mapas dos territórios em questão, referentes aos seus enquadramentos, às paisagens, aos serviços, às acessibilidades e às demografias –, não como uma metodologia ou um método<sup>99</sup>, mas como uma estratégia metodológica, com a intenção de sistematizar os dados estatísticos recolhidos, diagnosticar, visualizar, comparar e apresentar as realidades observadas.

Para a análise das entrevistas, recorri ao apoio técnico da análise de conteúdo, construindo categorias analítico-interpretativas facilitadoras da sistematização, análise e comparação dos conteúdos expressos nas falas dos/as participantes.

#### **1.2.4.3. A Coleta de Informações e Dados**

Um dos procedimentos metodológicos de coleta de informações que frequentemente lancei mão foi a observação. “A observação constitui elemento fundamental para a pesquisa”, ensina Gil (2008: 100). Este método perpassa todo o processo da pesquisa, desde a formulação do problema até à interpretação dos dados.

As observações iniciais, que têm como objetivo, mais do que a coleta de dados e informações, o conhecimento do/s terreno/s no/s qual/quais a investigação se desenvolve, correspondem a uma etapa muito importante de um processo investigativo que faz uso da pesquisa de campo, mesmo que este campo, diferente da minha própria experiência nesta pesquisa, corresponda a

---

<sup>98</sup> A descrição detalhada dos procedimentos metodológicos enfocando minha interação com os sujeitos da pesquisa será feita no Capítulo 3.

<sup>99</sup> As pesquisas estruturadas sobre o método cartográfico têm a intenção de acompanhar processos, auxiliando no seu mapeamento. “A cartografia requer que a escuta e o olhar se ampliem, sigam para além do puro conteúdo da experiência vivida, do vivido da experiência relatado na entrevista, e incluam seu aspecto genético, a dimensão processual da experiência, apreendida em suas variações” (Tedesco *et al.*, 2013: 301). As cartografias, enquanto um método, são pesquisas de intervenção que se comprometem com a “criação de um mundo comum e heterogêneo” (Kastrup; Passos, 2013: 263).

um território familiar ao/à pesquisador/a, que, nessa posição, deve ter um olhar diferenciado, buscando, de certa forma, “estranhar” o já conhecido (Velho, 1978).

Como estrangeira, tive dificuldades em “apropriar-me” dos territórios do estudo, no sentido de sentir-me à vontade para transitar, observar, fotografar, realizar apontamentos<sup>100</sup>.

Dessa forma, esta etapa foi bastante demorada. Precisei percorrer várias vezes um mesmo território e recorrer seguidas vezes aos meus próprios apontamentos. Tudo com o intuito de “dominar”, minimamente, os territórios escolhidos para o estudo. Lancei mão do auxílio de mapas<sup>101</sup> da cidade, das freguesias e dos bairros para este fim, além de socorrer-me com nativos/as – amigos/as, meu próprio orientador – que me auxiliaram, incansavelmente, durante esta etapa, dando-me pistas e esclarecendo-me sobre pontos obscuros para mim. Muitas vezes, perdi-me, principalmente pela “Alta” (com seus becos, ruelas, travessas “labirínticas” – em minhas impressões iniciais) e pela “Solum” (com suas grandes ruas, nem sempre identificadas pelos seus topônimos), até poder reconhecer, de forma satisfatória, os terrenos da pesquisa.

A observação participante, propriamente dita, tem uma natureza não-estruturada. Este tipo de observação caracteriza-se pela participação do/a investigador/a “do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada” (Gil, 2008: 103), sendo ele/a – o/a próprio/a investigador/a – o instrumento principal de observação (Lessard-Hébert *et al.*, 1990: 155).

No percurso deste trabalho, realizei contundentes observações que podem ser caracterizadas como participantes. Visitei Centros de Dia e as residências de algumas das pessoas que participaram da pesquisa; acompanhei-as a cafés; passei pelo território, acompanhada, ou não, dos sujeitos desta investigação; fiz-lhes companhias em assistências a programas televisivos; participei de algumas atividades organizadas pelos Centros; e, mais do que tudo, escutei-os/as: suas falas, suas histórias, suas dores, seus lamentos, suas alegrias, suas canções, suas memórias<sup>102</sup>.

Também utilizei, como recurso metodológico secundário de coleta de dados, os dados estatísticos existentes nas bases estatísticas oficiais do país. Estes dados foram utilizados como um suporte – e não como elementos prioritários da caracterização dos sujeitos da pesquisa –, no intuito de apreender as realidades estudadas dentro de um contexto mais genérico e amplo.

Os dados estatísticos são dados de característica quantitativa. Entretanto, dependendo do tratamento que lhes é dado, podem se constituir ferramentas úteis também às pesquisas qualitativas.

Argumenta-se que se a pesquisa quantitativa se adequa bem a *frames* e *scripts* preexistentes, como testes e questionários padronizados, além de contar com métodos estatísticos e *softwares* de última geração que

---

<sup>100</sup> Estas minhas primeiras incursões pelos territórios do estudo foram, algumas vezes, constrangedoras, principalmente quando fiz uso da fotografia. Embora fotografasse apenas prédios, ruas, calçadas, sempre evitando fotografar as pessoas, sentia o desconforto e a desconfiança de alguns/algumas, mesmo fotografando em pleno centro histórico, território turístico por excelência, já habituado às câmeras e aos *flashes* das mais variadas origens e nacionalidades. Estes desconfortos dão uma noção do sentido de “território” em muitos contextos.

<sup>101</sup> É interessante perceber que a leitura e interpretação de mapas nem sempre são fáceis. Apreender uma realidade viva, concreta, multidimensional em sua representação bidimensional causa, muitas vezes, estranhamentos e, paradoxalmente ao papel dos mapas, desorientação. A leitura e interpretação de mapas são habilidades que devem ser aprendidas e exercitadas. O domínio destas habilidades pode facilitar, e muito, o trânsito pelos territórios.

<sup>102</sup> Esta interação será melhor detalhada no Capítulo 3.

dão a tranquilizadora imagem de sofisticação e exatidão científica, o mesmo não ocorre com a pesquisa qualitativa. Esta requer procedimentos mais abertos e ao mesmo tempo mais inventivos. Por outro lado, a distinção entre pesquisa quantitativa e qualitativa, embora pertinente, surge ainda insuficiente, já que os processos de produção da realidade se expressam de múltiplas maneiras, cabendo a inclusão de dados quantitativos e qualitativos (Passos *et al.*, 2010: 08 – grifos dos autores).

Gil (2008: 149), no entanto, alerta para as limitações às quais os dados estatísticos estão sujeitos, principalmente quando as categorias empregadas pelos institutos estatísticos e as categorias sociais da vida real não são coincidentes. Este risco existe em razão de uma possível generalização de tais dados, muitas vezes colhidos em circunstâncias mais formais, objetivas e inflexíveis, refletindo, assim, uma realidade estática, em algumas vezes distanciada das peculiaridades e singularidades das vidas cotidianas. Por isso mesmo, há que se ir além dos dados meramente estatísticos, buscando analisá-los e interpretá-los à luz da realidade observada, o que implica, em algumas vezes, questioná-los, colocando-os em xeque.

Para este estudo, foram colhidos dados da Base Geográfica de Referência da Informação – BGRI, referente aos censos 2011 (último censo geral realizado em Portugal), do Instituto Nacional de Estatística – INE.

A BGRI é uma base de acesso restrito, que dispõe, além de dados mais abrangentes, referentes ao país, às regiões, aos distritos<sup>103</sup> e às freguesias<sup>104</sup> – estas últimas equivalendo à maior escala disponibilizada pelos censos gerais –, dados estatísticos mais específicos, recolhidos por subseções correspondentes aos quarteirões de cada território<sup>105</sup>. Esta base propicia o acesso a dados mais pormenorizados, em uma grande escala, como se uma grande lupa possibilitasse uma proximidade maior ao território estudado.

Como já mencionado, a coleta desses dados estatísticos objetivou conhecer, de uma maneira mais geral, os territórios em questão no que se refere à demografia de cada um deles e, ainda, à tipologia das edificações, estruturas, acessibilidades e serviços oferecidos. Este foi um passo importante, também, para um conhecimento prévio da situação a ser encontrada na realidade a ser estudada.

---

<sup>103</sup> O termo *distrito*, em Portugal, é usado equiparativamente ao termo *estado*, no Brasil.

<sup>104</sup> A *freguesia* é um território administrativo semelhante a um *distrito*, no caso brasileiro. Cada freguesia compreende uma série de bairros ou de lugares. As freguesias fazem parte das Autarquias Locais (freguesias, municípios e regiões administrativas, estas últimas ainda não instituídas na legislação). Possuem um corpo administrativo próprio (assembleia – órgão deliberativo –, e junta – órgão executivo), relativamente autônomo, escolhido através de eleições populares diretas, mas subordinado à Câmara Municipal, órgão correspondente às prefeituras municipais, no Brasil. O número de freguesias de Coimbra foi reduzido de 31 para 18 através da Lei n°11-A/2013, de 28 de janeiro, da Assembleia da República de Portugal, que reorganizou administrativamente o território de todo o país. Relativamente à origem do termo, Magalhães (2013: 6) explica que este “deriva de freguês que, por sua vez, deriva das expressões latinas *filius ecclesiae* (Filho da Igreja) e *filius gregis* (Filho do Rebanho). As freguesias começaram a aumentar o seu número durante a consolidação e organização do Estado Português quando as igrejas privadas se transformaram em igrejas paroquiais. Muitas delas criaram-se por uma acentuada sede de autonomia ou em resultado de rivalidades entre povoações vizinhas e outras porque seus residentes foram desprezados e escorraçados pelos das freguesias vizinhas” (grifos do autor).

<sup>105</sup> De acordo com Lamas (1993: 88), “[o] sistema do quarteirão é muito antigo. É um processo geométrico elementar, e como tal começou a sua existência. A partir desse processo elementar, foi adquirindo estatuto na produção da cidade, como unidade morfológica. Agrupa subunidades, mas pode também constituir a parte mínima identificável na estrutura urbana”.

Além destes dados, senti a necessidade de consultar a legislação, as normativas/orientações e as políticas existentes nos âmbitos europeu e português<sup>106</sup> sobre velhice/envelhecimento e acessibilidade. As consultas aos documentos legais, acordos, propostas e estratégias construídos/as sobre ambas as temáticas (ou a constatação da inexistência de tal documentação) deram-me certa sustentação, principalmente na elaboração das sugestões e proposições que se encontram no final deste trabalho.

Como recurso principal de coleta de dados, realizei entrevistas com as pessoas idosas que participaram do estudo. Nas ciências sociais, as entrevistas são tradicionalmente consideradas como “conversas com um objetivo” (Burgess, 1997: 112), mesmo que não tenham sido previamente estruturadas.

As entrevistas não-estruturadas devem buscar as informações e a interação entre pesquisador/a e pesquisados/as a partir da informalidade e da pessoalidade, sem a necessidade da construção de um roteiro prévio (Gil, 2008: 111). Os objetivos deste tipo de entrevista são obter uma visão geral do problema pesquisado, conhecer de forma preliminar os/as entrevistados/as e, ainda, conquistar sua confiança através de um procedimento mais descontraído e informal. Sobre este aspecto, Burgess (1997: 113) recorre a Zweig (1948), que percebe o/a investigador/a como “um[a] amigo[a] e um[a] confidente que mostra interesse, compreensão e simpatia pela vida da pessoa com quem mantém uma conversa”<sup>107</sup>.

As pesquisadoras Biasoli Alves e Dias da Silva (1992) também enfatizam estes contatos iniciais como imprescindíveis ao bom andamento do processo investigativo, cabendo ao/à investigador/a o estabelecimento, desde os primeiros encontros, de laços de confiança e de tranquilidade a partir da abertura, transparência, sinceridade, simpatia e cordialidade para com as pessoas participantes:

Assim é que das atitudes de aproximação, respeito e empatia trazidas pelo/a pesquisador/a, virá a disponibilidade dos sujeitos e o seu envolvimento com a tarefa de informantes (o que amplia a validade dos dados obtidos), fazendo dela um momento de reflexão, retomada de fatos, valores e ideias do passado (quando este é o caso) e a gratificação com sua transmissão ao/[à] entrevistador/a] (Biasoli Alves; Dias da Silva, 1992: 64).

Já as entrevistas semiestruturadas apresentam certo grau de estruturação (Gil, 2008: 112), pois, embora sejam abertas, recorrem a roteiros – ou “guiões”, mais frequentemente utilizado no português europeu – que orientam as entrevistas. Esta orientação, com a definição de tópicos gerais que, de uma forma ou de outra, deverão ser abordados por todas as pessoas

---

<sup>106</sup> Relativamente ao contexto europeu, consulte a Base EUR-Lex, uma base de dados de acesso livre que permite consultas ao Jornal Oficial da União Europeia (disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/pt/index.htm>), usando os seguintes descritores: “envelhecimento”, “velhice”, “velhos”, “idosos”, “idades” e “gerações” (Veiga, 2014). O contexto português, propriamente dito, ressent-se da falta de uma legislação específica para a população idosa (algo que se assemelhe ao brasileiro Estatuto do Idoso, por exemplo). Assim, consulte a Constituição da República Portuguesa, de 1976, que dedica o artigo 72º à terceira idade; além da legislação (leis, decretos, despachos, resoluções e pareceres) da Assembleia da República, do Conselho de Ministros, do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e do Ministério da Saúde, que, de uma forma ou de outra, tivessem as pessoas idosas como sujeitos de direito. Em relação à acessibilidade, consulte somente a legislação portuguesa, detendo-me ao Decreto-Lei Nº 163/2006 e ao Plano Nacional de Promoção da Acessibilidade (PNPA) – criado através da Resolução do Conselho de Ministros Nº 9/2007.

<sup>107</sup> Nesse sentido, Burgess (1997: 113-14), ainda se referindo ao trabalho de Zweig (1948), aponta para os conflitos entre uma suposta “objetividade científica”, exigida pelos manuais metodológicos, “e as experiências de um[a] investigador[a] que se empenha numa série de trocas amigáveis com as pessoas por forma a esclarecer as condições em que vivem”.

entrevistadas, é importante, principalmente quando do momento da análise das entrevistas (Biasoli Alves; Dias da Silva, 1992). No caso específico desta investigação, entretanto, ainda que tenha lançado mão de dois roteiros de entrevistas centrados em cinco grandes tópicos<sup>108</sup>, nem sempre foi possível limitar o diálogo aos tópicos propostos. A necessidade que algumas pessoas idosas têm de conversar, desabafar, trazer à tona recordações do passado, ficou patente ao longo da pesquisa, sendo este um ponto bastante relevante e, como tal, considerado nas análises realizadas.

Em ambos os casos — não-estruturadas e semiestruturadas —, as entrevistas realizadas no decorrer desta investigação foram orientadas para a informação e compreensão a partir dos/as próprios/as participantes em determinados contextos e circunstâncias, ou seja, visaram “circunscrever a percepção e o ponto de vista de uma pessoa numa situação dada” (Lessard-Hébert *et al.*, 1990: 162).

As entrevistas semiestruturadas foram, com a devida anuência das pessoas que participaram da pesquisa, audiogravadas e, posteriormente, transcritas e analisadas em profundidade — com o auxílio de alguns dos pressupostos metodológicos da análise de conteúdo —, de forma a privilegiar a compreensão e interpretação dos fatos relatados à luz dos eixos escolhidos e com o auxílio do material bibliográfico.

Lalande (1998: 879) enfatiza que a abordagem em profundidade

[...] permite abordar, de um modo privilegiado, o universo subjetivo do ator, ou seja, as representações e os significados que atribui ao mundo que o/[a] rodeia e aos acontecimentos que relata como fazendo parte da sua história. Essa subjetividade é, para o/[a] sociólogo/[a], não um mero reflexo da individualidade desse ator, mas de um processo de socialização e de partilha de valores e práticas com outros/[as], ou seja, resulta de uma intersubjetividade (Lalande, 1998: 879).

Embora as entrevistas realizadas tivessem um cunho semiestrutural, tendo um roteiro prévio de questões como guia, o que se processou, na prática, foram relatos que, ainda que provocados pelas questões, se apresentaram assaz espontâneos, resultando em narrativas biográficas bastante ricas<sup>109</sup>.

---

<sup>108</sup> Os tópicos orientadores do primeiro roteiro de entrevistas foram: (i) Caracterização do/a participante; (ii) Caracterização do agregado familiar (se houver); e (iii) Caracterização da habitação do/a participante e seu entorno; e do segundo: (i) Cotidiano do/a participante; e (ii) Sociabilidade, família e vizinhança. Os dois roteiros serviram, simultaneamente, como base das entrevistas e encontram-se disponíveis nos Apêndices 2 e 3, no final deste trabalho.

<sup>109</sup> Se a entrevista narrativa for entendida como um procedimento não diretivo, que evita uma pré-estruturação da entrevista, evitando, com isso, a seleção prévia de temas e tópicos, a ordenação e a verbalização das perguntas pelo/a entrevistador/a, que não deve interromper o/a entrevistado/a, apenas encorajá-lo/a a dar continuidade à sua narração (Jovchelovich; Bauer, 2002: 95), fica claro que esta não foi esta a metodologia adotada neste estudo. Entretanto, não posso negar que as questões relativas aos territórios provocaram fluxos narrativos que, em algumas vezes, pareceram fugir à proposta investigativa. Para Bardin (2011: 94), esta fuga narrativa, “por vezes tortuosa, contraditória, ‘com buracos’, com digressões incompreensíveis, negações incômodas, recuos, atalhos, saídas fugazes ou clarezas enganadoras”, é própria das entrevistas não estruturadas, mas também das semiestruturadas. Algumas características das entrevistas narrativas (são representações e/ou interpretações do mundo, não estando sujeitas a julgamentos quanto à sua fidedignidade; combinam histórias de vida a contextos sócio-históricos) (Jovchelovich; Bauer, 2002: 110), entretanto, fazem com que o conteúdo das entrevistas realizadas neste trabalho também possa ser caracterizado como um narrativa, até porque, como concordam Jovchelovich e Bauer (2002: 103), “[n]a prática, a EN [entrevista narrativa] muitas vezes exige um compromisso entre a narrativa e o questionamento”, estabelecendo uma linha tênue com a entrevista semiestruturada.



Referindo-se à análise de entrevistas narrativas, Jovchelovich e Bauer (2002: 106-108) sugerem três procedimentos: um, baseado na proposta de Schütze<sup>110</sup>; outro, uma análise temática; e ainda um terceiro, uma análise estrutural.

Buscando uma construção analítica própria, dentro de uma abordagem etnográfica e tendo como base o material coletado, optei por uma análise híbrida, baseada nas orientações da análise de conteúdo a partir de uma análise temática proposta pelo próprio método (Bardin, 2011: 98) e semelhante à proposta pela análise de entrevista narrativa (Jovchelovich; Bauer, 2002: 107-108).

Os temas/categorias elencados/as por mim foram surgindo ao longo de todo o processo investigativo, desde seu projeto, com a definição dos objetivos iniciais, até a interação com os/as participantes, quando pude perceber assuntos recorrentes nas entrevistas – ou mesmo em suas entrelinhas, sempre tendo como referência os eixos das acessibilidades<sup>111</sup>, mobilidades e sociabilidades.

Para facilitar o tratamento das informações, separei os temas em categorias e subcategorias que denominei de *categorias analítico-interpretativas*<sup>112</sup>, que são as que seguem:

- (i) Relações Familiares;
- (ii) Relações Viciniais;
- (iii) Saúde/Doença;
- (iv) Mobilidade;
- (v) Autonomia;
- (vi) Independência/Dependência.

O conteúdo das entrevistas foi, de certa forma, “enquadrado” a partir das categorias escolhidas. Entretanto, dentro de um referencial metodológico/epistemológico etnográfico, busquei preservar a riqueza narrativa e performática das entrevistas, não permitindo que este enquadramento acabasse por aprisionar esta riqueza, limitando-a ao conteúdo expresso nas falas. A figura que segue (Figura 1) ilustra, de uma maneira geral, como este conteúdo foi estruturado:

---

<sup>110</sup> Schütze (1977; 1983, mencionado por Jovchelovich; Bauer, 2002) propõe uma análise a partir de seis passos básicos: transcrição detalhada do material produzido; divisão do material entre indexado e não indexado; construção de trajetórias a partir do ordenamento dos acontecimentos expresso no material indexado; análise do conhecimento a partir do material não indexado; agrupamento e comparação entre as trajetórias individuais; identificação de trajetórias coletivas (Jovchelovich; Bauer, 2002: 106-107).

<sup>111</sup> Nas entrevistas, este eixo ficou subsumido pelo eixo das mobilidades, uma vez que as acessibilidades dizem respeito aos territórios e não, propriamente, às pessoas que dele fazem parte.

<sup>112</sup> Conforme abordado no Capítulo I: Palavras Cruzadas, no ponto 1.2.4.5., referente à sistematização e à análise dos dados e informações.

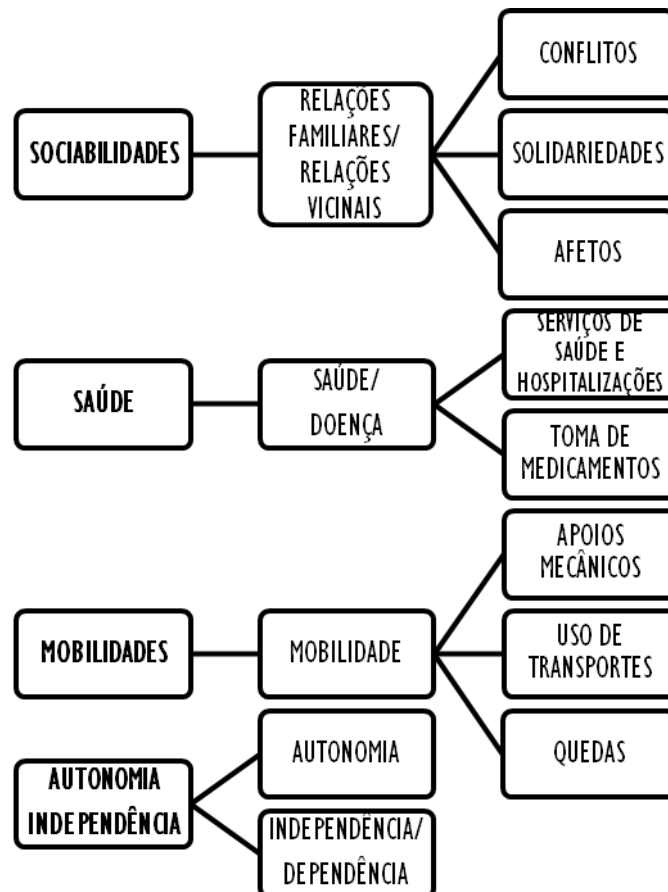


Figura 1: Estrutura das Categorias Analítico-Interpretativas.

Esta estruturação, organizada, como já referi, a partir dos próprios objetivos do estudo, mas mais facilmente visualizada por mim tendo como base os conteúdos das entrevistas, serviu-me como um desenho sintético de toda a investigação, possibilitando-me uma visão geral de cada um dos territórios e, posteriormente, dos quatro territórios em seu conjunto, a partir de semelhanças e recorrências, por um lado, e diferenças, por outro.

Na seção destinada à análise das entrevistas, pretendo esclarecer melhor este tópico, trazendo à tona recortes que, dentro do enquadramento proposto, são fundamentais para as análises, reflexões e proposições aqui construídas.

#### 1.2.4.4. Os Sujeitos da Pesquisa

As pessoas que participaram deste estudo foram selecionadas de acordo com os critérios de idade (65 anos ou mais) e local de residência (um dos quatro territórios analisados), dentro de uma amostragem não probabilística e intencional, sem a pretensão ou preocupação de se atingir nenhum limiar de representatividade.

Neste tipo de amostragem, os/as participantes são selecionados para o estudo de acordo com critérios específicos (Burgess, 1997: 59) – neste caso, como já mencionado, a idade e o local de moradia.

É importante referir, também, que as adesões dos/das participantes ao estudo deram-se de forma voluntária, sendo as condições de realização das entrevistas e observações constantemente negociadas, desde a hora e o local mais adequados ou convenientes, até a duração de cada entrevista, por exemplo<sup>113</sup>.

O acesso aos sujeitos que participaram deste estudo deu-se a partir da colaboração de pessoas e instituições chave nos territórios em questão. Dessa forma, recorri, por exemplo, à mediação de Centros de Dia, Centros Paroquiais e Centros Sociais sediados nos territórios e, em algumas vezes, ao auxílio de pessoas conhecidas que, por sua vez, possuíam alguma relação com algum provável sujeito que pudesse participar do estudo. Esta mediação foi definitiva para que este trabalho se efetivasse. Não sendo nativa de nenhum dos territórios do estudo, sequer coimbrã ou portuguesa – pior ainda, residindo em Coimbra temporariamente, apenas com o intuito de realizar esta pesquisa – senti algumas dificuldades em me inserir nas localidades e iniciar as interações com as pessoas que mais tarde se disporem a participar da investigação.

Outro ponto cuja menção se faz necessária diz respeito à representatividade por sexo.

Como eu própria supunha, foi-me mais fácil acessar mulheres do que homens. Assim, das 42 pessoas que participaram deste estudo, apenas 12 são homens. Este desequilíbrio se fez notar na grande maioria dos territórios estudados, à exceção do “Casal do Lobo”, onde o número de participantes mulheres equiparou-se ao número de participantes homens. Sobre esta diferença numérica, creio poder realizar algumas inferências: o número de mulheres idosas nos territórios estudados é realmente superior ao número de homens neste mesmo estágio do curso de vida, ainda que esta superioridade nem sempre seja muito significativa, como mostram os dados estatísticos. O fato de a investigadora – eu – ser uma mulher na meia idade também pode ter constrangido alguns homens a participarem deste estudo. Além disso, os CDs, onde grande parte das entrevistas foi realizada, são mais comumente frequentados por mulheres, havendo, por um lado, uma certa resistência masculina em frequentar este tipo de instituição, e, por outro, uma maior rede de cuidados em torno dos homens idosos, uma vez que, em algumas casos, as próprias mulheres idosas acabam por se tornarem cuidadoras de seus companheiros, também idosos.

O terceiro capítulo dispõe de uma seção específica, onde narro minhas interações e apresento cada um/a dos/as participantes desta pesquisa.

---

<sup>113</sup> O relato destas condições, bem como a apresentação e caracterização das pessoas que participaram deste estudo serão realizado/as no terceiro capítulo.

#### 1.2.4.5. A Sistematização e a Análise dos Dados e Informações

Para uma melhor sistematização e visualização de cada um dos territórios da pesquisa, com vistas a uma posterior análise e interpretação dos dados, fiz uso da cartografia. Os cartogramas foram construídos com base nas informações estatísticas e nas observações realizadas, com a utilização do programa ArcGIS<sup>114</sup>.

Como era de se esperar, a realização das entrevistas e a sua posterior transcrição gerou um volume bastante grande de material impresso<sup>115</sup>, o que me despertou para a necessidade de uma organização destes dados a fim de poder analisá-los com mais facilidade e de uma forma mais clara e, por assim dizer, objetiva.

Assim, para a análise das entrevistas, construí categorias analítico-interpretativas inspiradas nos fundamentos da análise de conteúdo, conforme já anunciei anteriormente.

Este método analítico – também considerado como uma técnica, como preferem Amado *et al.* (2013) – permite uma representação relativamente rigorosa e objetiva dos conteúdos e elementos das mensagens, expressos no teor das entrevistas, a partir de sua codificação e classificação em categorias e/ou subcategorias de análise (Amado *et al.*, 2013: 304). É um processo de redução do volume de informações contidas em cada uma das entrevistas, que são sintetizadas em algumas características particulares ou em categorias conceituais ou temáticas, permitindo passar da mera descrição à interpretação, investigando a compreensão dos sujeitos a partir dos contextos em que estas informações foram produzidas e, ainda, a influência destes contextos no estilo, forma e conteúdo das informações prestadas (Chizzotti, 2001: 99).

Bardin (2011: 15) define a análise de conteúdo como

Um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdos e continentes) extremamente diversificados. O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas – desde o cálculo de frequências que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos – é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre os dois polos do rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade (Bardin, 2011: 15).

A análise de conteúdo, propriamente dita, requer uma série de passos ou fases, que vão desde a definição do problema e dos objetivos do trabalho até a escolha ou definição das categorias analítico-interpretativas, passando pela explicitação de um quadro de referências teórico, a constituição de um *corpus* documental, a leitura atenta e ativa do material coletado e a formulação de hipóteses (Amado *et al.*, 2013: 309). Gil (2008: 152) resume estes passos em três grandes fases: (i) pré-análise; (ii) exploração do material; e (iii) tratamento dos dados, inferência e interpretação.

---

<sup>114</sup> O ArcGIS é um *software* obtido mediante licença. É um Sistema de Informação Geográfica (GIS) utilizado para criação e utilização de cartogramas, compilação de dados geográficos, análise de informações cartografadas e gestão de informações geográficas em bancos de dados

<sup>115</sup> Ao todo, 712 páginas, digitadas em Gill Sans Condensed, tamanho 12, mesma fonte usada neste trabalho.

Tendo, em sua origem, uma base mais descritiva e quantitativa, a análise de conteúdo, em uma vertente interpretativa/compreensiva, como a proposta neste estudo, avança, ultrapassando a mera descrição dos conteúdos manifestos e priorizando as inferências realizadas pelo/a investigador/a a partir dos contextos da pesquisa e de seus próprios quadros de referência teórica.

Apesar deste avanço, entretanto, e ainda que reconhecendo este como um método capaz de garantir certa fidedignidade e objetividade ao processo de análise de entrevistas, creio que, em investigações que se pretendem mais interativas, em que as relações estabelecidas entre todos os sujeitos da investigação – investigador/a e participantes – e os contextos e as condições *onde e como* as entrevistas são realizadas são tomados/as como determinantes para seus resultados, como é o caso do estudo que ora apresento, este tipo de análise, e sua ênfase no conteúdo, revela-se limitada. Quero dizer que, ao reduzir a riqueza narrativa e, de certa forma, performática, das entrevistas (onde, muitas vezes, afloraram emoções, sentimentos, afetos) em categorias frias e estanques, muito das dinâmicas estabelecidas durante este processo acaba por se perder. Por outras palavras, entendo que o conteúdo expresso nas entrevistas seja apenas um de seus elementos. Todo o processo de realização das entrevistas, o contato inicial entre investigador/a e participantes, a recepção/acolhida do/a investigador/a pelos/as participantes da pesquisa, as interações e negociações aí estabelecidas, as formas e os contextos em que as entrevistas são realizadas, os impasses, as ações e reações manifestas durante este processo não podem, de forma alguma, ser desprezados/as em uma análise que se quer em profundidade.

Buscando sair deste impasse, optei por realizar um estudo etnográfico, buscando, entretanto, respaldo em algumas orientações metodológicas do método de análise de conteúdo, sem, entretanto, preocupar-me em enquadrar os dados recolhidos a um modelo analítico rígido, principalmente no que tange aos procedimentos de recorte, codificação e reagrupamento do material coletado e transcrito.

Dessa forma, as categorias analítico-interpretativas que aqui surgem são categorias amplas, gerais, que permitem um trânsito mais ou menos livre dos conteúdos extraídos das entrevistas, permitindo, também, que outros elementos percebidos durante as observações e a realização das entrevistas também venham à tona, participando do processo analítico aqui proposto.

Assim, a partir de um *corpus* documental *provocado*, ou seja, constituído pelas entrevistas realizadas e transcritas por mim<sup>116</sup>, com o auxílio de uma pessoa de extrema confiança e idoneidade, cheguei às seguintes categorias (e algumas subcategorias), às quais denomino *categorias analítico-interpretativas*, que podem ser compreendidas como categorias *mistas*, já que surgiram, ao mesmo tempo, *a priori*, a partir dos eixos que orientam este trabalho, e *a posteriori*, a partir do conteúdo das entrevistas (Amado *et al.*, 2013): *relações familiares, relações vicinais* (ambas ligadas ao eixo das *sociabilidades* e subdivididas nas subcategorias *conflitos, solidariedades, e afetos*); *saúde/doença* (subdividida nas subcategorias *idas aos serviços de saúde/internações hospitalares e toma de medicamentos*); *mobilidade* (subdividida nas subcategorias *apoio de bengala/muletas/andador/cadeira de rodas, uso de transportes, e quedas*), *autonomia, e independência/dependência*.

---

<sup>116</sup> A transcrição das entrevistas pelo/a próprio/a investigador/a que as realizou é um passo importante no processo de análise em profundidade, pois se constitui em uma primeira leitura, das tantas que serão necessárias neste processo (Amado *et al.*, 2013: 311). Apesar de contar com o auxílio de outra pessoa neste processo, todas as entrevistas foram ouvidas e reouvidas por mim, bem como suas transcrições foram lidas e relidas por diversas vezes.

Importa, mais do que meramente classificar o conteúdo manifesto e registrado das entrevistas em categorias, perceber as lógicas, sentidos, importâncias destas manifestações em relação ao observado.

Assim, de uma forma sequencial<sup>117</sup>, foram realizados os seguintes procedimentos metodológicos:

- a) Reconhecimento do território-macro – o município de Coimbra – a partir de visitas, caminhadas e observações simples.
- b) Consulta à legislação europeia e portuguesa para a população e idosa e para a acessibilidade.
- c) Escolha dos quatro territórios que compõem o estudo a partir das especificidades de cada um: características geográficas, paisagísticas e demográficas<sup>118</sup>.
- d) Escolha das variáveis estatísticas disponíveis na Base Geográfica de Referência da Informação – BGRI –, referente aos censos 2011 do Instituto Nacional de Estatística – INE –, para caracterização dos territórios<sup>119</sup>. Foram escolhidas 33 variáveis estatísticas<sup>120</sup>: 17 relacionadas ao edificado – com o objetivo de conhecer as características do edificado: número de pisos, idade da construção e função; 16 relacionadas à população – com a intenção de conhecer as características da população de cada território.
- e) Recolha de dados estatísticos dos quatro territórios, com referência às variáveis escolhidas.
- f) Visitas de reconhecimento e observação aos territórios de estudo, com enfoque às acessibilidades de cada um. As visitas foram registradas com fotografias e anotações relativas ao observado e impressões iniciais.
- g) Definição das características dos participantes da pesquisa: homens e mulheres com 65 anos ou mais, residentes em um dos quatro territórios do estudo, que se disponibilizassem, voluntariamente, a partir de convite, a participar da investigação.
- h) Elaboração dos roteiros para as entrevistas semiestruturadas.
- i) Contatos prévios com prováveis participantes e com instituições e pessoas mediadoras para este fim (assistentes sociais, pessoas das relações dos/as prováveis participantes, Centros Sociais, Centros de Dia, Centros Paroquiais) para apresentação do projeto e estabelecimento da confiança necessária para a realização do trabalho.

---

<sup>117</sup> Alguns procedimentos foram realizados simultaneamente.

<sup>118</sup> Esta escolha foi realizada com base nos reconhecimentos iniciais, mas devo dizer que contei com o auxílio de pessoas nativas da cidade, dentre as quais, o meu próprio orientador.

<sup>119</sup> Para este estudo foram recolhidos dados de 108 subseções estatísticas: 54 do território da “Solum”; 38 do território da “Alta”; 9 do território do “Casal do Lobo”; e 7 do território do “Botão”.

<sup>120</sup> As variáveis escolhidas foram: Edifícios exclusivamente residenciais; Edifícios principalmente não residenciais; Edifícios principalmente residenciais; Edifícios com 1 ou 2 pisos; Edifícios com 3 ou 4 pisos; Edifícios com 5 ou mais pisos; Edifícios construídos antes de 1919; Edifícios construídos entre 1919 e 1945; Edifícios construídos entre 1946 e 1960; Edifícios construídos entre 1961 e 1970; Edifícios construídos entre 1971 e 1980; Edifícios construídos entre 1981 e 1990; Edifícios construídos entre 1991 e 1995; Edifícios construídos entre 1996 e 2000; Edifícios construídos entre 2001 e 2005; Edifícios construídos entre 2006 e 2011; Alojamentos familiares de residência habitual; Total de famílias clássicas; Famílias clássicas com pessoas com 65 anos ou mais anos; Total de indivíduos residentes; Total de homens residentes; Total de mulheres residentes; Indivíduos residentes com idade superior a 64 anos; Homens residentes com idades superior a 64 anos; Mulheres residentes com idade superior a 64 anos; Indivíduos residentes com o 1º ciclo do ensino básico completo; Indivíduos residentes com o 2º ciclo do ensino básico completo; Indivíduos residentes com o 3º ciclo do ensino básico completo; Indivíduos residentes com o ensino secundário completo; Indivíduos residentes com o ensino pós-secundário; Indivíduos residentes com um curso superior completo; Indivíduos residentes pensionistas ou reformados; e Indivíduos residentes sem atividade econômica.

- j) Realização das entrevistas nos locais indicados pelos/as próprios/as participantes: Centros Sociais, Centros de Dia, residências dos/as próprios/as e cafés.
- k) Transcrição das entrevistas.
- l) Sistematização dos dados recolhidos: elaboração dos cartogramas, escolha das categorias e subcategorias analítico-interpretativas, recortes de pontos significativos das entrevistas a partir das categorizações e subcategorizações prévias, e construção das matrizes analítico-interpretativas.
- m) Análise e interpretação dos dados.
- n) Produção da escrita da tese a partir do trabalho empírico e da bibliografia consultada.

Como enfatizado anteriormente, o processo, incluindo as condições e negociações entre pesquisadores/as e pesquisados/as, é decisivo nas pesquisas qualitativas em ciências sociais e humanas, especialmente em pesquisas que, como esta, inclinam-se para a etnografia enquanto uma metodologia eminentemente relacional.

Nos capítulos que se seguem, especialmente no Capítulo 3, retomarei o relato metodológico, descrevendo, de forma mais detalhada, os procedimentos adotados e os encontros realizados, bem como apresentando o processo analítico e a análise e interpretação dos dados, propriamente ditas.





**- CAPÍTULO 2 -**  
**Espaços e Tempos**



*atrocidade, atrocity, atrocité;*  
*caducidade, caducity, caducité;*  
*capacidade, capacity, capacité;*  
*causticidade, casticity, causticité;*  
*duplicidade, duplicity, duplicité;*  
*elasticidade, elasticity, elasticité;*  
*felicidade, felicity, félicité;*  
*ferocidade, ferocity, ferocité;*  
*fugacidade, fugacity, fugacité;*  
*historicidade, historicity, historicité;*  
*loquacidade, loquacity, loquacité;*  
*lubricidade, lubricity, lubricité;*  
*mendicidade, mendicity, mendicité;*  
*multiplicidade, multiplicity, multiplicité;*  
*organicidade, organicity, organicité;*  
*periodicidade, periodicity, périodicité;*  
*plasticidade, plasticity, plasticité;*  
*publicidade, publicity, publicité;*  
*rapacidade, rapacity, rapacité;*  
*reciprocidade, reciprocity, réciprocité;*  
*rusticidade, rusticity, rusticité;*  
*sagacidade, sagacity, sagacité;*  
*simplicidade, simplicity, simplicité;*  
*tenacidade, tenacity, tenacité;*  
*velocidade, velocity, vélocité;*  
*veracidade, veracity, veracité;*  
*vivacidade, vivacity, vivacité;*  
*unicidade, unicity, unicité*  
*voracidade, voracity, voracité*<sup>121</sup>.

*(“cidade/city/cité”, Augusto de Campos, 1995 [1963])*

---

<sup>121</sup> Do original:

“atrocaducaapacaustiduplielastifeliferofugahistoriloqualubriendimultipliorganiperiodiplastipublirapareciproustisagasiplitenaveloveravivaunivoracidade  
city  
cité”.



## 2. CAPÍTULO 2: Espaços e Tempos

*Tempo e espaço eu confundo,  
E a linha de mundo é uma reta fechada.  
Périplo, ciclo, jornada de luz consumida  
E reencontrada.  
Não sei de quem visse o começo  
E sequer reconheço  
O que é meio o que é fim  
Prá viver no teu tempo é que eu faço  
Viagens no espaço,  
De dentro de mim.  
Das conjunções improváveis*

*De órbitas instáveis  
É que eu me mantenho  
E venho arrimado nuns versos,  
Tropeçando universos,  
Prá achar-te no fim  
Deste tempo cansado de dentro de mim.*

*(“Tempo e Espaço”, Paulo Vanzolini, 1981)*

### 2.1. Notas Introdutórias ao Capítulo 2

Este capítulo assenta-se em dois propósitos distintos, relacionados, porém, entre si.

O primeiro, em ordem sequencial, é o enquadramento teórico da categoria *territórios* a partir de sua multidimensionalidade e tendo em consideração os objetivos e características deste estudo.

O segundo, em uma vertente mais pragmática, é apresentar os territórios de estudo dentro de uma abordagem contextual, partindo do concelho de Coimbra como um contexto maior para, a seguir, apresentar cada um dos quatro territórios em sua multiplicidade dimensional. Para este segundo propósito, recorro ao auxílio de mapas e de imagens que buscam apresentar os territórios de forma ilustrativa e elucidativa.

O esforço, aqui, centra-se na tentativa de uma articulação entre o escopo teórico e as realidades territoriais observadas, não no sentido de tentar encaixar a realidade à teoria, mas no intuito de apreender, de forma mais analítica, o universo do estudo.

Começo, então, pela reflexão teórica acerca da categoria *territórios*, buscando clarificar e justificar seu uso neste trabalho.

## 2.2. Territórios

*Não sei se poderemos chamar de lugar ao território onde vivemos uma vida que nunca chega a ser nossa e que, cada vez mais, nos surge como uma vida pouco viva.*

*(Mia Couto, 2009)*

*O espaço concreto foi extraído das coisas. Elas não estão nele, é ele que está nelas.*

*(Henri Bergson, 2006)*

*O que sabemos dos lugares é coincidirmos com eles durante um certo tempo no espaço que são. O lugar estava ali, a pessoa apareceu, depois a pessoa partiu, o lugar continuou, o lugar tinha feito a pessoa, a pessoa havia transformado o lugar.*

*(José Saramago, 2009)*

*O essencial, portanto, é esse complexo de homens e de coisas, é isso que é o elemento principal, o território.*

*(Michel Foucault, 2008)*

A escolha da nomenclatura *territórios* para definir, ao mesmo tempo, um dos sujeitos e a categoria de análise deste estudo não se deu por acaso. Antes pelo contrário. Chamar de *territórios* aos espaços e lugares onde as pessoas idosas – os outros sujeitos desta investigação – vivem e elaboram suas referências identitárias, a partir de relações e vivências cotidianas, é intencional. E é esta intenção, fundamentada nos referenciais e nas concepções com os/as quais este trabalho se identifica, que quero apresentar agora.

Território, espaço<sup>122</sup>, lugar, paisagem são conceitos centrais à geografia, constituindo-se como sujeitos dos estudos geográficos, algumas vezes sendo tomados como sinônimos, em outras, como conceitos complementares<sup>123</sup>. Todos eles são conceitos relacionais, multidimensionais, pluri e interdisciplinares, extrapolando os domínios da geografia e avançando sobre as fronteiras de outras disciplinas, como a antropologia, a sociologia, a psicologia, a filosofia e a economia, por exemplo.

Como já abordei no primeiro capítulo e no parágrafo que abre esta seção, as definições conceituais são indicativas das concepções, das linhas, dos referenciais e, ainda, das próprias disciplinas que orientam as reflexões tecidas em um trabalho investigativo – ou mesmo em um trabalho de teor ensaístico.

---

<sup>122</sup> Fialho (2009) adota uma única categoria: espaço/território, pois entende que estas noções se interpenetram. Além disso, em que pese as diferentes disciplinas e enfoques epistemológicos, os conceitos de espaço e território estão em constante processo de construção.

<sup>123</sup> De acordo com Haesbaert (2004: 71): “Mais do que marcar diferenças, os conceitos devem revelar sua multiplicidade, os elos possíveis com outros conceitos que permitem expressar a complexidade das questões que buscam responder”.

Neste trabalho, principalmente no que tange às discussões acerca dos territórios, sigo as orientações da geografia crítica e da geografia humanista<sup>124</sup>, para as quais o encontro e a intersecção disciplinar são necessários às reflexões epistemológicas, metodológicas e conceituais levantadas no interior da disciplina geográfica, sendo também necessários à construção de novas estratégias, novas epistemologias, novos paradigmas e novas propostas para a compreensão, a elaboração e reelaboração críticas e a transformação das realidades.

Dentro desta concepção da geografia, espaço, lugar e paisagem são elementos constituintes do território, inclusive política e simbolicamente, sendo, todos eles, processos indissociáveis das vidas cotidianas (Saquet, 2005), construídas a partir de dinâmicas e dialéticas que envolvem as dimensões naturais, econômicas, políticas, sociais, culturais, religiosas, simbólicas, afetivas<sup>125</sup>.

Começo, então, buscando uma conceitualização de espaço a partir de suas variadas – e em algumas vezes complementares – concepções e abordagens.

Santos (2004: 151) compreende o espaço como o próprio objeto da geografia. Define-o, entretanto, como um espaço social – para além de meramente geográfico –, que é constantemente transformado a partir de processos históricos<sup>126</sup>. Nesta concepção, o espaço é uma realidade social que envolve, ao mesmo tempo, a natureza e a sociedade, ambas mediadas pelo trabalho, pela tecnologia e pelo conhecimento (Saquet, 2009: 77), e só existe, portanto, através de seu uso, contendo, em si próprio, o tempo (Carlos, 2007: 25).

É ainda Santos (2004) que elabora uma reflexão acerca do espaço enquanto categoria permanente e enquanto categoria histórica.

Na primeira aceção – enquanto categoria permanente –, o espaço se comporta como “uma categoria universal preenchida por relações permanentes entre elementos lógicos encontrados através da pesquisa do que é imanente, isto é, do que atravessa o tempo e não daquilo que pertence a um tempo dado e a um dado lugar” (Santos, 2004: 151).

Por outro lado, enquanto categoria histórica, o espaço é modificado a partir das transformações dos significados de seus objetos, de seus conteúdos e de suas relações, transformações estas promovidas pelo próprio movimento histórico (Santos, 2004: 152).

A conclusão a que chega é que ambas as concepções de espaço são complementares, cruzando-se uma com a outra e criando, ao mesmo tempo, um conceito operacional e filosófico de espaço: “Um conjunto indissociável, solidário e também contraditório, de sistemas de ações, não considerados isoladamente, mas como um quadro único no qual a história se dá” (Santos, 2002c: 63).

---

<sup>124</sup> Há quem duvide do diálogo entre estas duas linhas geográficas. Embora a geografia humanista tenha surgido, no final do século XX, como uma alternativa aos outros tipos de pensamento geográfico, incluindo aí a própria geografia crítica, considerada excessivamente estruturalista, holística, materialista e teórica (Amorim Filho, 1999), creio que os dois pensamentos podem se encontrar, uma vez que o surgimento da geografia humanista, calcada nos fenômenos cotidianos, possibilitou novas leituras e interpretações do território também pela geografia crítica, que, a partir de conceitos como territorialidades cotidianas, abarcou alguns elementos epistemológicos da geografia humanista.

<sup>125</sup> De forma diferente, Suertegaray (2001: s/n) compreende a paisagem, o território, a área e o lugar como elementos que compõem o *espaço geográfico*.

<sup>126</sup> Lefebvre (1974: 227) entende que a concepção de um espaço social deslocou o centro do saber das ciências sociais do tempo para o espaço: “No creo que hasta ahora el espacio fuera el más importante; lo que era más importante hasta ahora era el tiempo, el tiempo histórico, el tiempo de trabajo, los ritmos del tiempo. Creo que el espacio se vuelve lo más importante”.

Augé (2010), por sua vez, entende o espaço como um conceito abstrato, “que se aplica indiferentemente a uma extensão, a uma distância entre duas coisas ou dois pontos (deixa-se um ‘espaço’ de dois metros entre cada moirão de uma cerca), ou a uma grandeza temporal (‘no espaço de uma semana’)” (Augé, 2010: 77). Esta concepção abstrata do espaço requer a complementaridade de outros elementos, como o território e o lugar, por exemplo, capazes de garantir sentido e materialidade à dimensão espacial.

Buscando compreender como as pessoas percebem, sentem e constroem a realidade a partir de crenças, aspirações e representações, Frémont (1980) elaborou os conceitos de “espaço vivido” e de “espaço de vida”.

O “espaço de vida” é elaborado a partir dos valores atribuídos aos espaços frequentados ao longo da vida por uma pessoa, através da estruturação e hierarquização desses espaços.

O “espaço vivido” compreende a dimensão qualitativa da existência humana a partir das representações, motivações, desprendimentos e impulsos sobre esses espaços, construídos subjetivamente por quem os frequenta. Dessa forma, o espaço vivido vai variar de acordo com as experiências e vivências individuais relacionadas às mais diversas variáveis, tais como sexo, idade, classe social. A concepção do espaço vivido privilegia a maneira como as pessoas se exprimem em relação aos territórios e a significação especial de cada experiência para as pessoas que a vivenciam (Claval, 2003).

Seguindo direção semelhante, Santos (2004) concebe o conceito de lugar a partir de duas concepções distintas: uma filosófica e epistemológica; outra psicológica.

Do ponto de vista filosófico e epistemológico, o conceito de espaço, segundo Santos (2004: 153), antecede o conceito de lugar.

Se tomado a partir de um ponto de vista psicológico, subjetivo, entretanto, o conceito de lugar surge como anterior ao conceito de espaço, pois enquanto “uma porção discreta de espaço total” (Santos 2004: 152), o lugar indica um espaço identificado, com um nome, uma referência, isto é, liga-se “à noção de localização e individualidade das parcelas do espaço” (Costa; Rocha, 2010: 51), a partir de demarcações físicas e simbólicas (Leite, 2009: 198). Esta determinação do espaço em um lugar específico o qualifica enquanto uma materialização humana, construída como uma localização própria e específica a partir do estabelecimento de distâncias em relação a outros referenciais e outros lugares (Carlos, 2007: 12) – distâncias essas, muitas vezes relativas e carregadas de subjetividades –, de seus usos e da atribuição de sentidos de pertencimento (Leite, 2009: 198).

Assim, “[as] relações do cidadão, do homem comum, se realizam, concretamente no lugar, no plano da vida cotidiana” (Carlos, 2007: 14), ou seja, os seres humanos não habitam um espaço indefinido, mas sim um lugar, cuja produção e reprodução continuadas têm a “realização da vida como condição e produto do estabelecimento de relações reais indispensáveis a ela[s]” (Carlos, 2007: 41).



Tuan (1980) também concebe lugar a partir de uma dimensão psicológica e, portanto, a partir de um prisma subjetivo, ainda que relacional. Este autor toma o sujeito como o centro a partir do qual as relações, os sentimentos, as percepções, as atitudes, os valores e as referências são construídos<sup>127</sup>.

Nesse sentido, o lugar, em sua origem, também representa “o centro, o eixo ou o umbigo do mundo” (Tuan, 1980: 168), ou seja, do espaço.

A análise de Calixto (2008: 17) caminha nesta mesma direção, quando vê o lugar como pertencimento e ponto de partida para a inserção e compreensão do mundo<sup>128</sup>. O lugar é construído subjetivamente, alicerçado em uma dimensão afetiva. A esta dimensão afetiva, a afeição a um lugar específico, ao lar, ao “*locus* de reminiscências” (Tuan, 1980: 107 – grifo do autor), Tuan chama de *topofilia*. Assim, nas palavras do próprio Tuan, “[t]opofilia é o elo afetivo entre o lugar ou ambiente físico” (Tuan, 1980: 05)<sup>129</sup>.

Dessa maneira, o que confere ao lugar a qualidade de único e específico é a sua materialidade, pois “um lugar é também um grupo de ‘objetos materiais’” (Santos, 2004: 152).

Relph (1976: 42) define lugar como “um centro de ação e intenção, [...] ‘um foco onde nós experimentamos os eventos significativos de nossa existência<sup>130</sup>’”. A partir desta noção, desenvolve o conceito de “lugaridades”, ou elementos que imprimem ao lugar autenticidade, sentido, espírito, raiz/enraizamento e interioridade (Relph, 2012). Para Holzer (2013: 18), a lugaridade, como a expressão da relação dialógica dos seres em movimento com os lugares e caminhos, é a manifestação mais visível da microterritorialidade.

Dessa forma, os “não lugares” de Augé (2010) correspondem ao oposto dos lugares em sua construção afetiva e identitária<sup>131</sup>: “Se um lugar pode se definir como identitário, relacional e histórico, um espaço que não pode se definir nem como identitário, nem como relacional, nem como histórico definirá um não lugar” (Augé, 2010: 73). Como exemplo destes não lugares, destes lugares de passagem, do provisório e do efêmero, Augé (2010: 74-75) cita os meios de transporte (aviões, trens, ônibus, por exemplo), os aeroportos, as estações, as grandes cadeias de hotéis e os parques de lazer, onde a maioria das pessoas se cruza e permanece por certo tempo, mas não chega a desenvolver laços afetivos mais profundos, capazes de participar de sua construção identitária<sup>132</sup>.

---

<sup>127</sup> Segundo Tuan (1980), “[o] indivíduo transcende a influência penetrante da cultura. Todos os homens compartilham atitudes e perspectivas comuns, contudo a visão que cada pessoa tem do mundo é única e de nenhuma maneira fútil” (Tuan, 1980: 285).

<sup>128</sup> Em oposição à ideia de pertencimento, o lugar pode ser visto como espaço de exclusão e segregação. São os “diferentes lugares, lugares de diferentes classes e diferentes grupos, lugares contraditórios” (Cavalcanti, 2001: 17).

<sup>129</sup> Talvez no português a palavra que melhor traduza este sentimento seja *saudade*, palavra de difícil definição: “Não é solidão, não é nostalgia ou lembrança, não é dor ou suavidade. Mas é também solidão, nostalgia e lembrança, dor e leveza. É lembrança de algo que não mais se tem, mas se quer de volta. Mas não só. Há outras palavras que designam sentimentos parecidos e o que dá distinção à saudade é o fato de ser a dor *gostosa* da ausência, um sentimento de melancolia suave que é especialmente *saboreado* por quem sente falta de alguém ou algo (Pereira Júnior, 2014: 89-90 – sublinhados do autor).

<sup>130</sup> Tradução livre do original: “[...] a centre of action and intention, it is ‘a focus where we experience the meaningful events of our existence’” (Relph, 1976: 42).

<sup>131</sup> Relph (2012: 25) refere os “lugares-sem-lugaridades” como espaços com algum grau de ausência de lugaridade, mas, diferentes dos “não lugares”, não totalmente desprovidos de elementos constituintes de lugaridade.

<sup>132</sup> Mesmo os *não lugares* a que se refere Augé (2010) podem ser concebidos, em razão de circunstâncias, contextos e subjetividades próprias, como *lugares* para determinadas pessoas. Penso, nesse sentido, nas pessoas que desenvolvem suas atividades profissionais em ambientes que, para os que estão de passagem, se constituem como *não lugares*. A vivência cotidiana e o estabelecimento de relações nesses espaços (algumas mais passageiras e provisórias;

Curiosamente, Certeau (1998) elabora concepções de *espaço* e *lugar* por um ângulo diverso, ou seja, o lugar é visto como uma ordem sobre a qual os elementos se distribuem em relações de coexistência; o espaço, por sua vez, é o produto dos movimentos que nele se desdobram, orientando-o, circunstanciando-o e temporalizando-o. “Em suma, *o espaço é um lugar praticado*” (Certeau, 1998: 202, grifos do autor).

A paisagem, por sua vez, como outro elemento constituinte dos territórios e também como um sujeito geográfico, remete aos sentidos e percepções humanas<sup>133</sup>. Assim, a paisagem pode ser vista como uma tradução do território material pela representação, ou seja, como a intersecção entre a observação e um território material (Raffestin, 2009: 33), ou, ainda, como “o nível visível e percebido do processo de produção do território” (Saquet, 2009: 81).

Até o século XVIII, a noção de paisagem estava essencialmente ligada às artes plásticas, mais especificamente à pintura. Esta noção, concebida nos finais do século XV, representou um avanço ao contexto da época, pois deu à natureza uma exterioridade em relação aos seres humanos e rompeu com uma visão do mundo dominada pela teologia (Salgueiro, 2001: 38).

A concepção de paisagem como um elemento geográfico só passou a existir em meados do século XIX, na Alemanha, a partir do surgimento da Geografia como disciplina científica. Calcula-se, no entanto, que a identificação de paisagem com a expressão visível de uma determinada área tenha sido realizada pela primeira vez pelo menos desde o século XVIII (Salgueiro, 2001: 40).

Originalmente, entretanto, o conceito de paisagem ligava-se, prioritariamente, à paisagem natural e seus elementos (como a geomorfologia, a geologia, o clima, a hidrografia, a tipologia dos solos e da vegetação).

Mais tarde<sup>134</sup>, a compreensão de que a natureza não é meramente um dado, mas um produto construído por processos sociais e culturais, levou com que a concepção de uma “paisagem humanizada”, isto é, o fruto das relações estabelecidas entre a natureza e os seres humanos (Salgueiro, 2001; Castro, *et al.*, 2008: 139; Costa; Rocha, 2010: 49), fosse incorporada pelo conceito, ampliando a ideia inicial de paisagem, vista, anteriormente, apenas como um “segmento plano e estático da natureza” (Tuan, 1980: 148). Esta ampliação do conceito alerta para o fato de que paisagem e natureza não podem ser tomadas como sinônimos, já que a natureza é uma realidade que existe em si<sup>135</sup>, enquanto a paisagem só existe em relação à percepção e à ação humanas, construídas historicamente.

Isto porque a natureza transformada pela ação humana, ao longo de uma série de gerações, surge enquanto modo de apropriações visíveis na paisagem, reproduzindo a história e a concepção do homem

---

outras mais perenes e significativas), podem trazer à superfície elementos afetivos e emocionais, garantindo que estes supostos *não lugares* para uns/umas, sejam representados como *lugares* para outros/as.

<sup>133</sup> “A observação não é suficiente para definir a paisagem, pois ela contém um conteúdo [*sic*] que precisa ser interpretado por meio de nossas experiências sensíveis” (Saquet, 2011: 51). Sentir a paisagem implica em escutá-la, cheirá-la, tocá-la, acompanhar seus ritmos e movimentos (Fortuna, 2007; 2009; Mendonça, 2009).

<sup>134</sup> “[A] associação da paisagem às características de um dado território, traduzida na combinação local dos elementos naturais e humanos, devido ao modo particular como se aproveitam os recursos” (Salgueiro, 2001: 40), surgiu em meados do século XIX, impulsionada pela divulgação dada aos relatos de viagens.

<sup>135</sup> Saquet (2009: 75), entretanto, percebe a própria natureza como uma processualidade, pois ela também é transformada, tanto por processos históricos, quanto por processos naturais.

sobre o morar, trabalhar, viver. A paisagem, por sua vez, contém mistérios, beleza, sinais, símbolos, alegorias, tudo carregado de significados; memória que revela 'múltiplas impressões passadas', imagens impregnadas de história (Carlos, 2007: 33).

A compreensão de que “[c]ada grupo vê a paisagem através da lógica de uma cultura que lhe é própria” (Claval, 2003: 10), de modo subjetivo, a partir das reações que uma determinada paisagem provoca, despertou a abordagem cultural na geografia: “Os homens [seres humanos] impõem à paisagem a marca de sua cultura: a maneira de dividir as terras, de construir as casas, os templos, ou de se dotar de monumentos; ao mesmo tempo, a paisagem se constitui num dos contextos através dos quais a cultura se transmite de um indivíduo a outro, de uma geração a outra” (Claval, 2003: 10).

Dessa maneira, a paisagem pode ser analisada como uma “materialização das condições sociais” (Costa; Rocha, 2010: 49), onde elementos naturais e artificiais, estes últimos entendidos como a natureza transformada pela ação humana, convivem em um mesmo espaço, justapondo-se ou sobrepondo-se uns aos outros. Assim, cada paisagem resulta de uma combinação dinâmica de elementos que refletem escolhas, necessidades e possibilidades próprias (Santos, 2008: 28). Estas escolhas, necessidades e possibilidades são criadas a partir do confronto entre forças transformadoras e forças de resistência, que produzem ora paisagens completamente novas; ora a conservação de antigas paisagens; ora suas transformações ou adaptações; ora, ainda, a degradação de paisagens (Santos, 2008: 30).

As abordagens da geografia contemporânea enfatizam os aspectos subjetivos das relações das pessoas com os ambientes, quer através das sensações, quer pelo modo como percebem e vivenciam-nos, ou seja, a paisagem se encontra na “interface dos ambientes operacional, perceptual e comportamental” (Salgueiro, 2001: 49).

Assim, em uma abordagem fenomenológica, a paisagem é compreendida como uma representação, como o local de viver e sentir de homens e mulheres (Turri, 2000) a partir de uma gama de signos construídos por meio de motivações e operações culturais (Saquet, 2011: 51).

Nesse sentido, a paisagem é um espelho que reflete um mundo, um tempo e um espaço cotidianos, correspondendo a uma dada realidade geográfica (Turri, 2008: 88, citado por Saquet, 2011: 51). Saramago (2009: 11) escreveu que “[f]isicamente habitamos um espaço, mas sentimentalmente somos habitados por uma memória”. Esta memória é evocada tanto na elaboração perceptiva e sensorial da paisagem, quanto na construção subjetiva e afetiva do lugar.

Por fim, passo às reflexões conceituais acerca da categoria *território*.

Esta é uma categoria que tem protagonizado vários debates nas ciências humanas e sociais, existindo controvérsias entre os pesquisadores sobre sua definição.

“Etimologicamente a palavra território, ‘territorium’ em latim, é derivada do vocábulo terra e é compreendido como o pedaço de terra apropriado dentro dos limites de uma jurisdição político-administrativa” (Costa; Rocha, 2010: 46 – grifos dos autores).

Haesbaert (2004b) também analisa a etimologia da palavra território, acrescentando à sua origem ligada à terra (*territorium*) os termos latinos *terreo-territor*, significando terror, aterrorizar, “ou seja, tem a ver com dominação (jurídico-política)

da terra e com a inspiração do terror, do medo – especialmente para aqueles que, com esta dominação, ficam alijados da terra, ou no ‘territorium’ ficam impedidos de entrar” (Haesbaert, 2004b: 01 – grifos do autor).

Dessa forma, Souza (2009: 59) entende que “[o] que ‘define’ o território é, em primeiríssimo lugar, o *poder* – e, nesse sentido, a dimensão política é aquela que, antes de qualquer outra, lhe define o perfil” (grifo do autor).

De fato, o poder é um elemento constitutivo do território, por excelência, definindo-o e delimitando-o a partir de múltiplas determinações e relações sociais (Lindo, 2011: 36).

Entretanto, o poder a que os territórios estão sujeitos não se restringe apenas ao poder político e institucional: “Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais concreto, de dominação, quanto ao poder no sentido mais simbólico, de apropriação” (Haesbaert, 2004b: 01).

Sendo assim, os territórios podem ser compreendidos como processos coletivos, multiescalares e históricos de agentes concretos, que o interpretam e reinterpretam de múltiplas maneiras (Lindo, 2011), a partir de “articulações sociais, conflitos, cooperações, concorrências e coesões” (Saquet, 2009: 88).

Os territórios são, assim, “formado[s] pelo conjunto indissociável do substrato físico, natural ou artificial, e mais o seu uso, ou, em outra palavras, a base técnica e mais as práticas sociais, isto é, uma combinação de técnica e de política” (Santos, 2002d: 87).

Nesse sentido, “[os] homens [seres humanos] têm centralidade na formação de cada território: cristalizando relações de influência, afetivas, simbólicas, conflitos, identidades, etc” (Saquet, 2009: 85), em um processo que se revela uma síntese da mediação entre natureza e sociedade.

Estas relações e articulações sociais, vividas cotidianamente, são as *territorialidades*, processos que correspondem ao poder exercido a partir das relações sociais cotidianas, extrapolando as relações políticas e envolvendo relações econômicas, culturais e afetivas desenvolvidas em redes, entre indivíduos, entre indivíduos e grupos e entre grupos, de múltiplas e híbridas maneiras (Saquet, 2009: 90), a partir de relações endógenas – entre agentes conectados por laços de proximidade espacial – e exógenas, constituindo a participação territorial num processo multiescalar (Dias, 2005: 20-1). Bonnemaïson (1981: 265) lembra que “[a] territorialidade é a expressão de um comportamento vivido: ela engloba ao mesmo tempo a relação com o território, e a partir dele, a relação com o espaço ‘estrangeiro’”<sup>136</sup>.

Gattari e Rolnik (1986) ampliam a noção de *território*, entendido enquanto produto de agenciamentos: “O território é sinônimo de apropriação, de subjetivação fechada sobre si mesma. Ele é o conjunto de projetos e representações nos quais vai desembocar, pragmaticamente, toda uma série de comportamentos, de investimentos, nos tempos e nos espaços sociais, culturais, estéticos, cognitivos” (Guattari; Rolnik, 1986: 323).

Um dos elementos que estão na base das relações de poder existentes nos territórios – tanto em seu exercício, quanto em sua ausência, quer por ignorância ou omissão, quer por repressão – é a cidadania:

---

<sup>136</sup> Tradução livre do original: “*La territorialité est l’expression d’un comportement vécu: elle englobe à la fois la relation au territoire et à partir de celle-ci la relation à l’espace ‘étranger’*”.

O território também representa o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança, a solidariedade, as relações de poder. É no território que as desigualdades sociais tornam-se evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre os moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença-ausência de serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços apresenta-se desigual (Koga, 2003: 33).

Haesbaert (2004: 40) aponta três dimensões essenciais para a compreensão e definição do território: (i) política, “onde o território é visto como um espaço delimitado e controlado, através do qual se exerce um determinado poder, na maioria das vezes – mas não exclusivamente – relacionado ao poder político do Estado”; (ii) cultural, “em que o território é visto, sobretudo, como o produto da apropriação/valorização simbólica de um grupo em relação ao seu espaço vivido”; e (iii) econômica, que vê o território “como fonte de recursos e/ou incorporado no embate entre classes sociais e na relação capital-trabalho, como fruto da divisão ‘territorial’ do trabalho, por exemplo”.

A dimensão política é a que tem sido tradicionalmente mais privilegiada nos estudos sobre território, mas as demais são igualmente importantes, não podendo ser preteridas (Haesbaert, 2003: 14).

Estas três dimensões não são, necessariamente, conflituosas entre si, nem se anulam mutuamente. Ao contrário, relacionam-se e complementam-se umas às outras; todas elas envolvendo, de uma forma ou de outra, relações de poder.

Para Haesbaert (2004: 37), a ênfase a uma ou outra dimensão do território será dada pela disciplina que o tomar como sujeito. Assim, a geografia tende a enfatizar a materialidade do território a partir da interação natureza-sociedade; a ciência política tende a destacar a construção territorial a partir das relações de poder associadas às concepções de Estado; a economia tende a enfatizar as forças produtivas existentes no território; a antropologia prefere enfatizar sua dimensão simbólica; a sociologia dá o destaque para a intervenção do território nas relações sociais; e a psicologia enfoca o território a partir de uma dimensão subjetiva, direcionando o foco da escala territorial mais ampla para uma escala mais individual, ainda que construída a partir do coletivo.

Este é um ponto especialmente importante, pois, de certa forma, ratifica e embasa minha opção por usar a palavra *território* para designar um dos sujeitos e uma das categorias centrais deste estudo. A multidimensionalidade do território, bem como sua pluralidade constitutiva, faz com que esta seja a nomenclatura, em meu entendimento, mais adequada a este trabalho. Certamente, os demais elementos que compõem o território também aparecem aqui: o espaço, com sua conotação geográfica e social mais abrangente; o lugar, como um elemento identitário e subjetivo; a paisagem, percebida e sentida pelos sujeitos da investigação; e o próprio território, como campo de poder (nos mais variados níveis), de disputas, de acordos, de perdas, de ganhos, de contradições.

Nas seções que seguem neste capítulo, apresento os territórios de estudo, começando pelo território maior, o concelho de Coimbra<sup>137</sup>, seguindo para os demais territórios, tentando trazer novamente à tona os elementos trabalhados até então, identificando-os com a realidade apresentada.

### 2.2.1. O Concelho<sup>138</sup> de Coimbra

*Reclinada molemete na sua verdejante colina, como obelisca em seus aposentos, está a sábia Coimbra, a lusa Atenas. Beija-lhe os pés, segredando-lhe de amor, o saudoso Mondego. E em seus bosques, no bem conhecido salgueiral, o rouxinol e outras aves canoras soltam seus melancólicos trilos. Quando vos aproximai pela estrada de Lisboa, onde outrora uma bem organizada mala-posta fazia o serviço que o progresso hoje encarregou à fumegante locomotiva, vede-la branqueando, coroada do edifício imponente da Universidade, o asilo da sabedoria. Lá campeia a torre com o sino, que na sua folgazã linguagem a mocidade estudiosa chama “a cabra”.*

*(Eça de Queirós, 2008 [1878])*

*Convirá sublinhar que tão diversos elementos topográficos – o rebordo montanhoso do planalto beirão, as colinas que se lhe seguem para ocidente, o vestibulo de uma planície aluvial, um amplo vale de rio – apesar da heterogeneidade concorrem, não obstante, para a singular perfeição plástica da paisagem: é que entre a planície e os relevos do rebordo montanhoso, as colinas, ásperas, sim, no pormenor, mas de formas adoçadas no conjunto, estão harmoniosamente dispostas, esbatendo a violência dos contrastes.*

*(Alfredo Fernandes Martins, 1983 [1951])*

*Coimbra era um puro acontecer  
uma vivência de dentro um exercício  
um jogo de metáforas e sintaxes  
ó corpos cintilantes diante dos espelhos  
cabelos loiros sobre os ombros: cidade  
por nossas mãos perdida e reinventada.  
Por fim era um rumor de poesia  
uma frase uma prosódia uma palavra.  
E dessa redacção é que nascia.*

*(Manuel Alegre, 2003 [1995])*

---

<sup>137</sup> O concelho de Coimbra é entendido como um território – e não como mero espaço geográfico –, comportando, como tal, relações (incluindo relações de poder) construídas e desenvolvidas em contextos geográficos, históricos, sociais, econômicos, políticos e culturais específicos. Os quatro territórios que compõem este estudo articulam-se a este contexto territorial – e referencial – maior. Ou seja, as características e traços identitários de cada um dos quatro territórios têm, em sua gênese, elementos deste território envolvente maior. Para além disso, esta relação não é estática nem unilateral: os territórios menores – neste caso, os quatro territórios tomados para o estudo – são influenciados pelo(s) território(s) abrangente(s) – aqui, o concelho de Coimbra (mas, da mesma forma, poderia se pensar em contextos ainda maiores, como o distrito, a região, o país, o continente, o mundo) – mas, em certa medida, também exercem influência sobre este(s) território(s).

<sup>138</sup> O “Diccionario de Geografía Aplicada y Profesional”, dirigido por Lorenzo López Trigal e coordenado por José Alberto Rio Fernandes, Eliseu Savério Sposito e Delfina Trinca Figuera, define concelho como “una entidad local territorial con personalidad jurídica propia e que goza de capacidad y autonomía para el cumplimiento de sus fines” (Trigal *et al.*, 2015: 106). Em Portugal, a palavra *concelho* é usada para distinguir uma unidade territorial específica, cuja autarquia local, em uma acepção político-administrativa, fica a cargo do *município*, representado pela Câmara Municipal. Esta definição deixa claro que concelho – em Portugal – e município – no Brasil – são palavras correspondentes nas duas formas do português. As cidades, por sua vez, são definidas, no mesmo dicionário, como entidades “de población de ciertas dimensiones y funciones especializadas en un territorio amplio” (Trigal *et al.*, 2015: 95). Trigal *et al.* (2015: 97) explicam, ainda, que de um ponto de vista qualitativo, a cidade surge no imaginário coletivo, não obstante os problemas que envolvem muitos territórios urbanos na contemporaneidade ocidental – e mesmo oriental, em razão do movimento globalizante que tem envolvido grande parte do mundo –, associada, em grande medida, a conotações positivas: certo volume populacional, pujança econômica e exercício de poder, o que lhe garante um posto consideravelmente alto nas hierarquias territoriais.

Minha atração por Coimbra se deu, como para uma grande parte de seus/suas visitantes e moradores/as estrangeiros/as, através de sua Universidade. De fato, a imagem de Coimbra está muito vinculada a esta instituição, a primeira universidade de Portugal; uma das primeiras do mundo, reconhecida mundialmente tanto pelo seu destaque no ensino e na pesquisa, quanto pelos seus atrativos turísticos<sup>139</sup> e, ainda, pela sua forte política de internacionalização, atraindo estudantes e investigadores de todo o país e de todo o mundo.

Em relação à cidade, propriamente dita, meus conhecimentos e, dessa forma, minhas próprias expectativas eram bastante tímidos/as. Além da Universidade, sabia que encontraria uma cidade antiga, rica em história e patrimônio, principalmente se comparada às cidades brasileiras, mesmo as mais antigas em termos de história, considerando-se, obviamente, a história brasileira posterior a Colombo e a Cabral e, mais recentemente, após a transferência da corte portuguesa para o Brasil, entre 1808 e 1821, quando, com o advento da colonização, pode-se dizer que as cidades brasileiras surgiram (Gomes, 2007).

Ao desembarcarmos na Estação de Comboios de Coimbra B, entretanto, não pude disfarçar a decepção. A Estação localiza-se em uma zona relativamente nova, razoavelmente periférica, não muito próxima ao centro histórico e às demais atrações de que tinha certo conhecimento prévio, ainda quando preparávamos nossa vinda, no Brasil. As edificações que circundam Coimbra B não pareciam em nada com o imaginário que havia criado sobre a cidade.

À medida que o tempo foi passando, nestes quase quatro anos de vida coimbrã, fui, aos poucos, desbravando a cidade, conhecendo seus espaços, suas paisagens, seus lugares, seus territórios, suas gentes; a decepção inicial foi dando espaço a um olhar investigativo, mais relativista, em que o longe e o perto, o estranho e o familiar trocaram muitas vezes de posição, mudando várias vezes o foco de meu olhar e de meus questionamentos<sup>140</sup>. Passei a tentar conhecer a cidade dentro de um contexto maior, regional e nacional, e também à sua geografia e à sua história, elementos importantes quando se quer compreender as lógicas e dinâmicas territoriais.

Começo, então, pela contextualização geográfica e histórica do concelho de Coimbra. Esta contextualização é importante porque a identidade de um território, suas representações e significações estão diretamente ligadas às estruturas e dinâmicas geográficas e históricas enquanto processos relacionais e dialéticos em constante movimento de formação/transformação.

---

<sup>139</sup> Fortuna e Gomes (2010: 18) apontam que “o turismo de Coimbra está fundamentalmente estruturado em torno de um único ponto de atração – a Universidade – promovida e apreciada, essencialmente, como celebração do passado, recheada de uma história cultural rica”, em que as suas demais dimensões – culturais, sociais, arquitetônicas e artísticas – aparecem subsumidas ao seu passado histórico.

<sup>140</sup> A “dupla tarefa” de “transformar o exótico em familiar e/ou transformar o familiar em exótico” consiste, para DaMatta (1978: 28), um dos fundamentos do ofício do etnólogo, embora, de fato, “o exótico nunca passe a ser familiar e o familiar nunca deixe de ser exótico”. Ingold (2015), por sua vez, resume a etnografia a três procedimentos essenciais à própria vida humana: movimento, conhecimento e descrição: “[S]e mover, conhecer e descrever não são operações separadas que se seguem umas às outras em série, mas facetas paralelas do mesmo processo – aquele da vida mesma. É movendo-nos que conhecemos, e é movendo-nos também que descrevemos” (Ingold, 2015: 13).

### 2.2.1.1. Enquadramento Geográfico e Paisagístico

Coimbra, capital do distrito de mesmo nome, é o maior concelho do designado policentrismo da Região Centro de Portugal<sup>141</sup>, apresentando-se como o que se pode considerar uma cidade de dimensões médias<sup>142</sup>. Localiza-se na chamada Região de Coimbra, posicionando-se a cerca de 190 km de distância da capital do país – Lisboa – a sul, e a cerca de 110 km da cidade do Porto, a norte. Sua privilegiada localização geográfica – “a meio caminho entre o Norte e o Sul, a meio passo entre as terras do litoral [...] e as regiões serranas” (Nunes, 1998: 04) – transformou-a, ao mesmo tempo, em um núcleo e um elo de ligação entre zonas geográficas contrastantes e importantes para o país.

A posição geográfica de Coimbra caracteriza-a, em sua estrutura urbana básica, como uma “metrópole interior”<sup>143</sup> (Villaça, 2001), isto é, é uma metrópole interiorana que dispõe de uma área de expansão de 360°; no início de sua expansão, depara-se com uma barreira que divide o espaço ao meio – neste caso, o Rio Mondego – funcionando “como uma barreira que define – tendo como referência o centro da cidade – o ‘lado de lá’ (oposto ao centro) e o ‘lado de cá’ (o lado onde está o centro)” (Villaça, 2001: 114); esta barreira, ao menos no início da expansão urbana, tende a abrigar a maior parcela do crescimento urbano no lado da cidade onde está o centro; concentração de renda (mais uma vez, no início da expansão) no lado mais vantajoso, ainda que o centro também abrigue camadas de baixa renda; surgimento, no lado oposto ao centro, ao longo da expansão, de subcentros de comércio (Villaça, 2011: 114-116).

Em relação às suas fronteiras, o município de Coimbra faz divisa com os municípios de Cantanhede, Mealhada, Penacova, Vila Nova de Poiares, Miranda do Corvo, Condeixa-a-Nova e Montemor-o-Velho, ocupando, dentre os municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra (CIM/RC)<sup>144</sup>, uma posição de destaque: sua população corresponde a quase 40% de todos os habitantes desta Comunidade<sup>145</sup> (Cartograma 1).

---

<sup>141</sup> Integram o policentrismo da Região Centro de Portugal: Região de Coimbra; Região de Aveiro; Região de Leiria; Viseu, Dão e Lafões; Beiras e Serra da Estrela; Beira Baixa; Oeste; e Médio Tejo. Esta divisão diz respeito às NUTS: Nomenclaturas das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos, criadas pela EUROSTAT – a autoridade estatística da União Europeia – juntamente com os Institutos Nacionais de Estatísticas dos países que dela fazem parte, servindo de base a toda a coleta, organização e divulgação de informações estatísticas regionais em harmonia a nível europeu. As NUTS possuem três níveis hierárquicos: NUTS I, II e III, sendo que o segundo nível é uma subdivisão do primeiro e o terceiro, uma subdivisão do segundo. Em Portugal, o primeiro escalão hierárquico – NUTS I – corresponde a três unidades territoriais: Continente, Região Autónoma dos Açores e Região Autónoma da Madeira. Dessa forma, Coimbra faz parte da seguinte constituição: NUTS I: Continente; NUTS II: Centro; e NUTS III: Região de Coimbra (INE, 2015).

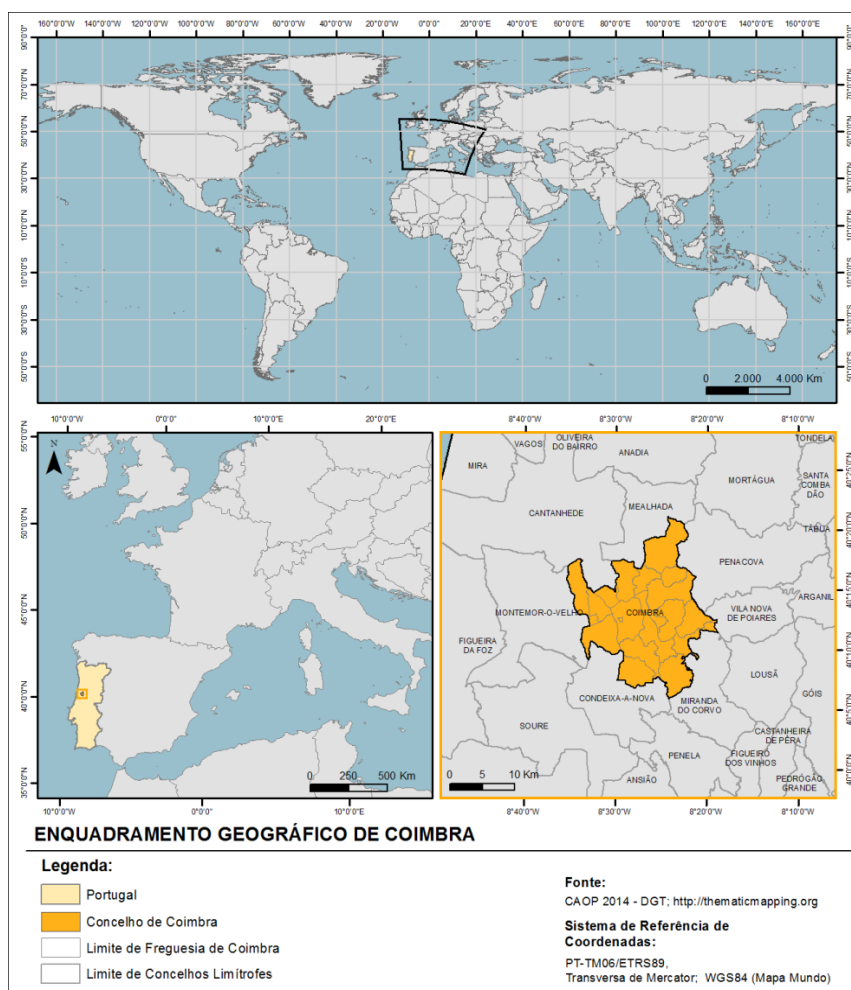
<sup>142</sup> Coimbra é um dos 24 municípios portugueses, de um total de 308, cuja população ultrapassa os 100.000 habitantes. Fonte: INE. A importância das cidades médias, entretanto, não se dá apenas em razão da sua extensão ou de sua população. “As cidades médias são a tradução espacial dos processos de urbanização” (Moreira, 2010: 282), pois constituem-se “[...] espaços de eleição na fixação de residência, na medida em que proporcionam à população o acesso a bens e a serviços de nível hierárquico superior e relações com o espaço físico e social, características de centros urbanos de pequenas dimensões” (Moreira, 2010: 282). Segundo o “Diccionario de Geografía Aplicada y Profesional”, uma cidade média pode ser definida como um “[n]úcleo urbano individualizado entre la grande y pequeña ciudad. Con una mayor exactitud, es conveniente referirse a la ciudad mediana o ciudad intermedia, pues resulta difícil precisar lo que se considera como una ciudad media” (Trigal *et al.*, 2015: 97).

<sup>143</sup> Talvez seja um pouco exagerado relacionar o termo metrópole à Coimbra. Entretanto, o faço, aqui, em consideração à importância social, econômica e cultural desta cidade para a região, sendo, ainda, a capital distrital.

<sup>144</sup> Fazem parte da CIM/RC, além dos fronteiriços, já citados, e da própria Coimbra, os municípios de Figueira da Foz, Mira, Soure, Mealhada, Mortágua, Arganil, Góis, Lousã, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penela e Tábua, conforme a Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, que institui o regime jurídico das autarquias locais. Fonte: Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra, disponível em: [cim-regiaodecoimbra.pt](http://cim-regiaodecoimbra.pt).

<sup>145</sup> De acordo com os Censos 2011, do INE, Coimbra possui uma população residente de 143.396 habitantes. A população residente total da CIM é de 362.409 habitantes.





Cartograma I: Enquadramento Geográfico de Coimbra - Mundo, Europa, País e Região.

Coimbra é atravessada pelo Rio Mondego, o mais extenso rio genuinamente português<sup>146</sup> (com 227 quilômetros de extensão, nasce na Serra da Estrela<sup>147</sup>, a uma altitude de 1547 metros, e desagua no Oceano Atlântico, em Figueira da Foz, a oeste, onde forma um estuário de aproximadamente 25 km de comprimento), que, saindo de um vale apertado no Maciço Marginal de Coimbra, abre-se para um vale pronunciadamente aberto (Martins, 1940; Cunha; Dinis, 1995; Rocha, 1998; Rebelo, 2012). É justamente o espaço geográfico de Coimbra que estabelece uma transição entre a planície aluvial<sup>148</sup> e o Maciço Antigo<sup>149</sup>,

<sup>146</sup> O Mondego é o quinto maior rio português em extensão, mas o maior a correr exclusivamente em território nacional.

<sup>147</sup> A Serra da Estrela é a mais alta cadeia montanhosa de Portugal. É nela que se encontra o ponto mais alto do território nacional continental (2000 m). Localiza-se no centroeste de Portugal, fazendo parte da Cordilheira Central da Península Ibérica (Fonseca, 2010). Sua distância em relação a Coimbra é de pouco mais de 100 km.

<sup>148</sup> As planícies aluviais são formações geológicas planas ou com pouca inclinação, formadas pela deposição de sedimentos – aluviões (argila, limo, areia) – transportados por um ou mais rios.

<sup>149</sup> “O Maciço Antigo (Maciço Hespérico, ou Ibérico) é a unidade geológica que ocupa a maior extensão em Portugal, sendo constituído, essencialmente, por rochas eruptivas e metassedimentares” (Almeida, *et al.*, 2000: 04).

fechando, de certa forma, o vale a partir de um sistema de encostas bastante declivosas. Esta característica geográfica permitiu a Coimbra uma localização privilegiada: de um lado, a proteção estratégica da encosta; de outro, o sistema estruturante, produtivo e dinâmico do rio (Rossa, 2015)<sup>150</sup>. Apresentando grande relevância econômica e cultural para a região, o Rio Mondego e o seu atravessamento têm representado, ao longo dos tempos, um papel decisivo na vida das populações de Coimbra e arredores<sup>151</sup>. Entretanto, devido às grandes enchentes protagonizadas pelo Mondego, resultando no abandono de construções monásticas – como o Convento de Sant’Ana, em 1285, o Convento de São Francisco, em 1609, e o Convento de Santa Clara, em 1677 (Almeida, 2006: 100) –, em inundações da “Baixa”, com o depósito de “toneladas e toneladas de sedimentos, muitos dos quais foram levantando ruas e enterrando casas e igrejas” (Rebello, 1996: 11), e em danos à Ponte de Santa Clara, em 1781 iniciaram-se os trabalhos de abertura de um novo leito do rio<sup>152</sup> (Rocha; Freitas, 1998; Conde, 2007; ICNB<sup>153</sup>, 2010).

Embora 31% dos terrenos do município sejam planos, correspondendo, fundamentalmente, à planície aluvial do Mondego e seus afluentes, as áreas de declive superior a 25% também fazem parte da paisagem de Coimbra, ocupando 26% de seu território e correspondendo, basicamente, à região das vertentes do Maciço Marginal (Câmara Municipal de Coimbra, 2013: 15)<sup>154</sup>. Esta informação é especialmente relevante quando se tem como sujeitos as pessoas idosas e quando dois dos territórios do estudo se encontram em áreas de grandes declives – a “Alta” e o “Casal do Lobo”.

Em termos climáticos, Coimbra, como de resto o país, é marcada pela influência mediterrânica<sup>155</sup> (Ribeiro, 1946; Rebello, 2003) o que lhe garante verões quentes e secos e invernos frios e chuvosos, entremeados por primaveras e outonos de temperaturas amenas e clima agradável, ou seja, um clima temperado (Rebello, 2012). Neste ponto, aliás, o Rio Mondego também

---

<sup>150</sup> Rossa (2015) aponta que a expansão de Coimbra, mesmo após a função defensiva do rio e da colina não se mostrar mais imprescindível, constituiu-se um desafio, uma vez que as proximidades da colina não apresentavam condições topográficas favoráveis. “Até há um século a mancha urbana atingir o Calhabé, Coimbra teve como sina desenvolver-se apenas sobre colinas e vales. Esse espriar da cidade só ocorreu após a extinção das ordens religiosas (1834), cujas cercas comprimiram durante séculos a cidade entre a colina fundacional e o Mondego, desenvolvendo-se, contudo, nos interstícios as principais amarrações, eixos da futura expansão” (Rossa, 2015: 222).

<sup>151</sup> O Rio Mondego já foi, em tempos idos, via de navegação, representando uma importante via de transporte e comunicação da região e do país: “A navegabilidade do Mondego até Coimbra foi uma preocupação importante na antiga gestão do território, bem como a construção e a manutenção dos respectivos cais de (des)embarque” (Almeida, 2006: 99). O rio também era usado, pelas mulheres, moradoras dos arrabaldes, para lavagem de roupas – as suas e a de uma clientela mais abastada – e, também, pelas chamadas “tricanas”, que carregavam sobre as cabeças bilhas de água do rio, que comercializavam, com o propósito de abastecer as casas da cidade (Almeida, 2006). Hoje, em alguns de seus pontos, ainda se pratica atividades pesqueiras. Na zona de Coimbra, o rio é atualmente usado para prática de canoagem e outros esportes aquáticos. Estas breves informações revelam a importância do rio no cotidiano da cidade e de seus arredores, revelando, também, no caso das lavadeiras e das “tricanas”, as estratégias econômicas usadas pela população mais carente – e, aqui, especialmente a população feminina, cujas poucas – ou nenhuma – habilitações literárias e formação profissional vêm, historicamente, destinando aos serviços ligados ao domínio doméstico (ainda que estes serviços sejam, como o exemplo dado, desempenhados em locais públicos).

<sup>152</sup> Esta medida melhorou a situação dos campos do Mondego. Entretanto, o acúmulo de resíduos daí resultante passou a se constituir um problema, cujas soluções, incluindo a regularização dos leitos fluviais, a construção de barragens (da Aguieira, e de Raiva – ou do Coiço –, ambas concluídas em 1982) e infraestruturas de rega e de suporte à vida das populações, vêm sendo buscada ao longo dos anos (Lourenço, 1996; Rebello, 1996; Rocha; Freitas, 1998).

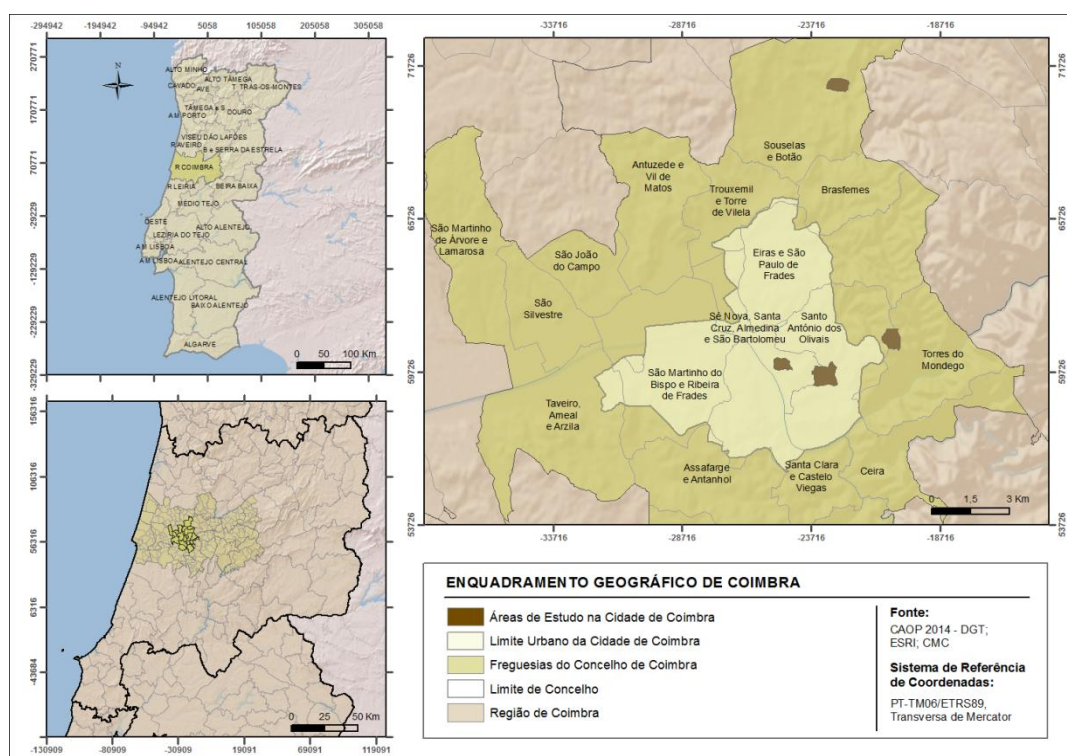
<sup>153</sup> Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade.

<sup>154</sup> Como a parte alta do centro histórico e o Polo I da Universidade estão localizados, justamente, em uma área com muitos e fortes declives, essa é uma das imagens (subidas e descidas) da cidade que prevalece nos imaginários e nas memórias de quem a visita.

<sup>155</sup> Sobre o clima de Portugal e a influência recebida dos oceanos Mediterrâneo e o Atlântico, escreveu o geógrafo Orlando Ribeiro, na década de 1940: “Os tratados distinguem com o nome de clima português um tipo especial, caracterizado por invernos benignos, estios moderados, embora quentes e sempre secos, amplitude anual reduzida. Na realidade, vários climas onde, combinados em doses diversas ao longo da orla atlântica ibérica, os caracteres mediterrâneos se vão atenuando, esbatendo-se sob a pressão húmida e morna do grande sópro atlântico” (Ribeiro, 1946: 7). Rebello explica que “[u]ma das principais características dos climas ditos mediterrâneos é a sua variabilidade. Com efeito, dizer-se que eles têm Verões quentes e secos e Invernos suaves e pluviosos é algo que nos é transmitido empiricamente pelos mais antigos e que nos é confirmado cientificamente a partir de estudos estatísticos, mas que muitas vezes não se verifica de forma tão clara” (Rebello, 2003: 14).

colabora: cruzar as pontes que atravessam o rio, ou usufruir dos espaços ribeirinhos do Parque Verde ou do Parque da Cidade, no verão e na primavera, sentido a brisa fresca que vem do rio, é um dos prazeres que a cidade tem a oferecer<sup>156</sup>.

No que tange à sua divisão político-administrativa, atualmente – a partir da Lei n.º 11-A, de 28 de janeiro de 2013 – Coimbra possui 18 freguesias, das quais apenas seis são consideradas eminentemente urbanas: Ceira, União das Freguesias de Coimbra, União das Freguesias de Eiras e São Paulo de Frades, União das Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas, Santo António dos Olivais e União das Freguesias de São Martinho do Bispo e Ribeira de Frades<sup>157</sup> (Cartograma 2).



Cartograma 2: Enquadramento Geográfico de Coimbra - País e Região.

Esta particularidade faz de Coimbra uma cidade que reúne paisagens bastante distintas, envolvendo o urbano e o rural, a planície aluvial e as colinas de calcários margosos (Rebelo; Cunha; Cordeiro, 1986), mesmo que, vindo ao encontro das reflexões conceituais anteriores, as fronteiras que separem estas tipologias nem sempre sejam bem definidas, em particular no que respeita às dos “mundos” urbanos e rurais. Assim, de um lado, Coimbra comporta a zona central histórica, dividida em “Alta” – ocupando o cimo da colina – e “Baixa” – localizando-se na parte central mais plana, junto à margem direita do Rio Mondego; de outro, as centralidades mais modernas; de outro, ainda, os bairros residenciais mais periféricos, com ocupações populares, incluindo os bairros de habitações sociais; ainda, de outro lado, as áreas verdes na zona urbana (a Mata do Choupal e o Parque Verde do

<sup>156</sup> Nos verões quentes de Coimbra, o Rio Mondego, na localidade do Parque Verde, zona central da cidade, é usufruído como balneário. Este era um costume já praticado em princípios do século XX, quando os verões transformavam a beira do rio em “alegres praias” (Almeida, 2006: 101).

<sup>157</sup> De acordo com o Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 – PDR2020, aprovado pela Comissão Europeia através da Decisão CE/2014/9896. Para mais informações, ver [www.pdr-2020.pt](http://www.pdr-2020.pt).

Mondego, por exemplo); e, por último, as zonas periféricas com paisagens mais rurais<sup>158</sup>. Esta tipologia da cidade, embora possa ser limitada, é importante, pois este mosaico territorial dá uma ideia da diversidade e da riqueza comportadas por Coimbra, cuja vida não se resume às imagens que foram sendo criadas para si ao longo dos tempos, muito associadas às suas áreas históricas e à Universidade<sup>159</sup>. Tomando essas tipologias como referência à diversidade da cidade, então, passo a distingui-las e ilustrá-las, partindo de algumas singularidades próprias a cada uma delas<sup>160</sup>.

Os territórios urbanos históricos são caracterizados pelas edificações antigas (muitas longe de atender aos padrões de acessibilidade e habitabilidade atuais, algumas em estado de abandono e degradação), ruas, becos e travessas estreitas, cobertas, no caso específico da “Alta”, por pedras em desnível (grande parte retirada do leito do Rio Mondego), escadas (algumas, como a Escada do Quebra-Costas, por exemplo, com um número significativo de degraus) a cortar caminhos ao longo do trajeto<sup>161</sup>, carecendo, em razão do próprio terreno e de sua ocupação, de espaços destinados tanto aos pedestres quanto aos automóveis. É na “Alta” que se encontram as duas catedrais católicas da cidade – a Sé Velha e a Sé Nova –, o Museu Nacional Machado de Castro<sup>162</sup> e bares, restaurantes, cafés, lojas, *hostels*, estes últimos sendo espaços recentemente restaurados e utilizados para novas funções, notadamente para o atendimento à demanda turística. A imagem que segue (Imagem 1) é ilustrativa do território da “Alta”.

---

<sup>158</sup> Em seu estudo sobre a gênese, evolução e tipologia da habitação social em Coimbra, Pereira (2010: 84) percebe uma divisão da cidade em três partes: “a cidade alta, medieval, caracterizada pelas ruas estreitas e sinuosas; a cidade baixa, mais recente, na laguna do rio; e a cidade moderna, com ruas amplas, mais ricas e verdes”.

<sup>159</sup> “Existe uma Coimbra reconhecível, mapeada [sic], que faz parte dos roteiros turísticos e das visitas guiadas que despejam centenas de turistas na Alta Universitária de máquina fotográfica em punho. Nessa cidadela, em horas de expediente, habita a chamada “comunidade acadêmica” – professores, alunos, funcionários – que a abandona para lá da rotina, deixando os majestosos e brancos edifícios de calcário recortados na noite vazia. [...] Existe, no entanto, uma outra Coimbra real, habitada, nova e empreendedora, que já não está na Alta dos doutores, na Avenida burguesa, nos colégios da Sofia ou nos choupais do Mondego; está antes, na coroa envolvente onde proliferam novos loteamentos, nos extensos bairros que ocupam os vales e os festos de outras colinas, nas fábricas e armazéns que se misturam com as moradias suburbanas. Ali residem os coimbrãos que todos os dias ocupam, em controlado caos, e abandonam, em incompreensível ordem, o centro histórico da cidade. Coimbra é, hoje, Ceira, Arregaça, S. Martinho do Bispo, Sousela, Arrentela, Pedrulha, e outros nomes que nunca constarão nos roteiros turísticos” (Grande, 2000: 51-52).

<sup>160</sup> Esta distinção foi realizada a partir de minhas próprias observações, experiências e percepções na/da cidade. As fotografias são de minha autoria (à exceção das imagens de alguns equipamentos sociais do Casal do Lobo – Café, Associação Cultural, Recreativa e Desportiva do Casal do Lobo e Centro de Formação de Tempos livres, gentilmente cedidas pelo Dr. Sérgio Simões Pereira, um dos diretores da ACRDCL), captadas a partir de uma câmera Olympus VG-110, o que pode explicar, ao menos em parte, as falhas técnicas de algumas fotografias. Minha intenção, com a apresentação das imagens fotográficas, é ilustrar o texto, situando os/as leitores/as (principalmente aqueles/as que não conhecem o território de Coimbra) a partir do meu próprio olhar. “Cada um vê com seus olhos, cada qual sente conforme a vida psíquica, cada homem cria as suas paisagens interiores” (Martins, 1983: 35 [1951]). As fotos refletem, também, de certa forma, os vários períodos pelos quais este trabalho passou, uma vez que foram realizadas entre os anos de 2013 e 2016.

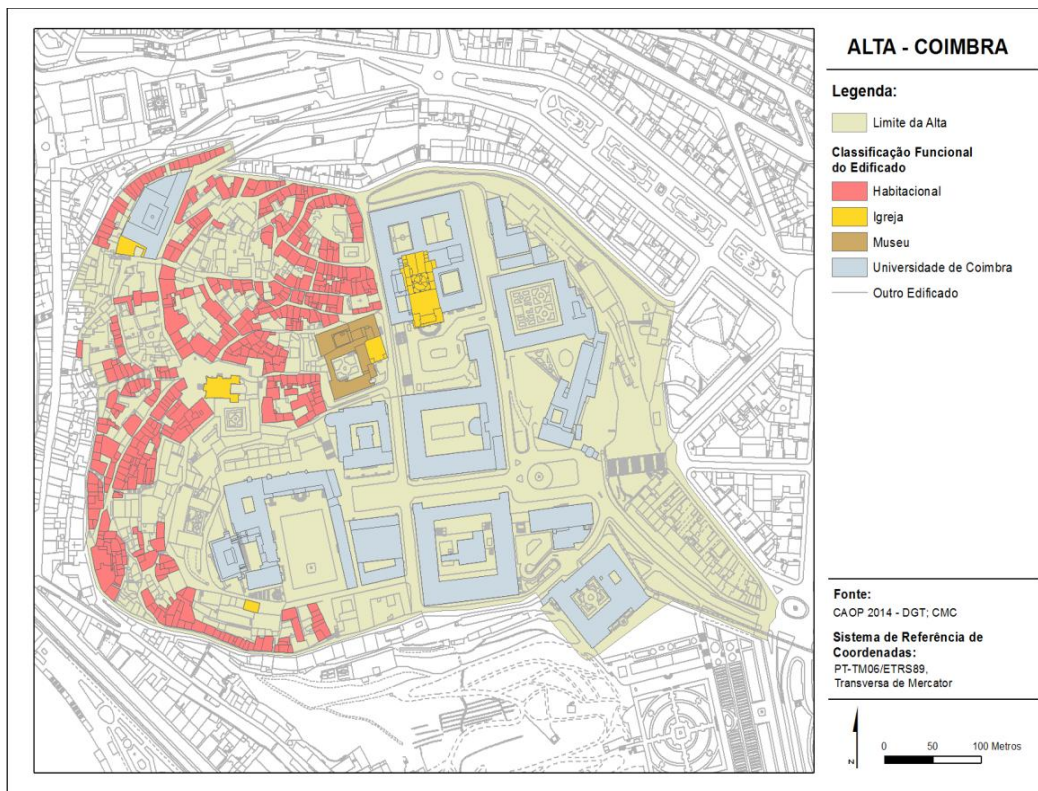
<sup>161</sup> Segundo Lobo e Simões Júnior (2012: 33), as escadarias da “Alta” eram antigos “atalhos com inclinações mais elevadas para o uso de peões, podendo ser mais estreitos e perpendiculares às curvas de nível”. Estes atalhos foram transformados em escadarias com o objetivo de deixar o trajeto mais cômodo e seguro.

<sup>162</sup> O Museu Nacional Machado de Castro foi inaugurado em 1911, sendo um dos grandes patrimônios culturais do país. Fonte: Direção-Geral do Patrimônio Cultural de Portugal. Disponível em: [www.patrimoniocultural.gov.pt](http://www.patrimoniocultural.gov.pt).



Imagem 1: Zona Histórica: "Alta" de Coimbra.

No território da "Alta" que corresponde ao espaço outrora ocupado pelo castelo, além de algumas habitações, encontra-se uma parte significativa dos principais – em termos de hierarquia administrativa – edifícios da Universidade. No cartograma a seguir, é possível, de uma forma panorâmica, visualizar a funcionalidade atual dos edifícios da "Alta" (Cartograma 3).



Cartograma 3: Funções do Edificado na "Alta".



Na “Baixa”, além de serviços destinados aos turistas, como cafés, bares e comércio de *souvenirs*, encontra-se uma parte expressiva do velho comércio local – principalmente lojas de confecções (onde se destacam lojas de confecções infantis, lojas para noivos e noivas, lojas de calçados e joalherias). Este tipo de comércio ressentiu-se com a expansão comercial a nível global, representado por grandes cadeias de lojas e *franchisings* espalhadas pelos *shoppings centers* e mesmo em ruas de centros urbanos, mas, de certa forma, desterritorializadas, uma vez que se encontram de forma padronizada – inclusive esteticamente – em grande parte de médias e grandes cidades do mundo (Moreira, 2010). Por ser uma zona de terrenos planos, e, em sua maioria, de percursos exclusivamente pedestres, a mobilidade na “Baixa” é mais facilitada do que na “Alta”, possibilitando os passeios a pé. A topografia da “Baixa” é uma mostra evidente da adaptação lusófona aos terrenos de aluvião fora do território do castelo, iniciada, em Coimbra, na Idade Média, quando a colina foi, gradativamente, perdendo sua função defensiva (Rosmaninho, 2006). Parte significativa do edificado da “Baixa” é representativa do período pombalino<sup>163</sup>. É também no território da “Baixa” que se encontram templos religiosos que remontam à reconquista cristã. A Igreja de Santa Cruz, cuja construção se iniciou em 1131 e cuja localização se dá na atual Praça 8 de Maio, é expoente máximo desse período histórico e religioso. A imagem a seguir (Imagem 2) intenciona ilustrar, de uma forma geral, este território.



Imagem 2: Zona Histórica: "Baixa" de Coimbra.

As novas centralidades podem ser definidas como territorialidades construídas a partir do deslocamento da centralidade no espaço da cidade em função de novas formas de uso e de consumo do espaço. “As transformações no espaço geram novas

---

<sup>163</sup> Relativo ao Marquês de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo, Secretário de Estado do Reino durante o reinado de Dom José I (1750-1777). Representante maior do chamado *despotismo esclarecido*, que combinava o absolutismo monárquico com a racionalidade do Iluminismo, o Marquês de Pombal foi o responsável pela introdução de importantes reformas políticas, econômicas, religiosas e educacionais no reino português do século XVIII, dentre as quais se destacam o fim do monopólio jesuíta nas instituições de ensino portuguesas, com a expulsão dos jesuítas do território português em 1759 – e posterior extinção, pelo Papa, da Companhia de Jesus, em 1773 –, e a reforma universitária de 1772, que culminou com algumas intervenções urbanas na cidade de Coimbra (D’Azevedo, 1922; Rossa, 2006). As mudanças maiores no território da “Alta”, entretanto, com a desapropriação e posterior realojamento de famílias para outros territórios mais afastados do núcleo central da cidade, com o intuito de construir e legitimar, acadêmica, urbana e patrimonialmente, uma “Cidade Universitária”, se deram no século XX, mais precisamente no limiar de 1940, durante o Estado Novo (Rosmaninho, 2006; 2014).

centralidades que redefinem o fluxo e a divisão espacial do trabalho, isto porque os momentos de produção geram centralidades diferenciadas em função do comércio, dos serviços e do lazer” (Carlos, 2007: 66). Estas novas centralidades<sup>164</sup>, desenvolvidas em áreas diferenciadas do centro tradicional, apresentam, comumente, um número crescente de prédios altos, serviços bancários, lojas, restaurantes e cafés, geralmente reunidos em pequenos centros comerciais ou mesmo em grandes *shoppings centers*<sup>165</sup>. Além do próprio território da “Solum”, um dos dois territórios urbanos deste estudo, que será caracterizado mais adiante, trago, como exemplo de novas centralidades do município de Coimbra, a zona de “Celas” e o “Vale das Flores”. Nestes três territórios é possível observar um forte crescimento urbano a partir do estabelecimento de centros de comércio e de serviços. Na “Solum”, por exemplo, a centralidade do bairro está no *Shopping Center Alma* (o antigo *Dolce Vita*) – embora não se possa menosprezar a importância do *Girassolum* e do *Átrium*, dois centros comerciais da região, construídos em diferentes épocas, e também responsáveis pela expansão territorial da “Solum” – e seu entorno, com oferta de variados serviços em que se destacam os setores educacional, esportivo e bancário; em “Celas”, o coração comercial que alavancou o crescimento urbano do bairro é o Centro Comercial de Celas, em cujo entorno, tal como na “Solum”, há grande oferta e diversidade de serviços. A transferência do Hospital da Universidade de Coimbra da “Alta” para o bairro de “Celas” também pode ser considerada um dos responsáveis pelo grande desenvolvimento urbano e intensificação do parque residencial deste território. O bairro do “Vale das Flores”, por sua vez, também pode ser considerado uma nova centralidade, tal como estou definindo esta tipologia urbana. Neste bairro, a centralidade pode ser localizada no *Coimbra Shopping*, um pequeno *shopping center* – o primeiro da cidade – que tem como loja principal o supermercado *Continente*, e no *Leroy Merlin*, uma loja da rede francesa de materiais de construção, decoração, ferragem e jardinagem. Embora com dimensões mais tímidas em relação à “Solum” ou a “Celas”, o crescimento urbano do “Vale das Flores” é perceptível pela frequência de novos e concorridos empreendimentos imobiliários – em sua maioria, grandes edifícios de apartamentos – neste bairro. Apesar de os três bairros aqui ilustrados serem territórios bastante diferentes entre si – inclusive em termos de origem – percebo-os como semelhantes enquanto configurações territoriais que podem ser reconhecidas como novas centralidades, ainda que, reforço mais uma vez, o “Vale das Flores” possa ser considerado uma nova centralidade muito incipiente, mais ainda se comparada às outras duas, especialmente à “Solum”. Uma *proto* nova centralidade, por assim dizer, ou uma *multicentralidade*<sup>166</sup>, ou seja, “mais de uma área de concentração comercial e de serviços nas cidades, influenciando a perda relativa do peso e da importância do centro ‘principal’ em estruturas espaciais tipicamente monocêntricas até então” (Sposito, 2016: 74-75). (Imagem 3).

---

<sup>164</sup> Sposito (2016) distingue *centralidade* de *áreas centrais*: “A centralidade, para mim, não é um lugar ou uma área da cidade, mas sim a condição de expressão de central que uma área pode exercer e representar. [...] As múltiplas ‘áreas centrais’ da cidade, compreendidas como aquelas em que se concentram atividades comerciais e de serviços, podem, ao contrário, ser empiricamente apreendidas, de modo muito mais direto; por isso, trabalhamos nelas, passeamos por suas vias, sentamos em suas praças, participamos de atividades de múltiplas naturezas que nelas se realizam. As áreas centrais são, assim, espaços que ancoram a constituição de centralidades, mas não são a mesma coisa que elas” (Sposito, 2016: 73).

<sup>165</sup> Coimbra possui dois grandes *shoppings centers*: o Fórum, localizado na margem esquerda do rio, em Santa Clara (União das Freguesias de Santa Clara e Castelo Viegas), e o Alma (anteriormente denominado *Dolce Vita*), localizado na “Solum”, junto ao Estádio Municipal.

<sup>166</sup> As *multicentralidades* distinguem-se das *policentralidades*: “[...] grandes superfícies comerciais e de serviços, que redefinem, de modo profundo, a estrutura espacial que vinha se estabelecendo no decorrer do tempo” (Sposito, 2016: 75). Penso que a “Solum” poderia exemplificar este tipo de centralidade (policentralidade).

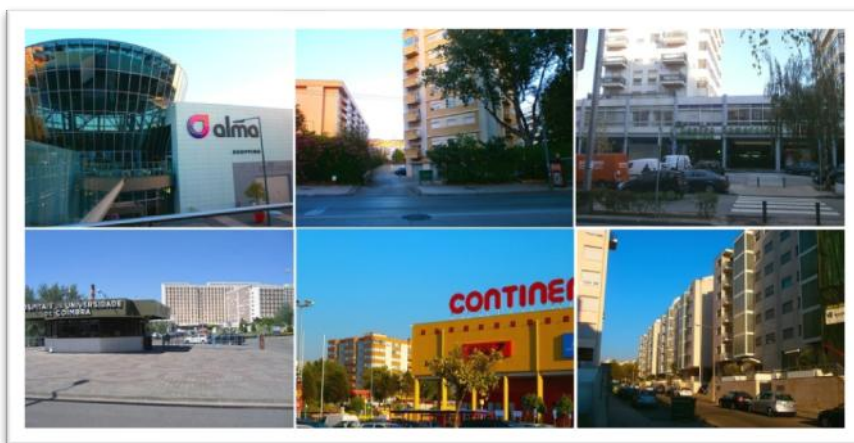


Imagem 3: Novas centralidades: "Solum", "Celas" e "Vale das Flores".

Os bairros residenciais mais populares, alguns caracterizados como bairros sociais<sup>167</sup>, ou, por outras palavras, construídos – nem sempre de uma forma planejada, surgindo, muitas vezes, por iniciativas particulares, individuais e/ou coletivas, mas, em outras, como as aqui ilustradas, por iniciativas de organizações populares, e mesmo públicas estatais – para atender às demandas residenciais de camadas menos favorecidas e médias da população, geralmente se localizam em zonas mais periféricas em relação aos centros espaciais da cidade<sup>168</sup>, caracterizando-se por comportarem moradias simples, geralmente unifamiliares, ou, ainda, prédios plurifamiliares construídos com padrões arquitetônicos mais simples e materiais mais populares, com custos mais baixos, se comparados aos grandes empreendimentos imobiliários destinados às classes mais abastadas. Para exemplificar esta tipologia territorial, escolhi os bairros da “Fonte do Castanheiro”<sup>169</sup>, do “Loreto”<sup>170</sup>, e do “Alto de Santa Clara”, todos construídos por iniciativa pública para receber as famílias desalojadas da “Alta” de Coimbra, quando da instalação dos prédios da Universidade naquele território, entre as décadas de 1940 e 1950, bem como famílias de outras localidades da cidade que viviam em condições de vulnerabilidade, embora se deva dizer que “[a]penas uma pequena parte se inscreve no realojamento de pessoas que viviam em barracas ou casas degradadas” (Santana, 1998: 201), o que significa que estes bairros não trouxeram, necessariamente, pelo menos no seu início, uma “melhoria substantiva nas condições de habitabilidade ou de vida” (Santana, 1998: 201) para as pessoas que para lá se deslocaram. (Imagem 4).

<sup>167</sup> “A habitação social surge em Portugal nos anos trinta [década de 1930] pela necessidade de oferecer alojamentos condignos e que estejam de acordo com as capacidades económicas de seus ocupantes” (Santana, 1998: 195).

<sup>168</sup> Santana (1998: 198) observa que “[os] bairros sociais, aquando de sua implantação, localizam-se em sítios segregados em relação ao centro da cidade e, por isso, distantes quer do local de trabalho quer do local de aquisição de bens e serviços”. Por reivindicações das populações que são deslocadas para este tipo de bairro, é comum a instalação de escolas próximas nestes territórios. Alguns destes bairros, por estarem em localizações mais privilegiadas e com acessos mais facilitados a outras localidades, e por terem habitações de maior qualidade em relação a bairros semelhantes, acabam sendo vias de expansão urbana.

<sup>169</sup> “O bairro da Fonte do Castanheiro nasce a partir da expropriação do terreno em 1947. Um ano mais tarde são entregues as primeiras cinquenta, das cem casas previstas, com renda fixa entre 100 e 120 escudos” (Santana, 1998: 198) – valores correspondentes, em euros, a 50 e 60 centimos, respectivamente, com cotação em agosto de 2017.

<sup>170</sup> “Este empreendimento surge na sequência de uma iniciativa do Presidente da Junta de Província da Beira Litoral e a deliberação é de 24 de outubro de 1935. O bairro apenas é inaugurado em 1941” (Santana, 1998: 197).





Imagem 4: Bairros residenciais populares: "Fonte do Castanheiro", "Loreto" e "Alto de Santa Clara".

As áreas verdes da zona urbana são espaços destinados ao convívio, ao lazer e às atividades físicas e culturais ao ar livre. O estudo de Leal *et al.* (2007-2008) a respeito de cinco espaços verdes da cidade de Coimbra (Jardim Botânico, Parque de Santa Cruz, Parque Dr. Manuel Braga, Parque Verde do Mondego e Parque Vale das Flores), todos localizados na margem direita do Mondego, uma área com grande densidade urbana, conclui que estes espaços, considerados espaços privilegiados para o lazer, o recreio e a prática desportiva, ainda contribuem, em escala local, na mitigação do calor, na redução da poluição atmosférica e na diminuição da velocidade do vento, o que melhora o conforto climático, tendendo a melhorar, também, a saúde da população.

De forma semelhante, Santana *et al.* (2010), com base em um estudo de caso realizado na Amadora, também evidenciam a importância dos espaços verdes para a qualidade de vida nas cidades, atentando para a saúde física e mental e também para questões relativas às sociabilidades, à construção de identidades e ao sentimento de pertença aos territórios:

A oferta de Espaços Verdes Urbanos (EVU) seguros, limpos e confortáveis tem impactes na saúde, medidos de forma directa, através do estado de saúde autoavaliado e longevidade e, de forma indirecta, através da melhoria da qualidade ambiental. Por exemplo, a proximidade dos EVU às áreas residenciais contribui para a melhoria da qualidade do ar, atenua o efeito da poluição e a "ilha de calor urbano" e proporciona aos residentes um ambiente físico que incentiva a prática de actividade física, incluindo a marcha. Ainda, a existência de EVU próximos da residência e a sua utilização melhoram a capacidade de concentração e disciplina das crianças (principalmente do sexo feminino) nas actividades do dia-a-dia, proporcionam o alívio do stress urbano e da fadiga, com consequências na diminuição da agressividade e da violência, e influenciam a capacidade de relacionamento com os vizinhos e os sentimentos de pertença a um lugar (bairro, cidade) (Santana *et al.*, 2010: 6).

Em Coimbra, como espaços verdes urbanos, destacam-se<sup>171</sup> os já mencionados Parque Verde do Mondego<sup>172</sup>, que ocupa as duas margens do rio; o Parque da Cidade<sup>173</sup> (ou Manuel Braga), já na margem direita do rio, em continuidade ao Parque Verde; e, na outra margem, também em continuidade ao Parque Verde, a Praça da Canção, um espaço onde são realizadas apresentações artísticas e culturais. Coimbra conta, ainda, com a Mata do Choupal<sup>174</sup>; o Jardim Botânico<sup>175</sup>, próximo à Universidade; e o Jardim da Sereia<sup>176</sup> (Parque de Santa Cruz), localizado ao fundo da Praça da República, ocupando um vasto espaço que vai até à Rua Pedro Monteiro, rua onde está localizada a Biblioteca Pública Municipal. Estes espaços fazem parte do cotidiano da cidade. Sendo espaços públicos e abertos (a Mata do Choupal, o Jardim Botânico e o Jardim da Sereia possuem um horário de funcionamento diário que varia conforme as estações do ano, sendo maior nos períodos mais quentes. Assim, por questões de segurança, estes espaços são abertos pela manhã e fechados durante a noite. Ainda assim, seu acesso é público e gratuito), são espaços significativamente frequentados por pessoas de variadas camadas sociais<sup>177</sup>. Estes também são espaços de referência cultural, pois grande parte serve de palco para atividades artísticas e culturais da cidade, como, por exemplo, a Feira Cultural de Coimbra, que engloba apresentações artísticas, exposições, comercialização de livros e artesanato local, e que é realizada anualmente no Parque da Cidade, ou, ainda, a festa da Queima das Fitas, cujos espetáculos musicais têm como palco a Praça da Canção (Imagem 5)

---

<sup>171</sup> Em estudo sobre acessibilidade e utilização dos espaços verdes urbanos de Coimbra e Salamanca, cidade espanhola, Gómez *et al.* (2014: 55) contabilizaram nove espaços verdes urbanos públicos em Coimbra, totalizando 101,5 ha, o que corresponde a quase 11 m<sup>2</sup> por habitante.

<sup>172</sup> Projetado pelo arquiteto Camilo Cortesão no contexto do Programa Polis Coimbra, na primeira década deste século, o Parque Verde do Mondego possui uma área de 18 ha, correspondendo “a uma superfície relvada [...] com alguns arbustos e pequenas árvores” (Leal *et al.*, 2007-2008: 335).

<sup>173</sup> Concebido nos anos 1920 pelo paisagista Jacinto de Matos, como projeto de ajardinamento do passeio público da Avenida Emídio Navarro, foi inaugurado nos finais da década de 1940. Com 3 ha, possui uma estrutura vegetal mista, com árvores de grande porte e superfície relvada (Leal *et al.*, 2007-2008).

<sup>174</sup> Com uma área total de 79 ha, a Mata do Choupal foi criada nos finais do século XVIII para atenuar os efeitos resultantes do assoreamento do Rio Mondego, sentidos já no século XIII. Fonte: Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade – ICNB.

<sup>175</sup> Com 15 ha, o Jardim Botânico é um dos espaços verdes mais emblemáticos da cidade, “ostentando um substrato arbóreo e arbustivo denso, com grande diversidade de espécies autóctones e exóticas” (Leal *et al.*, 2007-2008: 334). “Instalado em terrenos cedidos pelo Colégio de S. Bento e num tracto de terreno contíguo, pertencente ao Convento de S. José dos Marianos, as obras do Jardim Botânico iniciaram-se nos anos setenta do século XVIII, no contexto da reforma pombalina da Universidade, e prosseguiram nas décadas subsequentes” (Rosmaninho, 2006: 170).

<sup>176</sup> O Jardim da Sereia, nome popular dado ao Parque de Santa Cruz, data do século XVIII, integrando, à época, as cercas do Mosteiro de Santa Cruz. Com 5 ha, o destaque deste parque se dá pela “presença de um lago de média dimensão na área central do jardim e a conexão do parque com uma avenida arborizada, a Av. Sá da Bandeira, que contrasta com os sectores construídos envolventes” (Leal *et al.*, 2007-2008: 335).

<sup>177</sup> Embora o estudo de Gómez *et al.* (2014: 58), já mencionado, aponte que apenas 15% da população inquirida usufrua com certa frequência destes espaços.

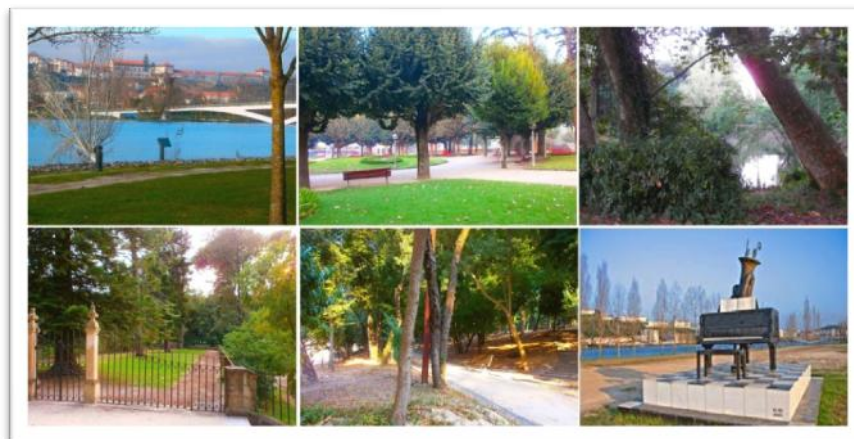


Imagem 5: Áreas urbanas verdes: Parque Verde do Mondego, Parque da Cidade, Mata Nacional do Choupal, Jardim Botânico, Jardim da Sereia e Praça da Canção.

Por fim, as zonas periféricas<sup>178</sup> rurais – e/ou periurbanas. Corrêa (1986: 70) define estas zonas como “periferias rurais-urbanas”, ou seja, “áreas que se acham urbanizadas e nos limites do espaço urbano contínuo [e/ou] áreas onde a urbanização ainda é incipiente, coexistindo com áreas de agricultura, ora intensiva, ora extensiva, ou então marcada por uma forte esterilização”. Em minhas incursões pelos diferentes territórios de Coimbra, pude observar algumas características territoriais peculiares a essas zonas, embora, como tenho reiterado, as fronteiras entre rural e urbano, centro e periferia nem sempre sejam tão fáceis de serem delimitadas. Para exemplificar esta tipologia territorial, trago, além dos territórios do “Botão” e do “Casal do Lobo”, os dois territórios com características rurais trazidos para este estudo, o território de “São Paulo de Frades”. Nestes territórios, grande parte das habitações são unifamiliares. Embora a proximidade com a área urbana e a facilidade no trânsito periferia-centro-periferia, promovido por certa frequência dos transportes públicos que servem a estas localidades, que têm, na maioria das vezes, as vias principais asfaltadas, propiciem o trabalho e o emprego fora destes territórios, é comum a presença, no entorno das residências, de áreas de cultivo para produção familiar e/ou médias e grandes plantações. Também é frequente a centralidade em torno de uma igreja e do cemitério da comunidade (Imagem 6).

<sup>178</sup> Utilizo a palavra *periferia* buscando uma definição estritamente (se isso é possível) geográfica, ou melhor dizendo, espacial, no sentido de sua distância – geográfica e espacial – em relação ao(s) centro(s) urbano(s). Dito isso, quero esclarecer que, especificamente neste ponto do trabalho, não tenho a intenção de enfatizar a conotação sociológica do termo, tal como o definem Rolnik e Bonduki (1979: 147): “Podemos definir periferia como ‘as parcelas do território da cidade que têm baixa renda diferencial’, pois assim este conceito ganha maior precisão e vincula, concreta e objetivamente a ocupação do território urbano à estratificação social”. O conceito sociológico recusa o referencial de distância – sobre o qual tento me apoiar neste momento em que intenciono meramente caracterizar, de forma bastante geral, os diferentes espaços territoriais de Coimbra – na conceitualização de *periferia*, uma vez que identifica espaços elitizados distanciados do centro urbano que não podem, nesta concepção, ser identificados com esta terminologia (Rolnik; Bonduki, 1979; Corrêa, 1986).



Imagem 6: Zonas periféricas rurais: "Botão", "Casal do Lobo" e "São Paulo de Frades".

A exemplificação e ilustração das diferentes tipologias territoriais de Coimbra constituem-se uma apresentação sumária e generalista baseada fortemente em meus próprios referenciais e percepções acerca deste território — Coimbra —, e que teve como objetivo provocar a reflexão sobre as possíveis limitações de imaginários e representações que se tem de uma cidade diante da diversidade real, viva, cotidiana e rica que a mesma comporta. Coimbra, como território que é, envolto em contrariedades, simultaneidades e complementaridades, é, ao mesmo tempo, sua “Alta”, sua Universidade, seus espaços verdes, seu entorno urbano e rural.

Nos subcapítulos que seguem, pretendo dar continuidade à contextualização territorial de Coimbra, como território abrangente, para, em seguida, contextualizar os quatro territórios escolhidos para este estudo.

### 2.2.1.2. As Questões da Demografia no Contexto da Geografia Humana

Ainda dentro da contextualização geográfica, agora tomando sua geografia humana, Coimbra, de acordo com os últimos censos da população, realizados em 2011, possui 143.396 habitantes. A densidade populacional de Coimbra — 449 habitantes/km<sup>2</sup> — é quatro vezes superior à do país (114,5 habitantes/km<sup>2</sup>), subindo, na freguesia da Sé Nova<sup>179</sup>, no centro da cidade, para 4.217,5 habitantes/km<sup>2</sup>. Curiosamente, a freguesia com menor densidade populacional é a freguesia do Botão (atualmente unida à freguesia de Souselas), embora a freguesia com menor população seja Arzila (Quadro 1).

<sup>179</sup> Os últimos censos foram realizados em Portugal em 2011, quando da anterior divisão administrativa. Conforme já apontado, a Lei n° 11-A/2013, de 28 de janeiro, da Assembleia da República de Portugal, alterou de 31 para 18 o número de freguesias de Coimbra. Os quadros apresentados nesta seção têm como referência a divisão administrativa anterior à Lei federal, uma vez que estes são os últimos dados oficiais. Pela nova configuração territorial e administrativa, as freguesias da Sé Nova, Santa Cruz, São Bartolomeu e Almedina passaram a integrar a União de Freguesias de Coimbra.

UNIDADE TERRITORIAL	DENSIDADE POPULACIONAL (nº/km <sup>2</sup> )	POPULAÇÃO RESIDENTE (nº)
PORTUGAL	114,5	10.562.178
COIMBRA	449,0	143.396
Almalaguês	134,3	3.111
Almedina	896,8	904
Ameal	149,5	1.682
Antanho	261,2	2.556
Antuzede	282,1	2.276
Arzila	190,1	655
Assafarge	282,4	2.746
Botão	92,0	1.588
Brasfemes	214,5	1.969
Castelo Viegas	227,1	1.695
Ceira	297,9	3.701
Cernache	211,2	4.048
Eiras	1.233,8*	12.097
Lamarosa	127,1	2.069
Ribeira de Frades	320,7	1.902
Santa Clara	976,9	9.929
Santa Cruz	1.024,8*	5.699
Santo António dos Olivais	2.020,2*	38.936
São Bartolomeu	3.748,5*	627
São João do Campo	261,8	2.073
São Martinho da Árvore	224,4	1.033
São Martinho do Bispo	754,6	14.147
São Paulo de Frades	389,0	5.824
São Silvestre	303,9	3.122
Sé Nova	4.217,5*	6.741
Souselas	196,5	3.092
Taveiro	202,1	1.948
Torre de Vilela	372,8	1.242
Torres do Mondego	144,2	2.402
Trouxemil	375,3	2.712
Vil de Matos	91,0	870

\*Freguesias com maior densidade populacional. Em destaque, as freguesias onde estão os territórios estudados. Fonte: Censos 2011. INE/PT.  
 Quadro 1: Densidade populacional (nº/km<sup>2</sup>) e população residente (nº) por unidade territorial.

Relativamente ao recenseamento geral anterior, de 2001, a população residente sofreu um decréscimo de 3,4% (menos 5047 pessoas), sendo que as freguesias da Sé Nova, Almedina, São Bartolomeu e Santa Cruz (atualmente União das Freguesias de Coimbra, da qual a “Alta” faz parte), correspondentes à zona mais antiga da cidade, e a freguesia de Santo António dos Olivais (a maior do concelho e que inclui a zona da “Solum” e parte do “Casal do Lobo”), foram as que mais perderam população (4147 pessoas, no total, representando 82% da população decrescida do concelho), chegando a freguesia da Almedina, correspondendo ao núcleo central da “Alta”, a ter uma perda populacional significativa: 40,6% de sua população. O decréscimo populacional do município é atribuído, principalmente, ao saldo migratório que, em Coimbra, no ano de 2011, foi de menos 2071 pessoas, correspondendo a 41% do total da população decrescida no município (Quadro 2).

UNIDADE TERRITORIAL	POP. RES. 2001 (n°)	POP. RES. 2011 (n°)	SALDO COMPARATIVO (n°)	SALDO COMPARATIVO (%)	
PORTUGAL	10.356.117	10.562.178	+206.061	2,0%	↑
COIMBRA	148.443	143.396	-5.047	3,4%	↓
Almalaguês	3.440	3.111	-329	9,6%	↓
Almedina	1.521	904	-617	40,6%	↓
Ameal	1.678	1.682	+4	0,2%	↑
Antanho	2.447	2.556	+109	4,4%	↑
Antuzede	2.265	2.276	+11	0,5%	↑
Arzila	728	655	-73	10,0%	↓
Assafarge	2.268	2.746	+478	21,1%	↑
Botão	1.683	1.588	-95	5,6%	↓
Brasfemes	1.847	1.969	+122	6,6%	↑
Castelo Viegas	1.771	1.695	-76	4,3%	↓
Ceira	4.207	3.701	-506	12,0%	↓
Cernache	3.871	4.048	+177	4,6%	↑
Eiras	12.052	12.097	+45	0,4%	↑
Lamarosa	2.189	2.069	-120	5,5%	↓
Ribeira de Frades	2.064	1.902	-162	7,8%	↓
Santa Clara	9.637	9.929	+292	3,0%	↑
Santa Cruz	6.866	5.699	-1.167	17,0%	↓
Sto Ant. Olivais	39.516	38.936	-580	1,5%	↓
São Bartolomeu	856	627	-229	26,8%	↓
São João do Campo	2.309	2.073	-236	10,2%	↓
São Mart. da Árvore	1.003	1.033	+30	3,0%	↑
São Martinho do Bispo	14.246	14.147	-99	0,7%	↓
São Paulo de Frades	5.912	5.824	-88	1,5%	↓
São Silvestre	3.092	3.122	+30	1,0%	↑
Sé Nova	8.295	6.741	-1.554	18,7%	↓
Souselas	3.146	3.092	-54	1,7%	↓
Taveiro	2.064	1.948	-116	5,6%	↓
Torre de Vilela	1.146	1.242	+96	8,4%	↑
Torres do Mondego	2.550	2.402	-148	5,8%	↓
Trouxemil	2.999	2.712	-287	9,6%	↓
Vil de Matos	775	870	+95	12,2%	↑

Obs.: As setas vermelhas representam decréscimo populacional; as setas verdes representam acréscimo. Fonte: Censos 2001 e 2011. INE/PT. As colunas destacadas referem-se às freguesias onde se localizam os quatro territórios do estudo.

Quadro 2: População residente por unidade territorial. Censos 2001 e 2011.

Em relação à estrutura etária, ponto importante para este estudo, Coimbra acompanha as tendências nacional, europeia e mesmo mundial, com um aumento significativo da população idosa (65 ou mais anos) – representando 20,1% da população total do município – e uma diminuição da população jovem (de 0 a 14 anos) – representando, em 2011, 12,4% do total. Essas tendências são refletidas no Índice de Envelhecimento<sup>180</sup>, que, em 2011, era de 161,4 (em 2001, esse índice era 119,5), maior que o índice nacional, que em 2001 era de 102,2 e em 2011, de 127,8 (Quadro 3).

<sup>180</sup> Relação entre população idosa e população jovem, este Índice é calculado pelo número de pessoas com 65 ou mais anos para cada 100 pessoas com idades compreendidas entre 0 e 14 anos. Um valor superior a 100 indica que o número de idosos/as supera o número de jovens.

UNIDADE TERRITORIAL	2001				2011			
	0-14	15-64	65+	IE*	0-14	15-64	65+	IE*
PORTUGAL	1.656.602	7.006.022	1.340.193	102,2	1.572.329	6.979.785	2.010.064	127,8
COIMBRA	20.521	103.383	24.539	119,5	17.837	96.773	28.786	161,4

\*Índice de Envelhecimento. Fonte: Censos 2001 e 2011. INE/PT.

Quadro 3: População residente por escalão etário (nº) e Índice de Envelhecimento em Portugal e Coimbra (nº). Censos 2001 e 2011.

Detendo-nos aos dados dos censos de 2011 referentes às freguesias do concelho, é possível perceber que as freguesias mais envelhecidas, isto é, com maior Índice de Envelhecimento, são justamente as freguesias que comportam o território mais antigo da cidade: a “Alta” (Quadro 4).

FREGUESIA	0-14 ANOS (nº)	15-64 ANOS (nº)	65 E MAIS ANOS (nº)	ÍNDICE ENVELHEC. (nº)
Almalaguês	381	1.970	760	199,5
Almedina	83	532	289	348,2*
Ameal	202	1.079	401	198,5
Antanhol	362	1.748	446	123,2
Antuzede	296	1.557	423	142,9
Arzila	84	408	163	194,1
Assafarge	403	1.934	409	101,5
Botão	203	1.047	338	166,5
Brasfemes	277	1.353	339	122,4
Castelo Viegas	196	1.105	394	201,0
Ceira	361	2.431	909	251,8
Cernache	560	2.672	816	145,7
Eiras	1.706	8.581	1.810	106,1
Lamarosa	299	1.348	422	141,1
Ribeira de Frades	237	1.248	417	176,0
Santa Clara	1.288	6.757	1.884	146,3
Santa Cruz	587	3.564	1.548	263,7
S. António dos Olivais	4.497	26.545	7.900	175,9
São Bartolomeu	45	352	230	511,1*
São João do Campo	274	1.407	392	143,1
São Mart. da Árvore	152	687	194	127,6
São Martinho do Bispo	1.800	9.688	2.659	147,7
São Paulo de Frades	829	4.039	956	115,3
São Silvestre	461	2.122	539	116,9
Sé Nova	608	4.534	1.599	263,0
Souselas	428	2.024	640	149,5
Taveiro	250	1.340	358	143,2
Torre de Vilela	194	828	220	113,4
Torres do Mondego	260	1.532	610	234,6
Trouxemil	373	1.798	541	145,0
Vil de Matos	147	543	180	122,5

\*Freguesias com maior Índice de Envelhecimento. Fonte: Censos 2011. INE/PT. As colunas destacadas referem-se às freguesias onde se localizam os quatro territórios do estudo.

Quadro 4: População residente por escalão etário (nº) e Índice de Envelhecimento (nº) por freguesia de Coimbra. Censos 2011.



Para além do perceptível envelhecimento populacional, o que chama mais a atenção, tanto no contexto nacional, quanto no contexto concelhio, é o número de pessoas com idades bastante avançadas, ou seja, o envelhecimento português se dá, notadamente, no topo – e não apenas na base deste escalão etário –, sendo possível a constatação de um número elevado de pessoas muito idosas, o que, muito provavelmente, pode representar uma maior vulnerabilidade, indicando a necessidade da construção e implantação de políticas e ações específicas, diferenciadas e imediatas, contemplando todas as subdivisões do escalão etário desta população. Assim, subdividindo-se o escalão etário dos 65 ou mais anos, é possível verificar com mais clareza esta realidade: pessoas com 75 ou mais anos são a maioria, dentro deste escalão etário, em todas as localidades, tanto a nível nacional, municipal e mesmo em cada uma das freguesias, sendo esta maioria bastante significativa também nos territórios do estudo, como mostra, em destaque, a coluna à direita do Quadro 5.

UNIDADE TERRITORIAL	65-69 ANOS (n°)	70-74 ANOS (n°)	75 E MAIS ANOS (n°)
PORTUGAL	551.701	496.438	961.925
COIMBRA	7.847	7.067	13.872
Almalaguês	221	217	322
Almedina	66	67	156
Ameal	110	101	190
Antanhol	129	107	210
Antuzede	129	120	174
Arzila	30	39	94
Assafarge	121	108	180
Botão	103	89	146
Brasfemes	108	97	134
Castelo Viegas	117	93	184
Ceira	259	239	411
Cernache	183	173	460
Eiras	556	485	769
Lamarosa	99	116	207
Ribeira de Frades	121	104	192
Santa Clara	521	439	924
Santa Cruz	345	361	842
S. António dos Olivais	2.149	1.846	3.905
São Bartolomeu	44	38	148
São João do Campo	108	116	168
São M. da Árvore	54	52	88
São Martinho do Bispo	707	647	1.305
São Paulo de Frades	262	297	397
São Silvestre	150	146	243
Sé Nova	389	337	873
Souselas	202	171	267
Taveiro	101	76	181
Torre de Vilela	81	56	83
Torres do Mondego	166	158	286
Trouxemil	163	135	243
Vil de Matos	53	37	90

As colunas destacadas referem-se às freguesias onde se localizam os quatro territórios do estudo. Fonte: Censos 2011. INE/PT.

Quadro 5: População idosa (65+) por subescalão etário e unidade territorial (n°). Censos 2011.



Relativamente à constituição do concelho de Coimbra referente ao sexo de sua população, os números indicam uma maioria de mulheres em quase todos os escalões etários (apenas no escalão dos 0 aos 14 anos, tanto em Portugal quanto em Coimbra, a maioria é de homens). Esta também é uma tendência nacional e mesmo mundial, com as mulheres sendo uma maioria numérica, embora em raros contextos sejam vistas de forma igualitária em relação aos homens (Quadro 6).

UNIDADE TERRITORIAL	HOMENS			MULHERES			TOTAL	
	0-14	15-64	65+	0-14	15-64	65+	HOMENS	MULHERES
PORTUGAL	803.999	3.400.277	842.324	768.330	3.579.508	1.167.740	5.046.600	5.515.578
COIMBRA	9.020	46.215	11.706	8.817	50.558	17.080	66.941	76.455

Fonte: Censos 2011. INE/PT.

Quadro 6: População de Portugal e Coimbra por sexo e escalão etário (n°).

Ainda abordando a relação sexo/gênero, é interessante observar que o desemprego, tomando-se a população dos 15 aos 65 anos ou mais, é maior entre as mulheres, no contexto português e, inversamente, maior entre os homens, no contexto de Coimbra (Quadro 7).

UNIDADE TERRITORIAL	SEXO	
	HOMENS	MULHERES
PORTUGAL	327.600	334.580
COIMBRA	3.822	3.355

Fonte: Censos 2011. INE/PT.

Quadro 7: População desempregada por unidade territorial e sexo (n°).

Os dados relativos à escolaridade da população revelam que, em 2011, 34,3% da população com 15 anos ou mais, residente em Coimbra, possuía o ensino superior completo (18,1% em Portugal). Ainda nesta faixa etária, 4,2% (6% em Portugal) não possuía qualquer nível de escolaridade e 23,4% (30% em Portugal) possuía somente o 1º ciclo do ensino básico (Quadro 8).

UNIDADE TERRITORIAL	SEM ESCOLAR.	ENSINO BÁSICO <sup>181</sup>			SECUND.	PÓS SEC.	SUPERIOR
		1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO			
PORTUGAL	6,0	30,0	9,5	15,6	19,7	1,1	18,1
COIMBRA	4,2	23,4	6,3	13,1	17,8	0,9	34,3

Fonte: Censos 2011. INE/PT.

Quadro 8: Proporção do nível de escolaridade da população residente com idade igual ou superior aos 15 anos em Portugal e Coimbra (%).

Quando se aplica a variável sexo, é possível verificar um fato curioso na diferenciação da educação formal entre homens e mulheres, tanto em Portugal, quanto em Coimbra, na população residente com 15 ou mais anos de idade: há mais mulheres sem nenhuma escolaridade; no entanto, há mais mulheres no ensino superior. (Quadro 9).

UNIDADE TERRITORIAL	SEM ESCOLAR.		ENSINO BÁSICO						SECUND.		PÓS SEC.		SUPERIOR	
	H	M	1º CICLO		2º CICLO		3º CICLO		H	M	H	M	H	M
PORTUGAL	2,0	4,0	13,7	16,3	5,2	4,3	8,4	7,2	9,7	9,9	0,6	0,5	7,7	10,5
COIMBRA	1,1	3,2	9,8	13,6	3,5	2,8	7,3	5,8	9,2	8,6	0,4	0,4	14,8	19,4

Legenda: H=Homens; M=Mulheres. Fonte: Censos 2011. INE/PT.

Quadro 9: Proporção do nível de escolaridade da população residente com 15 ou mais anos, em Portugal e Coimbra, por sexo (%).

Se desmembrarmos este grande intervalo etário em dois escalões, separando as pessoas que, estatisticamente, são consideradas em idade ativa (dos 15 aos 64 anos) das pessoas consideradas idosas (com 65 ou mais anos), é possível perceber que a maior escolaridade está entre as pessoas do primeiro escalão, ou seja, entre as pessoas em idade ativa. Isto se dá por uma série de fatores, dentre eles, a democratização do ensino<sup>182</sup> e a maior acessibilidade ao sistema de ensino formal. Além disso, as transformações ocorridas nos modos de produção, que tiveram grandes reflexos no mundo do trabalho em geral, bem como nos comportamentos e nos modos de produção e consumo cultural, acabaram por transformar as exigências sociais e do próprio mercado de trabalho. Por outras palavras, o ingresso e a permanência ao mundo do trabalho estão, hoje, bastante condicionados ao nível de escolaridade dos/as trabalhadores/as (Quadro 10<sup>183</sup>).

<sup>181</sup> O Ensino Básico português é dividido em três ciclos: o 1º Ciclo corresponde ao ensino do 1º ao 4º ano; o 2º Ciclo, do 5º ao 6º; e o 3º Ciclo, do 7º ao 9º ano.

<sup>182</sup> É importante referir o enorme empenho dos governos portugueses pós-74, ou seja, a partir da democratização de Portugal – e mesmo iniciativas políticas e legislativas anteriores, que em razão de métodos descontextualizados e inadequados não tiveram o resultado esperado, em termos de qualidade, como o Decreto-Lei nº 38.968, de 27 de outubro de 1952, por exemplo – em reduzir o analfabetismo no país (Alcoforado; Ferreira, 2013). Para se ter uma ideia, em 1970 a taxa de analfabetismo em Portugal era de 25,74%; em 1981, 18,59%; em 1991, 11,01%; e em 2001, 9,03%. Em 2011, esta taxa era bastante inferior: 3,34%. Fonte: INE/PT.

<sup>183</sup> As porcentagens resultam do quociente entre o total de cada nível de ensino e seu respectivo escalão etário e o total de pessoas com 15 anos ou mais por localidade: 8.989.849 de pessoas em Portugal e 125.559 pessoas em Coimbra.

IDADES		15-64 ANOS							65 OU MAIS ANOS						
NÍVEL	UNID. TERRIT	S/Esc.	Ens. Básico			Sec.	P/Sec.	Sup.	S/Esc.	Ens. Básico			Sec.	P/Sec.	Sup.
			1º	2º	3º					1º	2º	3º			
	PORTUGAL	1,4	16,4	8,6	14,3	18,4	1,4	17,0	4,6	13,6	0,8	1,3	0,8	0	1,1
	COIMBRA	0,9	11,0	5,3	11,2	16,6	0,8	31,2	3,4	12,4	1,0	1,9	1,2	0	3,0

Fonte: Censos 2011. INE/PT.

Quadro 10: Proporção dos níveis de escolaridade da população com 15 ou mais anos por unidade territorial e escalão etário (%).

Finalmente, se cruzarmos as variáveis sexo e escalão etário, mas agora subdividindo o escalão das pessoas em idade ativa em dois escalões menores – dos 15 aos 39 anos, e dos 40 aos 64 anos – é possível verificar uma consonância em relação ao quadro anterior, ou seja, as maiores diferenças se dão a partir da relação idade/nível de escolaridade – e não, como poderia se supor, de sexo, com as mulheres tendo escolaridades inferiores às dos homens (em alguns níveis de escolaridade e em alguns escalões etários esta diferença é perceptível; em outros, entretanto, as mulheres são a maioria). Analisando o quadro que segue, é possível perceber que as pessoas com mais idade figuram como maioria em níveis de escolaridade mais baixos; contrariamente, níveis de escolaridade mais altos têm como maioria as pessoas mais jovens.

IDADES	15-39								40-64								65+							
	H				M				H				M				H				M			
SE	EB	ES	SU	SE	EB	ES	SU	SE	EB	ES	SU	SE	EB	ES	SU	SE	EB	ES	SU	SE	EB	ES	SU	
PORTUGAL	0,2	7,2	6,2	4,6	0,2	5,4	6,4	6,6	0,5	13,0	3,0	2,5	0,5	13,7	3,2	3,3	1,3	7,0	0,5	0,6	3,3	8,8	0,4	0,6
COIMBRA	0,1	4,1	5,2	8,0	0,1	2,7	4,7	10,6	0,3	9,9	3,3	5,4	0,3	10,8	3,4	7,2	0,7	6,6	0,7	1,4	2,7	8,8	0,5	1,6

Legenda: SE (Sem Escolaridade); EB (Ensino Básico); ES (Ensino Secundário); SU (Ensino Superior)<sup>184</sup>. Fonte: Censos 2011. INE/PT.

Quadro 11: Proporção da população com 15 anos ou mais em Portugal e em Coimbra por nível de escolaridade, escalão etário e sexo (%).

Os dados aqui apresentados são, em meu entendimento, um tanto quanto limitados. Estas limitações se devem à grande generalização que os dados estatísticos coletados em grandes contextos, em situações de formalidade e impessoalidade, com questões fechadas e, normalmente, em intervalos decenais, como é o caso dos Censos Gerais, estão sujeitos. A apresentação e interpretação – esta última normalmente na base de inferências – de dados quantitativos muitas vezes podem ser consideradas frias, destituídas de vida, de “carne e osso”, e mesmo de um contexto mais palpável. Mesmo assim, considero importante, neste ponto do trabalho, trazê-los para o estudo, pois, mesmo que de uma forma genérica, podem oferecer um perfil, uma visão panorâmica e rápida da população coimbrã. Para mim, que não sou nativa de Coimbra, sequer de Portugal, entrar em contato

<sup>184</sup> Neste quadro, para uma melhor visualização, a divisão do Ensino Básico em ciclos foi suprimida, assim como o nível de escolaridade Pós-Secundário. Os níveis de ensino foram separados por cores, na intenção de facilitar a leitura do quadro.

com estes dados foi fundamental para que pudesse construir uma visão mais geral sobre os territórios mais abrangentes – o país, o município, e mesmo as freguesias – no intuito de compreender melhor a problemática aqui posta. Naturalmente, o cotidiano da investigação, em uma escala ampliada, pode, muitas vezes, contradizer os dados estatísticos mais gerais sobre determinado território. No capítulo terceiro, pretendo “recheiar” estes dados, pormenorizando-os e aprofundando-os a partir das percepções e impressões das pessoas que participam desta pesquisa.

### 2.2.1.3. O Contexto Histórico

Comumente a geografia, a paisagem natural de uma cidade e a própria evolução de sua população possuem uma relação direta com sua história, em seus variados períodos, interferindo em seus processos de formação. O caso de Coimbra não é diferente: tanto o rio quanto a colina favoreceram sua ocupação ainda em tempos muito remotos. “Face à situação e às vantagens daí advindas, o homem cedo aqui se estabeleceu e se adaptou, transformando, criando e irmanando-se com a natureza, não raro conseguindo aumentar a sua beleza e encanto. A colina era excelente para essa ocupação e o rio uma riqueza para o homem do Neolítico” (Nunes, 1998: 05).

Tendo sua origem no topo da colina – e, por isso mesmo, sendo identificada como uma das representantes das chamadas “cidades de colina”<sup>185</sup>, expressão “de acepção luso-brasileira associada à tradição urbanística de se escolherem sítios elevados para a fundação das urbes” (Lobo; Simões Júnior, 2012: 17) –, Coimbra vivenciou vários períodos históricos. Do século III ao século V, Coimbra, então chamada *Aeminium*<sup>186</sup>, viveu, como de resto toda a Península Ibérica, sob o domínio romano. A cidade foi arrasada, no século IV, pelas invasões bárbaras, sendo tomada, no século VI, pelos suevos<sup>187</sup> e pelos visigodos<sup>188</sup> que a transformaram em sede do Bispado Visigótico (Alarcão, 2008; Lobo; Simões Júnior 2012). No século VIII, Coimbra tornou-se domínio muçulmano – sendo, então, chamada de *Qulumbriya* –, até o século seguinte, quando, em 878, os cristãos a reconquistaram pela primeira vez. Esta reconquista durou até 987, quando houve nova invasão muçulmana (Alarcão, 2008). A ocupação muçulmana trouxe grande desenvolvimento econômico e político para a cidade que, na metade do século XI, era considerada a cidade mais importante ao sul do Douro (Nunes, 1998: 06). Finalmente, em 1064, a cidade foi retomada em

---

<sup>185</sup> “As urbes construídas em colina são uma constante em Portugal desde a sua fundação, com antecedentes próximos nas cidades mouras edificadas na faixa ocidental da Península Ibérica, na sequência das que se encontram nas culturas ibérica e mediterrânica em geral, onde se enquadra a cultura portuguesa, com a sua especificidade própria, mas cuja identidade não nega o seu contexto mais geral” (Lobo; Simões Júnior, 2012: 23-24).

<sup>186</sup> O nome romano refere-se a *meneiu*, o topo da montanha, indicando a topografia do local que deu origem ao povoamento. Há indícios de que a cidade de *Aeminium* foi sede de uma circunscrição político-administrativa dentro do quadro da reorganização da Lusitânia, iniciada pelo imperador Augusto. (Fonte: Museu Machado de Castro – [www.museumachadodecastro.pt](http://www.museumachadodecastro.pt)).

<sup>187</sup> Povos germanos ocidentais que migraram para a Península Ibérica durante as Invasões Bárbaras (Areán-García, 2009).

<sup>188</sup> Um dos dois ramos – o outro, os ostrogodos – em que se dividiram os godos, povos germanos originários do sul da Escandinávia (Areán-García, 2009).

definitivo pelos cristãos, liderados por Fernando Magno. Da *Aeminium* até a Coimbra atual, um longo caminho foi percorrido: a cidade teve o nome associado à *Conimbriga*<sup>189</sup>, passando a *Conimbria* ou *Colimbria* e, daí, evoluindo para Coimbra (Alarcão, 2008).

A reconquista cristã transformou Coimbra em um grande condado cujo governo foi confiado, durante quase três décadas, a Dom Sesnando. Nessa época, a cidade ganhou características de grandeza que só vieram a aumentar quando, no século XII, no reinado de Dom Afonso Henriques, o primeiro soberano do país, transformou-se na capital do reino. A corte e o clero fixaram-se no topo da “Alta”, sob a proteção das muralhas que circundavam o castelo<sup>190</sup>. “No arrabalde, progressivo, com ruas que iam dar ao rio, fervilhavam comerciantes, artesãos e ‘povo miúdo’” (Nunes, 1998: 06). O século XII foi especialmente áureo para Coimbra: sua localização, seu porto fluvial, a fertilidade de suas terras, sua fortificação e sua população (estimada em 6.000 habitantes<sup>191</sup>) impulsionaram a construção e o restauro de vários e importantes edifícios, como o Mosteiro de Santa Cruz, fundado em 1131 por Dom Telo e por Dom Teotónio, com o apoio de Dom Afonso Henriques; a Catedral românica da cidade – a Sé (velha) –; além da reconstrução, em 1132, da ponte; reconstrução e melhoria das muralhas; criação de infraestruturas assistenciais; e o restauro de estruturas coletivas, como fornos, fontes, ruas e calçadas (Magalhães, s/d).

Ratificando a importância política, estratégica, cultural e patrimonial da cidade para o contexto português e mundial, Coimbra abrigou, por longo tempo, a monarquia e a nobreza portuguesa:

Até D. Afonso III aqui viveram e dirigiram o Reino os monarcas e todo o seu séquito. Na Alta [no Castelo] nasceram alguns príncipes que, mais tarde, foram reis: D. Sancho I, D. Afonso II, D. Sancho II, D. Afonso III, D. Afonso IV, D. Pedro I e D. Fernando. Neste período, D. Dinis, em 1290, fundou a Universidade de Lisboa, transferindo-a depois para Coimbra e oferecendo para a sua instalação o palácio real no cimo da colina. Regressou [a Universidade] a Lisboa, e, finalmente, no reinado de D. João III, em 1537, ficou definitivamente na cidade do Mondego e na Alta (Nunes, 1998: 07-08).

Anterior à permanência da Universidade em Coimbra, o período manuelino, sob o reinado do Rei Dom Manuel I, de 1495 a 1521, trouxe algumas importantes obras civis e de ordenamento territorial e urbano à cidade: em 1498 foram realizadas obras com o objetivo de desafogar o adro da Sé Velha. Anos mais tarde, a Igreja e o Convento de Santa Cruz sofreram remodelações. Os traçados das ruas entre Santa Cruz e o rio foram regularizados, surgindo, na “Baixa”, pequenos largos; a Rua da Calçada (atual Ferreira Borges) foi pavimentada; a Porta da Almedina foi reparada; foram construídas muralhas, na margem direita do rio, como defesa das enchentes; novos cais de carga e descarga foram construídos; o Paço Real, na Almedina, foi reformado; e, em 1513, a Ponte Medieval foi reconstruída (Lobo, 2000).

---

<sup>189</sup> A antiga e próspera ocupação romana de *Conimbriga*, destruída durante as invasões bárbaras, da qual ainda hoje restam vestígios, localizada a 13 quilômetros a sul de Coimbra, empobreceu e converteu-se em aldeia, passando a se chamar Condeixa (Alarcão, 2008: 27). A destruição de Conimbriga obrigou o seu bispo a se instalar em Coimbra, transferindo para esta última o seu bispado (daí a semelhança dos nomes das duas ocupações).

<sup>190</sup> De acordo com Rémy e Voyé, “[a] muralha reveste-se também de uma significação simbólica que perpetua a do simples fosso que os fundadores traçavam muitas vezes para delimitarem o território da cidade: a muralha marca a separação entre um exterior e um espaço ‘culturalizado’ que quer ser um lugar de “ordenamento” do espacial e do social” (Rémy; Voyé, 1994: 39-40).

<sup>191</sup> Estima-se que no século seguinte a população de Coimbra tenha decrescido para 4.000 habitantes, muito provavelmente em razão do surto de Peste Negra, em 1348 (Alarcão, 1996).

A instalação definitiva, em Coimbra, da primeira universidade portuguesa (única no país até 1911)<sup>192</sup>, trouxe para a cidade muitas transformações, tanto na paisagem física, quanto na paisagem humana, que se refletiram, de uma forma ou de outra, no seu processo de construção identitária.

Um número considerável de estabelecimentos de ensino foi fundado na cidade, graças às diversas ordens religiosas que aqui se estabeleceram<sup>193</sup>. Com a instalação da Universidade e dos colégios, Coimbra teve um grande aumento populacional, passando de 5.200 habitantes, em 1527, para aproximadamente 12.000, em 1570 (Alarcão, 1996; Nunes, 1998), com grande expansão populacional na Almedina, Santa Clara e Celas (Alarcão, 1996). É dessa época, a abertura da Rua da Sofia (onde foram instalados os colégios universitários, “como consequência directa da transferência da Universidade de Coimbra, decidida por D. João III em 1537” (Lobo, 2006: 21)), “a mais digna das ruas da cidade” (Alarcão, 1996: 04), “a maior e mais nobre de Portugal até ao século XVIII e uma das melhores da Europa, naquela época, sendo, ainda hoje, das principais artérias de Coimbra” (Nunes, 1998: 08). Em 1540, o “Bairro Alto” conimbricense começou a ser estruturado em torno do Largo da Feira e da antiga Rua Larga. Este bairro, que deu uma nova dinâmica à “Alta” de Coimbra, acabou por ser desmantelado, quatrocentos anos depois, dando lugar às obras da nova Universidade (Lobo, 2000).

No século XVII, a principal alteração da cidade foi a edificação do Colégio da Companhia de Jesus e da sua igreja, um dos maiores conjuntos arquitetónicos da cidade (Alarcão 1996: 04). O século seguinte viu florescer algumas das importantes obras da cidade: o Jardim Botânico, ocupando os terrenos do Colégio de São Bento (Alarcão, 1996; Lobo, 2000), a Biblioteca Joanina e a Torre da Universidade (Lobo, 2000). É nesse século – o XVIII – que o Marquês de Pombal, Primeiro-Ministro durante o reinado de Dom José I, promoveu uma grande reforma no ensino universitário (1772), acabando com o privilégio da Igreja (especialmente dos Jesuítas, expulsos, em 1759, como rebeldes e traidores do Rei e do Estado) no ensino e nas definições dos programas de estudo (Calmon, 1983; Costa; Marcos, 2000; Rossa, 2006; Martins, 2012). Essa reforma estabeleceu grandes mudanças na “Alta” da cidade, com obras do arquiteto inglês William Elsdén<sup>194</sup>: o antigo Colégio Jesuíta deu lugar à Faculdade de Filosofia, recém-criada; a Igreja Jesuíta transformou-se na nova Sé da cidade; o Laboratório Chimico foi edificado na frente oposta ao Largo do Museu; foram criadas as *courças*, eixos de circulação entre a “Alta” e a “Baixa”. Também fazia parte do plano do arquiteto inglês a construção de um observatório astronômico. Para isso, foram demolidas as duas torres medievais do castelo. Entretanto, apenas um dos quatro andares planejados foi erguido, tendo a obra sido interrompida sem nunca ter sido concluída (Lobo, 2000).

---

<sup>192</sup> A Universidade de Coimbra sofreu sucessivas transferências entre Lisboa e Coimbra, até fixar-se definitivamente nesta última, em 1537. Os dois períodos anteriores de permanência da Universidade na cidade de Coimbra foram de 1308 a 1338, e de 1354 a 1377 (Rosmaninho, 2006).

<sup>193</sup> Como exemplos dos colégios fundados em Coimbra a partir da instalação definitiva da Universidade de Coimbra na cidade estão: Colégio de São Tomás, da Ordem Dominicana, fundado em 1539; Colégio de Nossa Senhora do Carmo, fundado em 1541; Colégio de Nossa Senhora das Graças, da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, fundado em 1543; Colégio de São Domingos, fundado em 1545; Real Colégio de São Paulo de Coimbra, da Ordem dos Eremitas de São Paulo, fundado em 1549, por Dom João III, dentre outros. Em 1557, Coimbra contava com 14 colégios (Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra, 1977; Capelo, s/d; Capelo; Campos, 2006; Capelo; Prozil, 2007).

<sup>194</sup> Segundo conferência proferida por Pedro Tavares em Alcobça, em 22 de novembro de 2016, intitulada “William Elsdén e Alcobça 1775”, William Elsdén foi um engenheiro militar de origem inglesa. Conduzido a Portugal pelo Conde de Lippe, acabou, após se casar com Dona Teresa Francisca Maria Elsdén, portuguesa, se estabelecendo no país, onde realizou diversas obras: Biblioteca da Ajuda e Aqueduto das Águas Livres, ambos em Lisboa, além da Universidade de Coimbra e do Jardim Botânico. Disponível em: [www.oalcoa.com/william-elsden-e-alcobaca-1775-em-conferencia/](http://www.oalcoa.com/william-elsden-e-alcobaca-1775-em-conferencia/), consultado em 27 de junho de 2017.

Ao fim da primeira metade do século XIX, “Coimbra continuava ainda o velho burgo académico, iluminando-se a candeeiros de azeite, sem águas canalizadas, nem esgotos, nem vias férreas, nem estradas, nem escolas, dormitando letargicamente à sombra da Universidade” (Macedo, 2006: 45). É importante referir, entretanto, que, ao longo daquele século, a cidade foi protagonista de novas alterações, muitas delas seguindo uma tendência europeia de embelezamento e construção de uma nova paisagem urbana (Calmeiro, 2013). Nesse sentido, uma das primeiras providências foi a remodelação do Largo da Portagem, porta de entrada da cidade, com a demolição da Torre, da Capela e do Pelourinho (1836) e a construção de um novo cais (Calmeiro, 2013: 78). Nesse período, foram construídas a Fábrica do Gás e a Praça de Touros (hoje inexistentes) e, ainda, o Cemitério da Conchada e o Mercado Público. Entre o Mosteiro de Santa Cruz e o Mercado Público, um velho edifício crúzio foi transformado em Estação dos Correios (hoje desativada), instalando-se, nesse mesmo ponto, repartições de obras públicas. É dessa época a abertura da Avenida Emídio Navarro, ligando diretamente a Portagem à Estrada da Beira (atual Estrada Nacional 17, mas ainda conhecida pelo antigo nome). Em 1864 a Estação de Coimbra, popularmente conhecida como Estação Velha – atual Coimbra B – foi construída. Entre 1873 e 1875 uma nova ponte, desta vez metálica, foi edificada no local da antiga<sup>195</sup>, o rio sofreu um aterramento e todo o Largo da Portagem foi renivelado. Entre os anos de 1884 e 1885, foi instalado o ramal – a Estação Nova (cujo prédio foi posteriormente construído, tendo sido inaugurado em 1930) – que liga a Estação Velha ao centro da cidade (Alarcão, 1996). Em finais do século XIX, entre 1888 e 1892, foi realizada uma reestruturação do Bairro de Santa Cruz, quando foram projetadas a Avenida Sá da Bandeira e a Praça de Dom Luís (atual Praça da República), tendo o Parque de Santa Cruz (conhecido como Jardim da Sereia<sup>196</sup>) sido preservado; foram, ainda, construídos o Teatro-Circo do Príncipe Real Dom Luís Felipe<sup>197</sup> e as escadas do Liceu (atuais Escadas Monumentais)<sup>198</sup>. A reestruturação do Bairro Santa Cruz foi realizada em atendimento ao Decreto-Lei publicado em janeiro de 1865, que configurava os “Planos Gerais de Melhoramentos”, e propunha uma articulação entre a cidade medieval e a cidade nova (Cardielos, 2000: 43). Em 1894 foi inaugurada, no espaço anteriormente ocupado pelo Colégio de Tomar, a Penitenciária (Costa; Fernandez, 2003: 62). Em 1899 a atual Rua Padre António Vieira (que, na atualidade, pode ser considerada a rua com os melhores acessos da “Alta”, além de uma importante via entre a “Alta” e a “Baixa”) foi aberta (Alarcão, 1996).

O século XX trouxe grandes evoluções nas estruturas de comunicação e transporte para a cidade de Coimbra, o que alavancou seu crescimento e desenvolvimento, principalmente para fora do eixo medieval e oitocentista (Santana, 1996). Em 1904

---

<sup>195</sup> Essa ponte é hoje conhecida como “antiga ponte de Santa Clara”, tendo sido edificada em substituição à ponte manuelina, datada de 1513, construída em pedra, contendo 24 arcos, que, com o tempo e o assoreamento do rio, ficou completamente danificada (Alarcão, 1996). A atual ponte de Santa Clara foi construída em 1954.

<sup>196</sup> A análise de Costa e Fernandez (2003) com referência a esse jardim parece ilustrar os primeiros planos urbanísticos nacionais, preocupados com o melhoramento urbano a partir de seu embelezamento: “O Jardim da Sereia é um belíssimo exemplar de paisagem cenografada do período barroco em que um aparente naturalismo se estrutura num sistema compositivo radicalmente geometrizado. Da monumentalização da entrada, às plataformas de nível do jogo da pela ou do lago circular, às alamedas com escadas, descansos e azulejos, os tanques e as fontes, tudo é artifício” (Costa; Fernandez, 2003: 61).

<sup>197</sup> O Teatro-Circo do Príncipe Real Dom Luís Felipe, mais tarde designado Teatro Avenida, foi construído em 1893, com uma tipologia circense (espaço circular com cúpula, circundado por dois anéis de camarotes). Atualmente, no local onde havia o Teatro, encontra-se o Centro Comercial Avenida, na Avenida Sá da Bandeira. Fonte: CES Summer School, 2014 – [www.ces.pt/cessummerschool/index.php?id=8903&id\\_lingua=1&pag=8906](http://www.ces.pt/cessummerschool/index.php?id=8903&id_lingua=1&pag=8906).

<sup>198</sup> O Liceu de Coimbra, atual Escola Secundária José Falcão, foi criado em 1836, pelo Decreto de Passos Manuel (o mesmo que criou, também, os Liceus de Lisboa e do Porto), em substituição ao Colégio das Artes. Localizava-se, portanto, no espaço da “Alta” Universitária, cujo acesso pode ser feito pelas Escadas Monumentais (antigas Escadas do Liceu). Fonte: Escola Secundária José Falcão – [esjf.edu.pt/index.php?option=com\\_content&view=article&id=44&Itemid=63](http://esjf.edu.pt/index.php?option=com_content&view=article&id=44&Itemid=63).

foi inaugurada a linha de tração elétrica entre a “Alta” e a “Baixa”; em 1911 foram inauguradas mais três linhas de transportes de tração elétrica: Linha 1: Estação Nova-Universidade; Linha 2: Estação Velha-Alegria; e Linha 3: Estação Nova-Santo António dos Olivais. A criação destas três linhas possibilitou a ligação dos bairros de Celas, Santo António dos Olivais e Calhabé ao casco antigo da cidade. Em 1940 foi inaugurada a ligação entre Coimbra-Taveiro através do uso de ônibus<sup>199</sup> (Santana, 1996). Houve uma crescente urbanização de antigos territórios rurais, como a Cumeada, Montes Claros, Conchada, São José, Combatentes e Tovim, aumentando, consideravelmente, a população da cidade<sup>200</sup> (Alarcão, 1996; Santana, 1996; Lobo, 2000). No início do século XX, com a implantação e o desenvolvimento dos caminhos-de-ferro, houve uma expansão da indústria coimbrã, com a criação da Sociedade de Mercarias (posteriormente chamada de Fábrica Triunfo, fabricante de bolos, biscoitos e bolachas), em 1913; da Ideal Ltda, fábrica de malhas, em 1927; e de outras indústrias que se instalaram nas margens desocupadas do Mondego (Lobo, 2000). Nesse período, o Banco de Portugal (1912) e o Hotel Astória (1926) instalaram-se na Portagem, onde permanecem até os dias atuais (Alarcão, 1996).

Durante o Estado Novo<sup>201</sup> (1933 a 1974), Coimbra inspirou a elaboração de três planos de reestruturação do território: o Plano De Gröer, nos anos 40; o Plano Regulador, nos anos 50; e o Plano Costa Lobo, nos anos 70. Apesar de demonstrar uma preocupação com as transformações das cidades – nomeadamente das três grandes cidades portuguesas à época: Lisboa, Porto e Coimbra –, seguindo uma tendência europeia de planificação urbana, os planos do Estado Novo revelaram uma orientação elitista e antidemocrática, com a organização espacial servindo ao controle estatal.

O primeiro grande plano urbanístico da cidade, que, aliás, originou os demais planos que se seguiram, foi o Plano De Gröer, também conhecido como “Plano de Embelezamento e de Extensão de Coimbra”. Este plano, elaborado pelo urbanista e arquiteto belga Étienne De Gröer<sup>202</sup>, com a colaboração do arquiteto e urbanista português David Moreira da Silva, em 1940 e aprovado, em 1945, pelo Ministro de Obras Públicas, Cancela de Abreu, como um anteprojecto (susceptível a servir de base não só ao projecto definitivo geral, como também a todos os projectos particulares que englobassem, no seu conjunto, os trabalhos de urbanização previstos no plano apresentado – conforme Parecer do Conselho Superior de Obras Públicas – CSOP (Santos, 1983: 14)), trouxe para Coimbra a concepção de “cidade-jardim”, apresentada, em 1898, por Ebenezer Howard – um dos pioneiros do planeamento urbano moderno (Hassenpflug, 2007) –, em seu livro “Tomorrow: a Peaceful Path to Real Reform”<sup>203</sup>, como uma forma de colmatar os problemas ocasionados pela revolução industrial na Inglaterra: rápido e descontrolado aumento da densidade populacional das cidades em oposição a um esvaziamento do campo; desemprego; baixos salários; inexistência de infraestruturas de saneamento básico e higiene pública; insalubridade; surgimento de epidemias (Santos, 1983). O projecto de Howard, inspirado no socialismo (quando propõe que os benefícios do uso do solo sejam coletivos) – mas de carácter liberal e capitalista, já que

---

<sup>199</sup> Em Portugal chamados de *autocarros*.

<sup>200</sup> De aproximadamente 15.000 habitantes, em 1864, passou para 25.000, em 1900, pulando para 40.000, em 1930 (Lobo, 2000: 31).

<sup>201</sup> O Estado Novo português foi um regime político autoritário, autocrata, corporativista, ultranacionalista e antidemocrático que se iniciou em 1926 (ao qual Salazar – António de Oliveira Salazar, estadista nacionalista que presidiu o Conselho de Ministros de 1932 a 1968, um dos líderes da União Nacional, partido ultraconservador, e representante maior do Estado Novo – denominava de “Revolução do 28 de Maio”, mas a que Sousa (2009) denomina de “*movimento protofascista*”), sendo institucionalizado na Constituição de 1933, e que só culminou com a democratização do país na chamada “Revolução dos Cravos”, em 25 de abril de 1974.

<sup>202</sup> “De Gröer veio para Portugal em 1938, quando o ‘Estado Novo’ se lançou na tarefa dos planos de urbanização e obras públicas” (Santos, 1983: 8).

<sup>203</sup> Republicado, em 1902, com o título “Garden Cities of tomorrow” e, mais tarde, editado em português com o título “Cidades-Jardins de amanhã”.



preconiza a livre iniciativa e os empreendimentos privados –, pelo movimento de regresso à natureza, e pelo projeto de “virtude e temperança” de James Buckingham<sup>204</sup>, propunha um equilíbrio entre o campo e a cidade, através de uma terceira via, a “Cidade-Campo”<sup>205</sup> (Howard, 2002).

Francamente inspirado em Howard, o plano de De Gröer tinha como objetivo:

Dirigir o desenvolvimento futuro de Coimbra, no bom caminho, a conservar as suas belezas naturais e históricas, a melhorar aquilo que nesta cidade ainda pode ser saneado, embelezado e aperfeiçoado, e a suprimir radicalmente tudo quanto se não preste a uma transformação salutar. Também esperamos poder dotar os habitantes actuais e futuros desta cidade com os lugares de trabalho e residenciais sadios e agradáveis, e garantir-lhes transportes fáceis e cómodos (De Gröer, 1945-1946, citado por Santos, 1983: 18).

Em linhas gerais, o projeto de De Gröer tinha como proposta transformar Coimbra, a exemplo das cidades-jardins de Howard, em “Cidade-Mãe”, e as aldeias circundantes de Coselhas, Tovim, Chão de Bispo, Carvalhosa e Várzea, em cinco “Aldeias-Satélites” (Lobo, 2000: 32). O Plano De Gröer previa a preservação da “Alta” (com exceção dos prédios da Universidade) como cidade-museu; a manutenção da estrutura urbana nos novos bairros altos; a ligação da Praça 8 de Maio à Avenida Emídio Navarro, na “Baixa”, através da abertura da Avenida de Santa Cruz – ou Avenida Central (que implicaria na demolição do casario situado entre a Rua da Moeda e a Rua Bordalo Pinheiro, a destruição de largos medievais típicos e o desmantelamento da Estação Nova); e a aplicação de uma lógica de zoneamento do espaço urbano por funcionalidade, com uma zona industrial; uma zona comercial central; uma zona comercial local; uma zona rural; zonas residenciais (em grande parte urbanizadas em lotes para moradias isoladas, do tipo unifamiliar – tipologia defendida por De Gröer, por considerá-la “a forma de habitação mais perfeita para uma família, e, ao mesmo tempo, mais barata para o construtor, apesar de precisar de um certo espaço para o seu quintal” (De Gröer, 1945-1956, citado por Santos, 1983: 20)); uma zona universitária (posteriormente excluída do plano); uma zona arqueológica e turística; e uma zona de espaços livres, públicos (Santos, 1983: 23-24).

Considerado “ambicioso e verdadeiramente reformador” (Cardielos, 2000: 44), o Plano De Gröer desde logo se deparou com obstáculos próprios às características da cidade: topografia muito acidentada, com escassez de terrenos adequados à construção (Santos, 1983; Lobo, 2000); clima de tipo mediterrânico muito seco (Santos, 1983); realidade socioeconómica local, que não conseguiu suportar os custos elevados de construções em lotes amplos e isolados (Santos, 1983; Cardielos, 2000); e a própria

---

<sup>204</sup> Publicado em 1849 com o título “Programa de remédios práticos para os males nacionais”, onde descrevia um projeto utópico de uma cidade de 10.000 habitantes, que deveriam levar uma vida coletiva de “virtude e temperança”, com todos – mulheres, homens e crianças – trabalhando, dentro de suas capacidades, para o bem comum (Santos, 1983: 10).

<sup>205</sup> “Tratarei, pois, de mostrar como na Cidade-Campo poderão ser desfrutadas oportunidades iguais a, aliás, melhores, que as de intercâmbio social de qualquer cidade apinhada, enquanto, ainda assim, as belezas da natureza possam ali abraçar e desenvolver cada um dos habitantes; como salários mais altos poderão ser compatíveis com taxas de alugueis reduzidos; como oportunidades fartas de emprego e perspectivas brilhantes de melhoria de vida poderão ser garantidas para todos; como o capital poderá ser atraído e a riqueza gerada; como as mais admiráveis condições sanitárias poderão ser asseguradas; como belas casas e jardins poderão estar ao alcance de todos; como os limites da liberdade poderão ser ampliados e ainda assim todos os melhores resultados do entendimento e da cooperação serem colhidos por um povo feliz” (Howard, 2002: 111).

“marginalidade universitária” (Cardielos, 2000: 45), que, sendo excluída como zona própria e não sendo incluída no núcleo de preservação da “Alta”, teve muitos de seus edifícios demolidos para a construção da cidade universitária atual (Santos, 1983: 12).

O início da expansão a sudeste do centro da cidade (onde hoje se localiza a “Solum”, um dos quatro territórios deste estudo), com a construção, na década de 1940, do bairro residencial econômico Marechal Carmona (atual Bairro Norton de Matos, hoje transformado em um bairro de classe média), “construído para combater a carência habitacional, agravada pela destruição de parte do tecido urbano residencial da alta para as obras da Universidade” (Moreira, 2014: 67), do Estádio Municipal (no espaço hoje ocupado pelo Estádio Cidade de Coimbra), do Liceu Nacional Infanta Dona Maria (atual Escola Secundária da Infanta Dona Maria), da Escola do Magistério Primário (atual Escola Superior de Educação de Coimbra), da Escola Industrial (atual Escola Secundária Avelar Brotero) e da antiga Igreja de São José, pode ser compreendida como uma herança do plano de De Gröer, embora de fato o plano, tal como previsto, não tenha se concretizado (Lobo, 2000: 32).

Passados quase dez anos da aprovação do Plano De Gröer, o engenheiro urbanista português Antão de Almeida Garrett propôs à Câmara, em 1953, uma revisão àquele anteprojeto. A proposta de revisão foi aprovada e entre 1954 e 1955 Almeida Garrett apresentou dois documentos, respectivamente: “Comunicações” e “Plano Regulador de Coimbra”, tendo este último passado por duas revisões – a última em 1959 –, sendo aprovado em definitivo em 1964.

Resumidamente, o Plano Regulador de 1959 assinalava as falhas do Plano De Gröer (impossibilidade da concretização de uma urbanização seguindo o modelo de cidades-jardins em um território escasso em terrenos próprios para edificações e o fato de o Plano De Gröer se constituir em um anteprojeto, uma sugestão que deveria ser corrigida e detalhada antes de ser tomada como um projeto a ser seguido<sup>206</sup>) e enumerava, a partir da realidade da cidade, sete objetivos a serem alcançados: (i) Proteger das cheias do rio os terrenos baixos das duas margens do Mondego; (ii) Desviar a linha férrea da Lousã e parte da Estrada Nacional I do atravessamento da cidade; (iii) Melhorar as ligações entre a “Alta” e a “Baixa”; (iv) Adaptar a sua urbanização residencial a um terreno de forte relevo, apoiado em uma rede mestra de vias arteriais e coletoras; (v) Urbanizar extensões territoriais visando uma expansão fácil de atividades e habitações; (vi) Organizar o tecido urbano aos seus agrupamentos populacionais; (vii) Construir uma rede de esgotos eficiente, dotando a cidade de água potável e abundante (Santos, 1983: 41-42).

Ao mesmo tempo em que punha de lado o sistema de cidades-jardins, Almeida Garrett mantinha as principais linhas do plano anterior: a criação da Avenida Central como um meio de ligação da Praça 8 de Maio à Avenida Emídio Navarro e a lógica do zoneamento (agora incluindo as zonas ferroviárias, portuárias – com um cais na margem direita do Rio –, desportivas, urbanas locais e a cidade universitária) (Santos, 1983: 47; Lobo, 2000: 32). Como um dos pontos de destaque do Plano de Almeida Garrett está a proposta de escalonamento das unidades residenciais, que deveriam respeitar a seguinte organização: (i) O primeiro escalão, corresponderia à vizinhança, reconstituindo o arranjo aldear<sup>207</sup>; (ii) O segundo escalão, referente ao bairro,

---

<sup>206</sup> A conversão de planos em anteplanos cria, na interpretação de Cardielos (2000: 45), “um impasse determinativo [...], com a subsequente perda de valor e capacidade de vínculo”.

<sup>207</sup> Os equipamentos previstos por escalão eram os seguintes: no primeiro escalão, um jardim escola-creche, uma escola primária com pátio para recreio, um fontanário, uma cabine telefônica e uma caixa de correio; no segundo escalão, recinto infantil, núcleo comercial (padaria, açougue, mercearia, confeitaria, peixaria e uma loja cooperativa), lavadouro e sanitário públicos, jardim de bairro, biblioteca popular, posto de puericultura, posto clínico da Federação das Caixas de Previdência, posto de bombeiros, com cruz vermelha e ambulância, correios e telefone, uma capela ou igreja com educandário, um café, um clube com salão de reuniões e de festas, algumas oficinas de pequenas reparações, sapateiro, carpinteiro, canalizador e praça de táxis; no terceiro escalão, centro

equivaleria a uma pequena vila; (iii) O terceiro escalão, correspondendo à freguesia, atingiria um nível urbano semelhante às vilas; (iv) Por último, o quarto escalão, a unidade urbana, que corresponderia ao núcleo citadino, propriamente dito (com a recomendação de uma população entre os 25.000 e os 75.000 habitantes, sendo ideal um número não superior a 40.000<sup>208</sup>). (Santos, 1983: 43-45). Esta proposta de escalonamento é especialmente interessante, pois revela uma preocupação social na medida em que propõe uma organização espacial nuclear que busca promover o convívio vicinal e a solidariedade de proximidade e entreajuda. Por outro lado, reforça a estratificação, a segregação, a exclusão e a imobilidade sociais, uma vez que cada bairro seria destinado a uma camada específica da população.

O resultado mais palpável do Plano de Almeida Garrett é de caráter infraestrutural e só veio a se concretizar, de fato, na década de 1980. Diz respeito ao desvio do trânsito da Estrada Nacional I, saindo do centro da cidade e passando a circular pela margem esquerda do Rio Mondego; e à construção do Açude-Ponte<sup>209</sup> de Coimbra, que além de ligar as duas margens do rio por estrada, ainda regularizou o nível de suas águas (Lobo, 2000: 32). Entretanto, sua participação na elaboração original e, mais tarde, no acompanhamento do Plano de Urbanização da Unidade Residencial do Calhabé, em seguimento à expansão a sudeste, iniciada por De Gröer, deve ser assinalada.

O último plano urbanístico do período do Estado Novo, já em vésperas da democratização do país, foi o Plano de Gestão do Concelho e da Cidade, de Manuel Leal Costa Lobo. Esse plano sofreu muitas críticas e contestações, chegando mesmo, em 1974, uma comissão composta por aproximadamente 200 técnicos, proprietários e munícipes, encaminhar à Câmara Municipal um documento solicitando a rescisão contratual do engenheiro urbanista, então consultor da Câmara (Santos, 1983: 64).

A construção do plano, também chamado de Plano de Coimbra 1974, teve início com a elaboração, em 1970, do Plano Concelhio (Plano de Urbanização de Coimbra 1970, Ordenamento do Concelho). O Plano Concelhio foi encaminhado à apreciação da Direcção Geral dos Serviços de Urbanização em 1971, tendo sido aprovado, em 1973, com a ressalva de que o mesmo, em acordo com a legislação vigente, que não previa a elaboração de planos concelhios, deveria atuar “como elemento base de orientação para ser utilizado pela Câmara Municipal na revisão do Plano Geral de Urbanização de Coimbra, bem como na elaboração de quaisquer outros planos que venham a mostrar-se necessários” (Parecer nº 3908 do CSOP sobre o Plano de Urbanização de Coimbra 1970, citado por Santos, 1983: 66). O Plano de Coimbra 1974, por sua vez, foi apresentado à discussão pública em 1975, sendo encaminhado à Direcção Geral de Planeamento Urbanístico em 1976, após alterações (Santos, 1983).

Dos três planos aqui apresentados, o Plano de Costa Lobo é o que revela uma preocupação maior na inserção da cidade em um espaço envolvente maior – o concelho<sup>210</sup>. Sua concepção de planejamento urbano como um processo contínuo, permanente

---

cívico, centro administrativo com edifícios públicos (regedoria e junta de freguesia), centro comercial e espaço para pequenas feiras, ensino técnico, comercial e industrial, de acordo com as conveniências de seus habitantes, parque para desportos, piscina, estação de correios, esquadra de polícia, igreja paroquial, com salão de catequese, centro social com teatro, sala de conferências, sala de exposições, sala de danças e biblioteca e hotel-restaurant; e no quarto escalão, centro cívico de ordem superior, mercado municipal, ensino secundário, museus, grande estádio para desportos e piscina de competição, hospital de urgências e internamentos e paragens e estações de trens, ônibus e elétricos (Santos, 1983: 43-45)

<sup>208</sup> A população total de Coimbra, em 1950, era de 48.858 habitantes. Almeida Garrett projetou o seu plano até 1990, estimando uma população total de 120.000 habitantes. Segundo o INE, em 1991 a população total de Coimbra já era de 139.052 habitantes.

<sup>209</sup> Uma pequena barragem construída a norte do centro da cidade (Rebello, 1996: 11).

<sup>210</sup> Como já mencionado, o concelho é entendido como uma entidade territorial maior, tendo o município como unidade político-administrativa. A cidade, nessa concepção, corresponde ao núcleo urbano do concelho, um espaço cujo uso do solo é predominantemente não agrícola, embora as discussões sobre o

e dinâmico também deve ser destacada, como também a participação da população nesse processo e, ainda, a mobilização dos setores público e privado na gestão de iniciativas, com ênfase ao setor público no comando do desenvolvimento urbanístico da cidade (Santos, 1983: 70). Para Costa Lobo, um plano de urbanização deveria se constituir em um instrumento de gestão.

Costa Lobo, ao elaborar o Plano de Coimbra 1974, definiu dois tipos de objetivos a serem alcançados: gerais<sup>211</sup> e operacionais.

Uma das propostas mais interessantes do Plano de Costa Lobo foi o “Plano Verde”, que tinha como objetivos o recreio, a proteção da paisagem e do solo e a valorização estético-cultural da cidade. O “Plano Verde” previa a ligação entre o Jardim Botânico, o Parque da Cidade e o rio; aquisição de terrenos nas margens direita e esquerda do rio, com espaços, equipamentos e serviços destinados ao recreio, convívio e campismo; construção de uma ponte pedonal no Mondego, ligando as duas margens (Santos, 1983: 87).

O Plano de Gestão do Concelho e da Cidade, de Costa Lobo, nunca chegou a ser definitivamente aprovado e, menos ainda, implantado. Entretanto, constituiu-se um plano de concepções inovadoras, que inspiraram mudanças nas formas de gestão urbanística, inclusive em termos de legislação, mudanças, essas, não isentas de críticas por parte de urbanistas<sup>212</sup>. Nesse sentido, “os planos de escalão concelhio apenas viriam a ser consagrados na lei depois de 25 de Abril de 1974, com as Leis n<sup>o</sup> 79/77, Atribuições das Autarquias e Competências dos Respectivos Órgãos, e Lei 208/82<sup>213</sup>, Plano Director Municipal” (Santos, 1983: 66).

Em termos mais pragmáticos, algumas sugestões apontadas no Plano de Costa Lobo acabaram por ser realizadas, posteriormente, na cidade, como, por exemplo, a via circular externa da cidade; a construção da Ponte Pedonal Pedro e Inês e do Parque Verde do Mondego, ambos no âmbito do Programa Polis<sup>214</sup>, inaugurados, respectivamente, em 2006 e 2004.

Parece-me patente, olhando para as dinâmicas protagonizadas por Coimbra, que os planos e as transformações urbanísticas pelas quais a cidade foi passando, ao longo dos anos e até os dias atuais, e as formas como essas mudanças foram se processando, refletem as concepções, intenções, escolhas e interesses de cada período histórico, em contextos políticos, econômicos e sociais próprios. Entretanto, “[a] cidade não é apenas consequência de um projecto que é imposto a uma população indiferente

---

urbano e o rural deixem claro que as conformações contemporâneas dos espaços urbanos põem em causa as concepções duais e as diferenciações tradicionais entre campo e cidade (Sánchez, 2009: 94).

<sup>211</sup> Os objetivos gerais do Plano eram: (i) Contribuir para o bem comum; (ii) Acelerar o crescimento da cidade em termos econômicos; (iii) Fomentar e apoiar o desenvolvimento sem prejuízo da qualidade paisagística e ambiental da cidade; e (iv) Facilitar o desenvolvimento da cidade como polo regional. Como objetivos operacionais, Costa Lobo propunha: (i) Organizar a informação e os estudos em um Banco de Dados; (ii) Enquadrar e retroagir a cidade em termos de desenvolvimento e planeamento regional e nacional; (iii) Salvar os valores culturais e os recursos econômicos e ecológicos; (iv) Determinar capacidades e vocações de cada setor; (v) Estruturar espacialmente a cidade, buscando alternativas a partir da avaliação de valores e custos sociais; (vi) Definir os processos e meios de gestão e participação; (vii) Solucionar problemas-chave e de especial valor estratégico (Santos, 1983: 77).

<sup>212</sup> Uma dessas críticas, elaborada por Cardielos (2000), diz respeito a uma suposta tecnocracia que os planos concebidos como instrumentos de gestão podem comportar: “A estrutura municipal passa agora a assegurar, internamente a resposta, num modelo de planeamento administrativo e tecnocrático, onde já sob a formulação legislativa de 1990 se associam planos concelhios, planos parciais de urbanização, e de pormenor [...], que procuram servir antes de mais os interesses políticos da gestão” (Cardielos, 2000: 46)

<sup>213</sup> Revogada pelo Decreto-Lei n<sup>o</sup> 69/90, de 02 de março.

<sup>214</sup> “O Programa Polis resulta da associação do Estado (Ministério das Cidades, Ordenamento do Território e Ambiente) e as Câmaras municipais de várias cidades portuguesas, com o objetivo de intervir nas vertentes urbanísticas e ambientais para aumentar a atratividade das cidades. O Estado contribui com 60% do capital e as autarquias locais com os restantes 40%. Os principais objetivos do programa são: promover a multifuncionalidade; revitalizar e requalificar as cidades com ações que contribuam para tal; melhorar a qualidade do ambiente urbano e valorizar a presença de elementos ambientais, tais como frentes de rio, apoiando ações de requalificação; aumentar os espaços verdes, as áreas pedonais e diminuir o tráfego de automóvel no interior das cidades, apoiando iniciativas para esse fim” (Ribeiro, 2014: 50).

que se molda, passiva, às directrizes dos administradores e dos planificadores. Para além dos planos, a urbanidade é, sobretudo, a sociedade que os cidadãos produzem e as maneiras como a forma urbana é ‘gasta’ pelos usuários” (Costa, 2001: 35).

Nesse sentido, é importante referir que muitas ações planejadas ou sugeridas pelos planos de urbanismo elaborados para a cidade não chegaram a ser concretizadas, porque, além de outros constrangimentos, como falta de adequação à legislação, ou falta de recursos financeiros, houve alguma resistência da própria população, que nem sempre se dispõe a ter o seu cotidiano transformado em prol de supostos – e, por vezes, escusos – benefícios para a cidade.

Esta breve revisão sobre a formação geográfica e histórica de Coimbra, incluindo as tantas reformulações urbanas que foi inspirando e protagonizando, teve como propósito contextualizar a cidade de modo que suas conformações, lógicas e dinâmicas atuais possam ser compreendidas e analisadas a partir de referenciais concretos e simbólicos de passados remotos e mais recentes. Embora, a princípio, diga mais respeito aos territórios urbanos da “Alta” e da “Solum”, a formação histórica e geográfica de Coimbra também se reflete – ao menos como representação – na formação, principalmente identitária, dos demais territórios, inclusive os rurais, aqui representados pelos territórios do “Botão” e do “Casal do Lobo”, mesmo que esta representação signifique um posicionamento de afastamento e até de oposição em relação à cidade de Coimbra.

Assim, em uma primeira análise, os processos formativos de Coimbra parecem explicar, pelo menos em parte, a “vocalização” (ou condicionalismo, como diria Rebelo (1996)) da cidade para o turismo e o património, a partir de um discurso histórico de “auto-convencimento e auto-celebração” (Fortuna, 2006: 02)<sup>215</sup>.

A história da cidade, sua importância para a região, para o país e para o mundo, o fato de ter sido capital do Reino e de albergar uma das mais antigas e importantes universidades do mundo talvez também possam, em parte, explicar a marcada hierarquização da cidade, de seus espaços, de suas atividades, de suas relações, e a ênfase dada à educação formal, especialmente ao ensino superior, mesmo que (ou talvez por isso mesmo) seu acesso e, principalmente, a permanência e o sucesso, nem sempre sejam fáceis, podendo se transformar em processos excludentes. O peso da sua universidade (onipresente em sua torre – a “Cabra”<sup>216</sup> – visível, no alto da colina, de praticamente qualquer ponto da cidade), inclusive como referência turística e patrimonial, também se reflete em termos simbólicos e representacionais nos imaginários construídos sobre a cidade – e mesmo sobre o concelho como um todo –, mesmo por seus cidadãos e cidadãs, muito embora esta imagem venha se desgastando, pouco a pouco, provocando o que Fortuna e Peixoto (2002: 09) reconhecem como um “desencantamento da cidade”.

Mesmo assim, essa imagem tradicional reforça a ideia de um espaço público como privilégio de poucos; espaço este sequer pensado, para muitos, principalmente enquanto lugares de pertença. Obviamente, Coimbra é muito mais que sua Universidade. Esta, por sua vez é muito mais que um espaço patrimonial e turístico cuja força gravitacional está concentrada em seu passado histórico. Vivendo o presente, a Universidade tem projetado e construído o seu futuro e contribuído para a construção do futuro do município, do país e do mundo. O ensino e a pesquisa têm legitimado Coimbra como um grande polo de

---

<sup>215</sup> Fortuna (2006) analisa que ao lado dessa imagem auto-positivada, Coimbra carrega, também, uma imagem de auto-complacência, como uma cidade “impotente e em perda [...], sem iniciativa nem auto-estima e por isso mal preparada para enfrentar com sucesso os desafios do novo milénio” (Fortuna, 2006: 02).

<sup>216</sup> “Da torre de vigia permanente/De onde vela por nós e nos ampara,/O sino diz: - Ó perdulária gente,/O tempo voa, voa, mas não pára!” (Oliveira, 1930 [2003: 182]).

desenvolvimento, principalmente nas áreas da saúde (o Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra é referência para a região e para o país) e de inovação e desenvolvimento tecnológico, tendo o Instituto Pedro Nunes, uma incubadora tecnológica que busca ligar a Universidade ao mundo empresarial, um papel preponderante nesse processo.

Passado, presente e futuro; Universidade, poder público local, regional e nacional, empresas, organizações, comunidade; tecnologia, sociedade e humanidade; educação formal, informal e não formal; hierarquia, horizontalidade, autoridade, participação... Embora possa parecer desnecessária, penso que esta é uma reflexão fundamental para este trabalho, pois as vivências e relações cotidianas dos territórios também estão impregnadas de imaginários, representações e significados construídos a partir de contextos históricos passados, mas, muitas vezes, ainda muito presentes nessas vivências e relações. Talvez as forças tenham sido, até agora, desiguais. A gestão adequada do território deve promover – não sem conflitos, não sem confrontos, mas buscando o diálogo e o consenso – o equilíbrio dessas forças. Todas são faces de um mesmo processo, um processo permanente que, como tal, requer permanentes reflexões, idas e vindas, recuos, desvios e avanços. Sigamos, então, caminhando.

Nas próximas subseções deste capítulo, procedo à apresentação de cada um dos quatro territórios do estudo. Para esta apresentação, recorro muito mais às minhas próprias impressões, construídas com base nas observações, vivências e coleta de informações de cada um dos territórios, do que, propriamente, a um referencial teórico.

### **2.2.2. O Urbano**

Esta subseção é dedicada a apresentar os dois territórios urbanos trazidos para o estudo, a partir de seus contextos geográficos, históricos e arquitetônicos. Cabe reforçar que são meu olhar, minhas percepções e minhas sensações, a partir das pesquisas empírica e bibliográfica realizadas, que me conduzem – e, necessariamente – me fazem conduzir os/as supostos/as leitores/as nesta caminhada, ainda que este olhar, percepções e sensações não sejam estáticos, transformando-se a cada aproximação, a cada contato, a cada interação com os sujeitos desta investigação.

### 2.2.2.1. A “Alta”

*E o que direi das tuas ruas? Tão mal postas  
Que quem debaixo acima se encaminha,  
Traz as coxas das pernas descompostas,  
E vem capaz de um caldo de galinha:  
Pois uma, que lhe chamam Quebra Costas,  
Juro, que sempre foi tentação minha;  
Porque já uma vez este meu lombo  
Deu nas suas escadas um bom tombo.*

*(Amaro Mendes Gaveta, 1816)*

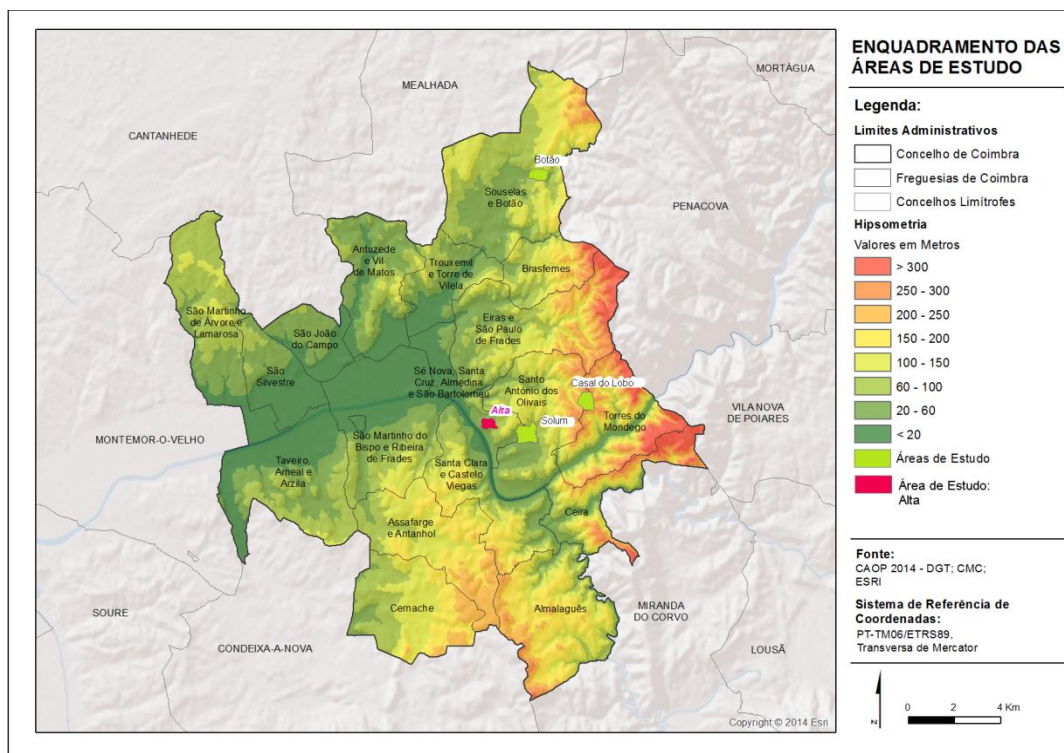
*Oh, “Alta” bela, tu tens encanto,  
teus monumentos e os teus estudantes,  
tu és bonita, tens tradição,  
onde o estudante amou a Tricana e faltou à lição.  
Sé Nova é bela, Sé Velha é linda, com o seu Arco do Almedina.  
Ai, quem ensina há muito encanto, são os doutores com a Torre D’Anto.*

*(Canção de Dona “Antónia”, 89 anos, moradora da “Alta”, participante deste estudo)*

*O tempo voador, que tudo come,  
De tais riquezas só poupou o nome;  
Tudo ali hoje é pobre, velho e estreito,  
Sem um vislumbre do esplendor extinto!*

*(Eugénio de Castro, 2003: 79 [1940])*

Começo estas duas subseções, nas quais busco distinguir os dois territórios urbanos (a “Alta” e a “Solum”) dos outros dois territórios rurais (o “Botão” e o “Casal do Lobo”), pelo território mais antigo da cidade de Coimbra, o seu ponto originário: a “Alta”, cuja história se confunde com a própria história da cidade (Cartogramas 4).

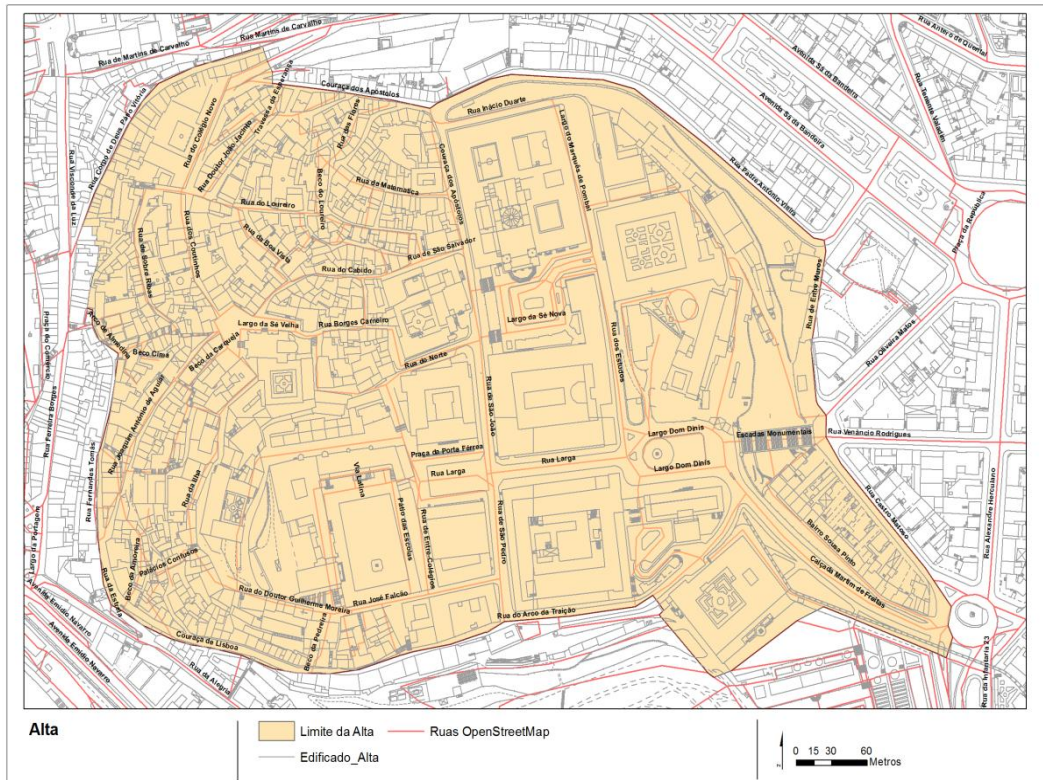


Cartograma 4: Enquadramento da Área de Estudo: "Alta".

A “Alta” de Coimbra constitui-se um verdadeiro cartão de visitas da cidade. Ir à Coimbra e não visitar o espaço histórico da “Alta”, com suas ruelas e becos íngremes; suas escadarias a cortar os caminhos; os Largos da Sé Velha e da Sé Nova – palcos de acontecimentos religiosos e culturais –; e seu astro principal, a Universidade de Coimbra, corresponde à propagada máxima de “ir-se a Roma e não se ver o Papa”<sup>217</sup>. O cartograma a seguir mostra a delimitação desta área de estudo, abrangendo exatamente o núcleo central deste território – ocupado, em grande parte – pelos prédios da Universidade, bem como seu entorno, basicamente residencial e turístico (Cartograma 5).

<sup>217</sup> Este é um dito popular bastante conhecido no Brasil. “Ir a Roma e não ver o Papa” tem, emblematicamente, o significado de ir a algum lugar e não conhecer seu principal símbolo. Em um sentido mais popular ainda, significa dispendar tempo e não realizar o mais importante.





Cartograma 5: Delimitação da Área de Estudo: "Alta".

Imponente, no alto da colina mais elevada, a visão da “Alta”, e, mais especificamente, da Torre da Universidade – a “Cabra” –, faz parte do cotidiano de Coimbra, sendo praticamente impossível evitá-la, esteja-se em qualquer ponto da cidade. Esta é uma das visões mais marcantes da cidade, principalmente para os não-nativos, mas, igualmente importante e repleta de significados para seus autóctones (Imagem 7).



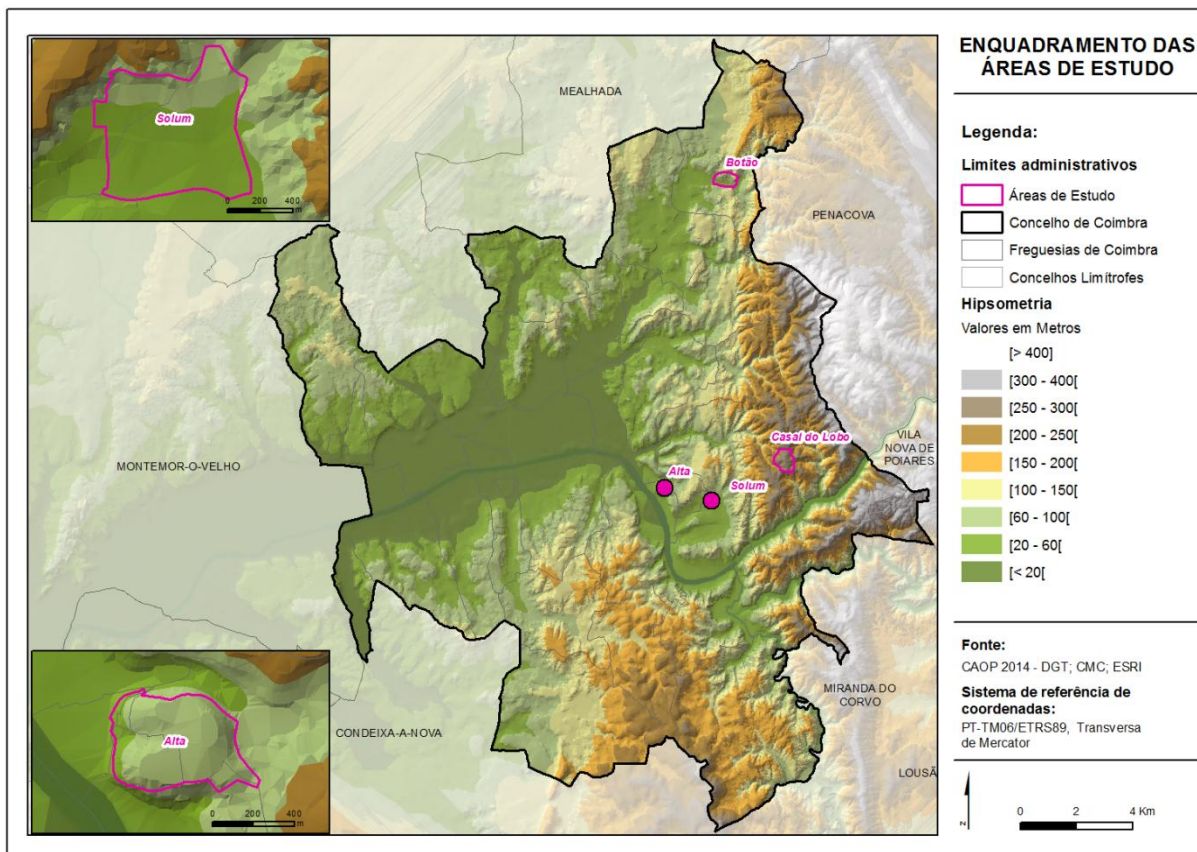
Imagem 7: Visões da "Alta": Da Ponte Pedonal Pedro e Inês; do Parque Verde do Mondego (margem direita); da Baixa; do Paço das Escolas; do Cemitério da Conchada; e da Ponte de Santa Clara.

Sendo uma das chamadas “cidades de colina”<sup>218</sup>, cidades construídas, como estratégia de proteção e de marco hierárquico<sup>219</sup>, no topo da colina mais alta do território (Lobo; Simões Júnior, 2012; Simões Júnior; Campos, 2013), com uma altitude que chega, atualmente, aos 108 metros, contra os 19 metros encontrados nas zonas mais deprimidas da “Baixa” (Alarcão, 2008), Coimbra, como já visto, tem sua origem mesmo na “Alta”, uma das áreas mais declivosas da cidade. A própria designação – “Alta”, ou “Almedina”, na versão moçárabe – é indicativa de sua localização: o topo da colina, além, é claro, de marcar uma oposição à “Baixa”, território “fora de portas” outrora destinado à população plebeia, onde as ruas Ferreira Borges e Visconde da Luz assumem de forma bem vincada a linha divisória entre os setores da encosta e da planície. O cartograma que segue apresenta o enquadramento dos quatro territórios do estudo com suas respectivas hipsometrias, ou seja, a altitude de cada um dos territórios, dando destaque comparativo aos territórios da “Alta” – cuja altitude varia entre os 60 e os 100 metros, representando grandes elevações e desníveis no terreno – e da “Solum”, com uma altitude inferior aos 20 metros, garantindo terrenos mais planos e pouco elevados e, dessa forma, facilitando os deslocamentos pelo território, nomeadamente os pedonais (Cartograma 6).

---

<sup>218</sup> Mais uma vez retomando Lobo e Simões Júnior (2012), a “expressão ‘cidade de colina’ é de aceção luso-brasileira, associada à tradição urbanística de se escolherem sítios elevados para a fundação das urbes. [...] Difere, portanto, do entendimento de ‘ocupação de encostas’, expressão mais usualmente utilizada no Brasil, mas com significado distinto, pois em geral aplicada a urbanizações informais, como favelas e loteamentos ilegais” (Lobo; Simões Júnior, 2012: 17).

<sup>219</sup> A hierarquização do território da “Alta” deu-se, primeiramente (e mesmo antes, tanto da ocupação neolítica como da cidade romana de *Aeminium*), pela ocupação do espaço pelo castelo, pela igreja e demais edifícios públicos, abrigando a aristocracia e o clero; em seguida, pela universidade, abrigando a elite acadêmica constituída por professores e alunos.



Cartograma 6: Hipsometria das Áreas de Estudo.

Nos seus longos anos de vida, a “Alta” vivenciou grandes transformações territoriais (Veiga; Santos, 2012) – como já explicitado na seção dedicada à cidade de Coimbra – que culminaram em sua atual estrutura. Hoje, a “Alta” de Coimbra é um território cuja diferenciação espacial é marcada pelos usos e funções (acadêmicas, residenciais e turísticas, de uma maneira geral) de seu edificado, funções essas que, em algumas vezes se sobrepõem e que evidenciam, também, de uma forma segregadora e hierárquica, as categorias sociais de seus/suas ocupantes<sup>220</sup>. Os principais prédios da Universidade – que, na atualidade, se estende em outros dois polos e outros três espaços<sup>221</sup> – construídos e/ou restaurados e reestruturados para novas funções a partir da Reforma Pombalina<sup>222</sup> e, mais recentemente, durante o Estado Novo<sup>223</sup>, que desapropriou – e destruiu –<sup>224</sup> uma parte significativa do espaço residencial e de serviços desse território, ocupam o núcleo central da “Alta” (Imagem 8).

<sup>220</sup> De acordo com dados da BGRI/INE/2011, a “Alta” possui cerca de 594 edifícios, dos quais a maior parte (94,1%) se destina exclusivamente à habitação, também existindo edifícios cujas funções residenciais e comerciais são compartilhadas e, ainda, os museus, as duas catedrais católicas da cidade e o edificado da Universidade (ver Cartograma 3).

<sup>221</sup> O Polo 1 corresponde à zona “Alta” do centro histórico; o Polo 2 localiza-se no Pinhal de Marrocos, junto à margem esquerda do Rio Mondego; e o Polo 3, das Ciências e da Saúde, está localizado na zona de Celas, junto ao Centro Hospitalar da Universidade de Coimbra. Os demais espaços são: o Campo de Santa Cruz, destinado à prática desportiva, localizado próximo à Praça da República e ao Polo 1; o Estádio Universitário e a Faculdade de Ciências do Desporto e Educação Física, na margem esquerda do Mondego, próximo à Ponte de Santa Clara; e a Faculdade de Economia, próxima à zona de Celas.

<sup>222</sup> “A reforma pombalina marcou indelevelmente a Universidade até o Estado Novo, quer em virtude da amplitude e adequação pedagógica das instalações então construídas, quer pela ausência de edificações significativas durante o longo período que lhe seguiu” (Rosmaninho, 2006: 60). Dentre os novos edifícios da Universidade projetados pela Reforma Pombalina estão o Observatório Astronômico (a ser edificado no espaço anteriormente ocupado pelo Castelo, atual





Imagem 8: Edifícios da Universidade de Coimbra, na "Alta".

A área residencial, ocupando as ruas que circundam a Universidade, é composta por antigas residências, grande parte (aproximadamente 45%, segundo dados da BGRI/INE 2011) construída antes de 1919 (algumas com datas anteriores ao período pombalino), significando, obviamente, um edificado muito envelhecido, grande parte fora dos padrões de habitabilidade e acessibilidade exigidos na atualidade e sofrendo com o peso do tempo – e do próprio património –, embora algumas reabilitações prediais muito pontuais – e, em grande parte das vezes, superficiais, somente com a revitalização das fachadas – possam ser observadas<sup>225</sup>. As casas da “Alta”, em geral, têm mais de três andares, sendo plurifamiliares (grande parte desses edifícios são explorados como casas de aluguel<sup>226</sup>, sendo ocupados por várias famílias – incluindo famílias compostas exclusivamente por pessoas

---

Praça de Dom Dinis, e demolido durante as reformas do Estado Novo) e o Laboratório *Chimico*. Dos edifícios adaptados para outras funções, destacam-se o antigo Colégio de Jesus (ou das Onze Mil Virgens), onde foram instaladas as faculdades de Medicina e Filosofia, e a Igreja Jesuíta, dando espaço à Sé Nova, além da instalação da Imprensa Universitária no antigo claustro da Sé Velha e em casas das Ruas do Norte e Rua da Ilha, compradas para este fim (Rosmaninho, 2006).

<sup>223</sup> A necessidade de ampliação e adequação do espaço universitário que começou a se impor nos anos que se seguiram à Reforma Pombalina, foi o mote para que o Estado Novo realizasse sua própria reforma, marcando o espaço da “Alta” arquitetônica e ideologicamente. Segundo Rosmaninho (2006), a arte – e a arquitetura – deste período foram marcadas pelos princípios norteadores dos estados totalitários: “1º) pela supremacia dos objectivos políticos e propagandistas; 2º) pela pelo apertado controle da arte e dos artistas [e da arquitetura e dos arquitetos] exercido pelo Estado; 3º) pela tendência para recusar as vanguardas em benefício do classissismo monumental, do ecletismo historicista e da expressão pseudo-vernácula” (Rosmaninho, 2006: 15). A construção de uma nova “cidade universitária” (que, por não reunir as múltiplas funções de ensino, estudo e sociabilidades que uma cidade universitária alberga, resultou no que Torgal (1998: 136) chamou de “falsa cidade universitária”) coincidiu com uma “época em que os núcleos históricos urbanos eram correntemente depreciados, os arruamentos tortuosos e a existência de prédios residenciais davam ao conjunto universitário uma feição híbrida e algo trivial, desagradável para a forte corrente ‘progressista’ que, em nome dos valores da higiene e da monumentalidade, condenava as zonas históricas das cidades” (Rosmaninho, 2014: 631). São dessa época, por exemplo, a construção das Faculdades de Medicina, de Ciências e de Matemática, a ampliação do Largo do Castelo (atual Praça de Dom Dinis), e a ocupação dos Colégios de São Jerónimo e das Artes, então transformados em hospitais, para funções académicas.

<sup>224</sup> A desapropriação e destruição de parte do casario do Centro Histórico para a instalação da Universidade é, aliás, um dos pontos mais controversos do reconhecimento, pela UNESCO, da Universidade como Património Mundial.

<sup>225</sup> A existência de uma série de programas de reabilitação urbana (conforme Azevedo, 2011), aliada a alguns benefícios fiscais, não chega a superar as dificuldades em se reabilitar áreas patrimoniais. As exigências e regulamentações para os reparos e adaptações de prédios localizados nos centros históricos, embora necessárias, acabam por inviabilizar muitas iniciativas de proprietários/as e arrendatários/as, estes/as últimos/as muitas vezes representados/as pela população idosa, cujos rendimentos são, em geral e nesse território, especificamente, muito baixos.

<sup>226</sup> Segundo dados do INE/2011, de um total de 1064 alojamentos, 255 (quase 24%) são ocupados por arrendatários/as, contra 102 (cerca de 9,6%) ocupados pelos/as próprios/as proprietários/as. O preço dos aluguéis destinados à habitação são, em geral, muito baixos, respeitando a contratos bastante

idosas –, o que garante um maior aproveitamento e rendimento para os locadores), com escadarias internas – algumas dessas casas, com a intenção de acompanhar a inclinação do terreno, possuem andares mais abaixo do nível da rua, ocupando, também, o subsolo –, revelando-se pouco acessíveis aos/às seus/suas moradores/as, principalmente os/as que possuem alguma dificuldade de locomoção (Imagem 9).

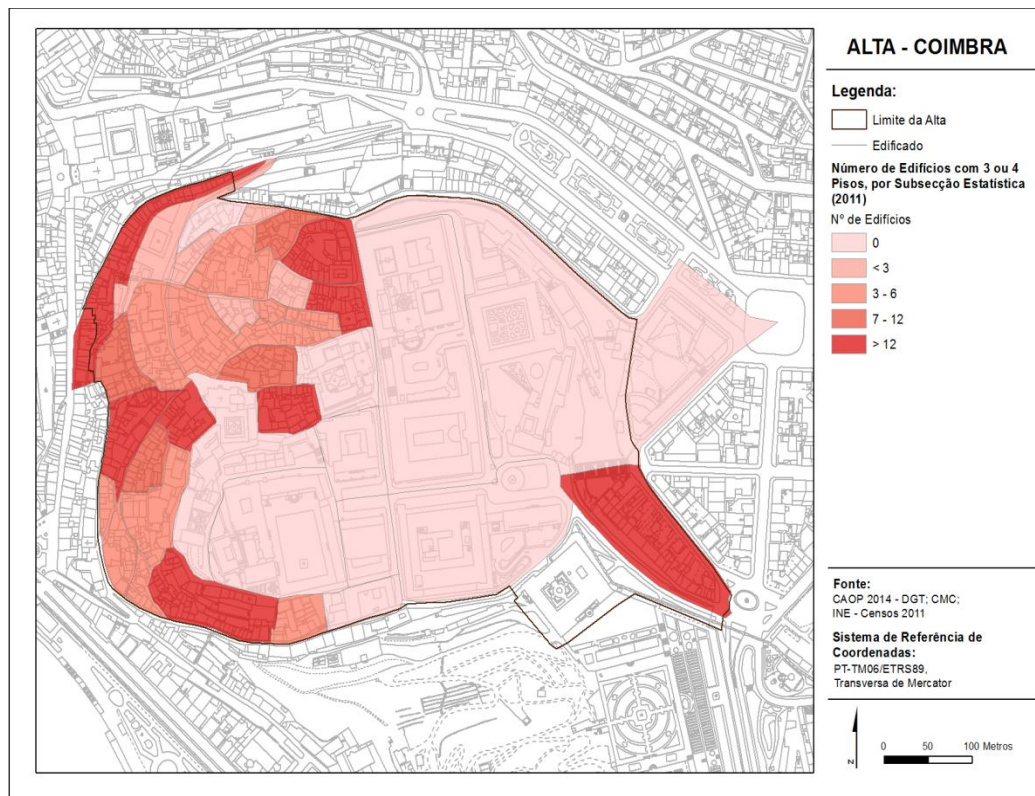


Imagem 9: Edifícios Residenciais da "Alta".

Sobre a estrutura dos prédios da “Alta”, ainda relativamente ao seu número de pisos, é possível perceber, no cartograma a seguir, que grande parte de seu edificado com maior número de pisos está concentrada justamente nas áreas residenciais desse território – com edifícios chegando aos quatro pisos. Este é um dado importante, pois a maioria esmagadora dos edifícios residenciais da “Alta” – grande parte habitada por uma população já idosa – tem seus acessos feitos por escadarias, não contando com medidas de acessibilidade, obrigando seus/as moradores/as a desenvolverem as mais diversas estratégias para a gerência de atividades cotidianas, o que significa, muitas vezes, a limitação de sua autonomia, implicando, também, na restrição de mobilidade e, conseqüentemente, na redução de possibilidades de sociabilidade. Situação diferente ocorre no território específico da Universidade. Mesmo os edifícios com maior número de pisos – como é o caso do edifício da Faculdade de Letras que, no total, possui sete pisos (quatro acima do nível da Rua Larga; três abaixo) – não apresentam maiores problemas de acessibilidade, possuindo ascensores e/ou rampas de acesso que facilitam a mobilidade de quem os frequenta (Cartograma 7).

---

antigos e acompanhando a própria precariedade dos prédios, em um círculo vicioso, onde a baixa qualidade do edificado define os valores baixos dos aluguéis e, ao mesmo tempo, os baixos preços dos aluguéis acabam por impedir melhorias na qualidade das habitações.



Cartograma 7: Concentração territorial dos edifícios com 3 ou mais pisos.

Sendo um território muito explorado pelo setor de turismo (que envolve iniciativas privadas, públicas e também parcerias público-privadas), o território da “Alta” também comporta uma série de bares, restaurantes, cafés, *hostels*, albergues de luxo (ou de “charme”, para usar uma terminologia portuguesa) e lojas de *souvenirs*, produtos típicos e artesanais, ou seja, equipamentos, serviços e produtos que têm como público-alvo os/as turistas nacionais e estrangeiros/as que visitam diariamente a cidade, movimentando a economia local e evidenciando uma realidade cada vez mais comum nos centros históricos: a reapropriação e transformação dos espaços pelo setor turístico, em franca expansão, mesmo em tempos de crise, criando uma notável diferenciação/segregação espacial que, no limite, acaba por expulsar antigos/as moradores/as, quer por inconformidade às novas estruturas espaciais que acabam com espaços tradicionais de comércio e sociabilidades, quer por impossibilidade de se manterem em territórios que cedem cada vez mais à especulação e exploração imobiliária que superfatura os valores dos imóveis, em um processo conhecido por *gentrificação*<sup>227</sup> (Imagem 10).

<sup>227</sup> Vasconcelos (2013) esclarece que o conceito de *gentrification* (cuja origem – *gentry* – pode ser traduzida por “pequena nobreza”) foi usado pela primeira vez em 1964 pela socióloga britânica Ruth Glass, na intenção de descrever a invasão de bairros operários londrinos pela classe média. “Essa ‘invasão’ de artistas, *yuppies* ou mesmo de famílias de classe média sem filhos [...], leva à valorização dos imóveis e à expulsão dos habitantes originais” (Vasconcelos, 2013: 29 – grifos do autor), podendo, também, ser realizado pelo Estado, através de programas de revitalização urbana normalmente voltados para o lazer e o turismo. De acordo com Bataller (2012), a *gentrificação* é um fenômeno fundamentalmente urbano que “consiste em uma série de melhorias físicas ou materiais e mudanças imateriais – econômicas, sociais e culturais – que ocorrem em alguns centros urbanos antigos, os quais experimentam uma apreciável elevação de seu *status*” (Bataller, 2012: 10 – grifos do autor). Esse fenômeno pode ter consequências bastante drásticas à



Imagem 10: Turismo recente na "Alta".

A instalação definitiva do Polo I da Universidade esvaziou o território da “Alta” dos serviços e comércios locais (hospitais<sup>228</sup>, mercearias, frutarias, farmácias) destinados à população residente que outrora ali havia, que foram transportados para a “Baixa” ou para novas centralidades da cidade, deixando carentes dessas ofertas a população que ali reside na atualidade. Esta lógica de fomento da expansão urbana para outras localidades antes inabitadas e/ou pouco valorizadas, iniciada ainda no Estado Novo, cria novas concentrações urbanas e novas categorias sociais – notadamente uma classe média e uma elite distintas entre si, mas cada vez mais distantes da população empobrecida e com pouca ou nenhuma possibilidade de mobilidade social, remanescente nos centros históricos e tradicionais (em Coimbra, a “Alta” e a “Baixa”) – a partir de diferenciações espaciais bem delimitadas.

Um dos pontos, aliás, que mais chama a atenção de quem visita a “Alta” é a demasiada ênfase ao turismo em detrimento da qualidade de vida das pessoas que ali vivem, transformando-a quase que em um espaço cenográfico (por vezes degradado, é verdade), onde, em um passado não muito remoto, havia vida e movimento. Ao ser classificada e identificada como um centro histórico, a “Alta” (juntamente com a “Baixa”) acabou, pouco a pouco, herdando uma série de problemas, típicos deste tipo de território: envelhecimento (populacional e territorial), degradação, potencial abandono de seu edificado e das áreas públicas, dificuldades de acesso e mobilidade (inadequação aos novos padrões de acessibilidade), falta de serviços e infraestruturas adequados, principalmente à população residente, risco iminente de gentrificação. Como bem sintetiza Fortuna (2006), as perdas

---

população de um território que, no limite, pode ser, forçada a se deslocar para outro território, em razão de variadas dificuldades de manutenção e permanência no território original

<sup>228</sup> O antigo Hospital Universitário, que, desde 1852, ocupava as antigas instalações dos Colégios das Artes e de São Jerônimo, transferiu-se, em 1987, para a região de Celas, transformando-se no Centro Hospitalar e Universitário de Coimbra, que comporta o Hospital Geral, o Hospital Pediátrico, o Hospital da Universidade, a Maternidade Bissaya Barreto, a Maternidade Dr. Daniel de Matos e o Hospital de Sobral Cid. Em relação às ofertas comerciais, atualmente, há apenas duas mercearias/frutarias na “Alta”, uma na Rua Joaquim António de Aguiar e outra no Largo da Sé Velha.

que os centros históricos, de uma maneira geral, vêm enfrentando dizem respeito não só a uma subalternização pelas novas centralidades, mas, também, “enquanto referência cultural e histórica da dignidade e da identidade urbanas” (Fortuna, 2006: 02).

Transitando entre as funções residenciais, turísticas e acadêmicas<sup>229</sup>, é na “Alta” que se concentra o maior número de “repúblicas estudantis” da cidade. As “repúblicas estudantis” são alojamentos comunitários, com estatuto próprio – ou regras de convívio estabelecidas entre seus/suas moradores/as –, compartilhados por estudantes durante o seu período de permanência na Universidade<sup>230</sup>. Em Coimbra, as “repúblicas” são consideradas patrimônios, tendo sua origem no século XIV, quando o rei Dom Dinis destinou, aos estudantes universitários, algumas casas na zona da Almedina, fomentando o protecionismo real no tocante ao alojamento, alimentação e bem-estar geral dos estudantes, política esta mantida, no século XVI, pelo rei Dom João III, que mandou providenciar mais moradias comunitárias universitárias (Silva; Madeira, 2009)<sup>231</sup>. Em geral, as “repúblicas” têm nomes jocosos e, além de espaços residenciais, constituem-se espaços turísticos – inclusive abertos a visitas –, culturais e de manifestações políticas, não só no âmbito estudantil. Estas “repúblicas” – 28, ao todo; metade localizada na “Alta” de Coimbra (Silva; Madeira, 2009) – são filiadas à Associação Académica de Coimbra, entidade estudantil ligada à Universidade<sup>232</sup>. A própria Universidade também gerencia um sistema de alojamento estudantil – são as chamadas “Residências Universitárias”, ou, simplesmente, RU. As RU são disponibilizadas pelos Serviços de Ação Social da Universidade de Coimbra – SASUC – através de edital próprio, com candidaturas abertas a estudantes com matrícula na UC ou em mobilidade<sup>233</sup>. Há, ainda, outro tipo de alojamento universitário, este organizado e gerenciado por iniciativas particulares, com quartos ou apartamentos destinados exclusivamente ao arrendamento pela população estudantil. (Imagem 11).

---

<sup>229</sup> A própria Universidade extrapola suas funções educacionais, sendo – principalmente o Polo I – uma das principais atrações turísticas da cidade.

<sup>230</sup> Normalmente é paga uma taxa mensal – que pode ou não incluir as despesas de água, energia e limpeza – sendo o restante das despesas dividido pelo grupo. No caso das RU, os preços variam entre 73,36 € e 264,60 €. Os valores dos alojamentos destinados aos estudantes de pós-graduação e/ou professores visitantes variam entre 350,00 € e 450,00 € mensais (25,00 € e 30,00 € a diária, respectivamente), conforme a tipologia. Valores em julho de 2017. Fonte: SASUC – [www.uc.pt/sasuc](http://www.uc.pt/sasuc).

<sup>231</sup> Apesar de as “repúblicas” da “Alta” ocuparem edificações bastante antigas e até degradadas, a especulação imobiliária, com o aumento abusivo dos aluguéis na revisão de contratos, tem provocado insegurança aos/às estudantes “republicanos”, que têm buscado alternativas e parcerias para manter as moradias.

<sup>232</sup> A Associação Académica de Coimbra – AAC – é a mais antiga associação de estudantes de Portugal (fundada em 03 de novembro de 1887), congregando mais de 25 mil estudantes, que automaticamente se tornam sócios a partir de sua inscrição na Universidade. Além de uma entidade estudantil, a AAC alberga várias seções culturais e desportivas (o clube de futebol profissional mais conhecido de Coimbra, o Académica, tem sua origem numa destas seções). Entre as 28 as “repúblicas” estudantis associadas à AAC, as mais antigas são Paços da República Baco e Paços da República dos Kágados, ambas fundadas em 1933. Fonte: Associação Académica de Coimbra: [academica.pt/academia/replicas-2/](http://academica.pt/academia/replicas-2/)

<sup>233</sup> Atualmente, a UC disponibiliza 14 RU: RU Alegria (masculina); RU Padre António Vieira, RU Penedo da Saudade, RU Santos Rocha, RU Teodoro, RU Combatentes (femininas); e RU São Salvador, RU João Jacinto, RU Polo II 1, RU Polo II 2, RU Pedro Nunes, RU Polo III, RU António José D’Almeida e RU Observatório Astronómico (mistas). Ao todo, são oferecidos 1350 lugares distribuídos por toda a cidade, contemplando os vários *campi* da Universidade. Fonte: SASUC – [www.uc.pt/sasuc](http://www.uc.pt/sasuc).





Imagem 11: "Repúblicas estudantis" da "Alta".

“Nos centros históricos [...] são frequentes os percursos íngremes, passeios estreitos, degraus, alguns trajetos inseguros, automóveis disputando espaço com os pedestres” (Machado, 2014: 07). A constatação de Machado (2014) refere-se aos centros históricos brasileiros, mas parece ter sido feita sob medida para o território da “Alta” de Coimbra, cuja herança moçárabe pode ser percebida em suas ruas, becos<sup>234</sup> e travessas<sup>235</sup> bastante estreitas/os, muitas/os com grandes declives, além de couraças<sup>236</sup>, largos<sup>237</sup> e escadas<sup>238</sup> que, em épocas anteriores, tinham como objetivo facilitar o percurso, mas, na atualidade, com a população cada vez mais envelhecida e com revestimentos também envelhecidos e desgastados, necessitando de reparos, acabam por se transformar em um grande obstáculo à mobilidade. Especificamente na “Alta”, encontram-se escadarias com degraus de diferentes alturas – de 20 a 30 cm<sup>239</sup> (observando-se mesmo degraus com 34 cm) –, desgastadas e escorregadias, sem corrimão – ou com corrimão necessitando de manutenção –, sem patamar para descanso (ou alguns apresentando calçamento degradado, pedras soltas, vegetação entre as pedras e sujeira acumulada), com um número excessivo de degraus ou muito íngremes e altas, representando riscos potenciais, tanto na subida – com prejuízo às articulações e ao sistema cardiovascular –, quanto na descida – com a possibilidade iminente de quedas e contusões (Imagem 12).

<sup>234</sup> Rua estreita e curta, pouco própria para o trânsito que, em algumas vezes, não possui comunicação com outra, ou seja, não tem saída (Geiger, 2012).

<sup>235</sup> Rua transversal estreita e curta que estabelece comunicação entre duas vias principais (Geiger, 2012).

<sup>236</sup> Fortificação que circunda um território, usada, antigamente, como ponto estratégico de defesa, representando, originalmente, a ligação entre o mar e a cidade: “Consolidada na sua extremidade por uma torre, a couraça permite deslocações protegidas entre a cidade e o mar [...]” (Carabelli, 2012: 91 – Do original: “*Consolidée à son extrémité par une tour, la couraça permet les déplacements à couvert entre la ville et la mer [...]*”. Tradução livre). No caso da Couraça de Lisboa, em Coimbra, o parapeito de proteção lhe confere, na atualidade, características de miradouro sobre o Rio Mondego e sua margem esquerda.

<sup>237</sup> Praças. Em geral, possuem uma igreja central (Geiger, 2012).

<sup>238</sup> Em meus passeios e levantamentos pelo território da “Alta”, contabilizei 20 escadarias, algumas em péssimas condições, representando um sério risco à população residente e aos/as turistas.

<sup>239</sup> O Decreto-Lei Nº 163/2006, de 08 de agosto, estabelece, em seu Anexo I, “Normas técnicas para melhoria da acessibilidade das pessoas com mobilidade condicionada”, Capítulo I, Seção 1.3, que os degraus em vias públicas devem ter uma altura entre 10 a 15 cm. As escadarias com degraus com altura superior a 40 cm devem ter corrimãos de ambos os lados ou duplo corrimão central, caso a largura da escadaria seja superior a 3 metros. Além disso, “[d]evem possuir patamares superior e inferior com uma faixa de aproximação constituída por um material de revestimento de textura diferente e cor contrastante com o restante piso” (Decreto-Lei Nº 163/2006, Anexo I, Capítulo I, Seção 1.3, item 1.3.1, subitem 1).



Imagem 12: Escadarias.

Em relação às pedras que revestem as ruas da “Alta”, pode-se dizer, em linhas gerais, que há três distintos tipos de revestimento: seixo rolado “assente à sorte”, ou seja, sem um padrão de colocação; calçamento português e paralelepípedos. Cerca de 98% das ruas das ruas da “Alta” são revestidas em seixo rolado, conforme estimativa do Gabinete para o Centro Histórico. Sendo uma pedra originalmente recolhida do próprio Rio Mondego<sup>240</sup>, o calçamento apresenta-se desigual, com desníveis perigosos às caminhadas. Além disso, a pedra é roliça e escorregadia, principalmente em dias de chuva, podendo, também, ferir os pés se estes estiverem calçados com sapatos de solados mais baixos e finos (embora o uso de saltos altos represente um desafio às/aos aventureiras/as). A vegetação (grama, musgo) acumula-se facilmente entre os seixos, tornando o calçamento ainda mais escorregadio e perigoso. Em muitos trechos, encontram-se seixos soltos e buracos. O chamado calçamento português que reveste algumas calçadas da “Alta” e grande parte das calçadas de várias cidades portuguesas, por sua vez, embora possa ser considerado um avanço sobre o seixo rolado, e possua um valor patrimonial inegável<sup>241</sup>, sendo um dos símbolos identitários do país, também apresenta uma série de problemas à mobilidade: é escorregadio, pois é muito liso, ficando ainda mais liso com o desgaste do passar do tempo. Em épocas de chuva, além de ficar ainda mais escorregadio, fica propenso ao acúmulo de água em seus pontos mais desgastados e côncavos, sendo quase impossível se evitar de pisar em poças d’água, às vezes de grandes dimensões e profundidade. Por fim, as ruas revestidas com paralelepípedo apresentam-se como mais acessíveis, pois esta é uma pedra regular,

---

<sup>240</sup> Além de representar o aproveitamento de recursos naturais locais, essa pedra era usada como estratégia para barrar as águas pluviais e evitar deslizamentos e inundações nas áreas menos elevadas da “Alta”.

<sup>241</sup> Este, aliás, é um ponto de discórdia entre os/as representantes de entidades culturais, históricas e em defesa do patrimônio público, e os/as que representam associações e instituições pró-acessibilidade. O Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa, aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal daquela cidade em fevereiro de 2014, faz críticas veementes à acessibilidade desse tipo de calçamento, inclusive nos centros históricos. Como era expectável, este Plano foi alvo de protestos, manifestações e petições de várias entidades e pessoas ligadas ao patrimônio e à memória cultural da cidade e do país, em defesa da permanência – e até obrigatoriedade – desse tipo de pavimentação nas calçadas de Lisboa.

assentada de forma ordenada, além de ter uma grande durabilidade, não necessitando de reparos constantes, como as outras duas. Na “Alta”, entretanto, este tipo de calçamento só é encontrado na zona universitária. Na imagem que segue é possível uma breve comparação entre os três revestimentos (Imagem 13).



Imagem 13: Tipos de calçamento na "Alta".

Tal como as escadarias, as ruas declivosas da “Alta” também representam um desafio e um potencial risco aos/às seus/suas transeuntes, principalmente às pessoas idosas ou pessoas com mobilidade reduzida e/ou condicionada<sup>242</sup>. As subidas são um desafio aos sistemas cardiovascular e respiratório. As descidas, por sua vez, sobrecarregam as articulações e são um risco elevado às quedas. Ruas com grandes declives e com calçamentos precários, escorregadios, em desnível são a principal motivação das reclamações dos sujeitos idosos que vivem e circulam por esse território (Imagem 14).

---

<sup>242</sup> O Decreto-Lei Nº 163/2006 também legisla sobre esta matéria, determinando, em seu Anexo I, Capítulo 4, Secção 4.7, item 4.7.5, que ospisos devem ter inclinação inferior a 5% na direção do percurso e não superior a 2% na direção transversal ao percurso, sendo que os trechos de percurso pedonal com inclinação superior a 5% devem ser considerados rampas e, neste caso, não devem ter inclinação superior a 6%, vencendo um desnível não superior a 60 cm e tendo uma projeção horizontal não superior a 10 metros; ou ter uma inclinação superior a 8%, vencendo um desnível de até 40 cm em uma projeção horizontal não superior a 5 metros. Além disso, se vencerem desníveis superiores a 40 cm, devem, ainda, ter corrimãos de ambos os lados ou um duplo corrimão central, se sua largura for superior a 3 metros; e ter ambos os tipos de corrimãos, se sua largura superar os 6 metros.



Imagem 14: Ruas com muito declive.

Outro grande problema, referente ao quesito mobilidade na “Alta”, diz respeito à não existência de calçadas ou espaços dedicados exclusivamente aos pedestres, na grande maioria das ruas deste território. Está claro que, sendo a ocupação da “Alta” muito remota, as preocupações com possíveis conflitos entre pedestres e automóveis eram inexistentes. Além disso, a esperança média de vida vem, de forma global, crescendo visivelmente, com os espaços públicos sendo ocupados por pessoas cada vez mais idosas e, ainda, por pessoas com variadas condições de mobilidade, exigindo padrões de acessibilidade mais inclusivos e que englobem todas as possibilidades de mobilidade. Em tempos de supremacia dos automóveis em médias e grandes cidades, esta preocupação se torna ainda mais pertinente, presente no cotidiano de muitas pessoas que transitam a pé pela cidade, e, por vezes, se acentuando nos centros históricos, que, em geral, não são planejados – sequer adaptados – para um convívio harmônico e equilibrado entre duas forças muito desiguais<sup>243</sup>.

Outro problema se associa ao fato de não haver espaços para o tráfego pedonal seguro na “Alta”: há falta de estacionamento e de garagem neste território, além da carência de uma gestão adequada ao uso de viaturas, tanto particulares quanto de utilidade pública e/ou de uso coletivo, com o acesso emergencial de bombeiros, ambulâncias, e mesmo de serviços de táxi, bastante dificultado. Esta deficiência resulta em automóveis – inclusive públicos e de carga – ocupando espaços que deveriam ser destinados aos pedestres, obrigando as pessoas a andarem no meio da rua ou a se esgueirarem, de forma bastante

---

<sup>243</sup> Visualizando esta problemática em um âmbito mais global, é possível perceber que, reforçando a necessidade de se pensar – e praticar – novas estratégias de mobilidade urbana, gestores das mais variadas instâncias têm se preocupado com a sustentabilidade ambiental e com a qualidade de vida das pessoas, principalmente em médias e grandes cidades, onde as poluições atmosférica e sonora são notadamente acentuadas pelo uso massivo de automóveis particulares (Campos; Ramos, 2005). Programas, editais, investigações, comunicações e criação de redes de parceria entre órgãos governamentais e iniciativas privadas de fomento ao uso cotidiano da bicicleta como meio de transporte principal, da mobilidade pedonal e do uso de transportes públicos são cada vez mais frequentes (ver, por exemplo, a publicação da Comissão Europeia, de 2000, “Cidades para Bicicletas, Cidades de Futuro” e o URBACT, um programa europeu de intercâmbio e aprendizagem de promoção ao desenvolvimento urbano sustentável, co-financiado pela União Europeia e pelos Estados-Membro). Uma mobilidade sustentável, equilibrada e saudável, entretanto, requer, além de mudanças comportamentais profundas, transformações e adaptações nos territórios, notadamente nas acessibilidades desse território.

arriscada, entre os carros e os edifícios. Se o deslocamento pedonal não é tarefa das mais fáceis para quem transita pela “Alta”, o uso de cadeiras de rodas e/ou de carrinhos de bebês é praticamente – se não de todo – impossível, tanto pela largura das ruas (bastante estreitas), quanto por seu declive e seu revestimento irregular.

No Largo da Sé Velha, onde há grande afluxo de veículos, inclusive públicos, o problema avança para a altura das calçadas, que, além deste empecilho, ainda possuem alguns altos degraus em sua extensão. Problema semelhante se dá na Couraça de Lisboa, cuja calçada formada por degraus longos e espaçados, revestidos com seixo rolado, dificultam o tráfego pedestre e o uso de mecanismos como cadeiras de rodas e carrinhos de bebês.

Se estas dificuldades fossem superadas, permaneceria, ainda, o problema da divisão do espaço com os automóveis, sempre mais potentes, pesados e perigosos que seus “concorrentes”: pedestres, cadeiras de rodas, carrinhos de bebês. Também não há sinalização indicando a velocidade adequada para o tráfego motorizado. Como as ruas são muito íngremes, é comum os automóveis enfrentarem as fortes inclinações do terreno impondo uma energia mais pesada ao motor e, conseqüentemente, uma forte aceleração, o que faz com que o carro adquira uma força – e uma velocidade – inadequadas ao convívio com os pedestres (Imagem 15).



Imagem 15: Déficit de calçadas e estacionamentos.

Os problemas no trânsito da “Alta” – tanto pedestre como automobilístico – dificultam, também, a recolha diária de lixo, embora este serviço seja feito por um caminhão de pequenas dimensões, mais apropriado às estreitas ruas da “Alta”. O acúmulo de lixo, aliás, é outra das principais reclamações da população que lá vive. O lixo, a sujeira, a falta de manutenção adequada das ruas e dos prédios, a umidade (aumentada pela pouca incidência de luz solar, principalmente nos dias de inverno), favorecem o mau cheiro e a proliferação de animais nocivos à saúde, como ratos, baratas e moscas (Imagem 16).





Imagem 16: Sujeira e má conservação.

Andando pelas ruas da “Alta” é perceptível algum esforço da administração municipal em tornar os espaços um pouco mais acessíveis. Este esforço se traduz em algumas adaptações no terreno, como construção de rampas, aplicação de passadeiras de conforto nas vias e instalação de corrimãos nas escadarias ou mesmo em vias mais declivosas, neste último caso, com os corrimãos tendo sido instalados nas paredes dos edifícios.

As passadeiras são construídas em um material mais estável e menos escorregadio, geralmente o granito, interferindo minimamente na arquitetura histórica do patrimônio e na estratégia de absorção e escoamento das águas pluviais. Algumas destas passadeiras, entretanto, encontram-se degradadas, quebradas, necessitando de manutenção, o mesmo acontecendo com alguns corrimãos, cuja degradação pode representar um risco ainda maior para seus/suas usuários/as. Além disso, há a necessidade de que estas ações sejam estendidas às demais ruas da “Alta”, principalmente as que possuem calçamento em seixo rolado e escadarias, tanto no caso das passadeiras de conforto – e de pisos tácteis, que também deveriam ser aplicados, principalmente sobre os degraus das escadarias, evitando escorregões e quedas –, quanto no dos corrimãos.

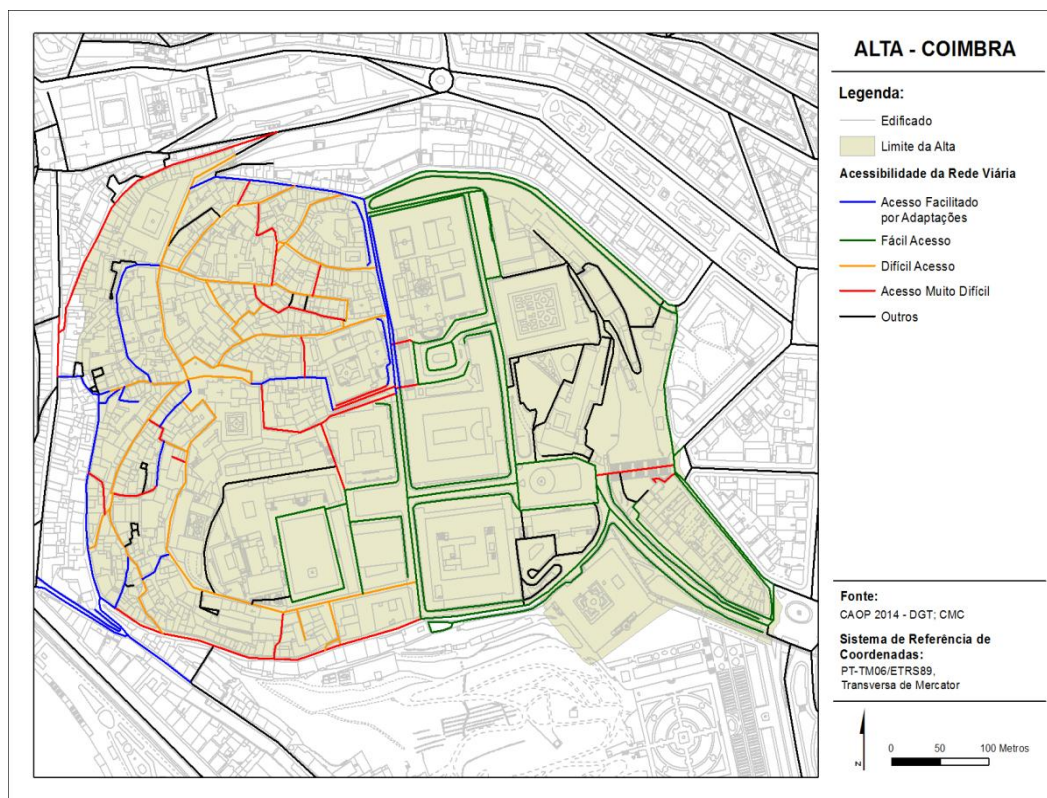
Além disso, é necessário destacar, no território da “Alta” a existência de uma rua, ainda fora dos domínios da Universidade, cujo acesso é facilitado pelo asfaltamento da via, pela presença de calçadas em ambos os lados, faixa de segurança para a travessia da rua, e, ainda, pela existência de um piso táctil, facilitando o acesso ao Elevador do Mercado, principalmente a pessoas com alguma deficiência ou limitação visual. O Elevador do Mercado é um meio de transporte do tipo funicular, que possibilita deslocamentos rápidos entre os níveis da “Baixa” e da “Alta”. Esta rua, a Rua Padre António Vieira, embora apresente um declive moderado, pode ser considerada a rua mais acessível do território da “Alta”, excetuando-se o território específico da Universidade, sendo uma importante via de acesso entre a “Baixa” e a “Alta”, tanto para pedestres, quanto para automóveis (Imagem 17).



Imagem 17: Acessibilidades na "Alta".

Traçando uma tipologia de acessibilidade das ruas da "Alta", é possível identificar quatro tipos básicos: *fácil acesso*, *difícil acesso*, *acesso muito difícil* e *acesso facilitado por adaptações*.

As ruas tipificadas como de *fácil acesso* correspondem às que possuem serviços de transporte público, pouco ou nenhum declive, calçamento mais nivelado e calçadas para pedestres. Como ruas de *difícil acesso* é possível destacar as ruas, becos e travessas centrais da "Alta", o seu "miolo", por assim dizer. São ruas, em sua maioria, estreitas, sem calçadas (ou passadeiras de conforto) e com calçamento em seixo rolado, muitas vezes em mau estado, com falhas e desníveis perigosos. A dificuldade é acrescida quando as ruas são muito inclinadas, dificultando sua subida e também sua descida. Nas ruas de *acesso muito difícil*, às situações anteriormente referidas, associam-se as que, por serem muito estreitas ou possuírem escadarias, ou por não comportarem o trânsito de automóveis (muito menos de transportes coletivos), não apresentam a possibilidade do uso de cadeiras de rodas. Em alguns casos, mesmo muito estreitas, algumas das ruas servem de trânsito a automóveis, o que, para os pedestres, pode representar mais um risco, já que não possuem calçadas pedonais. Já as ruas com *acesso facilitado por adaptações* são aquelas que foram tornadas mais acessíveis com adaptações, como a aplicação de passadeiras de conforto e corrimãos. São também as ruas cujo acesso aos transportes públicos é mais fácil (Cartograma 8).



Cartograma 8: Tipologia de Acessibilidades das Ruas da "Alta".

No que tange aos sistemas de mobilidade externa a este território (deslocamentos de ida e vinda), é importante destacar a existência de dois meios de transporte muito utilizados por seus/suas moradores/as, principalmente os/as idosos/as: a “Linha Azul” e o já mencionado Elevador do Mercado, ambos sob a responsabilidade dos Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra – SMTUC. A “Linha Azul” é constituída por micro-ônibus elétricos – os “Pantufinhas”, como são popular e carinhosamente chamados – que realizam trajetos diários partindo do Largo da Portagem, na beira do rio, com paragem final no Largo da Sé Velha. Embora certa ênfase dada ao turismo – sendo apresentado como uma linha de transportes urbanos voltada para o Centro Histórico –, o “Pantufinhas” acaba por atender, prioritariamente, as pessoas que vivem na “Alta”, já que estas, mediante cadastro prévio, têm descontos na aquisição de passes para sua utilização. O Elevador do Mercado, por sua vez, é um meio de transporte alternativo, do tipo funicular<sup>244</sup>, cujo ponto inicial fica junto ao Mercado Público, na zona baixa (Rua Nicolau Rui Fernandes), nas proximidades do centro e da Câmara Municipal de Coimbra, com ponto final na Rua Padre António Vieira, já na “Alta”, próximo à Sé Nova, tendo, ainda, uma paragem intermediária na Rua Martins de Carvalho, rua que dá acesso à Rua do Colégio Novo, onde está localizada a Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação e que vai desembocar no Largo da Sé Velha. Tal como acontece em relação ao “Pantufinhas”, os/as moradores/as da “Alta” previamente cadastrados têm descontos para sua utilização (Imagem 15).

<sup>244</sup> “Sistema de transporte em que o veículo se move num plano inclinado por meio de cabo de aço postos em ação por um motor imóvel, permitindo ultrapassar grandes diferenças de nível” (Porto Editora, 2014: 773).



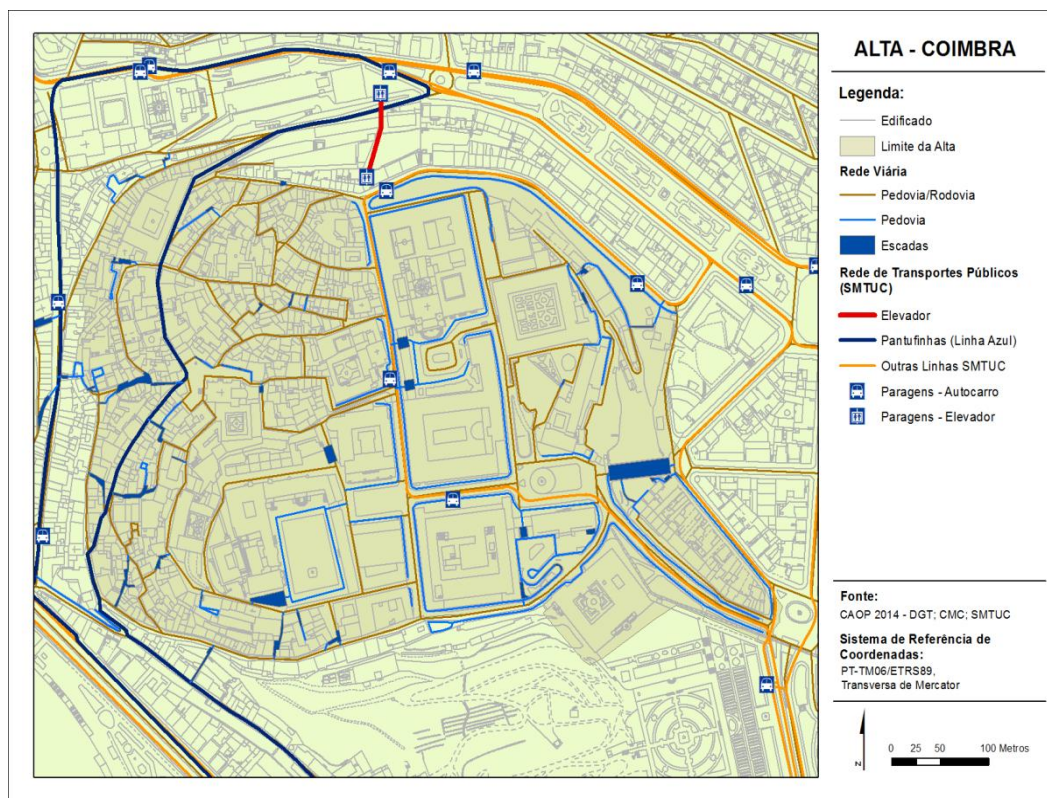


Imagem 18: Mobilidades da "Alta".

Embora estes dois meios de transporte alternativos facilitem, inegavelmente, os acessos e os deslocamentos pelo território, ainda assim são limitados, uma vez que não abrangem todas as ruas da “Alta”, desabrigando, aliás, ruas com acessos bastante difíceis e com grande concentração de moradores/as, muitos/as deles/as, idosos/as. Além destes dois meios de transporte públicos, a SMTUC disponibiliza três linhas de ônibus que fazem o percurso entre a “Alta” e a “Baixa”<sup>245</sup> (Cartograma 9).

---

<sup>245</sup> Linhas 28 (Universidade-Ingote-Universidade), 34 (Universidade-Polo II-Universidade) e 103 (Estação Nova-Santo António dos Olivais-Estação Nova). Para mais informações, ver [www.smtuc.pt/geral/index\\_horarios.php](http://www.smtuc.pt/geral/index_horarios.php).



Cartograma 9: Acessibilidades e Mobilidades da "Alta".

A mobilidade interna deste território, principalmente pelas pessoas idosas, se faz, majoritariamente a pé. É justamente neste sentido que este território se apresenta bastante deficiente, pois, como já mencionado, são muito poucas as medidas de acessibilidade aqui encontradas, limitando, de forma bastante real, as possibilidades de mobilidade e, por consequência, de sociabilidade das pessoas – notadamente as pessoas idosas, mas também as demais que possuem mobilidade condicionada e/ou reduzida – que nele residem e/ou que por ele necessitam ou querem transitar.

Em termos populacionais<sup>246</sup>, a população residente da “Alta” é composta, atualmente, por basicamente dois tipos distintos: os/as idosos/as<sup>247</sup> e os/as estudantes. Estes, na sua maioria, residem durante a sua vida académica nas já mencionadas “repúblicas”, ou em residências alugadas o que, em ambos os casos, os caracteriza como uma população muito flutuante, já que, oriundos das mais variadas partes do país, da Europa e do mundo, acabam por retornar aos seus territórios de origem ou, em algumas vezes, trocar de território ao fim de sua vida académica. O quadro a seguir apresenta a distribuição da população da

<sup>246</sup> Nas seções dedicadas especificamente a cada um dos territórios do estudo, os dados referem-se à Base Geográfica de Referência de Informação – BGRI – também recolhidos pelo Instituto Nacional de Estatística, através dos Censos Gerais de 2011. Como já referi anteriormente, embora esta seja uma base eminentemente estatística, com dados quantitativos e mais genéricos do que os que podem ser colhidos através de entrevistas em profundidade, por exemplo, permite uma maior aproximação a cada um dos territórios, pois os dados são divididos por subseções estatísticas que correspondem a cada quarteirão, sendo possível, a partir de uma delimitação territorial prévia do território que se quer estudar, a montagem de um pequeno mosaico estatístico por território, tomando-se os dados dos quarteirões que formam este território em especial.

<sup>247</sup> Quase 32% dos habitantes da “Alta” têm idades iguais ou superiores aos 65 anos (BGRI/INE/2011).

“Alta” por escalão etário. É importante levar em conta que, embora a população dos 15 aos 64 anos (população ativa) represente quase 60% da população da “Alta”, este é um intervalo etário muito grande<sup>248</sup>. Além disso, a população jovem deste território, como já referi, é uma população muito volátil, em constante mobilidade para outros territórios (Quadro 12):

IDADES	0-14 ANOS	15-64 ANOS	65 + ANOS	TOTAL
NÚMEROS	71	497	266	834
PERCENTUAIS	8,5%	59,6%	31,9%	100%

Fonte: BGRI/INE/PT/2011.

Quadro 12: População da “Alta” por escalão etário.

As diferenças entre ambas as populações não se resumem, nesse território específico, às diferenças etárias. Uma das diferenças mais marcantes diz respeito ao tempo de residência no território: a população idosa da “Alta” ali reside há muitos anos (as pessoas que participaram desta pesquisa vivem nesse território, em média, há mais de 40 anos); por outro lado, a vizinhança jovem é, significativamente, uma população volátil, o que dificulta o fortalecimento de laços sociais entre os dois grupos, embora haja algum convívio – que inclui conflitos e colaborações – entre ambos.

Outro ponto refere-se aos níveis de escolaridade<sup>249</sup>. Enquanto a maioria dos/as jovens estudantes possui, pelo menos, o ensino médio (secundário) completo, estando a cursar uma graduação – quando não um mestrado ou um doutorado – o nível de escolaridade dos/as idosos/as da “Alta” é bem mais restrito: 19,2% não completaram nenhum estudo; 55,6% possuem apenas o 1º ciclo do Ensino Básico como maior escolaridade<sup>250</sup>; apenas 1,9% possuem o ensino médio completo e 4,9% possuem o nível superior. O quadro a seguir indica o nível de escolaridade da população geral da “Alta” com os percentuais obtidos pelo total geral da população deste território (Quadro 13).

<sup>248</sup> Mesmo que este intervalo seja dividido em outros três possíveis, de acordo com os dados disponíveis na BGRI, ainda sim, o último intervalo, representando a maior percentagem de pessoas, permaneceria grande, não sendo possível uma visão mais exata da realidade: 15-19 anos: 52 pessoas (6,2%); 20-24 anos: 44 pessoas (5,3%); e 25-64 anos: 401 pessoas (48%)

<sup>249</sup> Conhecer as habilitações literárias da população que compõe um determinado território é importante, pois permite algumas inferências que vão desde a falta de acesso/permanência dessa população à educação formal (e, neste caso, são necessárias a promoção e a garantia, pela gestão pública, desse acesso e dessa permanência a partir da realização de um diagnóstico sério e responsável), até a valorização, por essa população, de outras formas de educação como mais prioritárias e significativas (lembrando que, ainda assim, a educação formal deve ser compreendida como um direito universal e, como tal, é dever da gestão pública promovê-la, possibilitando o acesso, a permanência e a progressão educativa à toda população).

<sup>250</sup> A soma das duas populações com menor nível de escolaridade (sem qualquer escolaridade e apenas com o 1º ciclo do Ensino Básico) atinge o expressivo percentual de 74,8% da totalidade dos habitantes da “Alta”.

ESCALÃO ETÁRIO	NÍVEL DE ESCOLARIDADE							TOTAL
	NENHUM	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	SECUND.	P/SEC	SUP.	
0-14	48 (5,8%)	15 (1,8%)	7 (0,8%)	1 (0,1%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	71 (8,5%)
15-64	20 (2,4%)	52 (6,2%)	64 (7,7%)	110 (13,2%)	102 (12,2%)	11 (1,3%)	138 (16,6%)	497 (59,6%)
65 OU +	51 (6,1%)	148 (17,8%)	22 (2,7%)	27 (3,2%)	5 (0,6%)	0 (0%)	13 (1,5%)	266 (31,9%)
TOTAL	119 (14,3%)	215 (25,8%)	93 (11,2%)	138 (16,5%)	107 (12,8%)	11 (1,3%)	151 (18,1%)	834 (100%)

Fonte: BGRI/INE/PT/2011.

Quadro 13: Escolaridade da população da "Alta" - Percentuais sobre o total da população.

Semelhante ao quadro anterior, o quadro que se segue apresenta os níveis de escolaridade da população da "Alta". Neste quadro, entretanto, os percentuais são obtidos sobre o total de cada escalão etário. Embora o escalão dos 15 aos 64 anos apresente um intervalo etário muito grande, é possível verificar que esta é a população com maior nível de escolaridade deste território. Neste quadro também é possível observar que os maiores níveis de escolaridade variam em cada escalão: de 0 a 14 anos, nenhum (como já era previsível, já que este escalão abrange crianças fora da idade escolar); dos 15 aos 64 anos, a escolaridade superior; e dos 65 anos em diante, somente o 1º ciclo (Quadro 14).

ESCALÃO ETÁRIO	NÍVEL DE ESCOLARIDADE							TOTAL
	NENHUM	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	SECUND.	P/SEC	SUP.	
0-14	48 (67,6%)	15 (21,1%)	7 (9,9%)	1 (1,4%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	71 (100%)
15-64	20 (4,0%)	52 (10,5%)	64 (12,9%)	110 (22,1%)	102 (20,5%)	11 (2,2%)	138 (27,8%)	497 (100%)
65 OU +	51 (19,2%)	148 (55,6%)	22 (8,3%)	27 (10,1%)	5 (1,9%)	0 (0%)	13 (4,9%)	266 (100%)

Fonte: BGRI/INE/PT/2011.

Quadro 14: Escolaridade população da "Alta" - Percentuais sobre escalão etário.

Ainda em relação à escolaridade, é possível perceber que não há uma relação direta entre o nível de escolaridade e a idade se tomarmos como referência apenas as pessoas idosas.

O quadro que segue (Quadro 15) dá uma visão geral sobre a escolaridade das pessoas com 65 ou mais anos, por subescalão etário, tendo seus percentuais calculados sobre o número total de pessoas idosas que viviam na "Alta" durante a realização do últimos censos: 266. Neste quadro é possível visualizar que tanto o maior número de idosos/as que não completaram nenhum nível escolar quanto o maior número de idosos/as que concluíram um ensino superior, por exemplo, se encontra na faixa etária dos 75-79 anos. Também é o subescalão dos 75-79 anos o que concentra maior número de pessoas em cada um dos níveis de escolaridade – com exceção do 2º ciclo, onde não há nenhum/a representante desta faixa etária,

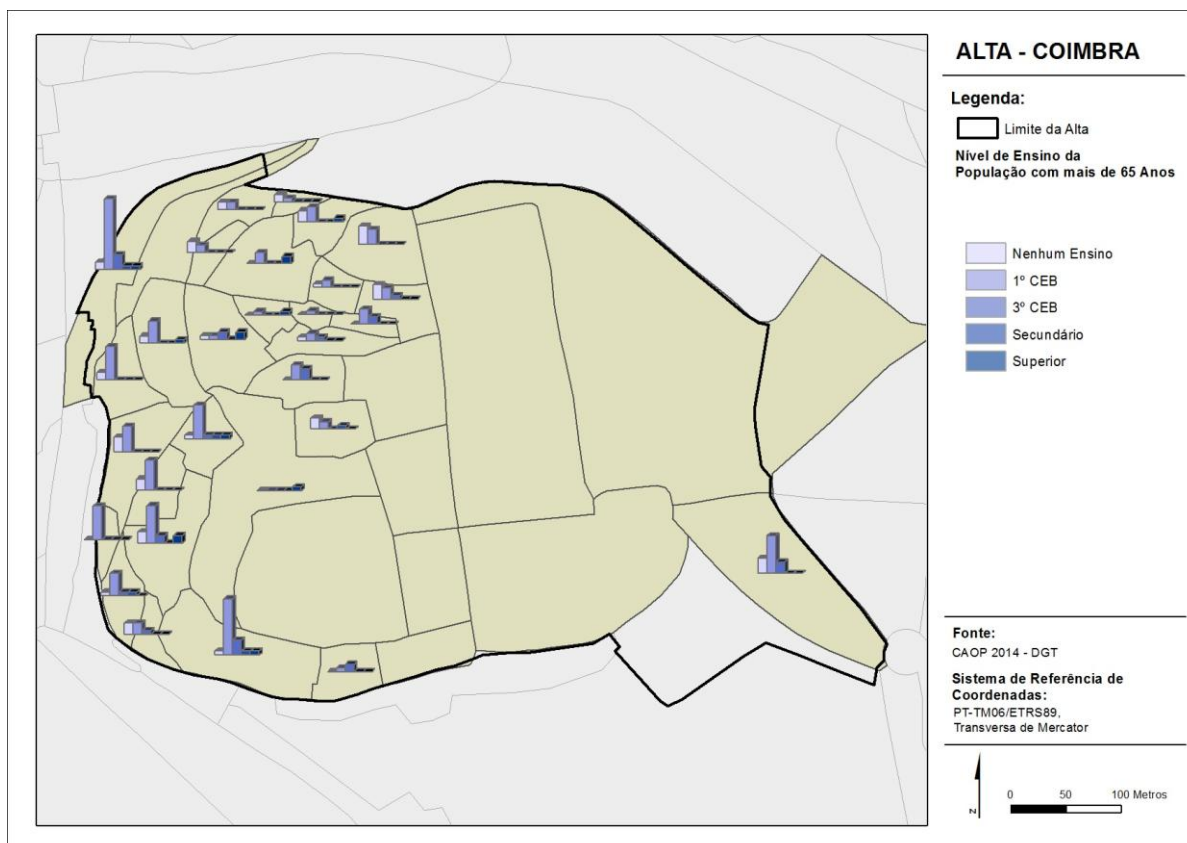
provavelmente em razão da legislação da época (Decreto Lei nº 18140, de 22 de março de 1930), que reduziu a obrigatoriedade do ensino de quatro para três anos, tendo a maioria concentrada na faixa etária dos 65-69 anos. Além disso, é possível observar que entre todos os escalões etários o maior grau de instrução está concentrado no 2º ciclo. Na última coluna à direita, é possível visualizar o número de pessoas idosas em cada faixa etária deste escalão (65 anos ou mais), onde se pode perceber um número levemente superior de pessoas também na faixa etária dos 75-79 anos.

Escolaridade Idade	NENHUMA	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	SECUNDÁRIO	SUPERIOR	TOTAL
65-69	5 – 1,9%	25 – 9,4%	9 – 3,4%	11 – 4,1%	0 – 0%	3 – 1,1%	53 – 19,9%
70-74	5 – 1,9%	33 – 12,4%	7 – 2,7%	5 – 1,9%	2 – 0,8%	2 – 0,8%	54 – 20,3%
75-79	19 – 7,2%	38 – 14,3%	0 – 0%	5 – 1,9%	2 – 0,8%	4 – 1,6%	68 – 25,6%
80-84	16 – 6,0%	36 – 13,5%	5 – 1,9%	2 – 0,8%	0 – 0%	2 – 0,8%	61 – 22,8%
85-89	5 – 1,2%	11 – 4,2%	1 – 0,4%	3 – 1,1%	0 – 0%	2 – 0,8%	22 – 8,3%
90-94	1 – 0,4%	3 – 1,1%	0 – 0%	1 – 0,4%	1 – 0,4%	0 – 0%	6 – 2,3%
95-99	0 – 0%	2 – 0,8%	0 – 0%	0 – 0%	0 – 0%	0 – 0%	2 – 0,8%

Em destaque, o maior nível de escolaridade da população idosa e o escalão etário com maior escolaridade dentre a população idosa deste território. Fonte: BGRI/INE/PT/2011.

Quadro 15: Escolaridade da população da "Alta" com 65 ou mais anos por subescalão etário - Percentuais sobre total geral.

O próximo cartograma mostra, de forma clara, a escolaridade da população idosa da "Alta" por seção estatística. Nele é possível verificar uma baixa escolaridade desta população em quase toda a totalidade territorial, mas, principalmente, em seu núcleo central (Cartograma 10).



Cartograma 10: Escolaridade da População com 65 ou mais anos da "Alta".

Outro aspecto que distingue as duas populações – idosos/as e jovens estudantes – diz respeito às oportunidades de sociabilidade. Residindo em “repúblicas” ou compartilhando aluguel, grande parte dos/as jovens vive com uma ou mais pessoas. Um número significativo da população idosa da “Alta”, por sua vez, vive só. Além disso, a saída do mundo do trabalho e a perda ou afastamento e distanciamento de parentes, amigos e vizinhos, além de frequentes problemas de mobilidade e de acesso a espaços públicos e de convivência, restringem muito as trocas sociais destes sujeitos. Em contrapartida, os/as jovens estudantes tem acesso a diversificados locais de trocas sociais, a começar pelo próprio espaço acadêmico da Universidade.

Em termos de sexo, há mais 110 mulheres do que homens na “Alta”, tendo em vista a totalidade de sua população. Separados os dois sexos por escalões etários, permanece uma pequena diferença em favor das mulheres. O que chama a atenção é a grande diferença entre o número de mulheres em relação ao de homens no escalão etário dos/as idosos: 96 mulheres, o que significa que o número de mulheres idosas na “Alta” é mais do que o dobro do número de homens idosos deste território. Este é um dado importante, que corrobora com dados estatísticos mais globais, reforçando e legitimando as discussões que buscam problematizar uma visível feminização da velhice (Quadro 16).

IDADES	0-14 ANOS		15-64 ANOS		65 + ANOS		TOTAL	
SEXOS	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
NÚMEROS	35	36	242	255	85	181	362	472
TOTAL POR IDADE	71 (8,5%)		497 (59,6%)		266 (31,9%)		834	
PERCENTUAIS POR ESCALÃO	49,3%	50,7%	48,7%	51,3%	32,0%	68,0%	43,4%	56,6%

As células destacadas indicam a diferença entre o número de mulheres e o de homens na população idosa da “Alta”. Fonte: BGRI/INE/PT/2011. Quadro 16: População da “Alta” por sexo e escalão etário.

Sendo assim, após esta breve apresentação deste território, creio que as primeiras impressões em relação ao território da “Alta” indicam que esse é um território complexo e paradoxal. Velhice e juventude; patrimônio e abandono; turismo e bairro residencial; universidade e baixa escolaridade; isolamento e sociabilidade, velhice no feminino, são alguns dos elementos que compõem este território, por vezes de forma complementar, mas, em grande parte, de forma contrastante e antagônica.

Dentro da subseção destinada à apresentação dos territórios urbanos, passo, a seguir, à descrição do outro território do estudo assim adjetivado, a zona da “Solum”, para, num primeiro momento, contemplar os dois territórios de tipologia urbana do estudo, possibilitando, a partir das descrições de ambos os territórios, uma comparação quase que imediata.

#### 2.2.2.2. A “Solum”<sup>251</sup>

*Os centros não são centros por que neles se localizam os palácios, as catedrais ou os bancos. Vimos que o oposto também é verdadeiro. Não é verdade que os palácios, catedrais ou bancos se localizam nos centros porque eles são centros. E por que eles são centros? Fica claro o círculo vicioso. Qual origem ou fonte da centralidade? Está na possibilidade de minimizarem o tempo gasto, os desgastes e os custos associados aos deslocamentos espaciais dos seres humanos.*

*(Vilaça, 1998: 242)*

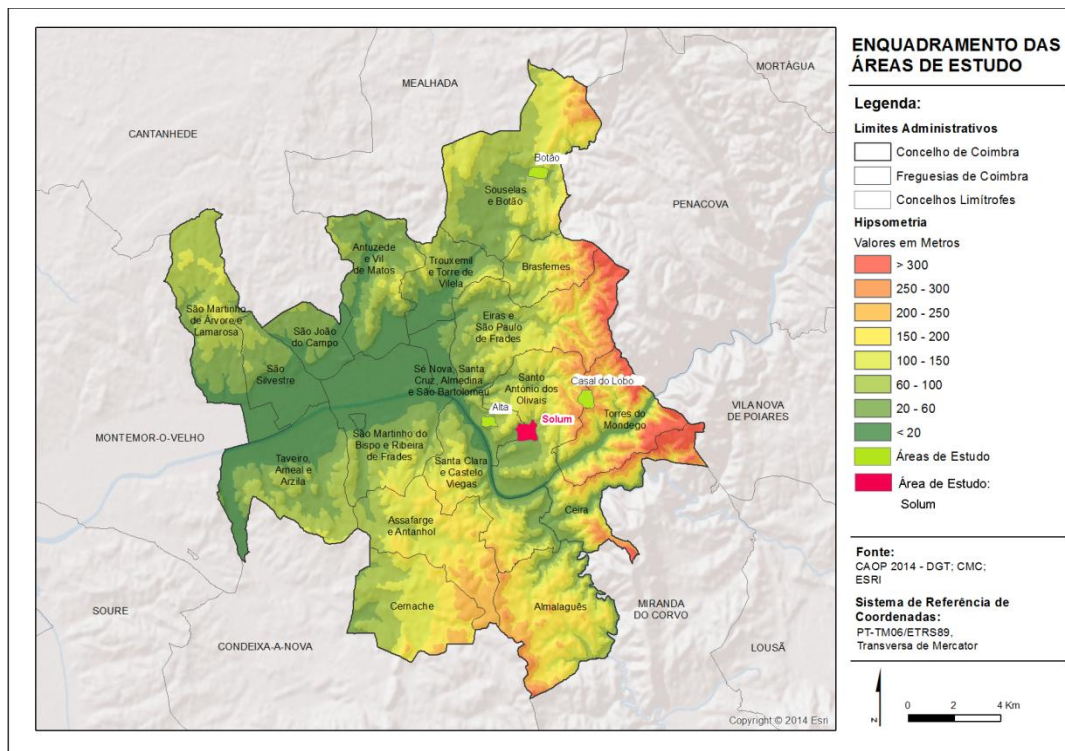
*O que distingue o centro das cidades das zonas periféricas é a sua multifuncionalidade e a sua mistura orgânica de funções, podendo encontrar-se mercados públicos, centros de negócios, escolas e universidades, instituições de saúde e salões de beleza, locais para reuniões, galerias de arte, cultura e lazer; locais para visitar, transportes e áreas residenciais. No entanto, o seu principal papel é a venda a retalho. Um centro de cidade é mais que um centro comercial. No entanto, se perder a sua atractividade como centro de comércio, dificilmente pode sobreviver como um centro em sentido lato.*

*(Balsas, 1999: 53)*

<sup>251</sup> O nome “Solum”, como é hoje conhecido esse setor do espaço urbano, refere-se à empresa que impulsionou a construção residencial do setor anteriormente designado de “Calhabé”, e que esteve relacionada com os planos de De Gröer e Almeida Garrett.



A zona da “Solum”, um dos quatro territórios tomados para este estudo, caracteriza-se como uma nova centralidade, localizada a sudeste do centro histórico, na maior freguesia de Coimbra, Santo António dos Olivais<sup>252</sup> (Cartograma 11).

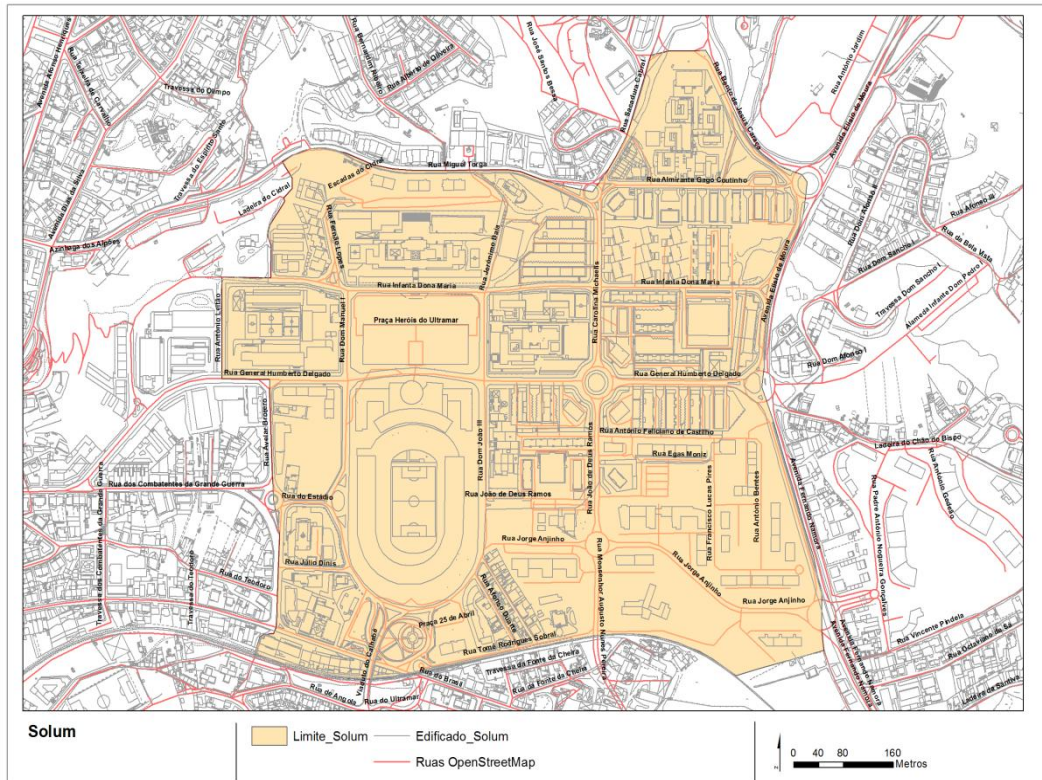


Cartograma 11: Enquadramento da Área de Estudo: "Solum".

Para este estudo, a delimitação territorial foi realizada com o objetivo de se tomar exatamente o núcleo mais central deste território, envolvendo pontos importantes, como o Estádio Municipal, a Igreja de São José, os centros comerciais e educacionais e a zona residencial (Cartograma 12).

<sup>252</sup> Maior freguesia de Coimbra, Santo António dos Olivais foi criada em 1855, possuindo, atualmente, aproximadamente 60.000 habitantes (valor ligeiramente inferior ao total da população do segundo maior município da região – Figueira da Foz: 61.076 habitantes, conforme os últimos censos nacionais). Sua grande área comporta tanto territórios urbanos (com Solum, Vale das Flores e Celas sendo os mais destacados territórios urbanos desta freguesia), quanto territórios rurais (com Picoto, Vale de Canas, Casal do Lobo, Cova do Ouro e Alto de São João se destacando como importantes territórios rurais). Fonte: Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais: <https://jsao.pt>.





Cartograma 12: Delimitação da Área de Estudo: “Solum”.

A história desse bairro é um pouco a história do próprio urbanismo português e europeu de uma época. Ainda em pleno Estado Novo, entre as décadas de 1950 e 1970, surgiu uma geração de arquitetos e urbanistas portugueses que vieram a contrariar os princípios urbanísticos do regime, influenciados pela arquitetura moderna europeia, que defendia novas tipologias de habitação coletiva, mais econômicas e capazes de responder com mais eficácia aos problemas na conformação do espaço urbano (Ferreira; Santos, 1995; Ferreira, 2007; Simões, 2008; Moreira, 2014).

A expansão populacional de Coimbra, na segunda metade do século passado, acabou por criar uma série de problemas habitacionais e de circulação que a cidade oitocentista não conseguia abarcar. Os Planos de De Gröer e, em seguida, de Almeida Garrett, tinham no seu cerne a resolução desses problemas. Assim, a construção do bairro da “Solum” (à época chamado Zona do Calhabé), na senda da construção do bairro econômico Marechal Carmona, do Estádio Municipal e do Liceu Nacional Infanta Dona Maria, pareceu o mote mais natural e adequado para, além de solucionar os problemas relativos à expansão urbana, colocar em prática os princípios da arquitetura moderna posterior à Carta de Atenas<sup>253</sup> (Ferreira; Santos, 1995; Ferreira, 2007; Simões, 2008; Moreira, 2014).

<sup>253</sup> Há, pelo menos, dois documentos identificados como “Carta de Atenas”. O primeiro, de 1931, foi elaborado durante o 1º Congresso Internacional de Arquitetos e Técnicos de Monumentos Históricos. O segundo, que é aqui mencionado, refere-se ao IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna – CIAM (evento criado em 1928, juntamente com o Comitê Internacional para Resolução de Problemas Arquitetônicos Contemporâneos – CIRPA –, ambos sob a liderança de Le Corbusier (Scherer, 1993, s/n)). Deste último, conhecem-se, pelo menos, quatro versões. A primeira corresponde à ata do IV CIAM, publicada nos Anais Técnicos da Câmara Técnica de Atenas. A segunda foi produzida, em 1941, pelo arquiteto e urbanista Le Corbusier, onde são acrescentados tópicos

O bairro da “Solum” surgiu através da iniciativa do advogado Fernando Luis Mendes Silva, um dos proprietários do terrenos que seria objeto de expansão, que, associado aos demais proprietários, encaminhou à Câmara Municipal, em 1962, um projeto de revisão ao Plano de Urbanização da Unidade Residencial do Calhabé, de 1956, de autoria de Almeida Garrett. O plano de revisão, denominado Arranjo Urbanístico de uma Zona da Unidade Residencial do Calhabé (Ferreira, 2007: 83), foi elaborado pelo arquiteto Rogério Alvarez e pelo engenheiro Rui Castro e Pita e definia novos objetivos e conteúdos para o planejamento urbanístico (Simões, 2008: 58). Sendo aprovado, em 1963, pelo então ministro de Obras Públicas, Eduardo de Arantes de Oliveira, o projeto foi iniciado com a criação, no ano seguinte, da empresa “Solum – Construções de Coimbra, Ltda”, de propriedade de Costa Pita e de Mendes Silva<sup>254</sup>. Dessa forma,

[o] projecto urbano da Solum desenvolveu-se a dois níveis: o primeiro sob influência dos princípios urbanísticos do Estado Novo, do qual se construiu o Estádio Municipal, a Igreja, a Escola do Magistério Primário, a Escola Feminina D. Maria e a Escola Industrial Avelar Brotero; o segundo, sob investimento privado, apresentou um programa urbano habitacional, caracterizado por uma estrutura viária parcelar, blocos de habitação colectiva em altura, pouca densidade e maiores áreas livres (Ferreira, 2007: 82).

O projeto urbanístico da Zona do Calhabé, posteriormente chamada de bairro da “Solum”, tomando de empréstimo o nome da empresa que começou a concretizá-lo, foi inspirado nos princípios da Carta de Atenas. Esta Carta reproduzia, em forma de ata, as conclusões do IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, realizado em Atenas, a bordo do navio *Patris II*, em 1933 (Almeida, 2009), que criticavam os fundamentos urbanísticos estadonovistas, considerados conservadores (Dias, 2015), e propunham “uma cidade que funcionasse adequadamente para o conjunto de sua população, distribuindo entre todos as possibilidades de bem-estar decorrentes dos avanços técnicos” (Scherer, 1993, s/n).

Em resumo, a Carta de Atenas propunha uma “cidade-máquina polida e zoneada” (Hassenpflug, 2007, s/n), atendendo a três funções fundamentais: habitar, trabalhar e recrear-se (Le Corbusier, 1997)<sup>255</sup>, com a igualdade de usufruto de espaço, luz solar e ar – as matérias-primas do urbanismo, segundo Le Corbusier (1997). Semelhante às cidades-jardins de Howard, as cidades deveriam apelar à natureza, mas, agora, aliando os benefícios da tecnologia, dentro dos princípios de funcionalidade, higiene, razoável densidade populacional e número mínimo de horas de incidência solar em cada habitação. Para concretizar estes fundamentos, a Carta sugeria o zoneamento, especialização ou diferenciação espacial funcional; alinhamento adequado dos prédios, levando em conta a luz solar e proibindo o alinhamento ao longo das ruas; uso de tecnologia de ponta na construção dos edifícios;

---

e ênfases à carta original. A terceira versão, publicada nos Estados Unidos em 1942, faz parte do livro “Can Our Cities Survive?”, de José-Luis Sert. Por último, a quarta versão, publicada em holandês, confronta o documento original com o elaborado por Le Corbusier (Scherer, 1997; Almeida, 2009; 2010). Em 2003, o Conselho Europeu de Urbanistas – CEU – produziu um documento, ao qual chamou de “A Nova Carta de Atenas”.

<sup>254</sup> O projeto teve acompanhamento de Almeida Garrett. Mais tarde, o arquiteto Carlos Almeida associou-se ao projeto, assumindo sua responsabilidade técnica (Simões, 2008: 59).

<sup>255</sup> “A primeira das funções que deve atrair a atenção do urbanismo é habitar e... habitar bem. É preciso também trabalhar, e fazê-lo em condições que requerem uma séria revisão dos usos atualmente em vigor. Os escritórios, as oficinas, as fábricas devem ser dotados de instalações capazes de assegurar o bem-estar necessário ao desempenho desta segunda função. Enfim, não se pode negligenciar a terceira, que é recrear-se, cultivar o corpo e o espírito. E o urbanista deverá prever os sítios e os locais propícios” (Le Corbusier, 1997, s/n).

reserva de espaços às áreas verdes e de lazer entre os edifícios; alargamento das ruas e calçadas; aceleração espacial, com vias que permitissem múltiplos usos e meios de transporte; alta qualidade das infraestruturas urbanas, como sistema de esgotamento, abastecimento de água e energia e coleta de lixo (Le Corbusier, 1997; Hassenpflug, 2007).

A proposta apresentada por meio de planta e maquete demonstra claramente um planeamento baseado nesses princípios. Os edifícios “poisados” sobre uma grande extensão de verde sem barreiras ou muros, sugerindo uma disposição livre, independente do parcelamento do território<sup>38</sup>, favorecendo a exposição solar, o afastamento entre edifícios, os acessos e os pontos de localização privilegiados. Os traçados viários são rigorosos eixos ortogonais, independentes dos edifícios, hierarquizados pelos diferentes tipos de circulação: circulação de passagem; com características de alameda; de acesso ao edifício; de acesso à garagem; de acesso ao comércio ou ao equipamento. Os edifícios apresentam-se na maquete com o piso térreo recuado do plano da fachada, pelo que se assume ser intenção do projectista que os edifícios fossem suspensos sobre pilotis, com diferentes alturas correspondentes às diferentes classes sociais [com os edifícios mais altos destinados às classes sociais mais abastadas], separando as funções por edifícios: habitação, comércio, garagem, instituições sociais, organismos corporativos e centro social (Simões, 2008: 59).

A primeira fase de construção do bairro da “Solum”, após a conclusão do edificado institucional, ainda como herança do Plano De Gröer, deu-se entre 1967 e 1976 (Simões, 2008). Após o 25 de Abril de 1974, marco do processo de democratização do país, houve um período de quebra nas atividades do setor de construção civil, o que resultou, também, no fechamento da empresa construtora “Solum”. Durante as décadas de sua construção, o plano da “Solum” sofreu vários aditamentos, com a última alteração na planta datada de 1987. Estas revisões suplementares acabaram por alterar seu desenho urbano inicial, interferindo na unidade e na lógica planeadas (Ferreira, 2007).

A última fase, sobretudo abrangendo a parte Nordeste da unidade residencial, corresponde a uma fase “confusa”, coincidindo com um período difícil na vida da Solum. Esta crise conduziu à alienação dos lotes aí localizados que foram sendo adquiridos por diversos construtores civis. Dilui-se a “unidade” urbanizador/construtor-projectista até aí registada... Projecta-se e constrói-se de acordo com hábitos e modas de cada empresa num enquadramento genérico de procura de vantagens construtivas concebidas através do licenciamento com desrespeito, por vezes, do estudo urbanístico aprovado (Ferreira; Santos, 1995: 77).

Com a escolha de Portugal, em 2004, como sede do XII Campeonato Europeu de Futebol, o Euro 2004, foram construídos dez novos estádios no país, dentre eles, o atual Estádio da Cidade de Coimbra. Construído no mesmo local que o estádio anterior, o novo estádio ocupou uma área maior, albergando um ginásio poliesportivo com piscinas e campos internos, um *shopping center* (o Alma *Shopping*, até há pouco tempo, sob outra administração, denominado Dolce Vita), e, ainda, unidades habitacionais, investimento que “potenciou a renovação, requalificação e conclusão urbanística da zona” (Ferreira, 2007: 86).

De “deserto do Saara” (Sahara, como utilizado na grafia portuguesa), designação dada, segundo Seabra (2003: 206) pelas alunas pioneiras do Liceu Nacional Infanta Dona Maria, quando da construção dos primeiros equipamentos institucionais, à

nova centralidade e referência de bem-estar e qualidade de vida, a “Solum” passou por várias fases. Dos quatro territórios do estudo, este é o único que foi pensado e construído a partir de um planejamento urbano, dentro de princípios modernistas, ainda que sob a égide conservadora do Estado Novo.

Esse foi um dos primeiros bairros que conheci em Coimbra, logo em minha primeira semana na cidade, atraída pelas salas de cinema de seu *shopping center*; à época o Dolce Vita, e pela facilidade de acesso ao bairro. A “Solum” é um bairro que impressiona. Caracteriza-se pelo seu edificado, na maior parte constituído por altos edifícios (quase 53% dos edifícios possuem 5 ou mais pisos, de acordo com a BGRI/INE. Entre os edifícios mais altos estão os conhecidos como “torres da Rotunda das Palmeiras” ou “torres da Rotunda da ACIC<sup>256</sup>”: três edifícios que circundam a rotunda formada pelo cruzamento das ruas General Humberto Delgado e João de Deus Ramos, cada um com 13 andares). As áreas do território da “Solum” são amplas, há grandes espaços entre os edifícios, cujo alinhamento não se dá em relação às vias, mas a espaços internos aos terrenos, ocupados com áreas verdes ou como parques de estacionamento. Os primeiros equipamentos implantados no território (a Escola Infanta Dona Maria, a Igreja de São José e o Estádio Municipal) permanecem presentes – pelo menos no imaginário, já que alguns deles, como o Estádio e a Igreja de São José sofreram grandes alterações, inclusive mudando sua disposição no território – e são bastante fortes como marcas identitárias do bairro. O Estádio da Cidade de Coimbra é o ponto central da “Solum”, uma espécie de “ponto de encontro” das ruas do bairro. O *shopping center*, com dois blocos destinados à habitação, é outro ponto de convergência importante do território, dividindo o terreno com o Estádio. Em frente à entrada principal do *shopping*, possuindo, inclusive, uma passarela elevada de ligação externa entre os dois edifícios, está localizado o Pavilhão Multidesportos Mário Mexia, juntamente com o Centro Olímpico de Piscinas Municipais – COPM –, ambos tendo acesso, também, pela a Praça Heróis de Ultramar. Este complexo, inaugurado em 2005, é um equipamento desportivo municipal destinado a atividades físicas para a população em geral, como handebol, futsal, basquetebol, voleibol, patinação, ginástica desportiva e combate, no caso do Pavilhão Multidesportos, e hidroginástica, *hidrobike* e natação, e à formação e competição de atletas nadadores, no caso do Centro Olímpico de Piscinas Municipais<sup>257</sup>. A imagem a seguir dá uma ideia de como este bairro está estruturado, abarcando zonas residenciais, comerciais e de serviços e ainda equipamentos para práticas desportivas e atividades físicas (Imagem 19).

---

<sup>256</sup> ACIC: Associação Comercial e Industrial de Coimbra.

<sup>257</sup> Fonte: Câmara Municipal de Coimbra – <https://www.cm-coimbra.pt>.

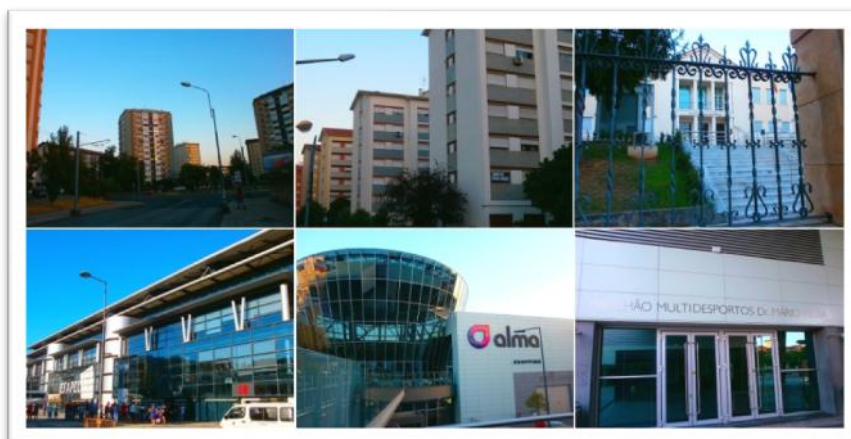


Imagem 19: Edifícios residenciais e equipamentos da "Solum".

Ao lado do Estádio, a Igreja de São José se impõe como instituição religiosa e social do bairro. Localizada em um ponto ao mesmo tempo central e de ligação com outras áreas da cidade, esta entidade integra a comunidade, principalmente a do bairro, mas não só, em atividades religiosas e de voluntariado. Os parques e áreas destinadas à recreação, ao convívio e ao descanso também se fazem presentes no bairro da "Solum". Estes locais públicos são frequentados, principalmente, pelos moradores do bairro, sendo, entretanto, abertos a toda a população e visitantes da cidade. Além do *shopping center*, a "Solum" conta com uma série de estabelecimentos comerciais – como lojas, bares, cafés e restaurantes – e de serviços, como instituições bancárias, lavanderias e farmácias, por exemplo, além de contar com dois centros comerciais menores: o Gira Solum e o Atrium da Solum<sup>258</sup> (Imagem 20).



Imagem 20: Equipamentos e comércio da "Solum".

<sup>258</sup> A época em que os centros comerciais foram inaugurados (o Gira Solum em 1983, sofrendo remodelações em 2004, e o Atrium em 2004) também é indicativa da rápida expansão e consolidação do território da "Solum" enquanto nova centralidade. Os investimentos comerciais e residenciais e a oferta cada vez maior e diversificada de serviços no bairro também evidenciam a importância deste território para a cidade.

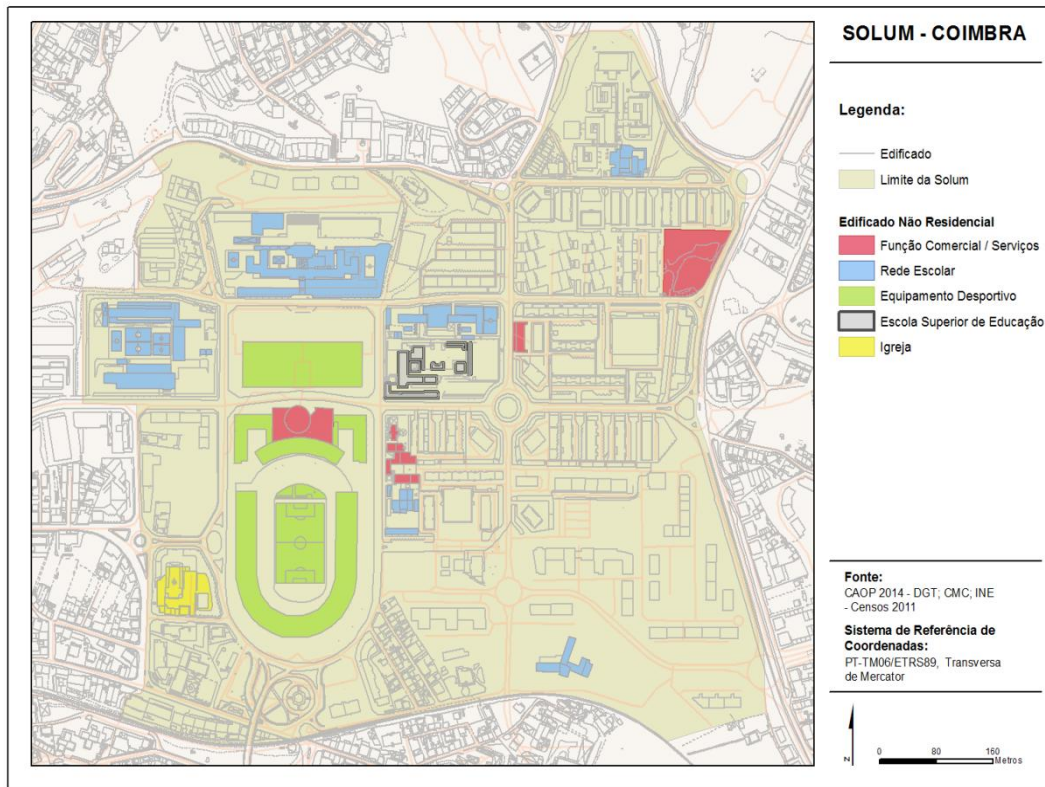
O bairro também abarca uma parte significativa do setor de ensino da cidade, ali se localizando várias escolas de diferentes níveis de ensino e, dessa forma, atendendo alunos e alunas de variadas idades, o que, de certa forma, facilita os contatos intergeracionais. Além da já mencionada Escola Secundária da Infanta Dona Maria, um dos primeiros equipamentos deste bairro, aqui se localizam a Escola Secundária de Avelar Brotero, a Escola Superior de Educação de Coimbra, a Escola Básica Eugénio de Castro, a Escola Básica da Solum, o Jardim de Infância da Solum e o Centro Escolar da Solum Sul (Imagem 21).



Imagem 21: Instituições educativas da "Solum".

O cartograma a seguir (Cartograma 13) apresenta um panorama do edificado não residencial do bairro, mostrando a localização e a função dos principais equipamentos deste território. Nele é possível perceber que este é um território bem dotado de equipamentos e serviços, tanto comerciais, quanto educacionais, desportivos e religiosos, o que facilita o cotidiano de seus/suas moradores/as, que não precisam se deslocar para outros territórios, já que este é capaz de suprir grande parte de suas necessidades.





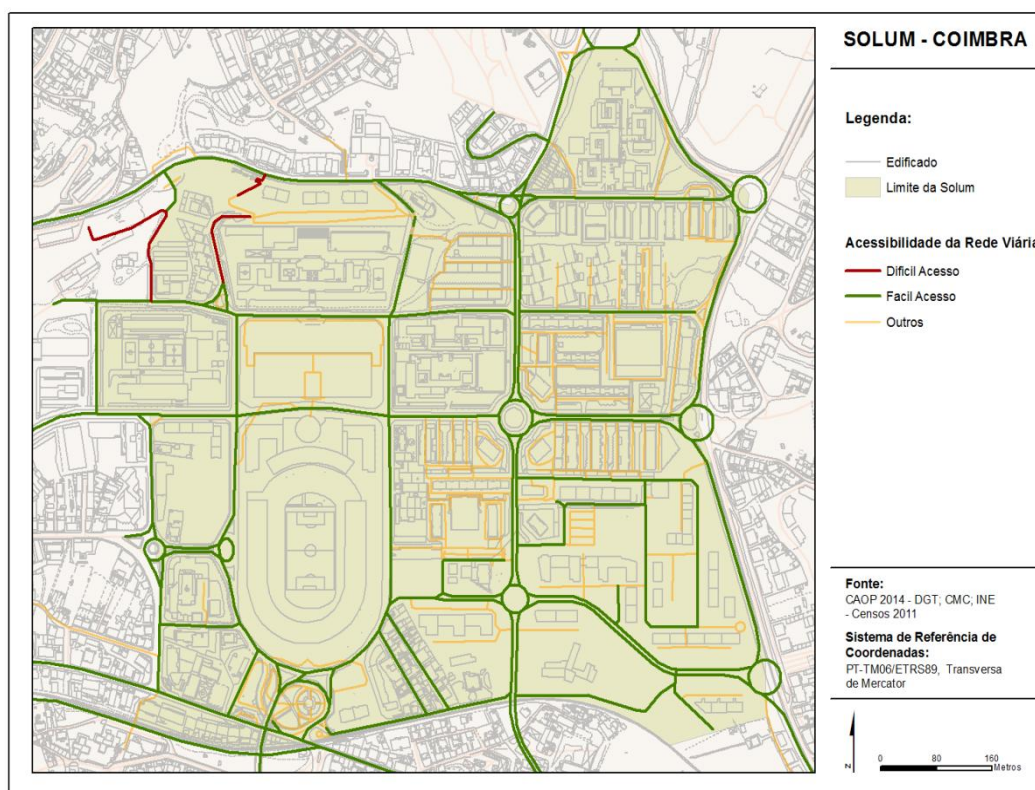
Cartograma 13: Funções do Edificado na "Solum".

A "Solum" é um bairro quase totalmente plano, com ruas asfaltadas e calçadas largas e espaçosas, a maioria revestida em calçamento português, o mesmo revestimento encontrado em algumas calçadas da "Alta". O fato de os terrenos da "Solum", serem planos, entretanto, faz com que este tipo de calçamento não represente uma ameaça às pessoas – provocando quedas, por exemplo. Além disso, como o calçamento é bastante mais recente do que o da "Alta", as calçadas ainda não sofreram muita ação do tempo, não se apresentando muito desgastadas e escorregadias. Adotando a tipologia de acessibilidades já apresentada para o território da "Alta", é possível perceber que grande parte das ruas da "Solum" pode ser tipificada como de fácil acesso. Encontrei uma escadaria – as Escadas do Cidral – que dá acesso à Rua Miguel Torga, um dos pontos mais altos deste território. Fora dos padrões de acessibilidade, com degraus largos (porém baixos), revestidos em seixo rolado e sem corrimão (apenas em seu início), esta é uma escadaria pouco utilizada na atualidade, não interferindo, de maneira significativa nas acessibilidades da "Solum" como um todo. Em contrapartida, encontrei, como acesso a um dos prédios da "Solum", uma rampa totalmente adaptada segundo os atuais padrões de acessibilidade, com corrimãos para os pedestres e inclinação adequada ao acesso de pessoas usuárias de cadeira de rodas e/ou crianças em carrinhos de bebê, por exemplo. O maior problema enfrentado, principalmente, por pessoas idosas e/ou com mobilidade condicionada ou reduzida diz respeito ao grande fluxo de automóveis, que circulam, normalmente, em alta velocidade. Ainda assim, há várias faixas de segurança e semáforos espalhadas/os pelo território, o que minimiza, e muito, os riscos aos pedestres (Imagem 22).



Imagem 22: Ruas, calçadas e acessos da "Solum".

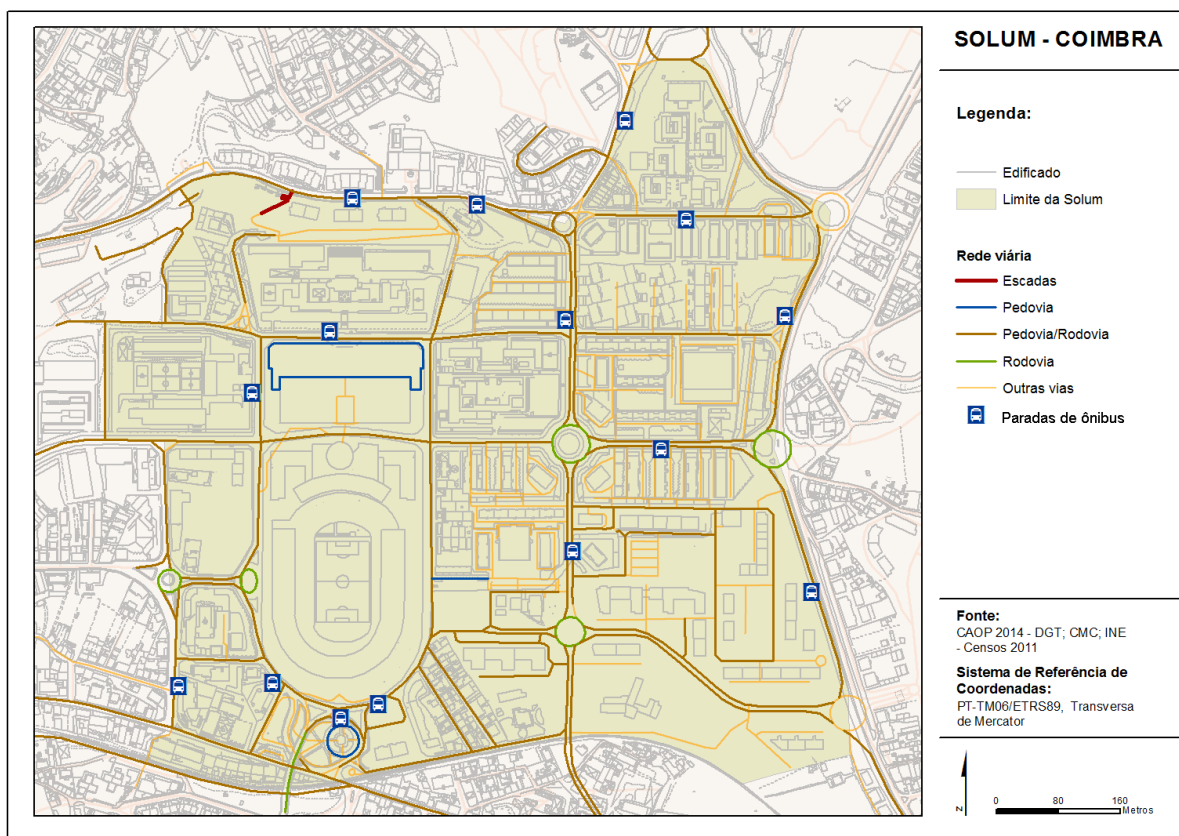
No cartograma seguinte (Cartograma 14), tem-se uma visão da tipologia de acessibilidades da "Solum", evidenciando que grande parte do território delimitado para o estudo possui fáceis acessos (os "outros" acessos referem-se a acessos internos, principalmente em conjuntos de edifícios, que não foram classificados nesse cartograma, mas, se assim fossem, poderiam ser considerados de fáceis acessos).



Cartograma 14: Tipologia de Acessibilidades das Ruas da "Solum".



Para deslocamentos do bairro às demais localidades, e vice-versa, os SMTUC disponibilizam 12 linhas<sup>259</sup> de transporte urbano, cobrindo grande parte da cidade, o que diferencia muito do território da “Alta”. Além disso, ao longo do território da “Solum” é possível encontrar vários pontos de ônibus, o que também facilita muito os deslocamentos dentro do próprio território (Cartograma 15).



Cartograma 15: Acessibilidades e Mobilidades da "Solum".

<sup>259</sup> As linhas disponibilizadas pelos SMTUC são: 5 (Pedrulha-Estádio Municipal-Pedrulha), 7 (Arnado-Tovim-Arnado), 7T (Palácio da Justiça-Tovim-Palácio da Justiça), 9 (Portagem-Casal da Misarela-Portagem), 10 (Palácio da Justiça-Hospital Sobral Cid-Palácio da Justiça), 11 (Arnado-Bairro Norton de Matos-Arnado), 24 (Arnado-Quinta da Nora-Arnado), 24T (Palácio da Justiça-Quinta da Nora-Palácio da Justiça), 26 (Praça da República-Chão do Bispo-Praça da República), 33 (Portagem-Manutenção-Portagem), 34 (Universidade-Polo II-Universidade) e 37 (Vale das Flores-Hospitais UC-Vale das Flores). Para maiores informações, consultar: [www.smtuc.pt/geral/index\\_horarios.php](http://www.smtuc.pt/geral/index_horarios.php).

Passando à sua demografia, a “Solum” possui um total de 3849 residentes. Destes, 19% têm 65 ou mais anos, como mostra o quadro a seguir, que apresenta a população deste território por escalão etário<sup>260</sup> (Quadro 17). Este é um número significativo, cuja tendência é a de aumentar cada vez mais.

IDADES	0-14 ANOS	15-64 ANOS	65 + ANOS	TOTAL
NÚMEROS	483	2636	730	3849
PERCENTUAIS	12,5%	68,5%	19,0%	100%

Fonte: BGRI/INE/PT/2011.

Quadro 17: População da "Solum" por escalão etário.

Relativamente ao sexo da população residente na “Solum”, é possível verificar, tal como na “Alta”, um maior número de mulheres sobre o total da população deste território. É curioso, entretanto, observar esta relação dentro de cada escalão etário. No menor escalão etário (0-14 anos), os homens estão levemente em maioria, em uma diferença de 2,2 pontos percentuais sobre o total de mulheres neste escalão. Nos demais escalões, esta diferença é inversa, com as mulheres superando o número de homens. À medida que os escalões etários sobem, cresce a diferença entre o número de mulheres e o de homens: 15-64 anos: 9,2 pontos percentuais; e 65 ou mais anos: 18,6 pontos percentuais de mulheres a mais do que homens (Quadro 18).

IDADES	0-14 ANOS		15-64 ANOS		65 + ANOS		TOTAL	
SEXOS	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
NÚMEROS	247	236	1196	1440	297	433	1740	2109
TOTAL POR IDADE	483 (12,5%)		2636 (68,5%)		730 (19%)		3849 (100%)	
PERCENTUAIS POR ESCALÃO	51,1%	48,9%	45,4%	54,6%	40,7%	59,3%	45,2%	54,8%

As células em destaque representam a diferença entre o número de mulheres e o de homens na população idosa deste território. Fonte: BGRI/INE/PT/2011.

Quadro 18: População da "Solum" por sexo e escalão etário.

<sup>260</sup> Mais uma vez, é preciso atentar para o grande intervalo de idades comportando pela chamada “população ativa” (dos 15 aos 64 anos). Desmembrado este escalão em outros três, ainda que permaneça uma visão um tanto limitada, já que o escalão dos 25 aos 64 anos apresenta, ainda, um intervalo demasiado grande, é possível perceber certa diferenciação, com menor número de pessoas nos escalões etários mais baixos: 15-19: 190 pessoas (4,9%); 20-24: 246 pessoas (6,4%); e 25-64: 2200 pessoas (57,1%).

Ao contrário do verificado na “Alta”, a maioria das pessoas que residem na “Solum”, segundo dados da BGRI relativos aos censos de 2011, são proprietárias de suas próprias habitações (68,52% de um total de 1740 alojamentos de residência habitual, em contrapartida aos 23,89% dos/as locatários/as).

O aspecto referente à escolaridade dos/as moradores/as da “Solum” também diverge em relação à realidade da “Alta”: quase 53% de sua população geral possui ensino superior completo, sendo este o nível que concentra a maior parte da população em todos os escalões etários – à exceção, obviamente, do escalão mais baixo –, enquanto que pouco mais de 10% não possui qualquer nível de escolaridade – 8,8% dos quais encontram-se na faixa de 0 aos 14 anos, ou seja, grande parte deste grupo etário sequer está em idade escolar. O quadro a seguir (Quadro 19) mostra os níveis de escolaridade da população geral da “Solum”, por escalão etário, com os percentuais sobre o total geral da população deste território:

ESCALÃO ETÁRIO	NÍVEL DE ESCOLARIDADE							TOTAL
	NENHUM	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	SECUND.	P/SEC	SUP.	
0-14	338 (8,8%)	67 (1,7%)	78 (2,0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	<b>483</b> <b>(12,5%)</b>
15-64	12 (0,3%)	48 (1,2%)	53 (1,4%)	266 (6,9%)	529 (13,8%)	26 (0,7%)	1702 (44,2%)	<b>2636</b> <b>(68,5%)</b>
65 OU +	40 (1,0%)	174 (4,6%)	34 (0,9%)	73 (1,9%)	74 (1,9%)	0 (0%)	335 (8,7%)	<b>730</b> <b>(19,0%)</b>
<b>TOTAL</b>	<b>390</b> <b>(10,1%)</b>	<b>289</b> <b>(7,5%)</b>	<b>165</b> <b>(4,3%)</b>	<b>339</b> <b>(8,8%)</b>	<b>603</b> <b>(15,7%)</b>	<b>26</b> <b>(0,7%)</b>	<b>2037</b> <b>(52,9%)</b>	<b>3849</b> <b>(100%)</b>

A coluna em destaque representa o nível de escolaridade superior, onde se concentra a maior parte da população deste território. Fonte: BGRI/INE/PT/2011.  
Quadro 19: Escolaridade da população da "Solum" - Percentuais sobre o total da população.

Os percentuais por escalão parecem-me ainda mais elucidativos: à exceção do escalão que vai de 0 a 14 anos (com um número significativo de crianças fora da idade escolar, ou, ainda que em idade escolar, sem a possibilidade de ter concluído algum grau de escolaridade), os demais escalões etários (15-64 anos e 65 ou mais anos) concentram uma maioria da população nos níveis de escolaridade mais altos. Assim, quase 65% da população considerada ativa (dos 15 aos 64 anos) e quase 46% da população idosa (com idades iguais ou superiores aos 65 anos) concluiu um curso superior (no mínimo, a nível de graduação), conforme indicado no quadro a seguir (Quadro 20).

ESCALÃO ETÁRIO	NÍVEL DE ESCOLARIDADE							TOTAL
	NENHUM	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	SECUND.	P/SEC	SUP.	
0-14	338 (70,0%)	67 (13,9%)	78 (16,1%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	<b>483</b> <b>(100%)</b>
15-64	12 (0,4%)	48 (1,8%)	53 (2,0%)	266 (10,1%)	529 (20,1%)	26 (1,0%)	1702 (64,6%)	<b>2636</b> <b>(100%)</b>
65 OU +	40 (5,5%)	174 (23,8%)	34 (4,7%)	73 (10%)	74 (10,1%)	0 (0%)	335 (45,9%)	<b>730</b> <b>(100%)</b>

A coluna em destaque representa o nível de escolaridade superior, onde se concentra a maior parte da população deste território, nos escalões etários dos 15-64 anos e dos 65 ou mais anos. Fonte: BGRI/INE/PT/2011.

Quadro 20: Escolaridade da população da "Solum" - Percentuais por escalão etário.

Relativamente ao escalão etário dos/as idosos/as, mais de 25% desta população específica deste território encontra-se na faixa mais jovem – dos 65 aos 69 anos. É esta faixa que concentra o maior número de pessoas com 65 ou mais anos com um curso superior já concluído. O quadro a seguir (Quadro 21) mostra o nível de escolaridade da população idosa da "Solum" por cada subescalão etário, tendo seu percentual calculado pelo total da população idosa deste território quando da realização dos últimos censos nacionais (730 pessoas).

SUBESCALÃO ETÁRIO	NENHUM	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	SECUNDÁRIO	SUPERIOR	TOTAL
65-69	7 – 1,0%	26 – 3,5%	4 – 0,6%	21 – 2,9%	21 – 2,9%	107 – 14,6%	<b>186 – 25,5%</b>
70-74	8 – 1,1%	31 – 4,3%	6 – 0,8%	17 – 2,2%	12 – 1,6%	101 – 13,8%	<b>175 – 23,9%</b>
75-79	5 – 0,6%	39 – 5,3%	12 – 1,6%	13 – 1,8%	16 – 2,2%	66 – 9,0%	<b>151 – 20,7%</b>
80-84	8 – 1,1%	36 – 4,8%	4 – 0,6%	13 – 1,8%	14 – 1,9%	34 – 4,7%	<b>109 – 15,0%</b>
85-89	7 – 1,0%	27 – 3,5%	8 – 1,1%	7 – 1,0%	7 – 1,0%	24 – 3,3%	<b>80 – 11,0%</b>
90-94	3 – 0,4%	9 – 1,2%	0 – 0%	2 – 0,3%	2 – 0,3%	3 – 0,4%	<b>19 – 2,6%</b>
95-99	2 – 0,3%	6 – 0,8%	0 – 0%	0 – 0%	2 – 0,3%	0 – 0%	<b>10 – 1,4%</b>
<b>TOTAL</b>	<b>40 – 5,5%</b>	<b>174 – 23,8%</b>	<b>34 – 4,7%</b>	<b>73 – 10,0%</b>	<b>74 – 10,2%</b>	<b>335 – 45,8%</b>	<b>730 – 100%</b>

As células coloridas dão destaque ao número de pessoas idosas no subescalão etário dos 65-69 anos, bem como o número e o percentual de pessoas deste escalão com ensino superior. Fonte: BGRI/INE/PT/2011.

Quadro 21: Escolaridade da população da "Solum" com 65 ou mais anos por subescalão etário - percentuais sobre total população idosa.

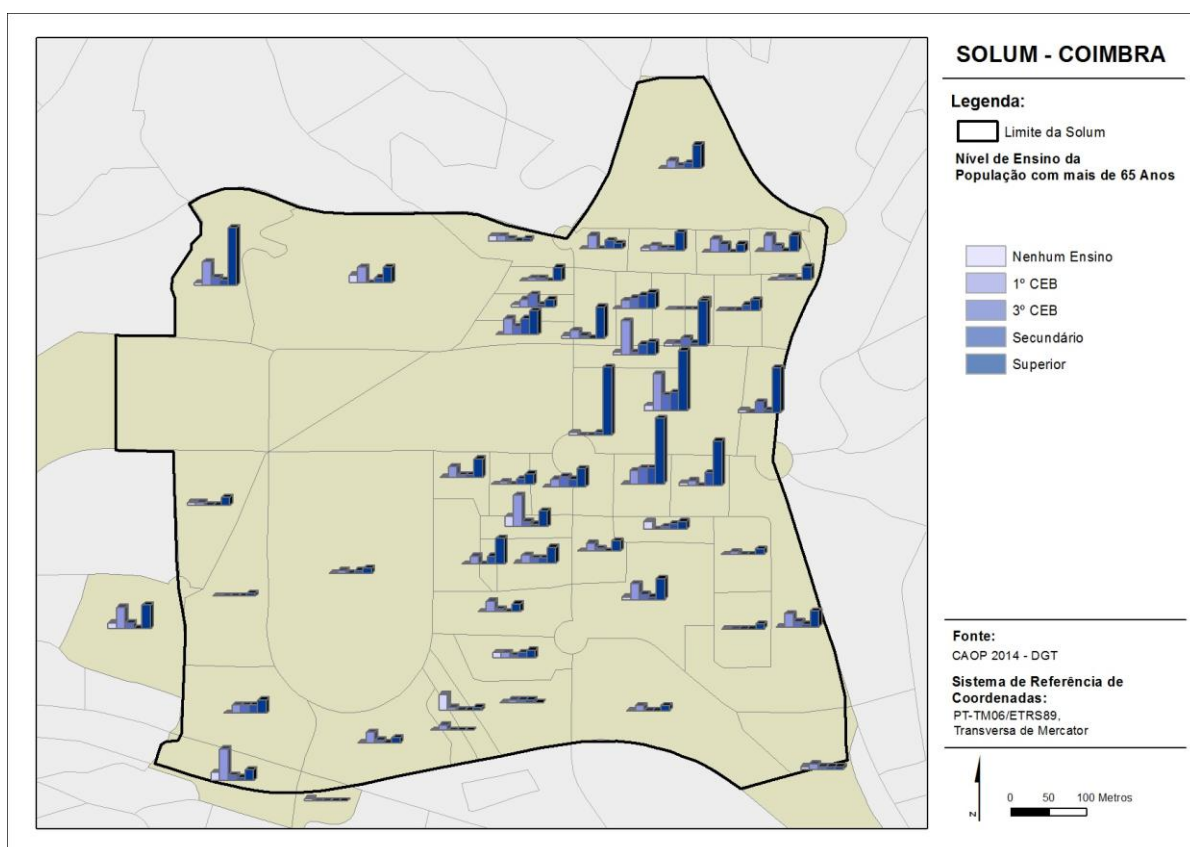
Embora a maioria dos cursos superiores corresponda a uma graduação (licenciatura ou bacharelado), é interessante verificar, conforme o quadro abaixo (Quadro 22), que um número pequeno, porém significativo, de pessoas idosas deste território estão qualificadas com um mestrado ou um doutorado, dado bastante raro nos demais territórios deste estudo.

	GRADUAÇÃO LICENCIATURA/BACHARELADO	MESTRADO	DOCTORADO
NÚMEROS	290	18	27
PERCENTUAIS	86,57%	5,37%	8,06%
TOTAL ENSINO SUPERIOR	335 – 100%		

Fonte: BGRI/INE/PT/2011.

Quadro 22: Ensino Superior 65 ou mais anos - "Solum".

O cartograma mostra, graficamente, a escolaridade da população idosa da "Solum" por seção estatística, evidenciando, de maneira bastante diferente do verificado na "Alta", o alto nível de escolaridade de grande parte da população com 65 ou mais anos deste território (Cartograma 16).



Cartograma 16: Escolaridade da População com 65 ou mais anos da "Solum".

Outros pontos relevantes para este trabalho, apontam diferenças marcantes entre os dois territórios ("Alta" e "Solum"). Sendo um bairro com áreas majoritariamente planas, com bons espaços de convívio, com vários tipos de serviços oferecidos em um diâmetro relativamente pequeno, a mobilidade, em geral, é bastante mais facilitada no território da "Solum", principalmente se comparada a regiões como a "Alta". A população residente é a que mais ocupa os espaços do bairro, diferentemente com o que

ocorre na “Alta”, cujos espaços são fortemente ocupados pela população em trânsito – turistas e estudantes. Os acessos do bairro também facilitam os deslocamentos para outros setores da cidade e, de maneira inversa, o fluxo de pessoas de outras áreas da cidade a este território, proporcionando movimento e diversidade a este território, que também é acesso a zonas mais periféricas e até rurais do município, como ao Maciço Marginal de Coimbra, com cerca de 530 metros de altitude, onde se localizam as localidades<sup>261</sup> da “Cova do Ouro” e do “Casal do Lobo”, este último, um dos dois territórios rurais escolhidos para este estudo, que serão apresentados nas seções a seguir.

### 2.2.3. O Rural

Semelhante às três seções anteriores (“O Urbano”; “A ‘Alta’”; e “A ‘Solum’”), o objetivo das três seções que agora seguem, é fornecer uma apresentação dos dois territórios rurais sujeitos deste estudo: o “Botão” e o “Casal do Lobo”. Tal como acontece com os territórios urbanos, os dois territórios rurais aqui expostos possuem algumas características comuns entre si, possuindo também, entretanto, muitas diferenças que os distinguem em suas singularidades. Ambos os territórios, embora possuindo características que os aproximam do rural, localizam-se próximo ao centro urbano. O trajeto entre estes territórios e o centro – e vice-versa – é facilitado por estradas asfaltadas e pela oferta – talvez com menor frequência do que a desejada – de transportes públicos. Assim, tanto o “Botão” como o “Casal do Lobo” não podem ser considerados territórios isolados, sem qualquer contato com centro. Ao contrário, as influências entre os territórios rurais em questão e o centro urbano de Coimbra são recíprocas – mas desiguais em proporção –, sendo percebidas pelos costumes e comportamentos, principalmente da população rural que, embora ainda preserve traços de um passado não tão remoto, se aproxima pouco a pouco da vida urbana. Nas duas seções seguintes, buscarei apresentar os territórios do “Botão” e do “Casal do Lobo” tal como pude percebê-los em minhas investidas pelos dois territórios.

---

<sup>261</sup> O Instituto Nacional de Estatística português utiliza a terminologia *lugar* para se referir a um “[a]glomerado populacional com dez ou mais alojamentos destinados à habitação de pessoas e com uma designação própria, independentemente de pertencer a uma ou mais freguesias” (Fonte: INE, Sistema de Metainformação, disponível em <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/2990>). Entretanto, no contexto deste trabalho, onde a palavra *lugar* é tomada como um conceito específico, conforme já explanado no capítulo conceitual, prefiro adotar a terminologia *localidade*. Em alguns pontos deste trabalho, a palavra *lugar* é utilizada para se referir a uma posição: “em primeiro lugar...”; em outros, como *local* (o *lugar* preferido da casa ou da cidade, por exemplo). Em algumas entrevistas é possível encontrar a palavra *lugar* no sentido estatístico atribuído pelo INE.

### 2.2.3.1. O “Botão”

*Da minha aldeia vejo quanto da Terra se pode ver no Universo  
Por isso a minha aldeia é tão grande como outra terra qualquer  
Porque eu sou do tamanho do que vejo  
E não do tamanho de minha altura...  
Nas cidades a vida é mais pequena  
Que aqui na minha casa no cimo deste outeiro.*

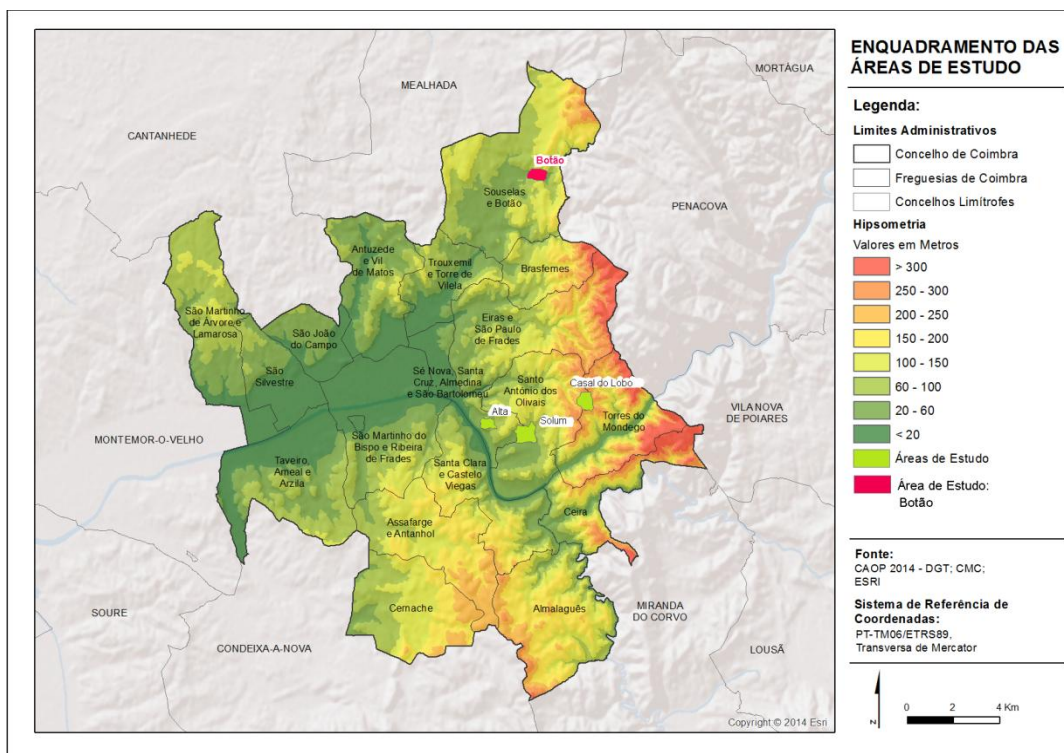
*Nas cidades as grandes casas fecham a vista à chave,  
Escondem o horizonte, empurram o nosso olhar para longe de todo o céu,  
Tornam-nos pequenos porque nos tiram o que os nossos olhos nos podem dar,  
E tornam-nos pobres porque a nossa única riqueza é ver.*

*(Fernando Pessoa [Alberto Caeiro], 1993: 32 [1925])*

A zona do “Botão” é, então, o primeiro dos dois territórios rurais escolhidos para compor este estudo. Localizada a norte do centro de Coimbra, na União das Freguesias de Souselas e Botão, este é um território com características marcadamente rurais, embora a proximidade ao centro da cidade – cerca de 15 minutos, de automóvel; 25 minutos de trem<sup>262</sup> ou ônibus – e as acessibilidades de estradas majoritariamente asfaltadas, possibilitem uma proximidade entre rural e urbano, com parte significativa da população exercendo atividades (ou usufruindo de serviços) no centro da cidade e retornado ao território no final da jornada laboral. O cartograma a seguir (Cartograma 17) traz delimitado o concelho de Coimbra, destacando, em verde, as outras áreas deste estudo e, em rosa forte, o território do “Botão”.

---

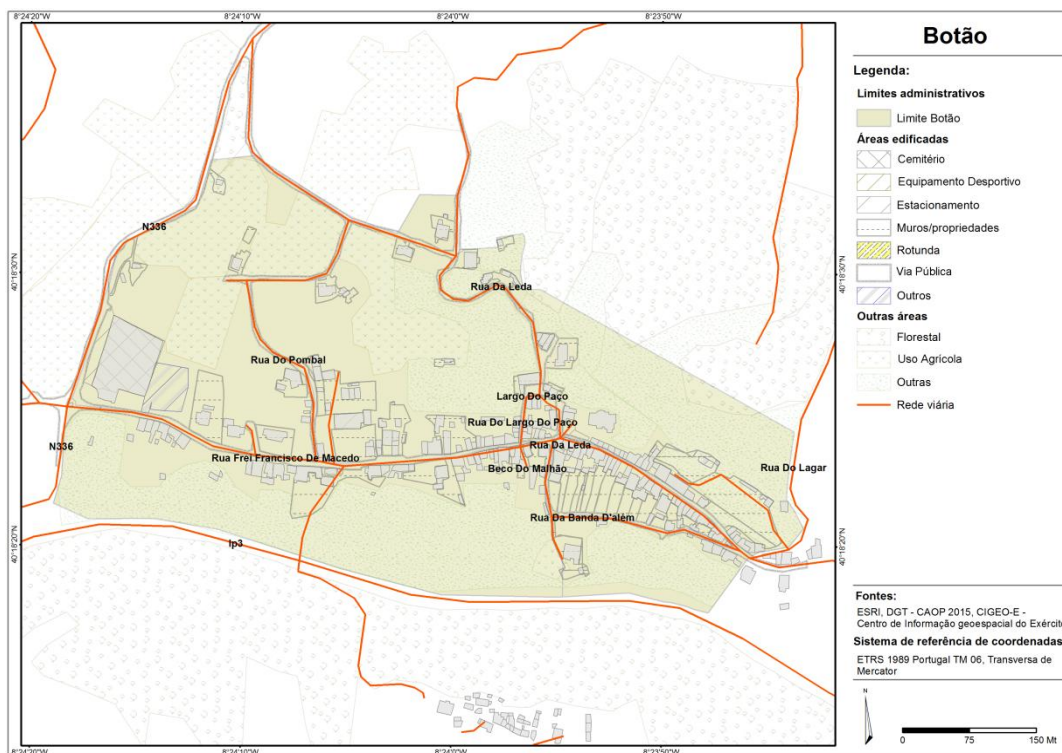
<sup>262</sup> O trem que se desloca da Estação Nova, no centro de Coimbra, tem paragem em Souselas, numa viagem que dura aproximadamente 15 minutos. Desta localidade até o “Botão” o deslocamento tem de ser feito a pé – ou com outro tipo de transporte.



Cartograma 17: Enquadramento da Área de Estudo: “Botão”.

O próximo cartograma (Cartograma 18) apresenta a delimitação da área específica do território do “Botão” onde a pesquisa foi realizada, envolvendo sua via principal, onde estão instalados os principais equipamentos do território – ainda que em número bastante reduzido, principalmente se comparado aos territórios urbanos, principalmente ao território da “Solum” –, e vias secundárias, com edificações eminentemente residenciais.





Cartograma 18: Delimitação da Área de Estudo: "Botão".

A história do "Botão"<sup>263</sup>, antiga freguesia de São Mateus do Botão, remete a um tempo longínquo, pelo menos, ao século XIV, quando, em 1357, Dom Pedro I, de Portugal, confirma o estatuto de concelho a este território, estatuto também confirmado, posteriormente, por Dom João I – em 1428 – e por Dom Afonso V, em 1452. Estas confirmações tinham como objetivo principal o encorajamento à fixação de habitantes nas regiões rurais do país. Sendo o "Botão" uma região promissora, com terras férteis ao cultivo, e próxima a Coimbra, antiga capital do reino, a oferta era bastante atraente. Em 1514, teve foral<sup>264</sup> dado, em Lisboa, por Dom Manuel I, tendo como donatário o Mosteiro de Lorvão.

Atribui-se o topônimo "Botão" a uma suposta origem francesa – *bouton* – que, no século XII tinha o significado de "broto", "rebento", em uma provável alusão à fertilidade de suas terras<sup>265</sup>. As atividades agrícolas, é certo, sempre contribuíram para a economia desse território, principalmente a cultura vinícola, de milho e de azeitonas, existindo, também, pequenas plantações para o consumo familiar, como hortas e pequenos pomares (Imagem 23).

<sup>263</sup> Fonte: Souselas e Botão – União de Freguesias: <http://www.ufsouselasbotao.pt>. Consultado em 08/09/2016.

<sup>264</sup> As Cartas de Foral, ou simplesmente Forais, eram documentos reais utilizados em Portugal, que visavam estabelecer um Concelho e regular a sua administração, deveres e privilégios. A palavra "foral" deriva da palavra portuguesa "foro", que por sua vez provém da latina "*forum*". "Os foros ou costumes remontam ao tempo em que algumas vilas pertenceram aos reis de Leão e Castela antes de serem integrados ao território do reino de Portugal" (Fundação Casa de Bragança, 2013: 01). No reinado de Dom Manuel I, entre 1497 e 1520, foram reformulados 596 forais, abrangendo cerca de 570 concelhos (Franklin, 1825). No Brasil, as Capitânicas Hereditárias também foram regulamentadas por forais manuelinos. Em 1832, os forais foram extintos, através do Decreto de José Xavier Mouzinho da Silveira, pondo fim à sociedade senhorial (Fundação Casa de Bragança, 2013: 10).

<sup>265</sup> Fonte: Souselas e Botão – União de Freguesias: <http://www.ufsouselasbotao.pt>. Consultado em 09/09/2016.



Imagem 23: Produção agrícola no "Botão".

À tradição agrícola, juntou-se, já na segunda metade do século XX, uma vertente industrial, primeiramente com a instalação de fábricas de cerâmica, que aproveitaram os terrenos argilosos da região, e, posteriormente, fábricas de cal, com o aproveitamento dos terrenos calcários. Nos anos 1970, a zona de Souselas, vizinha a “Botão”, transformou-se em um grande centro cimenteiro da região, com a instalação de um centro de produção da fábrica de cimentos Cimpor (Imagem 24), que transformou a paisagem territorial, incluindo o afluxo de trabalhadores/as externos/as à comunidade, que, em muitos casos acabaram por se estabelecerem em definitivo neste território, bem como alterou, em parte, as atividades laborais de parte da população, principalmente masculina, que passou a trabalhar na fábrica.



Imagem 24: Centro de produção cimenteira CIMPOR, em Souselas.

É de se destacar a proximidade das localidades que compõem a atual Freguesia de Souselas e Botão (principalmente Souselas, Lagares, Marmeleira, Larçã, Paço e Outeiro do Botão, em relação ao território aqui analisado, o “Botão”, propriamente dito), havendo grande integração e trânsito de pessoas entre estes territórios.

O “Botão” pode ser caracterizado como uma comunidade periurbana calma, com fáceis acessos ao centro da cidade. É formado por uma via principal, asfaltada, que dá acesso a outras localidades, e por vias secundárias estreitas, quase sempre asfaltadas, mas por vezes calçadas com pedras. A via principal, embora seja menos estreita que as demais, ainda assim não é muito larga. Sendo de mão dupla, requer certos cuidados, principalmente por não possuir calçadas para pedestres. Mais para o interior do território é possível encontrar estradas com características rurais marcantes, como a estrada de terra que dá acesso ao balneário fluvial do Botão, uma zona turística, muito utilizada para veraneio de moradores da localidade e da vizinhança. (Imagem 25).



Imagem 25: Vias e Balneário Fluvial do "Botão".

A via principal do “Botão” – Rua Frei Francisco Macedo – comporta as principais estruturas do território. Assim, tem-se a Junta de Freguesia, a Igreja Paroquial de São Mateus, da qual os primeiros documentos históricos remontam a 1116; a Casa Manuelina, localizada em frente à Igreja, no Paço de mesmo nome, da qual, atualmente, só restam os escombros e o arco passadiço; a Casa Agrícola, adaptada para o turismo de habitação, mas, atualmente, desativada (Imagem 26).



Imagem 26: Principais estruturas do "Botão" I.

É também na via principal que se encontram a Praça<sup>266</sup>, ao lado da Junta de Freguesia do Botão; a Capela do Mártir São Sebastião, onde ainda hoje são celebradas missas; o Centro de Dia, uma estrutura social que também oferece atendimento domiciliário à população idosa do “Botão” e das localidades vizinhas; e, ainda, a Escola Básica do “Botão”, recentemente desativada, devido ao pouco número de alunos/as (durante o último recenseamento, havia apenas 17 crianças dos zero aos 14 anos no território do “Botão”, representando 7,76% de sua população total<sup>267</sup>), que agora necessitam se deslocar até ao Jardim de Infância e à Escola Primária de Larçã, localidade próxima ao “Botão”, sendo, atualmente, ocupada pelo grupo de escoteiros da localidade (Imagem 27).

---

<sup>266</sup> Esta praça não é exatamente um ponto de encontro e convívio entre os/as moradores/as do “Botão”. Antes, serve como uma espécie de *hall* de entrada à Junta de Freguesia, uma espécie de cartão de visitas desse território.

<sup>267</sup> Segundo os censos 2011, havia quatro crianças dos zero aos quatro anos; dez crianças dos cinco aos nove anos; e três crianças dos dez aos catorze anos.

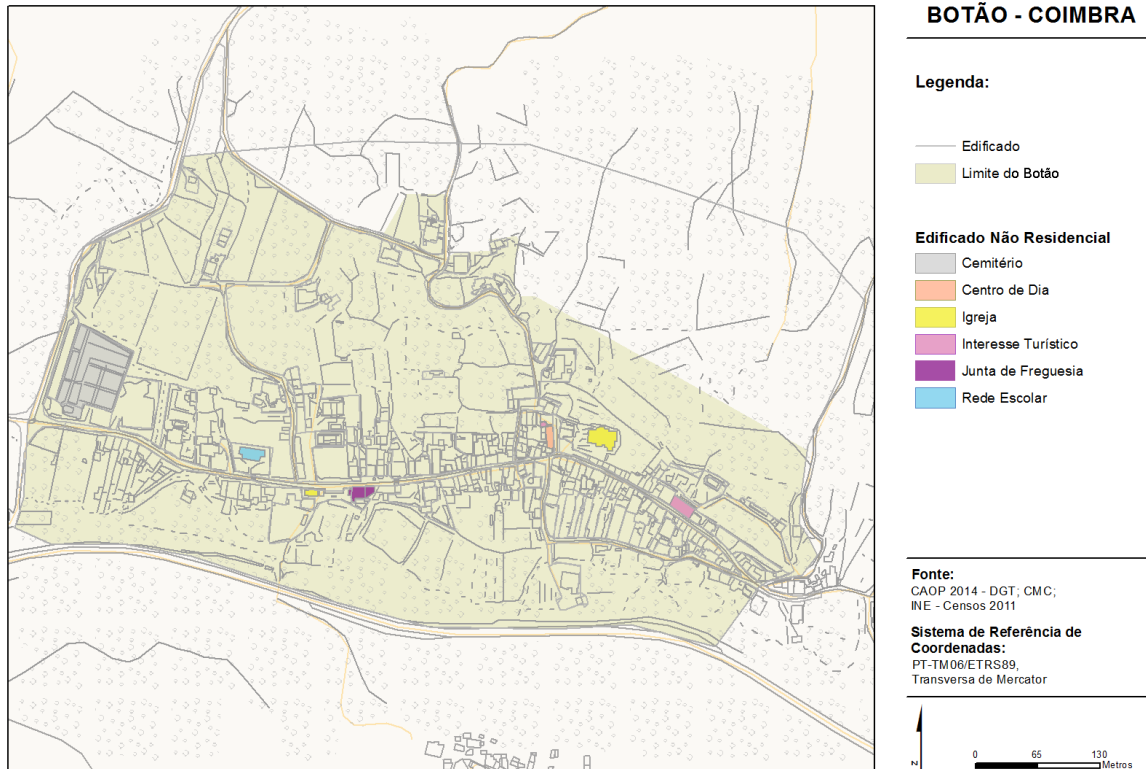


Imagem 27: Principais estruturas do "Botão" 2.

O cartograma que segue permite uma visão geral das funcionalidades do edificado não residencial do “Botão”, embora alguns prédios tenham tido seus usos iniciais interrompidos ou trocados, como já mencionado. Nele é possível perceber que grande parte do edificado deste território não está em destaque, o que significa que a maioria cumpre a função residencial. Os equipamentos públicos e coletivos são poucos, mas têm, de certa forma, conseguido atender às principais necessidades deste território (Cartograma 19).



## BOTÃO - COIMBRA



Cartograma 19: Edificado não residencial do "Botão".

A maioria das casas do território do “Botão” (59,23%) foi construída entre 1961 e 1990, embora seja possível encontrar construções bastantes mais antigas. A grande maioria das construções é simples, grande parte sendo representativa do que se denominou como “típica casa rural portuguesa”: casas de dois pisos<sup>268</sup>, sendo o piso térreo, originalmente, destinado à recolha do gado. A estratégia de ocupação do piso térreo pelo gado da propriedade tinha dupla função: de um lado, o controle e a proteção dos animais das intempéries; e, de outro, o aquecimento da casa – cujas demais peças ocupavam o andar superior – com a proximidade do gado e a liberação de gases, principalmente pela respiração destes animais. Atualmente, esta estratégia caiu em desuso. Não há mais criação de gado nesta região, tendo as casas sido adaptadas para o uso exclusivo das pessoas, com o piso inferior muitas vezes sendo ocupado como garagem para automóveis ou depósito de utensílios domésticos e/ou agrícolas. As casas são, geralmente, muito próximas umas às outras, distribuindo-se ao longo dos dois lados da via. A tipologia das habitações de um dado território, a estrutura e organização das casas e a sua distribuição pelas vias deste território, principalmente em se tratando de um território rural, aliás, são dados importantes, pois refletem a reprodução social efetivada no âmbito doméstico e da comunidade (Silva, 2012). Assim, as casas do “Botão”, em sua maioria, assemelham-se às “casas remediadas”, assim identificadas por Silva (2012):

<sup>268</sup> Algumas casas têm apenas um piso, ficando ao térreo, acompanhando o nível do terreno, normalmente plano na área residencial desse território.

Construídas de pedra e/ou reconstruídas com cimento em periódicas modificações, apresentam normalmente a seguinte disposição interior: além da pocilga e do estábulo para os animais, da adega e do local de arrumações no piso inferior, na parte inferior, na parte superior, destinada à habitação, situa-se a cozinha (com lareira, bancos, caixas para cereais, forno, masseira e louceiro) – que funciona como principal local de convívio –, uma retrete, ultimamente cada vez mais remodelada em casa de banho, uma sala de estar ou de visitas e um a três quartos de dormir, conforme o agregado familiar (Silva, 2012: 90).

A imagem a seguir dá uma ideia da arquitetura das casas encontradas no território do “Botão” (Imagem 28).

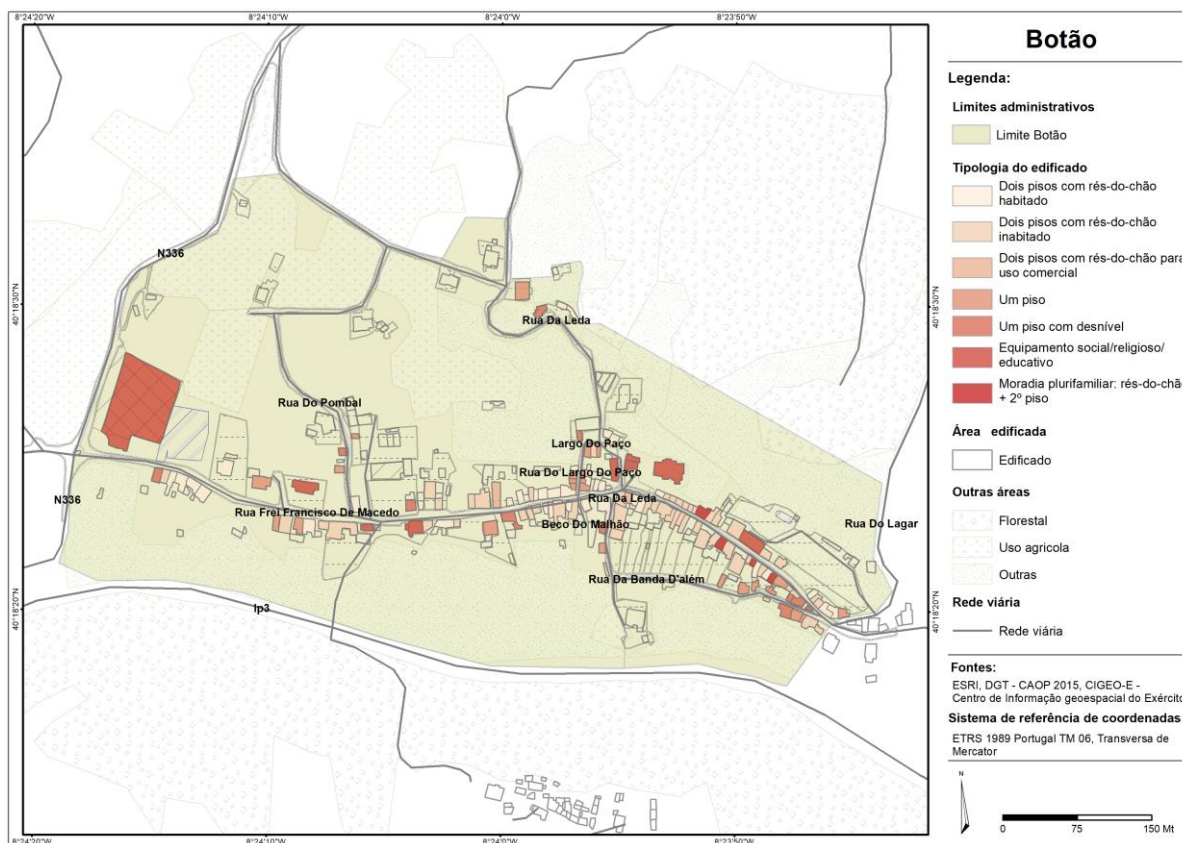


Imagem 28: Casas do “Botão”.

No caso específico do “Botão”, entretanto, mais do que a tipologia das habitações, propriamente dita, passível de ser observada em “visões panorâmicas”, por assim dizer, sobre o território, importa perceber os usos que tais tipologias podem assumir. Para isso, realizei um levantamento “tipológico-funcional” das casas e edificações do “Botão”, levando em conta os seguintes critérios: (i) Dois pisos com térreo habitado; (ii) Dois pisos com térreo inabitado; (iii) Dois pisos com térreo para uso comercial; (iv) Um piso; (v) Um piso com desnível; (vi) Equipamento social/religioso/educativo; (vii) Moradia plurifamiliar: térreo mais segundo piso. Esta caracterização revela-se importante neste estudo, pois habitar em uma casa cujo térreo não está adaptado para moradia (não possuindo estruturas básicas – como janelas ou casas de banho, por exemplo) – implica em ter de habitar o segundo piso, sujeitando-se a subir e descer escadas constantemente<sup>269</sup> – ou, quando isso já não é mais possível, submeter-se ao isolamento e, em consequência, à perda gradual de autonomia. O cartograma a seguir (Cartograma XX) mostra esta tipologia-funcional das casas do “Botão”, revelando que uma parte significativa destas habitações não está adaptada às pessoas com mobilidade condicionada e/ou reduzida, como é o caso de alguns/algumas idosos/as.

---

<sup>269</sup> A única edificação do “Botão” que possui elevador é o Centro Social, Cultural e Recreativo do Botão, que, como já dito, atua como Centro de Dia, oferecendo, também, serviços de apoio domiciliário à população idosa deste território e proximidades.



Cartograma 20: Tipologia funcional das habitações do "Botão".

A grande maioria das casas do “Botão” (91%) é habitada pelos/as seus/suas proprietários/as, que vivem neste território já há muito tempo ou são herdeiros diretos destas propriedades. Os alugueis nesta localidade são muito raros, representando pouco mais de 7% do total das ocupações residenciais. Esta observação é importante. A posse de uma propriedade é hipervalorizada em uma sociedade centrada em uma economia capitalista e neoliberal. O simbolismo de se ter uma casa própria, entretanto, ultrapassa qualquer análise meramente econômica. A posse de uma casa garante segurança, dignidade e poder a quem a possui – poder, este, muitas vezes exercido no próprio contexto familiar. Ter uma casa própria, ao contrário de ter de morar de aluguel – ainda que o valor pago por este aluguel seja muito pequeno –, representa autonomia. Além disso, o sentimento de pertença ao território, através da casa própria, faz-se mais robusto, ainda que a casa muitas vezes apresente alguma precariedade, sem condições adequadas aos padrões de qualidade de vida expectáveis pela própria comunidade onde está inserida. A distinção social a partir das habitações<sup>270</sup>, aliás, é bastante visível em territórios como o “Botão”, cujo centro é dominado por habitações bastante simples, em terrenos pequenos, com uma população mais antiga no território – muitas vezes com as propriedades atravessando gerações –, contrastando com uma zona um pouco mais periférica, formada por residências grandes, mais modernas, confortáveis e com alto padrão de qualidade na construção, muito provavelmente habitada por uma população nova no território

<sup>270</sup> Dos quatro territórios do estudo, o “Botão” é onde esta distinção é mais perceptível. Na “Alta” a diferenciação social a partir das habitações começa a ser sentida, sendo, entretanto, muito mais evidente entre os edifícios de uso residencial e os que têm sido recuperados para fins comerciais, como os já mencionados *hostels*, os cafés e os restaurantes.

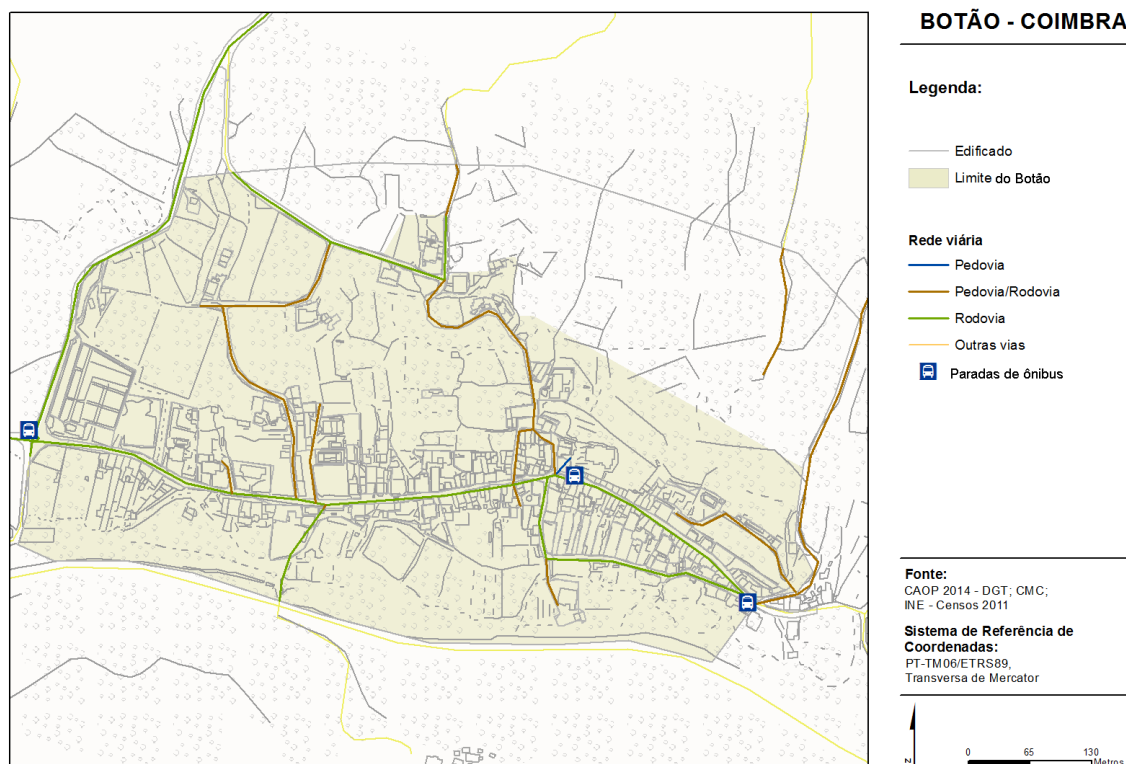


– mas não necessariamente nova no município –, representando uma tendência que começa a surgir, com as zonas periurbanas sendo ocupadas por camadas sociais mais abastadas, que têm como objetivo uma melhor qualidade de vida em zonas mais periféricas da cidade, conforme a imagem que segue (Imagem 29):



Imagem 29: Casas de luxo do "Botão".

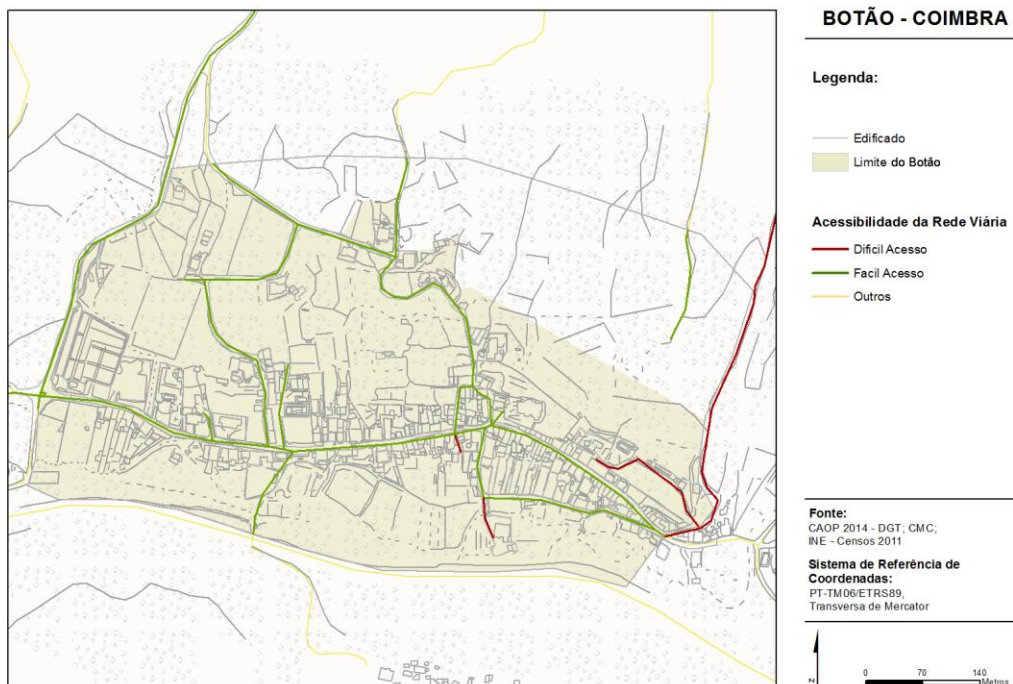
No “Botão” não há nenhuma calçada destinada aos pedestres. Todas as vias, incluindo a via principal, totalmente asfaltada, estreita, mas com capacidade para o trânsito automobilístico de mão dupla, são utilizadas tanto por automóveis quanto por pedestres. O cartograma que segue representa as acessibilidades do território. Optei por classificar a via principal como uma rodovia por se tratar de uma via de trânsito médio a rápido. As demais vias, perpendiculares à via principal, foram classificadas por mim como rodovias e pedovias, ao mesmo tempo. Caracterizei como pedovia o Largo da Igreja e o Largo da Junta da Freguesia, ainda que em frente ao Centro de Dia – no caso do Largo da Igreja – e ao lado do edifício da Junta de Freguesia – no caso do Largo da Junta – o trânsito e o estacionamento de automóveis sejam permitidos e frequentes. Há três pontos de ônibus (paragens de autocarros) na localidade do “Botão”: uma antes da rótula (rotunda) de entrada e as demais na via principal. A frequência dos transportes públicos do centro de Coimbra ao “Botão”, e vice-versa, ao longo do dia é feita da seguinte forma: três horários pela manhã; dois horários ao meio-dia e três horários ao fim do dia, à tardinha. A empresa de transporte que atende a localidade é uma empresa privada, não fazendo parte da SMTUC (Cartograma 21).



Cartograma 21: Acessibilidades e Mobilidades do “Botão”.

Tomando a mesma tipologia de acessibilidade usada para os demais territórios, optei por caracterizar as vias asfaltadas do “Botão” como vias de fácil acesso e as vias muito estreitas e sem qualquer calçamento como de difícil acesso (Cartograma 22). É importante destacar, entretanto, que para os pedestres nenhuma das vias deste território pode ser considerada de acesso muito fácil (excetuando-se o Largo da Igreja e o Largo da Junta de Freguesia, ambos caracterizando-se como terrenos planos e calçados, destinados ao uso pedonal). Em que pese a maioria das vias ser plana – ou com declives leves ou médios – como já foi mencionado, quase não há espaços destinados ao uso exclusivo de pedestres. Embora ao longo da via principal tenham sido instalados alguns redutores de velocidade (os “quebra-molas”, como são conhecidos no Brasil), não há qualquer sinalização indicando a velocidade máxima que deve ser respeitada pelos automóveis ou que se trata de uma via de espaço compartilhado<sup>271</sup>, onde a hierarquia a ser respeitada deve caminhar no sentido dos mais aos menos vulneráveis: os pedestres são mais vulneráveis que as bicicletas que, por sua vez, são mais vulneráveis que os automóveis.

<sup>271</sup> “O conceito, conhecido como *shared space*, foi desenvolvido pelo holandês Hans Monderman, em 1969, com o objetivo de remover a segregação por meio da oferta de espaços compartilhados e adoção de velocidades compatíveis. Essa solução implica na conscientização dos condutores de veículos quanto à fragilidade dos pedestres, para que adotem velocidades compatíveis com as áreas em que trafegam. Para ser implementado tal conceito, muito utilizado em cidades europeias, é necessário ampla campanha educacional, a fim de que a convivência entre pedestres, ciclistas, motoristas e pessoas com deficiência possa ocorrer de maneira harmoniosa” (Ribeiro, 2014: 70).



Cartograma 22: Tipologia de Acessibilidades das Ruas do "Botão".

Nas ruas do “Botão”, o uso de cadeiras de rodas ou de carrinhos de bebê é praticamente inviável, não tanto pelo seu revestimento – já que parte significativa das ruas deste território é coberta por asfalto –, mas, principalmente, pelo perigo que representa trafegar junto aos automóveis. Na rua principal, o uso destes mecanismos só é possível com a ocupação de grande parte da via. Nas vias estreitas e sem asfalto, o uso destes recursos de mobilidade torna-se ainda mais difícil. Os pedestres, por sua vez, quando se deslocam pela rua principal da localidade, têm de se esgueirar próximo às construções, tomando ainda o cuidado para não cair nas valetas construídas em frente de grande parte das casas com o objetivo de escoar as águas das chuvas – e que devem ser objeto de cuidado também dos automóveis (Imagem 31).



Imagem 30: Valas e desníveis para escoamento de águas pluviais no "Botão".

Demograficamente, o “Botão” possuía, quando da realização do último recenseamento, em 2011, 219 residentes. Destes/as, 56 pessoas – quase 26% - tinham 65 ou mais anos. Embora a população ativa neste território chegasse a quase 60% (57%), o que impressiona – como já mencionei em páginas anteriores – é o baixo número de jovens e crianças nesta localidade: 21 pessoas dos 15 aos 24 anos, totalizando menos de 10% da população deste território (9,6), e apenas 17 crianças (de 0 a 14 anos), contabilizando 7,8% da população residente do “Botão”. Estes números ratificam a tendência nacional – e mesmo mundial – de envelhecimento da população, modificando, de forma significativa, as estruturas territoriais e carecendo de um olhar mais atento (e atencioso) às populações que permanecem, cotidianamente<sup>272</sup>, em um determinado território. No caso do “Botão”, especificamente, as transformações territoriais aparecem na desativação da escola e na instalação do Centro de Dia, que, além de oferecer atendimento à população idosa do “Botão” e proximidades, ainda desenvolve um importante papel na integração comunitária – assim como a Igreja –, promovendo encontros e atividades intergeracionais, como festas, passeios e excursões (Quadro 23).

---

<sup>272</sup> É importante referir que grande parte das pessoas em idade escolar e/ou ativa de localidades como o “Botão” e o “Casal do Lobo”, os dois territórios com características rurais trazidos para este estudo, embora resida nestes territórios, tem os seus cotidianos vividos em grande parte em outras localidades, onde desenvolve suas atividades educativas e/ou laborais. Isso é bastante frequente em localidades rurais muito próximas – e com acessos facilitados – aos centros urbanos. A permanência da residência nos territórios rurais dá-se por variados motivos. Um deles, certamente, é a propriedade das casas, normalmente heranças de família ou adquiridas por preços mais competitivos que os praticados nas zonas mais urbanas das cidades. Resultado deste fenômeno é a frequência e permanência cotidiana nestes territórios de uma população bastante envelhecida.

IDADES	0-14 ANOS	15-64 ANOS	65 + ANOS	TOTAL
NÚMEROS	17	146	56	219
PERCENTUAIS	7,8%	66,6%	25,6%	100%

Fonte: BGRI/INE/PT/2011.

Quadro 23: População do "Botão" por escalão etário.

A relação sexo/idade da população deste território indica uma leve diferença – para mais – no número de mulheres (8,6 pontos percentuais, sobre o número total da população). Esta diferença é maior no escalão etário de 0 a 14 anos. No escalão das pessoas idosas, o número de mulheres corresponde a 17,8 pontos percentuais a mais que o número de homens, conforme é possível verificar no quadro seguinte (Quadro 24):

IDADES	0-14 ANOS		15-64 ANOS		65 + ANOS		TOTAL	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
NÚMEROS	5	12	72	74	23	33	100	119
TOTAL POR IDADE	17 (7,8%)		146 (66,6%)		56 (25,6%)		219 (100%)	
PERCENTUAIS POR ESCALÃO	29,4%	70,6%	49,3%	50,7%	41,1%	58,9%	45,7%	54,3%

As células em destaque se referem à diferença entre o número de mulheres e o de homens entre as pessoas idosas deste território. Fonte: BGRI/INE/PT/2011.

Quadro 24: População do "Botão" por sexo e escalão etário.

Ainda relativamente à demografia do "Botão", os dados da BGRI/INE/2011 indicam que todas as pessoas idosas da localidade recebem uma pensão de reforma. Em relação à escolaridade, a maioria da população (32,9%) completou apenas o 1º ciclo do ensino básico, sendo que 11,4% concluíram o 2º ciclo; e 18,7% possuem 3º ciclo como maior escolaridade. Ainda, 13,7% têm o ensino secundário completo (equivalendo a 30 pessoas); e apenas 7,3% - ou 16 pessoas – possuem o ensino superior completo, conforme quadro a seguir (Quadro 25), que traz a escolaridade da população do "Botão" por escalão etário, com os percentuais sobre o total da população deste território.

ESCALÃO ETÁRIO	NÍVEL DE ESCOLARIDADE							
	NENHUM	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	SECUND.	P/SEC	SUP.	TOTAL
0-14	14 (6,4%)	0 (0%)	3 (1,4%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	17 (7,8%)
15-64	5 (2,3%)	39 (17,8%)	22 (10,0%)	36 (16,4%)	30 (13,7%)	0 (0%)	14 (6,4%)	146 (66,6%)
65 OU +	16 (7,3%)	33 (15,1%)	0 (0%)	5 (2,3%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (0,9%)	56 (25,6%)
TOTAL	35 (16,0%)	72 (32,9%)	25 (11,4%)	41 (18,7%)	30 (13,7%)	0 (0%)	16 (7,3%)	219 (100%)

A coluna em destaque refere-se ao maior nível de escolaridade da totalidade da população deste território: 1º Ciclo. Fonte: BGRI/INE/PT/2011.  
 Quadro 25: Escolaridade da população do "Botão" - Percentuais sobre o total da população.

O mesmo quadro, porém com os percentuais calculados sobre a totalidade da cada escalão etário, revela de modo mais contundente a baixa escolaridade da população geral deste território, e, em especial, da população idosa, que, somadas as pessoas sem nenhum nível de escolaridade às que possuem apenas o 1º ciclo completo, tem quase 90% (87,5%) de sua população com 65 ou mais anos nos mais baixos níveis de escolaridade. Também é revelador o fato de que grande parte da população ativa (15-64 anos), tenha, como maior escolaridade, entre o 1º e o 3º ciclos – 66,4%, somando-se os três ciclos básicos –, e menos de 10% tenha completado o ensino superior – apenas 14 pessoas –, conforme apresentado no quadro a seguir (Quadro 26).

ESCALÃO ETÁRIO	NÍVEL DE ESCOLARIDADE							
	NENHUM	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	SECUND.	P/SEC	SUP.	TOTAL
0-14	14 (82,4%)	0 (0%)	3 (17,6%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	17 (100%)
15-64	5 (3,4%)	39 (26,7%)	22 (15,1%)	36 (24,6%)	30 (20,6%)	0 (0%)	14 (9,6%)	146 (100%)
65 OU +	16 (28,6%)	33 (58,9%)	0 (0%)	5 (8,9%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (3,6%)	56 (100%)

As células em destaque mostram o baixo nível de escolaridade da população idosa, mas também da população ativa, deste território. Fonte: BGRI/INE/PT/2011.

Quadro 26: Escolaridade da população do "Botão" - Percentuais por escalão etário.

Especificamente em relação à escolaridade das pessoas com 65 ou mais anos residentes no território do "Botão", o quadro a seguir (Quadro 27) revela, de maneira mais visível, que das 56 pessoas com 65 ou mais anos deste território, mais da metade (58,9%) possui o 1º ciclo como maior escolaridade. Quase 30% desta população (28,6%) sequer completou uma escolaridade e apenas 3,6% - equivalendo a duas pessoas com 65 ou mais anos – possuem o ensino superior completo.

	NENHUM	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	SECUNDÁRIO	SUPERIOR	TOTAL
<b>NÚMEROS</b>	16	33	0	5	0	2	56
<b>PERCENTUAIS</b>	28,6%	58,9%	0%	8,9%	0%	3,6%	100%

Em destaque, a maior escolaridade da maioria da população idosa deste território. Fonte: BGRI/INE/PT/2011.  
 Quadro 27: Escolaridade população do "Botão" com 65 ou mais anos.

Em se tratando de cada subescalação etária da população com idades iguais ou superiores aos 65 anos, o quadro a seguir (Quadro 28) evidencia uma maior concentração de pessoas entre os 70 e os 74 anos. Entretanto, as pessoas com maior escolaridade entre a população idosa do território do "Botão" encontram-se nos subescalões dos 65 aos 69 anos e dos 75 aos 79 anos – uma pessoa em cada um destes subescalões tendo completado o ensino superior.

SUBESCALÃO ETÁRIO	NENHUM	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	SECUNDÁRIO	SUPERIOR	TOTAL	PERCENTUAIS POP. IDOSA
<b>65-69</b>	0 (0%)	8 (72,7%)	0 (0%)	2 (18,2%)	0 (0%)	1 (9,1%)	11 (100%)	19,6%
<b>70-74</b>	7 (41,2%)	7 (41,18%)	0 (0%)	3 (17,6%)	0 (0%)	0 (0%)	17 (100%)	30,4%
<b>75-79</b>	2 (14,3%)	11 (78,7%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (7,1%)	14 (100%)	25,0%
<b>80-84</b>	3 (42,9%)	4 (57,1%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	7 (100%)	12,5%
<b>85-89</b>	4 (57,1%)	3 (42,9%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	7 (100%)	12,5%
<b>90-94</b>	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0%
<b>95-99</b>	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0%
<b>TOTAL</b>	16	33	0	5	0	2	56	100%

As células em destaque mostram que a maior parte da população idosa deste território se concentra no subescalação etária dos 70-74 anos, mas as pessoas com maior escolaridade estão nos subescalões dos 65-69 anos e 75-79 anos. Fonte: BGRI/INE/PT/2011.

Quadro 28: Escolaridade da população do "Botão" com 65 ou mais anos por subescalação etária.

O território do "Botão", sendo um território que pode ser considerado rural, nesta caracterização, difere, em muitos aspectos, dos territórios urbanos já apresentados. Na próxima seção, finalizando a parte dedicada à apresentação e caracterização dos territórios do estudo, trago o outro território rural: o "Casal do Lobo" que, embora traga algumas semelhanças com seu *par territorial rural*, também deve ser visto em suas particularidades e singularidades.



### 2.2.3.2. O “Casal do Lobo”

*Mas a rua de baixo continua como era. Simples, bonita, como sempre foi. Em vez de bars, onde os homens tratam de política e as mulheres falam de cinema, discutem moda, cores de esmaltes e de batons, penteados e outras tolices; em vez de footings, onde moças exibem pernas nuas; de bailes, onde orquestras tocam músicas inexpressivas e pares dançam ritmos modernos e esquisitos, a rua de baixo repele todo esse modernismo idiota para ficar com os seus serões, as conversas nas portas dos vizinhos, os jogos de prenda, os cafés com biscoitos de fogaço, broas e bolos de arroz.*

*(Geraldo Prates, 1981)*

*A província tem cheiro de carne de panela, de café feito no bule, de bolinho frito na banha. A província é cheia de gentilezas, de cumprimentos e afeições, por desconhecidos que se tornam íntimos de tanto se cruzar na rua a caminho do trabalho. Aqui o medo não invade a minha casa como um trem de passageiros desgovernado.*

*(Marcelo Canellas, 2013)*

Apesar de o “Casal do Lobo” não poder ser caracterizado como “uma rua”, sequer uma “província”, mas sim uma localidade que possui uma via principal e algumas vias secundárias, as várias visitas que fiz a este território remeteram-me, quase imediatamente para as dois excertos acima<sup>273</sup>. Dos quatro territórios deste estudo, este é o que mais traz à mente – ao menos comigo sucedeu-se assim – a imagem de uma comunidade unida por laços de vizinhança, amizade, solidariedade e entreajuda.

Localizado muito próximo ao centro da cidade – cerca de quatro quilômetros e meio –, o território do “Casal do Lobo” situa-se a leste da região central de Coimbra, em um espaço geográfico marcado pela altitude – em alguns pontos, como na Mata Nacional Vale de Canas, superior aos 290 metros<sup>274</sup> –, entre as freguesias de Santo António dos Olivais e Torres do Mondego<sup>275</sup> (Cartograma 23).

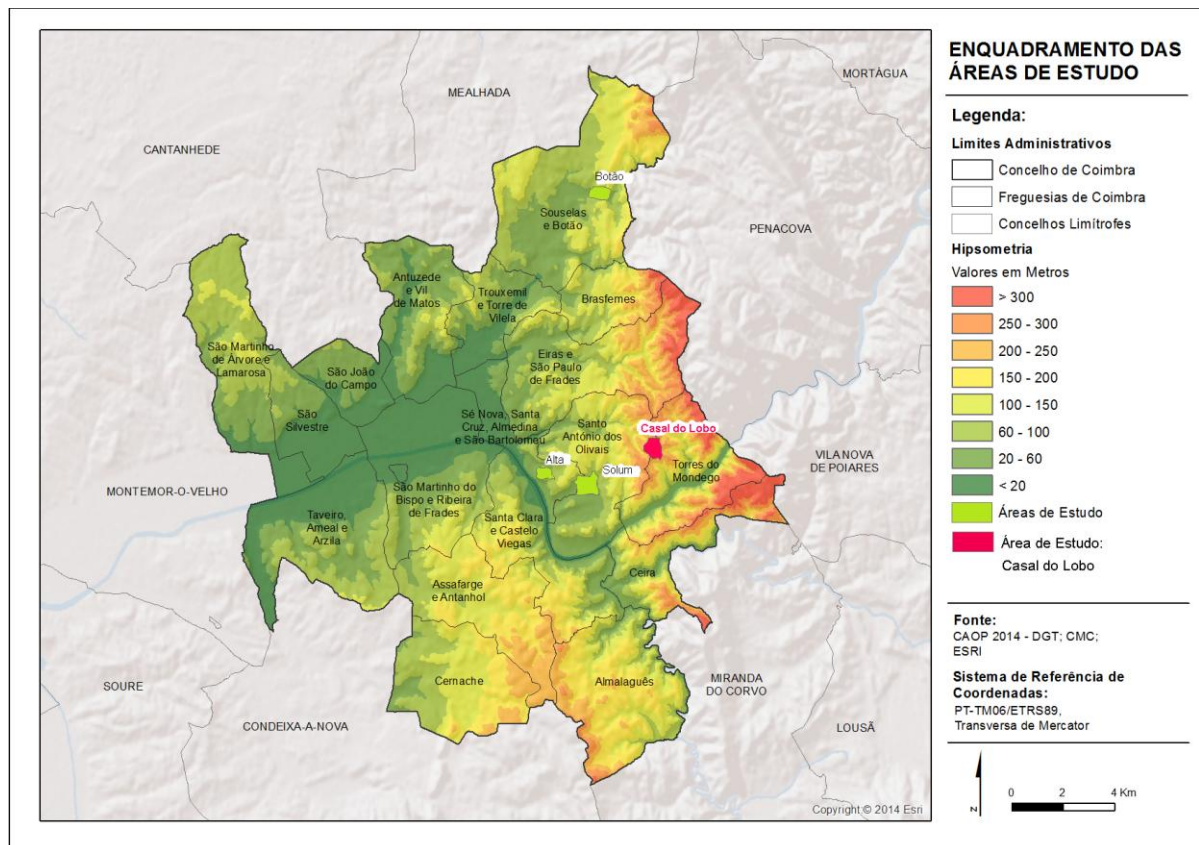
---

<sup>273</sup> Apesar de a primeira crônica se referir a uma rua suburbana de Belo Horizonte, capital de Minas Gerais, estado da região sudeste do Brasil, e a segunda, à minha própria cidade, Santa Maria, cidade interiorana do Rio Grande do Sul, percebo, nas duas descrições, semelhanças com o território do “Casal do Lobo”. Por esta razão, abro esta seção com estes dois pequenos trechos, na tentativa de evocar nos/as leitores/as – principalmente àqueles/as que não conhecem a região do “Casal do Lobo” – sensações e imagens semelhantes às provocadas em mim: uma comunidade tranquila, marcada por relações de proximidade e confiança entre os/as vizinhos/as – ainda que, sobretudo a visão do escritor a respeito de minha cidade, me pareça um tanto romântica.

<sup>274</sup> Segundo dados da Freguesia de Torres do Mondego e do Falling Rain Software Ltda ([www.fallingrain.com/world/PO/07/Casal\\_do\\_Lobo.html](http://www.fallingrain.com/world/PO/07/Casal_do_Lobo.html)). Ver Cartograma 6, referente à hipsometria de Coimbra.

<sup>275</sup> A Freguesia de Torres do Mondego data, enquanto freguesia, de 1934, quando seu atual território foi separado da Freguesia de Santo António dos Olivais. A ocupação deste território, entretanto, é bastante antiga, provavelmente anterior à nacionalidade portuguesa, nascida em 1128. Há indícios de que, em razão de sua topografia, tenha servido como ponto periférico defensivo de Coimbra: “O topónimo ‘Torres’ não deixa dúvidas quanto ao tipo de fortificação, posto avançado de precioso contributo, desde as bandas do sueste”. Fonte: Junta de Freguesia de Torres do Mondego: [www.torresdomondego.eu](http://www.torresdomondego.eu). A divisão política deste território entre duas freguesias é um tanto paradoxal, causando, por vezes, alguns conflitos entre a população. Um exemplo é o saneamento básico, existente apenas na parte territorial de responsabilidade da freguesia de Santo António dos Olivais (no início de minha interação neste território, o saneamento básico na parte sob responsabilidade da freguesia de Torres do Mondego estava sendo instalado).

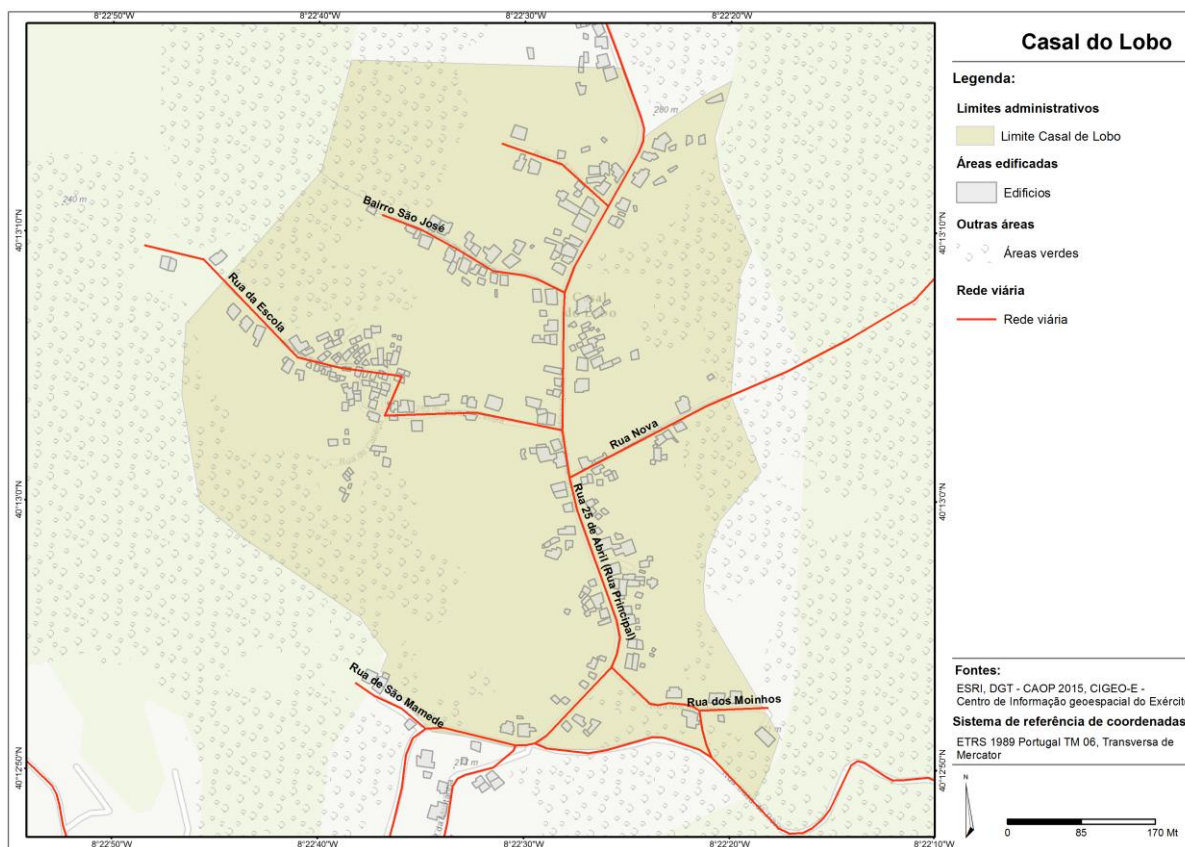




Cartograma 23: Enquadramento da Área de Estudo: "Casal do Lobo".

Esta localização, na parte serrana do território, garante uma vista privilegiada sobre a cidade e também temperaturas menos elevadas em relação às partes mais baixas das margens do Mondego e do setor central do concelho.

Para este estudo, a delimitação territorial deu destaque à área central do "Casal do Lobo", basicamente composta por uma via principal (Rua Principal), totalmente asfaltada, e as demais ruas secundárias, formadas, quase em sua totalidade, por edificações com funções residenciais. O cartograma a seguir, que apresenta a delimitação do território do "Casal do Lobo" para este estudo, também permite perceber seu entorno, formado, eminentemente, por áreas verdes: além das áreas rurais, de plantio, principalmente, para uso doméstico, a área de vegetação florestal conhecida como Mata Nacional Vale de Canas (Cartograma 24).



Cartograma 24: Delimitação da área de Estudo: "Casal do Lobo".

Semelhante ao outro território rural deste estudo – o “Botão” –, o território do “Casal do Lobo” desenvolveu-se num dos muitos patamares que se encontram disseminados pelo Maciço Marginal de Coimbra (cuja altitude máxima atinge 530 metros na localidade denominada Roxo). Esta localidade, entretanto, desenvolveu-se por um setor de baixo declive, o que facilitou a fixação da população, embora até o final da primeira metade do século XX estas localidades serranas se encontrassem bastante isoladas em relação à sede do concelho – Coimbra<sup>276</sup>. Tal como já abordado, este território se desenvolveu por uma via principal, que serve de acesso entre o Lorvão (importante convento que desempenhou papel fundamental nesse setor do território de média montanha) e os territórios da cidade, e por vias secundárias (majoritariamente sem saída para outras localidades), compostas, quase que em totalidade, por unidades habitacionais. A via principal, asfaltada em toda sua extensão, é, hoje em dia, uma via de trânsito relativamente rápido para os padrões deste território, de mão dupla, que comporta um tráfego frequente de automóveis leves e pesados, de uso particular e coletivo. A altitude do território e a sinuosidade da via, adaptando-se à morfologia territorial da serra (vertente ocidental), transformam-na em uma via perigosa, tanto – e principalmente – ao tráfego pedestre, quanto ao trânsito de veículos não motorizados e motorizados, que devem circular com cuidado e atenção. As demais vias apresentam-se, na

<sup>276</sup> Diferente do que se processou no “Botão”, onde a instalação da cimenteira CIMPOR provocou deslocamentos de trabalhadores de outras localidades para aquele território, que lá se instalaram em definitivo, além de secundarizar o emprego de grande parte de sua população, no “Casal do Lobo”, a difícil acessibilidade à cidade, verificada até a pouco tempo, acabou por condicionar uma maior ruralização deste território, situação que passou a se modificar com a melhoria dos acessos, provocando um movimento de trabalhadores para outras localidades do município.

sua maioria, sem qualquer revestimento. Entretanto, é possível encontrar vias secundárias revestidas em pedras e outras asfaltadas (mesmo que nem sempre em toda a sua extensão). Embora existam poucas calçadas destinadas exclusivamente aos pedestres neste território, é possível perceber, em quase toda extensão da via principal e de algumas vias secundárias que possuem revestimento asfáltico ou de pedras, a existência de corredores laterais, normalmente construídos com pedras um pouco mais estáveis (ou, em algumas vias, com asfalto e, ainda, em outras, sendo uma faixa de grama), no mesmo nível da via e, por vezes, levemente concavados para o escoamento das águas pluviais, que são usados pelos pedestres, atenuando os perigos de se trafegar unicamente pela via destinada aos veículos, ainda que em algumas vias secundárias estes corredores sejam bastante estreitos e, tal como a própria via revestida em pedra, apresentem vegetação entre as pedras, o que pode torná-los escorregadios e perigosos ao trânsito pedestre (Imagem 31).



Imagem 31: Vias do "Casal do Lobo".

Os principais equipamentos comunitários/sociais deste território são a igreja, a escola – que, tal como no “Botão”, está desativada, sendo, aos poucos, retomada para novas funções, aqui, especificamente, ao atendimento à população idosa, que tem lá atividades físicas e de informática –, a Associação Cultural, Recreativa e Desportiva do Casal do Lobo – que consegue realizar um trabalho de integração entre toda a comunidade, incluindo as localidades próximas –, o Centro de Formação e Tempos Livres – que tem como foco o público jovem –, e o Café, este último sendo um importante ponto de referência e de convívio para a comunidade<sup>277</sup> (Imagem 32).

---

<sup>277</sup> Foi neste Café (conhecido com “Café Pipão”), aliás – que também faz as vezes de armazém, abastecendo a comunidade quando esta não pode se deslocar a um supermercado maior –, que realizei a maioria das entrevistas deste território.



Imagem 32: Equipamentos sociais do "Casal do Lobo".

Embora este possa ser considerado um território bastante antigo, em termos de ocupação, a maioria dos 165 prédios que lá se encontram edificados na atualidade – cerca de 25% - foi construída na década de 1980, resultado da melhoria das acessibilidades observada com a consolidação da demografia e como resultado da entrada de Portugal na, à época, designada Comunidade Económica Europeia – CEE – (hoje União Europeia – UE), em 1986, o que propiciou, através dos fundos comunitários, a melhoria das condições da rede viária do país (Quadro 29).

Ano de Construção	Número	Percentual
<b>Antes de 1919</b>	0	0%
<b>1919-1945</b>	11	6,7%
<b>1946-1960</b>	6	3,6%
<b>1961-1970</b>	21	12,7%
<b>1971-1980</b>	27	16,4%
<b>1981-1990</b>	41	24,8%
<b>1991-1995</b>	9	5,5%
<b>1996-2000</b>	8	4,8%
<b>2001-2005</b>	29	17,6%
<b>2006-2011</b>	13	7,9%
<b>TOTAL</b>	165	100%

Em destaque, o ano em que houve maior número de construções no "Casal do Lobo". Fonte: BGRI/INE/PT/2011. Quadro 29: Data de construção do edificado do "Casal do Lobo".

Deste total (165 edifícios), quase 97% edifícios (160) são exclusivamente residenciais. Das 128 residências habituais, 117 são habitadas pelos/as seus/suas proprietários/as e somente 11 são alugadas. Mais uma vez, semelhante ao território do



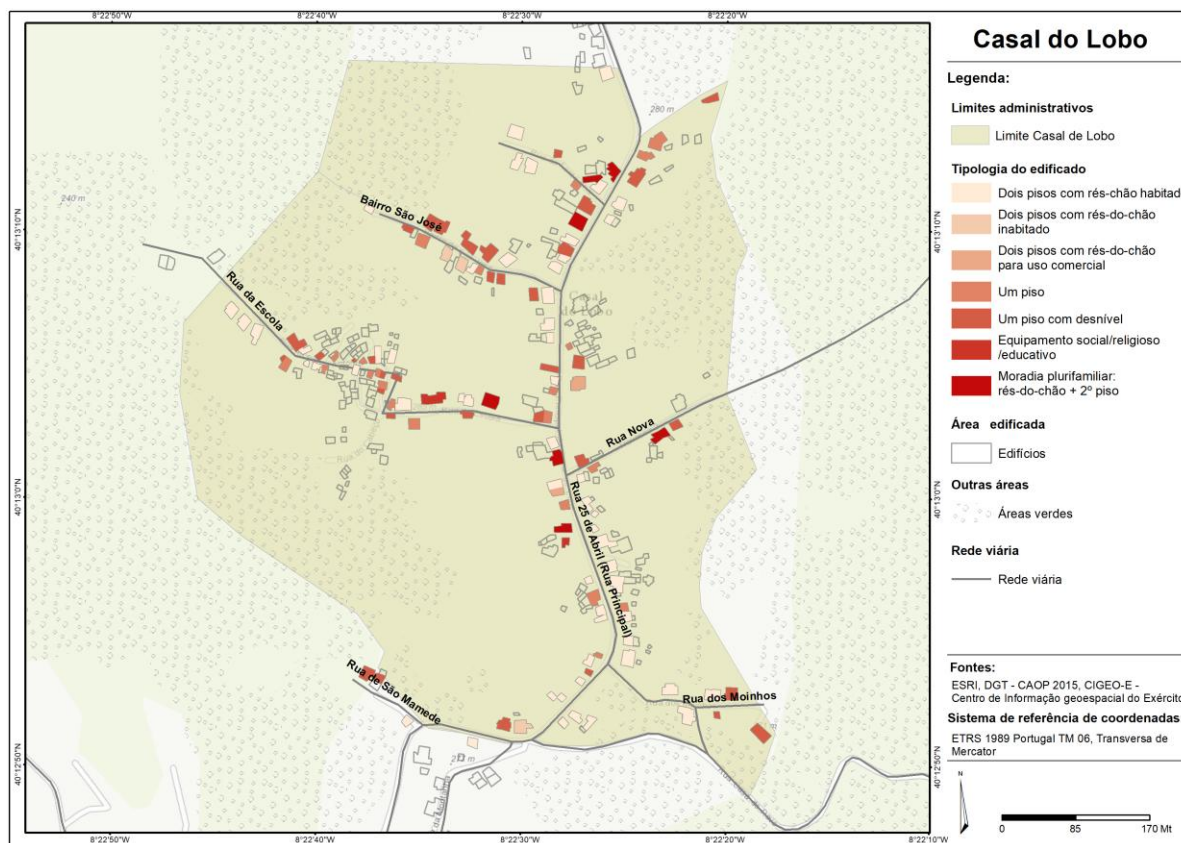
“Botão”, este é um dado importante, pois revela que um número bastante considerável de moradores/as tem grande identificação com o território, já que a casa própria, além de representar segurança, também evoca sentimentos de pertença e de cuidado (não só com a casa, mas também com as relações desenvolvidas no seu entorno), sendo, ainda, um forte elemento para o estabelecimento e o fortalecimento de laços vicinais, muitas vezes calcados na sociabilidade e na entreajuda.

Grande parte das casas do “Casal do Lobo” possui um estilo moderno, sendo construída com materiais de alto padrão (ainda que algumas casas, principalmente as mais antigas, sejam mais modestas) (Imagem 33), o que destoa da generalidade das casas do “Botão”, o outro território rural deste estudo, e também dos demais territórios, já que na “Alta” predominam casas muito antigas, muitas já em estado de degradação e mesmo abandono, e na “Solum” o domínio é dos edifícios altos, modernos, que comportam vários apartamentos.



Imagem 33: Casas do “Casal do Lobo”.

Outro ponto de destaque em relação às edificações residenciais do “Casal do Lobo”, principalmente no que tange às acessibilidades e mobilidades, diz respeito à tipologia das habitações. Tal como no outro território rural trazido para este estudo, o “Botão”, muitas das casas do “Casal do Lobo” foram construídas acompanhando os desníveis do terreno. Com esta estratégia, as casas acabam por apresentar vários níveis, cujos acessos se dão, majoritariamente, por escadas externas ou internas. Diferente das habitações do “Botão”, cujo andar inferior da casa nem sempre é ocupado como moradia, as casas do “Casal do Lobo”, com raras exceções, são integralmente ocupadas com esta função, resultado da idade e das funcionalidades das mesmas, já que a agricultura, neste território, apresentava, no passado, características diferentes das daquele. Ainda assim, trago, a seguir, o cartograma da tipologia das habitações do “Casal do Lobo”, onde é possível perceber que grande parte das casas deste território ou possui dois andares com o piso térreo sendo ocupado com habitação ou, ainda que possua somente um andar, acompanha os desníveis do terreno.



Cartograma 25: Tipologia das habitações do "Casal do Lobo".

A estrutura demográfica do “Casal do Lobo” é composta por uma população total de 391 habitantes. O quadro a seguir apresenta a população geral por escalão etário, demonstrando que 20% da população total tinha, à época da realização dos últimos censos demográficos, 65 ou mais anos. Mais uma vez, o que chama a atenção não é tanto o número de idosos/as do território, mas o baixo número de crianças (apenas 13 crianças com idades entre zero e quatro anos), com um percentual de menos de 15% de pessoas entre 0 e 14 anos. O grande intervalo do escalão dos 15 aos 64 anos garante uma maior concentração populacional nesta faixa etária (quase 66%). Entretanto, é necessário destacar, mais uma vez, que, tal como o que sucede no “Botão”, o dia-a-dia deste território é bastante envelhecido, pois tanto as crianças quanto os adultos mais jovens deslocam-se a outros territórios, os primeiros para estudos; os demais para desenvolverem suas atividades laborais (Quadro 30).

IDADES	0-14 ANOS	15-64 ANOS	65 + ANOS	TOTAL
NÚMEROS	56	257	78	391
PERCENTUAIS	14,3%	65,7%	20%	100%

Fonte: BGRI/INE/PT/2011.

Quadro 30: População do "Casal do Lobo" por escalão etário.

A variável sexo indica, mais uma vez, uma leve maioria de mulheres (à exceção dos escalões etários de 0 a 4 anos e 20 a 24 anos, onde esta pequena diferença se dá em um maior número de homens: 8 meninos e 5 meninas, no primeiro escalão, representando, respectivamente, 61,5% e 38,5% dentro deste escalão; 14,3% e 8,9% dentro do escalão maior de 0 a 14 anos; e 8 rapazes e 7 moças no segundo escalão, representando, cada um dos sexos, praticamente a metade do total de pessoas deste escalão). Esta diferenciação não é de todo representativa e os números, por si só, não são capazes de possibilitar inferências e análises maiores e mais aprofundadas. O quadro a seguir, apresenta a população do “Casal do Lobo” por sexo e idade (Quadro 31).

IDADES	0-14 ANOS		15-64 ANOS		65 + ANOS		TOTAL	
SEXOS	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
NÚMEROS	27	29	124	133	34	44	185	206
TOTAL POR IDADE	56		257		78		391	
PERCENTUAIS POR	48,2	51,8%	48,2	51,8	43,6	56,4	47,3	52,7

As células em destaque representam a diferença entre mulheres e homens da população idosa do “Casal do Lobo”. Fonte: BGRI/INE/PT/2011.  
Quadro 31: População do “Casal do Lobo” por sexo e escalão etário.

De uma forma geral, o nível de escolaridade da população do “Casal do Lobo” pode ser considerado baixo. Quase 30% completou apenas o 1º ciclo do ensino básico, o que representa a maioria da população desta localidade (sendo que 17% não possui qualquer escolaridade completa). Menos de 10% da população geral deste território possui o ensino superior completo (somente 38 pessoas). O quadro a seguir (Quadro 32) é um demonstrativo da escolaridade da população geral do “Casal do Lobo”, com percentuais sobre o total de sua população.

ESCALÃO ETÁRIO	NÍVEL DE ESCOLARIDADE							
	NENHUM	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	SECUND.	P/SEC	SUP.	TOTAL
0-14	40 (10,3%)	8 (2,0%)	8 (2,0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	56 (14,3%)
15-64	9 (2,3%)	63 (16,1%)	37 (9,5%)	67 (17,1%)	42 (10,7%)	3 (0,8%)	36 (9,2%)	257 (65,7%)
65 OU +	18 (4,7%)	44 (11,3%)	8 (2,0%)	4 (1,0%)	2 (0,5%)	0 (0%)	2 (0,5%)	78 (20,0%)
TOTAL	67 (17,3%)	115 (29,4%)	53 (13,5%)	71 (18,1%)	44 (11,2%)	3 (0,8%)	38 (9,7%)	391 (100%)

Em destaque, o maior nível de escolaridade de cada grupo etário e geral da população do “Casal do Lobo”. Fonte: BGRI/INE/PT/2011.  
Quadro 32: Escolaridade da população do “Casal do Lobo” - Percentuais sobre total da população.

Focalizando apenas a população com idades iguais ou superiores aos 65 anos, é possível perceber uma escolaridade ainda mais baixa, com mais da metade desta população específica tendo completado somente o 1º ciclo do ensino básico e apenas duas pessoas tendo completado o ensino secundário (estas duas pertencentes ao menor subescalonamento etário desta população, ou seja, dos 65 aos 69 anos) e outras duas o ensino superior (curiosamente, ambas no subescalonamento etário dos 75 aos 84 anos). Chama a atenção, também, o elevado percentual de pessoas idosas deste território sem nenhum nível de escolaridade completo: 23,1%. O quadro que segue mostra o nível de escolaridade da população do “Casal do Lobo” com 65 ou mais anos<sup>278</sup> (Quadro 33).

	NENHUM	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	SECUNDÁRIO	SUPERIOR	TOTAL
<b>NÚMEROS</b>	18	44	8	4	2	2	<b>78</b>
<b>PERCENTUAIS</b>	23,1%	56,4%	10,2%	5,1%	2,6%	2,6%	<b>100%</b>

Fonte: BGRI/INE/PT/2011.

Quadro 33: Escolaridade população do “Casal do Lobo” com 65 ou mais anos.

Desmembrando a população idosa desta localidade nos sete subescalões etários classificados pela BGRI/INE/PT, é possível verificar que, à exceção do ensino superior, cujas duas pessoas que possuem este nível de escolaridade se encontram no escalão dos 75 aos 84 anos (uma no escalão dos 75 aos 79 anos e outra no escalão dos 80 aos 84 anos), o menor escalão etário desta população (65 a 69 anos) é o que concentra o maior número de pessoas com algum grau de escolaridade concluído – ainda que a grande maioria se concentre no nível mais baixo: 1º ciclo do ensino básico, como mostra o quadro a seguir (Quadro 34):

<sup>278</sup> Ainda que este projeto educativo possa não se refletir sobre as estatísticas, que tomam a educação formal como critério, é importante mencionar a atuação do Movimento Graal (movimento internacional de mulheres católicas iniciado na década de 1950, em Portugal, por Maria de Lurdes Pintassilgo e Teresa Santa Clara Gomes) no desenvolvimento, no início da década de 1970, de atividades educativas de alfabetização, pós-alfabetização e animação social planejadas e desenvolvidas a partir do pensamento e da prática educativa do educador brasileiro Paulo Freire, em três aldeias rurais do concelho de Coimbra: Dianteiro, Cabouco e Almalaguês, todas próximas ao território do “Casal do Lobo” (Alcoforado; Ferreira, 2013; 2017).



SUBESCALÃO ETÁRIO	NENHUM	1º CICLO	2º CICLO	3º CICLO	SECUNDÁRIO	SUPERIOR	TOTAL ESCALÃO	PERCENTUAIS POP. IDOSA
65-69	5 (13,9%)	21 (58,3%)	5 (13,9%)	3 (8,3%)	2 (5,6%)	0 (0%)	36 (100%)	46,1%
70-74	2 (10,0%)	16 (80,0%)	2 (10,0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	20 (100%)	25,6%
75-79	1 (12,5%)	4 (50,0%)	1 (12,5%)	1 (12,5%)	0 (0%)	1 (12,5%)	8 (100%)	10,3%
80-84	7 (70,0%)	2 (20,0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (10,0%)	10 (100%)	12,8%
85-89	1 (50,0%)	1 (50,0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	2 (100%)	2,6%
90-94	1 (100%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (100%)	1,3%
95-99	1 (100%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	0 (0%)	1 (100%)	1,3%
<b>TOTAL</b>	<b>18</b>	<b>44</b>	<b>8</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>78</b>	<b>100%</b>

As células em destaque representam o maior nível de escolaridade da população idosa deste território, por subescalon etário. Fonte: BGRI/INE/PT/2011.

Quadro 34: Escolaridade população idosa do "Casal do Lobo" por subescalon etário.

Um quadro geral dos quatro territórios do estudo permite visualizar as diferenças da composição etária entre eles. É possível perceber, por exemplo, que, de todos os quatro territórios, a "Alta" é o que possui a população mais envelhecida. Nos espaços rurais, o "Botão" assume esta liderança. Por outro lado, diferente do que se poderia supor, é um dos territórios rurais – o "Casal do Lobo" – o que possui a maior percentagem de crianças (0-14 anos). Na "Solum", embora a diferença não seja muito representativa, encontramos o maior percentual de pessoas estatisticamente consideradas em idade ativa (15-64 anos), conforme o Quadro 35, a seguir.

TERRITÓRIO	IDADES			TOTAL
	0-14	15-64	65+	
ALTA	71 (8,5%)	497 (59,6%)	266 (31,9%)	834 (100%)
SOLUM	483 (12,5%)	2636 (68,5%)	730 (19,0%)	3849 (100%)
BOTÃO	17 (7,8%)	146 (66,6%)	56 (25,6%)	219 (100%)
CASAL DO LOBO	56 (14,3%)	257 (65,7%)	78 (20%)	391 (100%)

As células em destaque representam os territórios urbano e rural mais envelhecidos; o território com maior percentual de população ativa; e, ainda, o território com maior percentual de crianças. Fonte: BGRI/INE/PT/2011.

Quadro 35: População geral dos territórios do estudo por escalon etário.

Subdividindo a população idosa dos quatro territórios nos sete subescalões estatístico, é possível observar que o maior percentual por subescalão se encontra na “Alta” e diz respeito à população idosa com idades entre os 75 e os 79 anos. Curiosamente, de todos os territórios do estudo é no “Casal do Lobo”, um dos territórios rurais, que se concentra a maior porcentagem de “idosos/as jovens”, por assim dizer, ou seja, que pertencem ao primeiro subescalão desta população: 65-69 anos. A explicação para este dado talvez esteja no fato de que este território – o “Casal do Lobo” – seja relativamente recente em termos de crescimento populacional (como se pode verificar em relação à idade de suas edificações, conforme o Quadro 29, apresentado na página 174).

TERRITÓRIO	SUBESCALÕES ETÁRIOS 65+							TOTAL
	65-69	70-74	75-79	80-84	85-89	90-94	95-99	
<b>ALTA</b>	53 (19,9%)	54 (20,3%)	68 (25,6%)	61 (22,8%)	22 (8,3%)	6 (2,3%)	2 (0,8%)	266 (100%)
<b>SOLUM</b>	186 (25,5%)	175 (23,9%)	151 (20,7%)	109 (15,0%)	80 (11,0%)	19 (2,6%)	10 (1,4%)	730 (100%)
<b>BOTÃO</b>	11 (19,64%)	17 (30,36%)	14 (25,0%)	7 (12,5%)	7 (12,5%)	0 (0%)	0 (0%)	56 (100%)
<b>CASAL DO LOBO</b>	36 (46,1%)	20 (25,6%)	8 (10,3%)	10 (12,8%)	2 (2,6%)	1 (1,3%)	1 (1,3%)	78 (100%)

As células destacadas representam o subescalão etário que concentra maior percentual em cada um dos territórios do estudo. Fonte: BGRI/INE/PT/2011.

Quadro 36: População idosa por subescalão etário nos territórios do estudo.

Em relação ao nível de escolaridade da população geral dos quatro territórios, o quadro a seguir (Quadro 38) deixa claro que os maiores níveis se encontram nos territórios urbanos – embora na “Alta” o maior percentual se encontre no nível de escolaridade mais baixo (sendo este percentual superado nos dois territórios rurais), ainda assim é possível perceber um percentual significativo de pessoas com nível superior neste território –, provavelmente em razão das facilidades de acesso e da própria oferta educativa nesta tipologia territorial. De todos os territórios estudados, é a “Solum” que apresenta um maior percentual de pessoas com ensino superior, representando mais da metade de sua população.

<b>TERRITÓRIO NÍVEL</b>	<b>NENHUM</b>	<b>1º CICLO</b>	<b>2º CICLO</b>	<b>3º CICLO</b>	<b>SECUNDÁRIO E PÓS/SEC.</b>	<b>SUPERIOR</b>	<b>TOTAL</b>
<b>ALTA</b>	119 (14,3%)	215 (25,8%)	93 (11,2%)	138 (16,5%)	118 (14,1%)	151 (18,1%)	<b>834 (100%)</b>
<b>SOLUM</b>	390 (10,1%)	289 (7,5%)	165 (4,3%)	339 (8,8%)	629 (16,4%)	2037 (52,9%)	<b>3849 (100%)</b>
<b>BOTÃO</b>	35 (16,0%)	72 (32,9%)	25 (11,4%)	41 (18,7%)	30 (13,7%)	16 (7,3%)	<b>219 (100%)</b>
<b>CASAL DO LOBO</b>	67 (17,1%)	115 (29,4%)	53 (13,6%)	71 (18,2%)	47 (12,0%)	38 (9,7%)	<b>391 (100%)</b>

Em destaque, os maiores percentuais em relação ao nível de escolaridade de cada um dos territórios. Fonte: BGRI/INE/PT/2011.  
Quadro 37: Escolaridade geral das populações dos territórios do estudo.

Tomando apenas a população idosa de cada um dos territórios do estudo, ainda no quesito “escolaridade”, permanece a diferença entre os territórios urbanos e os territórios rurais, principalmente em relação ao 3º ciclo, ao ensino secundário (ainda que a diferença percentual entre a “Alta” e os dois territórios rurais seja pequena) e ao ensino superior. A “Solum” mantém-se como o território com maior escolaridade (o percentual de pessoas idosas com ensino superior completo beira os 50%, sendo que o percentual de idosos/as sem nenhuma escolaridade completa neste território é praticamente inexpressivo: 5,5%). O maior percentual de pessoas idosas sem qualquer nível de escolaridade completo se encontra no “Botão”. Entre os dois territórios rurais, a diferença maior se concentra no 2º ciclo e no ensino secundário, onde o “Casal do Lobo” apresenta percentuais maiores em relação ao “Botão”, o que talvez possa ser explicado, ao menos em parte, pela atuação, na década de 1970, do Movimento Graal nas proximidades daquele território, conforme já mencionado, já que, como já visto no Quadro 34, apresentado na página 180, o maior percentual de pessoas idosas do “Casal do Lobo” que concluíram tanto o 2º ciclo quanto o ensino secundário está no primeiro subescalão etário: dos 65 aos 69 anos, ou seja, no início dos anos 1970 encontravam-se na faixa dos 24 aos 28 anos, podendo ter sido beneficiadas com este ou outro tipo de programa destinado à Educação de Adultos.

<b>TERRITÓRIO</b> <b>NÍVEL</b>	<b>NENHUM</b>	<b>1º CICLO</b>	<b>2º CICLO</b>	<b>3º CICLO</b>	<b>SECUNDÁRIO E PÓS/SEC.</b>	<b>SUPERIOR</b>	<b>TOTAL</b>
<b>ALTA</b>	51 (19,2%)	148 (55,6%)	22 (8,3%)	27 (10,1%)	5 (1,9%)	13 (4,9%)	266 (100%)
<b>SOLUM</b>	40 (5,5%)	174 (23,8%)	34 (4,7%)	73 (10,0%)	74 (10,1%)	335 (45,9%)	730 (100%)
<b>BOTÃO</b>	16 (28,6%)	33 (58,9%)	0 (0%)	5 (8,9%)	0 (0%)	2 (3,6%)	219 (100%)
<b>CASAL DO LOBO</b>	18 (23,1%)	44 (56,4%)	8 (10,2%)	4 (5,1%)	2 (2,6%)	2 (2,6%)	78 (100%)

Em destaque, o maior nível de escolaridade da população idosa em cada um dos territórios do estudo. Fonte: BGRI/INE/PT/2011.  
 Quadro 38: Escolaridade da população idosa nos territórios do estudo por subescalão etário.

Após a apresentação dos quatro territórios deste estudo, algumas primeiras análises, inferências e comparações parecem-me possíveis.

Dentre os quatro territórios estudados, o que apresenta maiores problemas em relação à mobilidade e à acessibilidade é a “Alta”. Estas dificuldades, aliadas a outros fatores, como a própria demografia e características da população, afetam, também, o quesito sociabilidade, principalmente levando-se em conta a população idosa deste território. Embora o “Botão” e mesmo o “Casal do Lobo” também apresentem, em seus terrenos, elementos que podem prejudicar uma mobilidade mais fluente e sem riscos, a estrutura demográfica e os arranjos sociais – com sociabilidades mais consistentes, envolvendo, principalmente, as variadas gerações – desenvolvidos em ambos os territórios tendem a ser facilitadores na promoção de mobilidades e acessibilidades das pessoas destas localidades. O território da “Solum”, com mobilidades e acessibilidades bastantes facilitadas, também tende a desenvolver melhor suas sociabilidades, uma vez que oferece espaços públicos de convívio e recreação que são usufruídos – não só, mas principalmente – pela população local.

Além das conformações geográficas de cada um dos territórios, é possível perceber que as histórias dos territórios – e mesmo do concelho e da cidade de Coimbra enquanto território mais abrangente – também colaboram na construção de imagens e representações que acabam por afetar – por vezes positiva; por vezes negativamente – as territorialidades cotidianas.

A formação hierárquica do território da “Alta”, por exemplo, acaba, muitas vezes, por representar um peso negativo para as relações sociais, dificultando a horizontalidade e a flexibilidade nas relações e impedindo, muitas vezes, o exercício da empatia, essencial para o desenvolvimento pragmático de um *ethos* baseado no cuidado. Da mesma forma, parece-me que os dois territórios rurais do estudo não se sentem de todo à vontade em relação à cidade e tudo que ela vem representando, local e mesmo globalmente em termos de história. Embora ambos os territórios rurais façam parte do concelho de Coimbra, o sentimento de pertença a este território mais abrangente nem sempre é evidenciado pelas pessoas que lá residem – tanto no “Botão” quanto

no “Casal do Lobo”. A distância existente entre a cidade de Coimbra e estes territórios rurais parece mesmo extrapolar a esfera física, sendo vivenciada, muitas vezes, como um distanciamento também identitário.

A escolaridade das populações também é um ponto importante e deve ser levado em conta. Dos quatro territórios, é na “Solum”, a nova centralidade, que se encontra o maior número de pessoas com níveis elevados de escolaridade. A proximidade, o acesso e a importância dada ao estudo formal pelas pessoas deste território possibilitam uma maior procura e uma maior qualificação em termos de ensino. A “Solum” pode ser considerada um “bairro nobre”, em termos de população, estrutura habitacional e comercial e oferta de serviços. Sendo assim, é habitada, majoritariamente, por pessoas de camadas sociais mais robustas. A combinação de altas qualificações escolares com salários mais altos e melhores condições de vida acaba por criar um círculo que se autoalimenta de forma contínua. Fenômeno contrário acontece, por exemplo, no território da “Alta”, onde a combinação que se dá é a de baixas escolaridades, baixos rendimentos e baixa qualidade de vida. Em territórios como a “Alta”, a atuação da esfera pública, com a criação e a implementação de políticas públicas, deve ser mais contundente, contínua e sequencial.

Nos territórios rurais, a distância dos estabelecimentos escolares, embora, de fato, exista, não me parece suficiente para explicar os baixos níveis de escolaridade. A estrutura demográfica e os modos de trabalho desenvolvidos nesses territórios até então, sem a exigência de um nível de escolarização mais qualificado, parecem-me uma lógica mais convincente.

A equiparação dos níveis de escolaridade da população, tanto na “Solum” (cujas escolaridades altas atingem todos os escalões etários, incluindo o das pessoas idosas), quanto nos territórios do “Botão” e do “Casal do Lobo” (aonde, ao contrário, grande parte da população, em todos os escalões etários, possui baixos níveis de escolaridade), parece garantir uma maior equilíbrio nas relações sociais, facilitando as interações intergeracionais. O mesmo não acontece na “Alta”, onde o desequilíbrio entre a formação acadêmica de jovens e de velhos/as é bem mais visível, tendo, como consequência, relações sociais hierarquizadas e também desequilibradas.

Outro ponto importante nessa comparação é a estrutura territorial de cada um dos territórios. A “Alta”, formada, basicamente, por antigos edifícios, quase todos alugados, habitados por uma população muito idosa, que já lá vive há muitos anos, e por outra população formada por jovens estudantes, por edificações destinadas ao turismo e pelos principais prédios da Universidade, difere muito dos demais territórios do estudo. Nos outros três territórios, tanto no urbano quanto nos rurais, as habitações são, na maioria, ocupadas por seus/suas proprietários/as. Isto possibilita uma apropriação territorial maior, no sentido de se sentir pertencente ao território, representado não só pela casa, mas também por toda sua envolvente mais próxima. A estrutura territorial da “Solum”, com edifícios ocupados por famílias e por pessoas de variadas idades e gerações, com acessos, serviços e espaços públicos – a começar pelas próprias ruas e calçadas – que propiciam a interação intra e intergeracional, possibilita sociabilidades mais qualitativas e integradoras. Nos dois territórios rurais, o que garante esta integração social e intergeracional é a proximidade física, colaborativa e afetiva que se estende dos núcleos familiares para a vizinhança que, não raro, convive junta já há muito tempo.

Em síntese, o objetivo deste capítulo era dar vazão, a partir da apresentação e contextualização territorial, à hipótese, de que os territórios, sua formação e história cotidiana, sua paisagem, sua geografia, sua estrutura, seus espaços, seus arranjos sociais, interferem – para o bem ou para o mal – nas diferentes experiências de velhice.

No próximo capítulo, intenciono trazer à tona algumas destas experiências.

**- CAPÍTULO 3 -**

**Territorialidades: Vidas Cotidianas**





*Velhice é um modo de sentir frio que me assalta e uma certa acidez. O modo de um cachorro enrodilhar-se quando a casa se apaga e as pessoas se deitam. Divido o dia em três partes: a primeira pra olhar retratos. A segunda pra olhar espelhos, a última e maior delas, pra chorar. Eu, que fui louca e lírica, não estou pictural. Peço a Deus, em socorro da minha fraqueza, abrevie esses dias e me conceda um rosto de velha mãe cansada, de avó boa, não me importo. Aspiro mesmo com impaciência e dor. Porque sempre há quem diga no meio da minha alegria: “põe o agasalho”, “tens coragem?”, “por que não vais de óculos?” Mesmo rosa sequíssima e seu perfume de pó, quero o que desse modo é doce, o que de mim diga: assim é. Pra eu parar de temer e posar pra um retrato, ganhar uma poesia em pergaminho.*

*(“Páscoa”, Adélia Prado, 1991 [1976]).*

*(Já não se morre de velhice nem de acidente nem de doença, mas, Senhor, só de indiferença.)*

*(“Como se morre de velhice”, Cecília Meireles, 1997 [1957])*

*Porque o tempo é uma invenção da morte: não o conhece a vida – a verdadeira – em que basta um momento de poesia para nos dar a eternidade inteira.*

*(“Ah, os relógios!”, Mário Quintana, 1989)*

*É como se fôssemos os culpados por viver tanto, causando trabalho e requerendo cuidados, sem abrandar exigências. Parece que somos empecilhos que desagradavam os parentes mais próximos, causando transtornos e impedimentos. Mas, enfim, qual é o velho que se furta a envelhecer sem exigir qualquer cuidado? A contragosto vamos aceitando o inaceitável, até o fel derramar, com a terrível convicção de que estar na velhice é o pior infortúnio da vida.*

*(“Cartilha da Memória”, Francisco de Assis Rodrigues, 2010)*



### 3. CAPÍTULO 3: Territorialidades, Vidas Cotidianas

*Velho, não. Entardecido, talvez. Antigo, sim.  
Me tornei antigo porque a vida tantas vezes se demorou.  
E eu a esperei como um rio aguarda a cheia.*

*(“A adiada enchente”, Mia Couto, 2016 [2007])*

*Velhice é uma criança que retorna e preocupa  
Amigos se vão, o pano cai, a peça sai de cartaz  
Ser esquecido na poltrona do canto da sala  
paisagem adormecida de uma vida longínqua  
lembranças minhas que não interessam a ninguém  
Meu maior erro foi acreditar que o meu jardim nunca  
iria envelhecer.*

*(“Velhice”, Dorsal Atlântica, 1988)*

*Eles andam por aí, com a cabeça cheia de som,  
Agindo como se nós não existíssemos.  
Eles entram numa sala e olham através de você  
Falando como se nós não existíssemos.  
Mas nós existimos<sup>279</sup>.*

*(“We exist”, Arcade Fire, 2013)*

#### 3.1. Notas Introdutórias ao Capítulo 3

Este talvez seja o principal capítulo desta tese. Minha hesitação, traduzida no uso do “talvez” na frase que abre estas notas, se deve à incerteza de conseguir levar a cabo de maneira satisfatória esta empreitada: trazer à ribalta os/as personagens que dão vida a este trabalho.

Minha intenção, então, neste capítulo, é narrar, ainda que sucintamente, as interações desenvolvidas neste percurso, buscando, num primeiro momento, apresentar — preservando suas identidades — as pessoas que, de forma voluntária e colaborativa, aceitaram participar deste estudo. A seguir, intenciono apresentar suas falas, buscando, para isso, organizá-las a partir de algumas categorias analítico-interpretativas, inspiradas no método da análise de conteúdo, que foram surgindo no processo de desenvolvimento deste trabalho. As interpretações serão feitas tendo como suporte o referencial teórico aqui estudado,

---

<sup>279</sup> Tradução livre do original: “*They're walking around/Head full of sound/Acting like/We don't exist./They walk in the room/And stare right through you/Talking like/We don't exist/But we exist*”.

buscando, no entanto, não desprezar – e mesmo valorizar – as trocas e compartilhamentos advindos de nossas interações e nosso convívio.

### 3.2. Gentes

A construção de um projeto investigativo cujo objetivo principal é compreender as interações entre as pessoas idosas e os territórios onde habitam, frequentam, transitam, constroem seus referenciais, suas relações e suas identidades, requer que se vá além da descrição e análise dos territórios. É preciso conhecer as pessoas – neste caso, especialmente as pessoas idosas – que fazem parte da vida destes territórios.

Assim, após minhas incursões iniciais pelos quatro territórios deste estudo – começando pelo dois territórios urbanos, primeiro a “Alta”, depois a “Solum”, principalmente pela minha proximidade geográfica aos dois territórios, para, na sequência, conhecer o território do “Botão” e, por último, do “Casal do Lobo”<sup>280</sup> – tratei de buscar meios para conhecer meus/minhas possíveis colaboradores/as. Não sendo nativa da cidade, sequer do país, procurei conhecer, primeiramente, pessoas que, de alguma forma, exercessem algum tipo de liderança em cada um destes territórios e que, dessa forma, me pudessem abrir algumas portas, conduzindo-me a potenciais participantes.

No total, realizei 42 entrevistas com pessoas (30 mulheres e 12 homens) com idades entre os 65 e os 96 anos. Como já mencionei em seções anteriores, não tive qualquer preocupação com a representatividade numérica dos/as participantes. Fui interagindo com as pessoas que atendiam aos critérios da pesquisa (ter 65 ou mais anos e residir em um dos quatro territórios do estudo) e se disponibilizavam para contribuir com este trabalho, cuidando apenas para manter certo equilíbrio no número de participantes de cada um dos territórios, o que, como já referi, não foi possível em relação aos sexos: entrevistei um número muito maior de mulheres (30), do que de homens (apenas 12). As entrevistas foram realizadas no período compreendido entre 08 de maio de 2015 a 20 de dezembro de 2016, com intervalos e sem respeitar uma sequência rígida entre os territórios, ou seja, com idas e vindas, por vezes até simultâneas, pelos quatro territórios, principalmente nos dois últimos territórios onde as entrevistas foram realizadas: “Solum” e “Casal do Lobo”, buscando conciliar os tempos e disponibilidades das pessoas envolvidas. O quadro a seguir (Quadro 39) dá uma ideia geral das pessoas que participaram deste estudo:

---

<sup>280</sup> A realização das entrevistas não seguiu exatamente esta sequência. As primeiras entrevistas foram, de fato, realizadas na “Alta”. Em seguida, passei a entrevistar as pessoas do “Botão” para, a seguir, de forma quase concomitante, os/as participantes dos territórios da “Solum” e do “Casal do Lobo”.

TERRITÓRIO	PARTICIPANTES		IDADES
	MULHERES	HOMENS	
“ALTA”	11	1	69-92 ANOS
“SOLUM”	8	2	76-96 ANOS
“BOTÃO”	6	4	76-93 ANOS
“CASAL DO LOBO”	5	5	65-79 ANOS
	30	12	
<b>TOTAL</b>	42		

Quadro 39: Quadro geral dos/as participantes da pesquisa.

Para preservar a identidade das pessoas que participaram deste estudo, optei por substituir seus nomes por nomes fictícios<sup>281</sup>. Nomeando-as, mesmo que com nomes fictícios, creio que preservei, também, suas personalidades, individualidades e, de certa forma, subjetividades. Em outras palavras, minha preocupação em dar nomes às pessoas que colaboraram com esta pesquisa (e não simplesmente transformá-las em um número ou em uma letra, ou identificá-las por outro atributo qualquer, abstraindo-as e subtraindo-as de sua condição humana) encontra minha compreensão da pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais enquanto um processo interativo entre os sujeitos – e não objetos: pesquisados/as e pesquisador/a. Como a escolha dos/as participantes deste estudo não teve qualquer preocupação com uma representatividade numérica, buscando somente elementos qualitativos de semelhanças e diferenças entre cada realidade/vivência descrita, também procurei caracterizar as pessoas, de acordo com seus próprios depoimentos.

As entrevistas foram gravadas e, para facilitar sua análise, transcritas. O material gerado (áudio e transcrições) permanece sob minha guarda e responsabilidade, sendo utilizado única e exclusivamente para os fins propostos neste estudo e seus desdobramentos: artigos encaminhados a revistas e/ou congressos, por exemplo.

Como já mencionei anteriormente, iniciei as entrevistas pela “Alta”, um território cuja centralidade não é unicamente espacial, mas, por todo o seu arcabouço histórico e cultural e pela função turística e acadêmica que desempenha na atualidade, também simbólica.

Buscando acessar possíveis colaboradores/as, recorri, na “Alta”, a uma instituição que oferece Serviços de Apoio Domiciliário – SAD –, funcionando, também, como Centro de Dia – CD<sup>282</sup>. Os primeiros contatos com esta instituição foram mediados por meu orientador, o que parece ter garantido a segurança necessária para que meu acesso, tanto ao Centro quanto aos/às potenciais colaboradores/as, fosse aceito. As entrevistas iniciaram-se na “Alta” em abril de 2015, estendendo-se, neste território, até agosto desse mesmo ano.

<sup>281</sup> Para facilitar a mim mesma o tratamento dos dados, evitando confundir-me com os novos nomes, escolhi nomes cujas iniciais fossem as mesmas de cada um dos territórios: “A”, para a “Alta”; “B”, para o “Botão”; “C”, para o “Casal do Lobo”; e “S”, para a “Solum”.

<sup>282</sup> A definição destes tipos de serviços está na nota de rodapé 80, à página 51.

Embora minha intenção inicial fosse realizar todas as entrevistas nas próprias moradias das pessoas participantes, não foi possível cumprir à risca este propósito. Aliás, ao longo desta investigação, muitos acordos e negociações foram necessários/as, na tentativa de respeitar as condições e os condicionantes das pessoas envolvidas, sem maiores prejuízos de seu processo. Assim, as entrevistas com as pessoas frequentadoras do CD foram realizadas no próprio Centro, já que parte considerável de seus tempos é passada lá. Pude, entretanto, realizar as entrevistas com as pessoas atendidas pelos SAD nas suas próprias residências. Para tanto, pude contar com a intermediação da Assistente Social do Centro, que, muito gentil e colaborativamente, contactava antecipadamente as pessoas que se enquadravam nos critérios da pesquisa, levando-me, após a prévia concordância da pessoa em questão, até suas casas, onde, sem qualquer exceção, fui sempre muito bem acolhida e colocada muito à vontade.

Doze pessoas deste território colocaram-se à disposição para participar deste estudo: 11 mulheres e apenas 1 homem, não obstante nosso esforço, da Assistente Social e meu, em cooptar mais colaboradores deste sexo. O quadro a seguir (Quadro 40) apresenta uma visão panorâmica do perfil das pessoas da “Alta” que fizeram parte desta investigação.

NOME <sup>283</sup>	IDADE	SEXO	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE	FILHOS	CD/SAD
Álvaro	69	Homem	Divorciado	Admissão ao Liceu	2	CD
Adelaide	74	Mulher	Casada	4ª Classe	Não	SAD
Amália	79	Mulher	Solteira	4ª Classe	Não	CD
Aparecida	79	Mulher	Viúva	4ª Classe	1	CD
Anita	86	Mulher	Viúva	3ª Classe	3	SAD
Amanda	87	Mulher	Viúva	3ª Classe	1	SAD
Angelita	88	Mulher	Viúva	Liceu	1	CD
Adriana	88	Mulher	Casada	6º Ano	Não	CD
Aurora	89	Mulher	Solteira	Nenhuma	Não	SAD
Antónia	89	Mulher	Viúva	4ª Classe	4	SAD
Augusta	91	Mulher	Solteira	Nenhuma	1	CD
Agnes	92	Mulher	Viúva	4ª Classe	2 (já falecidos)	CD

Quadro 40: Perfil dos/as participantes da “Alta”.

Traçando um sumaríssimo perfil biográfico<sup>284</sup> de cada uma das pessoas da “Alta” que participaram desta pesquisa, perfil este elaborado a partir de nossos contatos e de trocas de impressões, posso dizer o seguinte:

<sup>283</sup> Conforme anunciado, os nomes foram trocados para preservar as identidades dos/as participantes.

<sup>284</sup> Entendo que, mesmo que sumário e baseado somente em minhas interações com as pessoas que participaram deste estudo, o traçado deste perfil é importante, pois ratifica a heterogeneidade dos sujeitos na velhice, ainda que estes sujeitos habitem um mesmo território. Por certo, algumas trajetórias parecerão se assemelhar. Isto se deve aos contextos históricos e geográficos vivenciados por cada geração. Entretanto, é importante ressaltar as individualidades de cada participante. Assim, esta breve caracterização de cada um/a dos/as participantes desta pesquisa também é uma forma de, embora

- O **Senhor Álvaro**, o único homem do território da “Alta” que se dispôs a participar deste estudo – e, coincidentemente, a pessoa participante mais jovem deste território –, nasceu em Castelo Branco<sup>285</sup>. Concluiu o ensino ginasial, tendo sido admitido ao Liceu<sup>286</sup>, sem, no entanto, chegar a frequentá-lo. Trabalhou durante grande parte de sua vida como chefe de cozinha, tendo, inclusive, desempenhando esta função como integrante da tripulação da companhia marítima inglesa “Princess Cruises”, que fazia cruzeiros pela América do Norte. Como muitos dos homens portugueses de sua geração – e mesmo de gerações anteriores – cumpriu o serviço militar obrigatório em Angola, África, durante o processo de descolonização, experiência que lhe marcou profundamente a vida. Vive sozinho em Coimbra – e no território da “Alta” – há quatro anos, não tendo, ainda, conseguido estabelecer laços de amizade consistentes e duradouros (seus laços afetivos, constituídos por amigos de juventude, estão em Sesimbra, no sul do país, onde viveu por longo período e para onde retorna com alguma frequência, para revê-los). Com o divórcio, afastou-se dos dois filhos, com os quais não tem mantido qualquer contato. A única referência afetivo-familiar que mantém é com a sua irmã, que vive em Coimbra e com quem passa os natais e outras datas festivas. Frequenta o CD mais por razões econômicas, pois lá, mediante o pagamento de uma taxa mensal não muito elevada<sup>287</sup>, faz três refeições diárias e ainda leva suprimentos para o jantar. Nas vezes que visitei a Instituição, pude observar que o Senhor Álvaro mantinha uma rotina diferente dos/as demais frequentadores/as: enquanto seus/as colegas de CD passavam as tardes na sala de televisão ou a jogar cartas, o Senhor Álvaro ficava sozinho, em uma outra sala, a ler os jornais do dia. Também não foram poucas as vezes em que o encontrei na “Baixa”, a bebericar café ou simplesmente a conversar com pessoas conhecidas. Tendo bastante autonomia e não necessitando de auxílio para se locomover, sua ocupação predileta é mesmo passear: não só pela “Baixa” de Coimbra, mas também por outras cidades do país e mesmo da Europa, como a viagem que realizou, em um ônibus, para Londres, na Inglaterra.

- **Dona Adelaide** nasceu em Carrelos, mas vive na “Alta” de Coimbra – e no mesmo edifício (antes de casar, vivia com a mãe no andar inferior. Ao casar-se, mudou-se para o atual apartamento, levando, também, a mãe, atualmente já falecida) – há quase 70 anos. O apartamento, onde me recebeu, é alugado, ocupando o segundo andar de uma casa antiga, sem elevador, que tem, ainda, um apartamento no andar térreo (rés-do-chão) e outro em um andar mais abaixo, no subsolo, todos acessados por altas escadarias de madeira. A casa teve sua fachada recentemente pintada, o que causa uma boa impressão a quem passa pela rua, principalmente aos/às turistas. O interior do apartamento de Dona Adelaide, entretanto, carece de reparos. Apesar de as peças (sala, cozinha e um dormitório) serem grandes, a casa é pouco ventilada, pois as janelas ficaram emperradas após a pintura. Não há casa de banho, apenas uma peça de dimensões mínimas, comportando apenas um vaso sanitário. Os banhos são feitos dentro de uma grande bacia, na cozinha, onde uma ducha, sem aquecimento, foi instalada na pia. Dona Adelaide, que desenvolveu suas

---

protegendo suas identidades, trazê-los/as ao protagonismo, como sujeitos complexos e idiossincráticos que são. Este procedimento metodológico é confessadamente inspirado em trabalhos como a etnografia de Sá (2013) ou a narrativa historiográfica de Bosi (2004).

<sup>285</sup> Município da Região Centro de Portugal, capital do distrito de mesmo nome. A distância entre Coimbra e Castelo Branco é de aproximadamente 225 km.

<sup>286</sup> Atual Ensino Secundário; no Brasil, Ensino Médio.

<sup>287</sup> As pessoas que frequentam o CD ou fazem uso dos SAD em Instituições Particulares de Solidariedade Social – IPSS, instituições que possuem subsídios e incentivos governamentais – pagam uma taxa mensal, calculada sobre os rendimentos de cada uma.

atividades como costureira-alfaiate e, mais tarde – e por muitos anos –, como auxiliar de educação, é hoje aposentada. Casada com o Senhor Afonso, 86 anos<sup>288</sup>, já senil, com muitas dificuldades em se movimentar, Dona Adelaide passa seus dias cuidando do marido, contando, para isso, com a ajuda dos SAD, que, além de fornecerem as refeições diárias, vão à casa uma vez por semana para auxiliar no banho do Senhor Afonso. Para não deixar o marido sozinho, só sai de casa quando é estritamente necessário. No dia marcado para a entrevista, Dona Adelaide havia recém chegado à casa, vinda de uma farmácia – na proximidade do Mercado Público, já na “Baixa” –, de onde trouxe medicamentos e fraldas geriátricas para o esposo. O casal não teve filhos. A família resume-se a ela e ao marido. Tem um sobrinho, que vive em Cernache, freguesia rural e periférica de Coimbra<sup>289</sup>, que, eventualmente, lhes presta alguma assistência. Teve um irmão, falecido há dez anos, e uma prima, que emigrou para o Brasil, também já falecida. Embora seja bastante autônoma, fazendo uso de bengala apenas para lhe dar mais equilíbrio e segurança, Dona Adelaide já teve várias quedas pelas ruas da “Alta” e uma dentro da sua própria casa.

- A ligação de **Dona Amália** à Instituição onde frequenta o CD é muito antiga. Moradora da “Alta” desde que nasceu (já viveu na Rua da Ilha, atrás da Sé Velha), Dona Amália acompanhava a mãe, que trabalhava na limpeza do prédio da Instituição que, à época, funcionava como um Centro Cultural. Solteira e sem filhos, trabalhou primeiro como costureira e, por muitos anos, como funcionária da Universidade de Coimbra. Hoje, já aposentada, habita sozinha um apartamento, alugado, que fica no 3º andar, sendo vizinha de rua do Senhor Álvaro. O prédio não possui elevador. Para chegar até seu apartamento, Dona Amália precisa vencer os 50 degraus que separam o térreo de seu andar. Passa os dias no CD, onde faz as refeições e interage com os/as demais frequentadores/as. Dona Amália é bem relacionada no Centro. Durante uma de minhas visitas, ofereceu-se para me acompanhar até à casa de uma usuária dos SAD, que reside próximo ao Centro. De familiares, possui uma sobrinha, que lhe dá assistência quando precisa, ainda que seja bastante autônoma, deslocando-se a pé de sua residência até ao Centro, todos os dias, e fazendo pequenos passeios da “Alta” até a “Baixa”, para onde desce a pé, com o apoio de uma bengala, retornando de ônibus ou de “Pantufas”.

- **Dona Aparecida** nasceu na freguesia de Ceira, em Coimbra. É viúva e tem uma filha. Quando solteira, trabalhou em uma fábrica. Depois, durante muito tempo, trabalhou por conta própria, junto com o marido, em uma pastelaria<sup>290</sup>, no Centro Comercial, na “Baixa”, já no caminho para a “Alta”. Recebe pensão do marido, mas necessita do auxílio financeiro da filha, que tem formação em Enfermagem, mas atua como professora. Vive sozinha, em um apartamento alugado, no 2º andar, com acesso por escadas, há 52 anos, desde quando, antes de enviudar, se separou do marido. Seu dia-a-dia é passado no Centro, onde faz três refeições (café

---

<sup>288</sup> Devido ao seu estado de senilidade, não pude contar com a participação do Senhor Afonso como colaborador neste estudo.

<sup>289</sup> É curioso como a maioria das pessoas entrevistadas se refere a outras freguesias do mesmo concelho – Coimbra – como lugares muito distantes, parecendo se tratar de outros municípios. A distância, dessa forma, também é um referencial cultural, que depende de contextos e condicionantes: às vezes o longe é perto e o perto é longe. Frémont (1980) refere-se à subjetividade que está impregnada na noção de distância: “[...] com forte componente psicológico acontece entre um homem [uma pessoa] e um lugar, ou entre os homens [as pessoas] e os lugares, independentemente da extensão medida ou do tempo de percurso, uma carga afetiva devida a diversos fatores [...] que tem o efeito de ‘aproximar’ ou, ao contrário, de ‘afastar’ [...]” (Frémont, 1980: 26)

<sup>290</sup> As pastelarias portuguesas são semelhantes às confeitarias brasileiras.



da manhã, almoço e lanche da tarde), mas todas as noites janta com a filha. Antes de viver na “Alta”, viveu na freguesia de Torres do Mondego e na “Solum”. Dona Aparecida tem bastante autonomia para se locomover. Gosta de frequentar a igreja – Santa Cruz, na “Baixa”, para onde vai a pé e retorna de transporte urbano, ou Sé Nova, na “Alta” – e de passear com a filha no Jardim Botânico e no Jardim da Sereia, nos fins de semana. Gosta muito de viver na “Alta”, principalmente quando acontecem as serenatas e as feiras medievais no Largo da Sé Velha. É proprietária de uma casa em uma aldeia próxima, mas não pensa em ir para lá, preferindo viver na “Alta”, onde espera permanecer o resto da sua vida.

- **Dona Anita** nasceu na “Baixa”. Foi morar na “Alta” há aproximadamente 50 anos, quando o filho mais velho foi lutar na Guiné, no período de descolonização das colônias africanas de Portugal. Além deste filho, Dona Anita tem mais outro filho e uma filha. Trabalhou como lavadeira, no Rio Mondego, e como entregadora de pães. Viúva há dez anos, vive sozinha em um apartamento alugado, no terceiro andar de um prédio sem elevador. O acesso ao seu apartamento é feito por uma longa escadaria de madeira. Dona Anita foi operada aos intestinos há dez anos, fazendo uso de uma bolsa de colostomia. Embora seja bastante ativa, fazendo as atividades diárias da casa, para as quais recebe ajuda eventual de uma senhora, e preparando suas próprias refeições, Dona Anita necessita de auxílio para o banho, principalmente porque o mesmo é feito em uma banheira muito antiga, sem nenhuma adequação no quesito segurança. Para isso, conta com o pessoal dos SAD, que vai até sua residência três vezes por semana. Também não sai mais sozinha, pois já caiu muitas vezes nas ruas da “Alta”. Quando necessita, pede ajuda de uma moça, que a acompanha e, eventualmente, pousa na casa de Dona Anita. Os deslocamentos são feitos sempre de táxi. Embora o filho mais velho viva na freguesia de Eiras e a filha na de Santa Clara, ambas freguesias urbanas de Coimbra (o filho mais novo vive em Figueira da Foz, cidade litorânea distante a aproximadamente 60 quilômetros de Coimbra), pouco os vê, passando os natais e as demais festas de confraternização anuais sozinha. Já frequentou o CD, mas se indispôs com outras senhoras, por isso, prefere ficar em casa, usufruindo dos SAD. Durante nossa entrevista, realizada em sua própria residência, Dona Anita chorou muitas vezes. Sente-se muito sozinha.

- **Dona Amanda** nasceu na freguesia urbana de Santa Clara. Vive na “Alta”, no apartamento onde me recebeu, bem próximo ao Arco da Almedina, há quase 50 anos; há 16, desde que o marido faleceu, sozinha. Tem uma filha, casada, que lhe deu dois netos. Os netos, hoje engenheiros, à época da faculdade viveram com a avó, aproveitando a proximidade da Universidade. Tal como Dona Anita, frequentava o CD, mas indispôs-se com outras usuárias do Centro, optando pelos SAD, que lhe fornecem o almoço e suprimentos para o jantar (geralmente sopa e frutas). Apesar de reclamar das ruas da “Alta”, que dificultam a locomoção (principalmente a própria rua do Centro que, não obstante a colocação de um corrimão que vai da esquina até à própria Instituição, é muito íngreme e com calçamento muito assimétrico e desregular), gosta de frequentar os cafés da “Baixa”, onde encontra suas amigas. No dia de sua entrevista, aliás, estava bastante apreensiva, pois perderia o encontro diário com as amigas. Ao fim da entrevista, vestiu-se e convidou-me a acompanhá-la até um café, na Portagem, convite este prontamente aceito por mim. Para sua locomoção, Dona Amanda faz uso de uma bengala. O acesso a seu apartamento, localizado em um segundo andar, é feito por uma escadaria bastante alta.

- **Dona Angelita** nasceu na aldeia do Rio de Galinhas, na freguesia rural de Almalaguês, em Coimbra. Não sabe precisar exatamente desde quando vive na “Alta”, lembra apenas que foi para este território quando já estava casada. É viúva e tem um filho. Vive sozinha, mas no mesmo prédio onde vivem o filho, a nora e o neto. Por isso, embora passe os dias no Centro, onde faz três refeições, sempre janta com a família. O acesso a seu apartamento, no segundo andar, é feito por uma escada com corrimão. Das pessoas entrevistadas deste território, Dona Angelita é a única que reside em casa própria. Também é a quem possui maior escolaridade: chegou a frequentar o Liceu. Curiosamente, entretanto, embora auxiliasse seu marido em uma pastelaria, de propriedade da família, reconhece-se apenas como dona de casa, recebendo uma pensão do marido, mas não uma aposentadoria própria. Ela mesma organiza sua casa, com o auxílio do filho, da nora e do neto. Também dispõe da ajuda financeira da família para complementar seus rendimentos. Quando necessita se deslocar para alguma localidade (o Parque Verde do Mondego, ou a Igreja de Santa Cruz, por exemplo, ambos na “Baixa”), recorre ao filho, que possui um automóvel próprio. Quando o filho não está disponível, Dona Angelita faz uso de transportes públicos, principalmente do “Pantufinhas”, e, muito eventualmente, recorre aos serviços de táxis.

- **Dona Adriana** nasceu em Penacova, concelho do distrito de Coimbra, e foi viver na “Alta” há 40 anos, quando se casou. O casal não teve filhos. Passa os dias no Centro, juntamente com o marido<sup>291</sup> que, embora não goste de ficar na sala de televisão, onde a maioria das mulheres permanece durante o dia, preferindo reunir-se com os outros homens do Centro, seguidamente vai ter com a esposa, para saber se a mesma está bem. Frequentou até o 6º ano e, tal como Dona Angelita, embora afirme nunca ter possuído uma ocupação profissional e nunca ter trabalhado ao longo da vida – excetuando-se os serviços domésticos realizados em sua própria casa –, revela que realizava serviços de costura para uma pequena clientela e que auxiliava o marido em um açougue (talho, como é comumente chamado em Portugal) de propriedade da família. Como o marido ainda conduz e possui um automóvel particular – sendo o responsável pelas compras da casa –, as saídas do casal – cada vez mais raras, já que as refeições são feitas no Centro – são realizadas com este automóvel (muito raramente, o casal faz uso do “Pantufinhas” e de táxi). Para ir até o Centro, utilizam o transporte da própria Instituição (que costumam chamar de “carrinha”). A limpeza da casa é feita uma vez por semana por funcionárias do Centro. Apesar das dificuldades, Dona Adriana gosta de viver na “Alta”, preferindo este ao seu território de origem – a Penacova. O que mais a atrai na “Alta” são as igrejas – Sé Velha e Sé Nova. O que mais a perturba é a precariedade de calçadas para pedestres.

- **Dona Aurora** também me recebeu em sua casa, onde vive só: um pequeno apartamento térreo em uma antiga casa que se transformou em um prédio com quatro apartamentos, dois ocupados por estudantes e o outro também ocupado por uma senhora idosa (com a qual, infelizmente, não consegui contatar). Seu apartamento é bastante precário. Na verdade, originalmente contava com apenas duas peças – uma sala e um quarto – e um pequeno pátio, ao fundo, com acesso pelo seu quarto. Foi a própria Dona Aurora quem improvisou uma pequena cozinha e um banheiro (casa de banho), mandando fazer divisórias em seu quarto. O

---

<sup>291</sup> O esposo de Dona Adriana não quis participar do estudo.

banheiro é um lavabo com um vaso sanitário. As paredes são forradas com plástico, na falta de azulejos ou outro revestimento mais adequado para este fim. Os banhos são feitos em uma grande bacia. No inverno, Dona Aurora aquece a água para o banho; no verão, toma banho frio. A cozinha é separada do quarto por um armário. Nela, Dona Aurora aquece as refeições vindas do Centro em um pequeno fogão a gás de duas bocas. Possui uma pequena geladeira, tipo frigobar, onde guarda os mantimentos perecíveis. Os demais mantimentos — enlatados, conservas, alimentos secos — são armazenados em um pequeno armário com uma cortina servindo-lhe de porta. Tudo é muito organizado no pequeno apartamento de Dona Aurora, que passa os dias tecendo roupas e meias de tricô e guardanapos e toalhas de crochê e fazendo reparos à mão em antigas roupas, em sua pequena sala, em frente à televisão. É ela mesma quem faz a limpeza da casa e a mantém organizada. Dona Aurora nasceu na aldeia de Vilela Seca, no concelho de Chiapas, em Trás-os-Montes. Foi para Coimbra ainda muito jovem, para servir aos filhos de seu então patrão, Francisco da Costa Gomes<sup>292</sup>, que foram estudar na Universidade de Coimbra. Antes de trabalhar na casa desta família, ainda na aldeia onde vivia, Dona Aurora ajudava sua mãe, que era parteira. Em Coimbra, viveu no bairro da Conchada, onde servia aos filhos de seu patrão, e, mais tarde, em Santa Clara, onde trabalhava para uma padaria, entregando pães pela cidade. Vive na “Alta” há 40 anos, quando passou a trabalhar como cozinheira de restaurantes, profissão da qual recebe uma aposentadoria. Nunca frequentou a escola. Dos seis irmãos, restou-lhe apenas uma irmã. É seu sobrinho, que vive em Lisboa, quem lhe dá alguma assistência, quando necessita. Quase não sai de casa. Quando o faz, usa táxis como meio de transporte. Já teve uma queda em casa, que lhe resultou em doze pontos na cabeça.

- **Dona Antónia** é viúva, tem três filhos (dois rapazes e uma moça) e vive com o filho mais novo, em uma casa alugada, na mesma rua do Centro de onde recebe apoios domiciliários. Dona Anita foi a primeira pessoa que participou deste estudo a me receber em sua casa. Ficamos conversando por cerca de três horas, nas quais Dona Anita contou-me sua história de vida, cantou, riu e se emocionou (assim como eu). Cheguei bastante apreensiva à sua casa, construída no fundo de um quintal bastante florido, mas escondido, a quem transita por aquela rua, por um alto muro. Apresentada pela Assistente Social do Centro, que previamente a havia contactado por telefone, acabei por me sentir inteiramente à vontade naquela casa rodeada de fotografias dos/as filhos/as e netos/as e por trabalhos em crochê, realizados pelas próprias mãos de Dona Anita, que me esperava ouvindo — e cantando — músicas que vinham de um rádio, estrategicamente disposto ao lado de sua poltrona, na sala. Usuária dos SAD, Dona Anita já frequentou, muito ativamente, o CD, onde gostava de escrever e atuar em peças teatrais e de compor músicas, que eram apresentadas em diversos eventos pela cidade. Hoje, com dificuldades de locomoção em razão problemas circulatórios — que, aliados às dificuldades próprias deste território, já lhe causaram várias quedas —, sai pouco; quando o faz, lança mão do uso de bengalas. Apesar disso, ainda realiza grande parte dos afazeres domésticos, como estender e passar roupas (passa as camisas do filho sentada na cama, em seu quarto). Dona Antónia aposentou-se da fábrica de biscoitos e bolachas Triunfo, onde trabalhou grande parte de sua vida. Por sofrer violência doméstica, esteve por longos anos afastada do marido. Os dois retomaram o

---

<sup>292</sup> Segundo Dona Aurora, seu patrão foi presidente da República de 1974 a 1976, compondo a Junta de Salvação Nacional.

casamento. O marido foi vítima de um derrame que o destituiu de toda a autonomia. Foi Dona Antónia quem cuidou dele até sua morte.

- **Dona Augusta** é solteira e tem um filho, hoje com 70 anos, que vive com uma companheira. Nascida em Aveiro, cidade do distrito homônimo distante a aproximadamente 60 km de Coimbra, vive, sozinha, em Coimbra – e na “Alta”, próximo à Sé Nova – há 60 anos. Trabalhou como cozinheira e atendente de pastelaria. Também fazia faxinas. Nunca frequentou a escola. Não sabe ler, nem escrever, mas sabe calcular mentalmente os valores do dinheiro. É uma senhora muito cuidadosa consigo e com sua aparência. Gosta de frequentar semanalmente o salão de beleza, onde arranja os cabelos e as unhas das mãos e dos pés. Adora passear pela cidade, de preferência usando sapatos de saltos altos. Entretanto, com as ruas da “Alta” representando um risco constante (já experimentou várias quedas), sentiu-se obrigada a aposentar os saltos altos e a trocar os solados dos sapatos por solas de borracha, tornando-os mais estáveis. Ainda bastante ativa, sente-se aprisionada ao passar seus dias no CD, pois gosta de frequentar os cafés da “Baixa” e os parques da cidade. Durante minhas visitas ao Centro, Dona Augusta sempre estava participando de alguma atividade: jogo de cartas, ginástica. Também gosta de se envolver nos projetos desenvolvidos no Centro. Contou-me que participou de um projeto de fotografia que resultou numa exposição itinerante pela cidade e rendeu-lhe uma máquina fotográfica. Soube, também, que participou de uma montagem teatral realizada com a participação espontânea de pessoas que frequentam o Centro. De familiares, além do filho tem um irmão e uma sobrinha, com quem passa os finais de semana e as festas anuais (gosta, inclusive, de ajudar a sobrinha na compra dos trajes acadêmicos, usados nos eventos festivos da Universidade de Coimbra). Dá-se muito bem com os/as vizinhos/as, jovens estudantes, sendo frequentemente convidada a partilhar refeições e participar de celebrações.

- **Dona Agnes** é viúva. Teve dois filhos, mas ambos já faleceram. Nasceu na freguesia de Almedina<sup>293</sup>, na “Alta” e vive lá, atualmente sozinha, desde então. Estudou até a 4ª classe, tendo trabalhado dos 12 aos 72 anos como costureira de um alfaiate. Por conta deste emprego, recebe uma reforma, além da pensão do marido, sendo a responsável pelas despesas da casa. A casa onde nasceu, e onde ainda vive, é alugada. É um andar térreo, com três divisões. Dona Agnes reclama que a casa é muito fria no inverno – pois não bate muito sol – e muito quente no verão – pois há pouca ventilação. Não há banheiro, apenas uma pequena peça onde foi instalado um vaso sanitário. O banho, então, é feito no próprio Centro, com o auxílio das funcionárias. As refeições – café da manhã, almoço e lanche da tarde – também são feitas no Centro. O jantar é feito em casa, com suprimentos fornecidos pelo Centro. Nos finais de semana, Dona Agnes recebe alimentação de projetos de voluntariado. A limpeza da casa também é feita por funcionárias do Centro. Suas saídas de casa se resumem a ir e voltar do Centro, sempre com o transporte da própria Instituição. Antigamente, gostava de frequentar a Igreja de Santa Cruz. Agora, assiste às missas pela televisão ou pelo rádio. Também gostava de ir ao Parque da Cidade e de passear pelas ruas da “Alta”, mas não o faz mais, pois não tem condições de andar sozinha. Da família, restaram-lhe uma sobrinha e uma nora, que a ajudam no controle e no manuseio do dinheiro, como

---

<sup>293</sup> Esta freguesia, atualmente, faz parte da União das Freguesias de Coimbra, juntamente com as antigas freguesias de São Bartolomeu, Sé Nova e Santa Cruz, conforme já mencionado.

retiradas e pagamentos. Devido a dificuldades de locomoção, não faz uso dos transportes públicos. Quando precisa se deslocar – ir ao Centro de Saúde no bairro de Celas, por exemplo – o faz com o transporte do próprio Centro, ou toma um táxi, sendo, nestas situações, acompanhada de uma das funcionárias; ou, ainda, quando esta está disponível, vai com sua sobrinha, que possui carro próprio. Já sofreu uma tentativa de assalto dentro de casa; gritou e foi socorrida pelos/as vizinhos/as. Se pudesse escolher, nunca sairia de sua casa, pois tem muito amor por ela.

O segundo território que visitei para a realização das entrevistas foi o “Botão”. Lá também recorri a uma instituição que me indicou possíveis colaboradores/as, abrindo-me as portas, a pedido dos/as próprios/as participantes, para que as entrevistas pudessem ser realizadas lá. Assim, diferente das entrevistas realizadas na “Alta”, todas as realizadas no “Botão” foram feitas na própria Instituição, não sendo possível, em razão da falta de disponibilidade dos/as participantes envolvidos/as – todos/as frequentadores/as do CD –, realizá-las nas suas residências. No “Botão” realizei 10 entrevistas com pessoas – 6 mulheres e 4 homens – com idades entre os 76 e os 93 anos, conforme o quadro que segue (Quadro 41).

NOME <sup>294</sup>	IDADE	SEXO	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE	FILHOS	CD/SAD
Brenda	76	Mulher	Casada	3ª Classe	2	CD
Bernardo	79	Homem	Solteiro	4ª Classe	Não	CD
Beatriz	81	Mulher	Viúva	Não	2	CD
Bonifácio	81	Homem	Viúvo	Não	7	CD
Bruna	83	Mulher	Viúva	3ª Classe	3	CD
Bárbara	85	Mulher	Viúva	4ª Classe	1	CD
Benedita	85	Mulher	Viúva	3ª Classe	1	CD
Bento	85	Homem	Viúvo	Não	1	CD
Bartolomeu	86	Homem	Viúvo	3ª Classe	2	CD
Betânia	93	Mulher	Viúva	3ª Classe	4	CD

Quadro 41: Perfil dos/as participantes do “Botão”.

Passo, agora, a uma breve caracterização das pessoas do “Botão” que participaram deste estudo:

- **Dona Brenda** nasceu no Paço do Botão, uma localidade muito próxima do “Botão”, também pertencente à atual freguesia de Souselas e Botão. Como a maioria das crianças de sua época, desde cedo auxiliava sua mãe nos afazeres domésticos. Também era ela quem levava diariamente a marmita ao pai, que trabalhava no campo. Casou-se ainda muito jovem, aos 15 anos, e teve duas filhas. A atual casa foi herdada pelo marido. É uma casa antiga, com um grande quintal com plantas e um pomar, cuidado pelo

<sup>294</sup> Tal como na “Alta”, os nomes das pessoas participantes foram trocados para preservar suas identidades.

marido. É uma casa de dois andares. O andar térreo fica ao nível da rua, mas o acesso ao interior da casa é feito por uma pequena escadaria com três degraus e duplo corrimão. O andar de cima não está sendo ocupado devido às dificuldades que o casal – mas principalmente ela – tem encontrado em acessá-lo. As duas filhas – uma viúva, outra casada, ambas já com filhos/as adultos/as e casados/as – vivem em casas próprias, contruídas no mesmo terreno dos pais. Dona Brenda trabalhou durante muitos anos com o marido, vendendo produtos agrícolas nas proximidades. Por conta deste trabalho, recebe uma pequena aposentadoria, que junta à aposentadoria do marido, para sobreviverem. Em razão de problemas de locomoção e de dificuldades em realizar as tarefas cotidianas sozinha, começou a frequentar o Centro. Lá faz três refeições – café da manhã, almoço e merenda da tarde – e toma banho, com o auxílio de funcionárias (antes de ir para o Centro, o banho era dado pelas filhas). Dona Brenda usa bengala e, às vezes, cadeira de rodas para se locomover. Não consegue sequer vestir-se ou usar o banheiro sem ajuda. Atribui suas dificuldades a problemas emocionais e psicológicos. Pela manhã, fica à espera das funcionárias do Centro, que a vestem, lavam e a transportam até a Instituição, onde passa o dia. As filhas ajudam na limpeza e manutenção da casa e no preparo do jantar. Também são as filhas que providenciam os deslocamentos dos pais, sempre que necessário, excetuando as idas e vindas de Dona Brenda da casa para o Centro e do Centro para a casa, realizadas com o transporte da Instituição. Dona Brenda tem uma irmã mais nova, que vive ali perto. Pouco se veem, entretanto. Dona Brenda e o marido saem pouco de casa; nunca à noite. Passam as festas de Natal em casa. No dia de Natal, almoçam na casa de uma das filhas.

- O **Senhor Bernardo** é solteiro e não tem filhos. Nasceu em Larçã, uma localidade próxima ao “Botão”, pertencente à freguesia de Souselas e Botão. Vive com um cunhado, já viúvo – que é o proprietário da casa –, e com um sobrinho, filho deste cunhado e de uma irmã sua, falecida recentemente. Tem, ainda, uma sobrinha, filha deste mesmo casal, que vive na vizinhança e auxilia os três homens nas tarefas de casa. Frequentou até a 4ª classe, tendo sempre trabalhado no campo, com agricultura. Começou a frequentar o Centro para não ficar sozinho em casa, porque desde que teve uma queda, em casa, e quebrou a perna, necessitando de uma cirurgia, não consegue mais andar sozinho, precisando do apoio de uma bengala e de uma pessoa que o auxilie. Possui outros irmãos, que vivem nas proximidades, e com quem se dá bem, mas desde que a irmã com quem vivia faleceu, perdeu o ânimo. Agora não gosta mais de assistir à televisão, nem de escutar rádio. O que mais gostava de fazer, que era passear pelas redondezas, já não consegue mais. A casa onde vive, embora seja térrea, possui um andar abaixo do nível do terreno, com degraus para seu acesso. O Senhor Bernardo tem dificuldade em galgá-los, ficando quase sempre em seu quarto, quando chega à casa. Antes tomava banho em casa, com o auxílio da sobrinha. Agora, como a sobrinha também quebrou uma perna, tem tomado banho no Centro.

- **Dona Beatriz** nasceu no Outeiro do Botão, localidade próxima ao “Botão”. Nunca foi à escola: “A minha escola foi os meus pais botarem-me a trabalhar”. Assim, trabalhou desde muito cedo, ajudando a mãe nos afazeres domésticos e a família nas lidas do campo. Quando se casou, seguiu uma rotina semelhante, trabalhando em casa e produzindo os alimentos – verduras, legumes, frutas, carne e ovos – para o consumo da família. O casal teve duas filhas. Atualmente, uma das filhas vive no Porto; a outra, em Marmeleira, uma localidade próxima, também pertencente à freguesia de Souselas e Botão. Ainda jovem, o casal foi viver em

Angola, onde a filha mais nova nasceu. Lá, o marido era comerciante; ela cuidava da casa. Fala com saudades desse tempo, que considera o melhor de sua vida. Retornaram a Portugal durante o processo de descolonização, onde presenciaram muita violência. A volta também não foi fácil: “O que eu passei! ‘Oh! Ela veio de Angola com o cabelo cortado, com as unhas pintadas! Vai trabalhar!’ Era tudo assim!”. Viúva há 13 anos, passou, recentemente, a viver com a filha mais nova, em Marmeleira, embora tenha uma casa própria no “Botão”, onde vivia com o marido. Para não passar os dias de semana sozinha, começou a frequentar o Centro. Prefere frequentar o Centro do que ficar sozinha, mas se ressentida da falta de sua casa e dos/as vizinhos/as. Já caiu várias vezes, em casa. Faz uso do apoio de bengalas, mas tem medo de andar sozinha pelas ruas, pois se sente tonta e tem medo de cair. Antigamente, gostava de ir à igreja; agora, assiste às missas dominicais pela televisão. Toma dois banhos por semana: um no Centro, outro em casa, assistida pela filha, ou por uma sobrinha, ou mesmo por uma neta, ainda criança. A casa onde vive tem dois andares, mas Dona Beatriz não sobe mais até o segundo andar, pois o acesso é feito por uma escadaria, um obstáculo que não tem mais condições de superar sem ajuda.

- O **Senhor Bonifácio** nasceu na freguesia de Souropires, no concelho de Pinhel, no distrito da Guarda, a nordeste do país, próximo à divisa com a Espanha. Frequentou a escola por algum tempo, mas não conseguiu aprender a ler nem a escrever. Acabou sendo alfabetizado durante o serviço militar obrigatório. Ainda assim, tem dificuldades com a leitura fluente. Por isso, não gosta de assistir televisão, pois as legendas são apresentadas muito rapidamente. Gosta, no entanto, de ler jornal. Após cumprir o serviço militar, foi, em 1957, viver no “Botão”, onde, no início, trabalhava na agricultura. Trabalhou em uma fábrica de cal, nas redondezas, para depois se estabelecer na fábrica de cimentos CIMPOR, à época chamada de CINORTE, em Souselas, onde permaneceu até se aposentar. Casou-se e teve sete filhos/as. Ficou viúvo na década de 1990. Vive junto com um dos filhos, a nora e mais quatro netos/as, em uma casa própria, mas cujo financiamento ainda é pago com os recursos de sua pensão de aposentadoria. A casa está em más condições, mas a família não tem recursos suficientes para realizar reparos. Dá-se bem com os filhos e filhas (indispôs-se, entretanto, com um dos filhos, com quem perdeu o contato desde 2011), mas gosta de passar as festas anuais na casa de uma das filhas, que vive em Coimbra<sup>295</sup>. Frequenta o Centro durante o dia, onde faz as refeições. À noite, costuma jantar sozinho, com os suprimentos fornecidos pelo Centro. Só faz as refeições com os familiares durante os feriados, quando as atividades do Centro são interrompidas. Faz sua higiene em casa, sem precisar de ajuda. A limpeza da casa e o trato com as roupas são feitos pela nora. Quando passa temporadas na casa da filha, geralmente em fins de semana, esta se responsabiliza pelo cuidado com suas roupas. Tem bastante mobilidade, desloca-se sozinho, de transportes públicos, até o centro de Coimbra, sem necessidade de acompanhamento ou de apoio de bengala. Nunca teve nenhuma queda. Gosta de fazer caminhadas diárias e, através do Centro, faz hidroginástica uma vez por semana na Pedrulha, um bairro urbano industrial de Coimbra, relativamente próximo ao “Botão”. Gosta muito de futebol: é benfiquista e, em Coimbra, torce pela Académica. É católico mas não gosta de ir às missas. Tem dois irmãos e uma irmã vivos/a, que permanecem na Guarda.

---

<sup>295</sup> Mais uma vez, a confirmação de que, para grande parte das pessoas entrevistadas, principalmente as que vivem nos territórios rurais, Coimbra é um território distinto e longínquo.

- **Dona Bruna** nasceu no Paço do Botão, uma localidade da freguesia de Souselas e Botão. Frequentou a escola até a 3ª classe, pois, naquela época, os filhos tinham de ajudar os pais nos serviços de agricultura. Em Portugal, sempre trabalhou no campo. Quando se casou, foi para Angola, onde viveu por 14 anos e onde nasceram suas três filhas. Em Angola, trabalhava, com o marido, no comércio, mas também costurava roupas de crianças e fazia vestidos de noiva. Voltaram a Portugal fugindo dos conflitos provocados pelo processo de descolonização. Atualmente viúva, vive com a filha do meio, o genro e dois netos. As outras duas filhas moram na Mealhada, concelho do distrito de Aveiro, há aproximadamente 10 km do “Botão”. Recebe uma pensão de 125 euros<sup>296</sup>. A filha e o genro são os responsáveis pelas despesas da casa. Dona Bruna ajuda, pagando, mensalmente, as contas de gás. Também recebe alguma ajuda da parte da família do marido. A casa onde vivem possui um piso, no nível da rua. Possui três quartos, banheiro e cozinha. Também há um anexo à cozinha, com um forno onde assam o pão. A casa possui escadas somente para acesso ao sótão. A casa tem água encanada (antigamente, iam buscar água à fonte), energia elétrica, fogão a gás (antigamente, havia somente um fogão à lenha, usado para o cozimento dos alimentos e para o aquecimento da casa; atualmente, o fogão ainda é utilizado para este último fim). Tinham banheira, mas trocaram por um *box*<sup>297</sup> depois que um cunhado seu faleceu ao cair da banheira e ferir a cabeça. A casa possui um quintal e uma varanda, onde costumam colocar cadeiras para sentarem-se no verão. Antigamente, tinham uma horta, mas hoje não há quem a possa cuidar. A casa é própria. Foi construída em um terreno herdado dos pais. Sente-se muito bem na casa onde vive. Gosta de estar em todos os lados, mas, principalmente, no quintal. Quando está no Centro, sente muita saudade de casa. Durante a semana, faz as refeições no Centro. Aos sábados e domingos, faz as refeições em casa, com a família. Para se deslocar, necessita do apoio de duas bengalas. Gosta muito de ir à missa. Vai todos os meses em uma capelinha próxima à sua casa. Nunca caiu na rua, mas em casa, sim. Sente-se, muitas vezes, tonta. Quando caiu, escorregou no quintal ao descer um degrau. Dá-se muito bem com os/as vizinhos/as, que já conhece há muitos anos. Tem três irmãos vivos que vivem no Paço e com quem se dá muito bem. No verão, gosta de passear pelas ruas do “Botão”. Antes do almoço, costuma andar meia hora, por recomendação médica, sempre com a ajuda das bengalas e de um/a acompanhante. Gosta muito de frequentar o Centro — já o faz há dois anos. Tem muitos amigos ali, fazem trabalhos de arte e atividades matemáticas. Vão a passeios, à praia, ao circo. Faz suas refeições diárias no Centro, mas prepara o próprio jantar, que divide com a filha, o genro e os netos. A rua onde vive é asfaltada. Tem uma subida, ao lado dos pinhais, onde gosta de passear, devagarinho. Gosta de ver televisão — novelas e notícias —, e de escutar músicas e notícias no rádio. Gostava de fazer rendas de crochê, mas hoje em dia tem artrose e não consegue mais. Fez duas colchas de renda de crochê para as filhas. Sente muita saudade de Angola, onde fez muitas amizades. O então jovem casal foi pra lá de navio, em uma viagem que durou mais de dez dias, provavelmente cerca de um mês.

- **Dona Bárbara** nasceu na zona urbana de Coimbra, mais especificamente na “Alta”, na Couraça de Lisboa. Foi para o “Botão” quando sua única filha frequentava o Liceu. Desde então, sempre viveu na mesma casa, herdada pelo marido, falecido há dois

---

<sup>296</sup> À época da entrevista, 1 euro equivalia a aproximadamente 4 reais. O salário mínimo português era pouco menos de 600 euros.

<sup>297</sup> Em Portugal conhecido como *poliban*, um pequeno espaço no banheiro, às vezes separado por paredes de acrílico ou vidro; outras por uma cortina de plástico, onde é instalado um chuveiro, ou uma *duche*.



anos. Atualmente, vive com a filha, o genro e o neto (tem mais outros dois netos, já casados; cada um com um casal de filhos). Sendo filha única, sua família resume-se ao núcleo familiar que construiu com o marido. Frequentou até a 4ª classe e, até casar, ajudava a mãe nos trabalhos de costura, além de auxiliá-la nos cuidados com a casa. Nunca trabalhou fora; sempre desenvolveu suas atividades como dona de casa. Recebe pensão do seu marido, que trabalhou como gerente do Portugal dos Pequenitos<sup>298</sup>. Recentemente esteve internada, sob cuidados continuados, no hospital de Pereira<sup>299</sup>, por problemas neurológicos. Atualmente, faz uso de cadeira de rodas, conseguindo percorrer pequenas distâncias com o auxílio de um andador (andarilho). Em casa, recebe auxílio, principalmente, do neto, para deitar-se, à noite, e ir ao banheiro (à noite, faz uso de fraldas geriátricas). As funcionárias do Centro auxiliam-na a levantar-se e a vestir-se pela manhã, nos dias de semana. Nos fins de semana, este auxílio é assumido pela família. Toma banho uma vez por semana, no Centro. Em casa, a filha ajuda nos cuidados com sua higiene pessoal. Como a filha trabalha fora durante a semana (no Centro de Saúde de Santa Clara) e tem sofrido com problemas na coluna, uma das netas, que mora na Mealhada, vai aos fins de semana auxiliar nos cuidados da casa. O genro, que já é aposentado, também se responsabiliza pelos trabalhos diários na casa, incluindo o preparo do jantar. Dona Bárbara faz três refeições no Centro, mas costuma jantar em casa, com a família. Passou a frequentar o Centro quando o marido faleceu.

- **Dona Benedita** nasceu em Larçã, uma aldeia próxima ao “Botão”. Quando criança, a mãe colocou-a na escola para que aprendesse a ler (a mãe não sabia ler nem escrever) e, assim, pudesse ajudar na pequena mercearia da família. Assim que aprendeu a ler, a mãe quis tirar-lhe da escola. Só frequentou até a 3ª classe por solicitação da professora, que estimulava muito a menina para que continuasse os estudos. Ainda criança, passou a ajudar o avô, dono de uma funerária (seu sonho, nunca concretizado, era que a filha assumisse a funerária após a morte do avô), a fabricar caixões. Com as sobras dos tecidos usados como forros dos caixões, fazia roupas, primeiro para si própria e para o irmãozinho pequeno, em seguida, para freguesas que solicitavam seus serviços de costureira. Chegou a trabalhar em uma fábrica de cintas. Casou-se muito cedo, aos 17 anos. Teve apenas uma filha. Por conta do trabalho do marido, nos Comboios de Portugal, viveu durante alguns anos em Lisboa, para onde a família se deslocou quando a filha tinha 4 anos. Com o movimento revolucionário do 25 de abril, a família, receosa com possíveis atos violentos, vendeu a casa de Lisboa e retornou a Coimbra. Neste retorno, o marido deixou o trabalho nos Comboios e passou a trabalhar como garçom em um restaurante, nas margens esquerdas do Mondego, na freguesia de Santa Clara. Viúva há apenas oito meses, Dona Benedita chora muito ao se lembrar do marido. Atualmente, vive muito próximo da filha, que construiu uma casa no mesmo terreno dos pais. Durante a entrevista, Dona Benedita ainda chorou muito pelo desgosto que sente, pois, segundo narrou, a filha não lhe dá autonomia para gerir a pensão deixada por seu marido. Além de fazer as refeições diárias no Centro, leva suprimentos para o jantar. Aos fins de semana, o Centro leva-lhe as refeições. Faz sua higiene no próprio Centro que, inclusive, trata de sua roupa. Dona Benedita tem apenas uma irmã ainda viva, mas as duas têm pouco contato, pois esta vive em São Paulo, no Brasil.

---

<sup>298</sup> Parque infantil idealizado pelo Doutor Bissaya Barreto, inaugurado em 1940, na freguesia de Santa Clara, em Coimbra.

<sup>299</sup> Freguesia do concelho de Montemor-o-Velho, a aproximadamente 15 km de Coimbra.

- O **Senhor Bento** nasceu em Larçã. Frequentou a escola durante muito pouco tempo, não chegando a concluir sequer um ano. Sempre viveu nesta região; só se afastou da localidade onde nasceu para servir ao exército, em Lisboa. Casou-se e teve uma filha. Antes de se casar, trabalhou na extinta fábrica de cerâmicas de Pampilhosa do Botão, segundo ele próprio, para “fugir do arado”. Aposentou-se como trabalhador da antiga fábrica de cerâmicas CESOL, em Souselas. Hoje, viúvo, vive sozinho, em uma casa de sua propriedade, próxima à casa da filha e do genro. Em consequência da diabete, teve uma das pernas amputadas, fazendo uso de uma prótese e de muletas. Por conta disso, passou a frequentar o Centro, para onde vai diariamente, após o café da manhã, preparado pela filha. Desloca-se para o Centro com o transporte da própria Instituição. Tem uma irmã e um irmão (tinha mais outro irmão, que foi viver no Brasil, a quem o Senhor Bento julga já falecido), mas, agora, com o problema da perna, pouco os vê. Quando necessita se deslocar para alguma outra localidade, recorre à filha e à neta. Consegue usar o banheiro sozinho, mas não consegue tomar banho sem o apoio de alguém; neste caso, é a filha quem o auxilia. Já caiu várias vezes, tanto em casa, quanto nas vias do “Botão”, em razão de problemas cardíacos que o deixavam com pouca oxigenação cerebral.

- O **Senhor Bartolomeu** nasceu no Paço do Botão há 86 anos. Viúvo, tem duas filhas, já casadas. Frequentou a escola até a 3ª classe. Quando criança, ia à escola pela manhã e trabalhava com o gado à tarde. Eram cinco irmãos. Só dois foram até a 4ª classe. Mora com as filhas, os genros e dois netos. Recebe uma pequena aposentadoria, sendo auxiliado financeiramente pelas filhas, a quem já entregou seus bens (possui duas casas em um mesmo terreno. Em cada uma, vivem uma das filhas e a respectiva família – uma, sem filhos, somente com o marido; outra, com o marido e os dois filhos. O pai passa uma semana em cada casa). As casas onde vive são térreas. Cada uma possui três quartos, uma sala, uma cozinha, um banheiro e um quintal pequeno. Não possuem escadas. Possuem água encanada, eletricidade, fogão a gás, aquecimento com lareira à lenha. Ambas as casas possuíam banheira, que foram trocadas, por medidas de segurança, por *box* com ducha. Antigamente, a família possuía criação de animais: ovelhas, porcos e gado bovino. Hoje, só possui a terra. No quintal, há uma horta. O Senhor Bartolomeu gosta de ajudar a cuidar – o faz aos sábados – junto com os genros. Também tem um pequeno pomar, com laranjeiras, figueiras e outras árvores frutíferas. Possui, no quintal, uma esplanada de cimento, com um banco comprido, onde a família costuma ficar, nas tardes e noites de verão. Suas filhas são as responsáveis pela limpeza e organização da casa. As compras ficam a cargo dos genros, que vão de carro próprio a Coimbra ou à Mealhada, onde há uma mercearia. O Senhor Bartolomeu sente-se bem na casa onde vive. Foi lá que construiu sua família e criou as duas filhas. Foi criado na agricultura. Também produzia vinho e vendia a uma cooperativa de Souselas. Quando necessita de serviços de saúde, vai a Coimbra, de carro, com as filhas e genros. Gosta de ir à igreja, pois tem muita fé. Próximo à sua casa, há uma capelinha – Capela Nossa Senhora Conceição – onde são realizadas missas semanais, frequentadas pelo Senhor Bartolomeu. Quando era mais jovem, costumava fazer uso dos transportes coletivos para ir a Coimbra; hoje, com mais dificuldades em se locomover sozinho – usa uma bengala –, apela aos genros, que o levam de automóvel particular. Nunca caiu. Ainda bastante ativo, gosta de trabalhar no quintal e de caminhar pela vizinhança, no verão, sempre de posse de uma enxada e de uma foice, para poder trabalhar na terra. Quando está no Centro, gosta de assistir à televisão. Em casa, assiste à mesma programação assistida pelas filhas e pelos netos.

- **Dona Betânia** nasceu em Vilarinho, uma localidade da vizinha freguesia de Brasfemes, em Coimbra, a menos de seis quilômetros do “Botão”. Frequentou a escola até concluir a 4ª classe. Na véspera dos exames finais, Dona Betânia adoeceu, não podendo prestá-los: “Se eu tivesse meu diploma para apresentar, tinha-me empregado nos Correios, de ajudante de telefonista”. Assim, Dona Betânia foi trabalhar como costureira, a plissar saias para as moças de São João do Campo e de São Silvestre, dois outros territórios rurais de Coimbra. Também foi lavadeira, no Rio Mondego, para, mais tarde, trabalhar em uma fábrica de malhas, em Vilarinho, freguesia do município de Lousã, a cerca de 28 km de distância de Coimbra, de onde recebe sua aposentadoria. Filha do segundo casamento de sua mãe, que já tinha cinco filhos do primeiro marido, do qual enviuvou, ressentida ao falar do pai, que abandonou a família para viver no Brasil. Dona Betânia casou-se aos 23 anos. O casal teve quatro filhos – duas meninas e dois meninos. Viviam na Estrada de Eiras, em Coimbra. Foram para o “Botão” quando nasceu a filha mais velha. Viúva desde 2000, vive com um genro (do qual a filha é divorciada), pois sua casa, que é própria, está com problemas de infiltração que impedem a habitação. Na casa do genro, a sala foi adaptada para servir-lhe como dormitório, já que os quartos ficam no andar superior e Dona Betânia tem dificuldades em acessá-lo. Sente muita falta de sua casa e da vizinhança. Não usa bengala, pois tem medo de se habituar e não conseguir mais andar sem o apoio. Entretanto, já sofreu algumas quedas dentro da própria casa, que possui uma escadaria antiga, de madeira, que, mesmo possuindo corrimão, se apresenta como um risco potencial à mobilidade, pois é bastante escorregadia. Toma banho uma vez por semana no Centro, com auxílio das funcionárias. Faz três refeições no Centro e, à noite, bebe, em casa, uma xícara de leite com mel. Quando precisa se deslocar até Souselas ou ao centro de Coimbra, para atendimento médico, vai com uma das filhas, de automóvel.

Após realizar as entrevistas nos territórios da “Alta” e do “Botão”, passei às entrevistas nos outros dois territórios: “Solum” e “Casal do Lobo”. A realização das entrevistas nestes dois territórios se deu, mais ou menos, de forma simultânea, de acordo com a disponibilidade das pessoas participantes. Em ambos os territórios, recorri a instituições que pudessem me apresentar possíveis participantes, facilitando, assim, minhas intervenções.

Na “Solum”, entrevistei 10 pessoas – oito mulheres e dois homens – com idades entre os 76 e os 96 anos. Sete pessoas foram entrevistadas no CD que frequentavam; três foram entrevistadas em suas próprias residências. Para o acesso a estas três pessoas, contei com a indicação de amigos/as portugueses/as. O quadro a seguir, mostra um pouco do perfil dos/as participantes deste território (Quadro 42).

NOME <sup>300</sup>	IDADE	SEXO	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE	FILHOS	CD/SAD
Sara	76	Mulher	Viúva	Licenciada em Física	3	-
Sílvia	78	Mulher	Casada	4ª Classe	1	CD
Sérgio	84	Homem	Casado	4ª Classe	1	CD
Susana	84	Mulher	Viúva	4ª Classe	3	CD
Soraia	86	Mulher	Viúva	3ª Classe	Não	CD
Simone	86	Mulher	Viúva	Licenciada em Farmácia	1	CD
Salvador	86	Homem	Viúvo	4ª Classe	1	CD
Selma	88	Mulher	Viúva	4ª Classe	2	CD*
Sueli	90	Mulher	Viúva	9º Ano	Não	-
Solange	96	Mulher	Viúva	4ª Classe	1	CD

\* Dona Selma frequenta o CD da Cáritas de Coimbra, entidade sem fins lucrativos que oferece uma série de apoios sociais. A entrevista, entretanto, foi realizada na sua residência.

Quadro 42: Perfil dos/as participantes da "Solum".

Caracterizando as pessoas da "Solum" que se disponibilizaram a participar deste estudo, tal como foi feito com os/as participantes da "Alta" e do "Botão", é possível perceber que, dos quatro territórios tomados para esta investigação, talvez este seja o que apresenta mais contrastes entre os/as participantes.

- **Dona Sara** nasceu no centro de Coimbra, na freguesia da Sé Nova<sup>301</sup>. Aos 10 anos, em 1950, foi morar no Bairro Norton de Matos, à época Marechal Carmona, que mal começava a ser construído: "Passava por todas as covinhas das oliveiras que tinham tirado. Então vinha do Bairro Norton de Matos ali pra Infanta Dona Maria, e vinha a saltar por todas as covas das oliveiras" [Dona Sara conta-me que onde hoje está localizado o bairro da "Solum" era uma quinta, ou seja, uma espécie de fazenda, no português brasileiro: "Onde está a Escola Superior de Educação, vinham praqui os rebanhos da Serra da Estrela"]. Foi morar no edifício onde vive (o terceiro prédio erguido no bairro; um dos únicos que não possuem elevador), em um confortável apartamento térreo cujo acesso é feito por um pequeno lance de escadas, quando se casou, em 1966. Seu marido, licenciado em Direito, trabalhava como técnico no Hospital da Universidade de Coimbra. Tiveram três filhos. Dona Sara trabalhou sempre como professora: primeiro, no Colégio Nossa Senhora da Assunção, em Anadia, concelho do distrito de Aveiro, a pouco mais de 30 km de Coimbra, em seguida, no Liceu José Falcão, à época chamado de Dom João III, para, mais tarde, instalar-se no Liceu Infanta Dona Maria, onde permaneceu até se aposentar. Dona Sara tinha o desejo de ser médica, mas acabou optando por licenciar-se em Físico-química, por achar a medicina incompatível com a vida de família. Desde que ficou viúva, vive só, mas todos os filhos vivem em Coimbra, um, inclusive, morando no edifício ao lado do dela. Dona Sara contou-me que na época em que os filhos eram acadêmicos da

<sup>300</sup> Aqui, como nos demais territórios, os nomes também são fictícios.

<sup>301</sup> Que atualmente integra a União de Freguesias de Coimbra juntamente com as antigas freguesias da Almedina, São Bartolomeu e Santa Cruz.

Universidade, participavam da Estudantina<sup>302</sup>, que reunia mais de vinte rapazes que adentravam pela casa, instalando-se na cozinha para os ensaios. Dois filhos tocavam: um guitarra portuguesa, outro piano, o que rendeu à família muitos almoços regados com concertos. Os netos e netas frequentemente visitam a avó (na tardinha em que nos encontramos, estava lá uma neta que, saída da escola, aguardava os pais). Gosta muito de frequentar os cafés do bairro, para onde vai acompanhada de amigas e antigas colegas (no dia da entrevista, Dona Sara havia acabado de chegar de um café no Centro Comercial Átrium, onde estivera acompanhada de uma amiga de 89 anos). Dona Sara gosta muito do local onde vive. É bastante ativa, gostando de passear pelas ruas do bairro. Ainda dirige o próprio automóvel, mas, quando vai à “Baixa”, prefere fazer uso de transportes públicos, para evitar problemas com os precários espaços de estacionamento que o centro de Coimbra apresenta. Para auxiliá-la nos afazeres domésticos, Dona Sara conta com a ajuda de uma senhora, também já idosa, que a acompanha há muitos anos. Dona Sara elogia o bairro onde vive, com serviços e comércio próximos (embora prefira comprar suas roupas nas lojas da “Baixa”). Reclama, entretanto, da largura das vias da “Solum”, do trânsito intenso e da velocidade com que os automóveis se deslocam pelo bairro, contando-me que seu pai, hoje já falecido, que passou a viver com a filha quando ficou viúvo, já idoso, sofreu um acidente quando tentava atravessar uma das vias do bairro.

- **Dona Sílvia** é esposa do Senhor Sérgio. Ambos frequentam o CD, mas, por problemas neurológicos, Dona Sílvia tem, também, pernoitado no Centro, que funciona, também, como um Lar de Idosos. Tem muita dificuldade em se expressar, tendo participado deste estudo por solicitação própria (para realizar as entrevistas na “Solum”, precisei frequentar o Centro por vários dias. Ao verme entrevistando outros/as frequentadores/as, Dona Sílvia dispôs-se, também, a participar. Ao final de nossa entrevista, agradeceu a oportunidade de falar com alguém, de desabafar). Dona Sílvia confunde-se entre o passado e o presente. Sabe que teve uma vida intensa, que viajou muito ao lado do marido, mas não tem certeza sobre o tipo de trabalho que desenvolvia. Teve três filhos, mas dois faleceram ainda bebês. O único filho, divorciado, vive com os pais. É ele quem assessora o casal, quando este necessita. Dona Sílvia toma muita medicação. Já caiu várias vezes, tanto em casa, quanto na rua.

- O **Senhor Sérgio** é o esposo de Dona Sílvia. Diz-se desquitado da esposa (“Estamos, como dizem os brasileiros, desquitados”), mas, pelo que pude averiguar, os dois estão separados em razão dos problemas neurológicos da esposa, que, atualmente, tem pernoitado no Centro, que, além de prestar atendimento de apoio domiciliário e de centro de dia, também dispõe de dormitórios, oferecendo hospedagem para pessoas idosas: “Enquanto não houver um quarto para mim e para ela, vou para casa à noite e venho de manhã para cá”. Nascido na freguesia de Nogueira, concelho de Bragança<sup>303</sup>, foi viver em Coimbra em 1975. Trabalhou por 22 anos em Angola, então colônia portuguesa, nos Serviços de Segurança Pública. Bastante lúcido e ativo, é ele quem providencia, com o auxílio do filho, as compras para a casa, uma habitação térrea, com quintal e até um pomar – tipologia rara em um território urbano como a “Solum”. Também toma banho – de chuveiro – sem ajuda. A limpeza da casa é feita

---

<sup>302</sup> Nome pelo qual era conhecida a Tuna Académica, um agrupamento musical formado por estudantes da Universidade, fundado em 1888. É um organismo autónomo da Associação Académica de Coimbra. As tunas académicas são uma tradição em Portugal, fazendo parte das atividades extra-muros de várias universidades do país.

<sup>303</sup> Cidade a nordeste de Portugal, quase na divisa com a Espanha, distante, aproximadamente, 290 km de Coimbra.

semanalmente, por uma senhora, paga para este fim. Vai para o Centro com o transporte da Instituição, mas, quando necessita, também faz uso de transportes públicos, que param à porta de sua casa. Apesar de a casa ser térrea, já caiu muitas vezes em casa, escorregando nos tapetes, e no próprio quintal: “Pronto. É assim. Diz que quem vai à água, sempre se molha. É natural. Quando a gente começa a ter uma certa idade, já não tem aquele equilíbrio que deveria ter e a gente cai com facilidade”. Ainda assim, não faz uso do apoio de bengalas. Tal como a maioria das pessoas idosas entrevistadas que viveram na África, lembra com saudades daquele tempo, pois foi lá que viveu sua juventude, se casou e teve seu filho: “Lá era outro mundo. Era outro mundo. Para melhor. Não há ninguém que não diga... que diga mal da Angola.” Também como tantos/as outros/as portugueses/as, o casal e o filho, ainda criança, retornaram a Portugal fugidos dos conflitos do processo de descolonização.

- **Dona Susana** nasceu em Santa Comba Dão<sup>304</sup>. Foi viver em Coimbra quando se casou. Sempre foi dona de casa, nunca tendo trabalhado fora. Teve três filhas. As filhas, já casadas e com seus/suas próprios/as filhos/as, também vivem em Coimbra. Dona Susana, agora viúva, vive só, em um apartamento no andar térreo. Para acessar seu apartamento, é necessário superar um pequeno lance de escadas na entrada do edifício. Passa os dias da semana no Centro, pra onde vai pela manhã, retornando à casa à tarde, sempre no transporte da Instituição. Uma das filhas visita a mãe todas as noites, auxiliando-a no preparo do jantar. Um dos genros assessora Dona Susana nas compras da casa e a acompanha nos serviços médicos, quando necessita. A limpeza da casa é feita aos fins de semana, pelas filhas. Embora não faça uso de bengalas ou outro tipo de apoio mecânico, sente dificuldades em se deslocar sozinha: “Já não consigo andar na rua muito bem, porque doem minhas pernas”. Também já teve várias quedas em casa: “Às vezes caio, nem sei como”.

- **Dona Soraia** nasceu em Trancoso, concelho do distrito de Guarda, a cerca de 150 km de Coimbra. Estudou até a 3ª classe, pois o pai não aprovava o estudo das meninas. Ainda jovem, foi viver em Angola, junto dos irmãos que lá estavam. Permaneceu naquele país por 10 anos, retornando a Portugal em 1975, no período da descolonização. Como tantos/as portugueses/as que lá viviam, Dona Soraia presenciou muita violência. A volta para Portugal demorou três meses, período em que passou fome e sede, pois teve de atravessar a selva até a África do Sul para só então seguir para o seu país. Na chegada, trabalhou como empregada de mesa em um restaurante na “Baixa”. Alugou a casa onde vive até hoje, no “coração” da “Solum”, próximo ao atual “Alma Shopping”: “Tenho ali tudo. Tenho ali tudo. Tá aqui o Pingo Doce... Tá o Jumbo em frente de mim [referindo-se a dois supermercados próximos à sua residência]. Farmácia eu vou todos os dias, eu vou tirar a tensão [medir a pressão arterial]. É só atravessar a estrada que é mesmo em frente à farmácia. É um sítio muito bom. Os táxis estão logo ali, quando a gente precisa. Logo, logo”. A casa carecia de reparos. Com a ajuda de amigos/as, que lhe emprestaram dinheiro, Dona Soraia reformou a casa e passou a receber hóspedes, que lhe garantiram o pagamento das dívidas. Casou-se com um militar. O casal não teve filhos. Seu marido adquiriu cirrose e, tempos depois, foi acometido por um AVC. Dona Soraia cuidou do marido, com a ajuda da Cáritas de Coimbra, nos quatro anos que antecederam sua morte. Hoje, recebe uma pensão satisfatória do marido, que lhe garante o pagamento do CD

---

<sup>304</sup> Concelho do distrito de Viseu, a uma distância de aproximadamente 54 km de Coimbra.

e uma vida que considera confortável, com recursos para ajudar as irmãs e os/as sobrinhos/as, em qualquer eventualidade. Tem duas irmãs ainda vivas. Uma vive no Porto e a outra num lar de idosos na Guarda. Dona Soraia é bastante autônoma e ativa. Todos os dias da semana, após o café da manhã, que toma na sua própria casa, desloca-se a pé até o Centro, que passou a frequentar após o falecimento de um irmão, que a deixou muito deprimida. Lá, passa o dia, almoça e toma o lanche da tarde, antes de retornar para casa. À noite, prepara o próprio jantar. Também é ela quem cuida da casa, sem necessitar de ajuda: “Eu faço a sopa, arrumo o meu quarto, limpo a casa de banho e faço, lá, as minhas coisinhas de casa. Faço-as eu”. Embora não tenha tido filhos/as, Dona Soraia valoriza muito a sua família. Sempre, quando pode, vai visitar as irmãs e os/as sobrinhos/as, deslocando-se, sozinha, ou de trem, ou de ônibus para as localidades onde residem.

- **Dona Simone** nasceu em Oliveira do Hospital, concelho do distrito de Coimbra, a aproximadamente 80 km de distância do concelho de Coimbra. Casou-se e foi viver em Coimbra. O marido era funcionário dos Correios; ela, farmacêutica, trabalhou por muitos anos na Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra, de onde recebe sua aposentadoria. O casal teve apenas um filho. Atualmente viúva, Dona Simone vive com o filho, que é solteiro, em uma casa no que é conhecido como “Bairro dos Enfermeiros”. A casa possui alguns degraus de difícil acesso para Dona Simone. Embora tenha uma prótese da cabeça do fêmur em uma das pernas – resultado de uma queda dentro de casa, que a obrigou, primeiro, a usar andador e, em seguida muletas – é bastante independente, andando sozinha, quando necessário, com o apoio de uma bengala (“Se meu filho puder acompanhar, vai. Se não, eu tenho de ir sozinha” – referindo-se às vezes que necessita ir aos serviços de saúde), e preparando o próprio jantar. Quando não pode ser conduzida pelo filho, que agora é quem dirige o carro da família (Dona Simone conduzia, mas deixou de fazê-lo em razão dos problemas físicos: a prótese na perna e os tremores com os quais convive), toma um táxi ou mesmo um ônibus para chegar ao destino. Sua casa está localizada em um ponto no bairro com bons acessos a transportes públicos e táxis. Gosta muito da localidade onde vive, pois conhece a vizinhança, todos/as proprietários/as das casas onde residem, a maioria desde o tempo em que o bairro foi construído. Quando está em casa, gosta de assistir televisão e de ler, embora, como ela própria relata, às vezes falta-lhe “um pouco de paciência”. A impressão que teve, ao conversar com Dona Sílvia, é que ela se sente deslocada no Centro. O tipo de atividade ali desenvolvido não desperta o interesse de Dona Sílvia, que teve, quando mais jovem, uma vida acadêmica e profissional bastante diferenciada dos/as outros/as frequentadores/as do Centro.

- **O Senhor Salvador** nasceu em uma aldeia de Covilhã, concelho do distrito de Castelo Branco, a uma distância aproximada de 190 km de Coimbra. Ao ficar viúvo, há seis anos, foi morar com a única filha em Coimbra (teve um filho, que faleceu ainda bebê, vítima de meningite). Em Covilhã, o Senhor Salvador trabalhou na agricultura para, mais tarde, trabalhar como mineiro na Mina da Panasqueira, uma das maiores produtoras de volfrâmio da Europa, de onde se aposentou. Ao se aposentar, voltou a trabalhar na agricultura, em uma terra que comprou em sua aldeia. Quando foi viver em Coimbra, vendeu um pedaço da terra; o outro, deixou aos cuidados de um cunhado, irmão de sua esposa. Para que não ficar sozinho em casa – um apartamento no segundo andar, em um edifício com elevador –, onde moram somente o pai e a filha – que é divorciada e cujo filho foi trabalhar em Pequim, na China –, o Senhor Salvador passou a frequentar o Centro, para onde vai pela hora do almoço, retornando à casa à

tardinha. Bastante ativo, faz este percurso diário sempre a pé, com exceção dos dias de chuva: nestes dias, ou sua filha o transporta, em carro próprio, ou ele mesmo toma um ônibus até o Centro. A filha também se responsabiliza pelas compras, manutenção e limpeza da casa. Bem disposto, gosta de beber uma taça de vinho tinto ao jantar: “E aqui, o almoço é com água, para não ter que andar com um garrafão de vinho”. Gosta de andar pela cidade, de ir aos cafés bebericar uma taça de vinho ou um copo de *whiskey*, de vez em quando (o café faz-lhe mal). Gosta de viver em Coimbra, onde se distrai com o movimento.

- **Dona Selma** nasceu em Pisão, uma aldeia da freguesia de Côja, no concelho de Arganil, distante a aproximadamente 60 km de Coimbra. Viveu 35 anos na África, na antiga cidade de Lourenço Marques, hoje Maputo, em Moçambique, para onde foi viver ainda muito jovem, na companhia de seus pais. Casou-se lá e lá teve duas filhas. Retornou a Portugal, para as filhas estudarem, já em 1974, ano em que se desenrolou a Revolução dos Cravos, que resultou na democratização do país. Ainda solteira, trabalhou em uma loja de tecidos, em Moçambique. Já casada, dedicou-se aos labores domésticos (o marido era dono de um escritório, que vendia produtos de atacado para várias lojas, na África). Vive no apartamento onde até hoje mora desde seu retorno ao país (ficou um ano na aldeia natal do marido, em Santa Comba Dão, à espera da conclusão do edifício). É um apartamento espaçoso, no 1º andar de um dos mais antigos edifícios da Solum. O edifício possui elevador, facilitando os deslocamentos. Hoje viúva, Dona Selma compartilha o apartamento com uma das filhas e o genro [a outra filha também mora no bairro; pode-se ver o edifício do apartamento de Dona Selma]. Passou a frequentar as Cáritas de Coimbra, que oferece serviços de CD, a pedido das filhas, que se preocupam em deixá-la só em casa. Lá realiza várias atividades. No dia em que a entrevistei, havia feito um passeio ao cinema, acompanhada das/os colegas e funcionárias do CD. Apesar de bastante ativa, não faz mais uso de transportes públicos e só sai acompanhada, geralmente por uma das filhas. Já caiu várias vezes, em casa e na rua [em uma das quedas, na “Baixa”, foi auxiliada a tomar um táxi, com o qual se deslocou, sozinha – sem o conhecimento das filhas – até o hospital]. Preciso fazer uma cirurgia em um dos joelhos e na anca, em razão de quedas. Quando mais nova, era ela a responsável pelas compras da casa e pelo preparo das refeições [Dona Selma faz as demais refeições no CD]. Hoje, a filha faz as compras e o genro prepara o jantar. Passa o Natal e as festas anuais junto das filhas, dos genros e do único neto. Nos verões, quando a família viaja para a praia, Dona Selma fica em Coimbra, pernoitando na Cáritas, que também oferecem hospedagem. Quando mais jovem, gostava de fazer artesanatos de crochê. Gosta muito de ler [faz uso de óculos]. Dona Selma tem uma irmã, 15 anos mais nova, que vive na Cidade do Cabo, e que a visita com frequência [estava em visita, quando da realização da entrevista]. Muito bem de saúde, toma apenas um medicamento para dormir: “Às vezes não durmo porque vem-me à ideia isso ou aquilo”.

- **Dona Sueli** nasceu na zona do Calhabé, bairro que deu origem à “Solum”. Seus pais eram da Lousã, um concelho próximo a Coimbra, pertencente ao mesmo distrito. Frequentou até o 9º ano. Seu desejo de licenciar-se em História foi contrariado pela família: “Naquela altura as meninas quase não iam pra Universidade. Era uma coisa...”. Assim, sempre trabalhou como dona de casa. Casou-se aos 22 anos. Seu marido era professor particular de matemática (no apartamento onde vive sozinha, ainda preserva intacto o escritório onde o marido atendia os alunos). O casal nunca conseguiu ter filhos. O apartamento onde Dona Sueli vive fica muito próximo à Igreja de São José, da qual é devota. Muito ativa, ainda hoje realiza trabalhos voluntários para a Igreja (sua sala



estava rodeada de livros religiosos e orações. No quarto, guarda a imagem de um Menino Jesus na manjedoura, ao lado da foto do marido, e da Rainha Santa, que fez questão de me mostrar). Filha única, tem uma prima, que viveu muito tempo consigo na casa dos pais, que considera como irmã. Apesar da idade avançada, ela própria gosta de realizar os afazeres domésticos. Seu apartamento, no andar térreo, mas cujo acesso é feito por cinco degraus externos ao edifício, possui quatro quartos e, quando da minha visita, estava impecavelmente limpo e arrumado. Almoça sempre em um café próximo da sua casa, para onde vai a pé, fazendo uso de uma bengala.

- **Dona Solange** nasceu em Cartaxo, concelho do distrito de Santarém, a aproximadamente 150 km de distância de Coimbra. Assim que se casou, foi viver em Aveiro, onde o marido trabalhava em uma companhia de seguros. Lá o casal teve dois filhos: um menino e uma menina. A família ficou lá até o marido adoecer, indo viver em Coimbra, na freguesia de Santa Clara, na margem esquerda do Rio Mondego, onde o casal permaneceu por 47 anos. Viúva há nove anos, Dona Solange foi viver no mesmo prédio onde a filha e uma das netas moram, no núcleo central da “Solum”, próximo à Escola Secundária Infanta Dona Maria: “Ela mora no terceiro andar e eu vim ficar embaixo. Mas ela não me faz companhia nenhuma. Fico muito sozinha”. A neta vive no segundo andar do mesmo prédio. O prédio não tem elevador, o que dificulta à Dona Solange fazer visitas à filha e à neta. Apesar de viver em um local nobre da cidade, com bons acessos a serviços e produtos, Dona Solange não gosta deste território: “Gostava mais de estar ali onde eu vivi 47 anos, em Santa Clara. Minha casa tinha um grande quintal”. Frequenta o Centro durante os dias da semana. À noite, a filha leva-lhe o jantar. Quem cuida da casa e da sua roupa é a empregada da filha. As compras da casa são feitas pela filha ou pelo filho, que vive em Santa Clara. Apesar de tomar vários medicamentos, já que tem problemas cardíacos, diabete e já teve um acidente vascular cerebral, Dona Solange é bastante disposta. Não caminha tanto quanto antes, mas gosta de ir até a casa de uma vizinha, da qual é amiga, e de visitar as lojas dos chineses<sup>305</sup>. Prefere ir até o Centro de transportes públicos, que passam à porta de seu prédio, deixando-a praticamente em frente ao seu destino, a usar o transporte oferecido pela Instituição, pois este obriga-a a acordar-se muito cedo. Consegue tomar banho sem ajuda, mas já caiu durante o banho. Também teve outras quedas dentro da própria casa e também no Centro, mas não faz uso de nenhum apoio mecânico.

As entrevistas no “Casal do Lobo” foram realizadas de uma forma um tanto peculiar. Para acessar possíveis participantes, contei com o apoio de uma instituição que oferece atividades de tempos livres a pessoas idosas de várias localidades da cidade, entre elas, o “Casal do Lobo”. As atividades neste território incluem aprendizado básico de informática e hidroginástica<sup>306</sup>. Foi em uma das aulas de informática, realizadas no prédio onde antes funcionava a escola, que, mediada pela Educadora Social da Instituição, entrei em contato com a maioria das pessoas deste território que concordaram em participar deste estudo. Também recebi o apoio de uma instituição, sediada em São Paulo de Frades, localidade próxima ao “Casal do Lobo”,

---

<sup>305</sup> Há várias lojas chinesas em Portugal — estima-se que, atualmente, existam cerca de seis mil, espalhadas pelo país. São lojas que vendem todo tipo de produtos: artigos para casa, eletrônicos, elétricos, armarinhos, material escolar, roupas, acessórios, sapatos, cosméticos... Pela variedade oferecida, muitas pessoas, incluindo pessoas idosas, gostam de frequentar estas lojas, seja para realizar compras, seja para passear.

<sup>306</sup> As atividades são realizadas na Piscina Municipal de Celas. As pessoas participantes de outras localidades, incluindo as provenientes do “Casal do Lobo”, são transportadas pela Instituição promotora.

que oferece SAD e CD, atendendo às pessoas das localidades vizinhas<sup>307</sup>. Nesta Instituição, pude contatar com um casal, que vive no “Casal do Lobo”, que se dispuseram a participar desta investigação.

A peculiaridade mencionada no início do parágrafo anterior, no entanto, não se refere aos apoios institucionais recebidos que, de uma maneira ou de outra, se assemelham ao que ocorreu nos demais territórios. Refere-se, entretanto, à forma como grande parte das entrevistas foi realizada: em duplas. Como as pessoas contatadas estavam reticentes em participar da pesquisa, combinamos que as entrevistas poderiam ser realizadas em dupla, de forma concomitante, como uma conversa quase informal, em um local que fosse escolhido pelos/as próprios/as participantes. Este local foi o Café da localidade, muito frequentado pelos/as seus/suas moradores/as<sup>308</sup>.

Foi neste território que consegui um maior equilíbrio entre participantes homens e mulheres: cinco participantes de cada um dos sexos, totalizando 10 participantes, como mostra o quadro a seguir.

NOME <sup>309</sup>	IDADE	SEXO	ESTADO CIVIL	ESCOLARIDADE	FILHOS	CD/SAD/ATL*
Camila	65	Mulher	Casada	4ª Classe	3 (1 falecido)	ATL
Cláudio	65	Homem	Casado	4ª Classe	2	ATL
Catarina	66	Mulher	Casada	4ª Classe	2 (1 falecido)	ATL
César	67	Homem	Casado	4ª Classe	3 (1 falecido)	ATL
Cristina	68	Mulher	Casada	3ª Classe	3	-
Cássio	68	Homem	Casado	4ª Classe	3	-
Cecília	70	Mulher	Casada	3ª Classe	3	ATL
Cora	79	Mulher	Casada	4ª Classe	1	CD
Cícero	79	Homem	Casado	4ª Classe	1	CD
Caetano	79	Homem	Casado	4ª Classe	2	ATL

\* ATL - Atividades de Tempos Livres.

Quadro 43: Perfil dos/as participantes do "Casal do Lobo".

Seguindo um pouco a lógica das entrevistas neste território, muitas vezes realizadas em duplas, farei a apresentação dos/as participantes também em duplas, caso a entrevista tenha sido realizada nesta modalidade<sup>310</sup>.

<sup>307</sup> Curiosamente, nesta instituição também funciona uma creche (ou infantário), o que promove interessantes e importantes encontros geracionais entre as crianças e as pessoas idosas.

<sup>308</sup> As exceções foram o casal atendido pelo CD de São Paulo de Frades, entrevistado no próprio Centro; e o Senhor Cássio, esposo de Dona Cristina, a quem entrevistei em sua própria casa.

<sup>309</sup> Mais uma vez, lembro que os nomes dos/as participantes foram trocados por nomes fictícios, na intenção de proteger suas identidades.

<sup>310</sup> A única entrevista deste território que realizei individualmente foi com Dona Cristina.

- **Dona Camila** e o **Senhor César** são casados há mais de 40 anos. O **Senhor César** nasceu no Tovim, bairro pertencente à freguesia de Santo António dos Olivais, em Coimbra. Foi para o “Casal do Lobo” quando se casou [Dona Camila é nativa deste território]. Hoje aposentado, trabalhou por muitos anos como funcionário da Faculdade de Ciências da Universidade de Coimbra. Anterior ao seu ingresso como funcionário da Universidade, trabalhou por 10 anos na área da construção civil [também tem formação em carpintaria e em encadernação – este último serviço ainda é realizado por ele, como uma espécie de *hobby* – aliás, ofereceu-se, gentilmente, para encadernar, de forma tradicional, com páginas costuradas à mão e letras de ouro na lombada, esta tese. Também já ministrou oficinas de encadernação para os/as professores/as da Escola Básica Silva Gaio, localizada em Santa Clara, nas margens esquerdas do Mondego]. Pelo Exército Português, onde prestou o serviço militar obrigatório, foi, ainda solteiro, para Moçambique, onde ficou por três anos, lutando durante o processo de descolonização e trabalhando na abertura de estradas. **Dona Camila** também era funcionária da Universidade de Coimbra, tendo trabalhado na Faculdade de Medicina, de onde se aposentou. O casal teve três filhos: um deles, já falecido, vivia com os pais; outro vive em Angola; e o último vive em Lisboa. Ambos são casados e têm filhos/as. No “Casal do Lobo”, vive em um sítio (em Portugal chamado de quinta), onde, ainda hoje, apesar das dificuldades de locomoção do Senhor César [sofreu uma cirurgia na coluna e, dois meses depois, foi vítima de um AVC, necessitando do apoio de uma bengala], gosta de trabalhar na terra, onde cultiva produtos para o consumo da família. O casal é o responsável pelas compras e manutenção da casa. Para os deslocamentos, fazem uso de automóvel próprio, conduzido ora pelo Senhor César, ora por Dona Camila. O casal também gosta de passar as temporadas de verão no Algarve, para onde também vão de automóvel. A casa onde o casal vive foi construída pelo próprio Senhor César. É uma casa térrea, mas possui o que chamam de “águas furtadas”, com um andar superior cujo acesso é feito por escadas internas. Mesmo necessitando do auxílio de bengala, o local da casa mais aprazível ao casal é a “sala da lareira”, como chamam, onde gostam de assistir televisão [os filmes antigos, de *cowboy*, são os preferidos do Senhor César], ler um livro ou ficar ao computador. A parte inferior da casa foi adaptada para o filho, já falecido, que, acometido de uma doença degenerativa, fazia uso de cadeira de rodas. O casal sofre muito pela perda deste filho, que faleceu aos 25 anos. Dona Camila é quem faz a limpeza da casa e prepara as refeições. Os natais e as demais comemorações festivas são passados/as na casa do filho, em Lisboa. Ambos são muito ativos. Frequentam as aulas de informática, ministradas no prédio da antiga escola de “Casal do Lobo” [os dois já colocam em prática o aprendizado, comunicando-se frequentemente com o filho, a nora e a neta que estão em Angola]. Dona Camila ainda participa do rancho folclórico<sup>311</sup> em Cova do Ouro, localidade próxima ao “Casal do Lobo”, onde faz parte de um coral e participa da etnografia, como vendedora de frutas [por conta da participação de Dona Camila no rancho, o casal viajou até a República Tcheca. Também, por conta própria, já viajaram à Áustria, à França, à Espanha e à Itália]. Católicos, gostam de participar das missas, tanto na Capela do “Casal do Lobo”, quanto “em Coimbra”, nas igrejas de Santa Cruz, de Santa Justa e da Rainha Santa, onde se casaram. Gostam muito da localidade onde vivem; reclamam apenas da pouca frequência dos transportes públicos e da falta de calçamento adequado em algumas vias [a rua onde vivem é coberta por pedras] e da falta de calçadas para pedestres, o que impede o casal de realizar as caminhadas de que tanto gostavam, antes de o Senhor César ter os problemas de saúde.

---

<sup>311</sup> Grupo que preserva, através da música, da dança e da reprodução de costumes (etnografia), o patrimônio do país. Estes grupos são bastante comuns em Portugal, sendo uma ótima forma de integração intra e intergeracional.

- **Senhor Cláudio e Senhor Caetano:** O **Senhor Cláudio** nasceu no Vale Formoso, uma antiga freguesia do concelho de Covilhã, na Serra da Estrela, a uma distância aproximada de Coimbra de 180 km. Após viver alguns anos na capital angolana, para onde foi aos 15 anos para trabalhar com um tio, lá instalado, e de onde retornou em 1975, foi, no ano seguinte, viver em Coimbra. Ainda jovem, aos 30 anos, já casado, estabeleceu-se no “Casal do Lobo”, onde construiu sua casa e consolidou sua família. Tanto em Portugal, quanto na África, trabalhou sempre no comércio [na África, trabalhou no que chama de “comércio de selva”: armazéns que vendiam e trocavam todo tipo de produto, desde produtos alimentícios, até vestimentas e ferramentas]. Após retornar da África, começou a trabalhar como motorista de caminhão de transportes de carga, função da qual recebe uma aposentadoria. Com ele, atualmente, vivem a esposa, as duas filhas, um genro e um neto [a família da filha casada vive no andar de baixo]. A esposa também é aposentada, sendo o casal responsável pelas compras da casa, quase sempre feitas no supermercado, mais para o centro de Coimbra, para onde se deslocam em carro próprio, conduzido por ele. Antigamente, costumavam descer à zona urbana da cidade de transportes públicos; hoje, só se deslocam de automóvel. A casa onde a família vive é um sobrado, mas as escadas que dão acesso à parte ocupada pelo Senhor Cláudio, a esposa e a filha solteira são superadas, com certa facilidade, por toda a família. O **Senhor Caetano** é natural do Porto, tendo se instalado em Coimbra em 1979, após seu retorno de Angola, país onde permaneceu por vinte anos, tendo lá se casado [conheceu sua esposa, portuguesa, no Porto; ainda noivos, encontraram-se em Angola para efetivarem o casamento] e constituído sua família, com as três filhas nascidas em Angola. Na África, trabalhou no comércio e como joalheiro. Retornado a Portugal, trabalhou no comércio de autopeças, de onde recebe sua aposentadoria. Desde o seu retorno, vive com sua esposa [uma das filhas vive no Porto, outra no Soure – ambos concelhos de Portugal – e outra em Luxemburgo] no “Casal do Lobo”, alugando o segundo andar de uma casa assobradada. O acesso à sua casa é feito por escadas. As compras e a manutenção da casa são feitas pelo próprio casal, que possui automóvel próprio, conduzido pelo Senhor Caetano: “Enquanto eu tiver, graças a Deus, reflexos... Se não, não conduzo mais, não me arrisco”. O Senhor Caetano gosta do local onde vive, que considera mais tranquilo que as centralidades da cidade, e onde os vizinhos todos se conhecem e se ajudam, quando necessário, cuidando da segurança do território [em meus primeiros contatos com este território, percebi a desconfiança de seus moradores. Mais tarde, vim a saber que, por motivo de segurança, desconfiam das pessoas estranhas ao território, até conhecerem os motivos da visita e as intenções do/a visitante. Quando fui apresentada, pela Educadora Social, aos/às possíveis participantes deste território, o Senhor Caetano mencionou já ter me avistado, anteriormente, durante minhas caminhadas pelas vias do “Casal do Lobo”, na tentativa de conhecer melhor o território.]. Apesar de quase não utilizar transportes públicos, o Senhor Caetano reclama da pouca frequência dos mesmos da localidade onde vivem ao centro e vice-versa [pude constatar este problema. Após a realização destas duas entrevistas, dirigi-me à parada<sup>312</sup> para tomar o ônibus<sup>313</sup> rumo ao centro da cidade, de onde dirigiria-me ao “meu território” em Coimbra, a zona da freguesia de Santa Clara. A demora foi tanta que o Senhor Caetano teve tempo de ir à sua casa e apanhar sua esposa para irem juntos tomar uma vacina no Centro de Saúde de Celas. Ao ver-me aguardando o ônibus,

---

<sup>312</sup> Paragem, no português europeu.

<sup>313</sup> Autocarro, no português europeu.

muito gentilmente ofereceu-me uma carona<sup>314</sup>, aceita por mim, que pude desfrutar mais um pouquinho de sua companhia e conhecer brevemente sua esposa, que me contou sobre as dificuldades de, quando do retorno da família a Portugal, se adaptar ao território do “Casal do Lobo”, mais rural e provinciano do que Luanda, à época uma cidade muito progressista, quase uma metrópole].

- **Dona Cecília e Dona Catarina** são irmãs. As duas nasceram no Roxo, uma aldeia da freguesia de Lorvão, concelho de Penacova, uma zona serrana com maior altitude, distante pouco mais de 6 km do “Casal do Lobo”<sup>315</sup>. **Dona Cecília** trabalhou desde muito cedo: primeiro, como empregada doméstica em casas de família, depois, na fábrica de trajes masculinos Santix, localizada próxima, em Vale de Canas. Vive no “Casal do Lobo” há mais de 50 anos, quando se casou. Teve três filhos que lhe deram três netos e uma neta. Hoje, vive acompanhada do marido e, eventualmente, de uma das filhas [os outros filhos, netos e netas vivem na Lousã, a pouco menos de 30 km de distância de Coimbra, deslocando-se diariamente até Coimbra, onde trabalham e estudam. Esta filha permanece os dias de semana junto ao pai e à mãe, retornando à Lousã aos fins de semana]. Dona Cecília é muito ativa. Frequenta as atividades de ginástica e de informática, ministradas na antiga escola do “Casal do Lobo”. Também é a responsável pela limpeza e manutenção da casa onde vive, uma casa que chama de térrea, mas que acompanha os desníveis do terreno, sendo necessário, para acessá-la, descer 15 degraus: “Não temos ordenado para pagar à uma mulher [referindo-se a alguém que possa prestar serviços de faxina]. Mas agora é só passar um pano. Não andamos mais de joelhos como antigamente”. As filhas são as responsáveis pelas compras da casa, ajudando, também, financeiramente os pais. Como o casal não possui carro próprio, utilizam com frequência os transportes urbanos, principalmente quando vão aos serviços de saúde, no bairro urbano de Celas. Dona Cecília já foi freguesa do café, que também funciona como um armazém, oferecendo produtos e mantimentos. Como as filhas passaram a trazer mantimentos da zona urbana da cidade, comprados em grandes mercados que podem oferecer preços mais apetecíveis, deixou de realizar grandes compras ali, comprando apenas o necessário para suprir demandas pequenas e mais urgentes. Ao contrário de alguns/algumas participantes deste território, as duas irmãs não reclamam da frequência dos transportes: “A gente já sabe mais ou menos os horários e a gente já calcula o tempo”, diz Dona Cecília. Dona Catarina completa: “Até nem estamos muito mal de transportes. Só aos sábados ou domingos que é pior. Também é pouca gente que vai aos domingos lá pra baixo [referindo-se às zonas mais urbanas e centrais da cidade]”. **Dona Catarina** foi viver no “Casal do Lobo” aos 13 anos, para trabalhar como doméstica na casa de uma família. Casou-se e permaneceu na localidade. Teve um filho e uma filha. O filho faleceu, ainda muito jovem, vítima de um acidente automobilístico. Dona Catarina trabalhou muitos anos em uma casa de cerâmicas [na casa onde vive<sup>316</sup>, pode-se ver parte de seu trabalho, nas paredes azulejadas e no piso cerâmico que reveste quase toda a casa], de onde se aposentou. A filha vive na França, com o marido e dois filhos. Dona Catarina vive com seu marido e um neto adolescente, que não

---

<sup>314</sup> Boleia, no português europeu.

<sup>315</sup> As grandes altitudes da terra natal, com elevações superiores a 400 metros (Cordeiro *et al.*, 2007), faz com que tanto Dona Cecília quanto Dona Catarina refiram-se ao “Casal do Lobo” como uma “zona baixa”, embora sua altitude de 252 metros, segundo dados do Falling Rain Software ([http://www.fallingrain.com/world/PO/07/Casal\\_do\\_Lobo.html](http://www.fallingrain.com/world/PO/07/Casal_do_Lobo.html)) seja considerada bastante alta, principalmente em relação a outros territórios de Coimbra.

<sup>316</sup> Apesar de a entrevista com Dona Catarina ter sido realizada no Café, visitei sua casa, acompanhada de outra das participantes, Dona Cristina, que, por coincidência, era sogra do filho falecido de Dona Catarina.

se adaptou à França, preferindo viver com os avós. A casa onde vivem fica abaixo do nível da rua. Para acessá-la, é necessário descer vários degraus. O pátio também é em desnível, acompanhando o terreno. Por enquanto, a família não tem dificuldades no acesso à casa, mas, como diz: “Por enquanto não preciso usar bengalas, mas não sei se vai tardar muito a usá-las”. Apesar de ter uma prótese em uma das pernas e de ter sofrido recentemente uma embolia pulmonar, Dona Catarina é bastante ativa. Quando cheguei à sua casa, acompanhada de Dona Cristina, Dona Catarina estava trabalhando, sozinha, na limpeza da casa. Ela e o marido são os responsáveis pelas compras e manutenção da casa. Para isso, costumam se deslocar às zonas urbanas e centrais de Coimbra de carro próprio, dirigido pelo seu marido. Mesmo possuindo carro próprio, Dona Catarina, para não depender muito do marido e para economizar, utiliza muito os transportes públicos. Também já foi várias vezes à França, visitar a filha e os netos. Nessas viagens, costuma se deslocar de ônibus internacional, ou caminhoneta, como comumente é chamado em Portugal.

- **Dona Cristina** estava no Café quando entrevistava Dona Camila e o Senhor César. Após as entrevistas com o casal, Dona Cristina aproximou-se da mesa onde eu estava e, voluntariamente, pediu para participar da pesquisa. Conversamos, então, por mais de uma hora. Após este tempo, fez questão de levar-me até sua casa, a cerca de duas quadras do Café, e de apresentar-me ao seu marido, o Senhor Cássio, que também dispôs-se a participar do estudo. Dona Cristina nasceu no “Casal do Lobo”, mas aos quatro anos foi viver na Estrada de Vale de Linhares, localidade muito próxima ao “Casal do Lobo”, pertencente à freguesia de Santo António dos Olivais, retornando ao “Casal de Lobos” aos nove anos. Trabalhou alguns anos como empregada doméstica, indo, mais tarde, trabalhar em uma fábrica de roupas íntimas, no Calhabé e, a seguir, na fábrica Santix. Casou-se aos 20 anos. Dias após nascer-lhe a primeira filha, o marido foi servir na África. Para receber os subsídios enviados pelo marido, deixou de trabalhar. Dessa forma, não recebia aposentadoria própria, pois o tempo trabalhado não havia sido contabilizado pela Previdência Social<sup>317</sup> [mais tarde, passou a receber uma pensão por invalidez, em razão de problemas psiquiátricos que a incapacitaram ao trabalho]. Quando o marido retornou da África, o casal teve mais uma filha e um filho. Atualmente, a filha mais velha vive em Abelheira, uma pequena localidade da freguesia de Lourinhã, no concelho de Oliveira de Azeméis, a uma distância aproximada de 84 km de Coimbra; a filha do meio, viúva do filho de Dona Catarina, vive em Lordemão, uma localidade das freguesias de Santo António dos Olivais e de São Paulo de Frades, em Coimbra; e o filho, embora tenha a família no Marmeleiro, localidade muito próxima do “Botão”, vive na França. Dona Cristina teve problemas psiquiátricos, tendo sido internada no Hospital Psiquiátrico Sobral Cid, onde foi submetida a tratamentos com eletrochoque e fortes medicamentos que deixaram sequelas. Anda com auxílio de bengala, pois perde o equilíbrio com frequência [já perdeu a conta dos acidentes com quedas que teve, tanto na rua, quanto em casa]. Vivendo com o marido em uma casa com dois pisos, com escadarias externas e internas, Dona Cristina recorre ao auxílio da filha que vive em Coimbra e do esposo: “Mas com certeza, hoje ou amanhã, tenho de fazer da sala quarto. E vamos desmanchar a banheira, porque eu não posso lá entrar”. Para se deslocar até a zona central de Coimbra, Dona Cecília geralmente faz uso de automóvel próprio da família, conduzido pelo marido. Entretanto, às vezes, quando se sente melhor, faz uso de transportes públicos: “As minhas filhas não querem, e eu também já não me está a querer, porque eu ando a cair outra vez muito”.

---

<sup>317</sup> Dona Cristina lembra que os serviços de previdência social rural eram realizados pelas “Casas do Povo”, criadas, durante o regime do Estado Novo, pelo Decreto Lei Nº 23.051, de 23 de setembro de 1933.

- **O Senhor Cássio**, marido de Dona Cristina, sempre viveu no “Casal do Lobo”. Trabalhou na Guarda Nacional Republicana, de onde hoje recebe sua aposentadoria. Antes, logo após seu casamento, foi viver na África, atendendo aos serviços obrigatórios do exército. A casa onde vive com a esposa – uma casa espaçosa e confortável, de dois pisos – foi construída por ele, com a ajuda de vizinhos e familiares. Ainda muito ativo, é ele, com o auxílio da filha que vive em Coimbra, o responsável pelas lides da casa, já que a esposa tem problemas de saúde que a incapacitam a assumir esta responsabilidade. O Senhor Cássio gosta muito de mecânica automobilística. Possui dois automóveis e faz dos seus reparos um passatempo [quando cheguei à sua casa, o Senhor Cássio estava envolvido com reparos em um dos carros]. Quando o casal necessita se deslocar até o centro da cidade, geralmente o faz com um dos automóveis, sempre conduzido por ele, que também é responsável pelas compras e manutenção da casa. Gosta muito do território onde vive, visitando com frequência o Café, onde vai beber um vinho e conversar com os amigos. Além de seu núcleo familiar, constituído a partir de seu casamento com Dona Cristina, o Senhor Cássio ainda tem uma irmã, que pouco vê. A mãe, de 95 anos, faleceu recentemente.

- **Dona Cora e o Senhor Cícero** são o casal que entrevistei no CD de São Paulo de Frades. Embora esposa e esposo tenham se oferecido para participar do estudo, devido às condições do Senhor Cícero (que fala com alguma dificuldade), foi a Dona Cora quem mais conversou durante a entrevista. Os dois nasceram no Dianteiro, localidade próxima ao “Casal do Lobo”, onde se conheceram – eram vizinhos – e passaram a maior parte de suas vidas. Passaram a residir neste território – o “Casal do Lobo” –, na casa da única filha, quando o Senhor Cícero foi acometido por um AVC (tem diabetes há mais de 30 anos). Agora, vivem juntos Dona Cora, o Senhor Cícero, a filha, o genro e mais dois netos. As condições de saúde dos pais (os dois usam bengalas, pois Dona Cora tem problemas ósseos e falta de equilíbrio, e o Senhor Cícero), fizeram com que a filha optasse em inscrevê-los no CD, onde permanecem durante o dia e fazem as principais refeições. Dona Cora já caiu algumas vezes, tanto em casa, quanto na rua. Contou-me sobre uma queda que teve no terreno de sua casa, que lhe resultou em um traumatismo craneano. Quando mais jovens, os dois trabalharam no campo, posteriormente, em uma fábrica de malhas, localizada no Dianteiro, de propriedade do Senhor Cícero e de um irmão seu. Em solteira, Dona Cora trabalhou, sem salário e sem contribuição à Previdência Social, para uns padrinhos. Por conta disso, segundo ela, sua reforma é tão baixa (cerca de 200 euros). Desde que passaram a frequentar o Centro, seus rendimentos vão quase todo para o pagamento das mensalidades. “A gente, agora, por exemplo, temos que pagar a cota aqui. E depois, o jantar, olha, é conforme. Se eu posso às vezes contribuir com alguma coisa, eu contribuo. Se não posso, ela... [Dona Cora refere-se à filha, que é a maior responsável pelas despesas da casa]”. A limpeza da casa e das roupas da família também estão sob responsabilidade da filha, agora. A casa onde viviam, no Dianteiro, está vazia: “Se quisesse arrendar, arrendava, mas eu também não quero, enquanto eu for viva, que eu possa lá ir”, diz Dona Cora. A casa onde atualmente vivem possui dois pisos. Entretanto, já prevendo a necessidade de os pais irem morar com ela, a filha construiu um quarto no piso térreo para este fim. Dona Cora consegue fazer a higiene e tomar banho sozinha, com ajuda de uma cadeira. O Senhor Cícero necessita de auxílio para tomar banho. No Centro, toma banho uma vez por semana. Em casa, Dona Cora e a filha o ajudam (na falta da filha, os netos ajudam-no a despir-se, vestir-se e deitar-se). O Senhor Cícero conduziu por muitos anos um carro próprio. Agora, o casal

só se desloca no automóvel da filha e do genro ou no transporte do Centro, que apanha-o em casa, levando-o de volta ao final do dia.

A caracterização dos/as participantes desta investigação, construída a partir das entrevistas realizadas e de minhas inserções e interações, teve como objetivo trazer, de uma forma mais concreta, os sujeitos da pesquisa à superfície, demonstrando suas idiossincrasias e sua heterogeneidade, bem como as semelhanças que os unem. Embora alguns elementos ali explicitados possam, de alguma forma, desvelar suas identidades a pessoas mais próximas de seus convívios, e ainda que esta tese, resultado da investigação proposta, seja pública, acredito que a proteção de seus nomes seja garantia suficiente de que este é um risco mínimo, superado pelas intenções e proposições deste estudo.

Após a caracterização das pessoas que participaram deste estudo, dedico a seção seguinte a um breve relato de como se deu minha entrada em campo, bem como meu entrosamento com estas pessoas.

### 3.3. Encontros

Antes de passar para a análise das entrevistas, propriamente dita, cuja orientação e sistematização foram buscadas na técnica de Análise de Conteúdo, abro esta pequena seção como se abre um pequeno parêntese, a fim de relatar um pouco de minhas inserções no terreno, meus encontros e interações com as pessoas que participaram desta pesquisa.

Este relato é um ponto importante em um projeto acadêmico como este, que tem a pretensão de ser um processo interativo, aberto e flexível; uma caminhada coletiva construída a partir do respeito e do cuidado com/entre os sujeitos que dela participam. Também considero importante assumir as possíveis fragilidades desta tese como resultado de minhas próprias fragilidades, enquanto uma pessoa situada em vários contextos identitários, estando, neste momento, na condição de pesquisadora (condição esta que não exclui os demais elementos que compõem minha(s) identidade(s), nem os demais papéis desempenhados por mim).

Recordo, mais uma vez, que um dos objetivos transversais a este trabalho é desmistificar o poder hierárquico do saber acadêmico sobre os demais. Expondo minhas dificuldades, negociações e estratégias para a realização deste trabalho, principalmente em relação ao trabalho desenvolvido em campo, nos quatro territórios, creio estar contribuindo, ainda que de forma parcelar, para futuros trabalhos e reflexões acadêmicas.

Após aproximadamente um ano de nossa chegada a Coimbra, com os primeiros planos de trabalho traçados<sup>318</sup>, tratei de conhecer os territórios escolhidos para este estudo.

---

<sup>318</sup> Minha ideia inicial era desenvolver este estudo somente na “Alta”. Aos poucos, conhecendo melhor os outros territórios da cidade, percebendo, ainda que superficialmente, algumas semelhanças e diferenças entre eles e, sobretudo, compreendendo a importância de estudar a cidade de Coimbra para além de sua



A centralidade da “Alta” e o fato de cruzá-la cotidianamente em minhas idas e vindas ao Pólo I da Universidade, e mesmo em cruzadas turísticas, em busca de um *souvenir* ou de um bar coimbrão típico, fez com que este fosse o primeiro território a ser percorrido.

Munida de um mapa do território, uma câmera fotográfica bastante simples, quase rudimentar, e de uma prancheta, onde apoiava várias folhas de papel e alguns mapas, passei a catalogar os becos, as ruelas e as edificações da “Alta”.

Apesar de ser um território bastante visado, tanto por turistas, quanto por estudantes (principalmente estudantes de Arquitetura ou de Artes), em certos momentos senti desconforto e desconfiança por parte de alguns/algumas moradores/as. Como me aproximar das pessoas com o intuito de interrogá-las, conhecer suas rotinas e suas vivências? Esta era a questão que mais me preocupava, naquele momento.

Por intermédio de meu orientador<sup>319</sup>, tive acesso a uma instituição que oferece atividades de CD e de SAD, localizada mesmo no coração da “Alta”, nas proximidades da Sé Velha. Lá fui muito bem recebida e, com a ajuda de uma Assistente Social, que me indicou todos/as os/as frequentadores/as do CD e usuários dos SAD moradores/as daquele território (o Centro atende pessoas de diferentes localidades), montei uma agenda de entrevistas. Das 24 pessoas indicadas, 12 concordaram em participar da pesquisa – algumas destas foram se inserindo ao projeto, impulsionadas pelas entrevistas que iam se realizando nas dependências do Centro.

Apesar de ter realizado quatro entrevistas-teste<sup>320</sup>, devo dizer que as primeiras entrevistas definitivas, feitas com pessoas que efetivamente participariam do estudo, foram realizadas de forma um tanto quanto precária. Cinco das entrevistas da “Alta” foram realizadas, por solicitação das próprias participantes, em uma sala comum, onde as frequentadoras (em todas as vezes em que lá estive havia somente mulheres) assistiam televisão ou dormitavam, acomodadas em poltronas. O som da televisão e das conversas paralelas era um pouco incômodo, mas não chegou a prejudicar seriamente o desenrolar das entrevistas, que puderam ser gravadas e – com alguma dificuldade, é claro – transcritas. Estas primeiras entrevistas foram bem mais curtas que as demais. Atribuo esta diferença à minha própria inexperiência e às condições pouco propícias neste primeiro momento. Ao combinar as entrevistas seguintes, mesmo as que se realizariam no Centro, solicitei uma sala para este fim. Assim, pude entrevistar as demais frequentadoras (e, ainda, um frequentador, o Senhor Álvaro) do CD em uma sala contígua, uma espécie de sala de leitura, com jornais dispostos em mesinhas, cada uma com quatro cadeiras, lembrando a estrutura de uma biblioteca (ou de um bar).

---

“Alta”, não obstante a forte construção imagética sobre este território, que quase o transforma em um sinônimo de Coimbra, construí um projeto que incluía, além da “Alta”, da “Solum”, do “Casal do Lobo” e do “Botão”, o território de “Celas” (cheguei a realizar algumas observações e fotografias neste território). Calibrando um pouco mais o projeto, optei, após ponderações junto ao meu orientador e minhas orientadoras, por excluir o território de “Celas”, permanecendo com os demais.

<sup>319</sup> Os acessos intermediados por meu orientador eram duplamente legitimados: em primeiro lugar, pelo fato de ele ser cidadão português, nativo de Coimbra; em segundo, pela certificação de que este seria um trabalho desenvolvido, no âmbito de um doutoramento, pela Universidade de Coimbra. Em seguida, a confiança era estabelecida a partir de pessoas conhecidas (Assistentes e Educadoras Sociais, por exemplo). Sendo brasileira e com ainda poucos conhecimentos em relação à cidade, provavelmente tivesse muito mais dificuldades se tentasse me inserir por minha própria conta nos territórios.

<sup>320</sup> Com a intenção de avaliar o roteiro de entrevistas previamente construído, antes de realizar as entrevistas com as pessoas que iriam participar da investigação, procurei entrevistar pessoas com 65 ou mais anos, independente do território de residência. Para isso, solicitei o auxílio de amigos/as e colegas de Coimbra, que intermediaram meus contatos com pessoas de suas relações que se enquadravam nestes critérios. Realizei, então, quatro entrevistas-teste (três mulheres e um homem). Esta experiência foi interessante e útil: dissipei, em parte, meus receios de não ser plenamente compreendida em meu português brasileiro e pude adaptar algumas expressões que não faziam muito sentido (por exemplo, ao invés de perguntar: “O/a senhor/a frequentou a escola?”, cujo entendimento era geralmente custoso, passei a questionar: “O/a senhor andou na escola”, sendo compreendida de imediato).

Nas interações realizadas no Centro (não só neste território, como nos demais), pude perceber o entrosamento entre uns/umas, e também alguns conflitos entre outros/as. Embora este nunca tenha sido o foco deste trabalho, não pude deixar de notar que, em que pese os bons propósitos e objetivos dos CDs (mais uma vez, sem tomar uma ou outra instituição, especificamente), estes nem sempre correspondem às necessidades e expectativas de seus/as frequentadores/as, que em algumas vezes se sujeitam a frequentá-los não como uma opção própria, mas por falta de autonomia – principalmente financeira, mas também emocional e social. Para algumas pessoas – inclusive pessoas que entrevistei – os CDs representam uma privação de liberdade. A padronização, a rotinização e a pouca variedade de opções de atividades oferecidas são situações que devem ser problematizadas e refletidas. Tal como os centros educativos infantis, cuja pedagogia é adaptada às faixas etárias das crianças que os frequentam, levando em conta seus interesses e suas diferenças (ao menos as orientações constantes nos planos de ensino assim indicam), não seria adequado que os CDs também planejassem e organizassem suas atividades pensando na variedade de seus/suas frequentadores/as, em suas faixas etárias, em seus múltiplos interesses, não os/as infantilizando e/ou negligenciando? Este é um questionamento legítimo e sincero, feito a partir de minhas observações e percepções, que se pretende reflexivo, construtivo e colaborativo, e não uma mera crítica vazia e presunçosa às pessoas que, muitas vezes com esforço e abnegação, dedicam seu trabalho a estes centros.

As entrevistas realizadas nas casas das pessoas participantes mostraram-se muito proveitosas. Surpreendentemente, meus receios de não ser bem recebida, por desconfiança, medo ou insegurança – sentimentos tão frequentes em tempos de violência nos centros urbanos e mesmo nas zonas rurais – acabaram não se confirmando. Claro que contei com a intermediação de pessoas conhecidas (as Assistentes e Educadoras Sociais, nos casos de os/as participantes receberem os apoios dos SAD; pessoas que tinham relações comuns comigo e com prováveis participantes, em outros casos). Mesmo assim, a confiança depositada em mim foi marcante. Tanto as profissionais, como as pessoas conhecidas que intermediaram meus contatos com as pessoas que forneceriam as entrevistas nas suas próprias casas (estas, quase todas mulheres, à exceção do Senhor Cássio, no “Casal do Lobo”), apenas me apresentavam a estas pessoas para depois deixarem-me à vontade, muitas vezes sozinha com minha/meu entrevistada/o. Tenho razões para crer que, além da confiança nos/as mediadores/as, o que parece ter-lhes dado segurança suficiente para me receberem em suas casas, o fato de eu ser uma mulher já de meia idade, mãe e avó, também parece ter sido, aos seus olhos, garantia para o estabelecimento de confiança entre nós. Esta, aliás, foi uma estratégia<sup>321</sup> correntemente utilizada por mim, durante meus contatos iniciais, no intuito de estabelecer uma identificação e um sentimento de confiança entre mim, investigadora, e meus/minhas entrevistados/as: a evocação de minhas identidades de mãe e de avó e a partilha de sentimentos e emoções, principalmente em relação às recentes perdas (irmã e pais) sofridas por mim, com as quais as pessoas idosas quase que invariavelmente se

---

<sup>321</sup> O termo *estratégia* pode soar frio e racional demais. É importante destacar, entretanto, que em uma pesquisa etnográfica, como a realizada aqui, este termo deve ser lido a partir de um contexto metodológico pautado pela ética, tanto no estabelecimento e desenvolvimento das relações, quanto no tratamento dos dados produzidos. Nesse sentido, *estratégias metodológicas* são procedimentos que direcionam todo o processo de pesquisa (Magallanes; Gandia, 2016), incluindo, as negociações entre pesquisadores/as e pesquisados/as. Estas estratégias não podem, de modo algum, ser estabelecidas a partir de blefes, falsidades ou subterfúgios escusos para obtenção de informações desejadas; ou seja, os fins, em uma pesquisa ética, não justificam meios ilícitos e obscuros. A abertura e sinceridade de sentimentos, afetos e emoções por parte dos/as pesquisadores/as, que devem se colocar lado-a-lado, em igualdade (de fragilidades, principalmente), dos sujeitos da investigação, devem pontuar todo o processo investigativo. A abertura e disponibilidade, que, muito honestamente, creio ter conseguido durante este trabalho, são instrumentos provocativos de respostas igualmente abertas e sinceras, algumas vezes de caráter quase íntimo e confessional, como algumas aqui obtidas.

identificavam, por terem identidades e experiências semelhantes. Em geral, as entrevistas realizadas nas próprias casas tiveram duração bem maior do que as realizadas nos Centros ou no Café – no caso do “Casal do Lobo”. Salvo uma ou outra situação em que a televisão permaneceu ligada durante a entrevista, as condições de áudio quase sempre foram melhores em relação às que foram realizadas em locais públicos ou com a presença de outras pessoas.

Nas entrevistas realizadas nas moradias, pude interagir melhor com as pessoas. Na “Alta”, ouvi música (no rádio e cantadas pela própria) com Dona Antónia, assisti televisão com Dona Aurora e Dona Anita e fui a um café, na “Baixa”, com Dona Amanda.

Outra vantagem das entrevistas realizadas nas próprias residências foi a possibilidade de conhecer *in loco* – e não apenas através de relatos – suas moradias: estruturas, tipologias, condições. Todas as pessoas participantes que me receberam em suas casas fizeram questão, sem que eu solicitasse, de apresentar a mim os cômodos de suas moradias.

Tal como fiz na “Alta” (e nos demais territórios), visitei o “Botão” muitas vezes, durante meu trabalho de campo, antes de contatar possíveis entrevistados/as. Apesar de ser uma comunidade rural onde todos/as se conhecem, sempre me senti bem acolhida, ainda que fosse uma estrangeira. Durante minhas caminhadas pelo território, tirando fotografias, tomando notas em minha folhas apoiadas em uma prancheta, ou consultando os mapas, sempre era cumprimentada com cordialidade pelos/as moradores/as daquele território. Nunca senti qualquer clima de desconfiança.

No “Botão”, todas as entrevistas foram realizadas no Centro, cujo acesso também me foi facilitado pela intervenção de meu orientador. No Centro, fui auxiliada pelas Assistentes Sociais, que organizaram um espaço adequado às entrevistas (uma sala espaçosa e confortável, ao lado da sala de televisão, mas totalmente independente, sem qualquer perturbação sonora – a não ser, o sino da pequena igreja localizada ao lado do Centro, que ao meio-dia dava as doze badaladas). No início, apesar dos apelos das Assistentes Sociais, houve certa resistência por parte dos/as possíveis participantes. Aos poucos, as pessoas foram perdendo seus receios e começaram a aderir ao projeto voluntariamente, umas contando às outras o quanto era bom conversar com a “senhora dr<sup>a</sup> brasileira”, como me chamavam, e aguardando, até com certa ansiedade, sua vez de ser entrevistado/a.

Minhas primeiras andanças pelo “Casal do Lobo” causaram alguns estranhamentos entre os/as moradores/as, que saíam nas janelas e portas de suas casas para verem quem era aquela desconhecida que fazia apontamentos em folhas de papel, parava para consultar mapas, tentando localizar as ruas, e tirava fotografias. Entretanto, nunca fui interpelada por ninguém e meus cumprimentos sempre foram respondidos com respeito.

Para acessar possíveis colaboradores/as, entrei em contato com a Freguesia de Santo António dos Olivais, que me encaminhou ao Centro de Apoio Social de Pais e Amigos da Escola N<sup>o</sup> 10 – CASPAE10 –, um Centro que organiza e desenvolve atividades de tempos livres para crianças, adolescentes, adultos/as e idosos/as e ainda oferece SAD a pessoas idosas e/ou incapacitadas de várias localidades da cidade, e à Associação Social, Cultural e Recreativa de São Paulo de Frades, em cujo CD frequenta um casal (Dona Cora e Senhor Cícero) residente no “Casal do Lobo”.

Como já mencionei, quase todas as entrevistas neste território foram realizadas em duplas: primeiro, entrevistei Dona Cora e o Senhor Cícero nas dependências do Centro de São Paulo de Frades. Apesar de estar bastante lúcido, tendo uma boa

compreensão, o Senhor Cícero apresenta dificuldades em se comunicar, em consequência de um AVC. Por isso, Dona Cora serviu de interlocutora, praticamente falando em nome do casal, que prontamente atendeu à minha solicitação.

Posteriormente, visitei o CASPAEIO, sediado na “Solum”. Lá, fui muito bem recebida por seu Assistente Social e por sua Educadora Social, que combinou um encontro na antiga escola do “Casal do Lobo”, onde são desenvolvidas atividades de informática para a população idosa interessada.

Chegando no dia e hora marcados, fui recebida pela própria Educadora Social e pelo instrutor de informática, que abriram um espaço para que eu pudesse expor meu projeto e solicitar a colaboração voluntária para participar do estudo. Curiosamente, como em uma sala de aula formada por crianças, nenhuma pessoa se prontificou a colaborar, ficando todas em silêncio e desviando o olhar (como que receosos/as de serem convocados à participação). Com carinho e simpatia, a Educadora Social insitiu mais um pouco. Dois senhores (Senhor Cláudio e Senhor Caetano) se disponibilizaram, então, a auxiliar-me, desde que as entrevistas fossem realizadas conjuntamente no Café Pipão, bem no centro do território.

Nos dia e horário combinados para a entrevista, lá estavam os dois, em frente ao Café, conversando. Cheguei, cumprimentei-os, os dois responderam ao meu cumprimento e, por um tempo que me pareceu enorme, ignoraram-me, continuando a conversa como se eu não estivesse ali. Um tanto constrangida, entrei no Café, cumprimentei a senhora que estava atrás do balcão (proprietária do Café, vim a saber depois), escolhi uma das mesas, instalei-me e fiquei a aguardá-los. Minutos depois, entraram, sentaram-se e passaram, muito cordial e solícitamente, a responder minhas perguntas. A má impressão que tive inicialmente, ao me sentir ignorada, dissipou-se por completo. O Senhor Cláudio ofereceu-me um cafezinho e, ao fim da entrevista, retornei ao centro de Coimbra no automóvel do Senhor Caetano, que, amigavelmente, ofereceu-me uma carona (boleia).

No retorno às aulas de informática, contando como a entrevista havia corrido, o Senhor Cláudio e o Senhor Caetano conseguiram cooptar mais dois participantes: Dona Camila e o Senhor César, que também marcaram, por telefone, a entrevista no Café. No dia da entrevista com o casal, no Café, Dona Cristina, que, de outra mesa escutava nossa conversa, ofereceu-se para participar, num ímpeto de precisar conversar e desabafar com alguém. Em seguida, levou-me até sua casa, apresentando-me ao seu marido, o Senhor Cássio, que também se dispôs a participar do estudo.

A mais resistente de todas foi Dona Catarina, que só concordou em colaborar pela insistência de Dona Cecília, sua irmã, e de Dona Cristina, sogra de seu filho, já falecido. As entrevistas com Dona Catarina e Dona Cecília também foram realizadas no Café. Dias antes, no entanto, conduzida por Dona Cristina, pude visitá-la em sua casa, onde agendei nossa entrevista.

Talvez possa afirmar que, dos quatro territórios, os contatos mais difíceis foram na “Solum”. As idas ao terreno foram bastante tranquilas. A “Solum” é um território movimentado, cheio de pessoas de outras localidades da cidade, que pouco se atêm a pessoas estranhas (apenas em uma de minhas incursões pelo território, quando tentava localizar uma das ruas, fui interpelada por um senhor muito simpático, que me ofereceu ajuda. Ficamos conversando na calçada, em frente ao Estádio Municipal, por algum tempo; ele, morador antigo, orientando-me em relação ao território. Após algum tempo, ao nos despedirmos, ofereceu-se para participar do estudo, indicando-me seu telefone. Ao telefonar, dias depois, entretanto, soube que estava hospitalizado, ficando impossibilitado de colaborar mais com a pesquisa).

Buscando estratégias para acessar prováveis colaboradores/as neste território, cheguei a pensar em interpelar as pessoas nos vários cafés espalhados pela “Solum” – e muito frequentados pela população em geral, diga-se. A timidez e as incertezas em relação ao tipo de abordagem mais adequado, entretanto, impediram-me de seguir este primeiro impulso. Mais uma vez, então, apelei a pessoas nativas e instituições locais que pudessem me auxiliar com a indicação de possíveis voluntários/as.

Com a ajuda de um Centro Social, que oferece atividades de CD e SAD e, ainda, hospedagem, consegui a colaboração de sete voluntários/as, sendo todas as entrevistas realizadas no Centro, na sala de televisão, em condições sonoras pouco favoráveis, por um lado, mas, por outro, muito propícias à integração: ali, pude compartilhar com outras pessoas que, moradoras de outros territórios, não se enquadravam no perfil exigido pela pesquisa, mas que, de certa forma, contribuíram para sua realização.

Os contatos com as demais participantes – três –, cujas entrevistas foram realizadas nos próprios contextos domiciliares, foram facilitados pela intermediação de pessoas conhecidas. Tal como nos outros territórios, estas foram entrevistas riquíssimas, alicerçadas na confiança e no respeito mútuos. Além disso, tive a oportunidade de conhecer um pouco, através das visitas às residências e das narrativas colhidas, a experiência de viver naquele bairro.

O acolhimento sentido em todos os territórios fez-me refletir sobre a necessidade que as pessoas – especialmente as idosas – têm de se fazerem ouvir. A necessidade de desabafar com alguém, mesmo que este alguém esteja representado pela figura de uma pessoa estranha, pareceu-me geral pela grande maioria das pessoas entrevistadas, em todos os territórios.

Embora algumas pessoas apresentassem uma resistência inicial – talvez por timidez, ou mesmo receio de não conseguir corresponder às expectativas do/a pesquisador/a – com o desenrolar da entrevista, esta resistência se dissipava, restando uma grande vontade de se expressar e narrar os fatos que consideravam relevantes em suas trajetórias, evocando memórias e emoções que, inclusive, extrapolavam os territórios vividos na atualidade.

É interessante observar que a palavra “desabafar”, formada pelo prefixo opositor “des”, remete ao oposto de “sufocar”, “asfixiar”, remetendo, da mesma forma, à transposição de um impedimento ou obstáculo através de uma expressão franca e desprendida, no intuito de “desafogar aquilo que está causando tensão, dor ou angústia; desoprimir(-se), despertar(-se)” (Viaro, 2015: s/p.). Este desprendimento, tão necessário ao desafabo, acaba por se configurar em um impulso importante e positivo para a vivência societal intra e intergeracional, demonstrando abertura à interação e ao convívio, exigindo, entretanto, reciprocidade e disponibilidade como respostas.

Em minhas vivências com as pessoas idosas que participaram deste trabalho, foi possível perceber que o convívio e o estabelecimento de confiança são processos cotidianos, construídos através de relações sociais equilibradas e desierarquizadas, pautadas pela escuta, atenção e respeito mútuos. Sendo uma necessidade comum às pessoas idosas entrevistadas, mesmo as que frequentam um CD e, portanto, supostamente, têm aumentadas as oportunidades de conviver e desabafar com outras pessoas de sua ou de outra geração, a questão que se coloca é: por que esta necessidade é tão frequente? Através das entrevistas, pude constatar que, em alguns prováveis contextos de sociabilidade, a escuta, a atenção, o respeito e o equilíbrio relacional – essenciais a uma ética e a uma prática do cuidado, aliás – são elementos escassos. Em outras palavras: estar na presença de outras pessoas, mesmo quando existem pequenas cordialidades e civilidades cotidianas, não é, necessariamente, sinônimo de sociabilidade. Sendo

ainda mais explícita: frequentar um CD, um café, um parque ou uma praça; receber atendimentos de um SAD; ou mesmo estar presente numa reunião familiar não garante, por si só, relações de sociabilidade.

Na seção seguinte, apresento algumas falas, recortadas a partir de categorias analítico-interpretativas construídas ao longo deste trabalho, e que me possibilitaram algumas análises, reflexões e considerações importantes sobre as relações das pessoas idosas com os territórios e vice-versa.

### 3.4. Vozes

Esta seção é dedicada à apresentação e ao tratamento das informações colhidas a partir das entrevistas realizadas com 42 pessoas com idades entre os 65 e 96 anos, residentes nos territórios da “Alta”, da “Solum”, do “Botão” e do “Casal do Lobo”, todos localizados no concelho de Coimbra, Portugal.

A organização e sistematização destas informações orientam-se, de certa forma, no método da análise de conteúdo. Como já explicitarei anteriormente, recorri a este método apenas como um suporte organizador das principais ideias, pensamentos, enfim, conteúdos, expressos nas falas das pessoas que participaram deste estudo. Quero, com isso, enfatizar que não sigo à risca os preceitos deste método, pelas razões já elencadas em seções anteriores. As reflexões analíticas aqui tecidas são de teor etnográfico, uma vez que são feitas à luz das entrevistas, mas também das percepções construídas a partir de minhas interações com as pessoas participantes, minhas vivências e leituras diversas.

Para facilitar minhas próprias análises e a compreensão dos/as leitores/as, separei os trechos narrativos por categoria e por território, buscando descrever como determinada categoria é pensada, significada, vivenciada de uma forma mais geral, em cada um dos territórios, e por cada participante que trouxe, de alguma forma, os elementos descritos em suas narrativas ou em nossas interações. Ressalto, mais uma vez, que estas categorias foram construídas ao longo deste trabalho, tendo como escopo os eixos escolhidos, as interações entre mim e os principais sujeitos da pesquisa, e o todo o referencial utilizado.

Seguindo o esquema das categorias analítico-interpretativas (Relações Familiares e Relações Vicinais, dentro do eixo das *Sociabilidades*; Saúde/Doença, no eixo *Saúde*; Mobilidades, no eixo *Mobilidade*, e Autonomia e Independência/Dependência, no eixo de *Autonomia/Independência*)<sup>322</sup> apresentado como Figura 1, à página 65, começo pelo eixo das *Sociabilidades*. Este eixo, lembrando mais uma vez, está subdividido em *Relações Familiares e Relações Vicinais* que, por sua vez, subdividem-se em *Conflitos, Solidariedades e Afeto*.

Esta categoria é muito relevante para este estudo, pois é reveladora de como as pessoas se sentem nos territórios onde residem, passam parte significativa de seus tempos e constroem seus cotidianos e suas referências de vida.

---

<sup>322</sup> É importante ressaltar que, por vezes, as categorias analítico-interpretativas se confundem, misturando-se entre si. Apenas como um exemplo, na categoria *Sociabilidades* podem estar elementos da categoria *Autonomia*, quando a narrativa aponta para conflitos sociais dentro da família que acabam por interferir na autonomia das pessoas idosas.

O apoio da comunidade familiar e/ou vicinal é, para todas as pessoas que participaram deste estudo, muito importante para uma velhice saudável e feliz. Apesar das transformações ocorridas nas estruturas familiares<sup>323</sup>, como já apontado em seções anteriores deste trabalho, nossas sociedades contemporâneas ocidentais tendem, ainda, a supervalorizar o papel da família, principalmente da família tradicional nuclear, com uma formação onde predominam o pai, a mãe e os/as filhos/as e, em alguns casos, os avós, na estruturação da vida social, principalmente na infância e na velhice<sup>324</sup>.

O modelo societal que encontra na estrutura familiar sua centralidade é sociologicamente chamado de *familismo* – ou *modelo familista* (Salen, 1980; Singly, 2007; Castilho; Carloto, 2010). Neste modelo, as demais relações (família estendida, amigos/as, vizinhança) são, muitas vezes, preteridas, negligenciadas, pouco ou quase nada consideradas, em nome dos supostos laços mais firmes e duradouros da família, calcados no afeto e na moralidade (Pimentel, 2008; Pimentel; Albuquerque, 2010). Nestes casos, quando as relações familiares são frágeis, ou mesmo rompidas por algum conflito – ou quando nem ao menos chegam a existir, como é o caso de pessoas idosas cuja família já não existe – a fragilidade social tende a se agravar, podendo provocar a sensação de abandono, o isolamento e a solidão, causando sofrimentos psíquicos, físicos e sociais<sup>325</sup>.

A cobrança social, moral e jurídica pela negligência nos cuidados aos seus membros mais vulneráveis (nomeadamente crianças, idosos/as e pessoas com deficiência) recai sobre a família nuclear, sobrecarregando-a e desresponsabilizando os demais atores sociais, incluindo o próprio Estado e a sociedade civil como um todo. “Tais concepções obscurecem, no entanto, as questões de fundo, associadas às desigualdades e à garantia de equidade quando se coloca a família como eixo central de uma política de resposta a situações de vulnerabilidade e de sofrimento social disseminado” (Pimentel; Albuquerque, 2010: 252). Além disso, como bem observa Costa (2005: 88), “a exclusão dos[as] idosos[as] verifica-se também ao nível da sociedade”.

Com quase 43% da totalidade das pessoas entrevistadas vivendo sozinhas (18 pessoas, no total, sendo 9 – 75% do total de pessoas entrevistadas na “Alta”; 6 – 60% das pessoas entrevistadas na “Solum”; 2 – 20% dos/as entrevistados/as no “Botão”; e nenhuma das pessoas entrevistadas no “Casal do Lobo”) e por ser um ponto levantado na própria condução das entrevistas – até porque este é um dos eixos deste trabalho –, mas, também, em algumas vezes abordado espontaneamente, na tentativa de contemporizar e justificar o fato de se morar sozinho/a, a questão da sociabilidade, principalmente atrelada às relações familiares, aparece na grande maioria das entrevistas.

Dona Aurora, moradora da “Alta”, é um bom exemplo de que as relações familiares nem sempre são fáceis de serem estabelecidas cotidianamente. Solteira e sem filhos/as, restaram-lhe, na velhice, uma irmã já idosa, que pouco lhe visita, e

---

<sup>323</sup> Portugal (2013) aponta três linhas sociológicas explicativas para um suposto declínio da família enquanto instituição social. A primeira diz respeito às pressões do sistema econômico de base industrial sobre a estrutura familiar, que provocou uma nuclearização das famílias; a segunda centra-se nos novos arranjos de nupcialidade e divorcialidade, complexificando redes de filiação, lealdade e solidariedade; e a terceira compreende o processo de enfraquecimento das solidariedades familiares como resultado de um controle social a partir das esferas econômicas e políticas.

<sup>324</sup> Sobre as transformações sociais, Lins de Barros (2009: 47) observa que: “As mudanças sociais e a concepção contemporânea da rapidez das transformações coexistem com a continuidade de valores e de instituições, constituindo o quadro complexo das relações sociais na sociedade moderno-contemporânea [...]”.

<sup>325</sup> Costa (2005: 32) analisa o abandono, o isolamento, a negligência e a solidão a que algumas pessoas idosas estão sujeitas como um problema social, uma vez que suas causas se encontram na sociedade, exigindo para sua solução, portanto, mudanças sociais. Nesse sentido, estes fenômenos são entendidos como exclusão social. “Quer a sociedade quer o cotidiano das pessoas estão organizados de tal modo que os[as] idosos[as] não têm lugar nem papel na vida social. Nos casos extremos, que infelizmente não são raros entre nós, essa exclusão social pode tomar a forma de total solidão. É uma forma de exclusão social e de total privação que pode não ter qualquer ligação com a falta de recursos, e, portanto, com a pobreza (embora [...] possa coexistir com esta)” (Costa, 2005: 87).

alguns/algumas sobrinhos e sobrinhas. O único familiar que mantém um contato relativamente frequente com Dona Aurora, provendo-a de mantimentos, é um sobrinho que vive em Lisboa. Mesmo assim, quem a ampara cotidianamente são as funcionárias do Centro, de onde recebe apoio domiciliário, e alguns/algumas prestadores/as de serviços da localidade, além dos/as vizinho/as estudantes, quando solicitados/a. As festas religiosas como o Natal e a Páscoa, datas importantes em termos de confraternização e integração social e familiar (principalmente em um país de maioria cristã, como Portugal), entretanto, são passadas sozinha, em sua própria residência. Apesar de viver só – vive só desde sua juventude (fato que parece amenizar um possível sentimento de solidão) –, refere-se com carinho aos familiares, dos quais possui fotografias e lembranças que enchem de boas recordações sua pequena moradia, e que são mostradas com evidente orgulho.

*E ele vem. Nunca passa aqui [em Coimbra] que não venha aqui. Vem sempre carregado! Traz-me tudo!*  
[Referindo-se ao sobrinho, que vive em Lisboa.]

*Eu dou-me bem com todos. Com todos. Eles sempre são... Um dia veio cá um. “Ó, Ricardo, ó, Ricardo, veja-me lá na antena – porque a antena tá ali pro lado, daquele lado, debaixo de uma janela, e às vezes é só uns riscos, estão a falar... Até veio aqui... acho que foi a Rita, a Ritinha que veio ontem ver-me e foi pô-la mais baixo [o volume da tv], e andou lá a mexer nos botões. Nunca mais deu a imagem, mas também já não dava quando eu a liguei [Referindo-se aos/às seus vizinhos/as jovens, que a ajudam, quando solicitados/as.]*

*E depois veio [o filho do dono da mercearia] cá nesse outro dia, passou aí, eu estava ali sentada atrás da porta, com meia porta aberta, que eu agora vou pra lá, sento-me lá à porta, fico do lado de dentro, naquela cadeira, no banco, e depois de ele vir, entra e diz-me assim: “Olhe, dona Aurora, olhe, você me pediu pra trazer umas compritas” – que a mãe levou o papel, não é, como eu não sei, digo-lhe o que quero e ela escreve e deixa-o lá e depois o filho passa e traz, e trazia-mo aqui, porque ele mora aqui em cima, na rua de cima. E, pronto, lá o senhor Lopes, dantes, vinha porque tinha a mulher, ficava lá, mas a mulher morreu-lhe, também, e agora está ele sozinho. [...] E nunca mais lá eu fui. Eu é que nunca mais lá fui, mas a mãe dele é que me levava o papel e ela trazia-me as coisas, ela. Mas quando ela não podia lá ir, pronto, como estava ali no Centro [referindo-se à senhora, esposa do dono da mercearia, que frequentou o Centro, antes de falecer], não podia andar a fazer compras pra ninguém. Como o filho passava, o senhor Lopes metia-lhe o saquito na mão e: “Leva à Aurora”. E pronto. Quer dizer, e pronto, até hoje. “Olhe, quando você quiser alguma coisa, diga que eu trago-lhe, vou-lhe buscar tudo, o que você quiser vou-lhe buscar, o que você quiser”. E eu digo assim: “Pois é. ‘Eu vou buscar o que quiser’, mas e o dinheiro? Eu não tenho dinheiro pra pagar, só se for de graça”. Porque ele vinha cá buscar, trazer as compras, mas eu dava-lhe sempre, dava-lhe sempre, só pra subir esta rua. Agora, também não queria que ele dissesse que me trazia de graça, eu dava sempre 10 euros, ou às vezes 20, eu dava-lhe sempre pra me trazer. “Diga que eu vou lá buscar-lhe as coisas ao senhor Lopes, se quiser”.*

(Dona Aurora, 89 anos, “Alta”)

Dona Augusta também vive só. Solteira e mãe de um filho também já idoso, suas oportunidades de sociabilidade, porém, parecem maiores. Muito alegre, gosta de conviver com familiares – principalmente com um irmão, sobrinhos e sobrinhas, com quem passa os fins de semana e os feriados – e com a vizinhança jovem, que costuma convidá-la para suas confraternizações e celebrações. Frequentadora do CD, gosta de estar em atividade e, sempre que lhe é oportunizado, de se envolver em projetos culturais e artísticos.



*Sim, estive lá [na sua aldeia de origem, próximo à cidade de Aveiro, onde vive a família de sua sobrinha] na Páscoa. Estive lá sábado até terça-feira. [...] Não queira saber! Aquelas visitas que iam beijar ao Senhor, que ainda se beija ao Senhor à cruz, lá na... Aquilo foi tudo embora num instante [os comes e bebes]. Ela [a sobrinha] faz de tudo que é qualidade, ela faz aquelas coisinhas com massa, massa, já vem, aquela... As salsichas, há duas qualidades. Não queira saber, é uma mesa lindíssima, como daqui até lá. Que maravilha, que maravilha! E depois ainda fomos, no domingo, foi no domingo... foi segunda-feira, porque segunda-feira é que ela correu a beijar [a imagem de Cristo]. Depois fomos à casa de outro sobrinho que tem aqui o menino que também acaba este ano já o curso, já pôs cartola ano passado e este ano já vai embora, depois. Anh... e esse meu sobrinho tem uma casa de móveis. Até transporta móveis pro estrangeiro e, pronto, fomos lá também pra... fomos de carro, a minha sobrinha foi a guiar a carrinha e o meu sobrinho foi com a filha e com os brasileiros e com o... Olha, tinha lá uma mesa posta assim. Daquele queijo da serra, que se come à colher. Sentaram-se à mesa, puseram a mesa só pra gente, porque os outros já andavam lá pros outros quartos. Tem lá uma casa... tem piscina, tem tudo este meu sobrinho.*

*No aniversário de uma república. A gente até... Eles são... Há gente muito educada. Vão a convidar os vizinhos todos a irem comerem com eles lá. Fazem lá Festa das Flores, que é em março, e aquilo é na rua, e põem mesas por ali fora e convidam as pessoas pra irem, quem quiser lá ir comer, porque cada república faz o seu... aquilo é cozido à portuguesa e vê-se quem é que cozinha melhor e o que tiver bons júris, que percebem, não é, ou cozinheiros, ou pessoas que percebem bem de cozinha, e vão avaliar e há um prêmio pra essa casa. É bonito! Há garrações de vinho... É bonito, há tudo. [...] Ainda agora lá fizeram um aniversário e foram convidar-me, mas foi na altura que eu tinha vindo da serra e tinha trazido tudo. “Ao menos venha lá comer um docinho, que há lá tantos bolos”, as meninas e as mães, quando vêm, quando são os aniversários, os pais vêm e trazem já tudo feito, mas eu nem isso lá fui. Agradecei, na mesma, mas não fui lá.*

*Andei a tirar fotografias. Andei. Nunca tinha tirado numa máquina. Andei... Andou aqui uma senhora e convidou-me. Andamos meio ano, andamos meio ano a tirar fotografias todas as semanas. Tínhamos todas as semanas, às quartas-feiras, vinham-nos buscar a máquina às segundas e... Entregavam à segunda e levavam à sexta, que era pra revelarem as fotografias. Primeiro tiramos aos monumentos que a gente gostasse mais. Nunca tinha tirado. Depois era aquilo que a gente não gostava. Era lixo na rua, era paredes escritas e outras coisas. E tirávamos... fui lá tirar, mas não consegui lá dentro porque... não me deu tempo de tirar dentro do Botânico, mas tirei da parte de fora. Tem lá... Eu tirei cento e oitenta fotografias. Eles revelaram e deram-nos outra vez. Algumas foram selecionadas, selecionadas. Estiveram lá expostas, lá, um mês, nos claustros. De lá vieram praqui, estiveram aqui expostas nas paredes aqui. Daqui foram ali pra República do Paquistão [Prá-kys-tão], tiveram expostas lá também, e depois não sei pra onde é que foram. Mas eu tenho lá praticamente todas as que... Tenho lá. E depois, passado um mês, vieram aqui convidarem e tínhamos um lanche, todas as quartas-feiras, quartas ou quintas, tinha um lanche oferecido por lá, pela faculdade.*

(Dona Augusta, 91 anos, “Alta”)

A narrativa e a performance<sup>326</sup> de Dona Anita, que chorou muito durante a entrevista, são elucidativas do sentimento de solidão que algumas pessoas experimentam, notadamente na velhice, onde a distância e a esgaçamento de alguns laços, provocado, muitas vezes por conflitos familiares, acabam por fragilizar emocionalmente. Viúva há dez anos, Dona Anita vive só, recebendo apoio dos SAD e de uma senhora que, eventualmente, lhe faz companhia, inclusive pernoitando, algumas vezes, na sua

---

<sup>326</sup> Utilizo a palavra *performance* com a intenção de me referir ao gestual, às emoções e impressões dos sujeitos da pesquisa silenciadas ou manifestas através de expressões faciais, corporais ou comportamentais. Não intenciono, dessa forma, evocar os Estudos da Performance, cuja origem se deve à convergência de interesses entre pesquisas no âmbito das artes cênicas e das ciências sociais, em especial, da antropologia, tendo com expoentes pensadores como Jean Duvignaud, Erving Goffman, Richard Schechner e Victor Turner, entre outros (Carlson, 2011).

casa. Vivendo no último andar de um prédio de três andares, todos separados por longas escadarias, e enfrentando problemas de saúde, Dona Anita sai muito pouco de casa. Já frequentou o CD, mas, em razão de conflitos com outras frequentadoras, acabou por preferir o atendimento domiciliário. Os contatos com os familiares são feitos, geralmente, por telefone. Sente-se muito só, mas faz questão de esclarecer que não foi abandonada pela família. Passa os feriados e as festas religiosas sozinha. Segundo ela, para não causar conflitos entre os familiares. Antiga moradora da “Baixa”, sente falta do movimento daquela localidade.

*Olha, sinto-me com mais saudades de meus queridos filhos! Não moram cá em Coimbra. Moram retirados. [À exceção de um dos filhos, que mora no município de Figueira da Foz, a cerca de 60 km de distância de Coimbra, os demais vivem em outras freguesias urbanas de Coimbra: a filha em Santa Clara e o filho em Eiras.] Mas não sou abandonada! O que é minha vontade era ir viver com um deles. Mas a casa da minha filha é pequenina. Pronto. Vive em Santa Clara, ao pé da Rainha Santa. A casa é dela. Tem um filho formado, também – ali a fotografia dele. Pronto. Tenho o engenheiro – este é que está bem. E é que me podia ajudar... [Vive] em Eiras. E este que podia ajudar-me, dar assim uma ajuda, porque a mulher... mas foram lhe dizer que eu disse mal da mulher. A mulher é formada, é assistente social, ela. E ela confiou... E gosto muito dela! O outro vive na Figueira. Longe. Está desempregado há cinco anos. Também andava a estudar. Foi pra Alemanha, que a mulher dele é alemã.*

*Sozinha. Não vou pra casa de nenhum, porque... Não vou pra casa de nenhum. Que é pra não haver problemas entre eles e os outros todos. Que Deus assim os conserve, porque tenho muitas saudades deles! [chora] Vêm em casa, ou me telefonam ou então eu telefono a eles e assim. [Referindo-se às festas e confraternizações, como Natal e Páscoa.]*

*[Gosto mais] da “Baixa”, da “Baixa”. Na “Baixa”. Estava perto de tudo. E via tudo. E eu aqui não vejo nada.*

*Mas também prefiro estar isolada. Sabe por quê? Porque eu não gosto... Gosto muito do Centro, muito. E devo muitos favores ao Centro, além de pagar. Mas há coisas que não se pagam. Mas há lá tantas senhoras... parece que aquilo é delas. Mas não é. É tanto delas quanto meu. E eu não gosto de me humilhar.*

*Eu tenho muitos dias que estou muito desanimada. Muito desanimada. Muito. Dias que não vejo um filho, já fico triste. Ontem telefonou-me a minha filha – era meio dia. Estava eu aqui a comer na cozinha. Mas ela também, a vida dela como é que ficou. Está com o filho, a casa, tem uma casa que é dela... É... tem telefone... Mas não é o suficiente. Porque a dor aqui está! Está aqui uma dor, mas uma dor muito forte [chora]. Nunca pensei que fosse assim! Eles vêm cá – ainda ontem veio ela –, ou, se não vier, me telefona. Mas a saudade é muita. Mas eu me sinto muito só. Tenho a cachopa que fica aqui. Não que eu tivesse com medo.*

(Dona Anita, 86 anos, “Alta”)

A história de Dona Amanda se assemelha, em parte, à de Dona Anita. Antiga frequentadora do CD, também se indispôs com outra frequentadora, optando pelos SAD, fornecidos pela mesma instituição. Também viúva, tal como Dona Anita, Dona Amanda tem uma filha e dois netos que chegaram a viver com ela durante o período universitário, já que a avó vive muito próximo ao Pólo I da Universidade de Coimbra. Diferente de Dona Anita, porém, Dona Amanda tem um convívio mais frequente com a filha, o genro e os netos – hoje engenheiros, passando as datas comemorativas e outras ocasiões com a família. Também conserva um círculo de amigas que encontra diariamente em um café, na “Baixa”, além de conviver bem com a vizinhança,

construindo laços de amizade que permanecem, mesmo que os/as vizinhos/as, muitos/as estudantes, voltem para suas localidades de origem ou se desloquem para outras freguesias, cidades e até outros países.

*E o Natal, todas as festas... Páscoa... e pronto... e os meus netos estão sempre a telefonar. Agora um mais velho até está para o Algarve e o mais novo foi passar uns dias à Espanha. E telefonavam-me e tudo a perguntar: "Ó, vô, tás bem? Tás, não tás?" E a minha filha é todos os dias. O meu... o meu genro também é muito meu amigo, graças a Deus... Damo-nos muito bem... mas eles queriam que eu fosse para lá para casa, porque a casa é muito grande. Mas eu estou aqui já quase há 50 anos que eu aqui moro... E agora, e é que a minha filha e o meu genro tá farta de dizer: "Você vem para aqui... lá... sozinha... não tá bem..."; e mais. Não venho, não. Enquanto eu puder estou na minha casa, eu gosto de estar na minha casa. Tá... vou ao fim de semana e assim, depois venho...*

*Tá tudo bem... dou-me muito bem com todos... só não me dei... só não me dou bem é com uma que lá está no Centro... que é por causa dela é que eu não vou... porque eu estava no Centro.*

*Amigas... moraram aqui neste andar, aqui em frente, aqui, a mim e deixaram-me esta fotografia e ali dentro daquela... daquele quarto tenho outro. Já me telefonaram, esta já cá veio de propósito mais a mãe à minha casa.*

*Vou para o café, vou ali ao... E vou até à portagem e estou lá com senhoras amigas... Tenho lá senhoras amigas, e agora o...uma delas está, ahhh, e pronto, e ainda temos assim. A passear...saio todos os dias. Saio, pois. Saio todos os dias, eu agora...eu agora é que saio, se telefonasse uma hora ou meia hora mais cedo... mais tarde, já não me encontrava aqui.*

(Dona Amanda, 87 anos, "Alta")

Dona Antónia também frequentou o CD, logo após o falecimento de seu esposo (também deixou de frequentá-lo em razão de um desentendimento com outra frequentadora). Hoje, viúva, faz uso dos SAD da mesma instituição, mas sente muita falta dos tempos em que frequentava o Centro, pois sempre gostou de participar de atividades culturais e artísticas e de passear. Apesar de, atualmente, quase não sair de casa — só o faz acompanhada por um dos quatro filhos (duas mulheres e dois homens) — é uma pessoa alegre e bem disposta. Vive com o filho mais novo, mas convive com frequência com os/as demais, que também lhe ajudam nas despesas e no trato com a casa. Hoje em dia, gosta de estar sozinha em sua casa, onde não sente solidão.

*De maneira que a vida sugou-me e eu fiquei de arrastos [após a morte do marido que, vitimado por um AVC, necessitou de cuidados permanentes, prestados, até o fim, por Dona Antónia]. E a Manuela [funcionária do Centro], uma vez encontrou-me: "Por que é que não vais pro Centro?"; "Ah, ora, o Centro...!"; "Olha, eu vou te buscar!". E veio. E abençoada a hora que eu fui pro Centro! Revivi! Depois fiquei junto com elas, a menina Leonor também não deixava a gente estar parada, queria que a gente dançasse, por causa das pernas, e fazia ginástica, teatro, fazíamos teatro e eu era danada pra fazer teatro, gostava muito de fazer teatro. E revivi! Íamos passear, fazíamos passeios, íamos daqui pra o Cangalho, almoçávamos e dançávamos toda a tarde, íamos pro Santoinho... Ela era formidável, aquela senhora!*

*Em geral, eu vou sábado à casa do meu filho... E fico pra domingo. Mas ele, quando vem ao sábado já me traz o almoço, alguma coisa pra poder comer à noite.*

*Aqui eu não sinto solidão, gosto de estar sozinha. Gosto até demais. De estar sozinha. Que às vezes as pessoas chateiam a gente. Olha, a minha companhia é o rádio. Tenho a televisão, mas a minha companhia é o rádio. Aquilo canta cantigas antigas e eu gosto.*

(Dona Antónia, 89 anos, “Alta”)

Bastante diferente pareceu-me a experiência de Dona Adelaide. Aos 74 anos, casada e sem filhos, Dona Adelaide passa seus dias a cuidar do marido, que, em virtude de um AVC, ficou totalmente dependente. Para auxiliá-la neste e em outros serviços da casa, recebe a ajuda dos SAD. Apesar de uma aparência jovial e de conseguir se locomover e realizar grande parte das tarefas sozinha, Dona Adelaide parece viver num limite, sem esperanças de dias melhores. De familiares, além do marido, tem apenas uma cunhada, que vive no mesmo edifício, e um sobrinho, que vive na freguesia de Cernache. Conhece pouco a vizinhança, formada, em grande parte, por estudantes.

*Tem a minha cunhada. Vive lá embaixo. Já cá viveu muita gente, mas tem morrido tudo.*

*Não, quer dizer, “bons dias”, “boa tarde” e entro e saio e... Tem pouca gente, só se for ali daquele lado. [Referindo-se à sua convivência com os/as vizinhos/as.]*

*Ah, já frequentei quando eu era nova. Tinha lá bailes. Era. Daquele tempo, que eu era nova, era muito baile, pro carnaval, pra... nós éramos novas e íamos lá. [Referindo-se ao Centro Cultural onde hoje funciona o CD<sup>327</sup>.]*

*Não. Já passou tudo. A mocidade já se foi embora e não volta mais.*

(Dona Adelaide, 74 anos, “Alta”)

Deixar o território de origem já em uma idade adulta avançada, deixando para trás amigos/as e companheiros/as conquistados durante um período de vida socialmente mais ativo, também pode representar uma perda em termos de sociabilidade. Construir novos laços de amizade em um território ainda estranho, tendo como memória afetiva as pessoas cujo convívio foi deixado para trás, geralmente não é uma tarefa fácil, nem pragmática, nem emocionalmente. O caso do Senhor Álvaro se insere neste contexto. Vivendo em Coimbra – e na “Alta” – a ainda pouco tempo, ressentido das amizades que deixou em Sesimbra – alguns destes amigos inclusive já faleceram. Desquitado e sem qualquer contato com os dois filhos, sua referência familiar e afetiva maior é sua irmã, que também reside em Coimbra, e com quem passa as datas comemorativas do ano. O Senhor Álvaro frequenta o CD mais por razões financeiras do que sociais. Lá faz suas refeições por um preço que considera relativamente baixo. Gozando de boa saúde, sem necessidade de apoio para se locomover, passa as tardes na “Baixa”, onde frequenta os cafés e conversa com pessoas conhecidas.

---

<sup>327</sup> A instituição ainda abriga um centro cultural, mas, em tempos idos, funcionava nos moldes de um clube social, cultural e recreativo, com intensas atividades nestas áreas, movimentando a vida social e cultural da “Alta” e da cidade como um todo.

*Ah, tinha amigos, em Sesimbra, principalmente, a trabalhar na hotelaria, no restaurante... E hoje já não tenho estes amigos, muitos já morreram... e sofri grande desgosto por isso. Mais do que se fossem da minha família.*

*Tenho. Tenho uma irmã que vive aqui e vou lá passar os dias de festas sempre todos. Sim, sim. Tenho mais irmãos, mas eu só dou-me com uma irmã, verdadeiramente.*

*Aqui, pouco. Aqui, com essa gente daqui... Tenho amigos, tenho amigos na Figueira da Foz, tenho amigos em Lisboa, tenho amigos em Sesimbra... [Questionado sobre seu convívio com outras pessoas.]*

(Senhor Álvaro, 69 anos, “Alta”)

Embora, como no caso do Senhor Álvaro, a frequência a um CD se dê em razão de objetivos outros, que não o convívio e a sociabilidade, para algumas pessoas, estes centros representam um dos poucos espaços de trocas sociais — ainda que nem sempre a afetividade seja um elemento presente. As experiências de Dona Amália, Dona Agnes, Dona Angelita, Dona Aparecida e Dona Adriana parecem-me ilustrativas a este respeito.

Dona Amália, 79 anos, passa seus dias no CD, onde interage com seus/as frequentadores/as e funcionários/as. Como, no passado, sua mãe trabalhava naquele mesmo local — que era um centro artístico e cultural —, Dona Amália vê o Centro como uma extensão de sua própria casa. Lá sente-se segura e acolhida. Solteira e sem filhos, restou-lhe uma sobrinha como referência familiar. Esta sobrinha lhe dá suporte, quando necessário, mas sua interação social cotidiana é realizada mesmo no Centro.

Caso semelhante é o de Dona Agnes. Aos 92 anos, viúva, com seus dois filhos já falecidos e com problemas de saúde que a impedem de se locomover sozinha, encontra no Centro, além do convívio com os/as demais frequentadores/as, o auxílio necessário para gerir seu cotidiano, contando, também, com o auxílio de uma nora e de uma sobrinha.

Embora Dona Angelita, 88 anos, viúva, conte com o convívio e o auxílio de seu único filho, da nora e do neto, que residem no mesmo edifício que ela, compartilhando o jantar diário e os fins de semana, seu dia-a-dia é passado no Centro. Talvez por possuir escolaridade e rendimentos mensais maiores do que a maioria das frequentadoras do Centro, seu convívio, entretanto, não é muito harmonioso. Enquanto a entrevistava, na sala de televisão, pude perceber alguma hostilidade por parte de algumas frequentadoras, que comentavam, em tom de ironia, sobre o orgulho com que Dona Angelita falava do filho. Isso denota que os CDs, apesar de serem espaços de convívio e integração social da população idosa, não estão isentos de conflitos. A obrigatoriedade de um convívio diário com quem não se tem empatia ou qualquer identificação pode gerar indisposições e constrangimentos sociais. Cabe ao CD, como espaço social e educativo, administrar estes conflitos, desenvolvendo estratégias e atividades diferenciadas para este fim.

Tal como Dona Augusta, Dona Amália, 79 anos, viúva, também é bastante ativa. Embora viva sozinha, possui um convívio bastante intenso com a única filha. No Centro, onde passa seu dia-a-dia, gosta da interação com os/as demais frequentadores/as e de se envolver em projetos artísticos e culturais. Frequenta o CD, mas não se sente aprisionada: quando está disposta, gosta, mesmo quando não tem companhia, de passear até a “Baixa”, voltando ao Centro antes do fim da tarde para, de lá, retornar à sua casa.

Dona Adriana, 88 anos é casada, mas nunca teve filhos. Fora do CD, seu convívio se dá, praticamente, só com o marido (que também frequenta o CD, onde prefere o convívio com os outros senhores frequentadores). É no CD que Dona Adriana se distrai, mesmo nos dias em que prefere ficar à frente da televisão ou só ouvindo as conversas das outras senhoras. A rotina diária de sair de casa, juntamente com o marido, para se deslocar até o Centro, para onde vão com o transporte da própria instituição, e se encontrar com as companheiras, parece-lhe compensadora.

No território da “Solum”, penso que as sociabilidades diferem — em oferta e em qualidade — às pessoas que frequentam e as que não frequentam o CD.

Em todos os territórios, pude observar que as pessoas que frequentam o CD o fazem como estratégia de superar certas vulnerabilidades: financeiras, físicas, sociais. Na “Solum” não é diferente. Neste território, a grande maioria das pessoas entrevistadas que frequentam o CD busca auxílio na gestão de seus tempos livres, no intuito de não passarem os dias sozinhas. Seis das dez pessoas entrevistadas da “Solum” vivem sós — todas mulheres viúvas (Dona Susana, Dona Soraia, Dona Simone, Dona Solange, Dona Sara, Dona Sueli). Destas, apenas duas não frequentam o CD. Curiosamente, estas duas pessoas — Dona Sara e Dona Sueli — têm oportunidades de sociabilidade mais ricas, tendo mais autonomia e convivendo com familiares, vizinhos/as — embora, por força do trabalho fora de casa, em tempos de atividade laboral, o contato com a vizinhança nem sempre fosse possível, ou fosse mais efêmero — e amigos/as com maior frequência.

*Muito bem [sobre sua relação com a vizinhança], quer dizer, eu quase não conheço a vizinhança. Agora, até conheço mais. Mas eu estive mais de um ano sem conhecer a vizinha que passava pela mesma escada, que morava no terceiro andar. A gente não conhece porque... eu tinha muito que fazer. E depois, às tantas tive três filhos, e o meu emprego, que eu era professora na Infanta Dona... Primeiro, no Colégio Nossa Senhora da Conceição, na Anadia, e depois no Dom João III, barra José Falcão, e depois aqui, no Infanta Dona Maria.*

*Conheço, conheço os do primeiro andar, que já cá vivem há muito tempo. Os do segundo e terceiro as casas são alugadas a estudantes ou pessoas que vêm de fora e eu não faço ideia nenhuma quem é que lá está. Eles cumprimentam quando passam, e eu vejo pessoas diferentes e não fico a saber quem é*

*Vivem todos aqui em Coimbra [os três filhos]. Um aqui ao lado. Aqui moro só. Quando não tenho companhia, porque de vez em quando, se calhar, cai cá um filho, ou caem as netas, é assim, portanto. Eu tenho cinco [netas] que vêm cá. Tenho mais uma que está longe, portanto, não... Tenho seis netas.*

*Não vêm [no Natal] porque eu já passei as pastas. Agora é tempo de eles organizarem e quem quiser convida-me. Este ano vou pra casa do filho mais novo.*

*Aqui à minha casa vinham todos! Imagine o que é entrar a estudantina toda, que eram vinte e tal, pela casa adentro, às tantas da noite! Vinham e, na entrada da porta, todos queriam dar-me dois beijinhos. “Só um chega!” Era tanta gente a dar beijinho, que não dava! [risos].*

*De onde eu vim agora, do café [do Átrium, um centro comercial da “Solum”]. Tenho algumas colegas. Vou ao café geralmente com uma senhora que vai fazer 89 anos. Mas que está melhor que eu! Isso vem do espírito [elogiei sua aparência jovial]. E o conviver com as miúdas, porque a mais nova está agora aqui, está ali a lanchar e a ver televisão, tem oito anos, ficou cá, hoje, a neta, a mais nova. Tenho a mais velha com 25 anos e a mais nova com oito. Mas eu vou... divirto-me com os jogos no i-Pad. Lá vai andando. E as netas: “Avó, jogue isso que é bom!” [risos] Não, mas isso é muito bom, a gente conviver com os jovens. É muito bom. Eu sinto que sou mais nova porque exatamente convivo com elas.*

*Eu estou numa turma [de pilates – exercício físicos realizados no solo ou com auxílio de aparelhos]. Ela atende individual, mas eu prefiro... porque me obriga a conversar... e me obriga a sair, e é muito bom. Porque além da ginástica, que se faz, é o convívio [prefere o atendimento em grupo e fora de casa].*

*Aqui é assim: “Queres almoçar cá? Então vem!”. Ainda hoje, nós almoçamos !! Aqui! Ainda não veio uma. Uma das netas não veio cá almoçar. Porque vieram as outras, então tive aqui quatro netas, três filhos, uma nora. Só veio... hoje só veio uma nora, mas veio, entretanto, um filho da nora, que era pra colmatar a vaga... preencher a vaga! [risos] Vêm só pra comer, não é pra dormir. De vez em quando vem uma neta que quer dormir aqui, pronto, dorme.*

(Dona Sara, 76 anos, “Solum”)

*Tenho uma prima direta minha, que me trata por mana, porque o pai ficou tuberculoso em último grau e os médicos não queriam... ele não queria ser tratado fora, porque havia o Caramulo [serra pertencente ao distrito de Viseu, onde havia um sanatório especializado no tratamento da tuberculose], aqui, que chamavam... e queriam que ele fosse pra lá, e ele não queria. E depois, ela viveu no Porto, era irmã da minha mãe, da minha mãe. E depois, ela telefonou um dia a chorar, pra minha mãe – tinha eu 16 anos, já, nessa altura – que estava grávida, mas que o médico não queria que ela tivesse a gravidez, acabasse a gravidez sempre ali ao pé do marido, tinha muito cuidado, porque ele estava com uma tuberculose muito má, mesmo ela tinha que ter muito cuidado, e ela, coitadita, telefonou à irmã, que era minha mãe, muito preocupada, não sabia o que é que ia de fazer. E a minha mãe disse: “Olha, a única coisa que eu te posso dizer é que se tu confiares em mim e no teu cunhado e quiseres, vens cá ter a menina e eu fico com a menina até tu poderes tê-la”. E foi assim. Foi criada comigo. Eu ainda sou a mana!*

(Dona Sueli, 90 anos, “Solum”)

As duas pessoas entrevistadas que frequentam o CD e não vivem sós são o casal formado por Dona Sílvia e Senhor Sérgio, que o fazem em razão de Dona Sílvia estar com problemas neurológicos<sup>328</sup>, necessitando de acompanhamento diário constante que o filho, que mora com os pais, não tem condições de prestar.

*Tenho dois irmãos que já faleceram. Tenho uma irmã e tenho mais irmãos, porque a família era grande. Não, não encontro. Com essa coisa que me deu na cabeça não dá para ir.*

*Não, em casa sozinha também não quero estar. Tenho minha casa, tenho meu filho. E o coitado também não pode trabalhar por causa de um acidente que ele teve. Temos que nos arranjar, eu e meu marido.*

(Dona Sílvia, 76 anos, “Solum”)

*Tenho uns colegas. É porque está tudo muito disperso.*

(Dona Simone, 86 anos, “Solum”)

*Moro sozinha. Mas, de maneira que eu vivi em Santa Clara 47 anos. E depois eu tive um enfarte, e a minha filha: “vamos para lá, para uma casa”. Ela mora no terceiro andar e eu vim ficar embaixo. Mas ela não me faz companhia nenhuma. Fico muito sozinha.*

---

<sup>328</sup> Em razão destes problemas, Dona Sílvia tem pernoitado no Centro.

*Já estou aqui há nove [anos]. Do meu tempo, de quando entrei aqui, acho que só estou eu e duas pessoas e nem sei se elas – já não tenho bem certeza – se elas entraram depois de mim. E umas já morreram.*

(Dona Solange, 96 anos, “Solum”)

*Não estão a viver comigo [suas filhas]. Cada uma está em sua casa. Só aquela é que vai me ver todos os dias, porque tem horário mais acessível para me ver. Porque as outras não.*

*Os vizinhos, cada um está no seu apartamento.*

(Dona Susana, 84 anos, “Solum”)

*Vivei, e, para não estar lá [em Covilhã] viúvo e só, vim para cá [para Coimbra]. E eu, agora que estou viúvo... Para não estar lá sozinho...*

*Porque eu vim para cá para evitar que... quer dizer, escusar a minha filha ter a preocupação de deixar o almoço feito. Porque ela... agora está em férias porque agora a escola... Agora estão de férias escolares. Mas não dá aulas aqui em Coimbra, é em Poiães. Vila Nova de Poiães. E então, vai de manhã, almoça lá, e ela não vai almoçar à casa. Então, ela deixava-me almoço feito e eu aquecia no microondas e comia. Mas, para ela não estar com aquela preocupação em deixar o almoço todos os dias para eu almoçar... E assim, venho praqui, que eu almoço aqui. E convivo com as pessoas. Eu prefiro ir para casa, porque eu não tenho necessidade de estar aqui.*

(Senhor Salvador, 86 anos, “Solum”)

Dona Soraia, viúva, passou a frequentar o CD bem recentemente, após a perda de um irmão, o que a deixou bastante abalada.

*O Meu irmão morreu no dia três de janeiro, e eu vim pra cá... nem foi no fim de janeiro, ainda antes do fim de janeiro. Vim logo, fui pro hospital, depois vim praqui. Passou aqui uma sobrinha minha... Como eu estava sozinha, e muito chateada, muito triste, muito triste ela arranjou pra eu vir praqui. Sempre estou melhor aqui. Elas aqui são muito boas! Sim, sim, sim. Mas as empregadas, a senhora doutora, a Sónia, olha, é tudo muito boa gente.*

(Dona Soraia, 86 anos, “Solum”)

Nos dois territórios rurais, o convívio familiar das pessoas que participaram do estudo pareceu-me mais frequente.

No Botão, apenas duas das pessoas entrevistadas – Dona Benedita e Senhor Bento – vivem sós. Mesmo assim, vivem próximos de suas filhas – ambos são viúvos e possuem, cada um, uma filha – que lhe dão suporte afetivo, emocional e prático na gestão de suas vidas<sup>329</sup>. As demais pessoas entrevistadas deste território vivem – algumas passaram a viver recentemente – com

---

<sup>329</sup> Embora, como já mencionado, Dona Benedita tenha se queixado, durante a entrevista, de conflitos com a filha.



um ou mais de um familiar. A adaptação a uma nova moradia e ao CD, com novas rotinas, novos ritmos, deixando a casa – território de pertença – para trás, geralmente é um processo delicado e difícil na velhice. A perda de familiares, a morte do/a companheiro/a<sup>330</sup>, de irmãos/ãs ou filhos/as, também abala profundamente os alicerces emocionais, alterando os modos de encarar a vida e de se (re)posicionar na família.

Dona Beatriz, por exemplo, passou a viver com uma das filhas na Marmeleira, uma localidade próxima ao “Botão”, em razão de problemas de saúde. Apesar de preferir estar na sua casa, próxima da vizinhança que já conhece há tempos, reconhece que não tem condições de passar o dia sozinha. Como a filha trabalha durante o dia, Dona Beatriz passou, recentemente, a frequentar o CD, onde passa por uma fase de adaptação. Tal como Dona Adelaide, moradora da “Alta”, Dona Beatriz pareceu-me triste, desesperançada em sua velhice, mas conformada com o seu “destino”.

*Pra eu não estar sozinha. Entrei aqui no Centro há quê? Há três semanas. Esse tempo que eu tô na casa dela [da filha]. Depois... eu tenho lá uma casinha, em Outeiro [localidade próxima ao “Botão”], muito jeitosa. Mas ela veio: “A mãe não fica sozinha aqui, de noite. Dá qualquer coisa, não tem quem a socorra. E depois, ainda dizem que a abandonaram”. Veio tratar do que era preciso praqui e estou aqui agora. Durante o dia, eu estou aqui. Depois, à noite, passo lá em na casa dela. Ou vir praqui ou ter que se sujeitar a estar sozinha. Porque a gente em casa não podemos estar.*

*Tenho lá [onde está residindo atualmente] vizinhos, mas bons, assim, eu não tenho. Em frente à casa da minha filha, tem três moradores, uns estão pra Suíça. E só duas casas é que estão ali habitadas. Depois, há lá mais para cima, já mais bem pra cima é que já há, são quase pegadas. Mas eu ali na sua própria moradia] ainda tenho meus vizinhos. Os outros que estão lá são os vizinhos que eu tenho. Mas também, não estão em casa, vão trabalhar, têm a fazenda, também, para trabalhar. Passam o dia fora. Então há dias e dias que eu não vejo ali passar ninguém. Às vezes eu pensava: “Ai, eu vou-me embora para minha casa. Eu não tenho aqui ninguém pra conversar, não passa aqui ninguém!”.*

*Era essa a minha preocupação [referindo-se à entrevista]. Eu não sou daquelas pessoas que falam muito, mas quando a gente vai falar, parece que é um alívio, cá pra dentro. É. Falar. Desabafar. É verdade. É verdade. Eu estava nessa vida assim. Tinha dias que eu não via passar ninguém. E outros dias lá passava uma, ou duas ou três... passavam ali e andavam. Mesmo assim, ai, que triste! Quem trabalhou tanto e agora ter uma vida tão triste!*

*É verdade, é verdade. Lá eu sentia-me muito sozinha. Lá eu tinha o meu lugar, na casa. Mas andava tudo vazio. Durante o dia andava tudo vazio. Eu, trabalhar não podia. E a minha filha disse assim: “Tu não podes andar nessa vida. Vens pra minha casa, ou vai para casa da minha irmã.” “Pra casa da tua irmã é que eu vou”. Eu estava muito triste de vir praqui e agora eu gosto de estar aqui [no Centro].*

*É. Aqui já tem mais movimento. Falas com esta, falas com aquela. Naquela altura, também, eu não necessitava porque ainda tinha forças para ir à vontade com a minha vida e fazer qualquer coisa a uma amiga, ajudar e ela ajudar a mim. E agora já... Foi por isso, eu comecei a: “Mas, então eu estou aqui, entre quatro paredes, sozinha. Mais vale ir pra um lar”. Então que: “Mas porque que não vais pra um*

---

<sup>330</sup> Lins de Barros (2004: 126) alerta para a “heterogeneidade da categoria e da vivência da viuvez”, compreendendo-a como uma categoria marcada por diferenciações de gênero, “na medida em que esse fato cultural é diferentemente vivido e representado segundo se trate de homem ou de mulher, e remete basicamente às suas relações na família”. Para esta mesma autora, a viuvez é, para os homens, um fenômeno demográfico, cuja repercussão social é tranquila. Para as mulheres, entretanto, para além de uma questão demográfica, a viuvez se configura numa questão cultural. Superado o luto, a viuvez pode se tornar uma condição facilitadora de sociabilidade (Lins de Barros, 2004: 126). Entretanto, pessoas que ficam viúvas já em idades muito avançadas, e que tiveram a experiência de um matrimônio harmonioso, tendem a ter mais dificuldades em enfrentar a dor do luto, se abrindo para essa nova realidade (Pedroso de Lima, 2010; Both *et al.*, 2012).

*centro?” “You nada! Enquanto eu fizer o comer pra mim...” Mas eu não fazia. Fazia para eles o almoço. Fazem todos. E à noite, se tivessem que fazer o comer já não era eu. As pernas já não aguentavam.*

(Dona Beatriz, 81 anos, “Botão”)

Dona Betânia vive com o genro, que é separado de uma das filhas, pois sua casa própria está com problemas de infiltração e a família não tem condições de repará-los.

*Eu agora venho pra aqui pro Centro e depois vou pra casa dum... porque minha casa que eu tenho, meu marido também em vez de por um telhado novo pôs um ligamento, pô-lo assim, mas pô-lo telhas queimadas lá da CESON tiraram um telhado de telhas e puseram de outra maneira e ele pôs essa telha e chove na minha casa, eu não posso lá viver. É. O mal foi ele não pôr um telhado novo. Se fosse um telhado novo eu estava na minha casinha, como eu estava. Pois tinha lá uma vizinha que eu me dava muito bem com ela, a noite ia um bocadinho ao pé dela e... assim tô lá em casa, sozinha.*

*Eu gosto [de ir para o Centro]. Fazem [passeios]. Eu ainda fui ali a... Fomos a gente e foram apanhar pessoas a São Paulo de Frades. Também de outro Centro. De outro Centro. Foram lá apanhar pessoas e crianças também. Crianças. Da escola. É. Os que aqui vêm comer, ali de Larçã, da escola de Larçã fazem praí uns... Elas ralam com eles: “Cá tem que respeitar as pessoas que estão aqui a comer!” Mas eles não querem saber! [risos]. É. Eu entendo-me com eles. Eles começam a se encolher assim. E eu chego e não lhes faço mal, eles é que vão assim pra baixo da mesa.*

(Dona Betânia, 93 anos, “Botão”)

Viúva há dois anos, Dona Bárbara vive com a filha, o genro e um neto, com quem sempre viveu, mesmo quando o marido ainda era vivo. Desde que o marido faleceu, passou a frequentar o CD, onde fez algumas amizades e se sente muito bem.

*E depois ficamos lá na casa da minha filha, o meu genro e um neto. Vivo com eles. Vivemos todos. Na mesma casa. Sempre moramos sempre todos juntos.*

*Elas são minhas amigas. Pois, pois. Falamos uns com os outros. Mas eu, como sou um bocadinho surda, eu fico... eu ouço, mas ouço as pessoas falarem mas não compreendo o que é que dizem, já cá veio o médico dos ouvidos e disse: “a idade, a idade também é muita”.*

(Dona Bárbara, 85 anos, “Botão”)

Dona Bruna é viúva há 36 anos. Desde então, passou a viver com uma de suas três filhas, seu genro e dois netos. Gosta de viver no “Botão”, onde tem muitos/as amigos/as; alguns/as também frequentam o CD.

*Ah, senhora dr<sup>a</sup>! Eu gosto de estar na minha casita! Gosto de ficar no quintal! Gosto de vir praqui, mas quando cá estou sinto saudades da minha casita!*

*Gosto, gosto muito! Aqui somos companheiros, fazemos trabalhos de artes, de matemática... Vamos ao circo, fomos à praia...*

(Dona Bruna, 83 anos, “Botão”)

Dona Brenda vive com o marido. As duas filhas e os dois genros vivem em casas próprias, mas no mesmo terreno dos pais. Dona Brenda passou a frequentar o CD há um ano por problemas de saúde que a fazem precisar de ajuda para se locomover e fazer a higiene pessoal. Faz as refeições diárias no Centro. Aos fins de semana, reveza-se, junto com o marido, entre as casas das filhas. Apesar de gostar de frequentar o CD, tal como Dona Bruna, preferia estar em casa.

*Eu venho para cá desde o ano passado, há um ano. Eu gosto, sim. Porque tratam a gente bem e dão o comer bem, e assim, de modo que tem todos excelentes.*

*A casa é a nossa casa, não é? Pois. A nossa casa. Acho que eu gostava mais de estar em casa. Se eu pudesse, mas não posso, não tenho lá coisas pra isso. Ah, eu gosto mais de ficar em casa no fim de semana, mas no fim de semana lá em casa, não tem... o meu marido não tem nada pra me ajudar. Passou muitas coisas. Então, em casa só as minhas filhas que me tratam sempre.*

*Ah, perto da minha casa, os vizinhos já eram antigos, então conhecem-se todos. Uma morreu. E as outras, pra cima, também morreram. Estão lá uns novitos. Pois. Também falo com os novos. Tem um rapaz lá, vai pra lá fazer o serviço, ajudar o meu homem a fazer o serviço.*

*No Natal eu passei lá em casa. Passei lá em casa. Quer dizer, elas costumavam me convidar para a casa delas, e convidaram-me à mesma, mas eu não fui, e meu marido não foi. Fui só de dia. Lá comer e mais nada. No dia 25.*

(Dona Brenda, 76 anos, “Botão”)

Dona Benedita ficou viúva há nove meses. Vive sozinha, desde então (a filha vive em uma casa própria, no mesmo terreno da mãe). Durante a entrevista, chorou muito, lembrando do marido com quem esteve casada por 53 anos. Também chorou em razão de desavenças com a filha que, segundo Dona Benedita, tem retido o dinheiro da pensão de viuvez da mãe. Estes conflitos financeiros, bastante delicados e, infelizmente, muito comuns<sup>331</sup>, acabam afetando a relação entre os familiares. No caso das pessoas idosas, a perda de autonomia para gerenciar os próprios ganhos provoca uma evidente fragilização, não só financeira, mas também emocional. A família, por sua vez, destitui a autonomia de seu familiar idoso muitas vezes no intuito de protegê-lo, não percebendo os sofrimentos emocionais e psíquicos que esta atitude pode causar.

*Era meu marido, amigo, bom [chora]. Vivi, também... vivi muito bem, muito bem [chorando]. Nove meses. Parece que cada vez gosto mais dele, cada vez eu sinto mais falta dele [chorando].*

---

<sup>331</sup> Este tipo de conflito pode se configurar como uma violência contra a pessoa idosa, violência esta que ocorre, sobretudo, no âmbito familiar (Minayo, 2005: 15). A Associação Portuguesa de Apoio à Vítima – APAV – publicou, em 2010, o “Manual Titono – Apoio às Pessoas Vítimas de Crime e de Violência”. Nele, o “comportamento que vise o impedimento do controlo, por parte da pessoa idosa, do seu próprio dinheiro e/ou dos seus bens; e/ou que vise a sua exploração danosa” é caracterizado como violência econômica ou financeira (Manual Titono, 2010: 48 – Disponível em [www.apav.pt](http://www.apav.pt)).

*Eu moro, eu não moro com ela. A casa dela é aquela porta ali e a minha é aqui. Os meninos [os netos] vêm cá de vez em quando.*

*Agora há um problema muito grande porque a minha filha não me dá a pensão do meu marido. Porque ela, como não tinha homem – que deixou – e assim, mandou... Mandou... Dizia... O meu marido morreu com 88 anos, ele tinha mais três anos do que eu, e depois diz assim, olha: “Vocês já não são capazes nem de ir buscar a vossa pensão, nem de... Administrar, nem corrigir o dinheiro como deve ser, porque também vocês não podem...” Eu ia de caminhonete e ela ia-me buscar [ao banco, para evitar furtos]. Mas, iam lá... eu via, às vezes, que iam roubar aos senhores que iam buscar, os velhinhos. E à porta, eles tiram também, por que você não pode ter dinheiro em sua casa, porque eles... Pronto. Olhe. Conseguiu levar o... que a gente fizemos uma... Uma procuração. Foi a minha desgraça. Tínhamos dinheiro pra nossa, pra nossa, pra nossa velhice, que chegava, mas depois a coisa do meu marido, também a minha, vim praqui mais ele [antes de falecer, o marido chegou a frequentar o CD junto com a esposa]. Pagava aqui, pagava lá [o hospital onde o marido ficou por um tempo]. Lá era horrível, era muito dinheiro, e assim foi indo, o dinheiro foi-se embora, até que depois ele morreu e ela... eu nunca... quer dizer, nunca assinei vales, nunca... Assinamos vales pra ela levantar dinheiro, mas nunca fiz... como é que é?... Passar... Passar... Ai, como é que é que a gente passa...? Um cheque pra... nunca passei, nunca soube. Tive mesmo pena. Mas não me apetece, agora, mais nada. E ela vai... O meu marido morre e ela leva-me a... Fiquei com a minha reforma [faz voz de choro]. Que a minha filha levantava a do meu marido. Mas agora, quando ele morreu, eu tinha a reforma... havia de ter a reforma do meu marido. Ela foi levar-me à Caixa e assinei, sem me contar o que ia fazer nem nada, assinei e ela ficou com tudo. Estou muito nervosa, desde que ele morreu, porque ela depois disse: “Vocês não ficam com dinheiro”. Porque nós tínhamos um dinheirinho, não era nada, para velhice. “Porque vocês já não dão conta do recado”.*

(Dona Benedita, 85 anos, “Botão”)

O Senhor Bernardo também sofreu uma perda recente que o abalou emocionalmente. Há poucos anos, a irmã, com quem vivia, faleceu. Depois da morte da irmã, o Senhor Bernardo, que é solteiro e não teve filhos, permaneceu na casa, vivendo com o cunhado e um sobrinho. Desde então, passou a frequentar o CD, para não ficar sozinho em casa. A sobrinha, também filha de sua irmã já falecida, mora bastante próximo. E ela quem ajuda o pai, o irmão e o tio a organizar a casa.

*Lá em casa só vive o meu cunhado – infelizmente a mulher morreu –e... e um filho, um filho. Desde que morreu-me esta, esta minha irmã, esta, a minha... Depois que ela morreu, nunca mais, nunca mais, nunca mais liguei o rádio. Não dá vontade. A pessoa fica, fica... Fiquei, fiquei de uma maneira...*

*Pois, pois. Ah, é como o outro. Não faço escândalo disso [de ter de frequentar o CD] porque lá [em sua casa] também não tem nada que fazer. E assim, a estar lá a olhar pra as moscas... É, entreter-me. Só entreter-me. Aqui, aqui vamos passear, damos a volta lá por baixo, até lá ao fim do lugar, depois viemos pra baixo a pé. Quando o tempo dá, quando o tempo dá.*

(Senhor Bernardo, 79 anos, “Botão”)

O Senhor Bento é viúvo há bastante tempo. Vive só, próximo, entretanto, da única filha, que, junto com a neta, que é enfermeira, lhe dá assistência, auxiliando-o nas tarefas de casa e apoiando-o emocional e afetivamente. Para não passar os dias sozinho, passou a frequentar o CD.

*Eu moro sozinho. A minha filha anda a trabalhar desde de manhã e à noite vai ter comigo. Mora ali em cima. Ela mora ali em cima, eu moro mesmo aqui. É ela, ela [quem limpa a casa]. É ela, e ela que me dá o pequeno-almoço [café da manhã, no português brasileiro] de manhã. Antes de ir para o serviço dá-me o pequeno-almoço sempre.*

*Aí o Natal ou coisas, vou comer com ela.*

*Eu venho aqui [no Centro] poucas vezes. Vim agora cá, comecei este mês a vir cá todo dia, porque eu... Eu vinha cá à tarde. Não gostava e mesmo... porque eu não posso subir pra ali acima, fico cansado de subir ali acima, não sei o que é que me passa pela cabeça. Tenho que fazer um exame que já está preparado, pra... o que é que me dá quando eu me canso. Sei que vim praqui. Enquanto eu pude ir [a pé, de sua casa até o Centro], vinha só às tardes, em cima. Mas aqui agora aqui para cima, agora cansa, cansa uma perna, não quer subir, ponho aqui uma máquina na perna, tenho uma aqui na virilha, eu passo todos, com os instrumentos. Então, agora, como não posso é que eu combinei com a doutora [assistente social do Centro], que vai me buscar [pela manhã]. Se quiser, se não quisesse ficava lá.*

(Senhor Bento, 85 anos, “Botão”)

Também viúvo, o Senhor Bartolomeu vive com as duas filhas, os genros e os netos. Frequenta o CD há dois anos.

*Vivemos todos juntos, minhas filhas, meus genros, meus netos... Não tenho mais nada. Construí duas casas no mesmo terreno. Agora, quem manda, são as raparigas [refeindo-se às filhas, para quem o Senhor Bartolomeu doou, em vida, seus bens – as duas casas]. Passo oito dias na casa de uma e oito dias na casa da outra. E assim vamos.*

*Gosto de viver cá. Dou-me bem com todos! Na minha casa, gosto de ficar na cozinha. Fico a olhar a minha filha a cozinhar.*

*Aqui no Centro é bom. Dantes eu gostava de ir aos passeios. Agora já não. Mas vou, na mesma.*

(Senhor Bartolomeu, 86 anos, “Botão”)

O Senhor Bonifácio, também viúvo, tem sete filhos. Vive com uma das filhas, o genro e quatro netos. Costuma fazer as refeições diárias no próprio Centro. À noite e nos fins de semana, leva, do Centro, a própria refeição.

*Tenho lá, agora são quatro netos – quatro netos e netas, pronto, netos e netas, nora e filho e agora está lá outro também, tá pra casar, coisa, mas...*

*O jantar levo daqui. Eu levo, eu como daqui só. Todos os dias, por exemplo, ao sábado vão-me lá levar almoço e jantar, vai tudo.*

*Domingo vem almoço e jantar. Daqui também. Então o comer vai todo daqui. Eles comem separado, só às vezes, por exemplo, num dia que está aqui encerrado, que às vezes aqui também, por exemplo, se for, às vezes um dia... Os feriados também lá vão, mas há dias que, por exemplo, pro Natal foram três dias, um dia não deram comer. Mas eu fui passar o dia com uma filha que mora ali perto de Condeixa. Fiquei lá, vieram buscar quarta feira, fiquei lá quinta, sexta, só vim domingo. E o ano novo foi a mesma coisa. Essa filha ficou... convidou-me sempre pra... pronto, pra os dias mais de festa. Mas tem. Os outros também, também me convidam, mas eu gosto de lá estar com eles [com esta filha e seu núcleo familiar]. Não sei,*

*aquela filha parece que me calhou mais em graça. Praticamente, tratar mal ninguém trata, graças a Deus, até hoje, foram sete filhos, só aquele é que... fez aquilo, pronto [refere-se a um dos filhos, com o qual perdeu o contato após conflitos financeiros]. Porque depois também... dizem que ele ainda esteve pra França, não sei. Eu desde 2011 nunca mais o vi. Nunca mais o vi. Nem me escreveu, nem me telefonou nem nada. Pronto.*

(Senhor Bonifácio, 81 anos, “Botão”)

De todos, talvez o território do “Casal do Lobo” seja, ainda, o que preserva maior sociabilidade entre os membros de uma mesma família e mesmo entre a vizinhança. Nenhuma das pessoas deste território entrevistadas por mim vive sozinha. Talvez por serem mais jovens que os/as idosos/as dos outros territórios (em média, os/as participantes do “Casal do Lobo” têm 70,6 anos de idade; os do “Botão”, 83,4 anos; os da “Alta”, 84,3 anos; e os da “Solum”, 85,4 anos), não há nenhuma pessoa viúva dentre os/as participantes do “Casal do Lobo”. Todas as pessoas entrevistadas são casadas, vivendo com seus cônjuges e, em alguns casos, com outros membros da família. Apenas duas das pessoas entrevistadas – o casal formado por Dona Cora e o Senhor Cícero – frequentam um CD. Entre as demais, seis desenvolvem atividades de tempos livres (ginástica, natação, informática).

Por ser um território pequeno, que permaneceu mais fechado em razão da falta de acessibilidade aos demais territórios do concelho – problema que passou a ser sanado com as melhorias nos acessos realizadas após a democratização do país e, mais adiante, com a entrada de Portugal na Comunidade Econômica Europeia, conforme já abordado em seções anteriores – parece-me haver uma maior integração entre a população do “Casal do Lobo” em relação à dos demais territórios, mesmo a do território rural do “Botão”, que, pelo que pude perceber, também possui uma comunidade bastante integrada. Com exceção do casal que, embora vivendo no “Casal do Lobo”, passou a frequentar o CD em São Paulo de Frades, uma freguesia rural próxima ao seu território de origem, e sobre o qual não foi possível perceber alguma conexão com os/as demais participantes deste território, todas as outras pessoas entrevistadas do “Casal do Lobo” tinham relações entre si.

Dona Cristina e o Senhor Cássio são casados. Vivem juntos, em uma casa confortável, construída pelo próprio Senhor Cássio, com auxílio de familiares. Os três filhos – uma filha e dois filhos – vivem em outras localidades. Os quartos da casa que antes serviam aos filhos, agora destinam-se aos netos e outros hóspedes que, eventualmente, visitam o casal. Antigos moradores do “Casal do Lobo”, dão-se bem com os vizinhos mais antigos, mas têm algumas ressalvas em relação à vizinhança mais recente. Costumam frequentar o Café, que fica bem no centro do território e serve como ponto de encontro da população local.

*Damos, damos bem, damos, não há problema nenhum. Ajudam-me aqui, eu falo para eles, mas eu não dou muita confiança, porque alguns nem merecem confiança. É, porque a gente... nós aqui há uns vinte anos dávamo-nos bem todos e íamos ali, aqui com um saco... tenho aí, esta senhora que está aí em frente, uma menina, que está ali. Mas o marido, não se vê, eu não o vejo. Passa antes, e deixa ali o carro sempre encostado ali... não sei, é sempre muito... é muito raro ver. Nem abre uma janela, nem abre nada. Nada, nunca abriu uma janela. E esta aqui é também quase na mesma. Vieram para cá, não eram de cá. Compraram. Ele... foi o sogro que também comprou a casa, e vieram para cá e ele arranhou-a.*

*Vou, vou [ao Café]. Ainda há bocado estive na Graça, não viu-me lá? Eu estava lá, com o chapéu.*

(Senhor Cássio, 68 anos, “Casal do Lobo”)

*Pois, ele [o marido] às vezes vai para casa de um amigo... Vai fazer serviços, a ajudá-lo. E eu fico em casa sozinha. Tenho que fazer... Faço o comerzito e tudo, tudo... Tenho que estar deitada num sofá...*

*Conheço [as pessoas que vivem na localidade]. Damos, eu dou-me bem com toda gente. Venho aqui...às vezes levar qualquer coisinha que mais preciso e depois logo venho aviar a.....a mercearia, não é? Naquele carrinho. E trago, como é aqui perto, não é? Outras vezes as pessoas ajudam. É, já tenho tido...já tenho tido pessoas que me ajudam por aqui abaixo.*

*Tenho, mas os vizinhos... Mas, tem lá vizinhos, ó, minha senhora, é como não tenha. Agora mete-se tudo em casa... Hoje em dia mete-se tudo em casa... Alguns trabalham, alguns trabalham, tanto homens como mulheres... Mas tem dias que não se vê ali ninguém.*

*É, reúnem as pessoas, às vezes é aqui [no café] que se encontram.*

*Olhe, infelizmente tenho a minha filha mais velha que não pode passar o Natal comigo. A minha, a minha... esta minha filha que estava lá a viver com o marido... Er... era uma vez na minha casa, o Natal... E outra vez na...na... Na mãe dele, e ó, depois, para o outro ano, era... era... era... era na minha casa à noite, e era... Trocava. E atão pela Páscoa era a mesma coisa. De manhã no... num... num... no marido da minha filha. Ela agora passa só, porque ele é alcoólico. E ela, coitadinha, vê-se doida para não atacar a gente. E ficou sem casa, ficou sem nada... quem está a pagar é a irmã. Porque ele... ele não gosta muito de vir cá para baixo. E... se vem cá para baixo ele... pronto, ele só quer estar fechado na terra dele. Porque lá é a terra dele, e lá ele conhece toda gente, e vai ali à porta e chamam-lhe e dão-lhe um copo de vinho, vai ali ou acolá e toma um copo de vinho. E aqui não, e é que hoje aqui, mesmo o meu marido, se a gente o chamar para cá nalguma festa ou tudo... ele não vem.*

(Dona Cristina, 68 anos, “Casal do Lobo”)

*Todos [os/as vizinhos/as], a gente conhece tudo. Eu na minha rua... demo-nos bem todos uns com os outros... A minha irmã mora aqui, a senhora já viu. E eu moro daquele lado. A minha casa até se vê daqui.*

(Dona Cecília, 70 anos, “Casal do Lobo”)

*Moram lá além... conhece-se as pessoas [comentando que mesmo os/as moradores/as das localidades vizinhas se conhecem]. E como a gente transitou muitas vezes nos autocarros, encontramos sempre... convivemos. Não mas eu... eu... eu ali adonde eu moro hoje... eu moro ali há vinte anos.*

(Dona Catarina, 66 anos, “Casal do Lobo”)

Outra categoria que emerge na maioria das entrevistas, independente do território em questão, é a que denominei de Saúde/Doença, dentro do que seria um quarto eixo: o eixo da *Saúde*<sup>332</sup>. Esta categoria está subdividida em *Serviços de Saúde e*

---

<sup>332</sup> Embora este eixo não figure como um dos eixos principais deste estudo, tal como Mobilidades, Acessibilidades e Sociabilidades, a saúde é um tema sempre presente e recorrente quando se tem como sujeito a população idosa. Obviamente, “[v]elhice não é sinónimo de doença, nem, aliás, de fragilidade.

*Hospitalizações e Toma de Medicamentos.* Grande parte das pessoas que participaram deste estudo revelou tomar pelo menos algum tipo de medicação de uso contínuo – quando não era polimedicada<sup>333</sup> –, além de referir idas aos serviços de saúde e internações hospitalares. Nestes casos, quase sempre precisaram do acompanhamento e apoio de outra pessoa (assistente social/funcionárias/os dos CDs, familiares, vizinhos/as). Um problema constantemente mencionado foram as quedas, algumas vezes provocadas por falta de equilíbrio em razão de problemas associados a alguma patologia específica (problemas neurológicos, por exemplo); outras, em razão da instabilidade e inacessibilidade de alguns territórios; muitas delas, em suas próprias residências que, na maioria dos casos, não é adaptada às novas condições de mobilidade que podem afetar as pessoas idosas.

A questão da saúde na velhice, evidencia outro problema: o risco a que algumas pessoas idosas estão expostas cotidianamente por viverem sozinhas e sem uma rede mínima de cuidados, inclusive em relação ao controle dos medicamentos que devem ser tomados. Sobre este aspecto, Dona Amanda manifestou a vontade de possuir algum aparato tecnológico que possibilitasse, pela Câmara Municipal e pelos serviços de saúde, o monitoramento, principalmente de quedas, mas também de outras situações que possam exigir atendimento emergencial e/ou urgente<sup>334</sup>.

Seguindo a sequência territorial adotada na categoria anterior (“Alta”, “Solum”, “Botão” e “Casal do Lobo”), apresento alguns excertos das entrevistas onde os problemas relacionados à saúde são mencionados.

*Fui pro hospital, tive lá um ano, assim, quando fiz [uma cirurgia] às pernas.*

*Fiquei lá. Estive lá um ano todinho. Depois de lá, fui pra recuperação, pra Pinto Magalhães [refere-se ao Centro de Saúde da Avenida Fernão de Magalhães, no centro da cidade], acima dos Correios. O hospital pertence aos blocos [do Hospital Universitário]. Ainda lá estive seis meses. Tive mais três meses da plástica, em Celas. Fui operada em Celas. E depois é que fui pros blocos.*

*Como vinha quase boa do hospital, vinha toda contente. Do hospital vinha, mas nesta rua, uma vez dei uma queda logo à entrada da porta. Esta rua, eu não sou capaz de a descer nem de a subir. Já são três vezes que eu caio aí nesta rua.*

*Eu não tenho força nas pernas, sabe? Não vou a lado nenhum, nenhum, nenhum, nenhum, nenhum. Tô aqui há cinco anos uma vida aqui, sem sair daqui.*

---

Para algumas pessoas, pode significar inclusive a etapa do ciclo vital vivida com mais saúde [...]” (Graeff, 2014: 78). Entretanto, “ao envelhecer vamos reduzindo a capacidade funcional de nossos diversos sistemas fisiológicos como o respiratório ou cardiovascular; acumulamos sequelas de doenças crônico-degenerativas como a hemiplegia consequente ao acidente vascular cerebral, provocado pela hipertensão arterial não controlada; e desenvolvemos doenças comuns após os 60 anos como osteoartrite (um processo degenerativo articular que reduz a capacidade funcional) e a osteoporose (redução da massa óssea que predispõe a fraturas) (Chaimowicz *et al.*, 2013: 59).

<sup>333</sup> Segundo Pontes, a polimedicção ou polifarmácia é o consumo concomitante de mais de um medicamento. Este autor distingue a polifarmácia racional (aquela em que são prescritos vários medicamentos, mas de forma que haja um controle entre potenciais efeitos adversos e interações danosas) e polifarmácia irracional (quando há o consumo de mais de um fármaco em razão de automedicação ou, ainda que haja prescrição médica, por desconhecimento do consumo de outro/s medicamento/s pelo/a médico/a ou, ainda, pela má interpretação de um efeito adverso, que pode ser tomado como uma nova doença (Pontes, 2007).

<sup>334</sup> Dados da Câmara Municipal de Coimbra informam que no ano de 2004 foi implantado o projeto “Teleassistência ao Domicílio” junto à população idosa do concelho. Este projeto, “que consiste no funcionamento de uma central de assistência permanente, pronta a responder a qualquer situação de emergência, 24 h por dia através de um sistema de comunicação rápido e seguro” (Câmara Municipal de Coimbra: [www.cm-coimbra.pt](http://www.cm-coimbra.pt) – acesso em 01/08/2017), já atendeu, segundo a CMC, 125 pessoas, sendo atualmente 72 pessoas beneficiárias do programa em todo o concelho. Nenhuma das pessoas entrevistadas por mim tinha, até então, tido acesso a este projeto.



*Ai, nem quero lembrar-me! Só peço a Deus que ninguém tenha nem um terço do que eu sofri! É a coisa pior que pode haver é as pernas. E eu sei lá... dias depois, eu parti a cabeça...*

*Eu levei doze pontos aqui, eu até estou careca, olha! Eu é que puxo o cabelo pra me tapar a cabeça! Olha, veja: doze pontos, daqui até aqui [mostrando a cabeça].*

*Eu fui sempre muito, muito, assim, adoentada, desde garota. O que eu tinha era o espírito vivo. O que eu tenho muito é o espírito.*

(Dona Aurora, 89 anos, "Alta")

*Mas já dei duas quedas. Grandes. Uma vez... Na rua. Uma vez fui ali, havia ali uma senhora, que ainda me dou muito bem com ela, que até deu um AVC há pouco – é brasileira – que tinha ali uma casinha de pronto a vestir ali ao pé da Sereia. Chama-se Dona Teresa. E depois, eu vinha de lá, mas vinha de chinelos. E ali, ao pé da farmácia, de uma farmácia que lá há uma paragem de troiller, eu vinha andando, dei uma topadazita, caí, mas bati com força assim no chão e vieram duas mocinhas e dois moços e levantaram-me e disseram: "A senhora tá bem?" E eu disse: "Estou." "A senhora não quer um copinho d'água, que a gente vai ali buscar à farmácia, com açúcar?" "Não, tô bem." Olha, tive ali a sentar a espera do troiller, um bocadinho. Eu sei muito bem que me sentei. Mas não me lembro mais nada. Desmaiei, desmaiei. Havia um casal qualquer que estava lá no estacionamento, parado, vieram, assim depois, não é, vieram no meu auxílio, foram à farmácia, estava toda molhada. Deram-me água, chamaram o INEM [Instituto Nacional de Emergência Médica de Portugal]. Depois vinha a carrinha daqui [do Centro] a passar, vinha buscar utentes, e alguma das empregadas disse: "Ah, parece que está ali a Dona Augusta deitada no chão!" Tava em cima do passeio, mas tinha duas almofadas que os senhores tinham dentro do carro, foram buscar, nunca soube quem eles foram. Veio o INEM, já me tinham feito os primeiros socorros e elas trouxeram a minha carteira praqui [pro Centro], só me deixaram os documentos que eram preciso pro hospital. Chegaram aqui e contaram. Depois a Dr<sup>a</sup>. Maria João, que está com baixa, que é a nossa diretora de cá, está aquela menina, a Ana, está agora no lugar dela, ela telefonou logo pro hospital, pra saber de mim e pra uma colega dela que trabalhava lá. Pois eu estava nas urgências. "Quem é a Dona Augusta?" "Sou eu. Mas a senhora doutora o que é que quer de mim?" Diz ela: "Eu não sou doutora. Sou assistente da Segurança Social. Venho aqui mandada pela Dr<sup>a</sup>. Maria João, do Centro, perguntar o que é que a senhora precisa." "Eu não preciso de nada, já fui fazer exames já tudo, não é?" Graças a Deus estava assim, tinha a vista toda cheia de sangue por dentro, deu-me um derrame, mas correu tudo muito bem.*

*Outra vez, andava na fisioterapia, ao lado dos blocos de Celas, é na clínica do Dr. Fonseca, ando lá, tenho agora pra ir fazer, até. Ia a sair do autocarro, e tem muita gente ali àquela hora, de manhã, que eram nove... ainda não eram nove horas. Eu escolho ir sempre só de manhã. E depois vinha uma menina a passar por mim, que ia com pressa, pra ir pro hospital, devia ser trabalhadora lá. E eu: "Ó, minha menina, vai com muita pressa, passe." Eu dei-lhe passagem. Caí uma queda, hum! Também desmaiei. E depois, quando eu acordei, era tanta gente em volta de mim! O INEM já estava lá a fazer-me os primeiros socorros, veio do hospital, ali. Pois, pertinho. Estive lá até as duas horas da manhã. Mas graças a Deus não tinha nada partido, nem nadinha. Depois, foi lá a carrinha daqui [do Centro] buscar-me e trouxeram-me à casa. As duas vezes, as duas vezes.*

(Dona Augusta, 91 anos, "Alta")

*Porque eu uso um saco [mostra a colostomia]. Fui operada há muito tempo. Não é nada mal. Eu estava... Meus filhos – já mostro – meus filhos vinham todos cá comer, mais as minhas noras e netos – que os meus netos são todos, também, doutores, já tudo formado. E eles, eles iam-se embora e eu ia pra arrumar a cozinha. Fui pra arrumar a cozinha e dá-me aqui uma dor. Aqui [mostrando a lombar]. Na coluna. E eu assim: "Ai, a minha coluna!" Eu cheguei ali à varanda e já chamei a minha filha. E... chamei a minha filha e... Disse assim: "Oh, Bel – ela chama-se Isabel – leva-me ao hospital. A minha coluna está a me...". E ela disse: "Oh, mãe, queres ir ao hospital?", porque eu era alérgica a ir ao hospital. E vai ela assim... E eu*

vou assim: “Querida”, de tanta dor. Fui lá, o médico viu-me, receitou-me um comprimido. Mas não era nada, não era nada [da coluna], dr<sup>a</sup>, vai ouvir. Eu, se não fosse tão depressa, morria. Ainda vim pra farmácia, viemos pra farmácia, no táxi, que ela não levou o carro dela porque ia agitada. E quando ela... ainda compramos uma caixa – não vendem um – tivemos que comprar... Cheguei aqui tomei um, arrumei a cozinha, e tudo. Não fez nada. Ao outro dia... Volto: “Oh, Bel, vem, oh, Bel, acode!” Já não descia as escadas. Havia aqui um minimercado, ele que veio cá buscar-me ao colo pra me levar pro táxi que ia à porta. Entrei pro... a minha filha é radiologista. E nisso ela... ficou cá fora nas urgências e eu fui pra dentro. Mandaram-me logo pro bloco [cirúrgico]. Logo pro bloco. Se demorasse mais cinco minutos... Não me curavam. Foram os intestinos. Estavam podres. Eles giram pra trás. Naquele dia, naquele dia, no hospital, levei oito horas na operação. Mas, graças a Deus, correu tudo bem. Correu tudo bem.

Posso comer de tudo... Não é bem assim. Olha, ontem comi uma pera, sumo de laranja. Os intestinos deram logo por si. Quando cá vieram, à tarde, tenho um saco de diarreia. Mas eu tenho remédios pra tudo. Tomo muita [medicação].

Só agora é que eu arranjei, desde que eu adoeci, é que arranjei uma cachopa pra aqui estar. Porque eu não vou à rua sozinha. Porque eu caio. Eu me inclino assim. Eu tenho as artroses.

Caí, mas é facilmente!

(Dona Anita, 86 anos, “Alta”)

Caí... caio, caio muita vez. Atão não caio? Eu agora estive muito doente de uma queda que dei... duas! Duas quedas! Aqui em casa. Aqui em casa. Uma foi ali na tapete... Não foi nesta, foi na que está lá dentro, naquela sala. Ah... ia para ir à varanda ver quem era [que batia à porta], e ó! Depois abri a porta, e este pé... pus o pé na ponta do tapete, e o tapete ecorregou... e eu fui malhar ao chão. Ah, estive tão mal, tão mal, tão mal... Tive muito mal mesmo... fiquei sem andar nem nada. E outra vez foi na... foi no meu quarto, eram seis horas da manhã. Às seis horas da manhã levantei-me para... para... Às seis horas da manhã levantei-me para fazer xixi e, ó, depois fui outra vez para a cama, pus este vest... este joelho, assim, em cima da cama, que era para depois por este que... que... ainda me doía... Da outra queda. E eu depois... mas este joelho er... er... com o pé escorrega no tapete. Quando ia para pôr este... p... pr... o tapete escorregou para trás, para trás da cômoda, e eu fui para a frente, para cima da cama e... e... enrolei-me, não sei como é que eu fiz aquilo, enrolei-me e bati com esta parte na quina da mesinha de cabeceira. Sabe lá... tinha isto tudo preto da cor desta carteira... Debaixo do peito, e aqui, apanhou-me uma costela, tive muito mal, aqui também... Pois... eram sete horas da manhã estava o meu neto comigo no hospital militar. Fui ao hospital militar, porque a gente naquele hospital [da Universidade] nunca mais de lá sai. E eu fui... e eu fui ao hospital militar que o meu marido também era uma autoridade, e fui ao hospital militar e fui logo atendida. Logo. Fizeram-me logo o raio-x, fizeram-me logo tudo... Fizeram-me logo o raio-x, tinha uma negra, olhe, assim! Aqui assim, embaixo. Muito grande, uma ganda negra, mas mesmo negro, preto! E tinha outra aqui debaixo do peito, e tinha uma costela fraturada...

E eu nessa altura estava com a minha tensão a 16. Mas, ó, depois tive cuidado, para... par... para... cuidado com aquilo que a médica me deu, e passado uns dias tornei a medir a tensão já estava... já estava com 12. Baixou bastante, com a idade a gente tem de ter cuidado...

*Tenho [que tomar medicação], tomo para dormir, costuma-me um bocado a adormecer. Ah, eu... se eu me assentar no sofá de tarde, de tarde já adormeço... adormeço, adormeço. E na cama, custa-me adormecer... [risos] É, é pois! Tenho de tomar o comprimido para dormir. E, atã, tou tão habituada, assim, a dormir deste lado que se eu dormir deste, já... Agora ando a tomar aquele medicamento que tenho ali, que é para tomar dia sim dia não. Eu escrevo tudo. Na caixa, cá fora. Escrevo como... como é que hei-de tomar e como é que não hei-de. Para não confundir, quer dizer: ontem tomei e hoje já não tomei e amanhã tenho de tomar outra vez. E é dia sim, dia não. Que às vezes esqueço-me se eu tomei ontem ou não tomei, não me lembro. Mas... também não é disso que eu vou morrer, se eu me enganar num dia [risos].*

(Dona Amanda, 87 anos, “Alta”)

*Já, cai muita vez. E quando eu andava a trabalhar, uma vez dei lá uma queda, ia com a caixa do dinheiro... e espalhou o dinheiro, espalhou tudo!*

*Não, não teve [ajuda de ninguém]. Pois levantei-me e sentei-me e a minha colega: “Queres ir ao hospital?”. “Não, não vou ao hospital, vai passar.”*

*Ah, preciso [tomar medicamentos]! Então eu saí a comprar. Não, eu fui comprar fraldas pra ele [para o marido]. Fraldas, quer dizer, não é fraldas, é cueca. Vou à farmácia ao pé do Mercado [Público, já na “Baixa”].*

(Dona Adelaide, 74 anos, “Alta”)

*Ainda a bocado eu caí ali na... ainda a bocado eu caí ali na cozinha.*

*“Os serviços de saúde estão a ficar muito mal, já não querem os idosos doentes no hospital. E se a gente para lá vai com uma dor no coração, passamos horas a espera que alguém nos dê atenção. Agora já...” Foi-se! Ah: “Agora já não podemos estar doentes, queremos saúde, alegria a toda gente. Tratem de nós, deixem-nos também sorrir na sociedade que ajudamos a construir. E os serviços de saúde cada vez estão piores e não nos venham dizer que isto vai ficar melhor. Se a gente vai à Caixa com uma gripe ou uma dor, vem sempre alguém que nos diz: ‘Pois não está o senhor doutor’ – vem outra vez o refrão. “Se a gente vai à Caixa quase sempre há sarilhos porque a gente vai chamar o médico ao domicílio. Se ele vai à nossa casa, vai sempre de mau humor e nunca dá aos doentes um pouco do seu amor” – depois outra vez o refrão. Depois é assim: “Se vamos ao consultório, então a coisa resulta porque a gente vai pagar 80 euros de consulta. Mas a reforma é pequena e nessa é que eu não caio, pois só nos dão aspirina pros bicos de papagaio” [risos] [Canção composta pela própria].*

(Dona Antónia, 89 anos, “Alta”)

*Bah, dei muita queda. Mas em casa. Nem tanto tapetes. Caió. Às vezes caio nem sei como. Às vezes [recebe ajuda quando cai], a última queda que eu tive, duas pessoas me ajudaram. Mas na maior parte das vezes eu levanto-me sozinha.*

*Tomo todos os dias. Para a tensão, para o coração.*

(Dona Susana, 84 anos, “Solum”)

*Nossa, tomo! Se tomo medicamento!  
Cair? Nossa! Na rua, em casa, em qualquer lugar, diversas vezes!*

(Dona Sílvia, 78 anos, “Solum”)

*Sim, tomo muitos, tomo. Tomo muitos [remédios]. Pra tensão, pro coração, também tive lá internada ao coração, quando o meu irmão morreu. Fiquei muito abaixo. [Éramos] Cinco meninas. E até rapazes. Os rapazes já morreram todos. Morreram todos, todos. Morreu um, agora, há pouco tempo. Há dois meses e meio. Este deitou-me abaixo, ai! Que eu gostava tanto dele! Ui! Fiquei doente. Tanto fiquei doente que estive nove dias no hospital. Por ter ficado tão doente, tão doente, tão doente, que eu gostava muito dele.*

(Dona Soraia, 86 anos, “Solum”)

*Agora, não tomo. Estou atrasada em fazer a revisão. Mas não teve problema, não era cancro maligno. Depois, pronto. Tenho um pouco de surdez. E tenho problema de tremor essencial. Por exemplo, estou comendo sopa, minha mão vira e...*

(Dona Simone, 86 anos, “Solum”)

*Umás quantas [quedas]. Em casa, até aqui [no CD]. Dei aqui uma queda, não sei de que maneira. Fui para embaixo daquela cadeira, tive que ir para o hospital. Na rua eu nunca caí. Nunca caí. Em casa, sim. Já caí no políban [box onde se toma banho].*

*Mas acontece que eu tenho que tomar um medicamento para o coração, que eu não posso viver sem. Enquanto eu for viva, não posso largar. Que é um que nem todo mundo conhece, o Lasix.*

(Dona Solange, 96 anos, “Solum”)

*Tomo alguns medicamentos. Para tratar a tensão, não. Quer dizer, tomo... tenho... Apareceu uma arritmia no meu coração, então, tomo um comprimido todos os dias. Um comprimidinho para o coração, para isso. E tomo duas cápsulas: uma de manhã e a outra à noite, por causa da circulação de sangue. E tomo, também, um comprimido de manhã e outro à noite, para a respiração, para respirar melhor, porque trabalhei nas minas e isso vai tudo para...*

(Senhor Salvador, 86 anos, “Solum”)

*Tomo, muitos. Uma média de nove comprimidos por dia. Tive enfarte. Há três anos, vai fazer quatro anos.*

*Em casa às vezes dá-se um tombo sem querer. Até tropeçar nos tapetes. Na rua... já caí no meu quintal. Pronto. É assim. Diz que quem vai à água, sempre se molha, não é? É natural. Então, quando a gente começa a ter uma certa idade, já não tem aquele equilíbrio que devia ter e a gente cai com facilidade. Um dia desses, lá em casa, estava vestindo as calças e não sei porque eu caí. Eu cambaleei, agarrei-me à cama, caí pra cima do tapete.*

(Senhor Sérgio, 84 anos, “Solum”)

*Tenho que tomar, tenho que tomar [medicação]. Pra tensão, pra tensão e pra... Pra isso não. Isso não tem hipótese. Tem uma fisioterapia que permite, e tem uma ginástica especial, se quiser fazê-la pra treinar o cérebro [mencionando um acidente que teve no nervo vestibular, no ouvido, que altera seu equilíbrio].*

(Dona Sara, 76 anos, “Solum”)

*Durmo, mas tudo à base de remédio. Tomo muito remédio. Chega à base de... Tem dias que são mais de 15. Minha neta controla tudo. Tem escrito à caixa. Tem uma caixinha e botamos as caixas todas ali. Pois. É, é. Isso é para isso, aquilo é praquilo. É tudo assim.*

*Mas os remédios que eu tenho enfiado cá pra dentro! Ah! Eu não sei mais. Eu morria se não deixasse de tomar tanto remédio, que fazia mal à cabeça. E mesmo assim, ainda não ando bem. Por exemplo, se for estender roupa... No varal, eu não posso olhar muito tempo pra cima. Fico meio tonta. Ou, e assim, com a cabeça pra baixo, e levantar a cabeça pra cima, fico meio...*

*Se eu caí? Ah! Quantas vezes! Olha, em casa, eu já caí três vezes. Caí da cama abaixo. Este braço ainda me dói. Mas é um bocadito alta a cama Eu virava, devia ter mais cuidado. Pumba! Caí três vezes. Mas, graças a deus, nunca foi de maneira que eu precisasse ir pro hospital.*

*Agora é que eu não saio. Mesmo assim, se eu me abaixo a calçar ou assim... Tudo a estalar. A estalar. É assim.*

(Dona Beatriz, 81 anos, “Botão”)

*A primeira vez que eu caí, eu até já tinha... foi lá ao fundo da minha escada, que ainda lá estava, ainda me agarrei, assim, ao corrimão, mas ela é só de madeira e escorregou, e eu bati com esta parte contra uma mala, que eu não sei como meu coração não arrebentou. Mas pronto, foi essa minha vizinha deu-me uma coisa, que é Brufen, e eu comecei a tomar.*

*Eu tenho uns problemas quaisquer, assim, na cabeça, adormece-me deste lado, mas não sei. Não sei o que é, não sei. Vou tomando o remédio que eu tomo e pronto, e lá me deixo andar.*

*Tomo [muitos remédios]. Três de manhã, um pra hipertensão, que já é pra hipertensão. Já é quatro vezes mais do que eu tomava. Eu tomava Itacande [nome do remédio mencionado por ela]. A médica até passa a receita mal, mas depois na farmácia eles dão-me o que eu quero. Dão-me o que eu quero, porque meu genro é que lá vai aviar, e dão-me aquele que eu... o que eu comecei, que já tomo há muitos anos. Que eu já tomava oito, depois até comecei a tomar o 16 e agora já tomo 32.*

(Dona Betânia, 93 anos, “Botão”)

*Caí, caí uma vez, a primeira vez que eu caí, não lembro como é que eu caí, sei que me foram tirar do chão e eu não conseguia andar, mas um dia eu levantei-me, comecei a me agarrar, à cômoda e à minha cama, que é de ferro, tem assim umas coisas... Umas rodas, assim... Era da minha bisavó, e eu fiquei com a cama pra mim. É de ferro. E depois vinha... não sei como é que eu caí, pois agarrei-me, comecei a andar, agarrei-me à cama e cheguei à cozinha.*

*A segunda vez, estava uma vizinha também lá e eu estava à janela, que é baixinha, pra não ir pra rua, estava a falar pra ela, a me dar as coisas. Ela deu-me as coisas, uns vestidos, eu já tinha, quando fui pra lá, tava muito calor e tinha a luz acesa porque tinha as janelas de pau fechadas. E depois, eu fui lá, vim-me embora, e esqueci que tinha a luz, apaguei a luz. Pois esqueceu-me que tinha apagado a luz, quando fui a me levantar, agarrei no saco, agarrei no saquito, comecei a andar, vinha com a luz do sol, bati numa malita que eu tinha aos pés da cama, dei um trambolhão, bati com a cabeça no guarda-vestidos. Não sei como é que eu me consegui levantar sozinha, tinha lá ninguém. Levantei-me, mas depois passado um*

*tempo comecei a tremer com as pernas e um primo meu que é paramédico foi lá e disse-me: "Isto não tem cura, isto não adianta tomar nada, porque isto não tem cura".*

*Eu estive cá [no Centro] parece-me que uns dois anos, ou não sei o quê, mas depois eu fiquei mal da minha cabeça, não sei o que é que me deu na cabeça, e minha filha mandou-me pra Pereira. Pros cuidados continuados. Depois que lá estive... E melhorei. Depois, quando fui, já ia melhor da minha cabeça. Que eu via e ouvia coisas. Dizia à minha filha assim: "vai tratar das suas avós" – as minhas avós que já morreram já há tantos anos –, e eu dizia assim: "deixa eu fazer um quarto para as avós". Depois, via o meu pai, o meu pai, com muitas barbas, uma barba muito grande, assim. Ai eu vi que eu via coisas. São coisas que nem me quero lembrar, pois não estava bem da minha cabeça, não sei o que é que eu tinha na cabeça, mas graças a Deus, desapareceu-me tudo. Graças a Deus. Eu estive pra lá pra Pereira [em um hospital na freguesia de Pereira, no município de Montemor-o-Velho, a menos de 30 km de Coimbra], eu fui a primeira a entrar lá em Pereira e estive lá seis meses em Pereira, e dois no hospital, oito. Oito fora de casa. Mas estive muito mal no hospital, eu não sabia que estive assim, tava ligada a fios e muitas coisas, nem sabia. Eu não sabia de nada, não lembrava de nada. Só me lembrava, mais tarde, lembrava que tinha... lam meter-me... Todos os dias era injeções, era radiografias a isto, radiografias àquilo, muita coisa, muita coisa. Todos os dias era à urina. À urina, ao sangue, todos os dias vinham fazer isso. Depois eu fiquei assim, nem sabia que lá estava há dois meses no hospital. Passou-se o tempo sem eu saber.*

*Eu de manhã tomo cinco comprimidos por dia e ao meio da manhã ao fim do almoço tomo um pras trombozes.*

(Dona Bárbara, 85 anos, "Botão")

*Pois. Também, já estive lá ao hospital e tudo. Já. Já fiz uma operação aos dedos, já fiz uma operação aos dois olhos...*

*Em casa eu já caí muita vez, mas foi ainda quando eu podia mais. Caía e levantava. Pois. Conseguia. Mas agora não. Agora eu não consigo. Se eu ferrava os passos, ficava lá. Caisse. Se eu tivesse que levantar, a gente ia levantar, mas desde que eu fiquei assim mais presa, não abusei mais.*

(Dona Brenda, 76 anos, "Botão")

*Os bombeiros foram lá uma vez – foi só uma vez – eu parti esta perna. Pois. Nunca mais ficou boa, mas o médico também me disse, ele falou pra mim: "Isso bom, bom nunca fica". Caí, sim [questionado sobre se o problema da perna foi causado por uma queda]. Em casa. Em casa, foi lá no pátio, num patiozito, estava muito vento, estava uma porta aberta – aberta, estava fechada, mas eu abri-a, e fui pra fechar novamente, veio uma data vento e bum! Bum! Empurrou-me pra trás, bateu-me aqui, assim, andei de roda, parecia um pião. Andei de roda, pronto, caí no chão... E bati com a perna não sei aonde, nem sei aonde. Ah, foi uma pedrita, uma pedrita, assim, deste tamanho, assim. Segundo me dizem. Eu não acreditava que tinha partido. Sim. Não acreditava que tinha partido, mas eu não segurava em pé nem nada. Portanto, é que ainda fui... ainda consegui levantar-me, sozinho. Agarrando-me, assim, encostado às paredes, fui pra cama. Fui pra cama.*

*Era um rapaz, um homenzinho [quem chamou os bombeiros]. Era um homem que lá apareceu. "Tô pregado na cama. Foi isto, e isto, e isto. Não posso sair daqui". Ele lá me tirou as botas aos pés, lá fiquei até as cinco horas. Até as cinco horas da tarde. Mas não me doía nada. Estava a perna esticada, não me doía nada. Parada. Quando foi pra me levarem pra o hospital é que... [ri-se] Ai que eu disse: "Oh, não dá". Pronto, e não deu. Lá passei ali um tempo. Pois. Ficou ali, ficou parado, assim, e pronto. E eu lá estive. Ao fim de uns oito dias, operaram-me. Fui operado, e tal, e pronto. Fiquei lá mais uns 3 dias, de resto mandaram-me pra casa.*

*Só tomo um comprimido... um comprimido à noite, e outro de manhã, mais nada. Pra circular o sangue.*

(Senhor Bernardo, 79 anos, "Botão")

*Tomo [medicação]. Se não fosse o medicamento eu já cá não estava. Pra tudo. Tudo. São cinco comprimidos que eu tomo de manhã. E mais a insulina, e tenho que aqui dois agora pra tomar no fim do almoço. Um é uma aspirina. Se a gente tiver uma trombose, não leva com tanta força. Eu já tive. Eu já tive um trombozinho. Foi um dia, à tarde. Foi em maio, nunca me esqueceu. Não sei quantos foi, mas eu sei que foi em maio. Deu-me aqui e fui pra casa. E vou à casa de banho, fui, mas já não me levantei católico, já não estava bom. Doía-me aquilo [a cabeça], doía-me aquilo. Já não estava bom. Naquilo eu levanto-me, visto-me, conforme eu pude, não pôde ser muito bem, fiz de qualquer maneira. Eu ia com o destino de ir ali pra sala. Abri a porta, pra sair, abri a porta do quarto, estava lá uma cadeira atrás da porta, sentei-me na cadeira e ali fiquei. Sentei-me na cadeira. E lá foi minha filha, quando ela veio do serviço. Na minha casa, ainda, aí veio, tava eu debruçado em cima da cadeira. Pois. Ela que me acordou. "Oh, vamos ao médico." "Agora eu já estou bom, não é preciso."*

*Se eu cá? Oh! Esta testa é que sabe as vezes que bateu no chão na casa de banho. Tive um problema. Eu não sabia o que tinha e ninguém dava com o assunto. Eu tinha um problema, eu começava... ia andar... E dava-me aquilo. Tem um dia... fosse onde fosse, na estrada, com as canadianas e gritava. Gritava. Estava aqui a farmácia aberta, da farmácia ouviu-me e foi-me acudir. Aquilo passava, pronto. Vim aqui à médica e a doutora: "Isto assim, assim." "Eu fico a gritar, não sei o quê!" Fez uns exames: "Faça isso, faça aquilo", foram uns sete exames que eu fiz, o último foi à cabeça, tive lá quarto de hora. "Oh, menina, o que é que isso deu?" "Não deu nada." "Oh, doutora, deu alguma coisa?" "Não deu nada de especial." Depois eu fui à médica, na segunda feira a seguir, ela me abriu a carta [o resultado dos exames]: "Não tem nada de especial no seu exame". "Pois doutora, a coisa está cá; o que é, não sei." "A coisa está cá." Isso foi numa segunda feira. "Oh, doutora, a coisa está cá." "O que você quer? Não acusa nada." "Pois não, mas eu sei. Eu não sei o que é, mas a coisa está cá." Na terça feira, fui a um bar a sentar-me ao pé de um amigo que já faleceu, também andava manco, fomos pra ali, num bar, sentamos acolá. Disse a ele assim: "Ópa, segura-me." Depois não podia segurar, cá pra trás. Lá vou eu na farmácia. E naquela altura eu cá pra trás. Vi que ia dar-me aquilo, cá pra trás. E em casa gritava quando aquilo me dava. Deu-me ali, cá pra trás, fomos de novo à farmácia, na farmácia veio com comprimidos, não me lembra, comprimido nem nada. Colocou-me debaixo da língua, não lembro de nada. Depois chamaram o médico, veio ali – ele até era conhecido da minha neta, o médico. E era um a escutar-me e o médico a escrever. Tudo o que ele dizia, escrevia. Escreveu, escreveu lá, preencheu. Despiram-me. Ai, que aflito eu estava naquele dia, aí, que aflito! "Tenha calma." Escutaram-me. Chamaram uma ambulância lá de Brasfemes: pro hospital. No hospital não me disseram o que era. Pois lá fiquei aquela noite. No outro dia de manhã chegou a enfermeira pra mim: "Oh, senhor, levante-se lá, você tem de ir ao banho." "Tá bem." Naquela altura já tinha a perna [usa uma prótese de uma das pernas], lá me lavei conforme pude, e aí depois veio, "Quando você estiver lavado, limpo, chame-me, toca a campainha." Concordei. Quando fiquei pronto, dei logo o sinal. Ela veio, levou-me. Disse-me a enfermeira assim, pra mim, quando eu já estava deitado: "Sabe o que é que tu veio, aqui vai fazer?" "Eu não, saber eu não sei." "Não sabe?" "Palavra, ninguém me disse o que era, ninguém me disse o que é que eu tinha." Disse: "Olhe, você vem aqui pôr uma pilha no coração". E pronto, acabei por saber o que era. Pronto, lá veio o médico lá, pôs-me a dormir. Acordou e senti ele a cortar e via ele pôr, assim, uma coisita. É uma coisinha, sei lá o que aquilo era. Eu vi, assim, no espelho. Mas, depois cortaram-me, eu senti sono com a injeção que deram. É pro sono. Mas eu já pus a segunda. Nunca mais. O problema foi-se embora. Já não tinha força pra bombar o sangue. Mas que tempo eu andei com isso!*

(Senhor Bento, 85 anos, "Botão")

*Eu tomo medicamentos pra tensão depois do almoço, agora estou a tomar pra próstata porque não sei quando vou ter de ir... quinta à IPO [Instituto Português de Oncologia], à IPO, vou lá. Vamos a ver. Eu, se eles me disserem que não tem, assim, muito perigo, não faço cirurgia. Agora, se me disserem, eu já tenho lá na carta que o médico que é... Tanto que tenho que lá estar quarta feira as oito e dez.*

(Senhor Bonifácio, 81 anos, “Botão”)

*Pois, tomo, muitos medicamentos. Eu tomo onze comprimidos por dia. Tensão, arritmia, tive um princípio de um AVC, tomo comprimidos para a cabeça... er... quer-se dizer, tenho problemas de sangue.*

(Dona Catarina, 66 anos, “Casal do Lobo”)

*Eu tomo, eu tomo, não... tomo de manhã logo um em jejum. Tomo logo um de manhã em jejum, para o coração, porque eu sou hipertensa. Também tomo isto, isto é para a cabeça [mostra-me a caixa do remédio]. Tomo isto para a tiróide [mostra-me a caixa], já fui operada à tiróide. Já fui operada à tiróide, tomo isto, e tomo isto... É, e tomo isto para a tensão [mostra-me a caixa]. Ah, e é os outros, eu de cabeça não, mas eu sei, trouxe os papéis, era para me lembrar.*

(Dona Cecília, 70 anos, “Casal do Lobo”)

*Sim, não posso espaçar [a toma de remédios].*

*Muitas quedas, muitas, muitas quedas. Em casa, na rua, tudo tudo. Já joguei nas escadas de baixo... Não tomava banho, nem me vestia, nem me lavava... nem fazia nada, nada, nada. So queria o escuro, segundo minhas filhas dizem...vivia no escuro, não queria ver ninguém. Não, não lembro direito. Apaguei [referindo-se à depressão, doença que a acometeu tempos atrás].*

(Dona Cristina, 68 anos, “Casal do Lobo”)

*É... serviço até ver não. Tou bem ainda, graças a Deus, só os joelhos é que já fui operado... tenho uma... prótese no joelho direito e fui operado a este... estava ao serviço ainda, este. Tenho muitas artroses. A minha mãe já tinha, o meu avô já tinha, eu também. A minha viu, e eu também, também já tive. Tive e tenho. Às vezes nos dedos e tudo...*

(Senhor Cássio, 68 anos, “Casal do Lobo”)

A categoria de *Mobilidade* diz respeito ao *Uso de Transportes* e ao *Uso de apoios* (bengalas, muletas, andadores, cadeiras de rodas) pelas pessoas idosas participantes.

O uso de apoios, principalmente bengalas e muletas (também chamadas de *canadianas*), para se locomover, mesmo dentro de casa, é bastante comum entre as pessoas entrevistadas. A união de idade avançada, polimedicação e terrenos hostis às caminhadas é propícia à falta de equilíbrio, resultando em quedas muitas vezes graves que podem, inclusive, resultar na perda completa de autonomia física. Em contrapartida, o uso de apoios mecânicos além de gerar alguma segurança, representa, em algumas vezes, dependendo das condições físicas e psíquicas de quem os utiliza, um exercício de autonomia e liberdade, possibilitando a continuidade de realização de algumas tarefas cotidianas, ainda que adaptadas.



Apesar de muitas pessoas idosas recorrerem a automóveis particulares, principalmente de familiares, para os deslocamentos no município, o uso de transporte coletivo é bastante comum em quase todos os territórios. Excetuando-se a “Alta”, que dispõe do microônibus conhecido como “Pantufinhas”, que acaba por atender parte significativa da população idosa daquele território, os demais territórios dispõem de linhas de transporte coletivo comuns. Na “Alta”, a população reclama que os transportes públicos não conseguem chegar em todas as suas estreitas ruas, vencendo escadarias ou declives mais acentuados, obrigando deslocamentos a pé justamente em locais mais hostis do território. No “Botão” e no “Casal do Lobo”, o problema refere-se à pouca frequência dos transportes públicos. A “Solum” é um dos territórios mais bem servidos em termos de transporte, com várias linhas com variados destinos, trafegando diariamente desde manhã até a noite.

*Já estou aqui há muito tempo, aqui, metida aqui. E nunca saio. Só vou à porta da rua, me sento um bocado lá atrás da porta, às vezes vou pra porta, puxo aquela cadeira, como se fosse em casa, com os pés ao sol... Mas eu sair não sou capaz. Só com a bengala. Tenho ali a bengala. Deram-ma, também, uma vizinha da minha terra. Também anda na mesma como eu, até estava no hospital... mas até não foi operada... Mandou o marido lá comprar esta bengala pra me dar. Estava eu lá na terra.*

*Não, não. Aqui... há autocarro mas o autocarro fica longe e eu não posso subir pro autocarro. Não tenho força nas pernas. O meu pior é as pernas.*

(Dona Aurora, 89 anos, “Alta”)

*Fruta? No mercado [Mercado Público] há muito disso, ou eu vou à Baixa. Eu tenho passe [cartão magnético, comprado com antecedência e que pode ser recarregado], meto-me num autocarro qualquer que vai pra Baixa e vou buscar. Volto outra vez. E o carro para lá mesmo ao pé da porta. Não, o Pantufas é embaixo, ao pé do... Vem ter aqui. Não, eu vou no 103, ou 28 [números das linhas dos ônibus – ou autocarros] também dá, também dá. Pois, para ali ao pé do Museu Machado de Castro. E aí para ao pé do elevador. E eu subo aquele bocadinho a pé. É... [ri-se]. Quando preciso ir ao hospital, eu vou ao hospital. Eu vou no autocarro. Olha, tem o 6 que entra mesmo dentro do hospital. Sim, sim, sim. Pega-se ali ao fundo do elevador. O 6 entra lá mesmo dentro. E o 7 passa em cima, ao lado dos blocos de Celas, também. Pois. Ou num ou noutra, mas é sempre melhor ir no 6 porque... E é o 6 e é o, mas... os outros não dão. Acho que é o trinta e não sei quê, mas esse vai pro Continente. E quando é pra ir a Celas, ao Posto Médico, também vou no autocarro. Ou no 7 ou no 29 dá. Porque, graças a Deus, nunca ninguém me precisou levar daqui. Graças a Deus.*

(Dona Augusta, 91 anos, “Alta”)

*Eu [questionada sobre quem faz as compras dos mantimentos da casa]. Vou com a rapariga [a moça que a acompanha]. A rapariga vai comigo à praça. Eu vou atrás, no carro, e ela vai à minha frente. Dorme cá. Ela vai à casa dela, primeiro. Depois, a gente combina aonde se encontra uma com a outra. Não é táxi. Eu tenho um passe. No autocarro. Quatro contos. Eu vou aos contos, que esse dinheiro... Pago os bilhetes a ela... É aqui, ao pé... É o “Pantufas”. Aí eu vou até a praça e chego à praça, desço... Eu vejo os horários dele [do ônibus] e venho. Subo este pedaço a pé... E ela ajuda a trazer as compras.*

(Dona Anita, 86 anos, “Alta”)

*Uso uso [bengala]. Não, é por causa do...é...é...não tenho dores. Não...é...é o equilíbrio. Eu desconfio que eu... que agora... que para quando for à médica, que está de férias, e quando lá for, vou-lhe pedir um medicamento para o equilíbrio, porque se eu não tiver de bengala para me agarrar dá a impressão que*

*vou para cair. É o chão, o chão não presta. É muito... é histórico, sabe? E atão eu desequilíbrio-me. Chego lá abaixo, ao fundo Arco de Almedina, ponho-me na estrada e já vou a andar bem. Er... e tenho medo. E por isso é que uso a bengala, que é um apoio, a bengala é um apoio. Não é, não é porque eu... me doa e é isto ou aquilo. É um apoio, pronto. Porque para a idade que eu tenho, também...*

*Vou até ali à Portagem, devagarinho com a bengala...*

*Quando é preciso alguma coisa é o Minipreço [mercado localizado na “Baixa”, próximo à Estação de Comboios central]... sou eu que lá vou. Vou [a pé]... não tenho, não há carro. Agora nem o Pantufinhas há... O Pantufinhas é um carrito pequ... Já... já há muitos dias que ele não vem. Não... é... é... dizem que está estragado... que está estragado... que está estragado. É o presidente da Câmara que a gente tem. O presidente não presta... e ele... e ele como, como tem carro não vê quem... quem mora cá em cima no... na Sé Velha e tudo, pessoas que vêm à Baixa têm que ir a pé para cima e tudo. Pois... e é tudo a subir... tudo a subir. Na Alta, quem mora na Alta tem... Tem o 103. O 103. Mas quem mora na Sé Velha e ali, por ali assim... er... se vai direito à Universidade e tudo, não tem. Não tem. Porque só... só... porque o 103 atravessa o Museu... o Museu Machado de Castro... sobe para cima, para o lado para a faculdade, para a Universidade... vai, e ó, depois vai para... para... para... para... Vai para o coiso... do... do... Arcos dos Jardim... Por aí abaixo e vai outra vez para baixo, para a Baixa... não vem aqui ao Arco da Almedina, nem vem ao... er... à Sé Velha, nem nada. Por isso, quem mora na Sé Velha não podem sair de casa. Não, não têm transporte. Não há... não há... não. Mesmo a gente aqui na cidade só tem elevador ali ó pé da praça. E não temos mais nada. Quem vai para a Alta pode ir no carro, tira uma... compra... compra o passe. Pois, mas a gente aqui nem que queira comprar passe, não há... não há carro mesmo. Para aqui não há carro, nem para... para o... para a Sé Velha não há carro. Só taxi.*

(Dona Amanda, 87 anos, “Alta”)

*Eu vou ao quintal, mas é raro. Tem dias que eu nem lá fora vou. Porque eu tive um derrame. Eu tive o princípio de um ataque cerebral. É. Eu tive o princípio de um ataque cerebral. Há quatro meses. E agora, há uns meses deu-me um derrame aqui num pé. E o médico... mandaram-me por uma pomada e hoje eles dizem que não tem perigo mais. Porque eu não podia sentar o calcanhar no chão, nem nada. Vou até a porta, o meu filho vem me buscar aqui à porta, no carro, e vem-me trazer. E mesmo com uma bengala, não é? Eu ia, com a bengala, sozinha. E agora não vou mais. Tenho medo de ir pra rua. Eu tenho que ir a pé até a Sé Velha. E ainda aquele corrimão que está por ali abaixo foi a menina Leonor... Que mandou. Pois. Ela ainda mandou por. E eu quando vou aqui à Baixa – eu gostava muito de ir à missa – tenho medo de cair. Ainda a bocado eu caí ali na... ainda a bocado eu caí ali na cozinha. Se eu andasse aí, hoje, na rua, ainda agora lá estava que não conseguia levantar. E tenho medo. Porque eu ia sozinha e ainda fazia, às vezes, umas comprazitas... Quem compra lá uma coisita que eu quiser é o rapaz.*

(Dona Antónia, 89 anos, “Alta”)

*Tá ali. Tenho a bengala, tá prali. É. Pois. Eu uso mais quando vou pra praça, como é ladeira. E só pedras. Por enquanto não. Mas às vezes até vou-me abaixo, mas com a bengala sempre ajuda.*

*Ah, conforme, aqui... Eu nunca vou no Elevador porque o Elevador às vezes até está avariado e a gente chega lá e dá com oco... fechado. Ah, desço aqui a ladeira e pra cá venho ou no 103 ou no 28 ou assim. Passa aqui. Passa ali.*

(Dona Adelaide, 74 anos, “Alta”)

*Nós viemos de autocarro. Eu tenho carro. Eu tenho carro, mas eu não dirijo. É, o filho dirige.*

(Dona Sílvia, 78 anos, “Solum”)

*Já usei essa coisa [o andador – ou andarilho]. Depois, as muletas. Agora, passei a andar só com uma [bengala].*

*Quando preciso de táxi, tenho de chamar. Também ali passa o autocarro. É conforme a necessidade.*

(Dona Simone, 86 anos, “Solum”)

*Uso. Uso [transportes públicos]. Eu vou daqui, vou ali para aquela... O carro para perto da minha porta. Deixei de andar na carrinha [transporte do CD] porque tinha que levantar as 5 horas da manhã. E eu já andava...*

(Dona Solange, 96 anos, “Solum”)

*Já os tenho utilizado. Autocarro é para se você quer ir sozinho a um lado qualquer, porque minha filha também trabalha ainda, não está reformada. Trabalha ainda, não está reformada, e às vezes eu vou sozinho, vou lá.*

(Senhor Salvador, 86 anos, “Solum”)

*Uso, uso autocarro, passa... Agora eu vou à Baixa, que eu vou... vou à Baixa, assim que tomo o pequeno... o lanche, vou lá à Baixa mandar um vele do correio pra minha irmã, no Porto. Precisa, a coitadinha. Vou de autocarro porque eu tenho passe. Ainda ontem eu comprei o passe. Para em todo lado, para em todo lado. Eu depois apanho outro pra casa, porque eu tenho passe, não pago mais nada. Sim, sim, [paga-se] por mês. [Pode-se andar] Todo, todo o mês, em todos os carros, posso apanhar um, dois, três quatro... É. É uma maravilha! É verdade. É muito bom. Mas mesmo assim, ainda são 17 contos e 50. 17 euros, 17 euros e 50 euros... e 50 cêntimos, é o que é. Eu desse dinheiro percebo ainda muito pouco. Não gosto nada deste dinheiro, eu. Dos contos, eu ainda hoje vou pros contos. Sim, sim, sim. Os escudos. Ah, eu confundo ainda muita vez. Pois, é.*

(Dona Soraia, 86 anos, “Solum”)

*Sou eu [a responsável pelas compras da casa]. Conduzo [o automóvel próprio], mas agora já levo um filho, que de vez em quando caço aí um filho e digo: “Agora vais comigo às compras” [risos], que é pra carregar. Porque num supermercado é muito duro. Põe no carrinho, tira do carrinho, põe no balcão, tira do balcão... Chega aqui à porta, arruma em casa... Isto é...! Eu, de vez em quando, quando posso, quando vou fazer mais compras: “Quem é que vem comigo?” Outras vezes é a neta, a mais velha vai comigo. Mas eu, às vezes, quando tem pouca, pego no carro e vou lá. Geralmente vou ao Continente, aqui no Shopping Coimbra, o Coimbra Shopping, aquele [no Vale da Flores]. É mais perto.*

*Pouco, pouco, porque... [questionada sobre se costuma realizar caminhadas]. Não, agora prali fui a pé [perguntei se havia ido ao Café, no Átrium, de onde chegara a pouco, de carro]. Mas tenho vertigens. Tive um acidente no nervo vestibular, que deixou de ter equilíbrio, portanto... E tenho muita dificuldade, mas... os médicos não querem que eu traga bengala. [“E a senhora já caiu alguma vez?”, questiono] Não! Porque eu faço pilates! Tenho um equilíbrio que é superior ao normal, não é? Porque ela treina muito o equilíbrio, esta ginástica, e fortalece a musculatura. Ainda hoje eu estava no pilates. A minha nora é que é a fisioterapeuta [risos].*

*Agora uso [ônibus/autocarro], pois se for à “Baixa”, não vou de carro porque não tem onde estacionar. Não tem estacionamento e, portanto, pra ir a pé, não vale a pena, portanto... Vou de autocarro, até onde quero, e venho.*

(Dona Sara, 76 anos, “Solum”)

*Uso bengala. Vou apoiando. Apoiá-me muito, porque parece que eu tenho uma perna mais... Mais curta do que a outra [ri-se]. Ai, meu Deus, o que a gente tem... Ao que a gente chega!*

*No transporte, normalmente tem a carrinha, porque não tem quem não andasse com ela. Os outros todos tão em transporte. O que é que eu queria dizer... cá pro centro, venho com a carrinha. E quando é preciso qualquer coisa, tem esta, que vem [referindo-se à filha, que a transporta em seu carro próprio].*

(Dona Beatriz, 81 anos, “Botão”)

*Não, não, não uso [bengalas ou outro apoio para se locomover]. Não. Já falaram nisso, mas eu não quero me habituar. Vou, equilíbrio-me, vou por aí fora, a loja é perto. É. Vou lá devagarinho. Pois. Encosto-me assim, no lado de cá, à parede, depois ponho a mão, se houver alguma coisa... porque eu, às vezes, ainda...*

*É. Às vezes, a minha filha vinha e depois vínhamos na carreira pra baixo. Quando eu lá morava ainda na minha casa, até, às vezes, uma vizinha minha levava-me pra baixo. Levava-me e deixava-me lá. Depois estava... às vezes há lá pessoas que... às vezes, pessoas... por duas vezes foi um senhor lá, vizinho, que me levou lá, a minha filha vinha e depois ele ia com o carro dele e levava-me lá. Que é um vizinho, um senhor que lá mora, que é o senhor Arnaldo, que até foi da PIDE. [Questionada sobre como se desloca até o centro de saúde].*

(Dona Betânia, 93 anos, “Botão”)

*Tou sempre na cadeira. Tou sempre na cadeira, só quando é preciso, é como agora que eu estou naquelas cadeiras que lá tem, as cadeiras [refere-se às poltronas que há na sala de televisão], mas quando preciso vir praqui, ou pra outro lado é que eu salto pra cadeirinha. E à noite vou de cadeira até a carrinha. Depois subo pra carrinha e elas já levam-me no colo.*

*Não, não uso [a cadeira de rodas em casa. Dona Bárbara faz uso da cadeira no CD. Em casa, usa um andador]. Eles não querem que eu leve a cadeira. Eu queria às vezes, Há dias que eu venho da casa de banho – também é pertinho – pra cozinha – também é perto – mas canso-me porque o andarilho é muito pesado e eu canso-me muito com o andarilho. E depois chego à minha cadeira cansada. Não [questionada sobre se vai sozinha ao banheiro]. Ia, ia, mas desde que eu... a segunda vez que eu caí, fiquei com as pernas a tremer. E eu não vou sozinha à casa de banho, porque tem que ir ao lado, com alguém ao lado, que eu tenho medo de cair.*

(Dona Bárbara, 85 anos, “Botão”)

*Eu uso bengala, mas não... o deles [referindo-se a um corrimão duplo que foi instalado em sua casa, para que consiga vencer os seis degraus da entrada com mais facilidade] é um assim... duas mãos, duas mãos. Pois. Eu... parece que cambaleio.*

*Não [usa transportes coletivos]. As filhas têm carro, e também já não sei andar sozinha.*

(Dona Brenda, 76 anos, “Botão”)

*Pego ali à porta [os transportes coletivos, que passam à porta de sua casa].*

*Os bombeiros foram lá uma vez – foi só uma vez – eu parti esta perna. Pois. Nunca mais ficou boa, mas o médico também me disse, ele falou pra mim: “Isso bom, bom nunca fica” [explicando porque necessita do apoio da bengala].*

(Senhor Bernardo, 79 anos, “Botão”)

*Vou, com canadianas, vou. E vou no varão com esta. A cachopa daqui vai me levar agora, às cinco horas, em casa, leva-me a canadiana lá pra cima e eu, com esta e com a mão, vou subindo. Chego lá em cima [explicando como consegue subir as escadas na entrada de sua casa, pois teve uma perna amputada, substituída por uma prótese].*

*Não vão buscar, eu venho aqui. É esta parede cá de fora. E depois tenho outra casa, pra lá, na rua pública. E eu estou na outra [explicando que não necessita de transporte para se deslocar até o CD. Apesar da prótese e do uso de muletas, vai a pé, pois sua casa é vizinha ao Centro].*

(Senhor Bento, 85 anos, “Botão”)

*Não. Oh! Eu? Então, ando! Eu só hoje é que não fui, eu ando todos os dias antes de vir praqui, dois quilômetros, dois quilômetros e tal, todos os dias. Todos os dias. Ainda ontem fui pra piscina. Ainda ontem fui pra piscina. Vamos todos daqui, vamos... daqui só vou eu, temos ginástica aqui às terças-feiras. Eu ainda ando e ainda desço as escadas aí devagarzinho [comentando que não faz uso de bengalas ou de qualquer tipo de apoio mecânico].*

*Não, mas eu agora tirei o passe, tirei o passe porque a caminhonete, sendo sem o passe, é muito cara. Com o passe público eu não pago nada. Porque tenho o autocarro lá de Coimbra de graça. Eu posso andar todo dia no autocarro de Coimbra de graça, não pago nada. Só o passe, só pago o passe da caminhonete, são 35 euros.*

(Senhor Bonifácio, 81 anos, “Botão”)

*Por enquanto não [usa bengala]... não sei se vai tardar muito a usá-la. Porque tenho...eu já tenho uma prótese numa perna. E agora havia de se fazer à outra só que eu tive uma embolia pulmonar e agora não posso. O médico também me disse ela não convém agora...*

*Eu, às vezes, vou com o meu marido [ao Centro de Saúde de Celas]. Ou vou às vezes de autocarro, até sexta-feira...*

(Dona Catarina, 66 anos, “Casal do Lobo”)

*Ah...er.....er....os esgotamentos e as depressões deixaram-me sem equilíbrio [por isso, faz uso de bengala].*

*O meu marido costuma me levar [ao Centro de Saúde de Celas], e eu também já, agora já tenho ido de autocarro, mas é um risco para mim porque eu, as minhas filhas não querem... As minhas filhas não querem, e eu também já não me está a querer, porque eu ando a cair outra vez muito. Ainda ontem, num dia destes que andei na alameda cai.*

(Dona Cristina, 68 anos, “Casal do Lobo”)

*Não, não....eu não uso porque... Mas é muito raro, eu vou para mais um... com o que chego com a minha filha, eu nem quero ver o autocarro. O ex-marido da minha filha que ficou sem o menino. É chofer dos autocarros, ele. E ir ali estragar a minha vida por causa dele... Eu não gosto, de autocarro é muito raro. É muito perigoso, o estacionamento é muito perigoso, para nós, geralmente, eu, às vezes até faço assim: às vezes ela [Dona Cristina, sua esposa] vai tirar senha [para atendimento médico], se ela que vai, coitada, é que anda mais, vai conforme pode, para ir ao médico eu vou lá levá-la e depois venho pra cima, e quando for preciso apanho o autocarro e vou buscá-la, no carro. São dois gastos, já viu? Onde é que eu vou deixar o carro? Não posso. Agora tenho uma garagem que é uma pessoa amiga, que me faz uma hora a 40 centimos, e mais nada. Fico lá uma hora, e pago 40 centimos, se tiver 3 ou 4 tenho que pagar, não é? Mas tenho sempre ali aquilo, é onde deixo o carro.*

(Senhor Cássio, 68 anos, “Botão”)

Finalmente, a categoria *Autonomia/Independência*, subdividida em *Autonomia* e *Dependência/Independência*, carrega em si conceitos que, embora à primeira vista pareçam quase sinônimos, trazem, em seu âmago, diferenças importantes. Vale a pena, mais uma vez, destacar estas diferenças, na tentativa de desmistificar uma já naturalizada conotação negativa da dependência como sendo expressão de vulnerabilidades e fragilidades unilaterais.

A compreensão de que nossa condição humana traduz-se pela incompletude, requer que nos assumamos enquanto seres vulneráveis e interdependentes (Boff, 1997; 1999; 2006; Barros, 1998; Bocchi; Ceruti, 1999; Elias, 2011; Pintasilgo, 2011; Nussbaum, 2015). Esta interdependência enquanto *condição humana*, iguala-nos, torna-nos semelhantes, equilibrados em nossas fraquezas, ainda que estas fraquezas difiram entre si.

A rede de interdependências entre os seres humanos é o que os liga. Elas formam o nexo do que é aqui chamado configuração, ou seja, uma estrutura de pessoas mutuamente orientadas e dependentes. Uma vez que as pessoas são mais ou menos dependentes entre si, inicialmente por ação da natureza e mais tarde através da aprendizagem social, da educação, socialização e necessidades recíprocas socialmente geradas, elas existem, poderíamos nos arriscar a dizer, apenas como pluralidades, apenas como configurações (Elias, 2011: 240).

Em outras palavras, a sociedade não é “nem uma abstração de atributos de indivíduos que existem sem uma sociedade, nem um ‘sistema’ ou ‘totalidade’ para além dos indivíduos, mas a rede de interdependências por eles formada” (Elias, 2011: 240).

Dessa forma, a própria autonomia<sup>335</sup>, enquanto um devir, um processo em constante elaboração e reelaboração cotidianas, a partir do exercício da responsabilidade, é um produto relacional.

Autonomia não é um conceito isolado, nem se define em referência ao seu oposto – define-se na contraditória complementaridade com a dependência, no quadro de uma relação social aberta. O conceito de singularidade lhe é próximo, mas situa-se aquém da autonomia, porque o reconhecimento da singularidade consiste na aceitação das diferenças interindividuais, enquanto autonomia é o primeiro elemento de compreensão do significado de “sujeito” como complexo individual. Ou, como diria Edgar Morin, a componente egocêntrica deste complexo é englobada numa subjetividade comunitária mais larga, porque ser sujeito é ser autônomo, sendo ao mesmo tempo dependente. [...] Não existe autonomia no isolamento, mas na relação EU-TU [...]. Conclusão: a autonomia convive com a solidariedade (Pacheco, 2011: 11).

No desenvolvimento deste estudo, mais especificamente durante minhas interações com as pessoas idosas, pude perceber que *autonomia* e *independência* têm sido, na prática, tomadas como sinônimos. Esta confusão, naturalizada por uma visão de mundo individualista e competitiva que gera, nas palavras de Pintasilgo (2011: 137), uma “perversão da livre iniciativa” e uma “perversão da autonomia”, tem sido especialmente prejudicial às pessoas mais vulneráveis. Muitas vezes, em nome de uma pretensa proteção, talvez numa má interpretação do que sejam, de fato, os princípios do *cuidado*, tal como tenho tentado apontar ao longo deste trabalho, as pessoas idosas são totalmente destituídas de autonomia.

Naturalmente, como seres humanos que são, as pessoas idosas são dependentes, tendo necessidades que só podem ser supridas a partir da colaboração e da responsabilidade de todos/as (família, sociedade pública e civil), enquanto “uma resposta ao outro” (Boff, 2006: 17). Esta dependência – natural, resalto – entretanto, não pode ter como resultado lógico a destituição da autonomia destas pessoas. Ou seja, o fato de algumas pessoas idosas necessitarem de apoio, por exemplo, no preparo das refeições, no uso da casa de banho, na limpeza da própria casa, na locomoção, não implica, necessariamente, na falta de autonomia. Claro está que o exercício da autonomia está condicionado às capacidades de discernimento, pois pressupõe, tal como os parágrafos anteriores vêm indicando, conhecimento das possibilidades e opções disponíveis e responsabilidade para tomar decisões (Nunes, 2016).

A falta de autonomia para realizar escolhas que dizem respeito ao cotidiano das pessoas idosas fica evidente em questões bastante simples, como, por exemplo, a decisão pela hora do próprio banho ou uso do banheiro, ou a falta de acesso aos próprios rendimentos, este último, conforme narrativa já exposta anteriormente.

*Agora já não acho nada porque agora daqui é só para o cemitério. Daqui é para o cemitério. Oh...que remédio tenho eu!* [respondendo à questão sobre o que acha da casa onde vive].

(Dona Amanda, 87 anos, “Alta”)

---

<sup>335</sup> “Etimologicamente autonomia significa o poder de dar a si a própria lei, *autós* (por si mesmo) e *nomos* (lei). Não se entende este poder como algo absoluto e ilimitado, também não se entende como sinônimo de autossuficiência. Indica uma esfera particular cuja existência é garantida dentro dos próprios limites que a distinguem do poder dos outros e do poder em geral, mas apesar de ser distinta, não é incompatível com as outras leis” (Zatti, 2007: 12 – grifos meus).

*Em Pereira [no hospital] estive quatro horas à espera [para ir ao banheiro]. Quatro horas. Eu chamei um rapaz que lá havia – que havia lá rapazes que nos lavavam. E um dia ele lavava-me e eu disse: “eu queria ir fazer xixi”. E ele vai assim: “eu venho já”. E ali havia muitas que não podiam vir cá comer à baixa, comiam lá em cima, nos quartos. Os quartos eram, assim, uma bagunça. E depois, ele vai assim: “eu venho já”, e eu: “quero ir fazer xixi”, “faça na fralda”, e eu assim: “vou agora fazer xixi na fralda, não tou habituada a isso, não sou capaz”, e depois, esperei, esperei e ele foi lá ao fim da tarde, um bocado... isto foi ao fim do almoço. E depois: “você já há uma hora que eu lhe pedi pra fazer xixi e eu perdi a paciência”, “espera um bocadinho que me chamaram pra ir dar o lanche. Ai o tempo foi passando, passando, passando, eu fui obrigada a fazer na fralda mesmo, já não me aguentei mais. Disse “sim, agora por sua causa tive que fazer na fralda”, “ai desculpe, mas eu não pude, não sei o que”, “tá bem”. Em primeiro lugar estava a gente. Os do café podiam esperar um bocadinho.*

(Dona Bárbara, 85 anos, “Botão”)

*Se elas quiserem me dar hoje [banho], é hoje; se não quiser, dão amanhã. Eu até já trouxe a roupa.*

(Dona Betânia, 93 anos, “Botão”)

*Dantes, gostava de ir nos passeios. Agora, já não mais. Mas vou, na mesma.*

(Senhor Lino, 86 anos, “Botão”)

Curiosamente, pude perceber grande autonomia nas participantes da “Solum” que não frequentavam o CD e não utilizavam os SAD.

*Sim, no iPad [questionada sobre se realiza os serviços bancários sozinha. O iPad, é um tablet que integra funcionalidades de um computador]. Eu trabalho muito com o iPad [ri-se]. Uso computador. Agora já não tanto porque ele se estragou e cada vez que eu penso em comprar um computador os meus filhos me dizem: “Pra que é que tu queres?” [risos]. Mas eu fazia já, no tempo que andava a dar aulas, fazia os pontos ao computador. Porque desde muito cedo... o meu filho mais velho era da Engenharia Eletrotécnica.*

*Se não tiver empregada, porque ela só vem dois dias por semana [sobre o preparo das refeições e limpeza da casa]. Passo à ferro, lavo na máquina. Mas olhe que eu faço muita ginástica pras máquinas, não é? Meter a roupa nas máquinas e tirar das máquinas... e estender. Ai, às vezes não estendo. Às vezes ponho na máquina de secar.*

*Eu acordo tarde... também durmo tarde. Porque estou na televisão ou faço... Gosto de ler livros, mas agora eu estou mais... já estive no romance, agora estou nas biografias, livros de ficção científica, é o que geralmente...*

[Durante nossa conversa, Dona Sara necessitou atender o telefone duas vezes, para solucionar problemas relativos ao encanamento na casa de seu filho mais velho. Questionei se era ela quem administrava sua própria casa] *A minha casa, sim. Mas a deles, às vezes, também tenho que ajudá-los [risos].*

(Dona Sara, 76 anos, “Solum”)



A falta de autonomia, por sua vez, cria uma sujeição relativamente a quem presta o “cuidado”, em uma relação totalmente desigual, onde quem é atendido acaba recebendo o atendimento como um favor, não como um direito. Em última instância, cria-se uma dependência, esta sim, negativa, e um conformismo por parte de quem está, naquele momento, em maior condição de vulnerabilidade.

Neste subcapítulo, procurei trazer à superfície um pouco do que ouvi e percebi em minhas interações com as pessoas idosas que colaboraram com este estudo.

Partindo dos eixos das acessibilidades, mobilidades e sociabilidades, creio que é possível construir algumas figuras representativas das diferenças e semelhanças entre os quatro territórios.

A primeira figura refere-se às acessibilidades dos territórios e, conseqüentemente, às possibilidades de mobilidade das pessoas que deles fazem parte, principalmente, como foco deste trabalho, das pessoas idosas.

Observando-se a figura, é possível perceber que, dos quatro territórios, é a “Alta” que mais se ressentem com a precariedade no quesito *acessibilidades*, o que interfere de forma bastante incisiva nos cotidianos das pessoas, principalmente das pessoas idosas. Os desníveis nos terrenos da “Alta” dificultam a mobilidade em geral, acentuando estas dificuldades às pessoas que já apresentam, quer pelo próprio processo de envelhecimento, quer por causas diversas, mobilidades mais restritas. A falta de acessibilidade neste território também diz respeito às residências, na grande maioria muito antigas e destoando dos padrões de acessibilidade contemporâneos: edifícios com mais de dois andares, com acessos por escadarias íngremes e, em grande parte, sem elevadores; pessoas idosas alojadas em habitações com baixa qualidade, com muita umidade e, muitas vezes, com pouco saneamento. A pouca oferta de transportes públicos e, ainda, as dificuldades de tráfego destes transportes em ruas muito estreitas, também são limitadoras do acesso e, conseqüentemente, empecilhos à mobilidade dos/as frequentadores/as e – principalmente – dos/as moradores/as da “Alta”, mais uma vez estas dificuldades sendo potencializadas às pessoas idosas e demais pessoas com mobilidade reduzida e/ou condicionada.

O território da “Solum”, tendo sido desenvolvido em uma área plana da cidade a partir de um planejamento prévio, conjugando uma área residencial com uma área de comércio e serviços bastante diversificada, é o que apresenta maior qualidade em termos de acessibilidades e mobilidades. A grande oferta e frequência de transportes públicos neste território também garante os movimentos cotidianos de sua população para outros territórios da cidade e vice-versa. A qualidade das habitações deste território é outro ponto a ser destacado. A grande maioria dos prédios mais altos possui elevadores, facilitando seu acesso a todas as pessoas. Embora algumas calçadas, tal como as (poucas) existentes na “Alta”, sejam revestidas com o tradicional calçamento português, propício a escorregões e quedas, principalmente em dias de chuva, os problemas são minimizados quer pela idade dos calçamentos, quer pela frequência de sua manutenção, quer, ainda, por se encontrarem em terrenos mais planos e amplos, com melhores acessos aos/às transeuntes.

As duas áreas rurais se ressentem com a falta de espaços para pedestres e a pouca ou nenhuma oferta de comércio e serviços. A baixa oferta e frequência de transportes públicos, principalmente no território do “Botão”, também dificulta a mobilidade da população que lá reside.

No que se refere às residências, as maiores dificuldades, entre as áreas rurais, parecem se concentrar, novamente, no “Botão”: habitações muito antigas, a maioria com dois andares, cujas funcionalidades tiveram de ser adaptadas às novas estruturas econômicas e sociais, com a ocupação dos pisos térreos – outrora utilizados para a recolha do gado e aquecimento da casa – como habitação, sem, no entanto, excluir o uso do segundo piso para a mesma função (normalmente é no segundo piso que se encontram os dormitórios), com acesso por escadarias internas.

No “Casal do Lobo”, a maior dificuldade, observando-se o eixo das acessibilidades, diz respeito à grade altitude e declive e sinuosidade do terreno de todo o território, além da escassez de comércios e serviços e da frequência de transportes públicos. As casas neste território têm como característica o aproveitamento dos desníveis dos terrenos, resultando em habitações com andares abaixo do nível das vias, com acessos quase sempre realizados por escadas, nem todas acompanhadas por corrimãos e/ou rampas.

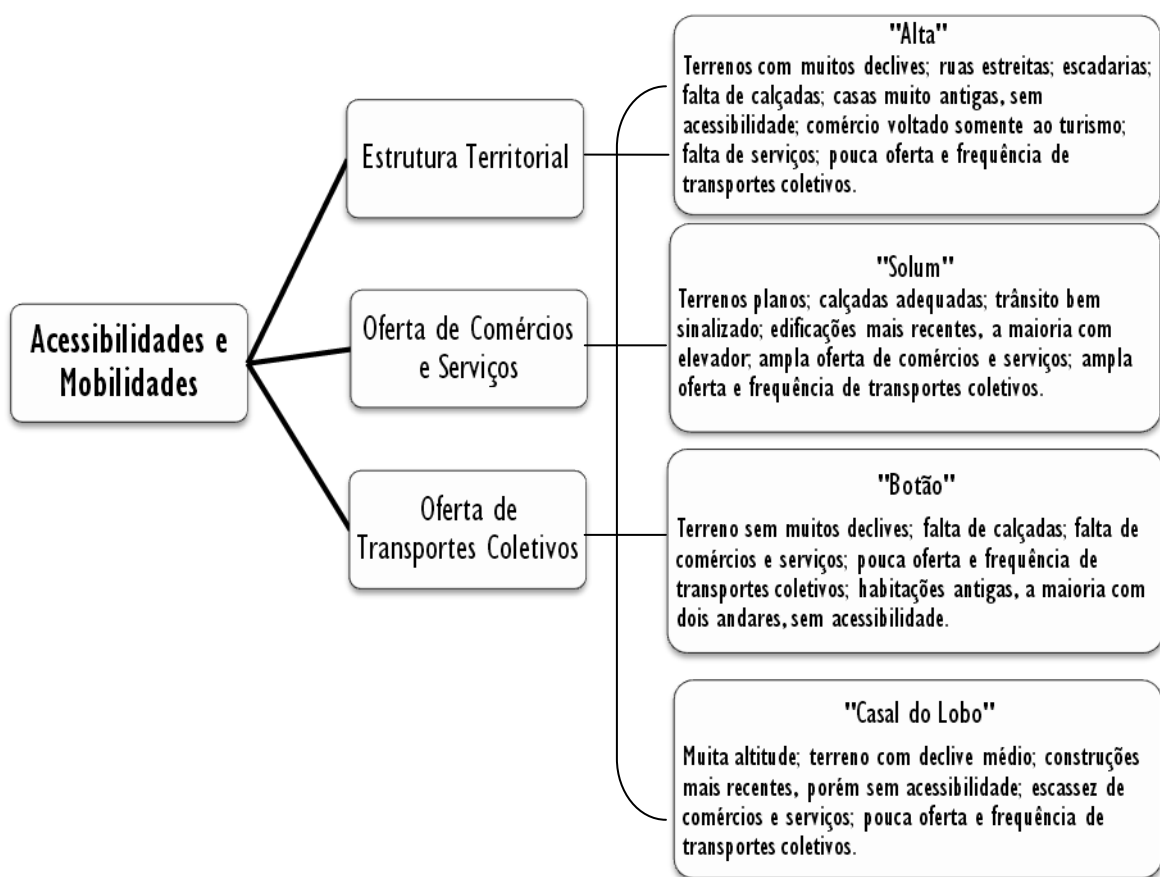


Figura 2: Acessibilidades e Mobilidades - Quadro comparativo entre os territórios do estudo.

Na figura a seguir, a comparação entre os quatro territórios se dá a partir do eixo das sociabilidades. É possível perceber que, neste quesito, as maiores dificuldades também se encontram no território da “Alta”.

Neste território, as redes de sociabilidade parecem menos fortalecidas do que nos demais. Há muitas pessoas idosas vivendo sozinhas, sem o amparo da família ou da vizinhança, ou com relações pouco frequentes e/ou aprofundadas, tanto com familiares quanto com os/as vizinhos. Grande parte das pessoas entrevistadas moradoras neste território são solteiras, viúvas ou divorciadas, com poucos/as ou nenhum/a descendente. A existência de filhos/as também não parece garantir a frequência e a

qualidade das relações sociais familiares: muitos/as se distanciaram, migrando para outros países em busca de melhores condições de vida; outros/as, constituíram novos núcleos familiares, desresponsabilizando-se pelos/as pais e mães idosos/as; outros/as, ainda, também já são idosos/as, sendo impossibilitados/as de prover um apoio maior aos/às seus/suas genitores/as. A vizinhança, por sua vez, em grande parte composta por estudantes cujas permanências no território são temporárias, também dificulta o estabelecimento e o fortalecimento de laços sociais mais consistentes.

Além disso, os espaços de convivência neste território são bastante restritos. A ênfase dada ao turismo em detrimento ao cotidiano de seus/as moradores/as acaba por elitizar os espaços, dificultando o sentido de pertença e de acesso da população residente, em especial, as pessoas idosas. Aliado a isso, há falta de área territorial mais ampla, o que dificulta a criação de espaços públicos, como praças e parques, destinados tanto aos/às moradores/as quanto aos/às visitantes. Mesmo áreas públicas como o Jardim Botânico, por exemplo, que tem uma de suas entradas próximas ao Polo I da Universidade, em um espaço que ainda pode ser considerado como pertencente à “Alta”, possuem muitas escadarias em seu interior, dificultando o acesso de pessoas com a mobilidade reduzida e/ou condicionada. As igrejas da “Alta”, pontos de encontro de muitas pessoas idosas, também apresentam obstáculos ao seu acesso. Tanto a Sé Velha quanto a Sé Nova possuem escadarias e/ou terrenos declivosos em seu entorno, dificultando e, em algumas vezes, impossibilitando sua frequência às pessoas idosas ou outras pessoas com mobilidade reduzida e/ou condicionada.

Instituições como os CDs e atendimentos como os SAD parecem minimizar a fragilidade social dos/as idosos/as da “Alta”, já que propiciam o convívio diário entre pessoas idosas deste e de outros territórios da cidade e destas pessoas com os/as prestadores de serviços (assistentes sociais, funcionários/as, atendentes). Entretanto, a prioridade a uma atenção primária com ênfase à alimentação e à higiene, bem como a falta de uma atenção multiprofissional e de um planejamento pedagógico que realmente propicie a sociabilização e a interação das pessoas idosas, principalmente as frequentadoras dos CDs, mas também as que recebem atendimento dos SAD, contemplando suas necessidades e interesses e desenvolvendo suas habilidades físicas, mentais, psicológicas e sociais, acabam por esvaziar os cotidianos destas pessoas de sentido, homogeneizando-as, inviabilizando qualquer projeto de vida e enfraquecendo sua autonomia, suas identidades e seus laços sociais.

Na “Solum” há uma variedade de espaços – incluindo cafés – que são compartilhados por pessoas de várias idades e gerações. Há que, mais uma vez, se atentar para o fato de que o compartilhamento de espaços, por si só, não representa, necessariamente, uma real sociabilidade. Nos cafés da “Solum”, por exemplo, além de sociabilidades visíveis entre pessoas de variadas gerações (encontros, conversas, partilha de refeições) é possível vislumbrar diariamente pessoas idosas sozinhas (muitas vezes as mesmas pessoas) fazendo suas refeições ou bebericando um café ou uma água. Se, por um lado, este pode ser um comportamento louvável, representando uma grande autonomia e “independência”<sup>336</sup> destes sujeitos, por outro, pode expressar a falta de um convívio social mais frequente e encorpado, sendo bastante comum a construção de rotinas sedimentadas em passeios e encontros fugazes (aos quais Bauman – 1995: 55 – chama de “coexistência móvel”) e pequenas civilidades como estratégia – nem sempre bem sucedida – contra um cotidiano ainda mais solitário.

---

<sup>336</sup> As palavra *independência* está entre aspas para enfatizar sua representação positiva contemporânea – aqui criticada.

Nos territórios rurais, o que garante uma sociabilidade mais fortalecida são as redes familiares e de vizinhança, além de importantes espaços de convívio como os Centros de Dia ou instituições de desenvolvimento de atividades de tempos livres, que, nestes territórios acabam por representar um importante núcleo sociabilizador de toda a comunidade, com atividades integradoras, promovidas para todas as pessoas – e não só as pessoas idosas – e as igrejas, muito frequentadas em suas missas e festas religiosas.

Outro ponto a destacar são as diferenças intergeracionais, muito marcadas e hierarquizadas no território da “Alta” – com uma juventude mais qualificada em termos de educação formal e, conseqüentemente, com melhores condições de vida, em oposição a idosos/as com baixos níveis de escolaridade e de rendimentos –, mas mais amenizadas – por diferentes razões – nos demais territórios.

Na “Solum”, por exemplo, as diferenças entre as gerações são menos sentidas em razão de uma equivalência entre os altos níveis de escolaridade das populações jovens e idosas. Além disso, há uma maior literacia digital das pessoas idosas deste território, principalmente se comparado aos demais territórios do estudo.

Nos territórios rurais do “Botão” e do “Casal do Lobo”, as diferenças são amenizadas pelos baixos níveis de escolaridade de ambas as populações (jovens e idosas) e por uma maior preservação, por parte dos/as mais jovens, de tradições culturais e religiosas de seus ascendentes, que são reproduzidas, não sem algumas adaptações, por estas populações.

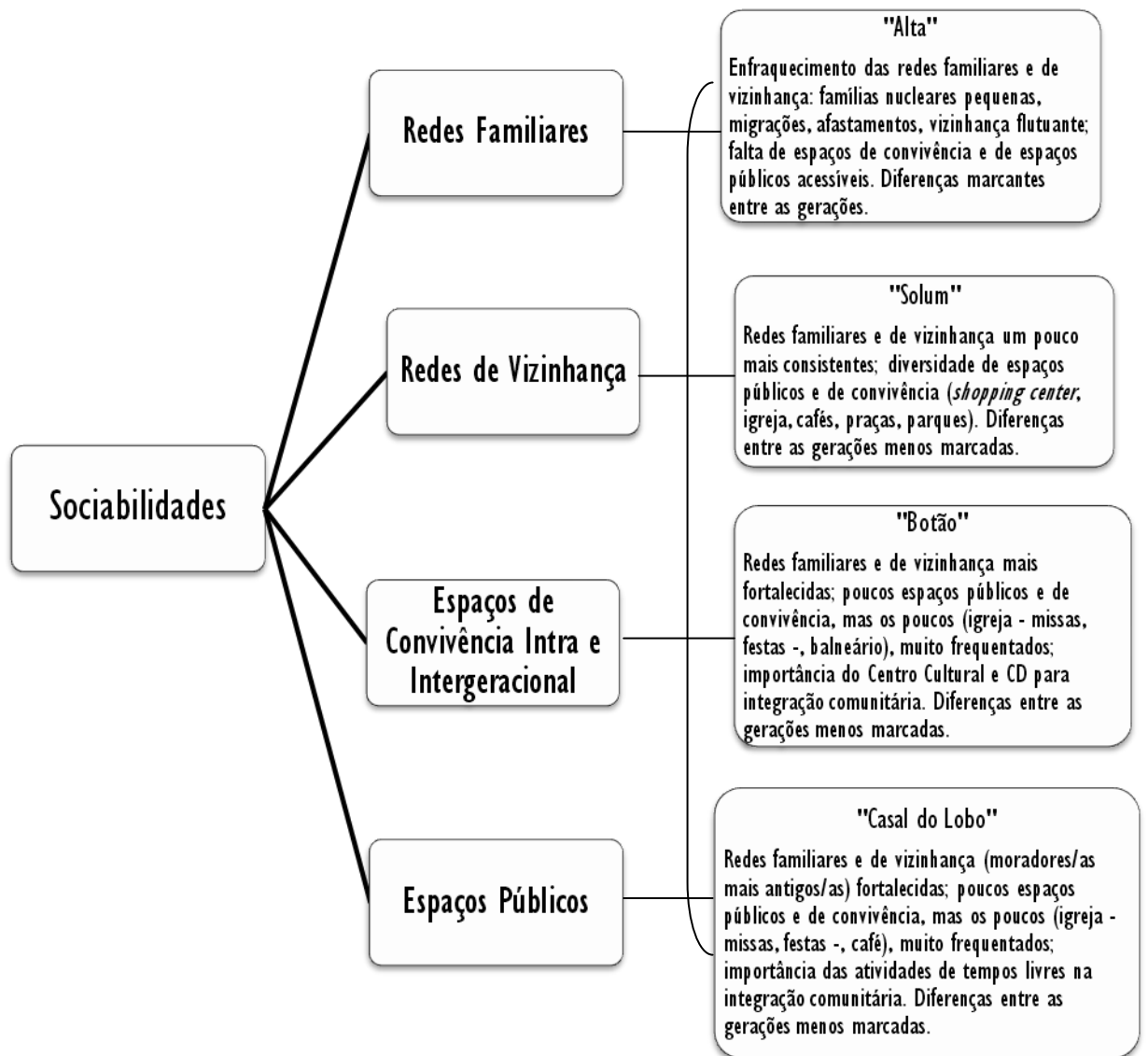


Figura 3: Sociabilidades - Quadro comparativo entre os territórios do estudo.

A seguir, a partir destas percepções, tentarei elaborar algumas análises mais propositivas no sentido de qualificar os territórios, qualificando, assim, as diversas experiências de velhice. Ressalto que, embora as reflexões explicitadas neste trabalho tenham sido tecidas a partir de minhas interações com pessoas idosas em seus próprios contextos territoriais cotidianos, este, não se enquadrando em uma pesquisa-ação mais interventiva, é um trabalho teórico-reflexivo. As sugestões que se seguem foram elaboradas tendo em vista minhas percepções a respeito dos sujeitos da pesquisa – as pessoas idosas e seus territórios –, suas necessidades e expectativas, bem como das possibilidades dos diversos agentes para o desenvolvimento das ações aqui propostas. São apenas sugestões que devem ser, necessariamente, discutidas, no âmbito dos territórios, pelas pessoas que ali vivem seus cotidianos, incluindo as pessoas idosas.



**- CAPÍTULO 4 -**  
**Projeções**





*Como todo sonhador, senti sempre que o meu mister era criar. Como nunca soube fazer um esforço, ou ativar uma intenção, criar coincidiu-me sempre com sonhar, querer ou desejar, e fazer gestos com sonhar os gestos que desejaria poder fazer.*

*(Fernando Pessoa – Bernardo Soares, 1913 [1997])*

*Temos de mudar de mundo. O universo herdado de Kepler, Galileu, Copérnico, Newton e Laplace era um universo frio, gelado, de esferas celestes, de movimentos perpétuos, de ordem impecável, de medida e de equilíbrio. Temos de trocá-lo por um universo quente, de nuvem ardente, de bolas de fogo, de movimentos irreversíveis, de ordem misturada com a desordem, de gasto, de desperdício e de desequilíbrio. O universo herdado da ciência clássica estava centrado. O novo universo é acêntrico, policêntrico. É mais uno do que nunca, no sentido em que é um cosmo singular e original, mas, ao mesmo tempo, está estilhaçado e fragmentado. Aquilo que constituía o esqueleto e a arquitectura do universo torna-se um arquipélago à deriva numa dispersão sem estrutura. O antigo universo era um relógio perfeitamente regulado. O novo universo é uma nuvem incerta. O antigo universo controlava e destilava o tempo. O novo universo é arrastado pelo tempo; as galáxias são produtos, momentos num devir contraditório. Formam-se, titubeiam, fogem umas das outras, chocam e dispersam-se. O antigo universo estava coisificado. Tudo o que existia participava duma essência ou de uma substância eterna; tudo – ordem, matéria – era inciado e inalterável. O novo universo está descoisificado. Não significa apenas que no universo tudo está em devir ou em transformação. Significa que está ao mesmo tempo, a todo o momento, em parto, em génese, em decomposição. O antigo universo instalava-se nos conceitos claros e distintos do determinismo, da lei e do ser. O novo universo abala os conceitos, transborda-os, fá-los estalar, obriga os termos mais contraditórios a associarem-se, sem todavia perderem as suas contradições, numa unidade mística.*

*(Edgar Morin, 1977 [1987])*



## 4. CAPÍTULO 4: Projeções

### 4.1. Notas Introdutórias ao Capítulo 4

Este capítulo pretende ser breve. Espero, entretanto, que a brevidade aqui proposta não seja interpretada como simplista. Persigo a brevidade, neste momento, justamente por entender que as questões aqui postas são complexas, envolvendo discursos, posturas, práticas, políticas – culturas, enfim – já enraizadas e naturalizadas no interior das sociedades, como um todo, e de alguns territórios, mais especificamente, legitimadas por lógicas e estruturas hegemônicas que se querem (e se fazem parecer, principalmente a olhos conformistas, pessimistas e/ou imediatistas – ou, pior, desviados por interesses individualistas e tantas vezes escusos) inquestionáveis e imutáveis.

“Eu não sou um político, sou um intelectual, então eu discuto as ideias. Não tenho nenhum compromisso em encontrar soluções. Não é meu trabalho” (Santos, 2004b: 58). Devo dizer que concordo, em parte, com a afirmação do geógrafo brasileiro Milton Santos. Melhor dizendo, entendo que as próprias questões levantadas em uma investigação interdisciplinar de cunho socioantropológico, como esta, constituem, por si só, contribuições importantes para o aprofundamento das discussões ou para novos direcionamentos reflexivos, epistemológicos e metodológicos sobre determinada problemática social.

Entretanto, após chegar à conclusão de que o enfrentamento dos problemas vividos por muitas pessoas idosas (relatados em suas falas e cujas inferências e ponderações, a partir dos eixos e das categorias escolhidos/as, foram realizadas no capítulo anterior) – principalmente em relação às possibilidades de sociabilidade, mas também incluindo as dificuldades de acesso e acessibilidade a bens e serviços e à própria participação e protagonismo nos territórios, e ainda as muitas limitações em termos de mobilidade – passa por um comprometimento ético dos diversos atores nas mais variadas instâncias sociais, sinto-me na responsabilidade de sugerir algumas práticas que possibilitem o efetivo exercício desse compromisso. Ou seja: embora esta não seja uma pesquisa interventiva, sinto um certo desconforto em apenas apontar como urgente e necessária a vivência ética do cuidado sem, no entanto, indicar alguns percursos viáveis para sua construção e efetivação.

Dessa maneira, tendo consciência da complexidade – e das dificuldades – que um projeto social mais humano, centrado nas pessoas e no todo que as envolve comporta, busco, no capítulo que se abre, apontar alguns possíveis caminhos para a qualificação dos territórios, tendo como foco principal a qualificação das diversas experiências de velhice, e, por conseguinte, a multiplicidade de experiências nas variadas etapas da vida. É nas *possibilidades* que a *brevidade* deste capítulo se apega.

Uma consideração muito importante levantada por este trabalho diz respeito às diferenças entre os territórios e à heterogeneidade dos sujeitos que os compõem. Embora aqui a atenção esteja voltada para as pessoas idosas enquanto sujeitos de uma mesma categoria – a velhice – e, portanto, com características próprias que, de uma certa forma, as tornam semelhantes

sob alguns aspectos específicos, parece-me evidente a impossibilidade – ou melhor dizendo, o equívoco – de tomá-las de forma homogênea.

As diferentes origens, trajetórias, condições e estilos de vida, necessidades, prioridades e expectativas, enformadas por uma variedade de contextos que dizem respeito, por exemplo, às diferenças de sexo e de gênero, de idade e de geração, de escolaridade e de formação profissional, de atividades, funções e papéis exercidos ao longo da vida, da constituição familiar e relacional, e, do(s) próprio(s) território(s) do(s) qual(quais) fazem parte (ou mesmo os seus territórios de origem ou aqueles nos quais vivenciaram uma parte significativa de suas vidas), deixam claro que ações e políticas universalizantes e padronizadoras não podem, de forma alguma, contemplar as diferentes demandas.

O mesmo se processa em relação às diferenças entre os territórios, ainda que estes territórios façam parte de um mesmo município, como os quatro territórios abordados neste estudo.

É comum, por exemplo, os diagnósticos sociais<sup>337</sup> – geralmente elaborados no âmbito municipal geral – elencarem demandas específicas para a população idosa, como um todo, ignorando a diversidade que esta população comporta.

Assim, as “soluções” para a “problemática” do envelhecimento e da velhice passam, quase sempre, pela criação de novas instituições (lares, CDs, universidades seniores) – ou a ampliação de suas vagas – destinadas às pessoas idosas, como se, de fato, esta fosse uma demanda partilhada por todas as pessoas em determinada idade.

Da mesma forma, há uma ignorância generalizada em relação às necessidades reais e cotidianas de cada microterritório – a freguesia, o bairro, a rua – de um mesmo município. O que se percebe, de uma maneira geral, é o pouco – ou nenhum – diálogo entre o pessoal técnico que elabora este tipo de diagnóstico e as comunidades de intervenção, incluindo aí uma escuta atenta e respeitosa às necessidades e anseios da população idosa.

A questão que se vislumbra é complexa. Como construir e aplicar políticas públicas – por princípio universalizantes<sup>338</sup> – atentando para a diversidade humana – aqui, em especial, a heterogeneidade dos sujeitos idosos, suas demandas, necessidades, anseios?

Creio que um passo importante para a resolução deste impasse seja, justamente, compreender a igualdade de direitos a partir das diferenças. Por outras palavras, a universalidade dos direitos deve dizer respeito à sua abrangência e à diversidade de respostas possíveis.

---

<sup>337</sup> Fialho; Silva e Saragoça (2015) concebem um diagnóstico social como uma “radiografia do social, num determinado momento, e face a um contexto delimitado. Um diagnóstico é um processo apuradamente complexo de descrição do sentido da realidade sobre um problema social, numa dada situação de um grupo, comunidade, território, etc. Fazer um diagnóstico é desmontar a complexidade do social” (Fialho; Silva; Saragoça, 2015: 16). É importante frisar que a realização de um diagnóstico social por território não é o propósito deste trabalho. Mesmo assim, através das entrevistas e das visitas frequentes aos quatro territórios, foi possível perceber diferentes demandas entre eles, demandas estas que extrapolam as comumente diagnosticadas como, por exemplo, as apontadas pelo Diagnóstico Social do Município de Coimbra/2013, elaborado pelo Conselho Local de Ação Social de Coimbra – CLAS – e pelo Instituto de Estudos Regionais e Urbanos da Universidade de Coimbra – IERU: insuficiência de lares para idosos/as em geral e para idosos/as com demência; insuficiência de centros de cuidados continuados; insuficiência na formação de cuidadores profissionais e familiares; desconhecimento recíproco entre instituições; trabalhos conjuntos entre instituições deficitários; isolamento; e dificuldades financeiras das instituições prestadoras de serviço para pessoas idosas. Compreendo que estas sejam demandas reais. Não abrangem, entretanto, toda a população idosa do município que, certamente, possui demandas diferenciadas por território e pelas diferenças individuais e mesmo coletivas (como a idade/geração e o sexo/gênero, por exemplo) já apontadas.

<sup>338</sup> Arendt (1998: 324) pondera que a universalização dos direitos humanos como direitos que emanam “do Homem”, a partir da ideia de um ser humano abstrato, indefinível e uno, opõe-se à condição humana cuja pluralidade e diversidade são essenciais à ação e à dignidade humanas. Este é um dos pontos mais complexos e frágeis das políticas públicas: o paradoxo entre igualdade e diversidade.

Nesse sentido, aponto para o que, talvez, seja o cerne deste trabalho.

Minhas incursões pelos territórios, minhas interações com as pessoas – especialmente as idosas, foco deste trabalho – moradoras e/ou que transitam por estes territórios, construindo identidades e relações, alertaram-me para a importância das questões relativas ao *cuidado*.

Este alerta me foi dado pelas dificuldades de acessibilidade de alguns territórios, notadamente a “Alta”, mas também os territórios do “Botão” e do “Casal do Lobo”, dificultando a mobilidade de muitas pessoas idosas; pela pouca consideração que alguns territórios têm pelos seus sujeitos idosos – incluindo o território da “Solum” e seu trânsito rápido e, em algumas vezes, inseguro; pelas desigualdades de oportunidades entre as diferentes populações de um mesmo território e, notadamente, entre os territórios

Neste ponto, então, é necessário, mais uma vez, refletir sobre o cuidado.

De aproximadamente trinta anos para cá, muitos estudos antropológicos e sociológicos, por todo o mundo, têm se dedicado à temática do cuidado.

Entretanto, embora tais estudos quase sempre recorram, tal como eu própria fiz neste trabalho, às discussões de Fischer e Tronto (1990), Gilligan (1993) e de Tronto (2007), como pioneiras nestes estudos, abordando e buscando aprofundamento sobre questões filosóficas, políticas, sociais e culturais associadas ao cuidado, o que prevalecem são estudos no qual o cuidado é abordado como uma predisposição ligada ao que se chamou de “trabalho do *care*” e “trabalho emocional”<sup>339</sup> (Hirata; Guimarães, 2012; Molinier, 2012; Soares, 2012; Hirata, 2014; Matsuo; Oliveira, 2014), dando destaque às questões de economia e trabalho, gênero, classe social, envelhecimento e migrações, nas relações entre cuidadores/as e pessoas que recebem cuidados dentro de uma estrutura patriarcal, nomeadamente a partir dos serviços de saúde (Mol, 2008; Ribault, 2012; Trabut; Weber, 2012; Georges; Santos, 2012; Matsuo, 2014), cuidados domésticos (Brites, 2000; 2007; Solis, 2009; Hochschild, 2012; Debert, 2012), cuidados educativos (Oliveira, 2014), incluindo, também, cuidados estéticos (Oliveira, 2014a).

Não há como negar que tais estudos são bastante relevantes, uma vez que abarcam o cuidado formal e o informal, trazendo questões como a profissionalização e a afetividade dos/as cuidadores/as<sup>340</sup>. Penso, no entanto, que ainda faltam reflexões que, por um lado, abordem o cuidado como um princípio axiológico mais amplo, e, por outro, sejam mais propositivas.

Desse modo, tendo a discordar de Tronto (1997: 190), quando, em algumas de suas reflexões, vê a dimensão moral do cuidado apenas em relação ao objeto de cuidado, duvidando do cuidado enquanto um paradigma ético maior, onde todos/as são potencialmente cuidadores/as e, ao mesmo tempo, objetos de cuidado.

O “ponto de vista moral”, tal como é descrito por filósofos morais como William Frankena (1973), envolve atributos de imparcialidade e de possibilidade de universalização. Poderíamos concordar, de modo geral, que relações especiais, como as de pai ou mãe, acarretam certas obrigações com respeito às crianças, mas

---

<sup>339</sup> Outra referência encontrada diz respeito ao cuidado como parte integrante de um sistema de proteção social (Fassler, 2009), o que, me parece, acaba por legitimar relações desiguais entre quem cuida (neste caso, o Estado), e quem é cuidado.

<sup>340</sup> Hirata (2014: 29) explica que “[o] termo *auxiliaire de vie*, ou *auxiliaire de vie sociale* (cuidador), foi consagrado em 2012 em virtude de um novo diploma criado pela França e reconhecido oficialmente”. No Brasil, tal como na França, o termo *cuidador*, enquanto uma profissão relativamente autônoma, também surgiu em 2002. No Japão, um termo com conotação semelhante surgiu nos finais da década de 1990 (Hirata, 2014).

esse preceito moral não pode nos colocar em contato mais íntimo com o modo de nos engajarmos na prática de cuidados de uma forma moral. Além disso, presumimos muitas vezes que a moralidade afeta nossa interação com outros agentes moralmente autônomos; e as relações entre os que cuidam e os que são cuidados são frequentemente relações entre desiguais, nas quais existe alguma dependência (Tronto, 1997: 190).

Por esta lógica, Tronto parece desconsiderar a moral como um construto sociocultural<sup>341</sup> e, por isso mesmo, um processo em si mesmo.

A ênfase na autonomia moral dos indivíduos<sup>342</sup> e na dependência como expressão de desigualdade, a partir de fragilidades unilaterais, parece-me um ponto bastante questionável.

É certo que as ponderações de Tronto (1997) refletem a estrutura patriarcal em que nossa sociedade está ancorada e necessitam ser discutidas e problematizadas. Entretanto, por mais arraigada que seja, esta configuração não pode ser naturalizada.

Além disso, tais reflexões partem de uma convicção fortemente marxista, enfatizando as desigualdades de classe, a exploração do trabalho pelo capital e a opressão da classe trabalhadora, temas ainda não superados na contemporaneidade – marcados cada vez mais, aliás, por uma política neoliberal e uma economia capitalista que, de uma forma ainda mais globalizante, segue sua vocação de opressora e de promotora de desigualdades mais e mais acentuadas (Santos, 2002b) –, mas que, em minha compreensão, devem ser redimensionados, incluindo agora questões mais humanas e subjetivas, envolvendo afetos, identidades, sentimentos e emoções, dentro de uma dialética sujeito-coletividade que não desconsidera – antes, engloba – o materialismo e as questões a ele subjacentes.

Elencando os principais problemas da população idosa nos (e dos próprios) territórios, verificados durante a realização deste trabalho, creio que, a partir dos eixos e categorias escolhidos como lentes, o destaque maior pode ser dado para as dificuldades de mobilidade de grande parte das pessoas pesquisadas, acentuando-se nos territórios com acessibilidades deficientes; pouca frequência e/ou qualidade dos processos de sociabilidade (mais uma vez, acentuadas em territórios pouco acessíveis), resultante de poucas oportunidades de estabelecimento de interações e convívios mais profundos e significativos; baixa autonomia de algumas pessoas em relação a escolhas cotidianas, que dizem respeito à gestão de suas próprias vidas; aumento da dependência para realização de tarefas diárias, dependência, esta, confundida com vulnerabilidade e interferindo diretamente na autonomia destes sujeitos.

Dessa forma, este estudo possibilitou evidenciar que a qualificação das experiências de velhice deve passar, necessariamente, pela qualificação dos próprios territórios.

---

<sup>341</sup> “Nesta perspectiva não há lugar para vislumbrar-se uma moralidade congênita ao ser humano, pois os princípios morais são adquiridos no curso da existência, pressionados pelas necessidades básicas que incluem um sentido positivo de si mesmo, ademais de sofrerem o impacto de sentimentos, emoções e interesses que vão induzir o conjunto normativo de um código moral possível” (Sarlet; Molinaro, 2012:207).

<sup>342</sup> Obviamente, não há ética sem autonomia, sem que o sujeito moral tenha consciência de sua própria capacidade de criar e/ou aceitar livremente os preceitos morais e as normas de conduta (Camps, 1999). Entretanto, entendo que deve haver um equilíbrio entre autonomia, dependência e responsabilidade. Ou seja, a autonomia é um princípio relacional e não individualista.

Esta qualificação, por sua vez, só pode se concretizar através do desenvolvimento de uma ética e de uma práxis que tenha o cuidado como princípio (filosófico), meio (estratégico) e fim (finalidade). Aos territórios qualificados pela ética e práxis do cuidado chamarei de *territórios de cuidado*.

A expressão *territórios de cuidado* foi inspirada nas *Cidades Educadoras*, conceito consolidado no início da década de 1990, em Barcelona, Espanha, onde se realizou o I Congresso Internacional das Cidades Educadoras. De acordo com o educador Moacir Gadotti (2006),

[a] cidade dispõe de inúmeras possibilidades educadoras. A vivência na cidade se constitui num espaço cultural de aprendizagem permanente por si só. Mas a cidade pode ser “intencionalmente” educadora. Uma cidade pode ser considerada como uma cidade que educa, quando, além de suas funções tradicionais – econômica, social, política e de prestação de serviços – ela exerce uma nova função cujo objetivo é a formação para e pela cidadania. Para uma cidade ser considerada educadora ela precisa promover e desenvolver o protagonismo de todos e de todas – crianças, jovens, adultos, idosos – na busca de um novo direito, o direito à cidade educadora (Gadotti, 2006: 134).

Segundo a “Carta das Cidades Educadoras”, produzida coletivamente durante o I Congresso Internacional das Cidades Educadoras, realizado em Barcelona,

[o] grande desafio do século XXI é investir na educação de cada indivíduo, de maneira que este seja cada vez mais capaz de exprimir, afirmar e desenvolver o seu próprio potencial humano. Potencial feito de individualidade, construtividade, criatividade e sentido de responsabilidade assim como um sentido de comunidade – capacidade de diálogo, de confrontação e de solidariedade. Uma cidade será educadora se oferecer todo seu potencial de forma generosa, deixando-se envolver por todos os seus habitantes e ensinando-os a se envolverem nela (Carta das Cidades Educadoras, 1990<sup>343</sup>).

De forma semelhante, acredito que os territórios – a rua, o bairro, a cidade, o país – podem ser, intencionalmente, *territórios de cuidado*.

A criação e o desenvolvimento destes territórios passam, necessariamente, pela educação integral e contínua ao longo da vida. Daí a relevância das relações sociais, tanto no âmbito da educação formal, não formal e informal, e, quando se fala especificamente em educação formal, das instituições educativas: as escolas, em seus vários níveis, e as universidades.

Assim, estes *territórios de cuidado*, acessíveis, e onde as pessoas – todas, incluindo as idosas – podem se movimentar com segurança e construir sociabilidades consistentes, alicerçadas na igualdade, no respeito às diferenças e às pluralidades, no afeto e no compromisso mútuos, são também, eles próprios, essenciais para a constante qualificação dos territórios – compreendidos em sua multidimensionalidade relacional – e das experiências de velhice. São, também, um direito e uma responsabilidade de todos/as.

---

<sup>343</sup> Fonte: [www.cidadeseducadoras.com.br](http://www.cidadeseducadoras.com.br).

Minha intenção neste capítulo, então, é pontuar estas responsabilidades e suas possibilidades dentro de instâncias macro e micro-políticas, envolvendo poderes e instituições – principalmente, mas não só, públicos/as –, organizações, coletividades e indivíduos.

## 4.2. Territórios de Cuidado

O desenvolvimento deste estudo, desde seu traçado inicial – algumas vezes alterado pelos contextos e contingentes que iam se apresentando ao longo da caminhada, garantindo, assim, sua processualidade e a participação de outras vozes e outros pensamentos na sua construção e condução –, mas mais claramente a partir de minhas experiências e interações nos territórios escolhidos como sujeitos desta pesquisa, direcionou-me para a importância do cuidado, compreendido como um *ethos*<sup>344</sup>, cujos fundamentos morais e suas práticas devem ser construídos/as e vivenciados/as cotidianamente, em todas as escalas e esferas sociais, a partir de uma cosmovisão que entende o universo como um espaço de igualdades e diversidades; de interdependências e horizontalidades; de coletividades, subjetividades e identidades; de respeito e responsabilidades mútuos/as (Boff, 1999; 2006; Morin, 2000; 2003; 2005).

Neste universo, os seres humanos e o entorno que os envolve e rodeia<sup>345</sup>, desde o micro até o macro-cosmos, suas relações, suas vivências, suas experiências, têm uma posição de destaque, o que evidencia a importância das pessoas e dos territórios quando se propõe a construção de uma sociedade embasada, mediada e objetivada pelo/no cuidado.

Aproximando-me do fim deste percurso – que, a bem da verdade, acaba por se constituir em um novo começo, onde novas reflexões conduzem para novas trajetórias – creio que posso apontar como tese, no sentido assertivo e propositivo que esta palavra comporta, a necessidade imperiosa da construção e da manutenção permanente de *territórios de cuidado*. Esta é uma construção coletiva, onde todos/as são agentes coadjuvantes, auxiliando e concorrendo para um objetivo comum: tornar a vida em sociedade uma experiência o mais gratificante possível para todos/as – sem esquecer os sujeitos idosos.

Embora entenda que os territórios de proximidade têm um papel fundamental na construção de uma ética do cuidado, lembro Costa, quando este alerta que “[o]s projectos locais deverão ter a preocupação de não contribuir para iludir a necessidade de mudanças sociais de natureza estrutural e âmbito nacional (ou supranacional). As potencialidades locais, que são imensas, não dispensam intervenções ao nível nacional e europeu” (Costa, 2005: 55).

Este é um alerta importante, pois, ainda que pequenos movimentos cotidianos, ocorridos no interior dos territórios, não possam ser menosprezados, estes devem se converter em alavancas para transformações maiores, com maior abrangência e de responsabilidade e comprometimento de todos/as. Com isso, quero dizer que instâncias maiores não podem ser

---

<sup>344</sup> “O *ethos* existe como costume, como tradição que forma o *oikos* [a casa], no qual habita o homem [os seres humanos]. O hábito, já para Aristóteles fundamental na ética, é estabelecido ao abrigo do costume, do *ethos* de sua comunidade e é estabelecido mediante a educação” (Barbosa, 2009: 168).

<sup>345</sup> Segundo Morin (2000: 47): “Conhecer o humano é, antes de mais nada, situá-lo no universo, e não separá-lo dele”.



desresponsabilizadas de suas funções na organização política e social. A abordagem local, entretanto, permanece como a proposta essencial deste trabalho, uma vez que, sendo os territórios diferentes em suas estruturas, sua geografia, sua história, sua composição e sua demografia, suas demandas, assim como as respostas a elas, também serão diferenciadas.

Dessa maneira, a construção de *territórios de cuidado*, sendo coletiva, envolve responsabilidades coletivas, mas também individuais.

Tal como as reflexões tecidas em torno da interdisciplinaridade, que não se constitui na mera soma entre as disciplinas, a coletividade também não é compreendida como a mera soma de indivíduos. Também não é a anulação das subjetividades individuais, nem, tampouco, uma entidade abstrata, em nome da qual tudo – inclusive injustiças e atrocidades – pode ser justificado. A coletividade opõe-se ao individualismo narcísico, referido por Lipovetsky (1983: 179), cuja lei fundamental é o interesse próprio. Este individualismo egoísta, enfraquece o coletivo, levando ao enfraquecimento do senso de responsabilidade e da solidariedade Morin (2003: 18).

Como este trabalho tem seu foco em quatro territórios específicos do concelho de Coimbra, começo apontando algumas sugestões a nível concelhio, de responsabilidade e compromisso autárquico, sempre envolvendo os eixos orientadores deste trabalho: acessibilidades, mobilidades e sociabilidades.

Em primeiro lugar, *territórios de cuidado* precisam ser fisicamente acessíveis a todas as pessoas, facilitando a mobilidade e possibilitando o desenvolvimento de um sentimento de pertença – e, conseqüentemente, de responsabilidade – ao território<sup>346</sup>.

A legislação portuguesa<sup>347</sup>, em consonância com as diretrizes europeias e mesmo mundiais, tem acompanhado a evolução dos conceitos de acessibilidade e mobilidade. O foco, anteriormente limitado às pessoas com deficiência, foi expandido, abrangendo todas as pessoas, que hoje têm a acessibilidade e a mobilidade como direitos universais.

As dificuldades práticas para a aplicação dos preceitos legais, principalmente no que diz respeito à adequação de espaços mais antigos, quer públicos, quer privados, considerados patrimônios culturais e arquitetônicos, como é o caso da “Alta”, persistem, mas não eximem os poderes públicos, as instituições e os sujeitos – coletivos e/ou individuais –, em geral, de suas responsabilidades. Assim, é bastante notável o quanto territórios como a “Alta”, principalmente, mas também o “Botão” e o “Casal do Lobo”, ainda deixam a desejar, neste quesito.

Na “Alta”, por exemplo, o território mais crítico deste estudo, neste sentido, é necessário que as adaptações que já foram feitas em algumas ruas sejam estendidas a todo o território: instalação de corrimãos em todas as escadarias; colocação de piso aderente/antiderrapante nas escadarias e vias de uso pedestre (passadeiras de conforto), de modo a torná-las mais niveladas, evitando, assim, as quedas e os escorregões; e, quando possível, instalação de rampas de acesso. Estas mudanças pequenas, de custos pouco elevados e com poucos abalos ao patrimônio histórico podem representar um enorme ganho à população residente e mesmo um impulso ao turismo, com a acessibilização do território. Sobre este último aspecto, aliás, é necessário que os gestores

---

<sup>346</sup> Analogamente às “Cidades Educadoras”: “Na cidade educadoras o cidadão caminha sem medo, observando todos os espaços. Temos que aprender a nos locomover na cidade, caminhar muito por nossas ruas” (Gadotti, 2006: 139).

<sup>347</sup> Nomeadamente o Decreto-Lei Nº 163/2006, de 08 de Agosto, que aprova o regime de acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais.

públicos estabeleçam um diálogo sério e reponsável com a população residente deste território, buscando estratégias de adequação entre a preservação patrimonial e a qualidade de vida de seus/as moradores/as e, por extensão, dos/as próprios/as turistas.

Na impossibilidade de serem instalados ascensores nos edifícios da “Alta” (pelos custos elevados e pelos possíveis riscos de abalo à estrutura dos edifícios), uma sugestão é a ocupação, pelas pessoas idosas e outras pessoas com mobilidade reduzida, dos pisos térreos (rés-do-chão).

Minha sugestão assemelha-se ao “Rés Do Chão”, projeto desenvolvido em Lisboa, cujo objetivo principal é a reabilitação e regeneração urbana através da reocupação de pisos térreos desocupados<sup>348</sup>. Diferente da proposta lisboeta, que propõe a ocupação desses espaços para fins comerciais, proponho que os mesmos sejam ocupados como moradia, atendendo prioritariamente as pessoas com mobilidade reduzida, como as pessoas idosas.

A ideia pressupõe parcerias entre os poderes públicos municipais (Câmara e freguesias), instituições de ensino superior, empresas e proprietários/as dos imóveis; estes últimos arrendariam seus espaços a preços simbólicos por determinado período de tempo, tendo, como contrapartida, a reabilitação do espaço através da parceria entre os poderes públicos, as instituições de ensino superior (cuja contrapartida seria o uso dos espaços para experimentação e aplicação prática dos conhecimentos adquiridos, principalmente pelos cursos de Arquitetura, Engenharia Civil e *Design*) e as empresas, que seriam beneficiadas com a divulgação maciça de suas marcas (e também com a possibilidade de benefícios fiscais da Câmara). Outra ideia é a busca de financiamento dos Fundos Europeus Estruturais e de Investimento, nomeadamente, o Fundo Social Europeu<sup>349</sup>, através de concorrência pública.

Além disso, é urgente que as habitações da “Alta”, de um modo geral, sejam recuperadas, tornando-se, assim, satisfatoriamente habitáveis.

É inadmissível, por exemplo, a falta de saneamento básico, água encanada e aquecimento verificada em algumas das residências visitadas na “Alta”.

Para a solução deste tipo de problema, mais uma vez se faz necessário um esforço coletivo, através da criação de redes que contem com a participação de lideranças públicas e comunitárias que possam conduzir e orientar as ações dos demais agentes, que devem se envolver desde a elaboração de projetos que beneficiem toda a comunidade, até a concretização, através de mutirões e busca do comprometimento da Autarquia e de apoios junto ao empresariado local (fornecimento de material e, eventualmente, de mão-de-obra) e das instituições de ensino superior (apoio técnico), dos objetivos construídos coletivamente.

No que tange à qualificação física dos territórios, estas sugestões se estendem, de forma semelhante, às demais localidades.

No “Botão” e no “Casal do Lobo”, por exemplo, as vias também carecem de melhorias, principalmente em relação às suas redes pedonais – quase inexistentes, notadamente no “Botão”, mas com algumas deficiências também no “Casal do Lobo”.

As valas existentes na quase totalidade da via principal do “Botão”, por exemplo, precisam ser cobertas para que os riscos eminentes sejam evitados. Como as valas servem para o escoamento das águas das chuvas, uma sugestão seria cobri-las com

---

<sup>348</sup> Fonte: <http://resdochao.org>.

<sup>349</sup> Os demais fundos são: Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional, Fundo de Coesão, Fundo Europeu Agrícola para o Desenvolvimento Rural e Fundo Europeu dos Assuntos Marítimos e das Pescas.

um revestimento de malha ou grelha de aço, de espessura fina, o que permitiria a drenagem da água, e, ao mesmo tempo, evitaria possíveis acidentes.

Em vias de trânsito mais intenso, como são as vias principais do “Botão” e do “Casal do Lobo”, que dão acesso a outras localidades, é necessária a delimitação de um espaço de uso exclusivo para pedestres. Esta delimitação pode ser feita através da instalação de uma via pedonal um pouco mais elevada em relação ao nível da rua, ou simplesmente com a utilização de um revestimento que se distinga, na cor e/ou na textura, do utilizado na via de tráfego de veículos.

Tanto os territórios da “Alta”, como do “Botão” e do “Casal do Lobo”, deparam-se com uma sinalização bastante deficiente. Nos três territórios, é necessária a instalação de sinais que esclareçam a velocidade máxima permitida ao trânsito de automóveis e, sendo muitos dos espaços compartilhados, a hierarquia a ser respeitada, do mais ao menos vulnerável: cadeirantes, pedestres, carrinhos de bebês, bicicletas, motocicletas e automóveis.

A fiscalização, por parte dos órgãos de trânsito responsáveis, também deve ser uma prioridade a ser cumprida. Na “Alta”, mais uma vez, o desrespeito dos automóveis em relação aos pedestres é flagrante: carros estacionados nas calçadas – quando estas existem – são um claro exemplo da vulnerabilização a que os pedestres estão sujeitos. Para diminuir o afluxo de automóveis neste território que, em razão da Universidade e de ser um ponto turístico, acaba por conviver diariamente com este problema, é necessário o desenvolvimento de políticas de mobilidade adequadas, construídas com a participação comunitária.

No caso da “Solum”, o problema maior parece ser a alta velocidade com que os automóveis trafegam, apesar de este território estar bem equipado com semáforos e faixas de segurança<sup>350</sup>. A este respeito, algumas providências práticas podem ser tomadas, todas sob a responsabilidade da Câmara Municipal: instalação de redutores de velocidade e de sinalética adequada, informando a velocidade máxima permitida em um território que, além de comércios e serviços, comporta um grande número de residências. Em vias mais largas e movimentadas, os semáforos devem permanecer por mais tempo acesos no sinal vermelho destinado aos automóveis, e no verde, destinado aos pedestres, permitindo a travessia mais segura de pessoas com mobilidade reduzida.

Um ponto muito importante e que carece um maior investimento, não só financeiro, mas também de esforços, refere-se à educação das pessoas – motoristas e pedestres – que trafegam pelos territórios.

Os/as pedestres devem reconhecer sua vulnerabilidade frente aos meios de transporte, mecânicos ou motorizados, usando os espaços adequados ao tráfego pedonal (semáforos, faixas de segurança) – quando estes existem, obviamente. Os motoristas, por sua vez, também devem ter em consideração a hierarquia do trânsito, trafegando com cuidado e atenção e dando prioridade aos/às pedestres, principalmente às pessoas com mobilidade reduzida, atentando ainda mais em territórios cujas condições de segurança são precárias ou inexistentes. Esta educação passa pelas várias esferas educativas, nos níveis de informalidade, não formalidade e formalidade: família, escola, espaços de socialização e integração, e também pelos meios de comunicação social, que têm um poder e uma influência muito grandes sobre os comportamentos e as práticas sociais<sup>351</sup>.

---

<sup>350</sup> Ou, em uma linguagem mais comum ao português europeu, passadeiras de peões.

<sup>351</sup> Nesse sentido, vale lembrar que, na contramão destas proposições, os meios de comunicação – assim como as instituições educativas – também podem legitimar e justificar desigualdades. Um exemplo é o acirramento dos conflitos intergeracionais com a suposição de uma insustentabilidade econômica e social

Uma iniciativa que poderia ser tomada pela Câmara Municipal é a promoção (através de incentivos fiscais e financeiros para instalação e arrendamento ou compra de imóveis para estes fins) do comércio – inclusive feiras livres – e oferta de serviços locais em territórios como a “Alta”, o “Botão” e o “Casal do Lobo”, evitando que as populações destes três territórios tenham de se deslocar em busca destes produtos e/ou serviços. O incentivo ao comércio local e de proximidade<sup>352</sup> é uma das formas, também, de socialização intergeracional.

A Câmara Municipal, aliás, tem um papel fundamental na criação e manutenção dos territórios de cuidado. A organização político-administrativa em torno de freguesias, parece garantir uma maior proximidade entre gestores e comunidade. Entretanto, há a necessidade de um entrosamento ainda maior entre estes dois agentes. É importante que a comunidade realmente participe das decisões que dizem respeito aos territórios dos quais fazem parte. Todas as pessoas – incluindo as pessoas idosas – devem ser ouvidas quando da elaboração do diagnóstico e, posteriormente, do plano de desenvolvimento social municipal, que devem ser documentos transparentes e acessíveis a todos/as, tanto em sua disponibilidade, quanto em sua linguagem. Esta escuta só terá sentido se realizada nos territórios de proximidade, pois, é importante destacar, as demandas e, conseqüentemente, as estratégias e soluções para atendê-las, muito provavelmente serão diferentes nos vários territórios que compõem o território municipal. Neste estudo, foi possível visualizar algumas destas diferenças.

Na “Alta”, por exemplo, os três eixos (acessibilidades, mobilidades e sociabilidades) demandam respostas, principalmente quando se tem em conta as pessoas idosas e outras pessoas com mobilidade reduzida e/ou condicionada.

Na “Solum”, o problema maior enfrentado pelas pessoas idosas, assim me parece, diz respeito a uma mobilidade mais segura, uma vez que as vias são mais amplas e o tráfego automobilístico mais frequente e veloz.

Nos territórios rurais do “Botão” e do “Casal do Lobo”, o enfrentamento deve ser em torno das acessibilidades de ambos os territórios, incluindo, como na “Alta”, aliás, o acesso a bens e serviços, afetando, também, as mobilidades, especialmente de pessoas idosas e pessoas com redução ou condicionamento de movimentos. As sociabilidades nestes dois territórios – e também na “Solum” – pareceram-me mais consistentes, em razão das próprias características de suas populações, sem um contraste tão acentuado entre as as pessoas jovens e as idosas, chegando ao ponto de minimizar outras dificuldades.

É importante que se deixe claro que *acessibilidades* não dizem respeito somente aos *acessos* (físicos) a um determinado território. Elas “deve[m] ser discutida[s] em suas dimensões materiais e imateriais, já que a garantia de acesso físico a determinados espaços urbanos não garante sua apropriação simbólica” (Serpa, 2016: 171). A falta de domínio de um determinado “repertório” (Certeau, 1998) ou de um “capital escolar ou cultural” (Bourdieu, 2007) impede, muitas vezes, a apropriação ou a acessibilidade de pessoas e grupos a determinados territórios. Esta observação pode ser ilustrada através dos espaços da “Alta” destinados ao turismo. Embora existam e possam até ser de fácil acesso físico, nem sempre se constituem como territórios

---

provocada pela desproporção do número de pessoas aposentadas em relação ao de pessoas ativas. “Os indivíduos reformados são olhados como alguém que usufrui de um salário sem a contrapartida da prestação de trabalho, ou seja, beneficiam de um privilégio social” (Vaz, 2008: 50). Esta é uma ideia amplamente disseminada pelos meios de comunicação de massa sem que haja uma discussão séria sobre os princípios que devem reger a previdência social.

<sup>352</sup> Conceito criado para demarcar as diferenças entre outros tipos de comércio, o comércio de proximidade “remete para a proximidade para com o cliente, traduzida no reconhecimento de suas necessidades e desejos, na relação próxima estabelecida entre as partes, extravasando a mera proximidade física, que não deve, no entanto, ser descuidada” (Barreta, 2012: 06). Dessa forma, o comércio de proximidade “retrata o comércio que está próximo de sua procura, não só fisicamente, mas também, e principalmente, social, cultural, patrimonial e... comercialmente” (Barreta, 2012: 14).

acessíveis aos/às moradores/as daquele território, notadamente as pessoas idosas que, muitas vezes, se sentem constrangidas (ou não convidadas) a frequentá-los.

Nesse sentido, os pontos-base destas proposições são mudanças de comportamentos e de práticas sociais — por isso sua ênfase maior recai sobre a educação e as relações sociais.

Em minha compreensão, processada a partir de minhas leituras e vivências ao longo de minha trajetória, mas, especialmente, no decorrer desta investigação, as grandes transformações sociais se efetivam a partir das práticas cotidianas que, defendo, devem ser qualificadas pelo cuidado.

Transpor a teoria e o discurso para a prática efetiva requer o esforço de todos/as: homens, mulheres; crianças, jovens, adultos/as, idosos/as; das mais variadas etnias; religiões; condições sociais e educacionais. Este esforço, entretanto, não pode ser dependente do voluntarismo e da boa vontade de algumas pessoas. É necessário que o engajamento se dê a partir do exercício constante de um convívio alicerçado no respeito, na solidariedade, no compromisso e no afeto — no cuidado, por assim dizer — em relações horizontais equilibradas e dialéticas; engajamento este que deve ser promovido como uma ética, talvez a única ética possível se pensarmos em uma sociedade mais humana como um processo razoável, necessário e urgente. Este engajamento coletivo e cidadão deverá, por sua vez, cobrar posturas e políticas públicas também cuidadosas.

A promoção desta ética passa, prioritariamente, pela responsabilidade da educação<sup>353</sup> — mais uma vez em todos os seus níveis e instâncias —, através da produção teórica reflexiva constante, mas, principalmente, através do desenvolvimento de práticas que tenham o cuidado como princípio (filosófico), meio (estratégico) e fim (objetivo) de todo e qualquer processo educativo/relacional.

Em termos de educação formal, por exemplo, é necessário que as escolas se abram à diversidade de saberes e ideias, se abrindo, também, a toda a comunidade, buscando uma integração geracional, étnica e de gênero nas suas relações cotidianas. Ao priorizar a construção coletiva dos conhecimentos, bem como a valorização de conhecimentos produzidos no exterior da escola, por outros agentes educativos, que não os/as professores/as (pais/mães, avós, pessoas do território onde está inserida a escola, por exemplo), a escola estará promovendo uma pedagogia do cuidado.

As relações professores/as alunos/as também devem ser pautadas pelo cuidado. Dessa forma, devem ser dialógicas, não verticais, onde professores/as e alunos/as se encontrem na busca recíproca pelo saber, compreendendo-se, mutuamente, enquanto “seres humanos, por isso, inacabados” (Freire, 1997b: 55), imperfeitos e falíveis.

É importante destacar que este também é um papel das instituições de ensino superior — principalmente as instituições públicas, mas também as privadas — e não só das escolas de educação básica, como se tem naturalizado ao longo da história da educação formal.

---

<sup>353</sup> “E aqui cabe salientar que a educação não se restringe ao seu aspecto formal, institucional ou acadêmico. De certa forma, os grupos e os diversos segmentos sociais, tais como igrejas, sindicatos e associações, exercem alguma função educativa, embora nem sempre de forma sistematizada. Informalmente se aprende muito de diferentes modos, em muitos lugares e em diferentes situações e possibilidades: escolas, leituras, celebrações, viagens, integração em grupos sociais, cinema, teatro, exposições, festas e artes” (Barbosa, 2009: 31).

Instituições sólidas que vêm se mantendo ao longo dos séculos<sup>354</sup>, dentre outras razões, por sua “rigidez funcional e organizacional” e por sua “aversão à mudança” (Santos, 1989: 11), estas instituições, notadamente as universidades públicas, têm se confrontado com novas demandas e pressões econômicas, políticas, sociais, culturais e pedagógicas. Estas demandas e pressões têm de ser avaliadas com parcimônia por todos os sujeitos que compõem as comunidades universitárias, de modo que, por um lado, as universidades não percam sua autonomia e, por outro, possam se constituir no que Boaventura de Sousa Santos chama de “universidade[s] de ideias”, cujo princípio básico é a abertura ao outro (Santos, 1989).

A “abertura ao outro” é o sentido profundo da democratização da universidade, uma democratização que vai muito para além do acesso à universidade e da permanência nesta. Numa sociedade cuja quantidade e qualidade de vida assentam em configurações cada vez mais complexas de saberes, a legitimidade da universidade só será cumprida quando as actividades, hoje ditas de extensão, se aprofundarem tanto que desapareçam enquanto tais e passem a ser parte integrante das actividades de investigação e de ensino (Santos, 1989: 53).

O reconhecimento e o respeito pela multiplicidade de saberes dissolvem hierarquias destituídas de sentido, dando equilíbrio às relações sociais cotidianas. Isso é importante no universo deste trabalho, principalmente quando se toma um território como a “Alta”, por exemplo, onde é possível verificar um grande desequilíbrio nas relações idosos/as-jovens, e onde a educação formal é hipervalorizada, praticamente ignorando e menosprezando outros saberes.

A ampliação e a melhoria do atendimento da educação básica, principalmente nos países ocidentais, impulsionadas pela ideia de que a educação formal seria o motor do desenvolvimento econômico e social, provocaram um movimento de expansão também na educação superior, exigindo uma maior democratização em seu acesso<sup>355</sup>.

A internacionalização das universidades, propiciada por processos de globalização e pelas diásporas, envolvendo, principalmente, o movimento de povos outrora colonizados, que agora se voltam em direção aos antigos impérios, também acaba por exigir um maior compromisso com a diversidade e o respeito a novos saberes.

Sobre este aspecto, é ainda Santos (2011) quem questiona:

[...] a ideia de uma sociedade do conhecimento implica que o conhecimento está em todo o lado; qual é o impacto desta ideia numa universidade moderna criada sobre o pressuposto de que constituía uma ilha de saber numa sociedade de ignorância? Qual é o lugar ou a especificidade da universidade como um centro de produção e difusão do conhecimento numa sociedade com muitos outros centros de produção e difusão do conhecimento? [...] Continuará a avaliação do trabalho académico a ser feita com base em critérios monoculturais e muitas vezes antiquados de boa escrita científica, rigor metodológico ou solidez teórica, aplicados frequentemente por colegas ressentidos, concorrentes ou com conflitos de interesses? (Santos, 2011: 2).

---

<sup>354</sup> A primeira universidade do mundo foi a Universidade de Bolonha, Itália, criada em 1088, a partir do desenvolvimento da “Escola de Artes Liberais” daquela cidade (Simões, 2013).

<sup>355</sup> Esta expansão ainda é tímida o que, muitas vezes, acaba por reforçar e até justificar a manutenção de uma elitização do ensino superior. De acordo com o relatório da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico – OCDE – (organização internacional que congrega 34 países, dentre eles Portugal e Brasil, e que tem como objetivo promover e monitorar políticas que visem o desenvolvimento económico e o bem-estar social), “Education at a Glance 2016”, em Portugal, em 2015, apenas 5% da população com idades entre os 25 e os 64 anos tinha como maior grau de instrução o ensino superior (nível de bacharelado/licenciatura). Destes, 12% tinham idades entre os 25 e os 34 anos.

Sendo instituições de produção, transmissão e aplicação do conhecimento (Clark, 1983) e estando ancoradas em três grandes e indissociáveis pilares — ensino, pesquisa e extensão —, as universidades têm, além de um papel social e cultural muito grande, que deve extrapolar seus muros a partir de pesquisas e de trabalhos extensionistas que problematizem o social e que possam responder — mas também questioná-las — às preocupações e demandas de comunidades reais, um compromisso com as relações humanas que se estabelecem dentro e fora de suas fronteiras.

Com isso, quero dizer que as universidades devem ser, elas próprias, tal como as demais instituições de ensino, em todos os seus níveis, instituições alicerçadas no cuidado, cuidado este que deve se refletir nas pesquisas, nas atividades de extensão e nas práticas pedagógicas, com a abertura para a compreensão de que os sujeitos — alunos/as e professores/as — são mutuamente dependentes, tanto afetiva, quanto cognitivamente (Mattos, *et al.*, 2013).

Nesse sentido, vejo a importância destas instituições educativas na promoção e divulgação do cuidado como um *ethos* e uma práxis essencial e necessária.

Mais uma vez, acredito na educação — informal, não formal, mas também formal — como um importante instrumento de transformação social.

No caso da educação formal, esta transformação passa pela reflexão, por todos os seus agentes, das ações e das interações que acontecem em todos os âmbitos dos processos educativos, no interior e no exterior das instituições. *Territórios de cuidado* e *Cidades Educadoras* são, por assim dizer, irmãos: sua coexistência é necessária e enriquecedora para ambos.

Especificamente como um dos tópicos destas proposições, creio que as universidades e faculdades, através de seus variados cursos, em seus três níveis — 1º, 2º e 3º ciclos<sup>356</sup> —, têm, além disso, muito a contribuir, não só com pesquisas, mas também na formação de professores/as e, mais especificamente, através do envolvimento de seus/as estudantes/as na promoção e consolidação de relações intergeracionais ricas e produtivas.

Neste sentido, penso que tais instituições, através da consignação de convênios próprios — junto à Câmara Municipal e também a instituições de outros âmbitos territoriais —, evitando, assim, que estas práticas caiam no mero voluntarismo, poderiam, por exemplo, assessorar pedagogicamente os CDs, além de ter seus/as alunos/as atuando diretamente com o público idoso, na forma de estágios e pesquisas-ação, com a oferta de oficinas de seu interesse (música, leitura, fotografia, vídeos, informática, passeios, visitas guiadas, atividade física, rodas de conversas), além de outros serviços, incluindo, por exemplo, assessorias jurídicas e arquitetônicas, que podem acontecer no próprio espaço universitário ou ser itinerantes, procurando cobrir uma parte significativa do território concelhio.

A criação e manutenção de espaços de convivência intergeracional — praças, centros públicos de convívio e de eventos —, por sua vez, devem ser de responsabilidade do poder público municipal, que pode propor parcerias com outras instâncias públicas e mesmo com a iniciativa privada.

---

<sup>356</sup> Graduação (licenciatura, no caso português), mestrado e doutoramento, respectivamente.

Em relação aos CDs, estes poderiam dividir espaço com públicos de outras idades<sup>357</sup>, crianças, jovens e adultos/as, evitando o que Costa (2005: 88) denomina de “*ghetização*”, ou seja, a desintegração dos sujeitos idosos do resto da sociedade.

Embora discorde de ações voluntaristas, no sentido de uma verticalidade de cima pra baixo entre “quem dá” e “quem recebe”, e, ainda, enquanto uma prática que dependa meramente da “boa vontade”, pondo em risco sua continuidade e desresponsabilizando as instâncias que de fato deveriam atuar, de forma mais intensiva e contínua, na resposta às demandas pelo respeito aos direitos humanos – especialmente, aqui, aos direitos das pessoas idosas –, entendo que as práticas de solidariedade<sup>358</sup>, através de um voluntariado responsável e consciente, devam ser estimuladas.

Assim, penso que uma boa ideia seria substituir as praxes académicas, que costumam adotar práticas de intimidação, constrangimento e violência na recepção aos/às novos/as estudantes das instituições de ensino superior, por práticas solidárias que envolvam académicos/as veteranos/as e calouros/as – não como um “castigo” aos/às novos/as ingressantes, mas como um estímulo à integração comunitária, tanto na comunidade universitária, quanto na comunidade municipal<sup>359</sup>.

Nesse sentido, o voluntariado também pode ser visto como uma experiência formativa de aprendizagem e vivência prática de valores como cidadania, solidariedade, dignidade e respeito e valorização das diferenças (Mori; Vaz, 2006).

Ressalto, entretanto, a importância de que tais ações sejam organizadas e orientadas para que se transformem em práticas permanentes. Minha sugestão é que haja o envolvimento das instituições de ensino superior – em especial, da Universidade de Coimbra, por seu alcance, potencialidades e por ser uma instituição pública –, da Associação Académica de Coimbra, da Câmara Municipal e das diversas instituições particulares de solidariedade social do município, desde a elaboração até o desenvolvimento prático de projetos de voluntariado responsável.

As relações intergeracionais, por sua vez, devem ser promovidas e estimuladas a partir do que Ferrigno (2003) denomina de “co-educação entre gerações”. Este é um processo que deve se desenvolver cotidianamente, com as diferentes gerações partilhando experiências, ensinando e aprendendo, buscando superar preconceitos mútuos<sup>360</sup>, numa abertura ao novo e à diversidade. É importante destacar que este convívio respeitoso e horizontal entre as gerações deve ser aprendido, a partir de

---

<sup>357</sup> Segundo relatos ouvidos através das entrevistas, no território do “Botão”, quando a escola de ensino fundamental ainda estava ativa, as crianças compartilhavam o almoço com os/as frequentadores/as do CD. Em São Paulo de Frades, como eu própria pude verificar, o CD divide espaço com uma creche, o que possibilita a integração entre as crianças e as pessoas idosas. Estas, entretanto, são iniciativas ainda tímidas, com pouca visibilidade. A prática mais comum permanece sectária, com espaços próprios destinados às crianças e outros, distintos, às pessoas idosas. Devem, em minha compreensão, ser ampliadas e multiplicadas.

<sup>358</sup> Boaventura de Sousa Santos analisa a solidariedade como consequência de condições que tornem possível seu exercício. “A solidariedade é um componente essencial da cidadania e da democracia. Ser cidadão é hoje acima de tudo ser solidário para com os outros cidadãos e ter por igual o direito à solidariedade deles. [...] A solidariedade, como exercício de cidadania que é, não confere a quem a exerce nenhuma autoridade pessoal sobre quem a recebe e, vice-versa, não coloca quem a recebe numa posição de subordinação pessoal perante quem a exerce” (Santos, 2001: 93-94).

<sup>359</sup> Semelhante ao que acontece no “Banco de Tempo”, criado pelo já mencionado Graal: “um sistema de organização de trocas solidárias”, cujos objetivos são: “Apoiar a família e a conciliação entre vida profissional e familiar, através da oferta de soluções práticas de organização da vida quotidiana; Reforçar as redes sociais de apoio, diminuir a solidão e promover o sentido de comunidade e vizinhança; Promover a colaboração entre pessoas de diferentes gerações e origens; Contribuir para a construção de uma cultura de solidariedade e para o estabelecimento de relações sociais mais humanas e igualitárias; Valorizar o tempo e o cuidado dos outros; Estimular os talentos e promover o reconhecimento das capacidades de cada um/a” ([www.bancodetempo.net/pt/BancoDeTempo/1](http://www.bancodetempo.net/pt/BancoDeTempo/1)).

<sup>360</sup> “Possivelmente, nós todos (inclusive os próprios velhos) abrigamos preconceitos contra a velhice. Menos evidente e intenso é o preconceito contra os mais jovens, já que são mais valorizados socialmente. Mas o preconceito também aí existe. Os jovens também são, muitas vezes, julgados como menos competentes do que realmente o são, principalmente como efeito do mito do adulto, do ser acabado e perfeito [...]” (Ferrigno, 2003: 130).



esforços de todos/as, onde os conflitos, antes de serem evitados, devem ser aproveitados como novas oportunidades de aprendizagem.

Construir uma ética do cuidado passa, então, pela “rediscussão da responsabilidade dos indivíduos – pela própria vida e pela dos outros –, assim como a reflexão sobre a responsabilidade social pela dependência” (Biroli, 2014: 58), esta última entendida como condição humana (Boff, 1997; 1999; 2006; Biroli, 2014).

Da mesma forma, é necessário que se pense, reflexiva, mas também, propositivamente, nas bases sobre as quais nossas sociedades ocidentais estão estruturadas. Além de patriarcal<sup>361</sup>, funda-se numa acumulação ilimitada, que favorece o consumismo desenfreado, a “obsolescência programada” (Latouche, 2011: 33) e a competição, que acabam por se refletir no âmbito de todas as relações sociais, provocando o que Bauman, em diálogo com Donskis (2014), chamou de “cegueira – ou insensibilidade – moral”<sup>362</sup>.

Ramose (2009) analisa a estrutura social ocidental contemporânea em paralelo com a filosofia dos direitos humanos – *botho*, *hunhu*, *ubuntu* – de povos africanos de língua Bantu. Esta filosofia, que consiste no princípio de compartilhamento de cuidado mútuo, discorda do dogma contemporâneo da competição.

Ramose (2009: 170) esclarece que a maioria das línguas africanas nativas traz duas teses que ancoram esta filosofia: a primeira “afirma que ser humano é afirmar a humanidade própria através do reconhecimento da humanidade dos outros e, sobre tal embasamento, estabelecer relações humanas respeitadas para com eles”; a segunda, afirma “que se e quando uma pessoa enfrenta uma escolha decisiva entre a riqueza e a preservação da vida de outro ser humano, ela deve optar pela preservação da vida”.

Isto significa que o cuidado mútuo e o partilhar entre ambos precede a preocupação com a acumulação e com a proteção de riquezas. De acordo com esta filosofia, o ser humano individual deve ser encarado não apenas como um provedor de valores, mas como valor básico e principal de entre todos os valores. Uma organização social e política baseada em princípios contrários a este princípio básico contém em si mesma fontes de instabilidade, conflitos e guerras. O desejo e a orientação de possuir e consumir mais em detrimento dos outros convida à resistência que pode, em última instância, levar à guerra. Em sociedades nas quais a veneração ao Dólar [sic] comanda a devoção, tanto de ricos como de pobres, e numa era de fundamentalismo econômico em que a soberania do dinheiro substituiu o ser humano como valor fundamental, o imperativo para a preservação da vida corre um perigo claro e imediato. Este é o caminho da globalização neo-liberal [sic] contemporânea, que empurra grande parte da humanidade para sua armadilha de pobreza estrutural. O princípio da solidariedade, juntamente como os princípios da partilha e de cuidado mútuo, têm todos sido alvo de ataque pela globalização capitalista (Ramose, 2009: 171).

---

<sup>361</sup> Saffioti sistematiza o conceito de patriarcado a partir da constatação de que se trata de uma relação civil, não privada; dá direitos sexuais, praticamente sem restrições, aos homens; “configura em um tipo hierárquico de relação, que invade todos os espaços da sociedade; tem uma base material; corporifica-se; representa uma estrutura de poder baseada tanto na ideologia quanto na violência” (Saffioti, 2007: 57-58).

<sup>362</sup> “[...] [E]mpregamos o conceito de “insensibilidade moral” para denotar um tipo de comportamento empedernido, desumano, implacável, ou apenas uma postura imperturbável e indiferente, assumida e manifestada em relação aos problemas e atribuições de outras pessoas [...]” (Bauman; Donskis, 2014: 20). Penso que é a esta “cegueira” que Saramago (1995) se refere em seu livro “Ensaio sobre a cegueira”.

Por certo, para que se desenvolva uma ética do cuidado, é preciso que questões como desenvolvimento e crescimento sejam contextualizadas e problematizadas.

A ideia geral, em países de economia capitalista e política neoliberal, é que o crescimento diz respeito à acumulação de capital, sendo o desenvolvimento o resultado direto do aumento do produto interno bruto *per capita*. Ou seja: o desenvolvimento, nesta lógica, é entendido como desenvolvimento do próprio capitalismo (Latouche, 2011). “Esqueça a igualdade distributiva e social, esqueça os pré-requisitos necessários de uma democracia estável, esqueça a qualidade das relações raciais e de gênero [e sociais e de geração, incluiria eu], esqueça o aperfeiçoamento de outros aspectos da qualidade de vida do ser humano que não estejam completamente ligados ao crescimento econômico” (Nussbaum, 2015: 14).

Na história das democracias ocidentais, não há como negar o avanço nas áreas científico-tecnológicas, econômicas e político-culturais. Entretanto, “o desenvolvimento humano praticamente não foi contemplado nos grandes projetos da humanidade em termos de bem-estar, ética, sociabilidade, gratuidade, cidadania e liberdade, dimensões que foram relegadas a um plano secundário pelo privilégio dos aspectos tecnológicos e econômicos” (Barbosa, 2009: 29).

Em seu “Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno”, Latouche (2011) alerta para as limitações do crescimento, limitações estas principalmente de caráter ambiental, que afetam todos os setores da vida humana, inclusive, nossa própria humanidade, com o consumo e o descarte compulsivos sendo o motor da economia, da política e das próprias relações sociais. “Os valores necessários (altruísmo, convivialidade, respeito pela natureza, etc.) são também os que podem permitir-nos iniciar um diálogo com outras culturas sem as canibalizar [...]” (Latouche, 2011: 140).

Guattari, em ensaio de 1992, produzido para o Colóquio “Homem, cidade, natureza: a cultura hoje”, promovido pela UNESCO e realizado no Rio de Janeiro de 25 a 27 de maio de 1992, já advertia para o colapso ambiental e humano, sobretudo nos espaços urbanos, mas não só, para o qual a humanidade vinha se encaminhando já nos anos finais do milênio passado, e propunha uma reorientação transdisciplinar para novas formas de viver/conviver/produzir/consumir nos territórios.

O drama urbanístico que se esboça no horizonte deste fim de milênio é apenas um aspecto de uma crise muito mais fundamental que envolve o próprio futuro da espécie humana neste planeta. Sem uma reorientação radical dos meios e sobretudo das finalidades da produção, é o conjunto da biosfera que ficará desequilibrado e que evoluirá para um estado de incompatibilidade total com a vida humana e, aliás, mais geralmente, com toda a forma de vida animal e vegetal. Essa reorientação implica, com urgência, uma inflexão da industrialização, particularmente a química e a energética, uma limitação da circulação de automóveis ou a invenção de meios de transportes não-poluente, o fim dos grandes desflorestamentos... Na verdade é todo um espírito de competição econômica entre as empresas e as nações que deverá ser novamente posto em questão (Guattari, 1992: 172).

Evidentemente, não pretendo sugerir um regresso ao passado, ignorando importantes avanços civilizacionais produzidos ao longo da história humana. Sigo, entretanto, o pensamento de Santos (2002e), que propõe que a construção do bem-estar coletivo parta de circunstâncias próprias a cada território, buscando o necessário equilíbrio entre os progressos técnico-científicos e os avanços morais e políticos.

Nussbaum (2015) sugere que estas mudanças estruturais sejam iniciadas na escola – embora reconheça as limitações desta instituição –, desde a educação infantil até o ensino superior, a partir de uma série de objetivos, dentre os quais destaco: “Ensinar posturas com relação à fragilidade e à impotência humanas que sugiram que a fragilidade não é algo vergonhoso e que precisar dos outros não significa ser fraco; ensinar as crianças a não ter vergonha da carência e da incompletude, mas que as percebam como oportunidades de cooperação e de reciprocidade” e “Promover o sentimento de responsabilidade, tratando a criança como um agente responsável” (Nussbaum, 2015: 45-46).

Como toda a construção ética tem seu alicerce no campo da prática (Barbosa, 2009), pequenas mudanças nas relações cotidianas – as “revoluções moleculares” mencionadas por Guattari (1992: 175)<sup>363</sup> – podem começar a partir de unidades territoriais menores, o que não impede a simultaneidade de ações, práticas e políticas nos diversos âmbitos territoriais.

Obviamente, nadando-se contra uma corrente hegemônica neoliberal, os enfrentamentos, muito provavelmente, virão. “Dialética, a rigor, supõe confronto, acirramento das contradições, lutas e superações [...]” (Barbosa, 2009: 35). É necessário, entretanto, que se tenha convicção do tipo de sociedade – e de humanidade – da qual se quer fazer parte.

A fim de facilitar a compreensão, mais uma vez lanço mão de figuras ilustrativas. Assim, a figura a seguir (Figura 4) representa a síntese das corresponsabilidades – representada por um círculo não hierárquico – para a construção/manutenção/vivência de territórios de cuidado a nível local: a *Autarquia*, formada pela Câmara Municipal e pelas freguesias; a *Sociedade Civil*, composta por empresas, organizações não governamentais, famílias, vizinhança, instituições particulares de solidariedade social, coletividades, lideranças comunitárias e indivíduos; as *Instituições Religiosas* das mais variadas ordens; e *Instituições Educativas*, formadas por escolas de todos os níveis, faculdades e universidades, além das instituições de educação informal, como, por exemplo, os centros de atividades de tempos livres, entre outras instituições desta natureza.

---

<sup>363</sup> Para Guattari (1992: 175), as “revoluções moleculares” contribuem para as mudanças de mentalidades. Ao mesmo tempo, as possibilidades de tais mudanças são dadas a partir de um movimento de transformação global das sociedades: “Encontramo-nos aqui diante de um círculo de dupla direção: de um lado a sociedade, a política, a economia não podem mudar sem uma mutação das mentalidades; mas, de um outro lado, as mentalidades só podem verdadeiramente evoluir se a sociedade global seguir um movimento de transformação”.

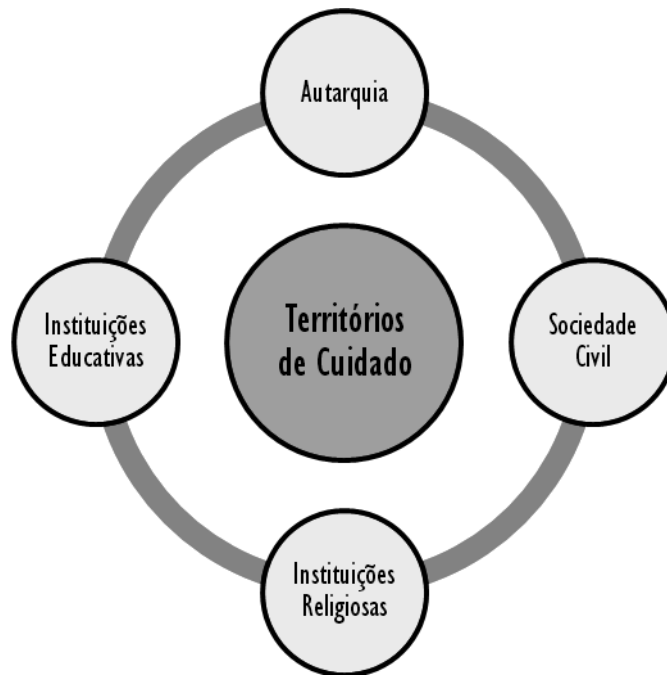


Figura 4: Territórios de Cuidado – Responsabilidades

A próxima figura, por sua vez (Figura 5), busca sintetizar toda a proposta aqui elaborada, tendo como centro os territórios de cuidado e sua possível constituição a partir dos eixos norteadores da pesquisa: acessibilidade, mobilidade e sociabilidade.



Figura 5: Territórios de Cuidado: Acessibilidade/Mobilidade e Sociabilidade.

Entendo que estas reflexões sobre a estrutura sobre a qual nossas sociedades estão ancoradas, influenciando de maneira bastante direta nas lógicas e relações estabelecidas no âmbito dos territórios – macros e micros –, cotidianamente, são fundamentais.

Dessa forma, recorro novamente a Guattari (1992: 174) e à sua compreensão de que “os meios de mudar a vida e de criar um novo estilo de atividade, de novos valores sociais, estão ao alcance das mãos. Falta apenas o desejo e a vontade política de assumir tais transformações”, que devem passar por “novas modalidades de utilização do tempo [...], novas formas de conceber as relações com a infância, com a condição feminina, com as pessoas idosas, as relações transculturais...”.



**- NOTAS FINAIS -**





*[...] [A]inda existem muitas luas mortas, ou pálidas, ou obscuras no firmamento da razão.*

*(Marcel Mauss, 1950, [2003])*

*[...] [F]ico convencido, a cada passo da pesquisa, que mais venho aprendendo sobre minhas lacunas de conhecimento do que obtendo satisfação com o que penso ter aprendido.*

*(José Carlos Rodrigues, 1999)*



## NOTAS FINAIS

Se no capítulo anterior busquei a brevidade, neste procurarei ser mais breve ainda. Creio que estas notas foram sendo construídas ao longo deste trabalho, especialmente nos dois capítulos que antecedem este: o capítulo destinado às territorialidades cotidianas e o capítulo propositivo. Assim, apenas aproveito esta seção para retomar, sumariamente, o processo deste estudo, destacando pontos que considero mais relevantes.

Ao fim deste trabalho, já de volta ao Brasil e às minhas atividades como professora do ensino fundamental e técnica em educação (e assumindo, em definitivo e na prática, mais uma identidade – a de avó), olho para trás, buscando enxergar uma unidade em todo o processo que resultou nesta tese. Esta perspectiva, ainda emocionalmente muito próxima, mas geograficamente distante, permite-me elaborar algumas considerações que justificam a realização deste processo, tornando-o – assim espero – mais compreensível e significativo para quem o lê.

O trabalho desenvolvido, desde seu esboço inicial até a produção deste texto, com apontamentos e reflexões teóricas que foram sendo construídas a partir de minhas inserções nos territórios e minhas interações com as pessoas que participaram desta pesquisa, é o reflexo de todo um contexto acadêmico e profissional, mas também pessoal do qual emergiram minhas referências e posicionamentos. Dessa forma, este trabalho nasceu de questionamentos e inquietações que têm surgido ao longo de minha trajetória de educadora e de cientista social, mas refletem, também, as indagações de uma mulher que envelhece e que convive em seu cotidiano com questões relacionadas à velhice e ao cuidado.

Discutir o(s) envelhecimento(s) e a(s) velhice(s) a partir de referenciais socioculturais, ultrapassando, mas não desconsiderando, suas bases naturais, sempre me pareceu um desafio cada vez mais necessário e urgente.

Compreendendo envelhecimento(s) e velhice(s) como uma problemática social contemporânea<sup>364</sup>, que perpassa todas as esferas e contextos (sociais, culturais, psicológicas/os, econômicas/os, religiosas/as, históricas/as, geográficas/as), tive, desde o início, a convicção de que ambos deveriam ser estudados no âmbito da interdisciplinaridade.

Embora a interdisciplinaridade surgisse como um processo natural, dados os dois sujeitos da investigação (as pessoas idosas e os territórios), devo dizer que percebi o quanto de esforços requer a transposição da “comodidade”<sup>365</sup> disciplinar para uma empreitada interdisciplinar. Nesse sentido, tentei superar minhas próprias dificuldades elaborando, já no primeiro capítulo, reflexões teóricas sobre a interdisciplinaridade e sobre cada uma das disciplinas escolhidas para compor este trabalho. Estas reflexões iluminaram minhas próprias compreensões a respeito deste processo. Creio, ainda, que vindas de um trabalho oriundo de

---

<sup>364</sup> Entendo as *problemáticas sociais* como questões que envolvem a sociedade como um todo, tanto em suas causas (Costa, 2005), quanto em suas consequências e suas respostas. Assim, uma *problemática social* não significa, necessariamente um *problema* que requeira sua eliminação. No caso do(s) envelhecimento(s) e da(s) velhice(s), o problema não se encontra, por assim dizer, em seus sujeitos – as pessoas velhas – mas em como as sociedades, em suas diversas esferas e contextos, os têm representado e tratado.

<sup>365</sup> Entre aspas, obviamente, pois mesmo a disciplinaridade na qual fomos formados/as requer muitos esforços.

um Instituto e de um Centro interdisciplinares<sup>366</sup>, podem servir de base para reflexões futuras de outros/as investigadores/as, uma vez que, mesmo estando em voga, ainda existem muitas confusões e contradições em torno das questões interdisciplinares. Devo dizer que a organização desta tese nos quatro capítulos que antecedem estas notas, iniciando justamente por esta discussão, seguida, no mesmo capítulo de abertura, pela apresentação da opção metodológica pela etnografia e por minhas escolhas conceptuais e epistemológicas, foi pensada no sentido de conduzir o(s)/a(s) leitor(es)/a(s) de forma mais ou menos sequencial pelo processo que se desencadeou em mim mesma no desenvolvimento deste trabalho. Ou seja: a escrita desta tese, em sua lógica sequencial, suas escolhas epistemológicas e metodológicas, suas/seus (tantas/os) notas de rodapé e parênteses, corresponde aos caminhos – idas e retornos; avanços e recuos; paradas para organizar fluxos, pensamentos e ideias; desvios e retomadas – percorridos por mim no transcórrer deste percurso.

Minhas opções metodológicas direcionadas à etnografia, enfatizando as interações entre mim e os sujeitos do estudo – através de longas entrevistas, construídas a partir de acordos, encontros e trocas afetivas –, mas também lançado mão de recursos como a coleta de dados estatísticos – que, de forma mais generalizada, partiram de territórios mais amplos (Portugal e Coimbra), para se deterem, de forma mais pormenorizada, nos quatro territórios estudados – e sua organização e apresentação em mapas e tabelas, buscando uma visão panorâmica, por vezes recortada, mas com o intuito de se compreender o todo aqui colocado, também são reflexo da trajetória investigativa que foi sendo construída até aqui.

Ao tomar como objetivo central deste trabalho compreender em que medida os territórios influenciam na(s) gestão(gestões) das velhices, assumi como hipótese<sup>367</sup> que as vivências das pessoas idosas nos/com os territórios, são, de certa forma, responsáveis pelas diferentes experiências de velhice: umas vivenciadas de forma bastante positiva e rica; outras, infelizmente, sendo marcadas por vulnerabilidades, falta de autonomia, negligência, isolamento e solidão.

Quando o projeto que culminou nesta tese começou a ser traçado, estava vivendo a menos de um ano em Coimbra, município de médias dimensões, localizado entre o centro e o litoral de Portugal, que escolhi – muito em razão de sua Universidade e, principalmente, pelo doutoramento interdisciplinar oferecido pelo Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, um dos centros que integram o Instituto de Investigação Interdisciplinar da Universidade de Coimbra – para desenvolver meus estudos e viver durante os quatro anos de curso.

Viver em Coimbra possibilitou-me conhecer uma realidade diferente da que conhecia no Brasil<sup>368</sup> até então. Ainda que as configurações demográficas brasileiras estejam em franca transformação, tal como o que vem acontecendo na quase totalidade dos países pelo mundo, este processo ainda é bem mais recente do que o que já vem se processando há alguns anos nos países europeus, como Portugal.

---

<sup>366</sup> Refiro-me, respectivamente, ao Instituto de Investigação Interdisciplinar e ao Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, dos quais o Programa Doutoral em Estudos Contemporâneos faz parte.

<sup>367</sup> Em que pese tenha buscado desenvolver um trabalho etnográfico, o que dispensa a construção prévia de hipóteses.

<sup>368</sup> Penso que não é demais lembrar que em um país com mais de 200 milhões de habitantes, como é o Brasil, falar em nome de uma *realidade brasileira* é sempre muito arriscado (a complexidade contemporânea leva-me a crer que se corre risco semelhante ao se tentar generalizar e tomar no singular as múltiplas realidades que são encontradas em um mesmo território, mesmo que este não tenha dimensões tão grandes assim. Este trabalho, aliás, confirma, de certa forma, esta crença). O ponto do qual observo, ou, melhor dizendo, os referenciais dos quais minhas observações partem, são de Santa Maria, cidade universitária do interior do Rio Grande do Sul, no sul brasileiro.

Em Coimbra, embora este não seja dos municípios mais envelhecidos do país, deparei-me com um grande número de pessoas idosas, realidade ainda não muito comum em muitos municípios brasileiros.

Como estrangeira, possuía uma visão limitada de Coimbra, visão esta construída em torno de seu patrimônio histórico e cultural – notadamente, mais uma vez, a sua Universidade.

Meu primeiro impulso foi realizar um estudo sobre a “Alta”. Sua topografia, sua centralidade – tanto geográfica quanto referencial para a identidade da cidade –, sua história, as condições e funções de seu edificado, a carência de serviços e sua constituição demográfica, com uma população eminentemente jovem e flutuante tendo como vizinhança uma população idosa chamaram-me, de imediato, a atenção. Como viveriam os/as idosos/as neste território tão paradoxal?

Nos quase quatro anos vividos em Coimbra, morei sempre em Santa Clara<sup>369</sup>, na margem esquerda do Rio Mondego. Através desta experiência, comecei a perceber algumas diferenças entre os territórios do município de Coimbra, sua demografia, sua estrutura territorial, os serviços oferecidos (ou a deficiência de ofertas). Esta percepção despertou-me para a importância dos territórios para as vivências cotidianas das pessoas idosas – os sujeitos, por excelência, deste trabalho. Surgiu, então, a ideia de um estudo envolvendo quatro territórios diferentes do município de Coimbra<sup>370</sup>: dois urbanos; dois rurais. A intenção era realizar um estudo comparativo, buscando semelhanças e diferenças entre os quatro territórios.

No intuito de olhar as velhices a partir dos territórios, e os territórios a partir dos sujeitos idosos, optei por três grandes eixos que efetivamente conduzissem meu olhar: as *mobilidades* das pessoas idosas, as *acessibilidades* dos territórios escolhidos e as *sociabilidades* desenvolvidas pelos sujeitos idosos nestes territórios.

A apresentação de cada um dos territórios, suas configurações históricas, geográficas; sua estrutura; sua população foi realizada ao longo do segundo capítulo, onde também senti a necessidade de uma elaboração conceitual e teórica acerca da temática dos territórios.

O estudo das constituições históricas e geográficas dos territórios teve um duplo objetivo. Em um primeiro momento, busquei me situar neste contexto novo para mim. Em seguida, busquei, na contextualização histórica e geográfica de cada um dos territórios e de seu(s) entorno(s) maior(es), a compreensão de certas lógicas cotidianas estabelecidas nestes territórios. Pensando em futuros/as leitores/as ainda não ambientados/as em relação aos territórios da pesquisa, busquei ilustrá-los com fotografias e mapas.

Meus encontros e interações com as pessoas idosas nesses territórios – apresentados/as no terceiro capítulo, onde busquei, também, apresentar cada um/a dos/as participantes, protegendo suas identidades sem, contudo, desumanizá-los/as –, evidenciaram as relações existentes entre os três eixos, confirmando a influência dos territórios – compreendidos em suas várias dimensões e relações –, positiva ou negativamente, para as vivências de velhice.

---

<sup>369</sup> Freguesia que desde 2013 – Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro – se uniu à freguesia de Castelo Viegas, formando a atual Freguesia de Santa Clara e Castelo Viegas.

<sup>370</sup> A escolha de Coimbra como o território mais abrangente deste estudo se deve ao fato de este município possuir especificidades que o tornam especialmente atraentes, dentre eles, seu reconhecimento, no âmbito da União Europeia, como “Região Referência ao Envelhecimento Ativo e Saudável”, apesar de possuir, em alguns de seus microterritórios, como é o caso da “Alta”, uma geografia inóspita às pessoas com mobilidade reduzida, incluindo aí as pessoas idosas.

Não obstante a complementaridade entre os três eixos, o estudo deixou clara a relevância das sociabilidades na qualificação destas vivências, sociabilidades estas que devem ir muito além dos meros encontros fugazes e passageiros, das pequenas cordialidades e civilidades cotidianas, ou de convívios que não são mais que coexistências entre indivíduos quase nucleares.

Dessa forma, este estudo possibilitou a percepção de que mesmo em territórios pouco acessíveis, onde a mobilidade, principalmente das pessoas idosas e daquelas que têm algum condicionamento ou redução em seus movimentos, é limitada, quando existe(m) uma(s) rede(s) de sociabilidade encorpada(s), tais dificuldades são amenizadas. Exemplo disso são os territórios do “Botão” e do “Casal do Lobo”.

Comparando os territórios urbanos com os territórios rurais, por exemplo, foi possível perceber que, embora estes últimos não estejam isentos de problemas estruturais semelhantes aos encontrados também em alguns territórios urbanos – neste estudo, notadamente na “Alta” –, como a precariedade na oferta de serviços, ou a falta de acessibilidade no seu entorno, as redes de sociabilidade e solidariedade informais, representadas pela vizinhança e pela família, ainda são mais fortalecidas, tal como autores como Costa (2005), Paúl *et al.* (2005) e Fonseca *et al.* (2005) já haviam apontado em estudos anteriores. Ainda que a população jovem dos territórios rurais transite com frequência entre as duas tipologias territoriais, tendo seu cotidiano muito comumente passado em territórios urbanos, em função de atividades educativas e/ou laborais, é possível perceber uma maior intergeracionalidade nos territórios rurais, com as gerações mais novas preservando alguns costumes e valores das gerações que os antecederam.

Mesmo assim, a existência de conflitos intergeracionais foi percebida nas duas tipologias territoriais, sendo que nos territórios urbanos algumas participantes, todas mulheres, também narraram conflitos intrageracionais, especialmente entre frequentadoras dos CDs, o que mais uma vez parece comprovar que as relações de sociabilidade intra e intergeracional devem ser construídas a partir de um exercício de alteridade mútuo e contínuo.

Uma consideração importante que este estudo permitiu elaborar diz respeito à escolaridade e, como consequência, às condições econômicas, da população idosa.

Nos territórios rurais, onde as atividades laborais não exigem uma escolaridade maior, os baixos níveis de escolaridade da população idosa se equivalem aos baixos níveis da população em geral, não implicando em uma distinção hierárquica a partir da educação formal, como o que acontece nos territórios urbanos deste estudo. A ênfase dada à educação formal e à formação acadêmica, nestes últimos, acaba por desqualificar outros saberes. Mais uma vez, é no território da “Alta” que esta distinção faz-se ver com maior clareza, uma vez que no território da “Solum” há um equilíbrio maior entre os níveis de escolaridade da população idosa e da população mais jovem, o que não acontece na “Alta”.

Nesse sentido, nos territórios urbanos a qualificação acadêmica parece qualificar, também, as experiências de velhice, uma vez que, especialmente nesta tipologia territorial, possibilita uma maior autonomia financeira, o que se reflete nas demais escolhas, como, por exemplo, a frequência ou não a um CD, ou o apelo ou não aos SAD.

As motivações para a frequência aos CDs e para a utilização dos SAD, aliás, também me pareceram diferentes entre os territórios urbanos e os rurais.

Nos dois territórios urbanos, os/as participantes da pesquisa apelavam para este tipo de instituição – principalmente os CDs – mais por falta de autonomia (financeira ou mesmo funcional) do que por seu ambiente sociabilizador.

Nos rurais, embora alguns/algumas participantes referissem a necessidade de apoio em tarefas cotidianas, o convívio propiciado pelos CDs pareceu-me ser a motivação maior, uma vez que estas instituições, nos territórios rurais, representavam uma extensão da família e da vizinhança, com seus/suas frequentadores/as já possuindo laços de sociabilidades bastante estreitos entre si. O papel central que estas instituições – assim com as instituições religiosas – têm nas comunidades rurais, como espaços de sociabilidade, também me parece ser um ponto a ser destacado.

Minhas visitas aos quatro territórios, minhas interações com as pessoas que aceitaram participar do estudo, suas narrativas, suas expressões, fizeram-me acreditar que a qualificação dos territórios e, principalmente, das relações que se estabelecem entre seus sujeitos, incluindo aí os sujeitos idosos, deve passar necessariamente pelo *cuidado*.

Uma parte significativa da literatura científica – das áreas da saúde, educação e mesmo das ciências sociais – a respeito do cuidado, toma-o como uma relação vertical e hierárquica, algumas enfatizando os aspectos econômicos desta relação, numa clara visão marxista que, em minha compreensão, deve ser complementada por aspectos mais subjetivos, mas também fundamentais nas relações sociais, como a afetividade e a interdependência, por exemplo. Lembrando Boaventura Sousa Santos (1984: 124), “devemos atentar nos temas que Marx considerou marginais, tais como o campesinato, a religião, a cultura, a etnicidade, o nacionalismo e a guerra, a opressão sexual e a ecologia”. Embora não desconheça a importância dos referidos estudos e do viés por eles abordados, creio que, mesmo sem ser esta sua intenção, muitas vezes acabam por contribuir na cristalização de preconceitos em relação à dependência e vulnerabilidade, penalizando os sujeitos velhos, homogeneizados a partir de fraquezas e dependências que, em verdade, dizem respeito à própria condição humana, não sendo privilégio das pessoas idosas.

A ênfase dada ao *cuidado técnico*, por assim dizer, com a priorização de uma atenção voltada aos aspectos mais físicos do cuidado (higiene pessoal e ambiental e alimentação, por exemplo), separando-os de seus aspectos mais subjetivos, muitas vezes negligenciados (mas cuja negligência é, em geral, menos perceptível), além de uma extrema responsabilização sobre a família e os/as profissionais de cuidado (enfermeiros/as, técnicos/as, assistentes sociais) em detrimento de uma visão mais abrangente, filosófica e paradigmática do cuidado, parece ter como resultado a desresponsabilização dos governos e da sociedade civil, como um todo, pelo cuidado, além de ser visivelmente limitadora de uma maior qualidade de vida, de um modo geral, mas principalmente no que diz respeito ao afeto, ao convívio, à participação, à autonomia e ao protagonismo social dos sujeitos idosos.

Outra questão que, assim me parece, deve ser problematizada concerne ao sexo/gênero nas relações de cuidado.

As entrevistas possibilitaram-me a comprovação de que, na maioria das vezes, quem cuida é a mulher, tanto nas instituições de cuidado, quanto na família e mesmo na vizinhança. Mesmo em casos de haver mais de um homem cohabitando a mesma casa, sem a presença constante de uma mulher, o cuidado doméstico e mesmo o apoio à realização de tarefas como higiene pessoal e idas ao banco, por exemplo, eram, no caso desta pesquisa, quase sempre realizados por uma representante deste sexo (membro da família, empregada doméstica, vizinha).

Dessa forma, pude perceber, também, que são poucas as discussões que propõem o cuidado enquanto um princípio ético. É justamente neste ponto que quero chegar.

Ao observar territórios inóspitos e até hostis, em termos de acessibilidade e mobilidade; pessoas idosas tendo sua autonomia negligenciada; o desrespeito, a falta de consideração e afeto pelas pessoas mais velhas, sua solidão e isolamento em alguns territórios, percebi o quanto nossas sociedades, territórios e relações sociais carecem de cuidado.

Assim, após a análise dos dados coletados, quero destacar como tese a defesa de uma proposta de mudança paradigmática a partir de relações cotidianas alicerçadas pelo cuidado. Sei que esta tese pode, em certos contextos, parecer utópica. Por isso mesmo, dediquei o quarto capítulo à apresentação de sugestões e proposições para que estes preceitos éticos possam ser efetivados nas práticas cotidianas. Ressalto que as propostas aqui elaboradas não têm a intenção – nem o alcance – de solucionar as demandas percebidas nos territórios estudados. Devem, antes, ser interpretadas como um impulso, um estímulo, um ponto de partida para a construção coletiva, e em permanente diálogo e dialética de ação-reflexão-ação, de novas e melhores práticas e posturas, públicas, coletivas e individuais, sempre em consonância ao princípio ético do cuidado.

Embora reconheça o papel das instituições e dos gestores públicos na qualificação dos territórios – a partir de práticas e políticas voltadas para sua população –, destaco aqui a importância da educação – formal, informal e não formal – no desenvolvimento de um *ethos* e de uma *práxis* que tenham o cuidado como propósito e também como meio. Por isso, enfatizo o papel das escolas e das instituições de ensino fundamental e superior como agentes corresponsáveis por esta qualificação. Isso não significa desresponsabilizar os demais agentes. Pelo contrário, a reflexão que tenho tentado elaborar vai ao encontro da responsabilização de todos/as por todos/as, num movimento que se quer crescente e abrangente; que, nas dificuldades de uma simultaneidade, comece nos territórios de proximidade, mas que, aos poucos, vá se espalhando por seu entorno. São, aliás, nos territórios de proximidade que as identidades são fortalecidas, construídas e reconstruídas nas relações cotidianas.

Mais uma vez, tenho consciência que corro o risco de ser interpretada como ingênua e até romântica por acreditar que mudanças paradigmáticas podem ser semeadas no âmbito das relações sociais e humanas cotidianas. Lembrando as considerações de Pintasilgo:

Em primeiro lugar a ética do cuidado faz apelo à responsabilidade e a relações mais do que a direitos e normas. Depois, uma tal ética está mais ligada às circunstâncias concretas do que aos aspectos formais e abstractos. Finalmente a ética do cuidado é expressa adequadamente não tanto por um conjunto de princípios mas por uma actividade, “a actividade do cuidado” (Pintasilgo, 2012: 139).

A desmistificação da dependência como algo negativo e unilateral é, acredito, um passo extremamente importante na direção dessa práxis. Reconhecer que todas as pessoas, independente de idade, classe social, gênero e etnia são seres vulneráveis, dependentes de cuidado, é também reconhecer as pessoas idosas em sua integridade, enquanto pessoas dignas de respeito e atenção, tal como todas as demais.

Este é um desafio constante, que exige esforços individuais e coletivos. Exige que se abra mão de certezas já instituídas, de padrões já estabelecidos. Exige que se abra duplamente: de si para si; e de si para o(s)/a(s) outro(s)/a(s).

Creio que as discussões aqui postas podem se constituir em alavanca para novas discussões. Os quatro territórios aqui estudados podem servir de parâmetros para outros estudos, em outros territórios. Os territórios, mais uma vez, e caminhando para



o fim deste trabalho, têm um papel fundamental no processo de qualificação das vidas cotidianas. É nas microterritorialidades que as identidades, os sentimentos, os afetos, a convivência, o respeito são construídas/os, num processo dialético onde o que está em jogo é a nossa própria humanidade.



**- REFERÊNCIAS -**



*[...] [A] bibliografia de um livro oferece um guia pobre para as fontes reais de inspiração intelectual. Por que reconhecemos apenas nossas fontes textuais, mas não o chão em que pisamos, os céus em constante mudança, montanhas e rios, rochas e árvores, as casas nas quais habitamos e as ferramentas que usamos, para não mencionar os inúmeros companheiros, tanto animais não humanos quanto outros seres humanos, com os quais e com quem compartilhamos nossas vidas? Eles estão constantemente nos inspirando, nos desafiando, nos dizendo coisas.*

*(Tim Ingold, 2015)*



## REFERÊNCIAS

### BIBLIOGRÁFICAS

- A -

Aguilera, F.G. (Org.) (2010). *As palavras de Saramago. Catálogo de reflexões pessoais, literárias e políticas*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.

Alarcão, J. (1996). “A evolução urbanística de Coimbra: das origens a 1940”. *Actas do 1º Colóquio de Geografia de Coimbra, N.º Especial de Cadernos de Geografia*. Coimbra: Departamento de Geografia da Faculdade de Letras, pp. 1-10.

Alarcão, J. de (2008). *Coimbra: a montagem do cenário urbano*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Albuquerque, S.M.L. de (2003). *Qualidade de vida do idoso: A assistência domiciliar faz a diferença?*. São Paulo, SP: Casa do Psicólogo.

Alcoforado, L.; Ferreira, S.M. (2013). “Experiência da pedagogia freireana na região rural do município de Coimbra (Portugal, 1970)”. *Revista Educação em Questão*, Natal, RN, v. 47, n. 33, pp.59-85, set./dez. 2013.

Alcoforado, L.; Ferreira, S.M. (2017). “Paulo Freire na Universidade de Coimbra. Memórias e significações de um tempo de fé e ação”. In: Alcoforado, L.; Barbosa, M.R.; Barreto, D.A.B. (Eds.). *Diálogos Freireanos – A Educação e Formação de Jovens e Adultos em Portugal e no Brasil*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 11-29.

Alegre, M. (2003 [1995]). “Invenção de uma cidade”. In: Torgal, A.P.; Ferreira, M.T. (Orgs.). *EnCantada Coimbra – Colectânea de Poesia sobre Coimbra*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Almeida, A.V.; Mafra, S.C.T.; Silva, E.P. da; Kansa, S. (2015). “A feminização da velhice: em foco as características socioeconômicas, pessoais e familiares das idosas e os riscos sociais”. *Textos e Contextos*, Porto Alegre, RS, v. 14, n. 1, jan-jun/2015, pp. 115-131.

Almeida, C.; Mendonça, J.J.L.; Jesus, M.R.; Gomes, A.J. (2000). *Sistemas aquíferos de Portugal Continental*. Lisboa: Centro de Geologia e Instituto da Água.

Almeida, E. de (2009). “O ‘construir no construído’ na produção contemporânea: relações entre teoria e prática”. *Tese de Doutoramento em Arquitetura e Urbanismo, História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo*. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo.

Almeida, E.M.D. (2006). “Coimbra e o Rio Mondego”. In: Rebelo, J. (Coord.). *Evolução do espaço físico de Coimbra*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, Divisão de Informação Geográfica e Solos, pp. 93-106.

Almeida, E. de (2010). “Uma releitura das Cartas de Atenas”. *Integração*. Ano XVI, n. 60, jan-mar 2010, pp. 5-14.

Alvarez, E.; Camisão, V. (2007). *Guia operacional de acessibilidade para projetos de desenvolvimento urbano com critérios de desenho universal*. Banco Interamericano de Desenvolvimento.

- Amado, J. (2010). “Ensinar e aprender a investigar – reflexões a pretexto de um programa de iniciação à pesquisa qualitativa”. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano 44-1, pp. 119-142.
- Amado, J. (2013). “A investigação em educação e seus paradigmas”. *In*: Amado, J. (Coord.). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 19-71.
- Amado, J.; Costa, A.P.; Crusoé, N. (2013). “A técnica da análise de conteúdo”. *In*: Amado, J. (Coord.). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 301-351.
- Amado, J.; Crusoé, N.; Vaz-Rebello, P. (2013). “Quadros analíticos da investigação qualitativa em educação”. *In*: Amado, J. (Coord.). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 73-107.
- Amado, J.; Campos Silva, L. (2013). “Os estudos etnográficos em contextos educativos”. *In*: Amado, J. (Coord.). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 145-185.
- Amado, J. (2014). “A Formação em Investigação Qualitativa: Notas para a Construção de um Programa”. *In*: Costa, A.P.; Souza, F.N. de; Souza, D.N. de. *Investigação Qualitativa: Inovação, Dilemas e Desafios*. Oliveira de Azeméis: Ludomedia.
- Amado, J.; Costa, A.P.; e Crusoé, N. (2013). “A técnica da análise de conteúdo”. *In*: Amado, J. (Coord.). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, pp. 301-351.
- Amaral, A.L. (2006). “Pertencimento”. *Dicionário de Direitos Humanos da Escola do Ministério Público da União* (Online). Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php>. Acesso em 19/04/2016.
- Amorim Filho, O.B. (1999). “A evolução do pensamento geográfico e a fenomenologia”. *Sociedade & Natureza*, Uberlândia, MG, V. 21 e 22, N. 11, jan./dez. 1999, pp. 67-87.
- Anderson, P. (1999). *As origens da Pós-Modernidade*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar. Tradução: Marcus Penchel.
- Andrade, M.C. de. (2008). *Geografia: ciência da sociedade*. Recife, PE: Ed. Universidade UFPE.
- André, J.M. (2014). “De uma antropologia da solidão a uma ética do cuidado”. *Conferência proferida no “Ateneu de Coimbra”* (23/07/2014), integrada ao Ciclo de Conferências “Para uma Cultura Integral do Indivíduo”, promovido pelo “Ateneu de Coimbra”.
- Araújo, R. G. de (2002). “Acessibilidade aos espaços urbanos: uma dimensão psicológica”. *Dissertação de Mestrado em Psicologia*. Natal, RN: Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- Areán-García, N. (2009). “Breve histórico da Península Ibérica”. *Revista Philologus*. Ano 15, n. 45, Rio de Janeiro, RJ: CiFEFil, set./dez. 2009, pp. 25-48.
- Arendt, H. (1998). *As origens do Totalitarismo*. Tradução de Roberto Raposo. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Arroyo, M.G. (2006). “A escola do campo e a pesquisa do campo: metas”. *In*: Molina, M.C. (Org.). *Educação do Campo e Pesquisa: questões para reflexão*. Brasília, DF: Ministério do Desenvolvimento Agrário, pp. 103-132.
- Asad, T. (1991). “El concepto de la traducción en la antropología social británica”. *In*: Clifford, J.; Marcus, G.E. (Eds.). *Retóricas de la Antropología*. Madrid: Júcar Universidad, pp. 205-234.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2010). *Manual Título – Apoio a Pessoas Idosas Vítimas de Crime e de Violência*. Lisboa: APAV (Disponível em: [www.apav.pt](http://www.apav.pt)).



- Augé, M. (2010). *Não lugares – Introdução a uma antropologia da supermodernidade*. 9ª ed., Campinas, SP: Papirus.
- Azevedo, V.G. (2010). “Entre paredes e redes: o lugar da mulher nas famílias pobres”. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, SP, n. 103, jul-set/2010, pp. 576-590.
- Azevedo, L. (2011). *Como Intervir no Centro Histórico de Coimbra*. Coimbra: Gabinete para o Centro Histórico, Câmara Municipal de Coimbra.
- B -
- Balsas, C.J.L. (1999). *Urbanismo comercial em Portugal e a revitalização dos centros das cidades*. Lisboa: Ministério da Economia.
- Baptista, L.V. (2003). “Territórios, imagens e poderes”. In: Cordeiro, G.Í.; Baptista, L.V.; Costa, A.F. da (Orgs.). *Etnografias urbanas*. Oeiras: Celta Editora, pp. 35-42.
- Baptista, L.V. (2014). “A dimensão urbana: relendo os processos de urbanização à luz do crescimento das cidades portuguesas e dos campos em seu redor”. In: Baudin, G.; Vaz, D.M. (Orgs.). *Transação territorial: Novas relações cidade-campo*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, pp. 19-29.
- Barbosa, V. (2009). *Da Ética da Libertação à Ética do Cuidado: uma leitura a partir do pensamento de Leonardo Boff*. São Paulo, SP: Porto de Ideias.
- Bardin, L. (2011). *Análise de Conteúdo*. Edição Revista e Ampliada. São Paulo, SP: Almedina Brasil.
- Barreta, J. (2012). *Fazer acontecer a regeneração urbana – O comércio de proximidade*. Lisboa: Confederação Empresarial de Portugal.
- Barros, M. de (1998). *Retrato do artista quando coisa*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Record.
- Bataller, M.A.S. (2012). “O estudo da gentrificação”. *Revista Continentes*, ano I, n. 1. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, pp. 09-37.
- Bauman, Z. (1995). *A Vida Fragmentada – Ensaios sobre a Moral Pós-Moderna*. Tradução de Miguel Serras Pereira. Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Bauman, Z. (1998). *O mal-estar da Pós-Modernidade*. Tradução de Mauro Gama e Cláudia Martinelli Gama. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Bauman, Z. (1999). *Globalização: As consequências humanas*. Tradução de Marcus Penchel. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Bauman, Z. (2004). *Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editora.
- Bauman, Z. (2005). *Confiança e medo na cidade*. Tradução de Eliana Aguiar. Rio de Janeiro: Zahar Editora.
- Bauman, Z. (2005b). *Identidade*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editora.
- Bauman, Z. (2009). *A sociedade individualizada – Vidas contadas e histórias vividas*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editora.
- Bauman, Z. (2010). *Vida a crédito – Conversas com Citlali Rovirosa-Madrazo*. Tradução de Alexandre Werneck. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editora.
- Bauman, Z. (2011). *44 Cartas ao Mundo Líquido Moderno*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editora.

- Bauman, Z.; Donskis, L. (2014). *Cegueira Moral*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editora.
- Beauvoir, S. de (1967). *O segundo sexo – A experiência vivida*. São Paulo, SP: Difusão Europeia do Livro.
- Beauvoir, S. de (1970). *O segundo sexo – Fatos e mitos*. São Paulo, SP: Difusão Europeia do Livro.
- Beauvoir, S. de (1970b). *A velhice: realidade incômoda*. São Paulo, SP: Difusão Europeia do Livro.
- Becker, H. (2015). *Truques da escrita – Para começar e terminar teses, livros e artigos*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editora.
- Benjamin, W. (1982). “Paris, capital do século XIX”. In: Kothe, F.R. (1991). *Walter Benjamin*. Coleção Grandes Cientistas Sociais. São Paulo, SP: Editora Ática, pp. 30-43.
- Bergson, H. (2006). *O pensamento e o movente. Ensaios e Conferências*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Biasoli Alves, Z.M.M.; Dias da Silva, M.H.G.F. (1992). “Análise qualitativa de dados de entrevista: uma proposta”. *Revista Padéia*, FFCLRP – USP, 2, Ribeirão Preto, SP, Fev/Jul. pp. 61-69.
- Biazzo, P.P. (2007). “Campo e rural, cidade e urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária”. In: Marafon, G.J.; Pessôa, V.L.S. (Orgs.). *Interações geográficas: a conexão interinstitucional de grupos de pesquisa*. Uberlândia, MG: Roma, pp. 10-22.
- Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (1977). *Catálogo da Biblioteca do “Real Colégio de São Pedro de Coimbra”*, v. I.
- Biroli, F. (2014). “Justiça e Família”. In: Biroli, F.; Miguel, L.F. *Feminismo e Política*. Rio de Janeiro, RJ: Boitempo Editorial, pp. 47-63.
- Bobbio, N.; Matteucci, N.; Pasquino, G. (1998). *Dicionário de Política*. Vol. I. 11ª Edição. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília.
- Bocchi, G.; Ceruti, M. (1999). “A complexidade do devir humano”. In: Pena-Vega, A.; Nascimento, E.P. do (Orgs.). *O pensar complexo – Edgar Morin e a crise da modernidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, pp. 141-164.
- Bock, A.M.B., Furtado, O. e Teixeira, M.L.T. (2001). *Psicologias – Uma Introdução ao Estudo de Psicologia*. São Paulo, SP: Editora Saraiva.
- Boff, L. (1997). *A águia e a galinha – A metáfora da condição humana*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Boff, L. (1999). *Saber cuidar – Ética do humano – compaixão pela Terra*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. Disponível em: <http://www.vozes.com.br>. Acesso em 15/12/2015.
- Boff, L. (2005). “O cuidado essencial: princípio de um novo ethos”. *Revista Inclusão Social*, V. 1, N. 1., Brasília, out./mar., 2005, pp. 28-35.
- Boff, L. (2006). *A força da ternura*. Rio de Janeiro, RJ: Sextante.
- Bógus, L.M.M. (2009). “Segregações urbanas”. In: Fortuna, C.; Leite, R.P. (Orgs.). *Plural de cidade: Novos léxicos urbanos*. Coimbra: Edições Almedina, pp. 115-126.
- Bonnemaison, J. (1981). “Voyage autour du territoire”. *L’espace géographique*, Paris, v. 10, n. 4, pp. 249-262.
- Bosi, E. (2004). *Memória e sociedade – Lembranças de velhos*. 11ª ed., São Paulo, SP: Companhia das Letras.

- Botelho, A. (2008). *Do fordismo à produção flexível: a produção do espaço num contexto de mudanças das estratégias de acumulação do capital*. São Paulo, SP: Annablume.
- Both, T.L.; Alves, A. da R.; Pereira, C.; Teixeira, T.P. (2012). “Uma abordagem para o luto na viuvez da mulher idosa”. *Revista Brasileira de Ciências do Envelhecimento Humano*, Passo Fundo, RS, v. 9, Supl. 1, pp. 67-78.
- Bourdieu, P. (2007). *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo, SP: EDUSP; Porto Alegre, RS: Zouk.
- Brandão, C. R. (1982). *O que é educação*. Coleção Primeiros Passos. 5ª ed. São Paulo, SP: Brasiliense.
- Brandão, C.R. (2005). “Comunidades aprendentes”. In: Ferraro Júnior, L.A. *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores*. Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente.
- Brasil, Lei nº 1074/2003. *Estatuto do Idoso*. Brasília, DF, Outubro de 2003.
- Braunstein, J-F.; Pewzner, É. (2003). *História da Psicologia*. Coleção Epigênese, Desenvolvimento e Psicologia. Lisboa: Editora do Instituto Piaget.
- Bruner, J. (1991). “A Construção Narrativa da Realidade”. *Critical Inquiry*, 18(1), PP. 1-21. Tradução: Waldemar Ferreira Netto.
- Brites, J. (2000). “Afeto, desigualdade e rebeldia – bastidores do serviço doméstico”. *Tese de Doutorado em Antropologia Social*. Porto Alegre, RS: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Brites, J. (2007). “Afeto e desigualdade: gênero, geração e classe entre empregadas domésticas e seus empregadores”. *Cadernos Pagu*, n. 29, julho-dezembro de 2007, pp. 1-18.
- Burgess, R.G. (1997). *A pesquisa de terreno – Uma introdução*. Oeiras: Celta Editora.
- C -
- Cabral, E. de M.; Vieira, C. M.C. (2014). “Técnicas qualitativas de produção de dados: características e processos de construção”. *Arius – Revista de Ciências Humanas e Artes*. Campina Grande, PB, v. 20, n. 1., pp. 98-124.
- Calixto, M.J.M.S. (Org.). (2008). *O espaço urbano em redefinição: cortes e recortes para a análise dos entremeios da cidade*. Dourados, MS: Editora UFGD.
- Calmeiro, M.R. (2013). “A paisagem urbana oitocentista – Embelezamento e política urbana na renovação da paisagem de Coimbra”. *Revista Cultura, Espaço e Memória*, n. 4, pp. 71-90.
- Calmon, P. (1983). “A reforma da Universidade e os dois brasileiros que a planejaram”. *Revista de História das Ideias – O Marquês de Pombal e o seu tempo*. Tomo II. Coimbra: Instituto de História e Teoria das Ideias, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, pp. 93-100.
- Câmara Municipal de Coimbra (2013). “Estudos de Caracterização”. *Plano Diretor Municipal*, 1ª revisão.
- Câmara Municipal de Lisboa (2014). “Área Operacional Via Pública”. *Plano de Acessibilidade Pedonal de Lisboa*. Volume 2.
- Campos, A. (1986). “tempoespaço”. In: Campos, A. *Viva vaia: poesia 1949-1979*. São Paulo, SP: Brasiliense, p. 104.

- Campos, V.B.G.; Ramos, R.A.R. (2005). Proposta de índice de Mobilidade Sustentável para áreas urbanas”. *In: Silva, A.N.R. da; Souza, L.C.L. de; Mendes, J.F.G. (Eds.). Planejamento Urbano, Regional, Integrado e Sustentável. Desenvolvimentos recentes no Brasil e em Portugal.* São Carlos, SP: EESC/USP, pp. 71-85.
- Camps, V. (1999). *Paradojas del individualismo*. Barcelona: Editorial Crítica.
- Canellas, M. (2013). *Províncias: Crônicas da alma interiorana*. São Paulo, SP: Editora Globo.
- Caparrós, A. (1999). *História da Psicologia*. Lisboa. Plátano Editora.
- Capelo, L.C. (s/d). “Colégio de São Paulo de Coimbra”. *Arquivo da Universidade de Coimbra*. Disponível em: [www.uc.pt/auc/fundos/ficheiros/COL\\_SaoPauloCoimbra.pdf](http://www.uc.pt/auc/fundos/ficheiros/COL_SaoPauloCoimbra.pdf). Acesso em 08/08/2016.
- Capelo, L.C.; Campos, M.A. (2006). “Colégio de Nossa Senhora do Carmo de Coimbra”. *Arquivo da Universidade de Coimbra*. Disponível em [www.uc.pt/auc/fundos/ficheiro/COL\\_CarmoCoimbra](http://www.uc.pt/auc/fundos/ficheiro/COL_CarmoCoimbra). Acesso em 08/08/2016.
- Capelo, L.C.; Prozil, M.O. (2007). “Colégio de São Bernardo de Coimbra”. *Arquivo da Universidade de Coimbra*. Disponível em [www.uc.pt/auc/fundos/ficheiro/COL\\_SaoBernardo](http://www.uc.pt/auc/fundos/ficheiro/COL_SaoBernardo). Acesso em 08/08/2016.
- Carabelli, R. (2012). *L'héritage portugais au Maroc*. Citeres: Mutual Heritage.
- Cardielos, J.P. (2000). “Coimbra... ou o inverso! Cidade, planos e etapas do seu planeamento urbano”. *Revista Em Cima do Joelho*, n. 3, Departamento de Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, pp. 40-49.
- Cardoso, G.; Mendonça, S.; Lima, T.; Paisana, M.; Neves, M. (2014). *A internet em Portugal – Sociedade em rede 2014*. Lisboa: OberCom.
- Caria, T.H. (2005). “A construção etnográfica do conhecimento em Ciências Sociais: reflexividade e fronteiras”. *In: Caria, T.H. Experiência etnográfica em Ciências Sociais*. Porto: Afrontamento, pp. 9-20.
- Carlos, A.F.A. (2007). *O espaço urbano – Novos escritos sobre a cidade*. São Paulo, SP: FFLCH.
- Carlson, M. (2011). “O entrelaçamento dos estudos modernos da performance e as correntes atuais da antropologia”. *Revista Brasileira dos Estudos da Presença*. V. 1, N. 1, Porto Alegre, RS, jan-jun./2011, pp. 164-188.
- Carvalho, A.D. de. “Solidão e solidariedade: olhares, sentimentos e perspectivas”. *In: Carvalho, A.D. de (Org.). Solidão e solidariedade – Entre laços e fracturas sociais*. Porto: Edições Afrontamento.
- Castilho, C. De F.V.; Carloto, C.M. (2010). “O familismo na política de Assistência Social”. Um reforço à desigualdade de gênero?”. *Anais do I Simpósio sobre Estudos de Gênero e Políticas Públicas*. Londrina, PR: Universidade Estadual de Londrina, pp. 13-21.
- Castro, C. (2005). *Evolucionismo cultural: textos de Morgan, Tylor e Frazer*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editora.
- Castro, E. de (2003). “Palácios Confusos”. *In: Torgal, A.P.; Ferreira, M.T. (Orgs.). EnCantada Coimbra*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Castro, E. de; Cunha, L.; Santos, N.P. dos. (2008). “Análise integrada da paisagem da raia central portuguesa”. *Revista Minerva – Pesquisa e Tecnologia*, São Carlos, SP, v. 5, n. 2, julho a dezembro de 2008, pp. 139-147.

- Cavalcanti, A.P.B.; Viadana, A.G. (2010). “Fundamentos históricos da geografia: contribuições do pensamento filosófico na Grécia antiga”. In: Godoy, P.R.T. de. (org.). *História do Pensamento Geográfico e Epistemologia e Geografia*. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica.
- Cavalcanti, L. de S. (2001). *Geografia da cidade*. Goiânia, GO: Alternativa.
- Certeau, M. De. (1998). *A invenção do cotidiano – Artes de fazer*. 3ª ed. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Chaimowicz, F. (Org.); Barcelos, E.M.; Madureira, M.D.S.M.; Ribeiro, M.T. de F. (Col.). (2013). *Saúde do idoso*. 2ª ed. Belo Horizonte, MG: Núcleo de Educação em Saúde Coletiva.
- Chizzotti, A. (2001). *Pesquisa em ciências humanas e sociais*. 5ª ed. São Paulo, SP: Cortez.
- Chizzotti, A. (2005). *Pesquisa qualitativa em ciências humanas e sociais*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Clark, B.R. (1983). *The Higher Education System: Academic organization in cross national perspective*. Berkeley: University of California Press.
- Claval, P. (2003). “A evolução recente da geografia cultural de língua francesa”. Tradução: Margareth de Castro Afeche Pimenta. *Geosul*. Florianópolis, SC, v. 18, n. 35, ja./jun. 2003, pp. 7-25.
- Coelho, A. (2010). “Palavras Cruzadas”. In: Coelho, A. *Retalho das Emoções*. Disponível em: [poesiaanaoelho.blogspot.pt/2010/10/palavras-cruzadas.html](http://poesiaanaoelho.blogspot.pt/2010/10/palavras-cruzadas.html). Acesso em 29/08/2016.
- Comissão Europeia (2000). *Cidades para Bicicletas. Cidades de Futuro*. Luxemburgo: Serviço das Publicações Oficiais das Comunidades Europeias.
- Comissão Europeia (2010). *Europa 2020 – Estratégia para um crescimento inteligente, sustentável e inclusivo*. Versão em português. Bruxelas. Disponível em: <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=COM:2010:2020:FIN:PT:PDF>. Acesso em: 04/01/2017.
- Conde, R.A.N.G. (2007). “Análises de sensibilidade em modelação numérica de escoamentos em leito móvel com HEC-RAS. Aplicação ao Rio Mondego”. *Dissertação e Mestrado em Engenharia Civil*. Lisboa: Instituto Superior Técnico da Universidade Técnica de Lisboa.
- Conselho Local de Acção Social de Coimbra; Instituto de Estudos Regionais e Urbanos da Universidade de Coimbra (2013). *Diagnóstico Social do Município de Coimbra*. Câmara Municipal de Coimbra.
- Cordeiro, A.M.R. (Coord.) (2007). *Carta Educativa de Penacova*. Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Câmara Municipal de Penacova. Coimbra: FLUC.
- Cordeiro, G.Í. (2003). “A antropologia urbana – entre a tradição e a prática”. In: Cordeiro, G.Í.; Baptista, L.V.; Costa, A.F. da (Orgs.). *Etnografias urbanas*. Oeiras: Celta Editora, pp. 3-32.
- Correa, M.R. (2009). *Cartografias do envelhecimento na contemporaneidade. Velhice e Terceira Idade*. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica, UNESP.
- Corrêa, R.L. (1986). “A periferia urbana”. *Revista Geosul*, Florianópolis, SC. V. 1, nº 2. Departamento de Geociências da Universidade Federal de Santa Catarina, julho-dezembro de 1986, pp. 70-78.

- Corrêa, R. L. (2000). *O espaço urbano*. São Paulo, SP: Editora Ática.
- Costa, A. (2010). “Palavras cruzadas”. *Luso Poemas*. Disponível em: <http://www.luso-poemas.net/modules/news/article.php?storyid=147006>. Acesso em 20/02/2015.
- Costa, A.A. (2001). “Coimbra: um novo mapa”. *Revista Em Cima do Joelho*, n. 4, Coimbra: Departamento de Arquitetura, Faculdade de Ciência e Tecnologia da Universidade de Coimbra, pp. 30-35.
- Costa, A.A.; Fernandez, S. (2003). “Sereia”. *Revista Em Cima do Joelho*, n. 6.7, Coimbra, Departamento de Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, pp. 60-67.
- Costa, A.B. da. (2005). *Exclusões Sociais*. 5ª ed. Lisboa: Gradiva Publicações.
- Costa, F.R. da; Rocha, M.M. (2010). “Geografia: conceitos e paradigmas – apontamentos preliminares”. *Revista GEOMAE*, Campo Mourão, PR, v. 1, n. 2, 2º sem. 2010, pp. 25-56.
- Costa, M.J. de A.; Marcos, R. de F. (2000). “A Reforma Pombalina dos estudos jurídicos”. In: Araújo, A.C. (Org.). *O Marquês de Pombal e a Universidade*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Coutinho, C.P. (2014). *Metodologia de investigação em Ciências Sociais e Humanas: teoria e prática*. 2ª ed. Coimbra: Edições Almedina.
- Couto, M. (2009). *E se Obama fosse africano? E outras interinvenções— Ensaios*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Couto, M. (2016). “A adiada enchente”. In: Couto, Mia. *Poemas Escolhidos*. São Paulo, SP: Companhia das Letras, p. 33.
- Cunha, P.P.; Dinis, J.L. (1995). *Evolução holocênica do estuário do Rio Mondego (Portugal): controlos naturais e antrópicos*. Departamento de Ciências da Terra da Universidade de Coimbra.
- D -
- D’Azevedo, J.L. (1922). *O Marquês de Pombal e a sua época*. 2ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Anuario do Brasil; Lisboa: Seara Nova; Porto: Renscença Portuguesa.
- DaMatta, R. (1978). “O ofício de etnólogo, ou como ter ‘anthropological blues’”. In: Nunes, E. de O. (Org.). *A aventura sociológica – Objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, pp. 23-35.
- Dantas, A.; Medeiros, T.H. de L. (2011). *Introdução à Ciência Geográfica*. 2 ed. Natal, RN: EDUFRRN.
- Debert, G. G. (1997). “A invenção da terceira idade e rearticulação de formas de consumo e demandas políticas”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 12, n. 34, São Paulo, SP, pp. 39-56.
- Debert, G. G. (1999). “A construção e a reconstrução da velhice: família, classe social e etnicidade”. In: Neri, A. L.; Debert, G. G. (Orgs.). *Velhice e Sociedade*. Campinas, SP: Papyrus, pp. 41-68.
- Debert, G.G. (2004). *A reinvenção da velhice*. São Paulo, SP: Editora da Universidade de São Paulo – Fapesp.
- Debert, G.G. (2004b). “Ética e as novas perspectivas da pesquisa antropológica”. In: Victora, C.; Oliver, R.G.; Maciel, M.E.; Oro, A.P. (Orgs.). *Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói, RJ: EdUFF, pp. 45-54.

Debert, G.G. (2008). “Ética e formação do antropólogo”. *In: Silva, G. (Org.). Antropologia extramuros – Novas responsabilidades sociais e políticas dos antropólogos*. Brasília, DF: Paralelo 15, pp. 41-44.

Debert, G.G. (2012). “Imigrantes, Estado e família: o cuidado do idoso e suas vicissitudes”. *In: Hirata, H.; Guimarães, N.A. (Orgs.). Cuidado e cuidadoras – As várias faces do trabalho do care*. São Paulo, SP: Editora Atlas S.A, pp. 216-234.

Delattre, P. (2006). “Investigações interdisciplinares: objetivos e dificuldades”. *In: Pombo, O., Guimarães, H. M., Levy, T. (Orgs.). Interdisciplinaridade: antologia*. Porto: Campos das Letras, pp. 279-299.

Deleuze, G.; Guattari, F. (2010). *O que é a filosofia?* Rio de Janeiro, RJ: Editora 34.

Delors, J. (1998). “Educação ao longo de toda a vida”. *In: Delors, J.; Al-Mufti, I.; Amagi, I.; Carneiro, R.; Chung, F.; Geremek, B.; Gorham, W.; Kornhauser, A.; Manley, M.; Quero, M.P.; Savané, M-A.; Singh, K.; Stavenhagen, R.; Suhr, M.W.; Nanzhao, Z. Educação: Um tesouro a descobrir – Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o Século XXI*. São Paulo, SP: Cortez Editora; Brasília, DF: UNESCO no Brasil.

Derrida, J.; Roudinesco, E. (2004). *De que amanhã... Diálogos*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar. Tradução de André Telles.

Dias, J.C. (2015). “A Avenida de Sta. Cruz, em Coimbra: entre a modernidade e a nostalgia”. *Cidades, Comunidades, Territórios*, Nº 31 (dezembro/2015), pp. 131-147.

Dias, L.C. (2005). “Os sentidos da rede: notas para discussão”. *In: Dias, L.C; Silveira, L.L da (Orgs.). Redes, sociedades e territórios*. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, pp. 11-28.

Doyal, L.; Gough, I. (1994). *Uma teoria de las necesidades humanas*. Barcelona: Icaria Fuhén.

Duarte, L.F.D. (2004). “Ética de pesquisa e ‘correção política’ em antropologia”. *In: Victora, C.; Oliver, R.G.; Maciel, M.E.; Oro, A.P. (Orgs.). Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói, RJ: EdUFF, pp. 125-130.

Durkheim, E. (1999). *Da divisão do trabalho social*. São Paulo, SP: Martins Fontes.

- E -

Eco, H. (2005). *Como se faz uma tese*. São Paulo, SP: Perspectiva.

Einstein, A. (1981). *Como vejo o mundo*. 11ª edição. Tradução de H.P de Andrade. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.

Elias, N. (2001). *A solidão dos moribundos, seguido de Envelhecer e morrer*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editores.

Elias, N. (2011). *O Processo Civilizador – Vol. I: Uma História dos Costumes*. 2ª ed. Tradução: Ruy Jungmann, Rio de Janeiro: Zahar Editores.

Eriksen, T.H.; Nielsen, F.S. (2012). “Inícios”. *In: Eriksen, T.H.; Nielsen, F.S. História da Antropologia*. Petrópolis, RJ: Vozes, pp. 9-27.

Esperandio, M.R.G. (2007). *Para entender a Pós-Modernidade*. São Leopoldo, RS: Sinodal.

EuCAN – European Concept for Accessibility Network (1996). *European Concept for Accessibility*. Disponível em: <http://www.eca.lu/index.php/documents/eucan-documents/14-1996-european-concept-for-accessibility-1996/file>. Acesso em 04/01/2017.

- F -

- Fassler, C. (2009). *Hacia un sistema nacional integrado de cuidados*. Montevideo: Ediciones Trilce.
- Featherstone, M.; Hepworth, M. (1990). "Aging and Old Age: Reflections on the Post-Modern Life-Course". In: Bytheway, B.; Keil, T.; Allat, P.; Bryman, A. (orgs.). *Becoming and Being Old: Sociological Approaches to Later Life*. Londres: Sage, pp. 143-157.
- Felipe, T.W.S.S.; Sousa, S.M.N. (2014). "A construção da categoria velhice e seus significados". *PRACS – Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP*, Macapá, AP, v. 7, n. 2, jul-dez/2014, pp. 19-33. Disponível em: <http://periódicos.unifap.br/index.php/pracs>. Acesso em 23/08/2016.
- Fernandes, A.A. (1997). *Velhice e sociedade: demografia, família e políticas sociais em Portugal*. Oeiras: Celta Editora.
- Fernandes, I. (2002). "A diversidade da condição humana: deficiências/diferenças na perspectiva das relações sociais". *Tese de Doutorado em Serviço Social*. Porto Alegre, RS: Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.
- Fernandes, I. (2003). "A diversidade da condição humana e a deficiência do conhecimento: no convívio com as diferenças e as singularidades individuais". *Revista Virtual Textos & Contextos*, Porto Alegre, RS, n. 2, Ano II, dez/2003, pp. 1-11. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/issue/view/87>. Acesso em 26/08/2016.
- Fernandes, I. (2012). "Interdições sociais e a diversidade". In: Lippo, H. (Org.). *Sociologia da acessibilidade e reconhecimento político das diferenças*. Canoas, RS: Editora da ULBRA.
- Fernandes, I.; Lippo, H. (2013). "Política de acessibilidade universal na sociedade contemporânea". *Revista Virtual Textos & Contextos*, Porto Alegre, RS, vol. 12, n. 2, jul-dez/2013, pp. 281-291. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/issue/view/749>. Acesso em: 26/08/2016.
- Ferrão, J. (2000). "Relações entre mundo rural e mundo urbano. Evolução histórica, situação actual e pistas para o futuro". *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 33, pp. 45-54.
- Ferreira, C. (2007). "Coimbra aos pedaços – Uma abordagem aos espaços urbanos da cidade". *Prova Final em Licenciatura em Arquitetura*. Coimbra: Departamento de Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- Ferreira, F.Z.; Santos, L. dos (1995). "A unidade residencial do Calhabé (SOLUM)". *Revista Sociedade e Território*, n. 21, março 1995, pp. 77-85.
- Ferrigno, J. C. (2003). *Co-educação entre gerações*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Fialho, J.; Silva, C.A. da.; Saragoça, J. (2015). *Diagnóstico Social – Teoria, Metodologia e Casos Práticos*. Lisboa: Edições Sílabo.
- Fialho, N.H. (2009). "Chão desigual – A categoria espaço/território no contexto da pesquisa e da pós-graduação em educação no Brasil". In: Nascimento, A.D.; Hetkowski, T.M. (Orgs.). *Educação e Contemporaneidade – Pesquisas científicas e tecnológicas*. Salvador, BA: EDUFBA, pp. 17-39.
- Fischer, R.M.B. (2005). "Escrita acadêmica: a arte de assinar o que se lê". In: Costa, M.V.; Bujes, M.I.E. (Orgs.). *Caminhos investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras*. Rio de Janeiro, RJ: DP&A, pp. 117-140.
- Fisher, B.; Tronto, J. (1990). "Toward a feminist theory of caring". In: Abel, E.K.; Nelson, M.K. (Eds.). *Circles of Care – Work and identity in women's lives*. Albany, NY: State University of New York Press, pp. 36-54.
- Fonseca, A.C.D. (2010). "Seia, onde tudo parece nada... O turismo como factor de desenvolvimento económico". *Dissertação e Mestrado em Lazer, Património e Desenvolvimento*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.



- Fonseca, A.M.; Paúl, C.; Martin, I.; Amado, J. (2005). “Condição psicossocial de idosos rurais numa aldeia do interior de Portugal”. *In: Paúl, C.; Fonseca, A.M. (Coords.). Envelhecer em Portugal. Psicologia, Saúde e Prestação de Cuidados*. Lisboa: Climepsi Editores, pp. 99-108.
- Fortuna, C. (2006). “Centros históricos e patrimónios culturais urbanos – Uma avaliação e duas propostas para Coimbra”. *Oficina do CES* n° 254. Coimbra: Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra, pp. 01-14.
- Fortuna, C. (2007). “Paisagens sonoras. Sonoridades e ambientes sociais urbanos”. *In: Braga, S. (Org.). Cultura popular, patrimônio imaterial e cidades*. Manaus, AM: Editora da Universidade Federal do Amazonas, pp. 29-53.
- Fortuna, C. (2009). “Cidade e urbanidade”. *In: Fortuna, C.; Leite, R.P. (Orgs.). Plural de cidade: Novos léxicos urbanos*. Coimbra: Edições Almedina, pp. 82-97.
- Fortuna, C.; Gomes, C. (2010). “Sobre o uso estratégico da imagem centenária da Universidade de Coimbra”. *Revista Tomo*. São Cristóvão, SE, n. 16, jan-jun/2010, pp. 11-27.
- Fortuna, C. (2012). “(Micro)territorialidades: metáfora dissidente do social”. *Terr@Plural*. Ponta Grossa, PR, v. 6, n. 2, jul-dez/2012, pp. 199-214.
- Fortuna, C.; Peixoto, P. (2002). “A recriação e reprodução de representações no processo de transformação das paisagens urbanas de algumas cidades portuguesas”. *In: Fortuna, C.; Silva, A.S. (Orgs.). Projecto e circunstância – Culturas urbanas em Portugal*. Porto: Afrontamento, pp. 17-63.
- Foucault, M. (2008). *Segurança, território, população: curso dado no Collège de France (1977-1978)*. Edição estabelecida por Michel Senellartsoba; direção de Francois Ewald e Alessandro Fontana; tradução de Eduardo Brandão; revisão da tradução de Cláudia Berliner. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- Franklin, F.N. (1825). *Memória para servir de índice dos Foraes das Terras do Reino de Portugal e seus Domínios*. Lisboa: Academia Real das Sciencias.
- Fraser, N. (2006). “Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era ‘pós-socialista’”. *Cadernos de Campo*. São Paulo, SP, n. 14/15, pp. 231-239. Tradução de Júlio Assis Simões.
- Fraser, N. (2007). “Reconhecimento sem ética?”. *Lua Nova*. São Paulo, SP, n. 70, pp. 101-138.
- Freire, P. (1997). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo, SP: Paz e Terra.
- Freire, P. (1997b). *Professora sim, tia não: Cartas a quem ousa ensinar*. São Paulo, SP: Editora Olho D’Água.
- Freire Júnior, R.C; Arêas, G.P.T.; Arêas, F.Z. da S.; Barbosa, L.G. (2013). “Estudo da acessibilidade de idosos ao centro da cidade de Caratinga, MG”. *Revista Brasileira de Geriatria e Gerontologia*, Rio de Janeiro, RJ, vol. 16, n. 3, pp. 541-558.
- Freitas Silva, L. R. (2008). “Da velhice à terceira idade: o percurso histórico das identidades atreladas ao processo de envelhecimento”. *Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, v. 15, nº 1, jan.-mar. Rio de Janeiro, RJ, pp. 155-168.
- Frémont, A. (1980). *Região, espaço vivido*. Tradução: António Gonçalves. Coimbra: Almedina.
- Frezza, M.; Grisci, C.L.I.; Kessler, C.K. (2009). “Tempo e espaço na contemporaneidade: uma análise a partir de uma revista popular de negócios”. *RAC*, Curitiba, PR, v. 13, n. 3, art. 8, jul-ago/2009, pp. 487-503.

Fundação Casa de Bragança (2013). “O foral novo: registos que contam histórias”. *Catálogo da Exposição*. Lisboa: Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas.

- G -

Gadotti, M. (1981). *A educação contra a educação: o esquecimento da educação e a educação permanente*. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra.

Gadotti, M. (2006). “A escola na cidade que educa”. *Cadernos CENPEC*. Nº 1, São Paulo, SP: Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária, pp. 133-139.

Galeano, E. (2004). *Patatas arriba. La escuela del mundo al revés*. 7ª ed. Cidade do México: Siglo XXI Editores.

Gaveta, Amaro Mendes (1816). “Queixas”. *Revista Macarronea Latino-Portuguesa*, Lisboa: Imprensa Regia.

Geertz, C. (1997). *O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa*. Tradução: Vera Mello Joscelyne. Petrópolis, RJ: Vozes.

Geertz, C. (2001). *Nova luz sobre a Antropologia*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editores.

Geertz, C. (2008). *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro, RJ: LTC.

Geiger, P. (2012). *Novíssimo Aulete – Dicionário Contemporâneo de Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro, RJ: Lexiko.

Georges, I.; Santos, Y.G. dos. (2012). “Care e políticas públicas: o caso das ‘agentes comunitárias de saúde’ e das agentes de proteção social”. In: Hirata, H.; Guimarães, N.A. (Orgs.). *Cuidado e cuidadoras – As várias faces do trabalho do care*. São Paulo, SP: Editora Atlas S.A, pp. 166-182.

Giddens, A. (1991). *As consequências da modernidade*. São Paulo, SP: Editora UNESP.

Gil, A.C. (2008). *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. 6ª edição. São Paulo, SP: Editora Atlas.

Gilligan, C. (1993). *In a different voice. Psychological Theory and women’s development*. Cambridge, Massachusetts and London: Harvard University Press.

Goldenberg, M. (2013). *A bela velhice*. Rio de Janeiro, RJ: Record.

Goldenberg, M. (2016). *Velho é lindo*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.

Gomes, L. (2007). *1808: Como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil*. São Paulo, SP: Editora Planeta do Brasil.

Gomes, M.P. (2009). *Antropologia*. São Paulo, SP: Editora Contexto.

Gómez, A.; Costa, C.; Santana, P. (2014). “Acessibilidade e utilização dos espaços verdes urbanos nas cidades de Coimbra (Portugal) e Salamanca (Espanha)”. *Finisterra*, XLIX, 97, pp. 49-68.

Gonçalves, C.W.P. (2007). “A invenção de novas geografias: a natureza e o homem em novos paradigmas”. In: Santos, M.; Becker, B.K. (Orgs.). *Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial*. 3ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Lamparina.

Graeff, B. (2014). “Envelhecimento, velhice e saúde: transformando o invisível em visível”. *Revista Direito Sanitário*, São Paulo, SP, v. 15, n. 1, ma./jun. 2014, pp. 77-82.

Grande, N. (2000). “Coimbra como projecto urbano”. *Revista Em Cima Do Joelho*, n. 3. Coimbra: Departamento de Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, pp. 50-53.

Guattari, F. (1992). *Caosmose – Um novo paradigma estético*. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34.

Guattari, F.; Rolnik, S. (1986). *Micropolítica: cartografias do desejo*. Petrópolis, RJ: Vozes.

Guiducci, R. (1980). *A cidade dos cidadãos*. São Paulo, SP: Editora Brasiliense.

Guiner, J.C. (2004). *Antropología urbana*. Barcelona: Editora Ariel.

Guitart, M.E. (2008). “Hacia una psicología cultural. Origen, desarrollo y perspectivas”. *Fundamentos en Humanidades*, Universidad Nacional de San Luis, Argentina, Año IX, Número II, pp. 7-23.

- H -

Haesbaert, R. (2003). “Da desterritorialização à multiterritorialidade”. *Boletim Gaúcho de Geografia*. Porto Alegre, RS, v. 29, n. 1, jan-jun/2003, pp. 11-24. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/bgg/article/view/38739/26249>. Acesso em 09/09/2016.

Haesbaert, R. (2004). *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade*. São Paulo, SP: Bertrand Brasil.

Haesbaert, R. (2004b). “Dos múltiplos territórios à multiterritorialidade”. Porto Alegre, RS. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/petgea/Artigo/rh.pdf>. Acedido em 29/07/2016.

Hall, S. (2006). *A identidade cultural da pós-modernidade*. 10ª Ed. Rio de Janeiro, RJ: DP&A Editora.

Harvey, D. (2007). *Condição Pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 16ª Ed. São Paulo, SP: Ed. Loyola. Tradução: Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves.

Hassenpflug, D. (2007). “Sobre centralidade urbana”. *Arquitextos*. 085:00, Ano 8, jun. 2007. Disponível em: [www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.085/235](http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.085/235). Acedido em 20/08/2016.

Heidegger, M. (1989). *Ser e Tempo – Parte I*. Tradução de Márcia de Sá Cavalcante. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

Hirata, H.; Guimarães, N.A. (2012). “Introdução”. In: Hirata, H.; Guimarães, N.A. (Orgs.). *Cuidado e cuidadoras – As várias faces do trabalho do care*. São Paulo, SP: Editora Atlas S.A, pp. Holzer, W. (2013). “Sobre territórios e lugaridades”. *Cidades*, vol. 10, n. 17, pp. 1-12.

Hirata, H. (2014). “O trabalho de cuidados”. In: Oliveira, J.A.; Matsuo, M. (Orgs.). *O trabalho emocional e o trabalho de cuidado*. I Seminário de Sociologia da Fundacentro. São Paulo, SP: Fundacentro, pp. 27-46.

Hochschild, A. (2012). “Nos bastidores do livro mercado local: babás e mães de aluguel”. In: Hirata, H.; Guimarães, N.A. (Orgs.). *Cuidado e cuidadoras – As várias faces do trabalho do care*. São Paulo, SP: Editora Atlas S.A, pp. 185-200.

Howard, E. (2002). *Cidades-Jardins de amanhã*. São Paulo, SP: AnnaBlume, 2ª ed. Tradução: Marco Aurélio Lagonegro. Introdução: Dario Araújo Benedicto.

- I -

Ingold, T. (2011). “Epilogue: Anthropology is *not* Ethnography”. In: Ingold, T. *Being Alive – Essays on movement, knowledge and description*. London and New York: Routledge, pp. 229-243. Tradução de Caio Fernandes Flores Coelho e Rodrigo Ciconet Dornelles.

Ingold, T. (2015). *Estar Vivo – Ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição*. Petrópolis, RJ: Vozes. Tradução de Fábio Creder.

Instituto da Conservação da Natureza e da Biodiversidade. (2010). “Plano de Gestão Florestal e Orientação da utilização pública da Mata Nacional do Choupal”. Disponível em: [www.icnf.pt/portal/florestas/gf/pgf/resource/doc/2010/mn-choupal/PGFOUP-DocFinal.pdf](http://www.icnf.pt/portal/florestas/gf/pgf/resource/doc/2010/mn-choupal/PGFOUP-DocFinal.pdf). Acesso em 09/08/2016.

Instituto da Segurança Social. (2015). “Guia Prático – Apoios Sociais – Pessoas Idosas”. Disponível em: [http://www.seg-social.pt/documents/10152/33603/apoios\\_sociais\\_idosos/638b6f1a-61f6-4302-bec3-5b28923276cb](http://www.seg-social.pt/documents/10152/33603/apoios_sociais_idosos/638b6f1a-61f6-4302-bec3-5b28923276cb). Acesso em 12/12/2016.

Instituto Nacional de Estatística. (1996). “Censos 91 – Resultados definitivos – Portugal”. Lisboa, 2ª Ed.

Instituto Nacional de Estatística (2015). “NUTS 2013 – As novas Unidades Territoriais para Fins Estatísticos”. Lisboa.

- J -

Japiassú, H.; Marcondes, D. (2001). *Dicionário Básico de Filosofia*. 3ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editor.

Joseph, B.D.; Janda, R. (2008). *The Handbook of Historical Linguistics*. Oxford, UK: Blackwell Publishing

Jouen, M. (2001). “A Europa rural na viragem do terceiro milênio. A palavra-chave: diversidade”. *Leader Magazine*, n. 25. Disponível em: <http://ec.europa.eu/agriculture/rur/leader2/rural-pt/biblio/model/intro.htm>. Acesso em 01/09/2016.

Jovchelovitch, S.; Bauer, M.W. (2002). “Entrevista Narrativa”. In: Bauer, M.W.; Gaskell, G. (Eds.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Tradução Pedrinho Guareschi. Petrópolis, RJ: Vozes, pp. 90-113.

- K -

Kant, I. (2009). *Crítica da Razão Pura*. São Paulo, SP: Martin Claret Editora.

Kastrup, V.; Passos, E. (2013). “Cartografar é traçar um plano comum”. *Fractal – Revista de Psicologia*, vol. 25, n. 2, Maio/Agosto 2013, pp. 263-280.

Koga, D. (2003). *Medidas de cidades: entre territórios de vida e territórios vividos*. São Paulo, SP: Cortez.

Koury, M.G.P. (2010). “Identidade e pertença: disposições morais e disciplinares em um grupo de jovens”. *Revista Etnográfica*, vol. 14 (1), fevereiro de 2010. Miscelânea e Dossiê “Etnography and public sphere”, pp. 27-58.

Kuhnen, T.A. (2014). “A ética do cuidado como teoria feminista”. *Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas*. Londrina, PR: Universidade Estadual de Londrina, pp. 1-9.

Kuhnen, T.A. (2014b). “Epistemologia feminista e a reconfiguração da filosofia moral”. *Sapere Aude*. Belo Horizonte, MG, v. 5, n. 9, 1º sem/2014, pp. 196-219.

- L -

Lalanda, P. (1998). “Sobre a metodologia qualitativa na pesquisa sociológica”. *Análise Social*, vol. XXXIII (148), pp. 871-883.

- Lamas, J.M.R.G. (1993). *Morfologia urbana e desenho da cidade*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Latouche, S. (2011). *Pequeno Tratado do Decrescimento Sereno*. Lisboa: Edições 70.
- Laville, C.; Dionne, J. (1999). *A construção do saber*. Belo Horizonte, MG: Editora da Universidade Federal de Minas Gerais.
- Leal, C.; Ganho, N.; Cordeiro, A.M.R. (2007-2008). “O contributo dos espaços verdes da cidade de Coimbra (Portugal) no topoclima, microclima e no conforto bioclimático”. *Cadernos de Geografia*, n. 26/27, Coimbra, FLUC, pp. 333-341.
- Lefebvre, H. (1974). “La producción del espacio”. *Papers Revista de Sociologia* [S.l.], v. 3, p. 219-229, jul. 1974. ISSN 2013-9004. Disponível em: <http://papers.uab.cat/article/view/v3-lefebvre>. Acesso em 27/07/2016.
- Lefebvre, H. (2001). *O direito à cidade*. São Paulo, SP: Editora Centauro. Tradução de Rubens Eduardo Frias.
- Leite, R.P. (2009). “Espaços públicos na pós-modernidade”. In: Fortuna, C.; Leite, R.P. (Orgs.). *Plural de cidade: Novos léxicos urbanos*. Coimbra: Edições Almedina, pp. 187-204.
- Lessard-Hébert, M.; Goyette, G.; Boutin, G. (1990). *Investigação Qualitativa – Fundamentos e Práticas*. Lisboa: Instituto Piaget.
- Lévi-Stauss, C.; Eribon, D. (1990). *De perto e de longe – Relatos e reflexões do mais importante antropólogo de nosso século*. Rio de Janeiro, RJ: Editora Nova Fronteira.
- Lévinas, E. (1993). *Humanismo do outro homem*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Lewgoy, B. (1998). “A antropologia pós-moderna e a produção literária espírita”. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, RS, ano 4, n. 8, junho/1998, pp. 87-113.
- Lima, L.C.V.; Bueno, C.M.L.B. (2009). “Envelhecimento e Gênero: A vulnerabilidade de idosos no Brasil”. *Revista Saúde e Pesquisa*, v. 2, n. 2, maio-agosto/2009, pp. 273-280.
- Lindo, P.V. de F. (2011). *Geografia e política de assistência social: territórios, escalas e representações cartográficas para políticas públicas*. São Paulo, SP: Cultura Acadêmica.
- Lins de Barros, M.M. (2004). “Velhice na contemporaneidade”. In: Peixoto, C.E. (Org.). *Família e Envelhecimento*. Rio de Janeiro, RJ: FGV, pp. 109-142.
- Lins de Barros, M.M. (2009). “Três gerações femininas em famílias de camadas médias”. In: Velho, G.; Duarte, L.F.D. (Orgs.). *Gerações, Família, Sexualidade*. Rio de Janeiro, RJ: 7Letras, pp. 46-62.
- Lipovetsky, G. (1983). *A era do vazio: Ensaio sobre o individualismo contemporâneo*. Lisboa: Editora Relógio D'Água.
- Lobo, M. da C.; Simões Júnior, J.G. (2012). “Introdução”. In: Lobo, M. da C.; Simões Júnior, J.G. (Orgs.). *Urbanismo de colina – Uma tradição luso-brasileira*. São Paulo: Universidade Presbiteriana Mackenzie, pp. 15-43.
- Lobo, R. (2000). “Coimbra: evolução do espaço urbano”. *Revista Em Cima do Joelho*, n. 3, Coimbra: Departamento de Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, pp. 26-33.
- Lobo, R. (2006). *Santa Cruz e a Rua da Sofia. Arquitectura e urbanismo no século XVI*. Coimbra: eldlarq.
- Lopes, J.T. (2002). *Novas questões de sociologia urbana – Conteúdos e “orientações” pedagógicas*. Porto: Edições Afrontamento.

Lourenço, L. (1996). “Coimbra e os riscos naturais – Passado e presente”. *Actas do 1º Colóquio de Geografia de Coimbra, N° Especial de Cadernos de Geografia*. Coimbra: Departamento de Geografia da Faculdade de Letras, pp. 37-43.

- M -

Macedo, M.C. de (2006). “Coimbra na segunda metade do século XIX – A materialização dos avanços técnicos dos inícios da modernidade”. In: Rebelo, J. (Coord.). *Evolução do espaço físico de Coimbra*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra, Divisão de Informação Geográfica e Solos, pp. 43-63.

Machado, J. de S. (2014). “Apresentação – O direito à cidade para todos”. In: Ribeiro, S.B. (Org.). *Mobilidade e Acessibilidade Urbana em Centros Históricos*. Brasília: Iphan, p. 7.

Machado, P. (2007). *As malhas que a (c)idade tece – Mudança social, envelhecimento e velhice em meio urbano*. Lisboa: Laboratório Nacional de Engenharia Civil.

Mãe, V.H. (2010). *A máquina de fazer espanhóis*. Carnaxide: Editora Objectiva.

Mãe, V.H. (2012). *O filho de mil homens*. São Paulo, SP: Cosac Naify.

Magalhães, R. (s/d). *História da Cidade*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra. Disponível em: <http://www.cm-coimbra.pt/index.php/municipio/camara-municipal-de-coimbra/historia-da-cidade/item/1424-historia-da-cidade>. Acesso em 05/08/2016.

Magalhães, R.F.M. (2013). *As freguesias: Caracterização e toponímia*. Braga: Editora Cidade Berço.

Magallanes, G.; Gandia, C. (2016). “Estratégias metodológicas na análise dos dados na pesquisa em Ciências Sociais”. In: Robertt, P.; Rech, C.M.; Lisdero, P.; Fachinetto, R.F. (Orgs.). *Metodologia em Ciências Sociais Hoje – Vol. 1 – Perspectivas Epistemológicas, Reflexões Teóricas e Estratégias Metodológicas*. Jundiaí, SP: Paco Editorial, pp. 305-334.

Magnani, J.G.C. (2009). “Etnografia urbana”. In: Fortuna, C.; Leite, R.P. (Orgs.). *Plural de cidade: Novos léxicos urbanos*. Coimbra: Edições Almedina, pp.101-113.

Maia, A.C.; Ferreira, D.A. de O. (2010). “Discutindo categorias e conceitos: uma contribuição geográfica dentro das análises da relação rural-urbano”. In: Godoy, P.R.T. de (Org.). *História do Pensamento Geográfico e Epistemologia em Geografia*. São Paulo, SP: Editora FUNESP, pp. 209-230.

Malinowski, B. (1978). *Argonautas do Pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné melanésia*. Coleção Os Pensadores. 2 ed. São Paulo, SP: Abril Cultural.

Marandola Jr., E. (2011). “Mobilidades contemporâneas: distribuição espacial da população, vulnerabilidade e espaços de vida nas aglomerações urbanas”. In: Cunha, J.M.P. de (Org.). *Mobilidade espacial da população. Desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo*. Campinas, SP: Núcleo de Estudos de População – NEPO, pp. 95-115.

Marques, S. (2011). *Discriminação da terceira idade*. Coleção Ensaios da Fundação, Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Martins, A.F. (1940). “O Esforço do homem na bacia do Mondego: ensaio geográfico”. *Tese de Licenciatura em Ciências Geográficas*, Departamento de Geografia, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra.

Martins, A.F. (1983 [1951]). “Esta Coimbra... Alguns apontamentos para uma palestra”. *Cadernos de Geografia*, n° 1, Departamento de Geografia, Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, pp. 35-78.

- Martins, D.R. (2012). “Brasileiros na Reforma Pombalina: Criando novos caminhos da Ciência entre Portugal e o Brasil”. *Catálogo da Exposição: A Universidade de Coimbra e o Brasil: Percorso iconobibliográfico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Martins, M.J. (2005). “Solo urbano e solo rural: efeitos da classificação no território ibérico”. *Actas X Colóquio Ibérico de Geografia*. Universidade de Évora, set/2005. Disponível em: [http://www.apgeo.pt/sites/default/files/actas\\_indice\\_x\\_cig\\_evora\\_0.pdf](http://www.apgeo.pt/sites/default/files/actas_indice_x_cig_evora_0.pdf). Acesso em 01/09/2016.
- Mateus, M. de L.P. da F.R. (2009). “Campos de Coimbra – Do rural ao urbano”. *Tese de Doutoramento em Geografia*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Matsudo, S.M.M. (2005). *Avaliação do idoso – Física e funcional*. Londrina, PR: MIDIOGRAF.
- Matsuo, M. (2014). “Gênero, trabalho e saúde: as cuidadoras de idosos em instituição de longa permanência”. *In: Oliveira, J.A.; Matsuo, M. (Orgs.). O trabalho emocional e o trabalho de cuidado*. I Seminário de Sociologia da Fundacentro. São Paulo, SP: Fundacentro, pp. 37-46.
- Mattos, A.R.; Pérez, B.C.; Almada, C.V.R.; Castro, L.R. de (2013). “O cuidado na relação professor-aluno e sua potencialidade política”. *Estudos de Psicologia*, n. 18, v. 2, abril-junho/2013, pp. 369-377.
- Mauss, M. (2003). *Sociologia e Antropologia*. Tradução: Paulo Neves. São Paulo, SP: Cosac Naify.
- Meireles, C. (1997). “Como se morre de velhice”. *In: Meireles, C. Poesia Completa*. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira.
- Mello, T. de (1981). “As ensinanças da dúvida”. *In: Mello, T. de. Mormação na floresta*. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira; São Paulo, SP: Massao Ohno Edições.
- Mello, T. de (1991). “Para os que virão”. *In: Mello, T. de. Poesia comprometida com a minha e a tua vida*. 7ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira.
- Mendes, J.M.A. (1994). “A História Económica e Social nos Últimos Vinte Anos: Principais Tendências e Metodologias”. *Conferência proferida na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra* (13.12.1994), integrada no programa evocativo dos 20 anos do Instituto de História Económica e Social. Disponível em: <https://eg.sib.uc.pt/bitstream/10316/12793/1/Jos%C3%A9%20Amado%20Mendes%2029.pdf>. Acesso em 20/06/2016.
- Mendonça, L.F.M. (2009). “Sonoridades e cidade”. *In: Fortuna, C.; Leite, R.P. (Orgs.). Plural de cidade: Novos léxicos urbanos*. Coimbra: Edições Almedina, pp. 139-150.
- Mesquita, R.; Duarte, F. (1999). *Dicionário de Psicologia*. Lisboa: Plátano Editora.
- Minayo, M.C. (2005). *Violência contra idosos: O avesso do respeito à experiência e à sabedoria*. 2ª ed. Brasília, DF: Secretaria Especial dos Direitos Humanos.
- Mingione, E.; Pugliese, E. (1987). “A difícil delimitação do urbano e do rural. Alguns exemplos e implicações teóricas”. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 22, abr/1987, pp. 83-99.
- Mol, A. (2008). *The logic of care – health and the problem of patient choice*. London and New York: Routledge.
- Molinier, P. (2012). “Ética e trabalho do care”. *In: Hirata, H.; Guimarães, N.A. (Orgs.). Cuidado e cuidadoras – As várias faces do trabalho do care*. São Paulo, SP: Editora Atlas S.A, pp. 29-43.

- Mora, J.F. (2007). *Dicionário de Filosofia*. Lisboa: Publicações Dom Quixote. Tradução: António José Massano e Manuel Palmeirim.
- Moraes, C.A. de S.; Juncá, D.C. de M.; Santos, K. De S. (2010). “Para quê, para quem, como? Alguns desafios da pesquisa em serviço social”. *Revista Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, SP, n. 103, jul-set/2010, pp. 433-452.
- Moreira, C.C.O. (2010). *A geografia e o género: um encontro urbano – Os tempos e os espaços nos territórios de Coimbra*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida.
- Moreira, M.S. (2014). “Escola e Cidade – Zona Escolar do Calhabê”. *Dissertação de Mestrado Integrado em Arquitetura*. Coimbra: Departamento de Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- Mori, K.G.; Vaz, M. (2006). *Voluntariado Educativo – Uma Tecnologia Social*. São Paulo, SP: Instituto Faça Parte.
- Morin, E. (1987). *O Método. I. A Natureza da Natureza*. Lisboa: Publicações Europa-América.
- Morin, E. (1999). “Por uma reforma do pensamento”. Tradução de Márcia Cavalcanti Ribas. *In: Pena-Vega, A.; Nascimento, E.P. do (Orgs.). O pensar complexo – Edgar Morin e a crise da modernidade*. 2ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Garamond, pp. 21-34.
- Morin, E. (2000). *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2ª ed. São Paulo, SP: Cortez; Brasília, DF: UNESCO. Tradução de Catarina Eleonora F. Da Silva e Jeanne Sawaya.
- Morin, E. (2003). *A cabeça bem feita*. 8ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil. Tradução de Eloá Jacobina.
- Morin, E. (2005). *Ciência com consciência*. 8ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Bertrand Brasil. Tradução de Maria D. Alexandre e Maria Alice Sampaio Dória.
- Morin, E. (2012). *Cultura de massa no século XX: O espírito do tempo I – Neurose*. 9ª ed. Rio de Janeiro, RJ: Forense Universitária. Tradução de Maura Ribeiro Sardinha.
- Motta, F. B. da. (1998). *Velha é a vovozinha – Identidade feminina na velhice*. Santa Cruz do Sul, RS: UNISC.
- Moura, P.G.M. de (2009). *Sociedade e Contemporaneidade*. Curitiba, PR: IESDE Brasil.
- Mozère, L. (2009). “Avant-propos”. *In: Tronto, J. Un monde vulnérable – pour une politique du care*. Paris: Éditions La Découverte, pp. 5-10.
- N -
- Neri, A.L. (2001). “Envelhecimento e qualidade de vida na mulher”. *Atas do 2º Congresso Paulista de Geriatria e Gerontologia*. Campinas, SP: Universidade Estadual de Campinas, pp. 1-18.
- Neri, A.L.; Yassuda, M.S. (2008). “Apresentação”. *In: Neri, A.L.; Yassuda, M.S. (Orgs.). Velhice Bem-Sucedida – Aspectos afetivos e cognitivos*. Coleção Vivaidade. Campinas, SP: Papirus.
- Nunes, L. (2016). *Ética no fim da vida – E quando eu não puder decidir?* Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Nunes, M. (1998). *Alta de Coimbra e as cidades património mundial*. Coimbra: GAAC – Grupo de Arqueologia e Arte do Centro.
- Nussbaum, M. (2015). *Sem fins lucrativos: Por que a democracia precisa das humanidades*. Tradução de Fernando Santos. São Paulo, SP: Martins Fontes.



- Kalsla, J. (2011). *Como ler Foucault*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- Oliveira, A. de (2003). “O sino da Universidade”. *In: Torgal, A.P.; Ferreira, M.T. (Orgs.). EnCantada Coimbra*. Lisboa: Publicações Dom Quixote.
- Oliveira, I. A. de. (2009). “Educação de jovens, adultos e idosos: aprendizagem ao longo da vida”. *Revista Um Salto para o Futuro: Educação ao Longo da Vida*, ano XIX, nº 11, pp. 14-19.
- Oliveira, J.A. (2014<sup>a</sup>). “Fazendo a vida fazendo as unhas – Uma análise sociológica do trabalho de manicure”. *Tese de Doutorado em Sociologia*. São Paulo, SP: Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- Oliveira, J.A. (2014). “O trabalho emocional no trabalho de professores de Educação Básica”. *In: Oliveira, J.A.; Matsuo, M. (Orgs.). O trabalho emocional e o trabalho de cuidado*. I Seminário de Sociologia da Fundacentro. São Paulo, SP: Fundacentro, pp. 57-67.
- Oliveira, J.A.; Matsuo, M. (2014). “Apresentação”. *In: Oliveira, J.A.; Matsuo, M. (Orgs.). O trabalho emocional e o trabalho de cuidado*. I Seminário de Sociologia da Fundacentro. São Paulo, SP: Fundacentro, pp. 7-8.
- Oliveira, R.C. (2004). “O mal-estar da ética na antropologia prática”. *In: Victora, C.; Oliver, R.G.; Maciel, M.E.; Oro, A.P. (Orgs.). Antropologia e ética: o debate atual no Brasil*. Niterói, RJ: EdUFF, pp. 21-32.
- Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (2016). *Education at a Glance 2016*. Disponível em [www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2016\\_eag-2016-en](http://www.oecd-ilibrary.org/education/education-at-a-glance-2016_eag-2016-en). Acesso em 06/08/2017.
- Organização Mundial da Saúde (2008). *Guia Global – Cidade Amiga do Idoso*. Versão em português. Disponível em: <http://www.who.int/ageing/GuiaAFCPortuguese.pdf>. Acesso em 04/01/2017.
- Ostroff, E. (2011). “Universal Design: an envolving paradigm”. *In: Preiser, W.F.E.; Ostroff, E. (Orgs.), Universal Design Handbook*. 2ª ed. Nova Iorque: McGraw-Hill Professional, pp. 1.3-1.11.
- P -
- Pacheco, J. (2012). “Autonomia”. *In: Pacheco, J. Dicionário de Valores*. São Paulo, SP: Edições SM.
- Palacio, N.M.D. (2015). “La ética del cuidado: una voz diferente”. *Revista Fundación Universitaria Luis Amigó*. Medellín, vol. 2, n. 1, jan-jun/2015, pp. 12-21.
- Passos, E.; Kastrup, V.; Escóssia, L. da. (2010). “Apresentação”. *In: Passos, E.; Kastrup, V.; Escóssia, L. da. (Orgs.). Pistas do Método da Cartografia – Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Porto Alegre, RS: Sulina, pp. 7-16.
- Paúl, C. (2005). “A construção de um modelo de envelhecimento humano”. *In: Paúl, C.; Fonseca, A. (Coords.). Envelhecer em Portugal – Psicologia, Saúde e Prestação de Cuidados*. Lisboa: Climepsi, pp. 21-41.
- Paúl, C.; Fonseca, A.M., martin, I.; Amado, J. (2005). “Satisfação e qualidade de vida em idosos portugueses”. *In: Paúl, C.; Fonseca, A. (Coords.). Envelhecer em Portugal – Psicologia, Saúde e Prestação de Cuidados*. Lisboa: Climepsi, pp. 77-95.
- Pedroso de Lima, M.M. (2010). *Envelhecimento(s)*. Coleção Estado da Arte, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Peixoto, C.E. (2000). *Envelhecimento e imagem – As fronteiras entre Paris e Rio de Janeiro*. São Paulo, SP: AnnaBlume.

- Peixoto, C.E. (2007). “Entre o estigma e a compaixão e os termos classificatórios: velho, velhote, terceira idade...” *In*: Lins de Barros, M. (Org.). *Velhice ou Terceira Idade? – Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. 4ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, pp. 69-84.
- Pereira, M.A.G. (2010). “Génese, evolução e tipologia da habitação social no concelho de Coimbra”. *Tese de Mestrado em Geografia – Gestão do Território*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.
- Pereira, P.C. (2011). *Condição humana e condição urbana*. Porto: Edições Afrontamento.
- Pereira, R.R. (2011). “A importância da concepção de sujeito implícita na Ética do Cuidado”. São Paulo, SP, *Winnicott e-Prints*, vol. 6, n. 1, pp. 66-79.
- Pereira Júnior, L.C. (2014). “Mitos da língua: o caso da palavra ‘saudade’”. *International Studies of Law and Education*, nº 18, CEMOrOc-Feusp/IJI-Universidade do Porto, set-dez 2014, pp. 89-92.
- Pérez, S.A.C. (2011). “El cuidado como objetivo político-social, una nueva mirada desde la ética del cuidado”. *Anais do III Congreso Anual de La REPS – Red Española de Política Social*. Pamplona, pp. 1-17.
- Pessoa, F. (1993). “O guardador de rebanhos”. *In*: Pessoa, F. *Poemas de Alberto Caeiro*. 10ª Ed. Lisboa: Ática.
- Pessoa, F. (1997). *Livro dos Desassossegos*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Pimenta, C. (2005). “Apontamentos sobre complexidade e epistemologia nas Ciências Sociais”. *Sobre Interdisciplinaridade*. Caxias do Sul, RS: EDUCS, pp. 1-37.
- Pimentel, L. G. (2008). “Entre o dever e os afectos: os dilemas de cuidar de pessoas idosas”. *VI Congresso Português de Sociologia – Mundos Sociais, Saberes e Práticas*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa.
- Pimentel, L. G.; Albuquerque, C.P. (2010). “Solidariedades familiares e o apoio a idosos. Limites e implicações”. *Textos&Contextos*, Porto Alegre, RS, v. 9, nº 2, ago./dez. 2010, pp. 251-263.
- Pintasilgo, M.de L. (2012). “Cuidar o futuro”. *In*: Pintasilgo, M.de L. *Para um novo paradigma: O mundo assente no cuidado – Antologia de Textos*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 127-139.
- Pocinho, R.; Pais, A.; Santos, E.; Nunes, A.S.; Santos, G. (2013). “Solidão e abandono social na terceira idade”. *In*: Pocinho, R.; Santos, E.; Pais, A.; Pardo, E.N. *Envelhecer hoje – Conceitos e práticas*. Curitiba, PR: Editora Appris, pp. 47-74.
- Pombo, O. (1993). “A interdisciplinaridade como problema epistemológico e como exigência curricular”. *Revista Inovação*, VI, 2, pp. 173-180.
- Pombo, O. (2005). “Interdisciplinaridade e integração dos saberes”. *Liinc em Revista*, v. 1, n. 1, março 2005, pp. 3-15. Disponível em: <http://www.ibict.br/liinc>. Acesso em 20/04/2015.
- Pombo, O. (2013). “Epistemología de la interdisciplinaridad. La construcción de un nuevo modelo de comprensión”. *Interdisciplinar*. México, v.1, n. 1, setembro/dezembro de 2013, pp. 21-49.
- Pontes, M.T.N. (2007). “Polifarmácia no idoso”. *In*: Terra, N.L.; Silva, R. da; Schimidt, O.F. (Orgs.). *Tópicos em geriatria II*. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS.

Portugal, S. (2013). *Família e redes sociais: ligações fortes na produção de bem-estar*. Série Políticas Sociais, Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra. Coimbra: Edições Almedina.

Prado, A. (1991). “Páscoa”. In: Prado, A. *Poesia Reunida*. São Paulo, SP: ARX.

- Q -

Queirós, E. de (2008 [1878]). *O primo Basílio*. São Paulo, SP: Nobel.

Quental, A. de (1991 [1890]). *Tendências gerais da Filosofia na segunda metade do século XIX*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Quintana, M. (1989). “Ah, os relógios!”. In: Quintana: *A cor do invisível*. Rio de Janeiro, RJ: Objetiva.

- R -

Raffestin, C. (2009). “A produção das estruturas territoriais e sua representação”. In: Saquet, M.A.; Sposito, E.S. (Orgs.). *Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos*. São Paulo, SP: Editora Expressão Popular, pp. 17-35.

Ramose, M.B. (2009). “Globalização e *Ubuntu*”. In: Santos, B. de S.; Meneses, M.P. (Orgs.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Almedina, pp. 135-214.

Rebelo, F. (1996). “Condicionalismos físico-geográficos na origem e no desenvolvimento da cidade de Coimbra”. *Actas do 1º Colóquio de Geografia de Coimbra, N° Especial de Cadernos de Geografia*. Coimbra: Departamento de Geografia da Faculdade de Letras, pp. 11-13.

Rebelo, F. (2003). *Riscos Naturais e Acções Antrópicas – Estudos e Reflexões*. 2ª Edição Revista e Aumentada. Coimbra: Imprensa da Universidade.

Rebelo, F. (2012). “Rio Mondego e Coimbra – uma longa e ambivalente ligação”. *Revista Portuguesa de História*, n° 43, t. XLIII, pp. 149-158.

Rebelo, F.; Cunha, L.; Cordeiro, A.M.R. (1986). “Sobre a origem e a evolução actual dos ravinamentos em calcários margosos na área de Condeixa”. *Actas do IV Colóquio Ibérico de Geografia*. Coimbra, pp. 875-882.

Relph, E. (1976). *Place and Placelessness*. Londres: Pion.

Relph, E. (2012). “Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência de lugar”. In: Marandola Jr.; Weerther, H.; Oliveira, L. (Orgs.). *Qual é o espaço do lugar? Geografia, epistemologia, fenomenologia*. São Paulo, SP: Perspectiva.

Rémy, J.; Voyé, L. (1994). *A cidade: Rumo a uma nova definição?* Porto: Edições Afrontamento.

República Portuguesa (2006). “Regime da acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais”. *Decreto-Lei N° 163/2006*. Lisboa: Assembleia da República.

República Portuguesa (2007). *Política de Cidades – POLIS XXI – 2007-2013*. Documentos 1 e 2. Lisboa: Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, Gabinete do Secretário de Estado do Ordenamento do Território e das Cidades. Disponível em: [http://www.dgterritorio.pt/ordenamento\\_e\\_cidades/cidades/polis\\_xxi/](http://www.dgterritorio.pt/ordenamento_e_cidades/cidades/polis_xxi/). Acesso em 04/01/2017.

República Portuguesa (2014). *Portugal 2020 – Acordo de Parceria Portugal 2014-2020*. Disponível em: [https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/1.%20AP\\_Portugal%202020\\_28julho.pdf](https://www.portugal2020.pt/Portal2020/Media/Default/Docs/1.%20AP_Portugal%202020_28julho.pdf). Acesso em: 04/01/2017.

- Ribault, T. (2012). “Cuidadoras domiciliares: que tipo de profissionalização?”. *In*: Hirata, H.; Guimarães, N.A. (Orgs.). *Cuidado e cuidadoras – As várias faces do trabalho do care*. São Paulo, SP: Editora Atlas S.A, pp. 119-132.
- Ribeiro, O. (1946). *Portugal, o Mediterrâneo e o Atlântico*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Rocha, A.L.C. da; Eckert, C. (2008). “Etnografia: Saberes e Práticas”. *Revista Iluminuras*, v. 9, nº 21 – Método e Interpretação na Construção de Narrativas Etnográficas, Porto Alegre, RS, Banco de Imagens e Efeitos Visuais – NUPECS/LAS/PPGAS/IFCH/UFRGS.
- Rocha, J.S. (1998). “Reflexões sobre a regulamentação do rio Mondego”. *Revista Sociedade e Território*, nº 27: “Baixo Mondego. Que futuro?”, Porto: Edições Afrontamento, pp. 8-20.
- Rocha, J.S.; Freitas, H. (1998). “O Rio Mondego. O ambiente fluvial e a sua ecologia”. *Atas do 4º Congresso da Água*. Lisboa: Associação Portuguesa dos Recursos Hídricos.
- Rodrigues, F. De A. (2010). *Cartilha da Memória*. São Paulo, SP: Biblioteca24horas.
- Rodrigues, J.C. (1999). *O corpo na história*. Rio de Janeiro, RJ: Editora FIOCRUZ.
- Rodrigues, J.F. (2014). “O urbano e o rural no Brasil: uma proposta de metodologia de classificação dos municípios”. *Análise Social*, 211, XLIX (2º), pp. 430-457.
- Rolnik, R.; Bonduki, N. (1979). “Periferia da Grande São Paulo. Reprodução do espaço como reprodução da força de trabalho”. *In*: Maricato, E.T.M. (Org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo, SP: Alfa-Ômega, pp. 117-155.
- Rosmaninho, N. (2006). *O poder da Arte – O Estado Novo e a Cidade Universitária de Coimbra*. Coimbra: Imprensa Universitária de Coimbra.
- Rosmaninho, N. (2014). “Cidade Universitária de Coimbra. Património e exaltação”. *Revista Portuguesa de História*, nº 45, pp. 629-646.
- Rossa, W. (2006). “A Sofia. Primeiro episódio da reinstalação moderna da Universidade portuguesa”. *Monumentos – Revista Semestral de Edifícios e Monumentos*, nº 25, setembro de 2006, pp. 16-23.
- Rossa, W. (2015). *Fomos condenados à cidade – Uma década de estudos sobre patrimônio urbanístico*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- Rua, J. (2006). “Urbanidades no rural: o dever de novas territorialidades”. *Campo-território: Revista de Geografia Agrária*, Uberlândia, MG, v. 1, n. 1, p.82-106, fev. 2006. Disponível em <http://www.seer.ufu.br/index.php/campoterritorio/article/viewFile/11781/6895>. Acesso em 23/06/2016.

- S -

Sá, G. (2013). *No mesmo galho: antropologia de coletivos humanos e animais*. Rio de Janeiro, RJ: 7 Letras.

Saffioti, H.I.B. (2007). *Gênero, patriarcado, violência*. São Paulo, SP: Editora Fundação Perseu Abramo.

Salem, T. (1980). *O velho e o novo – Um estudo de papéis e conflitos familiares*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.

Salgado, C.D.S. (2002). “Mulher idosa: a feminização da velhice”. *Estudos Interdisciplinares sobre o Envelhecimento*, Porto Alegre, RS, v. 4, pp. 7-19.

- Salgueiro, T.B. (2001). "Paisagem e Geografia". *Finisterra*, XXXVI, 72, pp. 37-53.
- Sampson, A. (s/d). *¿Qué es la Psicología Cultural?* Disponível em: <http://psicologiacultural.org/Pdfs/Materiales/Que%20es%20la%20Psicologia%20Cultural.pdf>. Acesso em 20/05/2016.
- Sánchez, H.Á. (2009). "Periurbanización y espacios rurales en la periferia de las ciudades". *Revista Estudios Agrarios*, nº 41, Procuraduría Agraria, México, pp. 93-123.
- Santana, P. (1996). "Mobilidades e organização do espaço urbano de Coimbra". *Actas do 1º Colóquio de Geografia de Coimbra, N° Especial de Cadernos de Geografia*. Coimbra: Departamento de Geografia da Faculdade de Letras, pp. 57-66.
- Santana, P. (1998). "Génese e desenvolvimento da habitação social em Coimbra". *Cadernos de Geografia*, nº 17, Coimbra: FLUC, pp. 195-201.
- Santana, P.; Costa, C.; Santos, R.; Loureiro, A. (2010). "O papel dos Espaços Verdes Urbanos no bem-estar e saúde das populações". *Revista Estudos Demográficos*, nº 48, pp. 5-33.
- Santos, B. de S. S. (1984). "Para uma concepção marxista do marxismo". In: Mozzicafreddo, J. (Sel.). *Os caminhos da liberdade: da idade da razão à idade da revolta*. Lisboa: Espaço-Tempo, pp. 115-125.
- Santos, B. de S. (1999). *Pela mão de Alice – O social e o político na pós-modernidade*. 7ª edição. Porto: Edições Afrontamento.
- Santos, B. de S. (2001). "A solidariedade não é palavra vã". In: Santos, B. de S.S. *A cor do tempo quando foge – Crônicas 1985-2000*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 93-97.
- Santos, B. de S. (2002). *A crítica da razão indolente: contra o desperdício da experiência*. Vol. I: "Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática". 4ª ed. São Paulo, SP: Cortez.
- Santos, B. de S. (2011). "A encruzilhada da universidade europeia". *Revista Ensino Superior*, n. 41, julho-agosto-setembro 2011.
- Santos, L. dos. (1983). *Planos de urbanização para a cidade de Coimbra*. Coimbra: Museu Machado de Castro. Programa "Coimbra antiga e a vivificação dos Centros Históricos"
- Santos, M. (2002b). "Revelações do território globalizado". In: Santos, M. *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo, SP: PubliFolha, pp. 98-101.
- Santos, M. (2002c). *A natureza do espaço*. São Paulo, SP: EDUSP.
- Santos, M. (2002d). "Guerra dos lugares". In: Santos, M. *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo, SP: PubliFolha, pp. 87-89.
- Santos, M. (2002e). "Elogio da lentidão". In: Santos, M. *O país distorcido: o Brasil, a globalização e a cidadania*. São Paulo, SP: PubliFolha, pp. 162-166.
- Santos, M. (2004). *Por uma Geografia Nova: Da Crítica da Geografia a uma Geografia Crítica*. São Paulo, SP: EDUSP.
- Santos, M. (2004b). "Milton Santos". In: Garcia, E.B.; Almeida, M. De. (Eds.). *Entrevistas Contemporâneas*. São Paulo, SP: SESC São Paulo; Editora Lazuli, pp. 54-66.
- Santos, M. (2008). *O centro da cidade do Salvador*. 2ª ed. São Paulo, SP; Salvador, BA: Editora da Universidade de São Paulo e Edufba.

- Saquet, M.A. (2005). “Entender a produção do espaço geográfico para compreender o território”. In: Sposito, E.S. (Org.). *Produção do espaço e redefinições regionais: a construção de uma temática*. Presidente Prudente, SP: UNESP/Gas-PERR, pp. 35-52.
- Saquet, M.A. (2006). “Campo-território: considerações teórico-metodológicas”. *Revista de Geografia Agrária*, v. 1, n. 1, fev. 2006, pp. 60-81.
- Saquet, M.A. (2009). “Por uma abordagem territorial”. In: Saquet, M.A.; Sposito, E.S. (Orgs.). *Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos*. São Paulo, SP: Editora Expressão Popular, pp.73-94.
- Saquet, M. A. (2011). *Por uma geografia das territorialidades e temporalidades: uma concepção multidimensional voltada para a cooperação e para o desenvolvimento territorial*. São Paulo, SP: Outras Expressões.
- Saquet, M.A. (2013). *Abordagens e concepções de território*. São Paulo, SP: Outras Expressões.
- Saramago, J. (1995). *Ensaio sobre a cegueira*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Saramago, J. (2009). *O caderno*. São Paulo, SP: Companhia das Letras.
- Saramago, J. (2009b). “Questão de cor”. In: *Outros Cadernos de Saramago*. Lisboa: Fundação José Saramago. Disponível em: <http://caderno.josesaramago.org/32520.html>. Acesso em 19/03/2017.
- Sarlet, I.W.; Molinaro, C.A. (2012). “Dignidade humana: historicidade, paradoxos e perplexidades”. In: Pozzebon, F.D. de A.; Ávila, G.N. de. (Orgs.). *Crime e Interdisciplinaridade – Estudos em homenagem à Ruth M. Chittó Gauer*. Porto Alegre, RS: EdiPUCRS, pp. 199-236.
- Sasaki, R.K. (1999). *Inclusão: Construindo uma sociedade para todos*. Rio de Janeiro, RJ: WVA.
- Sawaia, B. (2001). “Introdução: Exclusão ou Inclusão Perversa?” In: Sawaia, B.(Org.). *As artimanhas da exclusão – Análise psicossocial e ética da exclusão*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Scherer, R. (1993). “Apresentação”. In: Le Corbusier. *A Carta de Atenas*. São Paulo, SP: IIUCITEC, EDUSP, Estudos Urbanos. Tradução: Rebeca Scherer.
- Scott, J.W. (1995). “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. *Educação & Realidade*. Porto Alegre, RS, vol. 20, n. 2, jul-dez/1995, pp. 71-99.
- Seabra, M.J. (2003). “Liceu Infanta D. Maria, de Coimbra”. In: Nóvoa, A.; Santa-Clara, A.T. (Coords.). *Liceus de Portugal – Histórias, arquivos e memórias*. Lisboa: Edições ASA, pp. 203-222.
- Seifert, P.A. (2012). *Epistemologia das ciências sociais*. 1ª ed., rev. Curitiba, PR: IESDE Brasil.
- Serpa, A. (2016). “Segregação, território e espaço público na cidade contemporânea”. In: Vasconcelos, P. De A.; Corrêa, R.L.; Pintaudi, S.M. (Orgs.). *A cidade contemporânea – Segregação espacial*. São Paulo, SP: Editora Contexto, pp. 169-188.
- Serra, J.M.P. (2008). *Filosofia e Ciência*. Coleção Artigos LusoSofia. Covilhã: Universidade da Beira Interior.
- Shopenhauer, A. (2009). *A arte de escrever*. Coleção L&PM Pocket, vol. 479. Porto Alegre, RS: L&PM. Tradução, organização, prefácio e notas de Pedro Süsskind.
- Silva, M.A.L. da; Madeira, S. (2009). *Repúblicas Universitárias de Coimbra*. Coimbra: Câmara Municipal de Coimbra.

- Silva, M.C. (2012). *Sócio-anthropologia rural e urbana – Fragmentos da sociedade portuguesa (1960-2010)*. Porto: Edições Afrontamento.
- Silvano, F. (2007). *Antropologia do espaço: uma introdução*. Oeiras: Celta Editora.
- Simmel, G. (2006). *Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade*. Rio de Janeiro, RJ: Jorge Zahar Editora. Tradução de Pedro Caldas.
- Simões, J.A. (2007). “A maior categoria do país: O aposentado como ator político”. In: Barros, M.M.L. de. (org.). *Velhice ou Terceira Idade? – Estudos antropológicos sobre identidade, memória e política*. 4ª edição. Rio de Janeiro, RJ: Editora Fundação Getúlio Vargas, pp. 13-34.
- Simões, J.F.; Braz, M.; Gouveia, P.H. de; Bispo, R.; Lorena, M.J. (2010). *Uma casa para a vida – Aplicação do design inclusivo à habitação*. Lisboa: Instituto Nacional para a Reabilitação, I.P.
- Simões, L.M. da C. (2008). “Cidade Jardim em Coimbra: Bairro Norton de Matos e Solum”. *Prova Final em Licenciatura em Arquitetura*. Coimbra: Departamento de Arquitetura, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.
- Simões Júnior, J.G.; Campos, C.M. (2013). “Permanências do urbanismo de colina como tradição luso-brasileira: os casos de Salvador e de São Paulo”. *Urbe. Revista Brasileira de Gestão Urbana* (Brazilian Journal of Urban Management), v. 5, n. 1, jan-jun/2013, pp. 47-69.
- Singly, F. De (2007). *Sociologia da família contemporânea*. Tradução de Clarice Ehlers Peixoto. Rio de Janeiro, RJ: Editora FGV.
- Siqueira, M. D. De (2014). “‘Vivendo bem até mais que 100!’ – envelhecimento, saúde e políticas públicas para idosos no Brasil”. *Tese de Doutorado em Antropologia Social*. Porto Alegre, RS: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- Soares, A. (2012). “As emoções do *care*”. In: Hirata; H.; Guimarães, N.A. (Orgs.). *Cuidado e cuidadoras – As várias faces do trabalho do care*. São Paulo, SP: Editora Atlas S.A, pp. 44-60.
- Soares, A.J. (2007). “Considerações sobre a origem da filosofia”. *Revista Direito e Liberdade*. Mossoró, RN, v. 6, n. 2, pp. 61-68, jan/jun 2007.
- Solls, C.V. (2009). *Culturas del cuidado en transición – Espacios, sujetos e imaginarios en una sociedad de migración*. Barcelona: Editorial UOC.
- Sousa, J.P. de. (2009). “O Estado Novo de Salazar como um Fascismo de Cátedra. Fundamentação histórica”. *Storicamente*, Bologna, v. 5, n. 28. Disponível em: <http://storicamente.org/estado-novo-como-fascismo-de-catedra>. Acesso em 09/08/2016.
- Souza, M.L. (2009). “‘Território’ da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental”. In: Saquet, M.A.; Sposito, E.S. (Orgs.). *Territórios e Territorialidades: Teorias, Processos e Conflitos*. São Paulo, SP: Editora Expressão Popular, pp. 57-72.
- Sposito, M.E.B. (2016). “Segregação socioespacial e centralidade urbana”. In: Vasconcelos, P. de A.; Corrêa, R.L.; Pintaudi, S.M. (Orgs.). *A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo, SP: Contexto, pp. 61-93..
- Story, M.F. (2011). “Principles of Universal Design”. In: Preiser, W.F.E.; Ostroff, E. (Orgs.), *Universal Design Handbook*. 2ª ed. Nova Iorque: McGraw-Hill Professional, pp. 4.3-4.11.

Story, M.F.; Mueller, J.L.; Mace, R. L. (1998). *The Universal Design File: Designing for people of all ages and abilities*. Carolina do Norte: North Caroline State University, Center for Universal Design, Raleigh. Disponível em: <http://eric.ed.gov/?id=ED460554>. Acesso em 27/08/2016.

Strathern, M. (2014). *O efeito etnográfico e outros ensaios*. São Paulo, SP: Cosac Naify. Tradução de Iracema Dulley, Jamille Pinheiro e Luísa Valentini.

Suertegaray, D.M.A. (2001). “Espaço geográfico uno e múltiplo”. *Revista Scripta Nova*, Barcelona, n. 93, 15 de julho de 2001. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-93htm>> Acesso em 28/07/2016.

Szpacenkopf, M.I.O. (2009). “Igualdade e reconhecimento: princípios para uma ética do cuidado”. *In: Maia, M.S. (Org.). Por uma ética do cuidado*. Rio de Janeiro, RJ: Garamond.

- T -

Tajfel, H. (1981). *Grupos humanos e categorias sociais*. Lisboa: Livros Horizonte.

Tavares, R.C. (2014). “O sentimento de pertencimento social como um direito universal”. *Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas*, vol. 15, n° 106, jan-jun 2014, Florianópolis, SC, pp. 179-201.

Tedesco, S.H.; Sade, C.; Caliman, L.V. (2013). “A entrevista na pesquisa cartográfica: a experiência do dizer”. *Fractal – Revista de Psicologia*, vol. 25, n. 2, maio-agosto/2013, pp. 299-322.

Teixeira, C.M. (2009). “As mulheres no mundo do trabalho. Ação social das mulheres no setor fabril, para a ocupação e democratização dos espaços públicos e privados”. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, vol. 25, n. 2, abr-jun/2009, pp. 237-244.

Thiollet, M. (1998). “Maio de 1968 em Paris – testemunho de um estudante”. *Tempo Social. Revista de Sociologia*. USP. São Paulo, SP, 10(2): 63-100. Outubro de 1998.

Torgal, L.R. (1998). *A Universidade e o Estado Novo. 1926-1960*. Coimbra: Livraria Minerva.

Trabut, L.; Weber, F. (2012). “Como tornar visível o trabalho das cuidadoras domiciliares? O caso das políticas em relação à dependência na França”. *In: Hirata, H.; Guimarães, N.A. (Orgs.). Cuidado e cuidadoras – As várias faces do trabalho do care*. São Paulo, SP: Editora Atlas S.A, pp. 133-147.

Trigal, L.L. (Diretor); Fernandes, J.A.R.; Sposito, E.S.; Figuera, D.T. (Coords.) (2015). *Diccionario de Geografía aplicada y profesional – Terminología de análisis, planificación y gestión del territorio*. León: Universidad de León.

Tronto, J. (1997). “Mulheres e cuidados: o que as feministas podem aprender sobre a moralidade a partir disso?”. *In: Jaggat, A.M.; Bordo, S.R.B. (Eds.). Gênero, corpo, conhecimento*. Tradução de Britta Lemos de Freitas. Rio de Janeiro, RJ: Record: Rosa dos Ventos, pp. 186-203.

Tronto, J. (2007). “Assistência democrática e democracias assistenciais”. *Sociedade e Estado*. Brasília, DF, v. 22, n. 2, maio-agosto/2007, pp. 285-308.

Tronto, J. (2009). *Un monde vulnérable – pour une politique du care*. Paris: Éditions La Découverte.

Truninger, M. (2010). *O Campo vem à Cidade: Agricultura biológica, mercado e consumo sustentável*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa.



Truninger, M. (2013). “A cidade e o campo: novas visões e novas paisagens”. *In: Seixas, J. A cidade na encruzilhada – Repensar a cidade e a sua política*. Porto: Edições Afrontamento, pp. 61-62.

Truninger, M. (2014). “A cidade e o campo: memórias e práticas alimentares de um grupo de consumidores urbanos”. *In: Baudin, G.; Vaz, D.M. (Orgs.). Transação territorial: Novas relações cidade-campo*. Vila Nova de Famalicão: Edições Húmus, pp. 61-74.

Tuan, Y. (1980). *Topofilia – Um Estudo da Percepção, Atitudes e Valores do Meio Ambiente*. São Paulo, SP: DIFEL.

Turri, E. (2000). “Il paesaggio racconta”. *Ensaio apresentado na Convenção da Fundação Osvaldo Piacentini*, Reggio Emilia, março 2000. Disponível em [http://www.ocs.polito.it/biblioteca/articoli/turri\\_1.pdf](http://www.ocs.polito.it/biblioteca/articoli/turri_1.pdf). Acesso em 28/07/2016.

- V -

Vasconcelos, P. de A. (2013). “Contribuição para o debate sobre processos e formas socioespaciais nas cidades”. *In: Vasconcelos, P. de A.; Corrêa, R.L.; Pintaudi, S.M. A cidade contemporânea: segregação espacial*. São Paulo, SP: Contexto, pp. 17-37.

Vaz, E. (2008). *A velhice na primeira pessoa*. Penafiel: Editorial.

Veiga, C.; Santos, L.M. dos. (2012). “O caso de Coimbra”. *In: Lobo, M. da C.; Simões Júnior, J.G. (Orgs.). Urbanismo de colina – Uma tradição luso-brasileira*. São Paulo, SP: Universidade Presbiteriana Mackenzie, pp. 375-427.

Veiga, M.R.M. (2014). “Legislação da União Europeia para o Envelhecimento”. *Revista Debater a Europa*. nº 11, julho/dezembro 2014 – Semestral, Aveiro/Coimbra, Centro de Informação Europe Direct de Aveiro e Centro de Estudos Interdisciplinares do Século XX, Gabinete em Portugal do Parlamento Europeu e Representação da Comissão Europeia em Portugal, pp. 373-394. ISSN 1647-6336.

Veiga, M.R.M.; Cordeiro, A.M.R.; Ferreira, S.C.M. (2014). “Qualidade de vida, território e aprendizagem ao longo da vida na velhice”. *Cadernos de Geografia*, nº 33, Coimbra, FLUC, pp. 213-219. ISSN 0871-1623

Veiga, M.R.M.; Cordeiro, A.M.R.; Ferreira, S.C.M.; Siqueira, M.D. de S. (2016). “Velhices e territórios: olhares interdisciplinares”. *Proceedings of the International Congress on Interdisciplinarity in Social and Human Sciences*. Faro: Universidade do Algarve, pp. 559-566.

Veiga-Neto, A. (2014). “Anotações sobre a escrita”. *In: Oliveira, A.; Araújo, E.; Bianchetti, L. (Orgs.). Formação do Investigador: reflexões em torno da escrita/pesquisa/autoria e a orientação*. Braga, Portugal e Florianópolis, SC: Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho e Centro de Ciências da Educação, pp. 62-73.

Velho, G. (1978). “Observando o familiar”. *In: Nunes, E. de O. (Org.). A aventura sociológica – Objetividade, paixão, improviso e método na pesquisa social*. Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores, pp. 36-46.

Velho, G. (1980). “O antropólogo pesquisando em sua cidade: sobre conhecimento e heresia”. *In: Velho, G. (Coord.). O desafio da cidade: novas perspectivas da antropologia brasileira*. Rio de Janeiro, RJ: Campus, pp. 13-21.

Velho, G. (2003). *Subjetividade e sociedade: uma experiência de geração*. 4ª ed., Rio de Janeiro, RJ: Zahar Editores.

Velho, G. (2009). “Antropologia Urbana – Encontro de tradições e novas perspectivas”. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n. 59, pp. 11-18.

Velloso, N. (2008). *A questão da participação: fragmento, parte e todo*. Disponível em: <http://acidadesoueu.blogspot.pt/2008/08/fotografia.html>. Acesso em 15/01/2016.

Viaro, M.E. (2015). “Desabafar – Etimologia”. In: Trevisan, R. (Coord.). *Michaellis Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa* (Online). Disponível em: <http://michaelis.uol.com.br/moderno-portugues>. Acesso em: 16/10/2017.

Viegas, S. de M.; Gomes, C.A. (2007). *A Identidade na Velhice*. Coleção Idade do Saber, n° 7, Lisboa: Ambar.

Vieira, A.G.; Henriques, M.R. (2014). “A construção narrativa da identidade”. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. 27(1), pp. 163-170.

Vieira, C.M.C. (1995). “Investigação Quantitativa e Investigação Qualitativa – Uma abordagem comparativa”. *Relatório de uma aula teórico-prática*, no âmbito das Provas de Aptidão Pedagógica e Capacidade Científica. Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade de Coimbra.

Vieira, C.M.C. (1999). “A credibilidade da investigação científica de natureza qualitativa: Questões relativas à sua fidelidade e validade”. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, Ano XXXIII, , n° 2, pp. 89-116.

Villaça, F. (2000). *Espaço intra-urbano no Brasil*. 2ª edição. São Paulo, SP: Studio Nobel, FAPESP e Lincoln Institute.

- W -

Wanderley, M.N.B. (1996). “A ruralidade no Brasil moderno: por um pacto social pelo desenvolvimento rural”. *Anais do Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, MG.

Wanderley, M.N.B. (2004). “Identidade social e espaço de vida”. In: Wanderley, M.N.B. (Org.). *Globalização e desenvolvimento sustentável: dinâmicas sociais rurais no nordeste brasileiro*. São Paulo, SP: Polis; Campinas, SP: Ceres, UNICAMP.

- Z -

Zatti, V. (2007). *Autonomia e Educação em Immanuel Kant e Paulo Freire*. Porto Alegre, RS: EDIPUCRS.

Zimmerman, G.I. (2000). *Velhice – Aspectos Biopsicossociais*. Porto Alegre, RS: Artmed.

## FONOGRÁFICAS

- A -

Antunes, A. (2008). Inclassificáveis [Gravada por Ney Matogrosso]. *On: Matogrosso, N. Inclassificáveis* [CD]. Rio de Janeiro, RJ: EMI Music.

Arcade Fire (2013). We exist. *On: Arcade Fire. Reflektor* [CD]. Los Angeles, CA: Virgin Records.

- B -

Buarque, C. (1978). Tanto mar [Gravada por Chico Buarque]. *On: Buarque, C. Chico Buarque* [LP]. Rio de Janeiro, RJ: Philips Records.

- C -

Campos, A. de (1995). cidade/city/cité [Oralização de Augusto de Campos]. *On: Campos, A. de. Poesia é risco* [CD]. São Paulo, SP: PolyGram/Mercury.

**- D -**

Dorsal Atlântica (1988). Velhice. *On.* Dorsal Atlântica. *Dividir e Conquistar* [LP]. Rio de Janeiro, RJ: Heavy Discos.

**- L -**

Lenine. (2008). O Céu é muito [Gravada por Lenine]. *On.* Lenine. *Labiata* [CD]. Rio de Janeiro, RJ: Universal Music.

Lenine e Rennó, C. (2011). Isso é só o começo [Gravada por Lenine]. *On.* Lenine. *Chão* [CD]. Rio de Janeiro, RJ: Universal Music.

**- N -**

Nascimento, M. e Veloso, C. (1982). As várias pontas de uma estrela [Gravada por Milton Nascimento e Caetano Veloso]. *On.* Nascimento, M. *Ánimã* [CD]. Rio de Janeiro, RJ: Ariola/Barclay.

**- P -**

Prates, G. (1981). A rua de baixo [Crônica narrada por Nelson Dantas]. *On.* Moura, T. *Cabaret Mineiro* [LP]. Rio de Janeiro, RJ: EMI/Odeon.

**- V -**

Vanzolini, P. (1981). Tempo e espaço [Gravada por Paulo Vanzolini]. *On.* Vanzolini, P. *Paulo Vanzolini por ele mesmo* [CD]. São Paulo, SP: Eldorado.

**PICTOGRÁFICAS**

**- C -**

Coelho, H. (2011). *Velhos Amigos*. Óleo sobre tela, 50cmX60cm.

**SITES**

**- A -**

Ageing@Coimbra: [www.ageingcoimbra.pt](http://www.ageingcoimbra.pt).

Associação Académica de Coimbra: [academica.pt](http://academica.pt).

**- B -**

Banco de Tempo: [www.bancomdetempo.net](http://www.bancomdetempo.net)

Base de Dados Portugal Contemporâneo: [www.pordata.pt](http://www.pordata.pt)

**- C -**

Câmara Municipal de Coimbra: <https://www.cm-coimbra.pt>

CES Summer School: [www.ces.pt/cessummerschool](http://www.ces.pt/cessummerschool)

Cidades Educadoras: [cidadeseducadoras.org.br](http://cidadeseducadoras.org.br)

Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra: [cim-regiaodecoimbra.pt](http://cim-regiaodecoimbra.pt)

- D -

Direção-Geral do Património Cultural: [www.patrimoniocultural.gov.pt](http://www.patrimoniocultural.gov.pt)

Direção Regional de Agricultura e Pescas do Centro: [http://www.drapc.min-agricultura.pt/base/regiao\\_centro.htm](http://www.drapc.min-agricultura.pt/base/regiao_centro.htm).

- E -

Escola Secundária José Falcão: [esjf.edu.pt](http://esjf.edu.pt)

- F -

Falling Rain Software: [www.fallingrain.com/world/PO/07/Casal\\_do\\_Lobo.html](http://www.fallingrain.com/world/PO/07/Casal_do_Lobo.html)

Fundos Europeus Estruturais e de Investimento: [https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/european-structural-and-investment-funds\\_pt](https://ec.europa.eu/info/funding-tenders/european-structural-and-investment-funds_pt)

- I -

Instituto Nacional de Estatística: <https://www.ine.pt>

Instituto Nacional para a Reabilitação: [www.inr.pt](http://www.inr.pt)

- J -

Jornal Público: <http://www.publico.pt>

Jornal O Globo: <http://www.oglobo.globo.com>

Junta de Freguesia de Santo António dos Olivais: <https://jfsao.pt>

Junta de Freguesia de Torres do Mondego: [www.torresdomondego.eu](http://www.torresdomondego.eu)

- M -

Museu Machado de Castro: [www.museumachadodecastro.pt](http://www.museumachadodecastro.pt)

- P -

Programa de Desenvolvimento Rural 2014-2020 – PDR2020: [www.pdr-2020.pt](http://www.pdr-2020.pt)

- R -

Rés-do-Chão: <http://resdochao.org>

- S -

Serviços de Ação Social da Universidade de Coimbra: <https://www.uc.pt/sasuc>.

Serviços Municipalizados de Transportes Urbanos de Coimbra – SMTUC: [www.smtuc.pt](http://www.smtuc.pt)

Sistema de Metainformação do Instituto Nacional de Estatística – <http://smi.ine.pt>

Souselas e Botão – União de Freguesias: <http://www.ufsouselasbotao.pt>

- U -

URBACT - <http://urbact.eu/#>



**- APÊNDICES -**





## APÊNDICE I

- Imagens do rural no Rio Grande do Sul, Brasil -





Região do Pampa Gaúcho, Vila Nova do Sul, Rio Grande do Sul, Brasil.



## APÊNDICE 2

- Roteiro das Entrevistas I: “Inquérito de caracterização dos/as participantes, agregado familiar (se houver), moradia e entorno” -



UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO INTERDISCIPLINAR  
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DO SÉCULO XX  
DOUTORAMENTO EM ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS  
**INQUÉRITO DE CARACTERIZAÇÃO DOS/AS PARTICIPANTES, AGREGADO  
FAMILIAR (se houver), MORADIA E ENTORNO**<sup>371</sup>

**OBJETIVO:** Traçar um perfil dos participantes (pessoas com 65 anos ou mais) por território, bem como de seu agregado familiar (se houver), sua moradia e entorno, destacando aspectos comuns e distintos entre eles, a partir de suas próprias percepções.

Local da Pesquisa: ( ) “Alta” ( ) “Solum” ( ) “Botão” ( ) “Casal do Lobo”

**CARACTERIZAÇÃO DO/A PARTICIPANTE**

1. Sexo: ( ) homem ( ) mulher
2. Qual a sua idade?.....
3. Onde nasceu? (Aldeia, cidade, distrito, país)  
.....
4. Qual seu estado civil? .....
5. Frequentou a escola?
  - a. Se sim, que ano de escolaridade possui?
6. Possui qualificação profissional?
  - a. Se sim, qual?
7. Qual a sua última profissão?
8. Atualmente, desenvolve alguma atividade profissional?
  - a. Se sim, qual?
9. Possui rendimentos próprios?
  - a. Se sim, estes rendimentos são provenientes de qual condição (aposentadoria, pensão, salário, outro)?
  - b. Se não, quem o/a mantém?
  - c. Recebe ajuda financeira?
    - i. Se sim, de quem?

**CARACTERIZAÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR**

10. Quantas pessoas vivem consigo?

---

<sup>371</sup> Instrumento elaborado a partir de modelo utilizado pela Professora Sónia Cristina Mairos Ferreira.

11. Quem são estas pessoas (grau de parentesco/afinidade)?
12. Quem é a pessoa responsável pelo agregado familiar e despesas da casa?
  - a. O que ela faz (trabalho/estudo)?
  - b. Se não é o responsável pelo agregado familiar, até que ponto preocupa-se com as despesas de casa?
13. O que fazem as demais pessoas do agregado familiar?

### **CARACTERIZAÇÃO DA HABITAÇÃO DO/A PARTICIPANTE E SEU ENTORNO**

14. Descreva-me sua moradia.
  - a. Tipologia da moradia: Casa? Apartamento?
  - b. Tipo de prédio?
  - c. Qual andar/piso?
  - d. Quantos quartos?
15. Sua residência possui:
  - a. Escadas?
  - b. Elevador?
  - c. Água?
    - i. Se sim, durante todo o ano?
    - ii. Se não, como faz para conseguir?
  - d. Energia elétrica?
    - i. Se não, como faz?
  - e. Energia a gás?
    - i. Se não, como faz?
  - f. Energia a lenha?
  - g. Aquecimento?
    - i. Se não, como faz?
  - h. Casa de banho?
    - i. Se não, como faz?
  - i. Banheira?
  - j. Poliban?
  - k. Área verde?
  - l. Sacada/varanda?

16. Sua casa é própria? Alugada? Empréstada/cedida?
17. Há quanto tempo vive cá?
18. Antes de viver cá, onde vivia? Com quem?



19. Por que veio morar aqui?
20. Quem é/são o/s responsável/eis pela limpeza e organização da casa?
  - a. Recebe ajuda de alguém (empregado/a, voluntário/a, parente, amigo/a, serviço social)?
21. Quem é/são o/s responsável/eis pelas compras e manutenção da casa?
  - a. Recebe ajuda de alguém (voluntário/a, parente, amigo/a, serviço social)?
22. Quem é/são o/s responsável/eis pelo preparo das refeições?
  - a. Recebe ajuda de alguém (empregado/a, voluntário/a, parente, amigo/a, serviço social)?
23. Como se sente nesta casa?
24. Em que lugar da casa sente-se melhor? Por quê?
25. Onde morou na juventude?
  - a. O que se lembra dos sítios onde morou?
  - b. Onde esteve melhor? E pior? Porquê?
  - c. Onde teve mais dificuldade em adaptar-se? E menos dificuldade?
26. Que características teria uma moradia que, a seu ver, fosse aceitável?
  - a. E se pudesse escolher uma moradia sem quaisquer restrições, onde o escolheria e como seria?
27. Descreva-me a rua/bairro onde vive.
  - a. Que serviços possui?
    - i. Correio?
    - ii. Mercado?
    - iii. Frutaria?
    - iv. Serviços de Saúde?
    - v. Estruturas de apoio social? Centro de Dia? Clube?
    - vi. Igreja?
    - vii. Paragem de autocarro?
    - viii. Paragem de táxi?
28. Que serviços de transporte utiliza?
  - a. Autocarro?
  - b. Táxi?
  - c. Apoio dos bombeiros?
  - d. Táxi? Tem apoio de um taxista conhecido?
  - e. Transporte próprio? Quem conduz?

f. Transporte de outra pessoa – familiar, vizinho, amigo, voluntário?

29. Nas proximidades de sua casa (ou na rua/bairro) existem espaços verdes e de lazer?

a. Se sim, estes espaços são externos (praças, parques) ou internos?

i. Algum destes espaços tem cobertura (telhado)?

ii. O acesso a estes locais é livre?

iii. Já frequentou (ou frequenta) algum destes locais?

iv. Se sim, o que lá fez?

v. Como sentiu-se?

30. Costuma passear pela rua/bairro?

a. Se sim, onde costuma ir?

31. Qual/is o/s lugar/es que mais gosta de ir? Por quê?

32. O que pensa da rua/bairro onde mora?

a. O que há de positivo?

b. O que poderia melhorar?

c. Sente-se seguro/a no local onde vive?

i. Em casa?

ii. Na rua?

iii. No bairro?

iv. Na cidade?

33. Se pudesse escolher, onde viveria (rua, bairro, cidade, distrito, país)?

34. Onde se imagina a viver daqui a 1 ano?

a. E daqui a médio prazo?

b. E com quem?

## APÊNDICE 2

- Roteiro das Entrevistas I: “Entrevista sobre a relação de pessoas com 65 anos ou mais e os territórios onde vivem” -



UNIVERSIDADE DE COIMBRA  
INSTITUTO DE INVESTIGAÇÃO INTERDISCIPLINAR  
CENTRO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES DO SÉCULO XX  
DOUTORAMENTO EM ESTUDOS CONTEMPORÂNEOS  
**ENTREVISTA SOBRE A RELAÇÃO DE PESSOAS COM 65 ANOS OU MAIS E OS  
TERRITÓRIOS ONDE VIVEM**

**OBJETIVO:** Analisar as relações (dificuldades, acessibilidades, sociabilidades e estratégias) de pessoas com 65 anos ou mais nos territórios onde vivem e por onde circulam em diferentes territórios do Concelho de Coimbra: “Alta” do Centro Histórico de Coimbra, “Solum”, “Botão” e “Casal do Lobo”.

### **QUOTIDIANO DO/A PARTICIPANTE**

1. O que costuma fazer durante o dia?

a. Descreva-me um dia típico na sua vida, desde que se levanta até ir deitar-se (opção: Descreva-me o dia de ontem)

b. E aos sábados e domingos?

i. Existem diferenças importantes entre os dias da semana e os dias de fim de semana?

ii. Se sim, quais?

c. O que mais gosta de fazer? Tem alguma atividade preferida?

2. Sua rotina é alterada em alguma época do ano:

a. Em dias mais frios?

b. Em dias mais quentes?

c. Em dias chuvosos?

d. Em dias festivos?

3. Sente alguma dificuldade na realização de alguma tarefa/atividade?

a. Se sim, qual?

b. Procura resolvê-la?

i. Se sim, como faz?

4. Precisa de ajuda para realizar alguma atividade/tarefa em casa?

a. Se sim, que tipo de dificuldade?

b. Conta com ajuda de alguém? De quem?

5. Possui algum animal de estimação?

a. Se sim, qual/is?

- b. O que faz com ele/a?
  - c. Desde quando o possui?
  - d. Como se sente em relação a ele/a?
6. Costuma sair (ou sai eventualmente)?
- a. Se sim, onde costuma ir?
  - b. Com quem?
    - i. Se acompanhado, gosta da companhia?
  - c. Como se sente, quando sai?
7. Que lugares gosta mais de ir?
8. Existe outro lugar da cidade, mais distante de sua casa, que gosta de frequentar?
- a. Se sim, o que há de positivo neste lugar?
  - b. O que faz dele um lugar agradável?
  - c. Com quem lá vai?
  - d. O que lá faz?
  - e. Como se sente lá?
9. Encontra dificuldades em sair de casa?
- a. Se sim, quais?
    - i. Procura resolvê-las?
    - ii. Se sim, como faz?
10. Precisa (e/ou utiliza) de auxílio para sair de casa?
- a. Se sim, qual/is? (Uso de bengalas, muletas, andador, cadeira de rodas, acompanhante)?
11. Costuma ir ao banco?
- a. Se sim, costuma ir sozinho ou acompanhado?
  - b. Precisa de ajuda para realizar operações bancárias?
    - i. Se sim, que o/a auxilia?
12. Como se sente em relação à sua saúde?
- a. Tem algum problema de saúde?
    - i. Se sim, como o trata?
    - ii. Toma algum medicamento?
    - iii. Quem controla a administração deste/s medicamento/s (horário, dosagem)?
13. Sente-se bem com a vida que leva ou gostaria de mudar algumas coisas na sua vida?
- a. Se pudesse mudar alguma coisa no seu dia-a-dia, o que mudaria? Por quê?
  - b. Há alguma coisa de que tem medo?

- i. Se sim, de quê?
  - b. O que faz para resolver esta situação?
- 14. Há algo que deseje muito? O que?

## **SOCIABILIDADE, FAMÍLIA E VIZINHANÇA**

- 15. Se sempre viveu em Coimbra, com quem se dava na infância e juventude?
  - a. Se não viveu sempre em Coimbra, conhecia alguém (família, amigos...) nesta cidade antes de vir para cá?
- 16. Por que veio para Coimbra?
  - a. Com quem veio?
  - b. E, agora, conhece muitas pessoas?
- 17. Como caracteriza a sua vida, hoje?
  - a. Mantém relações próximas com alguém? Com quem?
  - b. Faz parte de algum grupo de amigos/as?
  - c. Costuma passear por esta zona?
  - d. E noutra(s) zona(s) da cidade?
    - i. Qual(ais)?
- 18. Conhece seus/as vizinhos/as?
- 19. Mantém relações com eles/as?
  - a. Se sim, como são estas relações? (Amizade, entre-ajuda, conflituosas...)
    - i. O que fazem juntos?
  - b. Tem algum/a vizinho/a com o qual se relaciona melhor?
  - c. E algum vizinho com quem não se dá bem (ou muito bem)? Por quê?
- 20. Mantém relações com seus familiares do seu agregado familiar e/ou fora dele?
  - a. Se sim, como são estas relações?
    - i. O que fazem juntos?
  - b. Com quem se relaciona melhor? Por quê?
  - c. Tem algum parente com o qual não se dá bem (ou muito bem)? Por quê?
- 21. Convive com outras pessoas de sua idade/geração?
  - a. Se sim, quem são estas pessoas?
  - b. Como são estas relações?
    - i. O que fazem juntos?
  - c. Como se sente em relação a estas pessoas?

22. Convive com pessoas de outras idades/gerações (mais jovens, crianças, adolescentes, mais velhos)?

- a. Se sim, quem são estas pessoas?
- b. Como são estas relações?
  - i. O que fazem juntos?
- c. Como se sente em relação a estas pessoas?

23. Frequenta algum lugar em especial? (Centro de Dia, Igreja/Templo, Instituição Educativa, Trabalho, Instituição Social e Cultural, Café, Mercado?)

- a. Se sim, qual?
  - i. Quantas vezes por semana lá vai?
  - ii. O que faz lá?
  - iii. Sente-se bem lá? Por quê?
  - iv. Pensa participar nas atividades durante muito tempo?
- b. Se não, que local gostaria de frequentar? Por quê?

24. O que faz e gosta?

25. O que gostaria de fazer que não está a fazer nesta altura?



